



José Borges de Araújo de Moura Soeiro

A FORMAÇÃO DO PRECARIADO

TRANSFORMAÇÕES NO TRABALHO E MOBILIZAÇÕES DE PRECÁRIOS EM PORTUGAL

Tese de Doutoramento em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo,
orientada pelo Professor Doutor Elísio Estanque e pelo Professor Doutor Hermes Augusto Costa,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Fevereiro de 2015

• U • C •



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Às minhas avós, Maria Helena e Maria das Dores, exemplos de generosidade.

Ao Miguel Portas e ao seu mais que provável otimismo sobre o tempo presente.

A Daniel Bensaïd, para quem a emancipação não era um prazer solitário.

Agradecimentos

Aos meus orientadores, Hermes Costa e Elísio Estanque, pelo encorajamento, pelos desafios, pela solidariedade e pela paciência.

À minha mãe, ao meu pai, aos meus irmãos, por tudo. À minha família da Boavista (António, Zé Mi, Hugo Dunkel, Cláudia, Joana, Miguel, Ana, Teresa...), à minha família de Lisboa (o João Carlos, o João e a Mariana, o Bruno e a Inês) e à minha família de Paris (a Ana e o Valentin), que foram a minha casa em tantas etapas cruciais deste percurso.

A todas as pessoas que me confiaram o seu testemunho, a que espero ter sabido ser fiel, aqui fica o meu profundo e reconhecido agradecimento: Alcides Santos, Alexandre Sousa Carvalho, Amarante Abramoivici, Ana Feijão, Ana Rajado, André Albuquerque, André Soares, Aramid Gomes, Bruno Cabral, Carla Prino, Cristina Andrade, Constantino Alves, Fred Valsassina, João Pedrosa, Jorge Costa, Laeticia, Leila Cahibi, Lídia Fernandes, Luísa Moreira, Magdala Gusmão, Manuel Carvalho da Silva, Márcia Silva, Marco Marques, Margarida Barata, Marisa Pereira, Michelle Chan, Natália Lopes, Paula Gil, Raquel Freire, Renato Teixeira, Ricardo Noronha, Ricardo Salabert, Sofia Roque, Tiago Gillot, Tiago Pinheiro.

Agradeço a disponibilidade de leitura, o apoio “técnico”, os comentários generosos e as sugestões críticas do Adriano Campos, da Cristina Andrade, do Francisco Louçã, do Hugo Monteiro, da Inês Tavares, do João Mineiro, do João Teixeira Lopes, do José B. Reis, da Marta Luísa Curto, do Miguel Cardina, do Miguel Heleno, do Nuno Moniz, do Ricardo Lafuente, do Ricardo Sá Ferreira, do Ruy Braga e da Teresa Salselas

À Inês, pelo futuro. A todos os meus amigos, que faltam aqui. Aos que morreram e vivem em mim.

A realização deste trabalho beneficiou do financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, através de bolsa individual de doutoramento com a referência SFRH/BD/48470/2008

Resumo

Nas últimas décadas, têm-se multiplicado, na Europa e em Portugal, as situações de desemprego e as condições em que o trabalho não é uma plataforma de acesso a proteção social e a direitos. Uma parte crescente da força de trabalho vive essa experiência da precariedade.

O tema desta tese é o processo de formação do precariado como sujeito de ação coletiva em Portugal. Ou seja, trata-se de uma investigação sobre a sua auto-atividade, sobre as suas formas de identificação e de mobilização e sobre o modo como, na última década e meia, se foi constituindo um espaço de organizações autónomas de precários com uma agenda e repertórios de luta próprios.

Para compreender este fenómeno, propõe-se uma caracterização do processo de precarização em Portugal, identificando os principais períodos, as modalidades de emprego precário mais comuns, os traços distintivos da precarização no contexto da sociedade portuguesa e as narrativas e modos de justificação que têm sido ativados para legitimar este processo.

Esta investigação aborda a formação do precariado enquanto processo de subjetivação política em dois momentos diferentes. O primeiro resulta do ciclo de ação coletiva iniciado com o movimento alterglobal, no início dos anos 2000. O segundo eclodiu no início desta década, com a vaga internacional de mobilizações que ocorreu em vários pontos do mundo. Para cada um desses períodos, propõe-se uma interpretação das tendências gerais da ação coletiva do precariado e apresenta-se um estudo de caso. Acionando uma estratégia metodológica que combina operações quantitativas e qualitativas e recorrendo a fontes diversas, esta pesquisa pretende-se extensiva na abordagem da agência própria dos precários na última década e meia e intensiva no tratamento de duas experiências concretas: o Fartos d'Estes Recibos Verdes e a luta da Linha Saúde 24.

Estabelecendo uma relação entre a análise sistemática deste processo e as reflexões suscitadas pela política do precariado, apresentam-se quinze teses sobre as transformações no trabalho e as mobilizações de precários em Portugal.

Abstract

In recent decades, unemployment and the condition under which work has ceased to grant access to social protection and rights, have multiplied in Portugal and in Europe. More and more workers face this experience of precariousness.

The subject of this thesis is the *making of the precariat* as a subject of collective action in Portugal. That is, it is an investigation about its self-activity, its forms of identification and mobilization and the way in which, in the last decade and a half, it constituted a space of autonomous organizations of precarious workers with its own agenda and repertoires of action.

To understand this phenomenon, we propose a characterization of the process of precarization of labour in Portugal, identifying its main periods, the most common modalities of precarious employment, the distinctive features of precarity in the context of Portuguese society, and the narratives and justification modes that have been activated to legitimize this process.

This research deals with the *making of the precariat* as a process of political subjectivity in two different times. The first is the cycle of collective action that begun with the *alterglobal* movement in early 2000. The second broke out earlier this decade, as an international wave of protests that took place in various parts of the world. For each of these periods, an interpretation is proposed of the general trends of the precariat's collective action and a case study is presented. Using a methodology that combines quantitative and qualitative approaches and using various sources, this research aims to be an extensive approach to the agency of the precariat in the last decade and a half, with an intensive focus on two concrete experiences: the group FERVE and the struggle of Linha Saúde 24.

Establishing a relationship between the systematic analysis of this process and reflections raised by a *politics of the precariat*, we present fifteen theses on the transformations of labour and mobilizations of precarious workers in Portugal.

Sumário

Introdução	1
I. Da Precariedade ao Precariado	7
1. A precariedade sob o olhar da Sociologia.....	8
Origem do conceito e abordagens sociológicas.....	8
A precariedade na sociologia portuguesa	14
2. Três leituras sobre o novo mundo do trabalho	18
Hardt e Negri, o trabalho imaterial e a biopolítica da multidão	19
Robert Castel, a erosão da sociedade salarial e a precariedade permanente	25
Guy Standing e a “política do paraíso” do precariado.....	31
3. O precariado contra-ataca	38
“O mundo não está à venda”: a origem do movimento alterglobal, entre o grito zapatista e as marchas europeias	39
A génese do EuroMayDay	42
O Euro MayDay como expressão de uma nova cultura política no campo laboral.....	47
4. A política do precariado: alguns debates estratégicos.....	53
Direito ao emprego ou direito a um rendimento?.....	56
Proteger o emprego ou o trabalhador e as suas descontinuidades?	59
Libertar o trabalho ou libertar-se do trabalho?	62
II. Razões de um estudo, considerações metodológicas e quatro hipóteses prévias.....	65
1. Razões de um estudo e do seu método.....	66
Breve reflexão sobre as técnicas utilizadas.....	73
2. Objetivos e quatro hipóteses prévias.....	83
Primeira: A precariedade não é nem uma novidade absoluta nem uma mera repetição das formas de dominação do passado.	84
Segunda: A precariedade é uma experiência subjetiva e, cada vez mais, um modo de vida... ..	88
Terceira: Os precários são uma parte da classe trabalhadora e não uma classe à parte.....	92
Quarta: A formação do precariado é o nome de um processo de subjetivação política em curso	96
III. Portugal Precário: o processo de precarização laboral em Portugal.....	101

1. Da democracia no trabalho ao austeritarismo: etapas da regulação laboral em Portugal (1974-2014).....	108
A instituição do direito do trabalho como constituinte da democracia.....	109
O início do reconhecimento legal da precariedade	109
A desregulação laboral no quadro da integração europeia e de uma modernização conservadora.....	110
Precarização de facto com reforço da proteção social	111
A consolidação de uma sociedade precária	112
Mudança de paradigma: o regime da austeridade.....	113
2. A realidade do trabalho precário em Portugal: modalidades de precarização	117
A contratação a termo	117
Os recibos verdes	119
O trabalho a tempo parcial involuntário	120
O trabalho temporário.....	121
A precariedade assistida pelo Estado: estágios, bolsas e contratos de emprego inserção.....	123
3. As seis características do processo de precarização laboral em Portugal.....	126
Primeira: A informalidade e a ilegalidade são traços constituintes do processo de precarização em Portugal.....	126
Segunda: Em Portugal, a precarização caracteriza-se pelo peso dos recibos verdes e dos contratos a termo e, nos últimos anos, pela subida espetacular do trabalho parcial e temporário.....	127
Terceira: O Estado é um agente central da precarização laboral e é o maior empregador de precários.....	129
Quarta: A precariedade produz pobreza e acentua as desigualdades.....	131
Quinta: A precariedade corrói a democracia laboral	132
Sexta: Os “desemprecários” são a maioria da força de trabalho e estão desprotegidos.....	134
4. A precariedade liberta? Narrativas de legitimação e modos de justificação	136
A precariedade como fatalidade que liberta: o exemplo do trabalho temporário	138
A precariedade como emancipação individual: o exemplo do empreendedorismo	145
A precariedade como reparação da injustiça: o exemplo da “guerra de gerações”	151
IV. A formação do precariado	157
1. O despertar dos precários em Portugal.....	163
A emergência da precariedade no discurso público e na agenda sindical.....	163
Uma primeira experiência de organização autónoma de precários: o caso do Centro de Apoio aos Desempregados.....	170

Os novos espaços e expressões do precariado.....	176
Os primeiros grupos e plataformas de precários	182
As organizações autónomas de precários como resposta a cinco ausências	190
Um processo de politização com a marca das desigualdades.....	202
2. As organizações do <i>precariado</i>: características, formas de ação e relação com outros campos	209
Uma tentativa de caracterização: objetivos, tipo de organização, inserção internacional	209
Os repertórios de ação coletiva dos precários	213
O espaço das organizações de precários em Portugal	218
3. Estudo de caso 1 - Os “assessores de imprensa dos precários”: o caso do Fartos d’Estes Recibos Verdes (FERVE).....	237
O nascimento do FERVE ou “uma nova visão da precariedade laboral”	240
André e Cristina, Ricardo e Rita: retratos sociológicos e trajetórias de ativismo	242
Cronologia de uma experiência militante.....	257
Os “assessores de imprensa dos precários”	265
4. A formação do <i>precariado</i> em Portugal: considerações finais.....	268
V. O precariado num novo ciclo de protesto	273
1. Um novo ciclo internacional de protesto.....	280
O pano de fundo das mobilizações. A culpa é dos banqueiros, dos governos, dos políticos?	280
O que mudou na ação coletiva?.....	283
2. O ciclo contestatário de 2011-2014 em Portugal	303
O 12 de março de 2011: um acontecimento sob disputa	306
Das Acampadas ao Largo do Carmo: uma cronologia dos acontecimentos.....	312
O precariado como parte de uma galáxia anti-austeritária?	318
3. Estudo de caso 2 - Uma greve insurgente em contexto de austeridade: a luta da Linha Saúde 24.....	325
A Linha Saúde 24: o que é?.....	326
Cronologia de um processo de luta	328
Marisa, Aramid, Márcia e Tiago: trajetórias laborais, disposições ativistas e subjetividade	331
A experiência das greves na Linha Saúde 24	344
A greve ainda é uma arma? Considerações para uma sociologia da greve	355
VII. Conclusões	363

Quinze teses sobre as transformações no trabalho e as mobilizações de precários em Portugal.....	364
Bibliografia	381

Introdução

Quando, no verão de 2008, apresentei à Fundação para a Ciência e Tecnologia este projeto de investigação, assistia-se ao início da explosão, no nosso país, das iniciativas e dos grupos autónomos de trabalhadores precários. No ano anterior, surgira o primeiro *MayDay*. Em 2008, dezenas de reportagens na imprensa portuguesa davam nota da existência de um “precariado” atirado para fora do contrato de trabalho “típico”, excluído da proteção social e distante das formas tradicionais de representação coletiva.

Entre esse momento e aquele em que se encerrou a escrita desta tese, muitos acontecimentos tiveram lugar. Chegou ao fim o ciclo de ação coletiva iniciado na década de 2000 com o movimento alterglobal, de que o *EuroMayDay* foi uma das expressões mais ilustrativas no campo laboral. Em 2008, rebentou a bolha especulativa que deu origem à crise financeira. Em vários países, incluindo Portugal, instalou-se nos anos seguintes, com o pretexto da crise, uma política de austeridade que radicalizou o programa neoliberal a partir da invocação de um “estado de exceção”. Desde o final de 2010, irrompeu uma nova e inédita vaga de protestos à escala internacional e em vários dos países intervencionados por instituições internacionais (como na Grécia, no Estado espanhol ou em Portugal), centenas de milhares de cidadãos saíram à rua para reivindicar uma “democracia real”, o fim da “ditadura dos mercados” ou do “golpe de estado financeiro”. Nesse período, ensaiaram-se repertórios de luta, fundaram-se novas organizações, nasceram e desapareceram grupos de precários e plataformas contra a austeridade, assistiu-se a coligações multitudinárias que, juntando precários, desempregados, estudantes funcionários públicos e pensionistas, corporizaram as maiores mobilizações das últimas décadas. Em três anos, entre 2010 e 2013, Portugal contou cinco greves gerais, tantas quantas as que tinha conhecido em todo o período democrático anterior.

A escrita desta tese, o seu objeto e as preocupações que orientaram a pesquisa, foram influenciadas por estes acontecimentos. O tema inicial do projeto expandiu-se, as escalas de observação alteraram-se, os questionamentos alargaram-se a outros domínios, as perplexidades aumentaram: seria impossível um trabalho deste tipo ficar indiferente a uma tal irrupção do imprevisto.

O tema desta investigação é o processo de formação do precariado como sujeito de ação coletiva em Portugal. Para apreender esse processo, escolhemos olhá-lo por um dos ângulos possíveis: o da constituição de um espaço de organizações autónomas de precários. A partir desse olhar, procura-se levar a cabo uma reflexão sobre o próprio estatuto do trabalho e sobre as possibilidades de ação coletiva que dele emergem. Com efeito, as mobilizações e a política do precariado de que elas são parte não estão desligadas de diferentes leituras sobre o conteúdo das transformações em curso no capitalismo e de projetos estratégicos diversos sobre o sentido da ação emancipatória.

As organizações de precários não são o único agente que tem contestado o processo de precarização. Como ficará claro na análise realizada, desde meados da década de 1980 que o campo político e o campo sindical identificaram o problema e desenvolveram estratégias para o debelar, mantendo até hoje uma referência, no seu discurso e na sua ação, a esta problemática. Dando conta desse facto, o objeto desta investigação não é todavia a ação política ou sindical nessa matéria. O foco do que se propõe estudar é o processo de auto-atividade dos precários, as suas formas de identificação, de mobilização coletiva e o modo como, na última década e meia, se foram constituindo organizações autónomas de precários, com agenda própria e com os seus repertórios de luta.

Para apreender este fenómeno, foi necessário proceder ao mapeamento da realidade do trabalho precário em Portugal. Por *trabalho precário* entende-se todas as situações laborais com vínculos instáveis, os empregos periféricos do sector informal da economia, o trabalho não declarado e ilegal, ou seja, todas as atividades profissionais remuneradas exercidas à margem da cobertura legal e de proteção social.

Além disso, foi preciso apreender a *experiência da precariedade*, ou seja, a vivência subjetiva desta condição, que extravasa o domínio laboral para se estender um conjunto de outras esferas sociais. Marcada pela insegurança em relação ao emprego e por uma relação particular com o tempo (caracterizada pela imprevisibilidade relativamente ao futuro), é a partir dela que se foi construindo uma identificação comum do precariado.

Para analisar esta história e este processo de subjetivação coletiva, para reconstituir estas mobilizações e para trazer um ponto de inteligibilidade, entre outros, a essa experiência de luta, recorreu-se a uma grande diversidade de fontes de informação: dados estatísticos, relatórios oficiais, diplomas legais, discursos de empresários, guias de formação, anúncios de oferta de emprego, músicas, artigos de opinião, discursos parlamentares, notas de

observação participante, notícias de imprensa, materiais produzidos em manifestações, textos de blogues, comunicados, cartazes, entrevistas a ativistas... Esse material foi abordado acionando uma estratégia metodológica eclética, que procurou combinar operações quantitativas e qualitativas e articular a extensividade, na análise do processo de formação do precariado na última década e meia, com a intensividade, garantida através de dois estudos de caso.

A escolha dos estudos de caso decorre da sua exemplaridade em relação aos dois ciclos de ação que atravessam este estudo. O FERVE, um pequeno coletivo de trabalhadores a recibo verde que teve um grande impacto mediático entre 2007 e 2009, condensa algumas das características das organizações do primeiro período. A luta da Linha Saúde 24, o caso selecionado para o segundo período, é um exemplo eloquente das dificuldades com que se confronta a mobilização de trabalhadores precários num contexto de austeridade e também das redes de solidariedade, dos repertórios de ação e dos recursos legais que pode mobilizar. Para cada caso, procurou-se tirar o máximo partido da densidade e da riqueza sociológica de cada experiência concreta, sem deixar de identificar e refletir sobre as pesadas limitações que as atravessam.

*

Na primeira parte desta monografia dá-se conta de como é que a problemática da precariedade tem vindo a ser abordada pela sociologia, identificando algumas das principais pesquisas que, no contexto português, a tomaram como objeto. Seguidamente, apresentam-se três leituras sobre as transformações em curso no mundo do trabalho. As teorias de Michael Hardt e Antonio Negri sobre o trabalho imaterial e a biopolítica da multidão, a análise de Robert Castel sobre a erosão da sociedade salarial e a emergência da precariedade como uma condição permanente e as propostas de Guy Standing sobre a “política do paraíso” do precariado são expostas e os seus argumentos submetidos a debate e ao confronto de perspectivas. Estas três abordagens críticas do processo de precarização dão um retrato da pluralidade de aproximações ao fenómeno e da diversidade de propostas e projetos estratégicos subjacentes à discussão sobre o que pode ser uma política do precariado.

Ainda neste enquadramento inicial, traça-se uma história dos movimentos europeus de trabalhadores precários que começaram a emergir desde o final da década de 1990,

tomando-se o exemplo do *EuroMayDay* como paradigmático de uma nova cultura política no campo laboral. A partir dessa história, identifica-se o que parecem ser os principais debates estratégicos que se colocam hoje à política do precariado: direito ao emprego ou direito a um rendimento?, proteger o emprego ou o trabalhador e as suas descontinuidades?, libertar o trabalho ou libertar-se do trabalho?

Na parte II desta tese explicitam-se as razões que me conduziram a escolher este tema e explicam-se alguns dos pressupostos epistemológicos e das escolhas metodológicas que guiam esta pesquisa. A partir das leituras e do confronto entre estas e a experiência, são apresentadas quatro hipóteses prévias que orientam a abordagem que será desenvolvida. A primeira hipótese é que a precariedade não é nem uma novidade absoluta nem uma mera repetição das formas de dominação do passado. A segunda é que a precariedade é uma experiência subjetiva mas é também, cada vez mais, um modo de vida. A terceira hipótese argumenta, em polémica com outras leituras, que os precários são uma parte da classe trabalhadora e não uma classe à parte. Na quarta hipótese, clarifica-se o sentido que damos ao conceito de formação do precariado como o nome de um processo de subjetivação política em curso.

Na parte III apresenta-se um modelo interpretativo do processo de precarização em Portugal. Por processo de precarização entende-se, nesta pesquisa, a sequência de transformações no sistema de relações laborais, nas disposições legais, na regulação jurídico-política e nas práticas sociais concretas que promovem o trabalho precário e consagram o reconhecimento legal da precariedade laboral. Para compreendermos este processo em termos diacrónicos, é proposta uma periodização da regulação laboral em Portugal, entre a instituição do direito do trabalho como parte constituinte da democracia, em 1974, até à mudança de paradigma que representa o novo regime da austeridade que foi estabelecido a partir de 2011. É avançada, ainda, uma análise das principais modalidades de precarização em Portugal, da sua origem e do seu peso relativo. Em jeito de síntese, propõe-se uma sistematização das seis principais características que distinguem o processo de precarização laboral no país. Por último, analisam-se os modos de justificação que têm sido fabricados com vista a legitimar este processo e a produzir consentimento. A partir do exemplo do discurso das empresas de trabalho temporário, das políticas de promoção do empreendedorismo e da retórica sobre a “guerra de gerações”, identificam-se três das narrativas que visam validar a precariedade como positiva: a que a apresenta como uma

fatalidade que liberta, a que a associa a uma *emancipação individual* e a que a toma como uma forma de *reparação da injustiça*.

Se na parte III se faz um retrato do Portugal precário e das estratégias de dominação, a parte IV aborda a constituição de uma agência própria dos trabalhadores precários e de um campo de resistência. Em primeiro lugar, analisa-se a emergência da precariedade no debate público e na agenda sindical e dá-se conta do que parece ter sido a primeira experiência de organização autónoma de desempregados na década de 1980. Seguidamente, faz-se a história do surgimento dos espaços e expressões do precariado, quer na esfera do não trabalho (lugares de sociabilidade e lazer, formas e objetos culturais), quer através do aparecimento dos primeiros grupos e plataformas de precários, a partir dos anos 2000. A emergência das organizações autónomas de precários é interpretada à luz de cinco ausências, nomeadamente nas estratégias sindicais. Os movimentos de precários seriam assim tentativas de responder a elas.

Para melhor se apreender as relações e as características destas organizações do precariado, sugere-se uma análise a partir do espaço social que elas constituem. Esse *espaço das organizações de precários* é estruturado pelas relações de cooperação, conflito e concorrência que estabelecem entre si, mas também pelas interações que desenvolvem com o campo político, mediático e sindical. Como exemplo paradigmático, apresenta-se o primeiro estudo de caso – o Fartos d’Estes Recibos Verdes. Surgido em 2007, no Porto, este grupo teve um significativo eco mediático, que contrasta com a exiguidade dos seus efetivos militantes. Tendo constituído a primeira voz autónoma dos trabalhadores a falso recibos verde, reconhecida publicamente como tal, o coletivo representa um caso singular no panorama dos movimentos sócio-laborais em Portugal.

Na parte V é proposta uma reflexão sobre o ciclo de indignação global que atravessou vários continentes a partir do final de 2010. Da celebrada “Primavera Árabe” à Geração à Rasca, das acampadas dos Indignados espanhóis ao movimento das Praças na Grécia ou ao movimento *Occupy* nos Estados Unidos, da luta dos estudantes chilenos às Jornadas de junho, no Brasil, uma nova vaga de protestos varreu as ruas e as praças de dezenas de países nesse período. Reconhecendo a singularidade de cada processo e as diferenças que separam umas experiências das outras, o que se propõe é uma reflexão sobre o pano de fundo comum a estas mobilizações e sobre o que, com elas, mudou na ação coletiva do precariado. Centrando a análise nos países do Sul europeu e, particularmente, em

Portugal, argumenta-se sobre o que parecem ser os principais traços desse ciclo e também as consequências que teve no campo dos movimentos sociais no nosso país, dando origem a uma nova galáxia anti-austeritária que protagonizou alguns dos processos de mobilização mais significativos da história recente. O caso de estudo sobre a Linha de Saúde 24 é analisado com detalhe à luz destas reflexões. Nessa luta de enfermeiras, condensam-se algumas das tendências mais representativas do processo de degradação da condição laboral em Portugal, bem como algumas das principais características do conflito sócio-laboral em contexto de austeridade. Explorando a densidade dos acontecimentos que lhe estiveram associados, a análise das emergências que essa experiência contém é o pretexto para um conjunto de considerações sobre uma sociologia da greve.

*

Ao retomar o fio da história dos movimentos de precários, ao analisar estas organizações e o ativismo que elas forjaram, ao interpretar as mobilizações contra a austeridade que se produziram nos últimos anos, uma parte desta tese toma também a forma de uma reflexão sobre as possibilidades de emancipação em tempos de crise, num olhar em que o apetite pelo presente se combina com a procura dos indícios que desestabilizam a sua ordem.

“A investigação sociológica pode produzir informações úteis”, reconhece Bensaïd, “mas a informação não constitui um pensamento e os dados factuais não constituem um saber” (Bensaïd, 2013: 139). Nem “discurso ordenado e vitorioso do historiador”, nem “inventário paciente do cronista”, este trabalho sobre as experiências de mobilização de trabalhadores precários pretende ser um pensamento. Não uma compilação de factos e episódios, mas uma interpretação oferecida ao debate, alimento incerto de uma arte de luta cujos contornos, por mais lógicos que nos pareçam retrospectivamente, são sempre impossíveis de prever.

I. Da Precariedade ao Precariado

1. A precariedade sob o olhar da Sociologia

Origem do conceito e abordagens sociológicas

A origem da palavra *precário* pode ser encontrada no vocábulo latino *precarius*, que corresponde a uma súplica ou a uma prece. Precário é portanto aquilo que é obtido por uma mercê revogável, uma concessão sempre instável e incerta. Ou seja, o que depende de outro e é provisório, inseguro, instável. A precariedade remete-nos pois para uma realidade fugaz, fugitiva, inconstante e, por isso mesmo, fonte de angústia e de incerteza para quem a vive.

A utilização do conceito *precariedade* para descrever determinadas situações sociais não é nova. Mas a sua generalização nas ciências sociais está relacionada com transformações que estão em curso nas últimas três décadas nas nossas sociedades. É sobretudo a partir de 1980 que a expressão “precário” ou “precariedade” ganha terreno no campo da sociologia, particularmente de origem francófona. Desde essa altura, presta-se pelo menos a três aceções diferentes. Serve para designar o trabalho precário, é utilizada para nomear uma experiência subjetiva mais ou menos ligada a um distanciamento crítico do emprego e aparece também para falar da ausência de proteção e de processos de desafiliação social e de pobreza (Cingolani, 2005).

Para alguns, a problemática da precariedade diz respeito a uma mutação de conjunto na própria ordem social, nos seus mecanismos de regulação coletiva, mas também a mudanças culturais e comportamentais relativamente ao trabalho e às relações sociais em geral. A precariedade seria, nesse sentido, uma consequência “normal” de um movimento de libertação dos indivíduos das formas sociais da “civilização industrial”, como a classe, a família ou o estatuto sexual, através de um processo amplo e intenso de individualização.

Numa visão mais otimista, os indivíduos seriam reenviados a si mesmo, numa circunstância em que estariam dotados de uma forte reflexividade no contexto de uma “sociedade de risco” (Beck, 2001) e teriam assim a oportunidade de construir uma identidade complexa num novo paradigma de laço social, feito de afiliações plurais que compensariam a perda de centralidade de instituições como a família e o trabalho (Singly, 2003). No campo do emprego, a progressiva desinscrição dos indivíduos em regulações coletivas faria emergir

novos riscos e uma espécie de “modelo biográfico” em que cada um teria um percurso singular (Beck, 1992).

Numa visão mais crítica, o conceito de precariedade serviu para caracterizar uma das dimensões do que foi designado de “nova pobreza”, relacionando precariedade com a problemática da “desqualificação social” (Paugam, 1991). Ao tratamento tradicional da questão da privação material, estas teorias acrescentavam um olhar focado nos processos de vulnerabilização, salientando que essa dinâmica incluía a perda, para muitos indivíduos, das referências e dos pilares nos quais assentava a sua existência social. A precariedade é assim percebida no quadro do carácter multidimensional e dinâmico dos processos de exclusão (trabalho, família, escola, território, habitação, participação social) e de “acumulação de handicaps” (Paugam, 1991).

A abordagem a partir da qual o termo da precariedade mais se expandiu foi, contudo, a que procurou olhar as transformações em curso a partir das mudanças no sistema económico. Nesta lógica, a precariedade seria, a par com o desemprego estrutural, um dos traços de uma nova “grande transformação” (para retomar a expressão celebrizada por Karl Polanyi noutra contexto) que está em curso no regime do capitalismo, que afeta as suas formas de produção, de troca e o seu modo de regulação.

Ao contrário do que historicamente caracterizou a fase anterior – a do compromisso fordista¹ ou dos “Trinta Gloriosos”² –, a dinâmica deste novo regime seria de re-mercantilização, des-colectivização e re-individualização do trabalho. Com a erosão da condição salarial, a precariedade converter-se-ia numa modalidade permanente e na tendência dominante de evolução do capitalismo, emergindo com ela uma “nova questão social” marcada pela generalização da incerteza (Castel, 1998; 2009).

¹ Por fordismo designamos, simultaneamente, um princípio de organização do trabalho (o “paradigma industrial”), um regime de acumulação (com ganhos de produtividade canalizados para novos investimentos e para o crescimento do poder de compra) e um modo de regulação (com um direito do trabalho limitando despedimentos, atribuindo uma série de direitos de protecção social e indexando salários à inflação e produtividade) (Costa, 2008: 24).

² A expressão “Trinta Gloriosos Anos” refere-se ao período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até à década de 1980, quando surgem as políticas neoliberais. Ele teria sido marcado pelo compromisso fordista e por um “Estado de crescimento” que aplicava políticas keynesianas através das quais o desenvolvimento económico alimentava a procura social, que por sua vez assegurava mais crescimento. É importante lembrar, contudo, que esse foi também um período de movimentos de contestação operária, de violências institucionalizadas, de opressão colonial, de destruição ecológica e de reprodução de injustiças (Castel, 2009).

A economia política da precariedade tem produzido análises que a enquadram num processo longo de reestruturação produtiva à escala global que tem como base a necessidade do capital garantir a acumulação de modo cada vez mais flexível, por via de numa “engenharia da liofilização” que restringe e limita o trabalho vivo e cujo resultado se salda em desemprego massivo, precarização estrutural, rebaixamento salarial, perda de direitos e ainda na fragmentação, heterogeneização e diversificação das condições objetivas e subjetivas da *classe que-vive-do-trabalho* (Antunes, 2008: 20-21). Num contexto de crise estrutural do capitalismo, a relação salarial fordista seria posta em causa pelo desenvolvimento de um novo tipo de processo produtivo (flexível), pela concorrência internacional, pela financeirização da economia e pelo abandono das políticas keynesianas e da intervenção regulatória do estado-nação (Bihl, 2007).

Do ponto de vista da organização do trabalho, a precariedade tem sido definida a partir de algumas características fundamentais. Uma seria a descontinuidade: no tempo de trabalho, nas funções exercidas, nos vínculos de emprego ou na própria atividade, como no caso dos independentes. Outra, o défice de proteção social, decorrente de contratos precários, mas também de relações de trabalho clandestinas ou informais, que questionam a própria categoria de emprego tal como foi sendo concebida na sociedade salarial. Uma terceira prende-se com a carência de rendimentos, sendo neste caso a precariedade entendida como um processo de empobrecimento das populações assalariadas (Cingolani, 2005). Mas o estudo da precariedade tem também salientado, para além das suas características, as suas funções no regime de acumulação.

A origem da consagração legal de determinadas condições “precárias” de emprego resulta do reconhecimento, em termos do direito, de situações excecionais que careciam de enquadramento jurídico: o trabalho a tempo parcial, o trabalho a prazo, o trabalho temporário, em suma, situações que deveriam substituir a ausência de um trabalhador ou um pico de produção. Num período de capitalismo neoliberal, contudo, essas formas inicialmente excecionais (e, por isso, consideradas *atípicas*) de trabalho foram-se generalizando, não por imperativo económico, mas pelo facto de, na gestão política da produção, serem vantajosas para as empresas.

Esta vantagem resulta de elas permitirem contornar “direitos adquiridos” no campo laboral e, assim, reduzir custos com a mão-de-obra – evitando carreiras e progressões, promovendo o *turn-over*, remetendo para fora do tempo de trabalho tudo o que não é

produtivo, anulando as despesas com a proteção social, recorrendo a formas de trabalho não pago (como os estágios não remunerados) ou altamente participado pelo Estado. Mas a vantagem, para as empresas, destas modalidades precárias de emprego decorre ainda do facto de elas constituírem um poderoso mecanismo de disciplinação da força de trabalho, que opera pela insegurização da sua condição e do vínculo com a empresa e pela produção ativa da invisibilidade da sua representação coletiva. Não por acaso, em vários países, o fenómeno da precariedade foi trabalhado tendo como foco os seus efeitos na divisão e fragmentação da classe trabalhadora e na desagregação de comunidades operárias e das suas formas de solidariedade (Beaud e Pialoux, 1999).

A utilização do conceito de precariedade pela sociologia do trabalho não foi, refira-se, nem generalizada nem semelhante em todos os contextos nacionais. No continente europeu, o recurso à categoria “precariedade” depende em grande medida da perceção coletiva da existência de uma condição laboral distinta dos empregos não precários e isso decorre dos edifícios normativo e jurídico de cada país, os quais variam muito (Barbier, 2005: 360). Também por isso, o termo *precariedade* não foi imediatamente internacionalizável. Em países como a Espanha, a precariedade no emprego referia-se sobretudo ao trabalho temporário; na Itália à utilização de estatutos paralelos aos contratos “típicos”; e na França a uma condição de insegurança laboral mais genérica (Bresson, 2007: 77). Noutros países europeus, mais do que “precariedade”, o fenómeno era descrito a partir da clivagem entre “bad jobs” e “dead-end jobs” (na Grã-Bretanha) ou da denúncia dos *minijobs* (na Alemanha).

Contudo, mesmo não existindo um conceito partilhado e homogéneo de emprego precário ao nível europeu, existiram, nas últimas duas décadas, vários estudos nomeadamente promovidos por instituições públicas e fundações, que procuraram tipificar o fenómeno e desenvolver regimes normativos capazes de regular estas formas de trabalho (cf. ESOPE, 2002, 2004; Dublin Foundation; ILO). Os usos militantes da palavra “precariedade” e a ação coletiva dos precários desempenharam também um papel fundamental na produção de mecanismos de identificação que deram ao termo uma amplitude e um alcance significativos.

No domínio da análise e da interpretação da realidade, a utilização do conceito de “precariedade” pressupõe já um olhar crítico sobre as transformações em curso no emprego. Para os teóricos dos mercados transicionais, pelo contrário, o fenómeno da *descontinuidade*

(termo que preferem ao de *precariedade*) deve ser visto como fonte de possível realização pessoal, desde que gerida através de dispositivos nos quais a mobilidade dentro do mercado de trabalho e na sua periferia seja estimulada e protegida, num paradigma no qual a trajetória dos indivíduos deve combinar atividades produtivas com fins lucrativos e transições noutras modalidades de ocupação que teriam de ser socialmente validadas (estágios, voluntariado, atividades familiares, etc.) (Silva, 2008; Rose, 1998). Assim, a precariedade das trajetórias poderia mesmo constituir um fator de distribuição dos riscos por todos, não os fazendo recair nas populações de sempre (Gazier, 2003).

No mesmo sentido vão, no fundo, as leituras que sustentaram, ao nível europeu, o conceito da *flexigurança*, cujo objetivo oficial seria dar aos empregadores uma grande flexibilidade para empregar e despedir, com a contrapartida de os desempregados beneficiarem de um alto nível de proteção e de enquadramentos que lhes permitissem voltar ao mercado de trabalho, através das chamadas “políticas ativas de emprego” (European Expert Group, 2007)³.

O fenómeno da precariedade laboral foi também, desde o início, olhado a partir da *experiência subjetiva dos precários*. Essa linha de trabalho procurou entender as vivências subjetivas na sua multidimensionalidade: a insegurança material ou económica, a insegurança estatutária (jurídica e social, no campo do trabalho e da proteção), a dimensão do estigma associado, a relação pessimista com o futuro, entendido como ameaça, o “sentimento de precarização”, associado ao medo da desclassificação social ou as formas de “individualismo negativo”, cujo sofrimento social é mais tendente a “promover comportamentos autodestrutivos” do que a produzir mobilizações políticas (Boumaza e Pierru, 2007; Castel, 2009). Todavia, nem todas as análises críticas do capitalismo utilizam o termo “precário” para designar uma condição vista exclusivamente como negativa.

Antes mesmo do conceito de precariedade se generalizar, alguns autores, nomeadamente vindos do *operaísmo*⁴ ou da ecologia radical, salientaram o carácter

³ Para um confronto entre a perspectiva da flexigurança, proposta pelas instituições da UE e a do trabalho digno, com origem na OIT, ver Ferreira (2008).

⁴ O operaísmo, também designado de autonomismo, é uma corrente de pensamento que, na tradição do conselhismo e do marxismo libertário, procurava distinguir-se do determinismo objetivista da Internacional Comunista, insistindo, do ponto de vista epistemológico, na precedência em termos das mutações do capitalismo, das transformações induzidas pelos movimentos subjetivos dos operários e, do ponto de vista político, numa revolução subjetiva dos trabalhadores e estudantes, procurando nos trabalhadores migrantes e desqualificados a disrupção da rotina da esquerda e das lutas operárias, insistindo na necessidade de acabar

alternativo e o potencial político subversivo de contingentes da força de trabalho que se situavam fora da norma de integração no capitalismo regulado e que, por isso mesmo, poderiam abrir caminhos de contestação e alternativa face à sociedade do trabalho assalariado. No início da década de 1980, André Gorz falava do “neo-proletariado pós-industrial dos sem estatuto e dos sem-classe” para quem o trabalho se havia tornado “um tempo morto à margem da vida” e que era constituído pelos “indivíduos que se vêm expulsos da produção pelo processo de abolição de trabalho, ou subempregados nas suas capacidades pela industrialização” (Gorz, 1980: 104). Este precariado seria, para Gorz, o grupo mais capaz de contestar o trabalho alienado e de resistir à integração no capitalismo.

Uns anos antes, Antonio Negri defendia o potencial contestatário dos sectores mais precarizados, considerando que “da marginalização proletária emergem novas necessidades não redutíveis à reivindicação do trabalho assalariado” (Negri, 1978: 297). Na mesma linha, o sociólogo francês Patrick Cingolani sustentava, em meados da década de 1980, que a experiência da precariedade era essencialmente ambivalente e que nela se exprimia não apenas a dominação, mas também o desejo das atividades de carácter expressivo, a aspiração à autonomia e o desejo de autorrealização (Cingolani: 1986). Para o sociólogo, um dos primeiros a trabalhar o tema, o potencial crítico da experiência precária continua hoje a ser o facto de estar atravessada por essa tensão⁵.

Uma outra abordagem do processo de precarização é a que não olha apenas as suas dimensões objetivas nem o modo como os sujeitos o vivem, mas os dispositivos de legitimação ideológica do novo regime do capitalismo. Dentro desta lógica, a disseminação da precariedade, enquanto degradação do emprego, precisou que se desenvolvesse um “novo espírito do capitalismo”, que é também uma narrativa sobre as transformações que vivemos. Na “cidade por projetos”, que é o modo de justificação moral do capitalismo precário, segundo Boltanski e Chiapello (1999), os indivíduos são chamados a envolver-se em “atividades”, a montarem “projetos” e a estabelecerem “redes”, mostrando-se polivalentes,

com o trabalho assalariado, enfatizando a subjetividade da classe contra a subjetividade da organização centralizada, nomeadamente sob a forma partido (Tossel, 2008; Neves, 2014).

⁵ No entendimento de Cingolani (2014), a precariedade é uma experiência dividida entre, por um lado, “o seu entendimento neo gerencialista, em termos de subordinação, flexibilidade e redução da segurança” e, por outro, “práticas e táticas que aspiram a construir descontinuidades de tempo entre esfera doméstica a laboral, tempo de florescimento e de realização pessoal e tempo instrumental, entre tempo heterónimo e tempo autónomo” (76).

adaptáveis, flexíveis, enfim, *empregáveis*. A eficácia deste culto da performance individual e da exaltação da mobilidade deve-se ao facto de estes discursos e esquemas de perceção serem partilhados quer pelos patrões quer pela maioria dos trabalhadores, que aderem, não sem contradições, ao discurso motivacional da gestão.

Em parte, o poder de integração e de sedução desta narrativa seria a sua capacidade em integrar, resignificando-as, algumas das críticas dirigidas ao capitalismo, fazendo eco das denúncias contra a hierarquia e das aspirações à autonomia que vinham dos movimentos sociais contestatários que emergiram no final das década de 1960 e 1970 (Boltanski e Chiapello, 1999: 336). Nesta perspetiva, o capitalismo soube recuperar os termos da crítica expressiva que lhe era endereçada e apresentar-se com uma retórica de libertação através da incorporação, distorcida, das ideias de liberdade e de autonomia. Assim, o reforço da “autonomia” foi transformado em mais autocontrolo (trabalho em equipa, controlo informático...) e a menor segurança no trabalho foi apresentada como condição de “liberdade”. A retórica de mudança e mobilidade como formas de libertação do indivíduo face a constrangimentos burocráticos seria um dos mecanismos de legitimação da própria precariedade.

A precariedade na sociologia portuguesa

Embora o termo apareça referenciado antes, é a partir da década de 2000 que, no campo das ciências sociais em Portugal, o tema da precariedade começa a ser objeto de um tratamento mais sistemático e multifacetado. Nos últimos anos, um número considerável de trabalhos tem dado conta do fenómeno a partir de abordagens diversas. Por um lado, desenvolveram-se diagnósticos gerais sobre o trabalho precário no nosso país (Rosa, 2003; Rebelo, 2004; Ferreira, 2009), chamando a atenção, nomeadamente, para o crescimento de realidades como o trabalho temporário e a subcontratação (Santana e Centena, 2000), as dinâmicas de transformação das relações laborais (Cerdeira, 2004), as metamorfoses em curso no mundo produtivo, os diversos paradigmas interpretativos e prescritivos acerca delas e os diferentes tipos de flexibilidade (Kovács, 2002; 2005). Por outro, levaram-se a cabo análises, nomeadamente de cariz etnográfico, mais centradas em sectores específicos – como por exemplo a grande distribuição (Cruz, 2003), os centros comerciais (Cruz, 2010) ou os *call centres* (Roque, 2010; Casaca, 2012; Louçã, 2014; Costa, 2014) – ou nas vivências

“visceralmente interiorizadas e fisiologicamente reveladas” da privação económica e da desvalorização social por parte do operariado industrial de territórios periféricos (Monteiro, 2011; 2014).

Algumas investigações têm dado conta das mutações em determinados ofícios crescentemente precarizados, como é o caso do jornalismo (Pacheco, 2012) ou das profissões científicas (Campos, 2013) e têm permitido iluminar realidades mais invisíveis do mundo laboral, como por exemplo o trabalho sexual (Oliveira, 2004) ou o trabalho doméstico (Abrantes, 2012). Além disso, têm chamado a atenção para a articulação entre o mundo produtivo, as relações sociais de sexo e a reprodução de assimetrias entre mulheres e homens ao nível do emprego (Ferreira, 2010; Casaca, 2012) ou para a relação entre precarização e pobreza, através da multiplicação de “trajetórias de emprego em carrossel” e da constituição da precariedade como uma nova forma de desigualdade (Diogo, 2007; 2010; 2012). No tratamento desta realidade a partir da heterogeneidade de condições em que ela é vivida, importa referir também os estudos que apontam para o peso da precariedade entre a população imigrante, concentrada maioritariamente em ocupações de baixo estatuto (construção civil, trabalho doméstico, limpezas, hotelaria, restauração) e cujo quotidiano laboral é particularmente marcado pela informalidade, pela discriminação e por deficientes condições de higiene e segurança no trabalho (Pereira, 2008; 2011).

Entre as pesquisas que abordam diretamente o tema da precariedade laboral, o estudo da juventude tem-se destacado. Em alguns casos, com uma abordagem a partir da sociologia do quotidiano, como fez Machado Pais (2000), analisando percursos biográficos associados aos “ganchos, tachos e biscates” de jovens em percurso “iô-iô”. Noutros, de modo mais extensivo, procurando avaliar a incidência das formas de emprego atípico entre a juventude, a partir de uma perspetiva comparativa à escala europeia (Oliveira, Carvalho, Veloso, 2011; Kovács e Lopes, 2012).

Na última década, multiplicaram-se também no nosso país estudos sobre os processos de inserção laboral dos jovens que destacaram a pluralidade do tipo de transições profissionais, as vincadas desigualdades que existem na experiência de contacto com o mundo produtivo (Guerreiro e Abrantes, 2007; Alves, 2008), bem como a relação entre trajetórias profissionais e qualificações escolares, tipos de capital, origem social, território ou enquadramento familiar, num processo em que a precariedade dos jovens acaba por extravasar claramente a esfera laboral para se estabelecer, em certas circunstâncias, como

uma espécie de “modo de vida” (Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011). Alguns estudos aproximam-se deste fenómeno através da exploração de profissões concretas, como por exemplo a inserção dos jovens engenheiros (Marques, 2006) ou o confronto com o trabalho por parte dos jovens advogados (Chaves, 2010). Noutros casos, parece plausível a hipótese de que a profusão de análises sobre o emprego dos licenciados (Gonçalves et al., 2009; Marques, 2009; Oliveira e Carvalho, 2011) tenha alguma relação com a preocupação, nomeadamente por parte das políticas públicas de ensino e formação, com as temáticas da empregabilidade destes jovens, dado que ela própria motiva a encomenda de vários relatórios sobre o tema.

A abordagem sociológica do processo de precarização tem tido ainda outros ângulos. Um dos mais significativos é o que incide sobre as transformações no modo de regulação, no papel do Estado, nos dispositivos legais e nos sistemas de negociação coletiva (Rebello, 2003; Ferreira, 2006; Dornelas, 2010; Campos, 2012), bem como o que equaciona o fenómeno no quadro dos debates sobre a democracia laboral e à luz do conceito de “trabalho digno” (Ferreira, 2001; Ferreira, 2009; Duarte, 2013) ou que se debruça sobre a relação entre atipicidade e o acesso ao Direito, aos tribunais e à justiça laboral (Ferreira, 2005). Uma outra linha de reflexão sobre o assunto tem procurado perscrutar a relação entre a precarização e a emergência de novas desigualdades de classe (Estanque, 2005) e tem problematizado os desafios que as transformações no mundo laboral colocam ao mundo sindical (Ferreira e Estanque, 2002), seja numa perspetiva de articulação internacional (Costa, 2008; Dias, 2011), seja analisando criticamente as estratégias do sindicalismo português face a uma “nova questão social” marcada pela multiplicação de estatutos precários e pela instalação de um desemprego estrutural (Estanque e Costa, 2011; Silva, 2012). Neste campo, trabalhos recentes têm-se debruçado quer sobre o impacto da precariedade e das desigualdades laborais e de classe nas práticas de ação coletiva (Nunes, 2013), quer sobre a emergência no nosso país, nos últimos anos, de organizações de precários e de novos movimentos sociolaborais (Soeiro, 2009; Sampaio, 2010; Andrade, 2011; Estanque e Costa, 2012; Estanque, Costa e Soeiro, 2013), que para alguns autores prenunciam, entre outras coisas, o surgimento de um novo “radicalismo de classe média” (Estanque, 2014).

Na verdade, os agentes sindicais e as organizações de precários não têm sido apenas objeto de estudo, mas têm sido eles próprios promotores de algumas destas reflexões, quer

encomendando pesquisas sobre o emprego e a “sociedade precária” – como fez a UGT (Ferreira, 2009) e a CGTP (CIES/CGTP-IN, 2011) – quer realizando, por iniciativa própria, inquéritos e relatórios sobre algumas das dimensões da precarização, como aconteceu com a ABIC⁶ ou com os Precários Inflexíveis (PI, 2014).

Este breve itinerário por alguns dos trabalhos realizados nos últimos anos sobre este tema no quadro das ciências sociais no nosso país está longe de esgotar toda a produção sobre a precarização e muito menos aquela que, não se debruçando diretamente sobre ela, toca em dimensões que a cruzam. Mas ele permite dar conta da multiplicidade dos modos de aproximação ao assunto. Da tradição disciplinar dos estudos sobre o sistema de relações laborais à economia política, da sociologia da pobreza e da exclusão à sociologia da juventude, da sociologia do género aos estudos sobre migrações, da sociologia da desigualdade à do direito, da sociologia da educação à da ação coletiva, da antropologia cultural à etnografia do mundo do trabalho, da sociologia económica aos estudos sobre sindicalismo ou sobre a história do movimento operário, o processo de precarização é um objeto forte e a multiplicidade dos olhares que se têm desenvolvido é bem a expressão do quanto se trata de um “fenómeno social total”, para retomar a célebre expressão de Marcel Mauss.

⁶ Associação de Bolseiros de Investigação Científica. A origem e ação desta organização será tratado com maior detalhe na quarta parte do presente trabalho.

2. Três leituras sobre o novo mundo do trabalho

Pensar a pertinência de uma investigação é também integrá-la no quadro do trabalho coletivo levado a cabo por uma determinada disciplina ou área do saber e procurar que ela se inclua nesse campo, complementando-o, isto é, polemizando com ele e abrindo um espaço de inteligibilidade diferente dos trabalhos que o precederam. A pertinência de uma pesquisa é também de outra ordem: implica, na nossa opinião, concebê-la num espaço mais vasto de debate público sobre um fenómeno (a sociologia ambicionaria pouco se a sua vocação única fosse uma discussão entre pares). Assim, neste enquadramento inicial, interessa fazer o itinerário das investigações realizadas, mas sobretudo por em confronto os diagnósticos feitos sobre a sociedade salarial e debater criticamente as suas implicações estratégicas. É no diálogo e no confronto com essas leituras que refletirei sobre a *formação do precariado em Portugal*, situando esse processo nas transformações em curso no capitalismo e no mundo do trabalho e enquadrando-o nos debates emergentes sobre a *política do precariado*.

Nas páginas que se seguem, apresento então sucintamente o pensamento de quatro autores (num caso, trata-se de uma dupla) que propõem três tipos de diagnóstico diferentes. A escolha destas três teorias – de Hardt e Negri, de Robert Castel e de Guy Standing – relaciona-se diretamente com o objeto de estudo que me propus trabalhar, os movimentos de trabalhadores precários.

Michael Hardt e Antonio Negri têm exercido, desde a publicação do seu livro *Império* (2004 [2000]), uma considerável influência no pensamento crítico radical e, particularmente, em muitos dos sectores que estão na origem do *EuroMayDay*, a primeira rede de movimentos de precários na Europa. Nos documentos, nas análises e nas propostas dessas dinâmicas ativistas, são reconhecíveis alguns dos termos e das propostas destes autores.

Robert Castel, por seu lado, não tem um perfil de intervenção semelhante à da dupla que escreveu *Multidão*, e a sua obra propõe-se uma tarefa politicamente menos ousada. Para o sociólogo francês, a resposta à precarização geral das relações laborais passaria, no momento presente, pela extensão das proteções e dos direitos da sociedade salarial aos trabalhadores colocadas nessa zona cinzenta da precariedade e do subemprego. Ora, essa tem sido, em grande medida, a agenda de muitas das mobilizações do precariado. Como não constatar, em tantas lutas dos precários – das greves por melhores salários à Iniciativa

Legislativa de§ Cidadãos/Lei contra a Precariedade – um diagnóstico e uma ação que vão no mesmo sentido das preocupações de Castel?

Guy Standing, por último, é provavelmente o intelectual público mais associado ao debate sobre o *precariado*. Não por acaso, as suas teses têm sido abundantemente discutidas em vários fóruns e, em Portugal, já marcou por mais do que uma vez presença em iniciativas das organizações de trabalhadores precários⁷.

A escolha destes autores visa revelar a natureza pluriparadigmática das ciências sociais, que é o que faz a sua força. Mas o exercício não é apenas um gesto de prazer de exegeta. Por trás desses diagnósticos encontram-se três tradições sociológicas e políticas diferentes e a partir desses diagnósticos são avançados cenários e propostas distintas, dentro do campo de uma visão crítica da precariedade. Assim, este tipo de diagnósticos e propostas estabelecem um diálogo com o processo formação do precariado. É a partir desse pressuposto que, além de expor o que propõem, lançarei um olhar crítico sobre as implicações das suas posições na definição de uma *política do precariado*.

Hardt e Negri, o trabalho imaterial e a biopolítica da multidão

A atenção aos sectores menos “integrados” da classe operária, a valorização de subjetividades políticas construídas nas margens, a apologia do recurso a formas de luta laboral para além daquelas que se institucionalizaram no quadro da chamada “relação salarial fordista” não são, em Antonio Negri, uma novidade. Desde a década de 1970 que o *operaísmo*, uma corrente do marxismo particularmente forte em Itália, via nas transformações que começavam a operar-se no capitalismo a emergência de uma nova subjetividade política assente na “recusa do trabalho” e em “novas necessidades” que iam além do trabalho assalariado (Negri, 1978). A socialização na escolarização de massa, os novos comportamentos no quotidiano operário, o tipo de conflitos sociais emergentes, os repertórios de luta (boicotes, ocupações, greves selvagens...), apontavam, na visão dos *operaístas*, para uma mutação nas subjetividades operárias, para a crise da centralidade da fábrica e para uma deslocação da luta para o território urbano, por via de um “sindicalismo de escala metropolitana”.

⁷ Referimo-nos, além de eventos académicos, ao Fórum Precariedade e Desemprego, organizado pela Associação de Combate à Precariedade Precários Flexíveis (que teve edições em 2013 e em 2014).

Não será estranho por isso que, a propósito do atual ciclo de lutas e dos debates em torno do precariado, Antonio Negri e Michael Hardt (co-autor dos livros mais recentes, e também mais marcantes) acabem por reafirmar algumas das hipóteses que, no passado, sustentaram as suas análises. Na subjetividade dos “trabalhadores imateriais” de hoje, é a mesma recusa do trabalho assalariado e da condição operária que procuram. Nas ocupações de praças, de edifícios ou nas lutas pelo direito à habitação, é a mesma antecipação concreta de espaços libertados da tutela do Estado e do mercado que vêm anunciar-se. Nas ações dos movimentos de apropriação de bens ou na instituição de formas de troca alternativas, é a mesma vontade de determinação popular do valor que parece estar em causa (Neves, 2014). E no entanto, seria errado dizer que, para os autores, nada tenha mudado no capitalismo. Pelo contrário.

De acordo com Hardt e Negri, estaríamos perante uma transição de fundo, uma transformação que implicaria rever os próprios conceitos de trabalho, de valor e de exploração. Olhando essas transformações a partir do conceito de “trabalho imaterial”, são também os sujeitos da emancipação que estão em causa. Em lugar da classe operária ou do povo, a “multidão” aparece como a figura capaz de dar conta das novas subjetividades antagonistas. Criticando o apego aos modelos fordistas ou o regresso às políticas *keynesianas*, rejeitando quer a via reformista quer a intermediação revolucionária de partidos ou sindicatos, a libertação do trabalho passaria por um processo de emancipação sem mediações, protagonizado pela multidão contra o biopoder do Império.

A hegemonia do trabalho imaterial

A tese de Hardt e Negri é a da perda de hegemonia do trabalho industrial, cujo lugar foi, desde finais do século XX, sendo substituído pelo trabalho imaterial, ou seja, “o trabalho que cria produtos imateriais, como o conhecimento, a informação, a comunicação, uma relação ou uma resposta afetiva” (Hardt e Negri, 2005: 115). O trabalho imaterial (intelectual, linguístico e afetivo) teria então passado a ser dominante. Não se trata, precisam os autores com alguma prudência, de uma hegemonia “em termos quantitativos” mas “de ele constituir uma tendência do desenvolvimento futuro”. O trabalho imaterial seria assim “hegemónico em termos qualitativos” por imprimir a sua marca “sobre as outras formas de trabalho e sobre a própria sociedade” (Hardt e Negri, 2005: 117). Essa hegemonia seria verificada pelo crescimento da proporção dos empregos cujo produto de trabalho é imaterial,

pelo facto das outras formas de trabalho estarem a adoptar as suas características e pela generalização, na vida social, da forma de rede típica da produção imaterial.

As consequências são consideráveis. Seguindo com esta perspectiva, o trabalho estender-se-ia muito para além do trabalho assalariado, referindo-se “às capacidades de criação humanas na sua máxima generalidade”. Enquanto a produção material criava os meios da vida social (seja vestuário ou alimentos, uma televisão ou um carro), a produção imaterial criaria a própria vida social. Esta produção biopolítica é, para os autores, não mensurável porque “não pode ser quantificada em unidades fixas de tempo” e é sempre excessiva “no que respeita ao valor que o capital pode retirar dela” (*idem*: 154). Além disso, ela funda-se no *comum*, porque implica a cooperação, a colaboração e a comunicação: o conhecimento comum, a comunidade linguística e as relações afetivas existentes estão na base dessa produção imaterial, fazendo com que viver e produzir tendam a ser “indiscerníveis” (*idem*: 156).

Com a divisão entre tempo de trabalho e tempo de ócio cada vez mais indefinida, o primeiro expandir-se-ia para o conjunto do tempo da vida (as ideias que nos surgem durante o dia ou nos sonhos sendo um exemplo). Esta mudança profunda da jornada de trabalho e do tempo de produção, que altera os ritmos regulares da produção industrial e que põe em causa a distinção entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, tem uma consequência de alcance estratégico: “a unidade do tempo de trabalho como medida fundamental do valor deixou de fazer hoje sentido” (*idem*: 153).

Esta conceção sobre a transformação do trabalho obrigaria a repensar a teoria do valor e também o conceito de exploração. Em Marx, a exploração correspondia à quantidade de tempo do sobre-trabalho, ou seja, aquela parte da jornada de trabalho (não paga) cujo valor produzido não ia para o trabalhador mas sim para o patrão. Esse conceito tinha uma tradução política muito concreta: a luta contra a exploração era a luta pela redução do horário de trabalho e pelo aumento do salário. Já no paradigma da produção imaterial a exploração deve ser concebida como a “expropriação do comum” (*idem*: 157), porque é o comum “o lugar da mais-valia”. Também aqui a tradução política é clara e concreta: indistinto o tempo de trabalho do tempo da vida, o tempo que é do trabalhador e aquele de que o patrão pode dispor, a luta pelo horário de trabalho tornar-se-ia subitamente despropositada. No seu lugar, é a remuneração do tempo de existência que deveria constituir uma reivindicação da multidão. Daí que Hardt e Negri vejam num rendimento básico mínimo “um projeto

constituente” que corresponde ao reconhecimento da “produtividade comum dos pobres” (Hardt e Negri, 2005: 145).

A Multidão como novo “sujeito comum do trabalho”

O conceito de precariado não está ausente dos escritos de Hardt e Negri. Mas não é a categoria que utilizam para definir “o sujeito comum do trabalho”. Esse sujeito é a multidão. Curiosamente, os autores chegam a afirmar que “a multidão é um conceito de classe” (idem: 111) e até que ela “dá ao conceito de proletariado a sua definição mais plena”. Mas se é assim, se a multidão inclui “todos aqueles que trabalham sob a direção do capital”, então qual seria o interesse de usar um termo que teria já um equivalente? A resposta tem pelo menos duas dimensões.

A primeira é o facto de os usos políticos da noção de proletariado a terem historicamente reduzido a uma categoria equivalente à classe operária, concebida de modo restrito. Ao contrário dessa concepção, mesmo quando definem a multidão a partir do mundo produtivo, os autores insistem que “todas as formas de trabalho são hoje socialmente produtivas” (114), ou seja, as fronteiras da multidão não se fazem em torno do trabalho assalariado. Por fazerem parte dos “circuitos da produção social e biopolítica” (139), isto é, por permanecerem ativos na produção social, todos os “sem” (sem-abrigo, sem-emprego, sem-papéis) são parte da multidão. Assim, na multidão encontram-se todas as figuras biopolíticas: do trabalho material e imaterial, empregados ou desempregados, trabalhadores domésticos, agrícolas ou migrantes. Conceito inclusivo, é “através das lutas do trabalho que a figura biopolítica real e produtiva da multidão começa a emergir” (109). Mas essas lutas acontecem no território, dado que o capital estende o seu domínio a todos os lugares, muito para além “dos muros da fábrica” ou do espaço do estado-nação (“já não há um exterior do capital”, dirão). É portanto toda a metrópole, e não a fábrica, o lugar da exploração, onde toda esta atividade tem lugar e onde se concentram os indivíduos móveis que podem forjar a resistência.

Num tempo de individualização e heterogeneização da classe que vive do trabalho, terá o conceito de multidão capacidade de dar conta da fragmentação contemporânea? E como produz, perante tal fragmentação, uma identidade comum capaz de dar origem à ação coletiva? Para os autores, a fratura das identidades não impede uma ação conjunta: a multidão é um sujeito ativo que não se baseia na identidade ou na unidade, mas que “age na

base do que as singularidades têm em comum” (107). Ou seja, presume-se, a participação na produção social e “a recusa da direção do capital” (114).

Incapazes de representarem “os desempregados, os pobres ou até mesmo os trabalhadores flexíveis e móveis do pós-fordismo” (147), os “velhos sindicatos” não seriam já capazes de exprimir o devir comum do mundo do trabalho em toda a sua generalidade. E, contudo, “a fim de ser capaz de assumir um papel político constituinte e de formar sociedade, a multidão terá de ser capaz também de tomar decisões e de agir em comum” (223). Como? Através, supõe-se, de uma organização reticular, homóloga à “atividade em rede” na qual o trabalho se teria transformado. Salvaguardando que a hegemonia económica do trabalho imaterial “não implica qualquer forma de hegemonia política” (223), é verdade que Negri não se furtou a acusações de vanguardismo quando chegou a sugerir, em determinado momento, que deveria ser “reconhecido ao precariado social e às forças intelectuais da produção um papel *predominante*”. Reconhecido por quem? E em nome de que critérios?, perguntaria Bensaïd (2008: 289).

Se, do ponto de vista sociológico, a definição da multidão enquanto classe nem sempre é precisa e se, do ponto de vista estratégico, não fica claro como se transforma a multidão num agente “capaz de tomar decisões” – até porque para os autores a multidão rejeita mediações e a emancipação será uma ação espontânea das suas singularidades⁸ –, já do ponto de vista programático as propostas são mais concretas. A política da multidão poderia servir-se, para Hardt e Negri, de dois instrumentos imediatos: uma cidadania universal, que questionasse o vínculo da cidadania ao estado-nação e que assumisse a escala global como espaço da afirmação anticapitalista; e um rendimento universal garantido, capaz de reconhecer esta produtividade do ser, independentemente do trabalho assalariado.

A emancipação, entre o êxodo e a espera de um “acontecimento maior”

As teorias de Hardt e Negri têm tido um assinalável impacto, nomeadamente em sectores ativistas⁹. Ao apontar para um agrupamento sem contornos precisos, o conceito de

⁸ A força da multidão é que o seu poder é instituinte, a sua capacidade de ser autónoma e “criar sociedade pelos seus próprios meios”, de ser A emancipação nascerá portanto da ambivalência do processo em curso, que subsume todas as formas de vida, mas que é também a fonte de um antagonismo permanente, alimentado pelo bipoder da multidão

⁹ O seu livro *Império* chegou a ser considerado uma “bíblia do movimento alterglobalização” (Tossel, 2008: 55).

multidão parece dar conta da confluência, em processos contestatários e movimentos populares concretos, de uma multiplicidade de sujeitos cujas pertencas e identidades são mescladas, desde os indígenas de Chiapas aos estudantes do Chile, dos indignados europeus ao povo que se juntou frente a Wall Street durante o movimento *Occupy*. A utilização do termo procura reabilitar a figura informe, indisciplinada e turbulenta da multidão, por oposição a uma concepção restrita de classe operária, insistindo nas novas formas de vida e subjetividade das quais o trabalho “imaterial” e “afetivo” se destacariam. Contudo, a existência de identidades múltiplas dentro da classe que vive do trabalho e a existência de alianças populares e de blocos históricos não é novidade. Qual, então, a originalidade do conceito de multidão? Basicamente, creio, a sua indeterminação política e estratégica.

Enquanto conjunto indiferenciado dos “de baixo” cuja potência resiste sempre à sua institucionalização em soberania, a ausência de unidade transforma-se em si mesma num projeto político: a resistência da multidão desenvolver-se-ia como poder constituinte através da coordenação espontânea das singularidades que a compõem. Como e servindo-se de que formas? Dispensados partidos e sindicatos, parece restar-nos a celebração: do nómada, do precário, dos “exilados do sistema” (como os desempregados), que, por supostamente não estarem presos à dominação do capital, teriam a capacidade de ser “carne viva que se governa a si própria” (108). Mas não desconsidera essa celebração o quanto essas “figuras biopolíticas” são, mais do que uma condição de libertação, uma condenação produzida pela própria lógica do capital?¹⁰

Ao proporem uma interpretação global para as mutações do capitalismo, Hardt e Negri chamam a atenção para a crescente importância do trabalho intelectual, que em algumas circunstâncias se funde com trabalho manual (mas ter-se-á superado essa divisão?), para o prolongamento da atividade produtiva para lá do tempo de trabalho assalariado, bem como para uma espécie de desenvolvimento viral do capitalismo que afeta todos os domínios de vida e, ao fazê-lo, coloca também desafios novos à luta dos trabalhadores. Contudo, a sua proposta parece não escapar a um certa euforia tecnológica e a um otimismo histórico sobre

¹⁰ Retomem-se, a este propósito, os argumentos de Daniel Bensaïd: “Não nos evadimos em massa das relações de produção. Não desertamos coletivamente do sistema de exploração e de dominação. É preciso submeter-se a ele, ou afrontá-lo para o quebrar”. Assim, por mais que os desempregados possam ser subjetivamente “desertores do trabalho, continuam a fazer objetivamente parte do exército industrial de reserva. E os migrantes, por mais belo que possa ser o seu ato de resistência, continuam a fazer parte de fluxos que têm no capitalismo uma função de regulação do mercado de trabalho mundial” (2008: 301).

as potencialidades desse tipo de trabalho antecipar um espaço de autonomia e momentos de emancipação. Como se o poder constituinte da multidão amadurecesse através das formas pós-modernas da produção social e o capitalismo conspirasse assim contra si próprio.

Ora, essa sensação de caminhar no sentido da história, como se houvesse uma espécie de necessidade teleológica que traria o comum e o comunismo na barriga do trabalho imaterial, é também o que permite secundarizar, teoricamente e na prática, a conjuntura e os problemas concretos da relação de forças. *A política da multidão* parece assim oscilar entre a temática do êxodo (nas figuras do desempregado, do migrante ou do trabalhador imaterial que anunciariam uma fuga ao sistema), a deslocação do centro de gravidade das lutas laborais do salário e do horário de trabalho para uma “renda básica” e a apologia da espera quase teológica por um “acontecimento de força maior” que terá de vir, “num momento ou outro”, como “o verdadeiro ato político do amor” (Hardt e Negri, 2005, 347).

Robert Castel, a erosão da sociedade salarial e a precariedade permanente

Uma visão bastante diferente da de Hardt e Negri é-nos proposta por Robert Castel, um dos autores que com maior profundidade e insistência pensou a problemática da precariedade a partir das mutações do trabalho. A sua abordagem traça uma história da sociedade salarial recorrendo à aparelhagem teórica da escola da regulação (*regime de acumulação, modo de regulação, relação salarial* como forma de organização do trabalho)¹¹, mas combina-a com uma atenção muito particular à fragilização do indivíduo – instalação da insegurança, angústia do desemprego, sentimentos de inutilidade... –, sensibilidade que lhe terá vindo possivelmente dos seus primeiros trabalhos, nos quais procedeu a uma sociologia crítica da cultura psicológica, da psicanálise e da psiquiatria (Castel, 1977; 1981).

A tese de Castel é que, desde meados da década de 1970, assistimos a uma transformação de fundo no regime do capitalismo, que passa pela erosão da sociedade

¹¹ A Escola da Regulação é uma corrente de economia heterodoxa de origem francesa, que se dedicou a analisar os aparatos regulatórios do capitalismo e que procura combinar de forma eclética conceitos marxistas com o keynesianismo, o institucionalismo americano, o historicismo alemão e a Escola dos Annales. Entre as suas obras fundadoras e de referência encontra-se a de Michel Aglietta (1976) ou de Robert Boyer (1986). Para uma crítica marxista da escola da regulação cf Braga (2003).

salarial e que faz emergir uma “nova questão social”, marcada pelo desemprego e pela precariedade laboral. Para Castel, ao contrário de outros autores, o que está em causa não é o fim do trabalho assalariado, mas sim uma transformação profunda da condição salarial, que deixa de estar estruturada no emprego clássico (entendido como um contrato a tempo inteiro, sem termo, enquadrado pelo direito do trabalho e com proteção social). Esta transformação, que é de ordem social e política antes de ser económica, dá origem à emergência de uma condição precária permanente – que ele designa de “precariado” – e de um novo “individualismo negativo” ou “por defeito” (Castel, 1998; 2009).

Da sociedade salarial à sociedade da “plena atividade”

Ainda que tenha sido nos finais do século XIX e na primeira metade do século XX que se iniciou o processo de constituição de um Estado *Social* de Direito, com a aprovação de legislação favorável aos operários e as primeiras modalidades de proteção social, é sobretudo a partir do pós-Segunda Guerra Mundial que, na opinião de Castel, se constrói na maior parte dos países europeus o que apelidará de “sociedade salarial”. Nesta, o trabalho assalariado passa a ser o principal fator de integração social e, sob a forma de emprego, constitui uma plataforma de acesso a direitos sociais e a base de construção de um sistema de redistribuição e de proteções.

A instituição desta relação salarial “fordista” como um princípio global de divisão e organização do trabalho nas sociedades industrializadas exigiu que se reunissem cinco condições: a separação clara entre os “ativos” e os “inativos ou semi-ativos”; a regulação da conduta operária fixando o trabalhador ao seu posto e racionalizando o processo de trabalho; o acesso dos operários a novos consumos, garantindo um mercado para a produção em massa; o acesso à *propriedade social* (serviços públicos e bens não mercantis); e o reconhecimento, pelo direito do trabalho, da natureza coletiva da representação dos trabalhadores e dos seus contratos (1998: 420-435). O processo histórico de construção de uma sociedade salarial fez com que a condição de trabalhador assalariado fosse capaz de ganhar hegemonia sobre as outras duas condições “que, durante muito tempo, o tinham esmagado: a do proprietário e a do trabalhador independente” (1998: 594).

Para Castel, a história da construção do *salariado* é por isso uma história de compromisso. Ou seja, de uma compatibilização dinâmica entre exigências económicas (de produtividade), sociais (de proteção dos trabalhadores contra os riscos sociais) e políticas

(de coesão social sob o comando do Estado), nas quais o estatuto de emprego “estável e protegido constituiu a base principal de construção da solidariedade na sociedade salarial” (2009: 159). A história da sociedade salarial é, também, a da construção de um frágil equilíbrio entre um processo de individualização enquanto libertação e o reconhecimento da pertença a coletivos sociais protetores. A tese de Castel é que os dois processos não são contraditórios: para se emancipar, o indivíduo precisa de estar socialmente seguro e não dependente do acaso e da insegurança económica, o que explica que este individualismo (positivo e emancipador) se tenha desenvolvido sobretudo no quadro da condição assalariada protegida.

O momento que se vive nas últimas décadas, através da re-individualização, re-mercantilização e des-coletivização da relação salarial, poria assim em causa toda a “civilização do trabalho”, provocando o regresso da vulnerabilidade de massas que aquela procurara esconjurar. As duas transformações decisivas neste processo são, para Castel, a precarização das relações laborais (cujas modalidades afinal seriam cada vez menos “atípicas” dada a sua generalização) e a instalação de um desemprego de massas que, em parte, passaria a ser concebido não como um *estado transitório*, mas como uma *condição permanente* de “não-emprego” (2009: 162-165). A emergência de uma “condição precária” seria assim o resultado deste processo, no qual “a precariedade permanente já nada tem de excepcional ou provisório”. O “preariado” é o nome desta condição e constitui “um registo próprio da existência do salariado” (2009:169).

Crítico das políticas de emprego seguidas na maioria dos países europeus nas últimas décadas, Castel considera que elas têm multiplicado formas porosas de emprego ou medidas de “inclusão” apresentadas como temporárias e provisórias (do tipo contratos-inserção, planos ocupacionais, estágios...), mas que acabam por tornar-se elas próprias de duração indeterminada. A pressão para a “atividade”, mesmo quando ela corresponde a uma forma de subemprego, dá origem a novas formas de “trabalho forçado”, nomeadamente as que resultam das condicionalidades de determinadas prestações sociais ou de inserção dos jovens (2009: 171). “No limite”, diz Castel, esta lógica pode conduzir-nos “a uma sociedade de plena atividade muito diferente de uma sociedade de pleno emprego”, o que constituiria uma “subversão do estatuto do emprego” e uma “saída por baixo” da sociedade salarial (2009:173). Essa forma de sair da sociedade salarial pela remercantilização, que está em marcha, não implica contudo o abandono do trabalho assalariado, mas um tipo de

enquadramento que o destitui das proteções e regulações anteriores (2009: 162; 173). Assim, ao contrário do que defendem os teóricos do fim ou da superação do trabalho assalariado na atual fase do capitalismo, para Castel o movimento em curso não nos transportaria “para lá do trabalho”, mas sim para “aquém do emprego” ou pelo menos, para alguém da forma hegemónica de relação salarial moderna construída sob o capitalismo industrial (2009: 161).

Salvar a sociedade salarial através de novas proteções

O contraste da abordagem de Castel com as teorias do “fim do trabalho assalariado” (e mesmo com Hardt e Negri) é evidente. Para Castel seria “no mínimo apressado” e mesmo uma “pura insanidade” decretar o fim da sociedade salarial. Por um lado, a maioria dos trabalhadores continua hoje a enquadrar-se nessa condição, mesmo com a subida do desemprego e da precariedade. Por outro, defende, o processo de assalariamento não terminou, estendendo-se por exemplo às profissões de tradição “liberal” como arquitetos ou jornalistas (2009: 134). Assim, para Castel, está longe de ser provado que o estatuto do emprego se tenha tornado obsoleto perante as necessidades da economia ou das empresas e por isso o grande desafio é enfrentar a “desestabilização do salariado” (2009: 135)

Contra a hipótese de uma recomposição do trabalho assalariado num quadro mercantil ou de uma segmentação crescente, a proposta de Castel passa por um novo compromisso capaz de (i) reatualizar o direito do trabalho recusando a transformação da flexibilidade em precariedade, (ii) operar uma redução substancial e controlada do tempo de trabalho e (iii) garantir uma cobertura universalista dos riscos sociais, nomeadamente ligados à precariedade e ao desemprego (2009, 111). Neste campo, Castel é um crítico incisivo das ideias da *flexigurança* e um céptico sobre propostas para uma redefinição total do direito do trabalho, mesmo que ela fosse proposta com a melhor das intenções.

Com efeito, Castel soma ao voluntarismo político a “prudência” resultante da avaliação da relação de forças. Para o autor, reconstruir o direito do trabalho sobre bases totalmente diferentes, como propôs o célebre relatório de Alain Supiot (1999), onde se propugna o conceito do “estado profissional da pessoa”, é a opção mais “ambiciosa, mas também a mais arriscada”, dado que “ao ceder sobre os direitos adquiridos, mesmo que com a intenção de constituir novos”, pode correr-se o risco de “deitar fora o bebé com a água do banho” (2009: 131).

A cautela de Castel tem uma razão forte: se, no atual equilíbrio de forças, os sectores sociais favoráveis ao desmantelamento da regulação de trabalho são mais poderosos, então seriam eles a conduzir esse processo, num sentido oposto ao do reforço dos direitos. Por isso, insiste, as propostas devem pensar a relação de forças concreta nas quais podem apoiar-se. Com os sindicatos centrados na defesa dos seus efetivos, as lutas laborais na defensiva (nomeadamente sob pressão da ameaça do desemprego) e com entidades patronais cuja afeição pela flexibilidade é essencialmente uma forma de instrumentalização do conceito para fins de redução do salário e de maior acumulação, parece improvável que uma refundação do direito do trabalho pudesse atualmente ser conduzida com um sentido progressista. Por isso, Castel prefere o esforço de “conservar as garantias de emprego para aqueles que beneficiam delas e implantar novas regulações jurídicas para proteger o conjunto das outras situações” (2009: 131-132), numa dupla exigência de manter o par proteções-emprego da sociedade salarial e impor novas regulações nas zonas cinzentas onde as regulações do “emprego clássico” não se aplicam (trabalho independente, intermitência, formas híbridas do terceiro sector, formas precárias de trabalho).

A resistência como saudade do compromisso fordista?

O diagnóstico que Castel traça sobre as transformações no modo de regulação do capitalismo e sobre a degradação da condição salarial parte de uma avaliação muito crítica sobre as tendências de desregulação e mercantilização das relações laborais promovidas pelos Estados sob a pressão do capitalismo financeirizado. Ele põe em destaque, também, a “zona cinzenta” entre “trabalho e não trabalho” caracterizada pela precariedade e o tipo de “individualismo negativo” e de desafiliação social que surge neste processo, com um contingente crescente de indivíduos cuja existência se faz na gestão do dia-a-dia, impossibilitados de projetar a sua vida e de realizar as suas aspirações sociais, dependendo da “ajuda” dos outros ou das prestações sociais dos Estados (1998: 603).

Na atual fase de desconstrução neoliberal, é perfeitamente compreensível – e mesmo justificada – a ênfase no facto de as instituições da sociedade salarial, que foram objeto de lutas laborais significativas, representarem a instauração de princípios não mercantis na gestão de bens sociais: os serviços públicos desmercadorizados ou as prestações sociais são um bom exemplo disso. Mas em Castel, a crítica da realidade atual

parece não escapar a uma certa apologia do anterior regime do capitalismo, que coloca pouco em evidência as contradições que o atravessavam.

O sociólogo não é, de resto, o único que se presta a esse julgamento. Alguns críticos da escola da regulação apontam a essa corrente uma “nostalgia do fordismo” (Braga, 2003) que esquece que os “Trinta Gloriosos” foram o período da mais espetacular expansão do capitalismo no século XX também por terem sido um momento de passivização da classe trabalhadora – que foi pondo de parte o projeto de superação do capitalismo – e de marginalização das componentes mais radicais do próprio movimento operário e sindical (Wahl, 2009: 137). Nesse sentido, em Castel não aparece a ideia de que a sociedade salarial foi também uma forma de neutralização do trabalho enquanto espaço com potencial de conflito (Cingolani, 2012: 80).

Há um outro aspeto que passa por saber se a precariedade é um fenómeno marginal à sociedade salarial ou se, sendo intrínseco ao capitalismo, sempre coexistiu com ela. Com efeito, quer a industrialização quer a construção das proteções do trabalho assalariado sempre foram processos lentos e inacabados. Paralelamente à construção da “sociedade salarial” e do Estado-Previdência, sempre permaneceram bolsas significativas de trabalho informal, de trabalho clandestino (nomeadamente de migrantes) e de trabalho doméstico, que ficaram à margem do contrato de trabalho e das suas proteções. As mulheres (com a acumulação massiva de trabalho doméstico não pago nem reconhecido) e os imigrantes (alvos de uma clandestinidade que era a garantia da sua sobre-exploração) foram sempre a parte subalternizada desse compromisso entre a expansão da relação salarial e a lógica da acumulação do capital que foi a constituição da sociedade salarial.

É certo que, aos críticos, Castel pode sempre contrapor que o realce que coloca na defesa de uma determinada forma de organização do trabalho (no caso, a que foi construída pela sociedade salarial) é não tanto um elogio acrítico dessa ordem mas sim uma lembrança sobre o quão frágeis são os compromissos que lhe deram origem e que são hoje objeto de uma profunda ofensiva. Não por acaso, essa preocupação condu-lo a uma sensibilidade muito maior que outros autores aos debates políticos concretos sobre o que, na atual conjuntura, se joga em termos das lutas laborais – e o que é preciso defender.

Todavia, ao colocar o desemprego e a precariedade como periféricos e de certo modo exteriores à relação salarial fordista, a sua análise não nos restitui plenamente a natureza estrutural desses fenómenos dentro da lógica de acumulação capitalista. Por outro

lado, ao concentrar-se na defesa dos equilíbrios conquistados pela “sociedade salarial”, deixa pouco espaço para que a discordância dos tempos expluda, para a possibilidade de ação do precariado e para que, também no presente, as escolhas concretas tenham um horizonte estratégico que vá para além desse compromisso limitado.

Guy Standing e a “política do paraíso” do precariado

Poucos autores que se debruçam sobre os temas do trabalho terão tido, nesta década que ainda vai a meio, o impacto de Guy Standing. O seu livro *The Precariat* (2011) colheu um enorme sucesso internacional e tornou-se num fenómeno que animou o debate muito para lá dos tradicionais espaços da academia. Standing, que trabalha há mais de duas décadas sobre estes temas (Standing 1999; 2009), tem um percurso que passa pela universidade, mas também pela Organização Internacional do Trabalho, da qual foi assessor. Essa trajetória dota-o de muita informação empírica e de um ponto de vista internacional abrangente.

A tese de Standing é forte e clara: estamos perante a emergência de uma nova classe em formação (“class-in-the-making”), o precariado, distinta do proletariado ou da classe operária (“working class”). Esta classe precisaria de encontrar a sua agenda política e formas próprias de representação. O seu livro pretende justamente dotar o “precariado” de uma explicação sobre a sua origem, de uma definição dos seus antagonistas e de um programa de ação.

O Precariado como classe

Na opinião de Standing, as categorias herdadas do século passado já não nos permitem designar as atuais relações de classe num sistema de mercado global. Para fazê-lo, precisamos de reconhecer a emergência de uma nova classe que “não é uma parte da ‘classe trabalhadora’ ou do ‘proletariado’”.¹² O autor avança três critérios para definir o precariado.

¹² O proletariado é concebido por Standing como a classe constituída pelos “trabalhadores com empregos a longo termo, estáveis, com horário fixo, com regras de progressão na carreira, sujeitos à sindicalização e a acordos coletivos de trabalho, com categorias profissionais que soariam familiares aos seus pais e mães” (Standing, 2011: 6). Uma tal definição, que equivale proletariado/classe trabalhadora aos segmentos protegidos do mercado de trabalho, não pode deixar de causar perplexidade. Não estará Standing a esquecer que o

O primeiro tem a ver com a sua relação com as várias formas de segurança garantidas pela agenda “trabalhista” do contrato social do pós-II Guerra. Standing identifica sete: segurança no mercado de trabalho (plasmada no objetivo do pleno emprego e na sua garantia à escala do indivíduo), segurança no emprego (estar protegido contra o despedimento arbitrário), segurança na profissão (ter carreira, qualificações reconhecidas, algum controlo sobre o processo de trabalho), segurança no trabalho (regras no exercício profissional, proteção na doença, entre outras), segurança na reprodução de competências (ou seja, direito à formação, oportunidade de adquirir e utilizar as suas competências), segurança de rendimento (ter um salário garantido, com um valor mínimo estipulado por lei ou indexado à produtividade) e segurança de representação (a existência de uma voz coletiva e de instâncias de representação e de negociação) (Standing, 2011: 10). O precariado seria, relativamente a esta dimensão, a classe que não beneficia de nenhum destes sete tipos de segurança.

O segundo critério é a estrutura do rendimento social. Para o economista, o rendimento pode ser dividido em seis elementos: o que resulta da auto-produção (por exemplo, a agricultura de subsistência), o que provém do salário, o que deriva do apoio comunitário ou familiar, o que se consubstancia em benefícios dados pela empresa, o que se traduz nas transferências oriundas do Estado e, finalmente, os lucros que têm origem em rendas privadas ou ações (idem: 11). O precariado seria o grupo cuja estrutura de rendimento está privada destas múltiplas formas, restando-lhe o salário, cujo valor é tanto mais imprevisível quanto mais exposto à flexibilidade.

O terceiro critério é a ausência de uma “identidade baseada no trabalho”, dado que, ao contrário do que acontecia no passado com a classe trabalhadora, “o precariado não se sente parte de uma comunidade laboral solidária” (idem: 12). Fora do contrato social conquistado pelos sindicatos, o precariado teria “características de classe” que o diferenciariam desses outros trabalhadores, justamente por ter relações de confiança mínimas com o Estado e com o Capital.

compromisso fordista é um parêntesis curto e essencialmente europeu na história internacional da condição da classe trabalhadora, marcada desde sempre pela insegurança e por múltiplas formas de precariedade?

O precariado possuiria assim uma composição e *interesses* distintos dos outros seis grupos que o economista identifica na estrutura das sociedades atuais¹³, nomeadamente dos “assalariados” (onde inclui os funcionários públicos), da “classe operária” e dos “desempregados”.

Mas afinal, quem compõe esta nova classe com interesses distintos? Para além das categorias laborais que tradicionalmente são consideradas como vivendo esta condição – trabalhadores temporários, trabalhadores a *part-time*, falsos independentes, o exército dos call centres, os estagiários – o autor inclui nesta nova classe outros grupos frequentemente invisibilizados: trabalhadores do sexo, minorias étnicas, estudantes endividados e vítimas da mercantilização do ensino, cidadãos portadores de deficiência, pensionistas que voltam ao mercado de trabalho (muitas vezes de forma subsidiada), população penitenciária (em crescimento exponencial nas últimas décadas e que engrossa os contingentes de mão de obra barata, também dentro da prisão) (Standing, 2011: 59-88). Este aglomerado de categorias não é homogéneo. Standing distingue por isso, dentro do precariado, os que fazem parte deste grupo por ausência de recursos e de escolha e os que valorizam as dimensões positivas que esta condição pode oferecer. Criando um corte dentro do género e da idade, o autor distingue entre os “grinners” (os sorridentes) e os “groaners” (os que lamentam), convocando, basicamente, o critério da escolha e a posse de capital (económico, cultural, social...) para diferenciar a vivência desta condição comum. Standing inclui ainda no precariado os migrantes, considerados “denizens” (neologismo que se contrapõe a ‘citizens’), isto é, pessoas cuja cidadania é limitada: os trabalhadores “ilegais”, mas também aqueles cujo estatuto de “residente” se encontra amputado de direitos sociais, económicos, culturais ou políticos. Esta população, segundo o economista, tende a crescer e a ganhar importância dentro do precariado¹⁴.

¹³ Os seis grupos são: (i) a elite; (ii) os assalariados (“salaried”, categoria que inclui os funcionários públicos); (iii) os ‘proficians’ (contração em inglês das palavras profissionais e técnicos, ou seja, trabalhadores com altos salários, qualificações e capacidade de negociação, normalmente com estatuto independente e que vêm positivamente a mobilidade e a ausência de contratos fixos); (iv) a “classe operária” e (v) os desempregados e (vi) os “desajustados” ou, diríamos nós, o que usualmente se designa por “excluídos” (Standing, 2011: 8).

¹⁴ Para Standing, isso deve-se ao crescimento dos indocumentados, às migrações associadas à mobilidade estudantil incentivada pela globalização e pelos mercados educativos internacionais, ao avolumar o número de refugiados, ligados não apenas a guerras e a circunstâncias políticas, mas também a fenómenos climáticos e à maior circulação interna dentro das empresas multinacionais.

Um contributo interessante do autor é também a reflexão sobre a relação do precariado com o tempo. A tese de Standing poderia ser resumida da seguinte forma: a tradicional separação entre o espaço de trabalho e o espaço doméstico está posta em causa; as fronteiras entre tempo de trabalho, tempo de lazer e jogo esbatem-se; há uma desvinculação entre uma atividade específica e um determinado espaço; o local de trabalho é cada vez mais também a casa, o carro, o café e, assim, a esfera da privacidade é cada vez mais objeto de controlo (2011: 118). Esta dinâmica significa uma intensificação não apenas do tempo de trabalho, considerado na sua aceção mais clássica, mas ainda daquilo que designa, numa terminologia original, de “work-for-labour”¹⁵ e de “work-for-reproduction”¹⁶.

Da política do Inferno à política do Paraíso

Época em aberto, o nosso tempo confrontar-se-ia, para Standing, com a hipótese assustadora de uma “política do Inferno”, que estaria já em gestação através de uma sociedade de vigilância, de um Estado liberal-paternalista, de políticas sociais com condicionalidades crescentes, do crescimento do *workfare* em detrimento da universalidade, do desenvolvimento do populismo e do enfraquecimento da democracia pela mercantilização da política, dominada por formações populistas e neofascistas (idem: 132-151). A esta *política do Inferno* seria preciso opor uma alternativa. Para Standing, quem pode fazê-lo é o precariado, que “tem de estar institucionalmente representado e reivindicar que as políticas se conduzam por princípios éticos” (166). Garantindo segurança de rendimento e formas próprias de agência, ele poderia desenvolver uma “nova política do Paraíso” (idem: 155).

¹⁵ O primeiro é “trabalho que não tem valor de troca mas que é necessário ou aconselhável” para se fazer parte da sociedade do emprego: procura de emprego, preenchimento de formulários para a burocracia do estado, certificação, o trabalho que se leva para casa sob a forma de relatórios para ler, mails para responder, etc. Este tempo é ainda ampliado pelas exigências do “training-for-labour”, tempo de formação que, ao invés de ser incluído no tempo previsto no contrato de trabalho, é atirado para fora dele, ainda que exigido pelo “mercado de trabalho” (122-123)

¹⁶ O “work-for-reproduction” diz respeito ao tempo dedicado ao cuidado dos outros (amigos, família, nomeadamente idosos e crianças), que em sociedades patriarcais, como a nossa, recai mais sobre as mulheres. Mas é também o trabalho de cuidado de si, relacionado com a manutenção não apenas da sua “empregabilidade” mas também com o apelo crescente a que as pessoas sejam acompanhadas no sentido de garantir a sua felicidade (terapias, auto-ajuda, etc.) (126)

A agenda de Standing para essa política mistura propostas com alcances, lógicas e formulações muito diferentes. Vai do reconhecimento dos direitos de cidadania dos migrantes à criação de uma validação internacional da credenciação; da rejeição da mercantilização da educação à abolição dos subsídios ao capital e ao trabalho; da taxação das mais valias financeiras a políticas redistributivas dos principais recursos em disputa (segurança económica, tempo, espaço, conhecimento e capital financeiro) (2011: 157-182).

É contudo na área do trabalho e do emprego que as suas propostas parecem ser mais ousadas: acabar com todas as formas de distorção do mercado de trabalho enquanto mercado livre, promovendo a sua “total mercantilização” (idem: 161); assumir o emprego como “instrumental” e como uma “verdadeira transação comercial” (162); acabar com o fetiche dos empregos e assegurar, pelo contrário, um direito ao trabalho para todos, entendendo-se por trabalho todas as formas de atividades voluntárias, comunitárias e sociais; regular o exercício dessas atividades, criando códigos éticos para todas as comunidades ocupacionais e atividades económicas; encontrar modalidades de representação dos interesses do precariado na negociação coletiva e na concertação social, que não tomarão a forma de sindicatos mas possivelmente de cooperativas de trabalhadores, associações de trabalhadores independentes ou auto-empregados; estabelecer um rendimento básico incondicional que tomaria a forma de um “pagamento mensal modesto” (171) universal, individual incondicional e inviolável para fazer face às necessidades básicas.

Clivagens de classe e o estranho paraíso de Standing

Considerando o precariado um “monstro político incipiente”, a preocupação de Guy Standing é “agir antes que o monstro ganhe vida” (1). Poderia pensar-se que a auto-atividade do precariado seria o objetivo de uma política emancipatória. Para Standing, porém, é mais importante evitar que essa “classe perigosa” ganhe vida e se torne “desviante”, reconduzindo-a a uma agenda social-democrata “levemente utópica” (2011: 155).

Apesar de reconhecer variações internas, o economista tende a referir-se discursivamente ao precariado como um grupo homogéneo. Amiúde o precariado é definido a partir de circunstâncias existenciais (a “incapacidade de pensar a longo-prazo”, a “sobrecarga de informação”; idem: 18-19). Noutros casos, é definido pelas suas escolhas políticas: o precariado “quer controlo sobre a sua vida, um renascimento da solidariedade social e de uma autonomia sustentável, rejeitando as velhas formas de segurança trabalhista

ou o paternalismo estatal” (155). Por vezes, finalmente, são-lhe atribuídos determinados posicionamentos ideológicos, sobretudo relativamente ao mundo sindical: o precariado “tem um sentimento de hostilidade em relação aos sindicatos”, “vêem os sindicatos como protegendo os privilégios de trabalhadores mais velhos” (77); “para o precariado o trabalhismo do século XX não é atraente” (idem: 155).

Tendo em conta a diversidade de sectores sociais que o próprio autor inclui na categoria, é inevitável a pergunta: de que precariado fala Standing quando lhe atribui tais características ou posicionamentos? Da mulher de limpeza? Do operário da fábrica ameaçado com a deslocalização? Do jovem bolseiro de investigação? Do imigrante indocumentado que trabalha na construção? Do trabalhador chinês a quem se nega a cidadania? Do estudante endividado que faz um *part-time* enquanto estuda? Do pensionista que escolhe fazer voluntariado? E será razoável presumir uma tal uniformidade de experiências, de opiniões e de orientações ideológicas dentro deste grupo?

Que o precariado se venha constituindo como um sujeito político, parece uma evidência. Tem sido em torno dessa identidade que, na última década e meia, surgiram alguns dos movimentos sociolaborais que mais interpelaram o movimento operário e sindical. Mas isso faz dele uma nova classe? É certo que os segmentos precários têm formas distintas de sociabilidade, que a comunicação *online* e o ciberespaço recriaram os modos de construção de comunidades, que a multiplicação de condições e de estatutos laborais coloca problemas difíceis e dá origem a clivagens. Mas os três critérios avançados por Standing para definir o precariado como classe – ausência de segurança, estrutura do rendimento e identidade – parecem exíguos e desconsideram a diversidade interna dentro do grupo (pense-se, por exemplo, na variedade das estruturas de rendimentos, no acesso a salário indireto sob a forma de serviços públicos ou na sociedade-providência...). Além disso, o autor acentua uma competição com os restantes trabalhadores que é problemática.

De facto, a unidade de classe nunca foi um dado adquirido, mas um lento trabalho político de universalização a partir de condições sempre diversas (do ponto de vista do género, do território, das pertenças étnicas e culturais, da identidade sexual, da idade, do estatuto profissional). E as recentes mobilizações do precariado na Europa contra a austeridade, de que trataremos na parte V deste trabalho, parecem mostrar, ao contrário da hipótese de Standing, uma convergência entre os jovens precários e, por exemplo,

pensionistas e funcionários públicos, grupo que, para o autor, seria uma classe social com interesses contraditórios com os do precariado.

Crítico da centralidade que o emprego adquiriu na agenda política progressista, Guy Standing avança uma proposta radical: desconectar do trabalho assalariado o direito a ter direitos, instituir um rendimento básico, desistir do pleno emprego e promover a sua “total mercantilização” (161)¹⁷. Para defender o trabalho, garante Standing, “temos de parar de fazer do emprego um fetiche”, até porque “perder o emprego pode ser libertador” (163). A frase não é um deslize: “a esquerda errou ao querer que o máximo possível de pessoas estivessem integradas no trabalho alienado” (Standing 2012), defende o economista. Resignada com a incapacidade de desalienar o trabalho, a esquerda deveria desistir do emprego e de libertá-lo das regras do capitalismo globalizado. A emancipação e a justiça só poderiam ser projetadas para fora dele, através de um rendimento básico que seria a forma de “desmercadorizar a pessoa” mas que seria também, alerta Standing, “um pagamento mensal modesto” (2011: 171). Ou seja, capaz de ser utilizado no reino do consumo mercantil, mas incapaz de garantir a autonomia, de competir com um salário ou de fazer as suas vezes.

Se é um facto que, sob o capitalismo, o trabalho alienado é a regra, foi também na luta pelo emprego que os trabalhadores conquistaram um reconhecimento social e uma plataforma de acesso a direitos. A luta pelo emprego vive por isso dessa tensão dialética, entre mecanismo de alienação e fonte de auto-realização e autonomia. Numa sociedade sob o domínio do capital, desvincular do trabalho assalariado as aspirações de justiça teria como contrapartida a conformação com a sua absoluta mercantilização. A “política do Paraíso” seria assim uma versão resignada de social-democracia, que ratificaria as exigências do capital globalizado relativas ao trabalho, compensando-as com um rendimento básico “modesto”. Pobre imagem de Paraíso: uma ilha subsidiada num oceano de relações mercantis.

¹⁷ “Os empregos são criados por haver alguém que quer que uma determinada coisa seja feita. Ou pelo menos é para isso que eles devem ser criados. Deixemos então que sejam devidamente mercantilizados. Se esta é a regra de uma economia de mercado livre, então que se aplique a todos os bens” (Standing, 2011: 162).

3. O precariado contra-ataca

Se o conceito de precariedade é utilizado nas ciências sociais pelo menos desde os anos 80 do século XX (sobretudo no âmbito da sociologia da família, da pobreza e das exclusões) e se são também dessa época as primeiras referências ao termo no discurso político sindical (como veremos na parte IV desta tese), seria preciso esperar até ao final da década seguinte para que a precariedade laboral se tornasse um assunto central do debate público. É sobretudo a partir da década de 2000 que a noção de “precário” começa a ser utilizada com intensidade no campo militante, sobretudo em Itália, em França e no Estado Espanhol e também, um pouco mais tarde, em Portugal.¹⁸

Num primeiro momento, a “precariedade” parece ter funcionado como modo de nomear as transformações em curso no mundo do trabalho. Posteriormente, a categoria de “precário” foi-se revestindo de uma espécie de “elasticidade militante” e o seu carácter híbrido entre o académico e o político permitiu transferências de autoridade científica para o discurso ativista, legitimando o seu uso crescente neste campo (Boumaza e Pierru, 2007: 11). Assim, o conceito foi-se alargando até operar, para alguns movimentos, como uma categoria simbolicamente federadora de causas diversas, reunidas em torno da ideia de uma progressiva “precariedade na vida”.

Os antecedentes deste processo podem ser situados nas mobilizações de desempregados, que despontam na década de 1980. Em França, elas ocupam centros de emprego, organizam manifestações nacionais, requisitam imóveis ou produtos alimentares nos supermercados, procurando providenciar simultaneamente apoio direto a desempregados (em domínios como alojamento, transporte ou assessoria jurídica) e desenvolver ação e reivindicação política. Por parte do universo sindical, são também desta altura às primeiras tentativas de fazer face a este problema.

Com a globalização da economia, a ineficácia de algumas das estratégias postas no terreno pelas organizações sindicais torna-se mais evidente. A erosão da autonomia dos estados nacionais para decidir e pôr em práticas políticas económicas e sociais retira-lhes espaço. Ao desregular os mercados de trabalho e ao promover o *dumping* social através da

¹⁸ Não por acaso nestes países. Como lembra Barbier (2005), a realidade que o termo “precariedade” pretende designar, nomeadamente no contexto francês, toma o domínio laboral como central e, se é extensível a outras formações sociais como a italiana e a espanhola, não se coloca nos mesmos termos no Reino Unido ou na Alemanha, onde o direito do trabalho tem outra tradição e outro enquadramento.

deslocalização da produção, o capital transnacional atua a uma escala internacional e as tendências que promove aparecem com a força própria do fatalismo. A descoincidência de escalas entre a ofensiva e a resistência é patente e a deslegitimação da ação sindical por parte do poder acentua-se. Seria preciso esperar até meados da década de 1990, com as marchas europeias contra o desemprego, a precariedade e as exclusões e com o movimento alterglobal, para vermos surgir as primeiras mobilizações transnacionais que rompem o consenso em torno da globalização neoliberal.

No início da década de 2000, despontam várias lutas de precários com traços inovadores. Em França, desenvolve-se um movimento grevista no sector da restauração rápida e da distribuição, que reinventa repertórios de luta e dá origem a novas redes de ativismo como a *Stop Precarité*. Em Itália, são criados pelas grandes confederações ramos sindicais de “trabalhadores atípicos”. Além disso, sindicatos radicais como o COBAS ou o CUB e grupos auto-organizados de precários organizam importantes lutas ao nível local e nacional. Também no Estado Espanhol surgem conflitos intensos no sector dos *call centers*.

A primeira tentativa de construir uma agência própria do precariado à escala europeia é o *EuroMayDay*, surgido em 2004. Com uma natureza claramente europeísta, esta iniciativa ensaia a formação de uma subjetividade política radical a partir da condição de “precário”, desenvolvendo uma visão própria sobre o processo de precarização, acentuando as potencialidades libertadoras da intermitência e uma retórica mais assente na vontade de conquistar novos direitos do que na saudade de modelos de regulação anteriores. Nas práticas mediáticas, nas escolhas estéticas, nos padrões de organização interna e nas estratégias de ação, o movimento dos *MayDays* marca uma nova fase da luta dos segmentos precários da classe trabalhadora e influenciará, em dezenas de países, experiências de organização autónoma destes sectores. No reino da mercadoria, o precariado contra-ataca.

“O mundo não está à venda”: a origem do movimento alterglobal, entre o grito zapatista e as marchas europeias

A 1 de janeiro de 1994, da selva Lacandona, nos confins de Chiapas, no México, solta-se o grito de *Ya Basta!* e o mundo toma contacto com um conjunto de guerrilheiros de capuzes pretos e armas na mão que apelavam a uma resistência global contra o

neoliberalismo¹⁹. A formulação zapatista de “um mundo onde cabem muitos mundos dentro” acabaria por ser o fundamento do que viria a chamar-se o *movimento alterglobal*. Esse movimento, se tem em Chiapas um momento premonitório, começa efetivamente em novembro de 1999, com o boicote à conferência da Organização Mundial do Comércio em Seattle, acontecimento que inaugura uma dinâmica de contestação que surpreende pela capacidade de articulação internacional de diferentes sectores e marca o início do roteiro da “globalização contra-hegemónica”, como lhe chamou Boaventura de Sousa Santos (2005).

Uma das características mais marcantes deste *movimento de movimentos* foi a capacidade de colocar em contacto diferentes atores sociais, culturas de intervenção e sujeitos políticos: ecologistas, sindicalistas, estudantes, indígenas, feministas, camponeses, entre outros²⁰. De facto, o que constituiu novidade nesse final do século XX foi a possibilidade de, sob o lema “um outro mundo é possível”, juntar estas componentes, ou uma parte substancial de cada uma delas, numa mesma dinâmica de protesto. Contestando o poderio das multinacionais, o livre comércio, as intervenções imperialistas e os espaços de decisão económica não democráticos, esta rede de ativismos assumiu como um dos seus traços unificadores a rejeição da mercantilização e da privatização de todos os aspetos da existência, resumindo-a no slogan “o mundo não está á venda”.

Nascia assim um “novo internacionalismo global”²¹, que fez da crítica ao neoliberalismo e à globalização capitalista um “não” comum a partir do qual se juntaram vários “sins”, isto é, ideias diferentes sobre os “outros mundos possíveis”. Como argumentou Santos (2005), esse novo internacionalismo distinguia-se dos anteriores pela rejeição de um ator social privilegiado (operários), de um tipo privilegiado de organização (partidos e sindicatos), de uma estratégia definida a partir do centro (a Internacional) e de uma política originada no Norte.

¹⁹ Combinando ação local com a vontade de uma articulação planetária, recusando a gramática clássica das guerrilhas marxistas, os zapatistas foram os primeiros a dar expressão a um discurso geral de rejeição da «nova ordem mundial», a defender os valores «da humanidade contra o neoliberalismo», numa narrativa com forte dimensão poética em que as palavras dominantes eram dignidade e rebeldia.

²⁰ Immanuel Wallerstein (2004) sublinha a particularidade do movimento alterglobal juntar elementos de todos os outros tipos de movimentos anti-sistémicos que marcaram o XX: a «velha esquerda» do movimento operário tradicional, os movimentos socialistas e nacionalistas da periferia, a esquerda radical de 1960/70, os novos movimentos sociais nascidos nessa época, as chamadas «organizações humanitárias» e a galáxia das ONG, cujo crescimento foi muito grande a partir das décadas de 1980/90.

²¹ Para Naomi Klein (2004), jornalista que se tornou um dos rostos do movimento, ele era um misto de Conferência de Bandung (dos países não alinhados), de festival Woodstock e de Internacional.

O movimento alterglobal chegaria ao continente europeu, essencialmente, com a chamada Batalha de Génova em 2001 e com o Fórum Social Europeu, cuja primeira edição que se reuniu em Florença em 2002. Mas é impossível perceber a sua emergência sem considerar aquele que foi, no campo laboral, o seu antecedente mais direto: as marchas europeias contra o desemprego, a precariedade e as exclusões.

Foi em 1996 que surgiu à escala europeia a primeira convocatória que fazia explicitamente da precariedade e do desemprego o centro de uma mobilização. Em junho desse ano, é produzido um apelo comum por cerca de uma dezena de organizações de sete países europeus²². No apelo evocam-se as promessas sociais do projeto europeu, para reafirmá-las como reivindicação. Assim, “a Europa do pleno emprego”, a “criação de novos empregos, em particular nos sectores como a saúde, a educação, ou a defesa do ambiente”, “uma outra repartição da riqueza, nomeadamente através da taxação da especulação financeira”, são bandeiras erguidas por esta iniciativa. A elas associa-se a sugestão de um método inovador para construir a mobilização: a constituição de comités locais a nível nacional que juntem “sindicatos, associações e indivíduos” capazes de animar o processo de organização de “marchas europeias contra o desemprego, a precariedade e as exclusões”.

As primeiras marchas acontecem em Amsterdão em 1997, no momento da realização naquela cidade de uma Cimeira Europeia e da aprovação de mais um tratado. Movimento de certo modo inesperado e surpreendente, diverso e até heteróclito, as marchas juntam no dia 14 de junho, na capital holandesa, cerca de cinquenta mil manifestantes aos 500 marchantes que terminavam ali o seu percurso (Schmitt e Spadoni, 200: 51). Reinventando o repertório das marchas da fome dos anos 30 do século XX (ou seja, do momento que se seguiu à Grande Depressão), recorrendo a bloqueios, ocupações e ações simbólicas realizadas pelo caminho, a caminhada até Amsterdão começa dois meses antes. Com origem na Finlândia, ao percurso vão-se juntando ativistas vindos de diferentes pontos: de Tânger e de Sarajevo (que haviam partido em abril), de Berlim (partida em maio, de bicicleta), de Paris, Londres ou Bruxelas (*idem*, 2000). Depois do feito de 1997, as Marchas repetem uma mobilização significativa em Colónia, em 1999. Em Nice, no final do ano 2000,

²² Trata-se de organizações oriundas de França, onde dois anos antes despontara um movimento de desempregados, mas também da Grã-Bretanha, de Espanha, da Bélgica, da Irlanda, da Itália e da Alemanha. Os primeiros signatários são precisamente associações como a Agir contre le Chômage (AC!) francesa, coletivos de desempregados como Irish National Organisation of the Unemployed (INOUE), sindicatos minoritários como a CGT espanhola ou sectores da CGIL italiana.

os sindicatos jogam já um papel motor para uma manifestação onde se concentram mais de 100 mil pessoas a partir de uma convocatória em defesa da “Europa Social”²³. As Marchas tinham contribuído decisivamente para acelerar o processo de europeização das mobilizações sindicais, ainda que a existência de um respaldo institucional – traduzido em processos de filiação²⁴ – seja igualmente decisivo.

Mesmo não contando na sua origem com nenhuma das confederações sindicais mais expressivas, este movimento será capaz de dar expressão e um sentido político coletivo à indignação de desempregados e precários e é sobretudo o prenúncio de uma articulação crescente à escala europeia e mundial, de que o movimento dos Fóruns Sociais ou o debate sobre os novos caminhos do sindicalismo seriam desenvolvimentos significativos.

Iniciadas por organizações autónomas ou por sectores minoritários do sindicalismo, as Marchas Europeias revelam dois factos importantes. Primeiro, que existe um potencial de mobilização em torno de temas que tinham estado na margem das agendas sindicais. Segundo, que é possível uma articulação transnacional dessa mobilização, com impacto na opinião pública e nos media (Chabanet, 2008). Ao darem visibilidade ao desemprego e à precariedade, ao recuperarem um formato de luta de experiências históricas anteriores, ao forjarem alianças entre sindicatos e movimentos sociais, ao europeizaram o protesto e a resistência, as Marchas Europeias são simultaneamente um precursor do movimento que virá a seguir e uma das suas primeiras expressões.

A génese do EuroMayDay

A mais típica manifestação, no campo laboral, da cultura política do ciclo de protesto iniciado em 1999 é provavelmente o MayDay, uma rede de precários que se foi estruturando à escala europeia e que procurou abordar a questão da precariedade de um modo distinto dos repertórios mais clássicos do sindicalismo (Foti, 2010; Estanque, 2012: 11-12; Sinigaglia, 2012: 133).

²³ Nesse mesmo ano, a Confederação Europeia de Sindicatos já havia convocado para o Porto uma manifestação europeia, para coincidir com a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo reunidos no Conselho Europeu em Santa Maria da Feira. Realizada a 19 de junho sob o lema “Por uma Europa do Pleno Emprego”, em Portugal essa manifestação é organizada em conjunto pela CGTP e pela UGT e junta mais de 50 mil pessoas.

²⁴ Nomeadamente da CES, à qual a CGTP havia aderido em 1994 (Costa, 2008).

Nascido em Milão, no ano de 2001, ele parte da constatação da dificuldade de muitos sectores da juventude se relacionarem com as velhas tradições da luta de classes e de uma leitura crítica sobre as formas de representação e de organização propostas pelas estruturas existentes do sindicalismo. O *MayDay* é assim um produto do encontro de ativistas dos centros sociais, de sindicatos radicais, de militantes associativos, de organizações de imigrantes e de coletivos feministas e *queer*²⁵ (Foti, 2010).

Desde o início, o tema da precariedade laboral é enquadrado no contexto mais vasto da *precariedade na vida*, articulando a luta contra o capitalismo com a luta contra outros sistemas de dominação, como o colonialismo ou o patriarcado. Na sua origem, está também uma inspiração forte no ativismo mediático e contra-cultural, nomeadamente dos *Adbusters*²⁶, corporizado pelo grupo italiano *Chainworkers*²⁷. Com o primeiro *MayDay* a revelar-se particularmente mobilizador entre os sectores dos serviços e entre os jovens do chamado “cognitariado”²⁸, em apenas dois anos a parada dos precários de Milão ultrapassa, em dimensão, os desfiles organizados pelas centrais sindicais italianas²⁹. Em 2004, o *MayDay* era já uma rede europeia. Entre 2005 e 2008, o *EuroMayDay* é uma iniciativa mobilizadora e influente, chegando a realizar manifestações em mais de vinte cidades europeias ao mesmo tempo, envolvendo cerca de meio milhão de pessoas.

Para compreender de onde vem a força deste movimento, é preciso fazer a sua genealogia. Grosso modo, podemos defini-la a partir de três ramos diferentes, que correspondem a tradições de luta e a experiências militantes particulares.

²⁵ O conceito *queer* agrupa pessoas lésbicas, gay, bissexuais e transgénero, mas também heterossexuais contra a normatividade de género e da sexualidade dominante. Inicialmente utilizado como insulto, o termo foi apropriado e resignificado pelo campo ativista, para designar o movimento que se opõe à heterossexualidade hegemónica e às descrições essencialistas das identidades (Clarke e Peel, 2009; Butler, 1993).

²⁶ Os *Adbusters* são uma organização sem fins lucrativos com origem no Canadá, que existe desde 1989 e que edita uma revista com o mesmo nome. Definindo-se como uma rede de artistas, educadores e ativistas que querem desenvolver um novo ativismo na era da comunicação, são sobretudo conhecidos pela sua forma de ação, que passa pelo *subvertising*, ou seja, pela paródia de campanhas publicitárias, utilizando os mesmos códigos e o mesmo design, mas introduzindo elementos que subvertem a sua mensagem.

²⁷ Os *Chainworkers Crew* são uma organização ativista de precários fundada em 1999 em Milão e que teve um papel impulsor do primeiro *MayDay*.

²⁸ O termo tornou-se utilizado no contexto italiano, nomeadamente para referir os “trabalhadores cognitivos”, os precários da nova economia “baseada no conhecimento”, mas inclui também os jovens altamente qualificados e sem emprego. Para uma abordagem ao tema a partir de uma perspectiva autonomista, ver Berardi (2005).

²⁹ Referimo-nos à CGIL, CISL e UIL. Todas tinham grupos de precários desde 1998. Em 2004, além das organizações iniciais, participavam no *MayDay* dois sindicatos minoritários e a poderosa FIOM-CGIL (cf. Choi e Matoni).

O primeiro é o universo ligado aos centros sociais, sobretudo na Catalunha e em Itália³⁰. Vindos da tradição autonomista da década de 1970/80, os centros sociais italianos, nomeadamente associados ao movimento *Tute Bianche*³¹, traziam ao movimento uma leitura própria sobre a realidade social e política, uma tática de protesto não violento mais confrontacional assente na ação direta, concebendo-se como um espaço privilegiado de ação política da “multitude de trabalhadores da nova geração (autónomos, precários, assim chamados anómalos porque não estão subordinados, desempregados de forma contínua ou intermitente)”, tal como referido na *Carta de Milão* em torno da qual se agregam os *Centri Sociali del Nordest* (Iglesias, 2003: 2).

O segundo são os movimentos alterglobais e as redes criadas para organizar as contra-cimeiras – iniciadas em Itália aquando da reunião do G-8 em Génova³² – que puseram em comunicação diferentes sectores, ativismos e frentes de luta (imigrantes, feministas, *queer*, ecologistas, estudantes, entre outros) e que foram um espaço onde os sectores da juventude precária mais radicalizada quebraram o seu isolamento, dando visibilidade às suas experiências de conflito e projetando-as através de novas alianças.

O terceiro são as experiências laborais contra a corrente que aconteceram a partir do ano 2000, sobretudo em França, em Itália e no Estado Espanhol.

Em França, em dezembro de 2000, desencadeara-se uma greve inédita no *McDonalds* de Saint Germain (zona da capital francesa onde se encontra também a Universidade Sorbonne) e, em fevereiro de 2001, uma experiência semelhante repete-se na *Pizza Hut* da Opéra (outra zona no centro de Paris), numa greve que durou quatro meses.

³⁰ Os centros sociais são espaços ocupados, para promover culturas alternativas e oferecer à vizinhança serviços auto-organizados. Nalguns casos, os ativistas vivem nesses centros. O movimento dos centros sociais é particularmente forte em Itália, desde a década de 1980, sendo também relevante noutros países e regiões, como a Catalunha. Locais de convivência, têm frequentemente uma vertente política e cultural forte, e funcionam em modo de autogestão e assembleias. Com atividades que podem ir de concertos a exposições, oficinas e assembleias de debate, têm ligação ao movimento punk, okupa, ecologista e libertário, havendo alguns que são mesmo o ponto central de funcionamento de grupos políticos, iniciativas editoriais alternativas e meios de contrainformação.

³¹ Grupo ativista surgido em Itália, com uma forte ligação ao célebre centro social Leoncavallo em Milão e ao coletivo Ya Basta!

³² Os protestos contra a reunião do G8, realizados em Génova em julho de 2001 ficaram também conhecidos como a Batalha de Génova. Momento marcante e de certo modo fundador do movimento antiglobalização na Europa, ficou marcado pela forte repressão policial, com a morte de um ativista (Carlo Giuliani) e com a destruição e apreensão do material de várias organizações de media independente. Alguns anos mais tarde, seria provado que a Polícia se havia infiltrado nas manifestações para provocar a violência que foi depois utilizado como pretexto legitimador para a repressão.

Em 2002, será a vez da Fnac dos Campos Elíseos. Estes acontecimentos, que foram marcantes e amplamente mediatizados, dão origem a ações de solidariedade que juntam delegados sindicais (CGT, Sud e CNT), jovens trabalhadores do sector da restauração rápida, estudantes e ativistas ligados à movimentação altermundialista (nomeadamente à associação Attac) e outros coletivos como o AC! (Agir contre le Chômage).

As greves do McDonalds (conhecidas como as McGreves) são um exemplo da eficácia e do sucesso do formato “comité” e “coordenação” no enquadramento dos jovens militantes, o que parecia confirmar uma crise das formas tradicionais de organizar o trabalho sindical. Num sector altamente precarizado, onde a par do recrutamento de trabalhadores oriundos das frações imigrantes das classes populares, existe um intenso *turnover* que recorre preferencialmente a estudantes, os coletivos de apoio emprestaram aos trabalhadores em greve um conjunto de recursos cognitivos, simbólicos e políticos importantes, dando visibilidade mediática e crédito ao modo de contestação adotado, mas gerando também alguma desconfiança nos sectores sindicais, pelo facto de se assentar a estratégia em recursos exteriores à empresa³³.

Uma das consequências, do ponto de vista organizativo, desta vaga grevista é a formação, no verão de 2002, da rede “Stop Precarité”. Ao contrário dos sindicatos, concentrados no recurso a ações jurídicas para proteger os assalariados, a *Stop Précarité* parecia ser mais capaz de valorizar o espaço de autonomia e a iniciativa dos próprios trabalhadores. (Abdelnour et al., 2009: 91). Nos anos seguintes, a rede organiza duas manifestações em centros comerciais e protagoniza outras ações, como depositar uma coroa de flores ao “Precário/a Desconhecido/a” no Arco do Triunfo (onde existe o famoso monumento ao soldado desconhecido) ou a organização de um “Desfile da Precariedade”, com as “últimas tendências desta moda”, apoiando a luta no sector da hotelaria, nomeadamente os conflitos organizados de trabalhadoras do sector da limpeza.

³³ A partir da análise desta e de outras lutas de precários em França, Evelyne Pérrin (2007) identifica algumas das características que as percorrem: constituem-se a partir de agregados de indivíduos baseados na confiança recíproca e no interconhecimento, e não a partir de convocatórias sindicais; saem da empresa para o espaço público, ocupando a rua e interagindo com consumidores e utentes, a quem se sugere o boicote ou a cuja solidariedade se apela; extravasam o mundo sindical, fazendo apelo a alianças múltiplas de outros movimentos e associações; exploram o calcanhar de Aquiles das grandes empresas, que é a sua imagem pública; os jovens delegados sindicais mantêm, nestes casos, uma relativa distância face aos seus sindicatos, utilizando-os de forma instrumental em função do compromisso forte e da solidariedade intensa entre trabalhadores do estabelecimento; a experiência coletiva dos comités de apoio e solidariedade é transferida de umas lutas para outras, com recomposição de participantes.

Em Itália, a experiência de intervenção no campo da precariedade tem outra história, repartida sobretudo por três tipos de atores, com diferentes padrões organizativos, estratégias de ação e graus de agência conferidos aos precários (Choi e Matoni, 2010). Por um lado, há os sindicatos ou ramos sindicais de “trabalhadores atípicos” criados, em 1998, pelas grandes confederações, de que o melhor exemplo é o NIDIL (Novas Identidades do Trabalho), ligado à CGIL italiana³⁴. Por outro, há os sindicatos radicais, como o COBAS ou o CUB, vindos da tradição conselhistas, que tendem a recusar as lógicas de concertação social, a promover formas organizativas mais horizontais e a privilegiar a ação direta, a democracia participativa e a “identidade de classe” mais do que a “identidade de sector”. Por último, há ainda os grupos auto-organizados de precários, autónomos dos sindicatos, que procuram organizar diretamente os trabalhadores sem qualquer mediação, seja ao nível sectorial (como no caso dos investigadores científicos), seja ao nível local e nacional (como os *Chainworkers*, um grupo de ativismo mediático que estaria na origem do May Day), seja ao nível da empresa (como no caso do grupo Preacri Atesia, criado num famoso *call center* de Roma com mais de 20 mil trabalhadores e responsável por uma greve histórica em 2005).

É impossível compreender o nascimento do May Day, que surge precisamente em Itália, sem levar em linha de conta, particularmente, o papel dos sindicatos radicais e dos grupos auto-organizados de precários. Os primeiros desenvolviam já estratégias disruptivas de ação coletiva, a partir de uma visão ampliada da precariedade onde entrava a questão do custo de vida e onde a intervenção se fazia também fora dos locais de trabalho, nos espaços de socialização nas cidades (a metrópole de Negri...). Os segundos procuravam representar os precários à margem das estruturas existentes, conferindo-lhes existência social e agência política, a partir da participação direta, de assembleias e coletivos e da irrupção transgressiva no espaço público, desenvolvendo uma visão da precariedade como desafio a enfrentar e oportunidade a aproveitar (Choi e Matoni, 2010; Bronzini et al, 2002).

No Estado espanhol, por sua vez, a iniciativa parte sobretudo da confederação sindical de orientação libertária CGT e incide particularmente no sector dos *call centers*,

³⁴ A NIDIL (Nuove Identità di Lavoro) é uma estrutura sindical direcionada aos trabalhadores atípicos e independentes, da iniciativa da central sindical italiana CGIL. Criada pela combinação da iniciativa de um grupo de trabalhadores independentes e pela decisão da direção da confederação, foi sempre considerada uma espécie de “filho bastardo” da estrutura sindical, mas é um dos exemplos mais interessantes, no contexto europeu, da tentativa de encontrar uma resposta sindical específica para estes sectores (Choi e Matoni, 2010: XX).

onde se concentram milhares de trabalhadores em espaços parcelarizados, com ritmos intensos, tarefas altamente estandardizadas, salários baixos e grande diversidade de estatutos e empregadores. Em Espanha, ao longo da primeira metade da década de 2000, desenvolvem-se importantes lutas sindicais que envolvem precários e cujo momento alto foi, em junho de 2004, a realização de uma greve nacional neste sector.

O Euro MayDay como expressão de uma nova cultura política no campo laboral

O *EuroMayDay* é a expressão de uma nova cultura política no campo laboral, que funde características dos três tipos de experiências a que nos referimos anteriormente e que se distingue do repertório laboral mais clássico. Em síntese, destaco cinco dimensões em que isso é mais evidente.

A primeira especificidade do *EuroMayDay* é a sua natureza europeísta. Nascido das redes de mobilização internacional que se ativaram nos protestos contra as cimeiras do G8 (Génova, 2001) e da União Europeia (Sevilha, 2002), para o *EuroMayDay* a Europa não é apenas um espaço de convergência entre dinâmicas de protesto nacional, mas uma plataforma que confere ao mesmo tempo uma identidade (“nós, a eurogeração insurgente”, lê-se no manifesto de fundação³⁵), uma escala de luta (a iniciativa classifica-se como uma “rede transeuropeia de movimentos e coletivos” que apela a “uma ação política e social comum na Europa”) e um projeto político, materializado na ideia de uma espécie de Europa contra-hegemónica construída a partir de baixo (“a nossa ideia de Europa é um espaço democrático aberto, radical, libertário, transnacionalista, antidistópico”³⁶). Desde o início, a iniciativa teve uma vocação internacionalista. Na sua primeira edição, na cidade de Milão, a organização convida dois grevistas parisienses, que tomam a palavra no final para relatar a

³⁵ O manifesto pode ser lido em <http://www.euromayday.org/2005/middle.php> (consultado em 13 de fevereiro de 2015)

³⁶ Curiosamente, as diferentes traduções da Declaração de Middlesex revelam a necessidade de adaptar os conceitos utilizados a realidades políticas diversas. Na versão inglesa lê-se que o projeto europeu defendido pelo *EuroMayDay* pretende ser o contraponto ao “global bushism and oppressive, exploitative, powermad, planetwrecking, warmongering neoliberalism in Europe and elsewhere”. O mesmo parágrafo em francês traduz do seguinte modo as mesmas expressões: “les atlantistes, les hobbesiens, les darwinistes, les fauteurs de guerre, et le néolibéralisme sécuritaire”.

sua experiência de luta, acabando a manifestação a gritar “Tous ensemble contre la precarité” (Foti, 2012).

A segunda especificidade do MayDay é o tipo de subjetividade radical que constrói em torno da precariedade. Na declaração que dá origem à campanha, o apelo à “ação comum” é dirigido a uma panóplia de categorias que mistura, na mesma enumeração, grupos profissionais, condições laborais e afiliações políticas (“todos os nossos irmãos e irmãs europeias, sejam marxistas autonomistas, anarquistas pós-industriais, sindicalistas, feministas, antifascistas, *queers*, anarco-verdes, *hacktivistas*, trabalhadores cognitivos, operários ultrajados, empregados precários, subcontratados ou semelhantes”). De facto, o *EuroMayDay* pretende juntar tradições diversas dos movimentos anti-sistémicos e das correntes da esquerda política radical, numa tensão que terá, em cada país, expressões próprias. É a estrutura do campo dos movimentos sociais, a história da intervenção contra a precariedade em cada contexto nacional e a hegemonia interna da iniciativa que vai determinar o tipo de alianças que se compõem, predominando ora os sectores autónomos, ora o sindicalismo revolucionário, ora as organizações de precários, o que conduz a posturas diversas relativamente aos principais atores sindicais.

Independentemente dessa pluralidade de culturas ideológicas, a agregação que o *EuroMayDay* produz faz-se a partir de um entendimento comum sobre uma subjetividade radical que inclui no “precariado” três grandes categorias: os precários, os *queers* e os imigrantes (Foti, 2012), ou seja, que parte de uma visão articulada do combate anticapitalista, antipatriarcal e anticolonial. Esse entendimento traduz-se no conjunto de reivindicações que a iniciativa adota, que passam por questões relacionadas diretamente com os temas laborais (direito à sindicalização, direito a um rendimento para todos), mas também às questões de género ou às questões do sistema de troca desigual e de circulação de pessoas (defesa do direito de solo no que diz respeito à nacionalidade ou fecho dos centros de detenção de imigrantes).

A terceira dimensão que confere ao *EuroMayDay* uma identidade peculiar e inovadora é o próprio modo como a iniciativa pretende associar à precariedade uma identidade positiva, reivindicando para os precários uma agência radical, capaz de se representar sem a mediação de outros, visão que se contrapunha, para os ativistas que a lançaram, à narrativa predominante no discurso sindical, tendente a apresentar estes

trabalhadores mais como vítimas que precisam da solidariedade dos estáveis do que como sujeitos de transformação capazes de iniciativa autónoma (Choi e Mattoni, 2010: 229).

O *EuroMayDay*: anticapitalismo com visual pop

Nascido em Milão em 2001, o *MayDay* torna-se internacional a partir de 2005. A rede europeia forma-se em 2004, num encontro promovido aquando do Fórum Social Europeu de Londres, num espaço paralelo ao Fórum “oficial”, intitulado “Beyond ESF” e a declaração que lhe dá origem é assinada por um conjunto de seis coletivos³⁷, maioritariamente de orientação autonomista e libertária. No ano seguinte, o *MayDay* acontece em várias capitais europeias e em 2008 acontece em mais de 20 cidades ao mesmo tempo, abrangendo cerca de 500 mil trabalhadores. A estética visual pop, a combinação da luta contra a exploração laboral com a luta dos migrantes e dos *queer*, a dimensão europeísta ou a reivindicação de um rendimento básico para todos são algumas das suas características. Nos cartazes do *EuroMayDay* relativos aos anos de 2008, 2009 e 2013 isso mesmo pode ser observado.



Essa vontade de associar aos precários uma ideia afirmativa – traduzida por exemplo na utilização da expressão “orgulho precário” – faz com que, em diferentes momentos, o *EuroMayDay* procure destacar os aspetos potencialmente libertadores da

³⁷ Os coletivos são: FeLS (alemanha), Alternativas Nómadas (Estado Espanhol), Chainworkers (Itália), PreCog - Precari+Cognitarie per un'europa socialmente radicale (Itália), SUF - swedish anarchosyndicalist youth federation (Suécia) e ACT!

flexibilidade, distinguindo-a da exploração e da insegurança relativamente à proteção social. Vários exemplos parecem confirmar esta vontade. Na declaração que dá origem à iniciativa, as organizações promotoras convocam uma mobilização europeia “contra a precariedade e a desigualdade, para recuperar a flexibilidade aos dirigentes e burocratas: exigimos “flexigurança” contra a “flexexploração””. Passada quase uma década, e abandonado o termo “flexigurança” como reivindicação, o cartaz do *EuroMayDay* 2013, que convoca a parada para Milão, tem como mote “um rendimento básico incondicional *contra* a precariedade e *na* precariedade, para romper a gaiola da chantagem e da necessidade” [itálico nosso].

A quarta dimensão que caracteriza o *EuroMayDay* é a forma como se apresenta performativamente e o imaginário a que recorre. Enquanto *acontecimento*, o MayDay é um desfile de trabalhadores precários que teve a sua primeira edição em Milão, em 2001, e que depois se expandiu pelo continente europeu e pelo mundo. Mas não é por acaso que sempre se evitou a utilização da palavra *manifestação*. De facto, o desfile do *EuroMayDay* distingue-se pelo seu carácter assumidamente festivo, o que lhe dá um ar carnavalesco (música, máscaras, carros com música, muitas vezes *techno* ou *reggae*...) mais próximo das *Love Parades*, das marchas do Orgulho LGBT ou das *rave parties* do que dos desfiles sindicais clássicos. Esse envolvimento do corpo e das emoções no protesto, a reivindicação do espaço público e de uma noção de “orgulho” que resgata e ressignifica uma condição negativa não é o único aspeto em que o movimento se distingue do ponto de vista performativo e comunicacional das formas mais tradicionais da intervenção laboral. Nos seus materiais e práticas mediáticas, há uma estética visual pop, assumida pelos seus organizadores: “empregávamos a linguagem da cultura pop e da cultura *MTV*, mas transmitíamos mensagens anarquistas e autonomistas”, conta Alex Foti (2012). Nos cartazes predominam cores como o rosa choque ou o verde fluorescente (jamais utilizadas nos materiais sindicais correntes), subvertem-se os símbolos da cultura de massas, como o *Batman* ou o *Mickey*. E recorre-se também à subversão de elementos da tradição religiosa católica tão forte em Itália, como no caso da criação do San Precario, uma figura do “padroeiro dos precários”, à qual o movimento associou uma prece e um dia (o 29 de fevereiro, por ser um dia intermitente, que ora existe ora não), numa operação com grande sucesso. Nas suas práticas comunicacionais, o *EuroMayDay* caracteriza-se por um uso

intenso do espaço virtual, pelo recurso a formas de ciberativismo, como a realização de manifestações online³⁸ e pela tentativa de criar meios de comunicação alternativos.

“São Precário, rogai por nós”

Apropriando-se, em forma de paródia, da tradição católica do culto dos Santos, que depois marcam presença em procissões e cuja imagem se imprime em pequenos cartões com preces e orações, os ativistas italianos criaram, em 2004, o São Precário. Este patrono dos precários transformou-se num objeto de culto, fazendo aparições em espaços públicos, festas religiosas, manifestações, festivais de cinema e de teatro, supermercados e desfiles de moda, chamando a atenção para os problemas da precariedade. O dia do São Precário é o 29 de fevereiro, por ser, tal como precários, um dia intermitente, dado que só acontece de 4 em 4



anos. Além disso, o santo é transgênero, havendo aparições femininas e masculinas. Em Milão, foram distribuídos mais de 100 mil cartões do São Precário nesse ano de 2004.

(imagem do *site* temporaryculture.wordpress.com)

Por último, é também no modo de organização interna e nas estratégias de ação que a iniciativa se distingue do repertório sindical mais clássico. Como em grande parte das experiências que nasceram no caldo cultural do movimento alterglobal, predomina a apologia da associação anti-autoritária, da democracia direta, da horizontalidade, da estrutura em rede e da prática assembleária, em contraponto ao poder centralizado ou à burocracia imputada às organizações mais institucionais. Nos seus repertórios de ação,

³⁸ No âmbito da preparação do MayDay em 2004, foi lançado o convite para que as pessoas se juntassem a uma manifestação *online*, uma Netparade (www.euromayday.org/netparade). Através da criação de um avatar com as características que cada utilizador definisse, tornava-se possível criar uma personagem, escolher uma palavra de ordem e uma forma de estar *online*. Baseada na linguagem do software Macromedia Flash, a manifestação virtual permitia uma interação entre os manifestantes virtuais, ainda que limitada, e juntou em abril desse ano mais de 17 mil cibernautas no mesmo protesto.

destaca-se, pelo menos discursivamente, o apelo à ação direta³⁹, a convivialidade, a espontaneidade, a ironia, a crítica contracultural ou a desconfiança relativamente ao Estado, muito embora, também nestes aspetos, o MayDay tenha variações significativas de país para país, como veremos para o caso português.

³⁹ “Empregaremos todos os métodos de ação direta à nossa disposição, a fim de apoiar as greves, as imobilizações, os boicotes, os bloqueios, as sabotagens e as ações de protesto em toda a Europa”, lê-se no manifesto fundador.

4. A política do precariado: alguns debates estratégicos

A crise do fordismo, a degradação do trabalho assalariado, o aumento do desemprego e da precariedade reativaram as discussões sobre o trabalho. Muitas das perspectivas que se confrontam neste debate retomam preocupações antigas e reatualizam, nos seus pressupostos e problemáticas, diferentes tradições do pensamento filosófico, sociológico e político. Também por isso, os debates que atravessam a sociologia e interpelam o pensamento crítico têm uma expressão que vai para além da disciplina: a sua atualidade advém de eles resultarem em escolhas concretas com que se confronta uma *política do precariado*.

O *EuroMayday* de 2013, como se viu, tinha como palavra de ordem do seu cartaz “Rendimento para todos e todas”. A mesma reivindicação aparecia já nos materiais de divulgação dos anteriores desfiles organizados por esta rede de precários. Em nenhum deles aparece a palavra “emprego”. O que toma a dianteira é, como se lê no poster, a reivindicação de um “rendimento básico incondicional contra a precariedade e na precariedade, para romper a gaiola da chantagem e da necessidade”. *Contra a precariedade e na precariedade*: a expressão assume a relação ambígua que muitos dos sectores que gravitam em torno do movimento têm com a descontinuidade do emprego, reconhecida como mecanismo de dominação (uma “gaiola da chantagem e da necessidade”) mas também como libertação potencial se produto de uma escolha e objeto de uma proteção.

Uma década antes, o movimento dos Intermitentes, que explodiu em França em 2003, perturbava as agendas sindicais ao reivindicar o reconhecimento positivo da descontinuidade e de uma construção singular dos percursos laborais. Nas suas mobilizações, a luta passava pela consagração da continuidade de um estatuto (intermitente) ao qual fosse possível associar uma proteção social, independentemente da descontinuidade das atividades ou dos empregos. Na sociedade francesa (mas depois também entre nós), ganhava novo fôlego o debate sobre se a proteção social devia partir do emprego enquanto estatuto ou do cidadão enquanto trabalhador.

Nos últimos anos, perante a força da crise e a degradação da condição laboral, têm recrudescido na Europa os movimentos grevistas, as lutas nos locais de trabalho e as manifestações de rua que tomam o direito ao emprego como uma das suas reivindicações centrais. Em Portugal, o debate sobre o aumento do horário semanal de trabalho, o aumento da idade da reforma, a diminuição do pagamento das horas extraordinárias (seja com as

alterações ao horário noturno seja por via do banco de horas), a gestão por objetivos e a decomposição do salário em inúmeros prémios revelam também a importância com que se exprime hoje a luta em torno do tempo de trabalho e do salário.

Por outro lado, perante a extensão do desemprego, a problemática do “fim do emprego”, que na década de 1990 fez correr rios de tinta, parece ressurgir, mais revestida de fatalismo do que da excitação de outrora. Com a ausência de trabalho a aparecer para muitos como um infortúnio difícil, se não mesmo impossível, de reverter, multiplicam-se discursos, iniciativas e propostas para responder, à margem do emprego, à situação de miséria, ao empobrecimento e à condição NEET – nem emprego, nem educação, nem formação⁴⁰ - em que mais e mais jovens europeus estão mergulhados. Assim, é também pela via do desespero com o presente que o direito a um rendimento surge como alternativa ao direito ao emprego.

No dia 14 de janeiro de 2014 terminava uma campanha lançada em toda a Europa em torno do Rendimento Básico Incondicional (RBI). 285 mil assinaturas foram recolhidas por toda a União – aquém, ainda assim, do milhão que era necessário para garantir que a medida fosse estudada e publicamente discutida no Parlamento Europeu. A campanha estruturou uma rede de ativismo em vários países, incluindo em Portugal, à volta da proposta de “uma prestação paga pelo Estado a cada membro da sociedade, independentemente da sua situação financeira, familiar ou profissional, e suficiente para permitir uma vida com dignidade”.⁴¹ O RBI entrou, nos últimos anos, no programa de vários partidos europeus e é alvo de controvérsia entre círculos académicos e ativistas. Com ela, é também o debate sobre a centralidade do trabalho nas agendas emancipatórias que se reedita.

O discurso sobre o “fim do trabalho”⁴², tal como foi feito há cerca de duas décadas parece ter-se dissipado. Contudo, a questão ressurgiu de outro modo. Por um lado, a partir da

⁴⁰ A categoria NEET, acrónimo de “no employment, education or training” está em voga nos relatórios da OCDE (2014), referindo-se à condição de uma parte crescente da juventude europeia.

⁴¹ Essa prestação deveria ter quatro características: ser “universal”, para chegar a todos à escala europeia; ser “individual”, para garantir a autonomia de cada pessoa no acesso e no seu usufruto; ser “incondicional”, não dependendo de qualquer obrigação ou prestação de serviço por parte do beneficiário; ter um montante “suficientemente elevado”, isto é, “no mínimo, estar ao nível de risco de pobreza de acordo com os padrões europeus, o que corresponde a 60% do denominado rendimento mediano por adulto equivalente” (ver mais em <http://www.rendimentobasico.pt>)

⁴² Por exemplo nos termos de Rifkin (2000), que entendia que a quantidade de trabalho necessário tenderia a desaparecer progressivamente nas sociedades ocidentais, em favor da automação e da economia do conhecimento. Para uma abordagem compreensiva dessa polémica, a partir da defesa da centralidade do trabalho, ver Antunes (2002).

celebração da indistinção entre trabalho e atividades que seria induzida pelas transformações no capitalismo. Por outro, pela necessidade de, perante a marginalização do lugar do trabalho em virtude do desemprego e da precariedade, serem encontradas outras modalidades de laço e de proteção social capazes de substituí-lo.

Como vimos com Hardt e Negri, há quem entenda que o capitalismo cognitivo e o trabalho imaterial, ao abolirem a distinção entre tempo produtivo e tempo da vida, tornariam as tradicionais concepções de trabalho – e a disputa em torno do horário de trabalho, por exemplo – obsoletas. A relação entre trabalho vivo (executado diretamente pelo trabalhador) e trabalho morto (o trabalho acumulado por gerações sob a forma de técnicas e saberes) torna-se assim cada vez mais complexa, porque a inovação tecnológica e a computação são formas de acumular uma massa extraordinária de trabalho morto socializado e colocá-la ao serviço da produção de valor. Em certo sentido, portanto, esta perspectiva considera que estaríamos perante o fim do emprego como categoria operacional para pensar as lutas laborais. A remuneração do trabalho não poderia mais ser a luta pelo salário. Teria de ser a remuneração da existência em si mesma, pois só isso poderia reconhecer esse património comum e distribuí-lo por cada um e cada uma⁴³.

Noutros casos, a questão é colocada como o problema do reconhecimento do valor de atividades não diretamente produtivas, como as que se desenvolvem na esfera política, cultural, familiar ou pessoal. Num ensaio tornado clássico, Dominique Méda sustenta, de forma provocatória, que a vontade de “salvar o trabalho” seria, no contexto que vivemos, “nada mais nada menos” do que “defender a ordem existente” (Méda, 1999: 30). Para a autora, o problema é o facto de termos estruturado a sociedade em torno do trabalho, transformando-o numa tal necessidade “que estamos dispostos a tudo para lhe conservar o seu lugar sem nos interrogarmos sobre as consequências desse apego para a nossa vida social” (*idem*: 142). Para Méda, a valorização do trabalho como o centro da ação humana teria tido como contrapartida, historicamente, a desvalorização de outras formas culturais consideradas inúteis, incapazes de se inscreverem num objeto, de tomarem a forma de um serviço ou de serem suscetíveis de estabelecer uma relação de troca. Perante a crise do emprego, a decisão “dolorosa e arriscada” que haveria a tomar era portanto “desencantar o

⁴³ Yann-Moulier Boutang (2010) utiliza a metáfora da abelha para produzir uma imagem sobre o “trabalho de polinização” que caracteriza a nossa economia e que deveria ser reconhecido: além de produzirem mel, as abelhas difundiriam gratuitamente a vida através da polinização.

trabalho” (Méda, 1999: 308) e sair do modelo de sociedade no qual vivemos há dois séculos, por via do reconhecimento da multiatividade.

A insistência em fazer do emprego o centro das reivindicações sociais e políticas em tempos de austeridade só poderia resultar, desse ponto de vista, de um enviesamento obreirista, da saudade do fordismo, de uma crença num futuro que não mais há-de existir ou até, para os críticos vindos da ecologia, de uma apologia modernista do progresso, do produtivismo e do crescimento. E no entanto, como vimos e veremos, essa reivindicação persiste, teimosa, nas preocupações dos jovens, nas manifestações que ocupam as ruas, nas greves de precários, nos seus movimentos e nas suas experiências de luta.

Claro que essa persistência não é a única tendência que se manifesta. A par dela, multiplicam-se em sectores precarizados experiências que oscilam entre cooperação e empreendedorismo (termo cuja ambiguidade será analisada na parte III desta tese), novas formas de sociabilidade, táticas que valorizam a autonomia, a procura de soluções a partir da partilha de local de trabalho entre independentes, redes de atividades informais que, no meio do desenrascanço, procuram escapar à alienação, modos de vida que, entre o desejo de autorrealização e o medo da dependência, tentam gerir a ambivalência da experiência precária, reivindicações recentes e antigas que trazem novas formas de solidariedade e de luta para o campo da economia.

Nas próximas páginas, não farei uma exposição exaustiva dos termos e dos variados pontos de vista que tomam lugar neste debate. Mas procuro, num relance, identificar algumas das questões que, nestas polémicas, se colocam a uma *política do precariado*.

Direito ao emprego ou direito a um rendimento?

A ideia de uma “renda básica” não é nova. Hoje, em torno do rendimento básico, existem coordenações internacionais, revistas e redes académicas, experiências locais exemplares e um intenso debate intelectual. Entre os seus entusiastas encontramos gente com filiações e percursos tão diferentes quanto o economista francês Yoland Bresson⁴⁴, o belga Philippe Van Parijs, o britânico Guy Standing ou o alemão Claus Offe, figura de proa da segunda geração da Escola de Frankfurt. Cada um a seu modo, insistem que esta medida

⁴⁴ Economista francês que se dedicou a estudar o “capital-tempo” e que, desde a década de 1980, defende a atribuição pelo Estado de um “rendimento de existência” capaz de valorizar o “tempo individual do cidadão”.

seria “a forma mais emancipatória de lutar contra o desemprego sem perpetuar a pobreza e de lutar contra a pobreza sem gerar desemprego” (Parijs e Vanderborght, 2012: 32), que há base empírica suficiente para concluir pela eficácia das transferências diretas de dinheiro no combate à insegurança econômica quando comparadas com outras modalidades de política social (Standing, 2008: 2), que a medida tem “vantagens funcionais” na resposta às “patologias” da sociedade salarial, tendo em conta que hoje já vastas categorias de pessoas não vivem do trabalho assalariado⁴⁵ e que as políticas convencionais de perseguir o objetivo do pleno emprego e da distribuição igualitária são incapazes de cumprir as suas promessas (Offe, 2009: 77).

Às preocupações com os disfuncionamentos ou as “patologias” do capitalismo – e com a sua reforma – soma-se, na defesa desta “renda básica”, a crítica radical do trabalho assalariado. Um “rendimento incondicional garantido” é, para um pensador como André Gorz (1997), um dos caminhos para “sair da sociedade salarial”, conjuntamente com a redistribuição do trabalho e a transformação das cidades. Tem é de ser um “rendimento suficiente” para ser capaz de libertar os trabalhadores dos constrangimentos do mercado de trabalho permitindo-lhes “recusar trabalho”. Nesse caso, a medida permitiria “desconectar do ‘trabalho’ o direito a ter direitos”, dado que nem o rendimento nem a cidadania podem depender da ocupação de um emprego (Gorz, 1997: 91).

A defesa do princípio do direito incondicional a um rendimento garantido pelo Estado materializa-se em propostas diferentes em aspetos importantes: o montante, as formas de financiamento, o universo a que se aplica, a sua duração, a sua relação (ou não) com algum tipo de contrapartida em termos de atividade, a sua ligação com o trabalho. Contudo, um consenso parece percorrer o espírito de todos os defensores da medida. Com maior entusiasmo ou com maior nostalgia, todos consideram que o pleno emprego acabou, não é um objetivo realista nem plausível (cf. por exemplo Offe, 2009; Parijs e Vanderborght, 2012) ou então não é sequer desejável, porque nos mantém aprisionados à sociedade do trabalho assalariado (Gorz, 1997; Jappe, 2005; Dores, 2014).

⁴⁵ Essas categorias incluem, para Offe, os demasiado novos para trabalhar, os demasiado velhos, os refugiados ou imigrantes ilegais, os que estão em formação, os que têm a seu cargo o cuidado de outros, os que cumprem serviço militar (no caso em que seja obrigatório), os que cumprem uma pena numa instituição penitenciária, os que têm baixa médica ou uma deficiência incapacitante, os que vivem de heranças ou rendas, todos os que, não pertencendo a nenhuma das categorias anteriores, não têm trabalho e já se encontram a viver com um rendimento atribuído pelo Estado (Offe, 2009: 51).

Do ponto de vista da política do precariado, não é pouco relevante. “A ideia, cada vez mais difundida, de desconectar do trabalho o direito a ter direitos”, argumenta Bensaïd, “é sedutora para os sectores excluídos, porque teoriza sobre o seu cansaço em correr atrás de um emprego improvável” (1999: 5). Mas é também, diz o filósofo, uma forma de resignação. Resignação face ao abandono do objetivo do pleno emprego e da distribuição do trabalho (que ratifica as “inevitabilidades” liberais) e resignação quanto ao abandono da exigência de fazer do trabalho um suporte de integração e condição de autonomia. Concebido numa sociedade de mercado, a ideia do rendimento básico tem merecido ainda duas outras críticas: ela canalizaria apenas para a política social – e não para a economia e o emprego – as nossas aspirações de justiça. E ela substituiria por uma prestação pecuniária individual o esforço redistributivo de uma gestão coletiva e democrática da riqueza produzida, através da expansão de serviços públicos desmercadorizados e gratuitos.

Independentemente das objeções de princípio que alguns lhe têm movido e das diferenças entre as várias modalidades, uma das dificuldades com que este tipo de proposta é imediatamente confrontada é a sua concretização. Como seria financiada uma tal medida? Deslocaria as verbas atualmente destinadas à Segurança Social e a determinados serviços públicos, desorçamentando-os? Resultaria de um novo imposto sobre o capital ou sobre as transações financeiras? Seria sustentada à custa de um agravamento generalizado dos impostos sobre o consumo, que recaem sobre todos sem progressividade? Ou de uma reformulação do imposto sobre o trabalho, que seria muito agravado para depois ser redistribuído por esta via, como parece sugerir Van Parijs (1995)?

São raros os proponentes que se arrisquem a quantificar. “O custo da medida vai depender da quantia do rendimento, que não será certamente muito elevada, mantendo-se no entanto que esta deve ser suficiente para garantir condições de vida decentes de acordo com os padrões sociais e culturais dos países onde for implementada”, explica Roberto Merrill (2013), o animador em Portugal do movimento em torno do RBI. Parece vago, sobretudo porque a quantia determina a sua natureza e o seu efeito. Se correspondesse ao valor do salário mínimo seria capaz de concorrer com as ofertas de trabalho e, nesse sentido, reforçar a posição dos trabalhadores na relação com o capital, pois teriam efetivamente poder para

recusar trabalhos mal pagos ou desinteressantes. Mas, se fosse o caso, então a proposta parece não ter em conta a relação de forças em que se situa⁴⁶.

“Se alguma coisa como um rendimento deste tipo for instituído”, considera Castel (2013: 8), “será necessariamente um rendimento ‘insuficiente’”. Mas um rendimento “insuficiente” (o valor médio do RSI é, em Portugal, de 89 euros mensais por beneficiário e tem estado sob ataque feroz...) tem outra natureza: não libertaria as pessoas de terem de procurar um trabalho para complementá-lo. Ou seja, teria o efeito paradoxal de estabelecer um novo exército de reserva a custo ainda mais reduzido, um verdadeiro “stock de trabalhadores potenciais já parcialmente remunerados por um rendimento básico medíocre” (Castel, 2013:9). Seria, nesse caso, critica Gorz, “uma subvenção aos patrões”, que passariam a “pagar o trabalho abaixo do salário de subsistência” (Gorz, 1997: 136-137).

Proteger o emprego ou o trabalhador e as suas discontinuidades?

A constatação de que o trabalho extravasa o emprego não tem apenas conduzido, na política do precariado, à defesa de um rendimento básico. Noutros casos, ela aparece como pretexto para se ponderarem novos enquadramentos para o trabalho descontínuo.

Um exemplo tem vindo do movimento dos intermitentes do espetáculo e do audiovisual. Para Corsani e Lazzarato (2008: 115), estes intermitentes “deslocaram pela sua luta os termos do debate sobre o trabalho e sobre o sistema de proteção social. Problematizaram as categorias de emprego e de desemprego e, por essa via, a representação social do tempo de trabalho”. A dupla de sociólogos conduziu um inquérito colaborativo sobre as práticas de emprego e de trabalho destes profissionais em França e, confrontados

⁴⁶ O mais próximo de uma prestação deste tipo que Portugal conheceu foi o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), criado em 1997 pelo Governo de António Guterres e rebatizado de Rendimento Social de Inserção (RSI) por um posterior governo de Direita. Desde a sua constituição, momento em que era filosoficamente mais próximo dos pressupostos do Rendimento Básico, nunca foi nem universal (dado que exigia que a pessoa beneficiária estivesse abaixo de um determinado limiar de rendimento), nem incondicional (já que pressupõe um contrato que requer do indivíduo uma disponibilidade para a inserção, nomeadamente no mercado de trabalho, se possível), nem de montante “suficientemente elevado” para permitir uma vida autónoma. Mas mesmo tratando-se de uma medida dirigida a um grupo específico (ou porventura por isso) e de uma prestação condicional, com orçamento muito limitado, a discussão em torno do RMG/RSI despertou sempre na sociedade portuguesa, como lembra Pedroso (2013), essa “herança de uma cultura milenar sobre o fenómeno da pobreza”, que traça uma “linha que separa os pobres «que merecem» dos que «não merecem» ser apoiados”, linha que “é atravessada por quatro dicotomias: idosos/jovens; saudáveis/doentes; trabalhadores/preguiçosos e virtuosos/pecadores” (Pedroso, 2013: 171).

com os resultados, levantam uma pergunta: “se a atividade se exerce também nos períodos ditos de desemprego, e ainda durante o tempo dito de vida, durante o tempo dito livre, durante o tempo de formação, até transbordar para o tempo de repouso”, “como medir e como levar em consideração a natureza produtiva destas atividades para lá do emprego? Como medir o tempo de trabalho real e o seu valor?” (idem: 121). A pertinência da questão é inegável, ainda mais num trabalho em que o que é visível (a obra) pressupõe um processo criativo cujos limites temporais são frequentemente difíceis de definir. Mas a questão não se aplica apenas aos trabalhadores do espetáculo. Ela remete também, por exemplo, para as sugestões de Alain Supiot (1999) sobre a necessidade de reconfigurar a noção de segurança a partir de novos direitos, procurando garantir, mais que a estabilidade dos empregos, uma continuidade de trajetória que fosse, ela sim, protegida.

A proposta de Supiot apresenta-se como um desafio ao direito do trabalho, que é instado a conceber-se como “um direito não só do trabalhador assalariado mas como o direito de todas as formas de trabalho, inclusive as formas independentes ou voluntárias” (Supiot, 2010, 451). Um “estado profissional da pessoa” significa que este não estaria mais associado à ocupação de um emprego, mas à continuidade de um conjunto de garantias pessoais que seriam válidas ao longo de toda a existência do indivíduo, independentemente dos acasos da vida profissional e do tipo de ocupações.

Há quem, estudando as vivências laborais dos precários, se entusiasme com esta possibilidade. Patrick Cingolani, por exemplo, entende que a descontinuidade é “um facto social do nosso tempo”, que “atualiza a pluralidade inerente às nossas sociedades, uma pluralidade cada vez mais indócil à hegemonia e à unilateralidade de um tempo essencialmente heterónimo e subordinado” (Cingolani 2005: 109 e 110). A descontinuidade, libertada do comando unilateral das empresas, poderia resultar da escolha de “entrar num regime de atividade diferente”; o seu reconhecimento seria assim uma forma de valorizar toda a “atividade lateral ao trabalho assalariado” (Cingolani, 2014: 141). O desafio da política do precariado seria então o de sair da precariedade tornando a descontinuidade um direito, valorizando, nas práticas precárias, o facto de elas poderem ser “um elemento de construção de si formulado explicitamente como tal, um não consentimento e uma resistência expressiva à normatividade social do trabalho com o seu modo de imposição disciplinar” (2005: 72).

A análise, ao assinalar que a precariedade vive, para alguns, numa tensão forte entre a dominação reforçada e a possibilidade de autonomia, parece sobrevalorizar um dos pontos dessa tensão. Os intermitentes do espetáculo, em França como em Portugal chamaram a atenção, através de propostas e petições ao poder político⁴⁷, para a necessidade de securizar as suas mobilidades, porque a sua atividade é, por natureza, intermitente e porque o tempo de trabalho extravasa um conceito limitado de tempo produtivo – ele estende-se muito para lá do tempo de ensaio e apresentação de uma obra. Mas essa experiência não é válida para o conjunto dos precários, para quem a descontinuidade do vínculo não corresponde necessariamente a uma descontinuidade da atividade que exercem. Nesses casos, ao contrário do que acontece com o trabalho artístico intermitente, a descontinuidade pode não ser nem real em termos de trabalho – no *call center*, na escola, na redação do jornal ou na caixa de supermercado há postos permanentes a ocupar – nem desejada do ponto de vista subjetivo. A descontinuidade constitui, nessas situações, apenas uma estratégia patronal de precarização dos direitos do emprego.

Ao partir das experiências dos intermitentes o debate presta-se, por isso, a algumas ambiguidades. Com efeito, o argumento de fundo da maioria dos processos de precarização da legislação laboral é que seria necessário aumentar a flexibilidade dos trabalhadores – que deveriam estar dispostos a mudar de empresa, de tarefas e de horários – porque isso seria um imperativo económico. A *flexigurança* associou à constatação dessa “obrigação” uma retórica segundo a qual empregos flexíveis deveriam ser compensados com uma proteção generosa no desemprego e com uma política ativa de emprego, tal como no modelo dinamarquês. Contra esse modelo, levantaram-se objeções de princípio (que questionavam que se renunciasse à disputa da democracia no emprego e na relação de trabalho, abandonando-as aos fluxos do mercado), mas também objeções sobre as condições em que a ideia, de origem nórdica, foi concretizada noutros países europeus. Com efeito, a exportação desse modelo guardou sobretudo a imposição da flexibilidade por via de uma regulamentação liberal da legislação laboral, fazendo recair todos os riscos sobre o Estado e, sobretudo, sobre o trabalhador (Artous, 2011).

Essa está longe de ser a proposta dos intermitentes do espetáculo, cuja atividade querem ver protegida, e também não é a posição de um jurista como Supiot. O seu objetivo

⁴⁷ Na parte IV e também nos estudos de casos, aborda-se o modo como, em Portugal, a questão foi colocada desde 2006 pela Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual.

é proteger os direitos dos trabalhadores face às exigências de mobilidade. Mas ao fazê-lo, pressupõe que a flexibilidade atual é uma necessidade ditada pela economia, com a qual teria de se lidar, e não (como nos parece ser a esmagadora maioria das vezes) uma escolha política sobre o modo de regulação, que seria preciso pôr em causa.

Libertar o trabalho ou libertar-se do trabalho?

Numa conferência realizada no Fórum Social do País Basco, em 2005, Anselm Jappe, uma figura da nova geração do pensamento radical, insistia que precisamos de nos libertar do “culto do trabalho”. “Uma política de crítica social, de contestação da sociedade capitalista, não deveria reivindicar a criação de novos empregos, ou sonhar com um impossível regresso à sociedade do pleno emprego”, argumentava, mas deveria sim exigir para toda a gente, “individual e coletivamente”, “o direito a aceder diretamente aos recursos, terras, oficinas, fábricas, ao saber imaterial, para organizar a produção lá onde ela verdadeiramente é necessária” (Jappe, 2005).

A crítica ao culto do trabalho é tudo menos nova. Há mais de um século, em 1883, Paul Lafargue dava à estampa um manifesto tonitruante em que denunciava esse “culto” como “uma estranha loucura”, uma “religião da abstinência”, capaz apenas de criar “corpos debilitados” e “espíritos encolhidos”, pelo que era necessário libertarmo-nos dessa devoção. Para o filósofo francês, tratava-se, já nessa altura, de não trabalhar mais que três horas por dia e de defender a preguiça como um direito.

A proposta de Lafargue é fundadora de um olhar sobre o trabalho assalariado que o abordava não como uma atividade através da qual o trabalhador pudesse emancipar-se (tradicionalmente, a visão marxista), mas mais como uma pena que devesse ser abolida. Injusto seria, no entanto, não reconhecer que os próprios escritos de Marx são, também eles, atravessados por uma ambiguidade, entre a ideia de que seria possível transformar o trabalho em atividade livre (caso em que a emancipação se faz pelo trabalho, e parece bastar-se) e o reconhecimento de que o trabalho produtivo nunca será um puro jogo, ou uma atividade puramente liberta do “reino da necessidade” (caso em que a emancipação seria o aumento do tempo livre e o controlo coletivo e democrático da produção; Artous, 2011: 120-121).

Hoje, nos debates sobre a política do precariado, o tema do direito ao trabalho e do direito à preguiça ressurgem sob as formas mais diversas. Abandonar a luta pelo pleno

emprego, regressar à produção local e autónoma, lutar por formas de rendimento para todos que não dependam do salário, retomar o combate pelo direito a uma vida cujo centro não seja o trabalho... Ainda que nenhuma destas propostas esteja no centro do debate público, elas têm ganho fôlego nos sectores e nas iniciativas que, nos últimos anos, mais ativamente se têm oposto ao capitalismo, à voragem neoliberal, à precariedade e à austeridade. Em tempos de crise, as práticas económicas alternativas, que procuram escapar à lógica da troca mercantil e do trabalho assalariado (que se rarefaz), multiplicam-se e surgem para alguns como a alternativa mais tangível contra uma vida alienada. Para muitos, a emancipação do precariado deveria ser pensada a partir das margens do trabalho e da rejeição do trabalho assalariado.

A ideia não é estranha à história do movimento operário. De facto, esta não foi só a história de um culto produtivista do trabalho assalariado, mas também a da luta pela sua abolição, feita de práticas que fraturavam a ordem do tempo e quebravam essa hierarquia ancestral que condena uns aos privilégios do pensamento e outros à escravidão do trabalho pelo confinamento na condição de mero sujeito produtivo. As “noites dos proletários” de que nos fala Rancière (2012), em que as horas eram roubadas ao “sono pacífico” para fundar jornais, compor canções, escrever, para ouvir as lições dos educadores ou dos apóstolos, para o estudo ou a embriaguez, restituem essa história concreta onde se interrompia o curso normal das coisas e dos seus lugares, pelo desejo de escapar à “sujeição da existência proletária”.

A utopia de uma sociedade de produtores livres e iguais não poderia nunca, por isso, dispensar a emancipação que se faz libertando-se do trabalho assalariado e da condição de proletariedade. Do mesmo modo, esse desejo e esse compromisso não tem de ignorar que, afetado pela mutação na organização a produção, atravessado pela crise das suas formas de representação, influenciado pela instabilização das identidades e das solidariedades que foi capaz de gerar, o trabalho permanece como uma relação social central nas nossas sociedades e como lugar possível da conquista de si. E essa circunstância é que dá à luta pelo emprego e à crítica à organização capitalista do trabalho e aos seus mecanismos de divisão a pertinência de continuarem a ser bandeiras fundamentais para contrapor à ordem atual das coisas.

Assim, parece ser na “dialética do tempo de trabalho e do tempo livre” que a questão melhor pode ser equacionada, articulando os dois termos do problema, nos moldes

em que propõe Artous (2011). Por um lado, libertar o trabalho do caráter alienado que ele adquire sob o capitalismo, submetendo-o ao controlo comum, a outros princípios de organização e reinventando uma apropriação social e democrática da produção a partir das necessidades coletivas (e algumas experiências de associação dos precários aí estão para nos inspirar). Por outro lado, libertar-se do trabalho no sentido da conquista progressiva de mais tempo livre, um tempo que não é só individual e para si, mas é também um tempo social ao serviço de todos, no qual se experimentam muitas outras condições para além da de produtor, reconhecendo que a emancipação do trabalho e a abolição do capitalismo não seria nunca bastante para gerar automaticamente a emancipação integral do indivíduo. Libertar o trabalho e libertar-se do trabalho, portanto. Os dois e simultaneamente, não como termos contraditórios, mas como elementos de uma dialética de emancipação que a política do precariado poderia articular.

II. Razões de um estudo, considerações metodológicas e quatro hipóteses prévias

1. Razões de um estudo e do seu método

Em julho de 2006, numa oficina de Teatro do Oprimido que dinamizei no âmbito da marcha LGBT do Porto, conheci o André. Depois de um estágio não remunerado numa rádio e de alguns trabalhos precários em Lisboa, o André tinha regressado ao Porto, aos 27 anos, para morar na casa dos pais. Jornalista de formação, trabalhava à semana a recibos verdes como guia num museu da cidade e, ao fim de semana, numa loja de roupa num *shopping*. Durante alguns meses, mantivemos um contacto esporádico até que, em março de 2007, o André e uma amiga sua, a Cristina, me convidaram para tomar café no “Piolho” porque tinham uma ideia: criar um grupo sobre os “falsos recibos verdes”, que denunciasses uma realidade laboral que, pelo que percebiam, não era apenas deles, mas a de “quase toda a gente à volta”.

Poucas semanas depois desse encontro, já com algumas pessoas mais no processo, nascia o Fartos d’Estes Recibos Verdes (FERVE), pela ação e sob impulso do André e da Cristina. Em maio, acontecia o primeiro *MayDay* em Lisboa, e lá estivemos com uma faixa. Em julho, animei uma oficina de teatro-fórum organizada pelo coletivo, no Porto, onde participaram cerca de duas dezenas de pessoas, trabalhadoras a recibo verde – intermitentes do espetáculo, professoras das Áreas de Enriquecimento Curricular, formadores, guias, dois empregados de café... – mas também estagiários e trabalhadores-estudantes. No final do mês, a peça que fizemos sobre os recibos verdes foi apresentada na rua, na cidade do Porto, à noite, e também em Santa Maria Feira, distrito de Aveiro. Em 2008, quando me candidatei à bolsa de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, propus-me fazer uma investigação sobre as “trajetórias, vivências, subjetividade colectiva e discurso público sobre a precariedade dos jovens em Portugal”. Era para mim um prolongamento de uma experiência e de uma curiosidade recente.

A escolha de um objeto é sempre produto de uma biografia. Nalgumas situações (se não em todas...), acontece mesmo que “o objeto é a continuação do sujeito por outros meios” (Santos, 1987:52), não apenas pelas influências que as operações metodológicas exercem na construção do próprio objeto, mas pelo facto de as trajetórias pessoais e coletivas não lhe serem estranhas⁴⁸. No meu caso, a vontade de fazer passar pelo crivo da análise

⁴⁸ No seu *Esboço para uma Auto-análise* (um livro notável por procurar aplicar a si mesmo os instrumentos de objetivação sociológica que desenvolveu ao longo de décadas), Pierre Bourdieu, que previne desde o início que “isto não é uma biografia”, reconstitui a sua trajetória científica a partir de uma análise das suas disposições

sociológica uma experiência da qual, em certa medida, fiz e faço parte, resulta de uma combinação de impulsos. Se tinha a oportunidade de me dedicar, com tempo, a investigar um assunto, então por que razão não haveria de ser justamente aquele que mais me interpelava no momento? No ano anterior, fizera uma tese de licenciatura em sociologia sobre um outro entusiasmo, a intervenção com o teatro do oprimido (interesse que se prolonga até hoje), e tinha sentido que a abordagem sociológica – o tempo que ela toma, as suas exigências de sistematicidade, o olhar detalhado a que nos convida, a contextualização e a historicização que reivindica – acrescentara uma reflexividade diferente à minha prática. Um tipo de reflexividade que, sendo economizada na vida quotidiana, é exatamente o que constitui “a economia do tempo do trabalho do investigador profissional” (Corcuff, 2005: 188). O impulso que me levou até esta investigação advém assim da vontade, novamente, de não desperdiçar uma oportunidade: a de um conhecimento que, olhando para uma prática em curso, pudesse nela intervir, desde logo, pela via da auto-reflexividade.

Entretanto, com o passar o tempo, incluindo os três anos em que interrompi a pesquisa (e a bolsa que lhe estava associada), o que era em 2008 apenas emergente tornou-se um facto incontornável não apenas da realidade laboral, mas também da movimentação social no nosso país: a *formação do precariado como sujeito de ação coletiva*. Volvidos alguns anos, o interesse em concentrar-me sobre essa experiência, já transformada, resultava da consideração que mantenho por uma história que, apesar da atenção mediática suscitada, não teve ainda quem se dedicasse a fazer a sua reconstituição de conjunto. Ou seja, a arqueologia das suas raízes, a identificação da sua relação com ciclos de protesto noutros espaços geográficos, a ligação entre os múltiplos episódios que a compõem. No fundo, a constituí-la como um objeto de estudo, para lá da curiosidade científica por determinados momentos ou do tratamento mediático, tendencialmente efémero, deste ou daquele episódio. Nos últimos anos, além disso, acentuou-se a centralidade da problemática laboral na minha vida e na de outros à minha volta, quer pela presença do trabalho alienante quer pela ausência, quantas vezes alienante, do trabalho. A esse facto não é alheia a fase em que a possibilidade de escrever uma tese me encontrou – a dos contactos com o tal “mundo do

de origem, do seu *habitus* e da sua inserção no campo académico, no qual se fez e contra o qual se fez. A dado passo, afirma “Como poderia não me reconhecer em Nietzsche quando diz mais ou menos, em *Ecce Homo*, que nunca se dedicou senão a coisas que conhecia profundamente, que ele mesmo tinha vivido e que, até certo ponto, ele mesmo tinha sido?” (Bourdieu, 2005: 109).

trabalho”, a da partilha das perplexidades com quem se confrontava e confronta com essa experiência e as indeterminações, incertezas e angústias que ela provoca.

*

Percebeu-se já que este é um trabalho de sociologia a partir de um dos lados do processo de precarização: o daqueles que se organizam para lhe resistir. Digo-o sem qualquer profetismo. A sociologia, ainda mais quando trata um assunto desta natureza, nunca está sozinha. E mesmo que procurasse distanciar-se do mundo – das suas dificuldades e contradições, das suas brutalidades ou das suas relações de força – não seria por isso menos marcada por aquilo de que tentaria fugir.

Rejeitando quer o culto de uma investigação intocada pelo mundo social, quer a concepção de uma sociologia instrumental, o que se reivindica nesta pesquisa é um processo de *implicação*. Ou seja, a assunção de que há um conhecimento que é produzido nas lutas sociais e de que à sociologia cabe também reconhecê-lo.

Não se trata aqui de negar que há um modo de atividade que é específico da prática científica e que não é redutível às relações de poder, aos jogos de linguagem ou às estratégias de persuasão postas em prática, pois inclui *disposições profissionais, instrumentos materiais de observação* que foram sendo objectivados ao longo da história, *protocolos de cientificidade* provisoriamente validados, *controles cruzados* de hetero e auto-reflexividade (Pinto, 2001). Mas esse modo de atividade deve assumir a *distinção entre objectividade e neutralidade* e o desafio que nos leva *da ação conformista à ação rebelde* (Santos 2000: 30-33). No primeiro caso, considera-se que a *objectividade forte* conseguida através da aplicação rigorosa de métodos de investigação, do respeito de protocolos de cientificidade e da identificação dos pressupostos, dos valores e dos preconceitos que existem num processo de investigação não significa que o cientista não pode ou não deve tomar posição: “maximizar a objectividade” e “minimizar a neutralidade” são por isso exigências compatíveis e complementares. O segundo desafio pretende superar as dicotomias estrutura/ação e determinismo/contingência para focar a sua atenção nas ações e subjetividades que ora consolidam as determinações, ora as desestabilizam, porque identificam possibilidades e as ampliam. O estudo da precarização em Portugal e da *formação do precariado* no nosso país pretende exatamente observar quer o modo como se

produz a conformação ao que existe, quer as condições e as ações em que emergem práticas rebeldes.

Resistente a um culto do investigador isolado, um cientista social que se coloque “ao lado” dos agentes que estuda, parceiro de muitas das suas lutas, não pode limitar-se a ser a caixa de ressonância das interpretações dos sujeitos, nem o mediador aritmético das suas posições, das suas tomadas de posição, das classificações que fazem sobre a própria experiência e do jogo de forças que elas necessariamente comportam. Convém portanto refletir sem complexos sobre o estatuto de investigador numa pesquisa de terreno como esta e a consciência sobre os riscos é provavelmente a primeira condição desse esforço: risco de autocensura em função da relação com os outros agentes do campo; risco da lógica da ação se sobrepôr à da análise; risco de um quadro teórico fraco que nos torne dependentes do senso comum, seja ele mais ou menos ativista; risco, inverso, de um quadro interpretativo forte que se torna imune aos imprevistos e à refutação das hipóteses de partida, ainda que formuladas de modo aberto.

Para responder a estes riscos, procurei uma estratégia metodológica orientada por cinco preocupações: (i) construir uma reflexão teórica que acompanhasse todas as fases do processo, (ii) praticar um ecletismo metodológico controlado capaz de articular escalas, (iii) diversificar ao máximo as fontes de informação e (iv) conceber a pesquisa de terreno de modo reflexivo, aberto e retroativo.

(i) A insistência na importância da teoria não resulta de nenhum fetiche, mas de partilhar a convicção realista de que é ela que nos permite um olhar que não se resume a reproduzir as categorias de senso comum ou o ponto de vista dos agentes. Parafraseando Bourdieu, o que é próprio da sociologia é ser “um ponto de vista sobre um ponto de vista” (1993: 1423) e para isso precisamos de nos dotar de um conhecimento prévio que possa também abrir portas para um conhecimento novo. Nesse processo, a relação da teoria com a empiria não significa tomar aquela como uma camisa-de-forças ou alimentar um ciclo vicioso. Como defende Burawoy (1998), essa relação passa por traçar um quadro que nos permita depois ir em busca de pontos para a sua refutação e reformulação. A reflexão teórica não é uma fase prévia ao “trabalho de terreno”, mas uma operação permanente em todas as etapas da pesquisa, da definição do problema até à escrita final da monografia. A necessidade de aprofundamento teórico ocorreu, com efeito, à medida que me fui confrontando na prática

com situações concretas, que suscitavam questões que precisavam de ser teoricamente pensadas.

(ii) A estratégia metodológica que acionei passou pelo exercício de um *ecletismo metodológico*, que conjuga procedimentos metodológicos diversos, que reconhece a presença de operações qualitativas e quantitativas em todos os momentos do trabalho e que combina procedimentos lógico-dedutivos (selecionando a realidade a partir do modelo teórico) e indutivos (sistematizando teoricamente os dados a partir da experiência) (Lopes 2000). Assim, recorri à observação participante mas também à análise documental de fontes diferenciadas (designadamente estatísticas), à análise de conteúdo quantitativa e qualitativa, à realização de entrevistas, à construção de retratos sociológicos, à análise crítica do discurso. Trata-se, como é recorrente na sociologia, de uma perspectiva que permite a triangulação metodológica (Denzin e Lincoln, 1998). Mas esta opção decorre sobretudo da identificação de uma necessidade de recorrer à “complementaridade metodológica” (Ortí, 1994: 89) em função da variação das escalas de observação. Com efeito, o estudo que aqui se apresenta pretende-se extensivo, na medida em que quer dar conta do processo histórico de precarização laboral em Portugal e da constituição de um espaço de organizações de precários que se desenvolveu na última década e meia à margem das estruturas sindicais. Mas é também intensivo, porque toma dois casos de estudo concretos, produzindo a partir deles uma reflexão cuja utilidade em termos de generalização procede “pela qualidade e exemplaridade” dos casos, mais do que pela “quantidade e uniformização” (Santos: 1983), porque se foca em episódios específicos tratados em caixas e porque se socorre de uma “sociologia à escala individual” (Lahire, 2005) para traçar trajetórias subjetivas em cada caso.

Assume-se assim, nesta abordagem dos casos, a influência da proposta do *método de caso alargado* (Santos, 1983), cujos princípios foram explicitados por Burawoy (1998; 1991): (a) a intersubjetividade (o observador participa no mundo do outro), (b) a ênfase no processo (que enquadra o caso no espaço e no tempo), (c) a consideração dos elementos estruturais e extra locais (ou seja, das forças externas que o condicionam) e a (d) reconstrução teórica mais ampla (sendo o objetivo descobrir anomalias no quadro teórico de que se parte, testar a teoria a partir dos casos e reformula-la) (Burawoy, 1998; Estanque, 1997; Mendes, 2003).

(iii) Em cada caso de estudo, combinou-se entrevistas, retratos sociológicos, observação participante e análise documental. Mas também na análise da história da *formação do precariado como sujeito coletivo* e na identificação das características da *ação coletiva do precariado no novo ciclo de protesto*, procurou-se recorrer a todo o tipo de dados disponíveis, evitando barreiras resultantes da prisão num determinado paradigma. Das fontes estatísticas nacionais e europeias a livros infantis, de discursos parlamentares aos panfletos produzidos pelos movimentos, do conhecimento resultante da participação direta aos relatórios de entidades oficiais, das músicas que abordam a precariedade à análise de mensagens em *mailing lists*, diversificou-se as origens, os formatos e as fontes de informação. O surgimento dos estudos de caso no final de cada uma dessas partes resulta da vontade de que possam ser lidos à luz das análises, dos contextos e das propriedades estruturais identificadas anteriormente, permitindo esse salto da “imaginação sociológica entre o mais detalhado e minucioso e o mais geral e indeterminado” (Santos, 1983).

(iv) Na pesquisa de terreno, o investigador assume-se como o principal instrumento de apropriação do real, através do contacto direto com a realidade em estudo. Essa condição exige uma particular capacidade de incorporar os instrumentos teóricos para que eles sejam acionados na prática, o recurso a uma pluralidade de técnicas e métodos de investigação que permitam objectivar os dados e a explicitação crítica acerca dos processos sociais em que sempre está envolvido qualquer trabalho de investigação, mais ainda em situações em que o investigador está implicado no objecto de estudo. Para isso, são essenciais a vigilância epistemológica e a reflexividade crítica, tanto quanto uma concepção aberta da pesquisa, que a vá tornando permeável às influências do contexto e à reformulação do objeto. Leituras, observação, organização do texto, transcrição do material, foram atividades desenvolvidas muitas vezes em paralelo, num processo em que umas tarefas interpelavam as outras. Por isso mesmo, a apresentação das fases da pesquisa de forma linear seria contraditória com a descrição dos processos infinitamente mais complexos que fazem a realidade de um trabalho de investigação deste género (Burgess, 1997: 33).

Num processo de investigação com esta duração, é de uma reflexividade coletiva, mais do que da do investigador sozinho, que devemos falar. Destaco assim três dimensões em que esta foi particularmente relevante. A participação em encontros científicos foi uma oportunidade para apresentar algumas das perspetivas que estavam em construção e para

beneficiar de comentários de outros colegas⁴⁹. A escrita de artigos para revistas científicas, pelo *peer review* que acarreta mas também por ter sido oportunidade de trabalhar com outros investigadores, foi uma aprendizagem sobre dimensões a serem exploradas de forma mais desenvolvida ou sobre a necessidade de clarificar determinados conceitos ou abordagens⁵⁰. O diálogo que fui mantendo com organizações de precários e os debates públicos em que participei, quer em Portugal quer noutros países⁵¹, nomeadamente apresentando reflexões que decorriam do trabalho em curso, foram espaços muito importantes de partilha, de confronto de ideias com públicos extra-académicos e de interpelações cruzadas. Neste sentido, a pesquisa de terreno, tal como foi praticada, foi também, creio, um exercício de *sociologia pública* (Burawoy, 2005; Burawoy e Braga, 2009).

Se rejeitamos quer a exterioridade quer o aproveitamento da experiência dos outros como mera matéria-prima, devemos reconhecer os ativistas que fazem parte deste processo de formação do precariado como sendo, também eles, autores de uma análise reflexiva sobre as suas próprias experiências e lutas. Por conseguinte, uma investigação deste tipo é também co-construída por aqueles de quem e *com* quem fala, num processo mútuo de aprendizagem. Exposto, no decorrer desse processo, à crítica e ao debate público, a validação do conhecimento vai-se assim fazendo, ao mesmo tempo que pelos pares científicos, por aqueles a quem o conhecimento aqui produzido possa eventualmente ser útil.

⁴⁹ Ressalto a este propósito a participação, em outubro de 2009 e em abril de 2012, nos Colóquios de Doutorando do CES, em Coimbra, com as intervenções “Mudanças no trabalho e novos movimentos sociais de jovens trabalhadores precários: reflexões sobre o caso português” e “Nada será como dantes. Para uma semiose do trabalho temporário”, respetivamente; a participação no *Workshop* “Protestos e Movimentos Sociais Contemporâneos em Portugal”, organizado pelo Centro de Investigação e Estudos em Sociologia do ISCTE (Lisboa, fevereiro 2013), onde debati uma comunicação intitulada “Do 12 de março ao 13 de outubro: Portugal no novo ciclo global de protesto”; as comunicações apresentadas ao I Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal (Lisboa, março de 2013) e ao II Congresso Internacional Karl Marx (Lisboa, 26 de outubro de 2013), sobre a génese das organizações de precários em Portugal e sobre as mobilizações mais recentes; ou ainda, em 2014, a participação, individual e em conjunto com Adriano Campos, no Congresso Português de Sociologia (Évora, Abril de 2014), falando sobre a questão do “empreendedorismo” e sobre “o ciclo de mobilizações” iniciado em 2011.

⁵⁰ Por exemplo, na *Revista Angolana de Sociologia* (Soeiro, Ferreira e Mineiro, 2012), na *Revista Configurações* (Soeiro, 2012), no *Journal of Social Science Education* (Estanque, Costa e Soeiro, 2013) na *Revista Sociologia* da FLUP (Soeiro, 2014) ou na *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Costa, Dias e Soeiro, 2014).

⁵¹ Refiro, a título de exemplo, o convite da Escola de Segunda Oportunidade de Matosinhos, em 2009, para falar sobre a relação entre juventude, precariedade e educação; o debate sobre “Jovens e Emprego”, organizado pela Federação Académica do Porto em fevereiro de 2012; a participação no Fórum do *Occupy*, em Nova Iorque, em março de 2012, com uma reflexão sobre o caso português; duas sessões organizadas na livraria Gato Vadio, onde pude partilhar algumas das considerações resultantes desta investigação ou os convites dos Precários Inflexíveis para intervir no ‘Fórum Precariedade e Desemprego’, nas suas edições de 2013 e de 2014.

Breve reflexão sobre as técnicas utilizadas

Procurando articular os conceitos principais do estudo, acionámos uma estratégia metodológica eclética que se socorreu de diferentes técnicas de recolha dos dados e também de um conjunto diversificado de fontes, formatos e suportes. A apresentação dos dados irá sendo feita ao longo do texto e dos capítulos que seguem. Como se constatará, eles foram sujeitos a técnicas de análise distintas. Os dados relativos à observação participante pontuam o texto. O mesmo sucede no que diz respeito a excertos de entrevistas. Os retratos de 8 ativistas aparecem em caixa, com um preâmbulo que avança algumas pistas de leitura.

Vale a pena referir que a internet e a cultura digital (insuficientemente problematizada pela reflexão metodológica), foram um espaço importante de recolha de informação e de interação com o campo⁵². Um exemplo foi a seleção das músicas que abordavam o tema da precariedade, cujo processo de seleção foi feito através de uma questão colocada no mural do *Facebook*. Através desse inquérito aberto, foram identificadas colaborativamente 22 músicas que tocavam o assunto, tendo-se selecionado para o corpo do texto alguns excertos que davam conta de dimensões da *experiência da precariedade*.

Procurou-se sujeitar a informação recolhida a uma análise crítica ancorada na mobilização de instrumentos e categorias teóricas e no cruzamento e triangulação de informação com origem em fontes diversas que permitisse validá-la (confrontando registos oficiais ou jornalísticos com interpretações de ativistas, cotejando relatos de agentes com posições e pertenças diferentes no espaço relacional das organizações de precários, complementando as fontes orais com a observação direta, por exemplo)⁵³. Além disso, a escrita quis-se comprometida com o rigor mas não hermética, objetivo cujo sucesso tenho obviamente dificuldade em ajuizar. Também por isso, todas as citações bibliográficas

⁵² Como refere Wieviorka (2013: 42-43), o universo digital é hoje um dado no qual os investigadores devem envolver-se e tomar parte, e com o qual se pode estabelecer uma relação mais instrumental (de consulta ou análise dos dados ali produzidos) ou mais implicada, nomeadamente reinventando algum dos métodos clássicos em ciências sociais – a entrevista *online*, a observação participante de contextos virtuais, a análise das interações em redes sociais, entre outros – e tirando partido das potencialidades colaborativas que a web 2.0 também traz à investigação, operação aliás que já tem vindo a ser desenvolvida pela “etnografia virtual” (Christine Hine, 2000).

⁵³ A este propósito, Alessandro Portelli nota o facto de “o narrador que hoje relata ser diferente daquele que tomou parte nos acontecimentos de que fala. Frequentemente houve uma evolução na sua consciência subjetiva e na sua condição social, o que o leva a modificar, se não os factos, pelo menos o juízo que faz sobre eles e, conseqüentemente, a forma como os narra” (Portelli, 2013: 32). Esta dimensão pode melhor ser apreendida quando procedemos a uma análise que combina vários métodos numa lógica de triangulação.

estrangeiras (com um peso significativo de referências francófonas) foram traduzidas para português. Relativamente à citação de excertos de entrevistas, utiliza-se o nome próprio, alterando o nome real sempre que os entrevistados o solicitaram. Quando se trata de figuras públicas, são utilizados os dois nomes (nome próprio e apelido) pelos quais são conhecidos.

A escolha dos dois estudos de caso obedece a critérios de “qualidade e exemplaridade” (Santos, 1993). Entende-se que cada um dos casos condensa alguns dos traços principais dos dois ciclos em análise. Na parte IV desta tese analisa-se o período em que emergem as primeiras organizações autónomas de precários em Portugal, sobretudo entre meados de 2000 até 2011, e que resultam do ciclo internacional de ação coletiva inaugurado com o movimento alterglobal, a partir de finais da década de 1990. O caso do FERVE é assim paradigmático deste primeiro ciclo, tendo aliás desaparecido com ele. Na parte V propõe-se uma reflexão sobre o novo ciclo de mobilizações surgido em finais de 2010 (2011 para Portugal), que se traduz, no nosso país, pela contestação da austeridade. O caso da greve dos enfermeiros da Linha Saúde 24 é paradigmático deste segundo período, ocorrendo num contexto de austeridade, articulando diferentes atores coletivos (sindicato, grupos de precários...) e sendo também a primeira vez em que um conjunto de trabalhadores recorre coletivamente a um novo instrumento legal surgido em consequência da ação das organizações de precários.

Em relação a cada um dos estudos de caso, servi-me de uma combinação de materiais, técnicas de recolha e de análise de dados, consultando documentos oficiais (estatísticas, atas dos debates parlamentares, contratos de concessão, relatórios de entidades públicas) e documentos produzidos pelos próprios movimentos ou coletivos em causa (manifestos, comunicados de imprensa, panfletos, cartazes, *posts* nos blogues), procedendo a uma análise de conteúdo quer quantitativa (por exemplo, contabilizando a frequência da utilização de determinado repertório de ação), quer qualitativa (a partir das categorias de análise definidas ao longo do enquadramento teórico e metodológico). Além disso, para cada um deles elaborei uma cronologia do processo em análise (o período de existência do FERVE; o processo de luta da Linha Saúde 24) e realizei uma análise das suas diferentes fases. Por último, elaborei, a partir do material das entrevistas, retratos sociológicos temáticos de quatro ativistas por cada caso, centrando-me na sua trajetória laboral, na sua *experiência da precariedade* e no seu percurso de socialização política, procurando situar a sua ação e também o seu discurso.

De seguida, apresenta-se um quadro que relaciona os principais conceitos deste estudo com as dimensões de operacionalização, os materiais recolhidos e os dados produzidos e com as técnicas de análise acionadas. Reflete-se ainda brevemente sobre cada uma destas diferentes técnicas.

<i>Conceitos principais</i>	Trabalho precário	Processo de Precarização	Experiência da precariedade	Formação do precariado	Novo ciclo de protesto
<i>Dimensões de operacionalização</i>	Modalidades de precarização em Portugal	Períodos de regulação laboral Narrativas de legitimação e modos de justificação da precariedade	Narrativas de precariedade	Espaço das organizações de precários Política do precariado Repertórios de ação coletiva	As 3 famílias das mobilizações O que mudou na ação coletiva (sujeitos, temas, escalas, esfera pública, institucionalidade) A galáxia anti-austeridade em Portugal
<i>Principais materiais utilizados e dados produzidos</i>	Dados do INE Relatórios do IIEFP Relatórios do Eurofound Relatórios do Eurostat Relatórios da FCT Boletins do Observatório do Emprego Público Relatórios da OCDE	Diplomas legais Estudos de outros investigadores Discurso dos sítios eletrónicos das Empresas de Trabalho Temporário Folhetos de oferta de emprego Notas de campo das sessões de formação em empreendedorismo Guias do Empreendedorismo Livros infantis Anúncios de formações em empreendedorismo Discursos Parlamentares Artigos de opinião	Transcrição de entrevistas semi-diretivas (35 ativistas contra a precariedade) Músicas sobre precariedade e emigração	Notas da observação participante prolongada Entrevistas semi-diretivas Blogues das organizações de precários Resoluções da CGTP e da UGT Músicas produzidas em Portugal Relatórios, folhetos e documentos produzidos pelas organizações de precários Notícias de imprensa Diário da República – intervenções parlamentares sobre precariedade (6980 registos) Relatórios da ACT	Notas da observação direta das mobilizações em Portugal e noutros países (EE; EUA; GR) Manifestos (Indignados, Geração à Rasca, <i>Occupy Wall Street</i> , Assembleia de <i>Syntagma</i>) Artigos de opinião Folhas entregues ao Parlamento pelos manifestantes do dia 12 de março (2083 registos) Entrevistas semi-diretivas a ativistas Materiais produzidos pelas mobilizações (apelos, convocatórias, cartazes...) Notícias de imprensa Documentos oficiais
<i>Técnicas de análise acionadas</i>	Análise de fontes secundárias Sistematização estatística	Análise de conteúdo categorial	Análise crítica do discurso Retratos sociológicos Narrativas biográficas sobre experiência laboral e ativista	Análise de conteúdo quantitativa e qualitativa Análise crítica do discurso	Análise de conteúdo categorial Categorização quantitativa dos dados do 12 de março Mapa das relações entre organizações

A análise documental

Para contextualizar o processo de precarização em Portugal, recorri a diversas fontes estatísticas (nomeadamente de instituições oficiais, como o INE, o Eurostat, o IEFP ou a FCT), aos diplomas legislativos e a documentos do mundo empresarial (nomeadamente das empresas de trabalho temporário). Em diferentes capítulos do trabalho e nos estudos de caso, são citados documentos escritos que tomei como fonte de informação e objeto de análise e cuja origem e natureza é diversa: artigos de jornal; relatórios, programas e resoluções sindicais; atas de debates parlamentares; folhetos, manifestos e convocatórias de organizações de precários; mensagens de correio eletrónico e *postagens* nos seus blogues e *sites*; abaixo-assinados; comunicados e notas de imprensa; cartazes e *pancartas* concebidos pelos ativistas; ou documentos entregues pelos manifestantes às instituições, como aconteceu após o desfile da “Geração à rasca”.

A observação participante

Desde 2007 que, pela acumulação da condição de sociólogo com a de ativista, mantenho um contacto intenso e de longa duração com algumas das organizações e iniciativas de precários. Nos últimos sete anos fui sendo um participante-observador de reuniões, protestos, assembleias, manifestações, recolhas de assinaturas, piquetes de greve ou ações de rua.

Assumindo a imbricação indissociável entre o saber científico e o saber pessoal, desenvolvi, sobretudo em alguns momentos particulares deste processo, um esforço particular no sentido de incorporar no meu olhar instrumentos teóricos e metodológicos e de acionar na prática uma vigilância epistemológica que me permitisse ter uma reflexividade de outra natureza sobre a experiência com que contactava ou que vivia. No ciclo de protestos iniciado em 2011, procurei associar à participação em manifestações, assembleias populares, iniciativas de rua (em Portugal, na Grécia, em Espanha e nos EUA⁵⁴) e piquetes de greve (como os da Linha Saúde 24) notas de campo e registos (por exemplo, registo do que era dito, das palavras de ordem constantes de cartazes e *pancartas*...) que foram elementos

⁵⁴ Na Grécia, através de duas estadias, em 2008 e em 2012, que resultaram em diários de campo e na colaboração com a produção de um documentário, da autoria de um amigo. Nos Estados Unidos, com uma estadia curta em Nova Iorque (março de 2012), onde assisti ao aniversário do movimento *Occupy* e contatei com grupos e movimentos e em Berkeley (outros dos locais mais ativos do *Occupy*), em maio do mesmo ano.

importantes para a análise posterior. No caso da observação das formações em empreendedorismo, feitas em parceria com Adriano Campos, elas foram motivadas explicitamente por imperativos da investigação, não apenas no âmbito desta tese mas de um outro trabalho que será desenvolvido em conjunto sobre este tema.

As entrevistas

A nossa pesquisa suporta-se, de forma significativa, em testemunhos orais de 35 ativistas de organizações de precários, que foram recolhidos por entrevistas semi-diretivas, concebidas como *conversas* (Burgess, 1997). Procurei abordar através delas alguns eixos temáticos fundamentais, definidos pelo guião, com grande flexibilidade e de forma relativamente livre. Explicados os objetivos do trabalho, pretendia-se que o entrevistado pudesse decidir e escolher as informações que me queria passar, sendo que eu ia sugerindo outros temas. Esta partilha de experiências guiada pelo entrevistado não impedia que, sempre que possível, o entrevistador o confrontasse também com outros pontos de vista, nomeadamente de outros entrevistados, para que fossem comentados, seguindo a sugestão de Bourdieu (1993) a propósito das entrevistas realizadas na obra coletiva *A Miséria do Mundo*.

Com estas *conversas*, registadas em formato digital, pretendeu-se aceder não apenas ao relato de experiências, mas também ao sentido que lhes era atribuído pelos sujeitos, à avaliação que faziam do significado da precariedade e das organizações surgidas em torno dessa condição. Além disso, uma das partes da conversa passava pela reconstituição da trajetória laboral e ativista do entrevistado, num exercício de reflexividade que fez do momento da entrevista uma ocasião para os entrevistados “se explicarem, no sentido mais completo do termo, ou seja, de construir o seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo” (Bourdieu 1993: 1407), numa “auto-análise provocada e acompanhada” (idem: 1408).

É importante referir que, no momento da entrevista, eu tinha já com a maior parte destas pessoas uma relação, o que tem vantagens e inconvenientes. Por um lado, a proximidade social entre entrevistador e entrevistado garante “duas das condições principais de uma comunicação ‘não violenta’”, a intercambialidade com o outro e um acordo imediato sobre as formas da comunicação (Bourdieu, 1993: 1395). Além disso, o conhecimento prévio do campo, da trajetória individual e da própria pessoa é o que permite ir

improvisando, nessas conversas, as “questões pertinentes, verdadeiras hipóteses” (*idem*: 1401) sobre o tema em causa, fazendo da entrevista mais um momento numa série longa de trocas, de patilhas e de conversas conjuntas. As entrevistas passaram, em grande medida, por esse “trabalho de relação” (Portelli, 2013), que é um trabalho de escuta mas também de troca e de confronto de perspectivas, sobretudo nos casos em que a posição do investigador no espaço social não é assim tão diferente da do entrevistado, o que minimiza os riscos da desigualdade nessa relação.

Foram realizadas 35 entrevistas, a mais curta tendo a duração de 46 minutos e a mais longa de 167 minutos. No total, são cerca de 50 horas de entrevistas gravadas. Em termos de origem familiar, a maioria dos entrevistados tem origem proletária (52%, se somarmos operários industriais e empregados executantes), sobretudo em famílias de empregados executantes ou de assalariados executantes pluriactivos (47%). A esmagadora maioria (85%) dos entrevistados tem o ensino superior. Nesse aspecto, nota-se uma clara diferença entre a sua qualificação e a dos seus pais. Quase metade das mães (41%) dos entrevistados só têm a 4ª classe, e 59% só têm o ensino básico. A escolaridade dos pais é mais elevada que a das mães: 52% têm pelo menos o ensino secundário. Se entre os filhos o ensino superior é quase generalizado, entre os pais não chega aos 25%. 17 entrevistados já tiveram ou têm ligação a um sindicato. 17 nunca tiveram. Dos 35 entrevistados, a maioria não tinha, no momento da entrevista, filiação partidária. 15 eram inscritos em partidos políticos e 10 não pertenciam mas já haviam pertencido, no passado, a juventudes ou partidos políticos (com destaque para o BE e a JCP/PCP).

Na definição da amostra dos entrevistados, procurei ter uma representação alargada de organizações ligadas ao processo de formação do precariado, seja sindicais, seja sobretudo (por ser esse o foco e o objeto da pesquisa) aos grupos de trabalhadores precários. Assim, no total, entrevistei pessoas ligadas a 14 organizações diferentes. Procurei também ter em conta a diversidade de sensibilidades (relação com partidos, percursos, trajetórias), para garantir que os testemunhos me permitiam aceder a pontos de vista diferenciados sobre os processos em análise.

As entrevistas foram submetidas a análise de conteúdo e permitiram também fazer retratos sociológicos baseados nas trajetórias laborais e ativistas.

A análise de conteúdo

A análise de conteúdo foi aplicada em diferentes momentos e de diversas formas.

Relativamente às entrevistas e ao material produzido pelos movimentos, fez-se uma análise categorial qualitativa, recorrendo a categorias chave da análise, nomeadamente: objetivos do grupo/organização, repertórios de ação, inserção internacional, momentos de conflito no trabalho e na experiência ativista, trajetória laboral, trajetória ativista, autoidentificação com a categoria de precário, relação com campo sindical e político e observações sobre um e outro, avaliação da experiência de ação coletiva, momentos significativos da experiência de ativismo, dimensões da experiência da precariedade para lá da laboral, narrativas de legitimação da precariedade.

Na análise do material das entrevistas, apliquei também alguns dos pressupostos da análise crítica do discurso, isto é, procurei não apenas identificar o conteúdo do que era dito, mas “quem disse o quê, como e com que interesses” (Mendes, 2003: 15), inserindo na análise uma contextualização capaz de apreender o discurso tendo em conta estruturas e processos sociais, políticos e históricos mais abrangentes (Van Dijk, 1997; Mendes, 2003).

No que diz respeito ao material do 12 de março, construiu-se uma grelha dividida em 6 áreas temáticas: “Educação”, “Corrupção, Ética, Transparência”, “Fiscalidade”, “Trabalho e Emprego”, “Sistema Político” e “Estado e Outras Políticas”. Cada uma delas tinha uma série variável de subcategorias (entre seis a dez). Por exemplo, dentro da categoria “Trabalho e Emprego”, fez-se a seguinte distinção em termos dos temas abordados pelos manifestantes: (i) salário, (ii) estágios, (iii) empreendedorismo, (iv) precariedade em geral, (v) recibos verdes, (vi) defesa da meritocracia (nomeadamente recrutamento/seleção/promoção), (vii) desemprego, (viii) outros. Dentro de cada subcategoria poderia ainda haver um nível de análise mais detalhado, como por exemplo “acabar com os recibos verdes” ou “fiscalizar falsos recibos verdes”. Relativamente a estas categorias, procedeu-se a uma análise quantitativa, classificando os 2083 registos e identificando aqueles que tinham maior peso no material daquela manifestação, por número de ocorrências. Além disso, selecionaram-se exemplos significativos de cada uma das categorias, para se realizar uma análise qualitativa do material

Relativamente ao material da Assembleia da República, além da análise qualitativa dos debates parlamentares sobre a iniciativa Legislativa de Cidadãos/ Lei contra a Precariedade ou com episódios e casos concretos, como o da Linha Saúde 24, efetuou-se

também uma análise quantitativa. Para isso, recorri à colaboração de Ricardo Lafuente, dado que o suporte em que o Diário da República é disponibilizado não permite um tratamento automático a não ser recorrendo aos instrumentos que Lafuente e Ana Carvalho têm desenvolvido no âmbito do projeto *Demo.cratia*, que pretende colocar acessível uma série de "ferramentas de extração, análise e catalogação" dos dados do Parlamento⁵⁵. Com a base de dados que me disponibilizou (que incluía 6980 registos), foi feita uma análise quantitativa do número de vezes que a palavra precário ou derivados (isto é, palavras com o radical *precari*) foram utilizadas nos debates parlamentares.

Os retratos baseados nas trajetórias laborais e ativistas

A partir das entrevistas, realizaram-se oito retratos de ativistas focados nas suas trajetórias laborais e de socialização política e ação coletiva. Nesses retratos, o preâmbulo pretende fornecer ao leitor algumas pistas de leitura compreensiva. A reconstituição do percurso individual visa resgatar, para cada estudo de caso, a complexidade singular de cada pessoa, não a partir de uma visão meramente personalista, mas da sua trajetória laboral e ativista. Neste caso, o tipo de transcrição e sobretudo o trabalho de organização do material é um pouco diferente do que foi realizado em relação aos outros elementos das entrevistas. A seleção de excertos e os títulos têm o objetivo de “orientar a atenção do leitor para os traços sociologicamente pertinentes que a percepção desarmada ou distraída deixariam escapar” (Bourdieu, 1993: 1416). Ou seja, a transcrição procurou responder ao mesmo tempo aos “constrangimentos de fidelidade” relativamente ao que é dito e aos “constrangimentos da legibilidade que se definem em relação com os destinatários potenciais” do texto (*idem: ibidem*). A intervenção do analista na reorganização do discurso é portanto assumida: “transcrever é necessariamente escrever, no sentido de reescrever”, com a mudança de suporte a implicar “infidelidades que são sem dúvida a condição de uma verdadeira fidelidade” (*idem: 1417*), através da qual “em nome do respeito devido ao leitor”, se compõe os excertos evitando repetições, formulações confusas ou passagens puramente informativas cujos elementos podem ser fornecidos em discurso indireto (Bourdieu, 1993:

⁵⁵ Para mais informações sobre este projeto, pode ser consultado um texto dos próprios (em www.transparenciahackday.org/author/ricardo/) ou a notícia relativa ao projeto do jornal Público de 26.11.2012, disponível em <http://www.publico.pt/portugal/noticia/hackers-ao-servico-da-cidadania-andam-a-caca-de-casas-devolutas-1575011> (consultado a 23 de fevereiro de 2015)

1418). A identificação da *posição* de cada agente no espaço social surge assim como elemento fundamental para se compreender as suas *tomadas de posição*. Ao mesmo tempo, considera-se que a subjetividade e as particularidades da construção do *habitus* de cada um deles nos permite ter elementos de uma sociologia à escala individual (Lahire, 2005) cujo olhar enriquece o conhecimento dos processos sociais em causa.

2. Objetivos e quatro hipóteses prévias

O objetivo desta investigação é estudar o processo de precarização em Portugal e o modo como ele fez emergir o *precariado* como *sujeito de ação coletiva*, centrando-se na experiência de organizações autónomas de precários.

Para isso, os objetivos mais específicos da pesquisa passam por (i) proceder ao mapeamento do fenómeno do **trabalho precário**, incluindo neste conceito as situações laborais instáveis, aquelas que ficam à margem de proteção social e ainda o emprego informal e ilegal. Numa perspetiva diacrónica, (ii) propor uma interpretação do **processo de precarização**, isto é, da sequência de transformações no sistema de relações laborais, na regulação jurídico-política e nas práticas sociais que promovem aquele tipo de trabalho. Ao mesmo tempo, (iii) estudar algumas das **narrativas de legitimação e modos de justificação** que sustentam o processo de precarização em Portugal.

Feito o retrato desse “país precário”, é objetivo central desta tese (iv) analisar a **formação do precariado**, entendida como um processo de subjetivação política a partir da *experiência da precariedade*, através do qual os precários desenvolvem formas de identificação, de auto-atividade e de mobilização, constituindo organizações e ativando um repertório diverso de ação coletiva. A *política do precariado* que é posta em marcha compõe-se também de debates, elaborações programáticas e reivindicações plurais, heterogéneas e contraditórias. Neste quadro, assume particular importância (v) estudar a estruturação de um **espaço das organizações de precários**, feito de relações de cooperação, competição e conflito quer interno quer com outros campos sociais, nomeadamente, mas não só, o sindical e o político. Além disso, dada a emergência de um nova vaga de mobilizações desde 2010/2011, pretende-se (vi) refletir sobre **o que mudou na ação coletiva do precariado no novo ciclo de protesto**.

Quando abordamos a problemática da *formação do precariado*, a questão essencial a que gostaríamos de responder é, finalmente, não tanto um problema empírico de saber “o que é o precariado?”, mas mais o problema sociológico e político de compreender quais as condições comuns que têm dado origem a uma capacidade de ação do *precariado*, ou seja, à sua constituição enquanto sujeito coletivo por via de uma auto-atividade rebelde. No confronto com o conhecimento empírico detalhado, rigoroso e robusto do processo de precarização enquanto produtor de novas dominações no campo laboral, uma sociologia crítica pressupõe também necessariamente uma referência, ainda que implícita, ao que não

existe mas poderia existir. De facto, como pergunta Corcuff, “o que é que nos permitiria falar de dominação sem a existência, pelo menos a título de possibilidade lógica (ou utópica), de uma situação de não-dominação?” (Corcuff, 2005: 182). Assim, tanto a projeção de futuros alternativos quanto a investigação das alternativas contidas nas emergências do presente têm, para a imaginação sociológica, uma função heurística indispensável: desnaturalizam a realidade existente, que passa a ser apenas uma possibilidade entre outras. Nesse sentido, a inquietação que guia este trabalho não é apenas a de responder à pergunta de ‘como se tem formado o precariado em Portugal’, mas a de contribuir para responder à questão de saber ‘o que pode vir ele a ser?’.

*

Para uma leitura mais situada dos capítulos que se seguem, é útil explicitar as hipóteses prévias que presidem à análise que será desenvolvida. Quando digo *prévias*, não me refiro a uma temporalidade linear do processo da investigação, caso em que por *prévio* se entenderia que elas foram construídas antes da pesquisa de terreno. Na verdade, as hipóteses que de seguida se expõem foram sendo construídas *ao longo do tempo*, através do contacto prolongado com estes processos, dos debates, das leituras e do confronto entre estas e novos acontecimentos. Tal como a escrita, a leitura é uma forma não só de aceder à experiência dos outros, mas de organizar e significar as nossas experiências. A produção de um discurso científico, por sua vez, é sempre um ato de construção a partir da realidade. Assim, a apresentação destas quatro hipóteses visa partilhar com o leitor as ideias através das quais fui apreendendo a realidade para prosseguir os objetivos deste trabalho. Ao apresentá-las, salvaguardo que, sendo *hipóteses*, isto é, *menos* que teses, os argumentos que se apresentam são leituras provisórias da realidade, dispostas a serem perturbadas, complexificadas e refutadas, ao menos parcialmente, por ela.

Primeira: A precariedade não é nem uma novidade absoluta nem uma mera repetição das formas de dominação do passado.

A precariedade é, ao mesmo tempo, um fenómeno antigo, inscrito no âmago da das relações de produção capitalistas e um fenómeno novo, resultante da fase histórica particular

em que vivemos e do modo como nela se reinventam as modalidades de dominação no trabalho e de exclusão económica. Olhar a precariedade como uma novidade absoluta impedir-nos-ia de situar o fenómeno na lógica íntima do capital e na sua tendência imanente de acumulação. Olhá-la como não trazendo às formas de exploração antigas nenhuma forma nova de dominação, impedir-nos-ia de acentuar o que mudou, desprezando os elementos de inovação e a capacidade de adaptação do sistema. Se o novo fosse a mera repetição do velho, estaríamos condenados a repetir também o velho como resposta ao novo.

Comecemos por rejeitar o equívoco da novidade absoluta. A história do trabalho assalariado é marcada, desde sempre, por uma precariedade intrínseca. No século XIX, o trabalho industrial é instável e intermitente, com os operários a fazerem movimentos sazonais ou regressando ao campo quando a depressão industrial se instala. Mesmo nos casos em que existe uma fixação das populações num determinado território, as formas contratuais são extremamente precárias (trabalho à jorna, trabalho à peça, trabalho à tarefa ou por encomenda...), já para não mencionar as condições em que o trabalho é exercido (Beau, 2004).

A essa precariedade inicial, a essa “modernidade liberal restrita”, para usar a expressão de Peter Wagner (1996), seguiu-se uma “modernidade organizada”, ou uma “grande transformação”, para usar os termos de Polanyi, que passou por um processo de incrustação institucional do capitalismo no qual se lançaram as bases de uma “sociedade salarial”. O emprego constituiu-se então como a plataforma privilegiada de acesso a direitos sociais e a um conjunto de proteções, construíram-se formas de propriedade social e procurou-se compatibilizar ordem social e conquistas operárias.

Todavia, como se disse já a propósito de Castel, este processo não foi nem universal, nem isento de contradições, nem atingiu igualmente todos os sectores económicos ou grupos sociais. Para simplificar, assinalo apenas que o que aconteceu na indústria não é igual ao que sucedeu, por exemplo, nos serviços, e lembro a persistência, nessa “sociedade salarial”, do trabalho informal e clandestino, do trabalho ao domicílio, do trabalho doméstico que ficou à margem do contrato de trabalho ou do trabalho dos imigrantes, alvo de uma economia política que fez da clandestinidade a garantia da ausência de direitos (Delphy, 1970; Schweitzer, 2002; Abdelnour, 2012: 35-40).

Resultam desta constatação duas ilações. Por um lado, o período de proteções que vai desde o final da II Guerra (ou da revolução de 1974 no caso português) até à ofensiva

neoliberal a partir da década de 1980 é um breve parêntesis histórico. À luz de uma temporalidade mais longa, é a proteção, e não a precariedade, que é uma situação atípica na história do capitalismo. Por outro lado, mesmo nesse período, não deixou de haver sectores e grupos sociais altamente precarizados, nem desapareceu o fundamento da relação salarial que a torna inerentemente precária, que é a desigualdade da relação de poder do empregador. A precariedade sempre fez parte da sociedade salarial.

Estas observações não significam que estejamos agora perante um mero regresso ao passado. A era da precariedade que vivemos resulta de mudanças de várias ordens: na regulação jurídica e no tempo histórico em que ela acontece, nas formas de produção e acumulação, na organização do trabalho e nos mecanismos de dominação simbólica e de justificação moral do capitalismo.

Como veremos mais detalhadamente a propósito do caso português, se a existência de relações laborais precárias não é um facto inédito, constitui novidade a sua existência jurídica e a sua inscrição na lei (Cingolani, 2009: 72), que torna legítimas essas situações. Novidade é também o facto de isto acontecer depois de um processo amplo de institucionalização das relações sociais que substituiu alguns dos mecanismos de solidariedade e de redistribuição. Perante a sua desarticulação, as formas anteriores de solidariedade e de proteção já não são as mesmas, mesmo em países como Portugal onde persistem lógicas de sociedade-providência. Assim, onde existe um aparente regresso ao passado, o momento histórico e social em que emergem essas precariedades é significativamente diferente.

Também o regime de acumulação e as formas de produção e organização do trabalho sofreram alterações relevantes. A globalização da produção, a gestão flexível, a descentralização das empresas, a desregulação dos mercados e o aumento da concorrência internacional constituem o pano de fundo dessas mutações (Castells, 2002). A elas soma-se, particularmente nos países do sul da Europa, a crise financeira, utilizada como oportunidade para radicalizar a dinâmica de mercantilização de todos os aspetos da vida, e na qual as dívidas soberanas têm sido um novo e lucrativo nicho de especulação e um instrumento de chantagem para impor políticas, nomeadamente laborais.

As mudanças passam também pelas técnicas de gestão da mão-de-obra, pela recomposição da relação entre trabalho intelectual e trabalho produtivo (integrando-se aquele massivamente neste e agudizando-se a contradição entre a apropriação privada e a

natureza cooperativa e coletiva do conhecimento) ou pela *taylorização* generalizada do trabalho nos serviços (de que os *call-centres* ou as cadeias de *fast-food* são apenas dois exemplos emblemáticos). As formas de flexibilidade que fazem recair sobre os trabalhadores os custos dos ajustamentos impostos pelo mercado, através da redução do salário e da indexação dos direitos laborais e sociais aos ciclos económicos, são um dos elementos da transformação no regime social promovido pelo neoliberalismo⁵⁶.

Neste novo regime social, o emprego precário desempenha várias funções. Economicamente, ele é uma modalidade de ajustamento entre mão-de-obra e atividade, fazendo-as depender das flutuações do mercado e da conjuntura económica, evitando os tempos mortos na produção e remunerando apenas os tempos considerados produtivos. E é também um poderoso instrumento de controlo e disciplinação, que opera pela desestabilização e pela dependência em que se coloca o trabalhador e pela desarticulação do coletivo de trabalho. Neste contexto, a ameaça do desemprego funciona como instrumento de subordinação pelo medo.

Além dos mecanismos que asseguram uma perpetuação da exploração, o capitalismo revela também as suas contradições, que ficam expostas pelos obstáculos ecológicos à acumulação e à expansão da sociedade de consumo, pela natureza crescentemente coletiva e pela reprodutibilidade quase gratuita dos bens imateriais e pelo peso crescente dos serviços antropogénicos (isto é educação, saúde, formação, tempos livres, cuja produtividade é baixa em termos de produção de valor capitalista e desacelera o crescimento) (Durand, 2009: 114-119).

Ao colocar a análise do conceito de precariedade no coração das dinâmicas do capitalismo, o que se quer salientar é que esta não é um fenómeno marginal. A lógica de fundo que a produz é a da acumulação de capital. Esse é o pressuposto a partir do qual lerei, também para a realidade portuguesa, o atual processo de precarização. Na fase histórica em que nos encontramos e no atual quadro de relações de força, aquela lógica procede através da erosão do sistema de proteções associadas ao trabalho e através do estilhaçamento da

⁵⁶ Podemos entender o neoliberalismo como “o conjunto dos discursos, das práticas, dos dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência”, na definição de Dardot e Laval (2009: 6, 21). Esta “nova razão do mundo” que assume “a lógica do mercado como lógica normativa, desde o Estado ao mais íntimo da subjetividade” está associada a novas formas de controlo, nas quais se induz a rivalidade como modo de gestão e se emula a competição, fazendo com que elas oponham os indivíduos entre si e, ao mesmo tempo, os atravessem subjetivamente.

sociedade salarial. É no confronto com elas que se vai constituindo o precariado enquanto sujeito de ação coletiva.

Segunda: A precariedade é uma experiência subjetiva e, cada vez mais, um modo de vida.

Compreender o processo de precarização e a formação do precariado em Portugal implica que olhemos a precariedade como uma *experiência*. Uma vez que o termo “precário” recobre uma grande diversidade de condições objetivas, é a partir da *experiência da precariedade* marcada pela incerteza em relação ao futuro e pela dependência e falta de autonomia, nomeadamente material, que será mais útil ensaiar uma definição para a análise da constituição do precariado enquanto sujeito de ação coletiva. A precariedade é assim olhada como uma vivência subjetiva, nem puramente consciente nem puramente reativa – estruturada e estruturante, para utilizar os termos de Bourdieu (1997) –, dotada de reflexividade, mas fortemente condicionada pelas transformações no capitalismo, com as suas consequências na esfera laboral mas também noutros domínios. Para alguns, a descontinuidade pode ser vivida de forma mais performativa, transitória ou até libertadora⁵⁷. Para muitos, é a dominação que se impõe.

A procura do que podem ser traços de uma tipicidade da experiência precária não significa que se desconsidere a diversidade de situações objetivas e o peso da desigualdade nessas vivências⁵⁸. Entre o jovem qualificado a recibos verdes num gabinete de arquitetura e a imigrante a trabalhar informalmente nas limpezas, entre o desempregado de longa duração sem subsídio de desemprego e o trabalhador do *call center*, há um mundo de

⁵⁷ Machado Pais, ao investigar os “ganchos, tachos e biscates” dos jovens portugueses, chamava a atenção para a aleatoriedade e diversidade das transições juvenis e para uma crescente “ética da aventura no mercado de trabalho”, com um carácter marcadamente performativo (2001: 20). Outros autores, como Galland (2001) falam de um modelo de experimentação, em que as trajetórias profissionais são marcadas por uma poliatividade feita de tentativa e erro, num jogo permanente entre constrangimentos económicos e financeiros, aspirações profissionais e desejo de realização.

⁵⁸ Guerreiro e Abrantes (2007) distinguem por exemplo, nas transições dos jovens para o trabalho, sete categorias diferentes: profissionais, lúdicas, experimentais, progressivas, antecipadas, precárias e desestruturantes. Também Alves, Cantante, Baptista e Carmo (2011), contrariam a ideia de qualquer homogeneidade ao nível das transições precárias. Ao nível das inserções laborais, das estratégias mobilizadas, das trajetórias familiares e de pares, dos rendimentos, dos graus de autonomia (nomeadamente residencial e financeira) e do modo como se projetam os futuros laborais, as diferentes categorias de jovens vivem a precariedade e a transição para a vida adulta de forma muito diversa. Escolaridade curta, cursos desvalorizados e pouco capital social são o triângulo que garante percursos precários.

diferenças, com origem no sexo, no território, no lugar de classe, na idade, no acesso à escolarização, entre outros. A hipótese de que parto, todavia, é que o processo de formação do precariado deve ser entendido a partir das identificações possíveis entre experiências da precariedade que têm traços comuns. Além disso, é preciso compreender sociologicamente essa experiência tendo em conta as tensões que a atravessam (entre dominação e liberdade, entre aceitação e resistência) e o facto de ela extravasar o domínio do trabalho e se estender a um conjunto de outras esferas que fazem com que a experiência da precariedade se constitua crescentemente, para alguns grupos, como um *modo de vida*.

Tal como a entendo, a experiência da precariedade é marcada, em primeiro lugar, pela insegurança em relação ao emprego, pela sobre-exposição ao subemprego e pela ausência de acesso a proteção social. A sugestiva ideia de Paugam (2000), segundo a qual a precariedade diz respeito ao emprego mas também à integração no trabalho⁵⁹, é útil para alargar a noção de insegurança para além do vínculo laboral. O sentimento de insegurança não advém apenas de um vínculo jurídico precário, mas também de uma ameaça que paira sobre a situação de emprego, que é comum quer ao trabalhador a prazo quer àquele que, tendo um contrato permanente, tem o seu emprego sob a ameaça concreta de uma deslocalização, por exemplo. Nesse sentido, a precariedade experimenta-se por via do espectro do desemprego e do subemprego. Por outro lado, esse sentimento de insegurança resulta também de uma realidade de desproteção: a experiência de precariedade é caracterizada por um acesso limitado às formas de propriedade social e ao conjunto de proteções características da cidadania salarial fordista, que eram garantidas pelo contrato de trabalho.

A experiência da precariedade é ainda marcada por uma relação particular com o tempo. Por um lado, esbate-se a separação entre tempo de trabalho e tempo de lazer pela colonização do segundo pelo primeiro, pelo prolongamento do tempo não pago (as horas que se fica depois do expediente, o trabalho que se leva para casa, a não definição de limites

⁵⁹ Para Paugam (2000) a noção de precarização diz respeito quer às características do emprego e do seu vínculo jurídico, quer às condições técnico-materiais e à qualidade dos enquadramentos organizacionais do trabalho. Esta grelha de análise assenta numa tipologia com quatro situações ideal-típicas. A (i) integração laboral plena (“integração assegurada”) acontece no caso em que está garantido quer o reconhecimento material e simbólico do trabalho realizado, quer a proteção social decorrente de um emprego estável. Quando um destes elementos, ou ambos, estão ausentes, encontramos-nos perante uma (ii) integração incerta (satisfação no trabalho com insegurança no emprego), uma (iii) integração “laboriosa” ou laboral (insatisfação no trabalho com estabilidade de emprego) ou uma (iv) integração desqualificante (insatisfação no trabalho e precariedade no emprego), que é a forma mais precária de todas.

horários...) e pela desvinculação entre o espaço de trabalho e outros espaços. Por outro lado, como sugere Pais (2001) o tempo deslineariza-se, particularmente nas transições juvenis. Com a precariedade, multiplicam-se as situações em que a um tempo social sequencial e linear (estudar, arranjar emprego, sair de casa dos pais, constituir família...) se substitui um tempo cíclico, marcado pela inconstância, pelas flutuações, pela descontinuidade e por movimentos de vai-e-vem, nos quais a reversibilidade é a norma (posso voltar a casa dos pais depois de a ter abandonado, voltar a estudar depois de ter tido um emprego, voltar a viver só depois de ter constituído família, etc.).

Essa relação com o tempo, marcada pela incerteza em relação ao futuro dá origem a verdadeiros estados de *stand-by* relativamente aos projetos de vida (Nico, 2012). Além disso, a experiência da precariedade é também geradora, para muitos, de um esgotamento emocional resultante da permanente imprevisibilidade do futuro. É evidente que a generalização é perigosa: a relação com o futuro é ela própria marcada por grandes disparidades⁶⁰. Em qualquer caso, parece haver um desgaste do quotidiano que é também uma incerteza em relação ao futuro.

O colapso do tempo linear e a impossibilidade de projetar o futuro com alguma segurança tem consequências pesadas em termos de mobilização. Evacuado o futuro, é no presente que todas as energias se investem. No *modo fatalista*, o presente constitui-se como uma tirania da qual não poderíamos escapar: só o que existe poderia existir. No *modo celebratório*, o presente é a última utopia possível, o único objeto de possessão: a sua expansão ilimitada faria dele um refúgio de êxtase perante a ausência ou a falha do futuro⁶¹.

Isso ajuda a explicar o facto de, subjetivamente, o investimento identitário no consumo funcionar como compensação da degradação das referências que outras esferas poderiam proporcionar, nomeadamente a laboral ou a política. Só que sem referência a um futuro, não existe ação estratégica, ou seja, encolhe-se o campo da ação coletiva e da própria transformação.

⁶⁰ Alves, Cantante, Baptista e Carmo (2011), por exemplo distinguem as “projeções cumulativas” (o futuro como objeto de uma mobilização estratégica de recursos) e “projeções não cumulativas” (o futuro como contingência, como imobilidade ou como descontinuidade, independente de qualquer mobilização de recursos), tanto mais frequentes quanto mais descapitalizados os sujeitos.

⁶¹ Num artigo sobre “a esperança em gerações de futuro sombrio”, já posterior ao fenómeno da Geração à Rasca e dos Indignados, Machado Pais considera que “entre os jovens é mais frequente que o desespero da espera desencadeie mecanismos de possessão direcionados ao presente. De um presente desvinculado de um passado que se esquiva da memória e também de um futuro que não se deixa antecipar” (2012: 276).

O sentimento de insegurança e a relação de imprevisibilidade com o futuro não se confinam à esfera laboral. Para compreendermos a formação do precariado, é útil pensar a questão da precariedade de forma dinâmica, articulando mercado de trabalho, proteção social, questão urbana (gentrificação, periurbanização, rejeição territorial)⁶², endividamento, declínio ou mutação das instituições, isto é, articulando os múltiplos campos que produzem essa insegurança e os níveis diversos de rejeição e de estigmatização que ela acarreta. Ainda que tomemos a questão do trabalho como central, é importante reter que, para muitos indivíduos, a situação de precariedade estrutura um conjunto muito vasto (arriscaríamos dizer, a quase totalidade) das experiências da vida quotidiana, nas quais são elementos fundamentais o acesso ao trabalho, a uma habitação própria (no caso dos jovens com o prolongamento da estadia em casa dos pais, ou o regresso a esse espaço após um período de autonomia) ou a proteções que assegurem a autonomia.

A experiência da precariedade vive-se também relativamente ao acesso à própria representação – ou seja, ela passa pelo sentimento de ausência de voz nas instituições sociais e políticas tradicionais, incluindo sindicatos e partidos políticos. Veremos, ao longo deste trabalho, que o fenómeno da precariedade não passou despercebido às estruturas sindicais e políticas, mas também como foram os impasses e incapacidades de elas exprimirem essa realidade que explicam o surgimento de movimentos autónomos de desempregados e de precários, que ensaiaram tematizar estas problemáticas e esta constelação de situações, de estatutos e até de atitudes face ao trabalho assalariado, procurando unificá-las sob uma bandeira comum.

Assim, a experiência da precariedade é marcada frequentemente por um sentimento de distância das instituições que integravam as classes populares e organizavam o conflito social e político no quadro do “capitalismo organizado”. Nas entrevistas que aparecerão ao longo deste trabalho, surgirá amiúde esse afastamento face a partidos e sindicatos. Este vazio e esta ausência ajudarão pois a explicar a formação do espaço de organizações de precários em Portugal, que aprofundaremos em próximo capítulo.

É na tensão entre dominação e liberdade e entre aceitação e resistência que melhor se pode apreender a experiência da precariedade. A miséria económica, a ausência de proteção social, a escassez de recursos e de estabilidade, a falta de autonomia, faz com a

⁶² Para uma clarificação sobre estes três conceitos, à luz de uma reflexão mais vasta sobre as políticas urbanas, ver, por exemplo, Donzelot (2004).

mobilização política destes sectores seja uma improbabilidade sociológica⁶³. As estratégias de sobrevivência individual sobrepõem-se assim frequentemente à procura coletiva de uma solução comum. Estudar o precariado enquanto sujeito de ação coletiva é investigar essa improbabilidade possível.

Como veremos ao longo dos próximos capítulos, na resistência dos precários encontramos o desenvolvimento de todo o tipo de táticas que nos reenviam à margem de ação que sempre resta aos sujeitos: o clássico “fazer cera” ou atrasar a execução de tarefas para resistir ao ritmo imposto pelas chefias, a utilização propositada do tempo de trabalho para atividades de sociabilidade ou recreativas (por exemplo, as redes sociais...), a utilização de dispositivos como o subsídio de desemprego (nos casos, cada vez mais raros, em que ele existe) ou do subsídios a programas de mobilidade (por exemplo, o serviço de voluntariado europeu) para estruturar projetos expressivos e criativos à margem da declaração oficial das atividades supostamente desenvolvidas, entre tantos outros. Mas além dessas táticas⁶⁴, há um conjunto de ações coletivas que revelam que, contra a probabilidade pesada da precariedade ser uma máquina de desmobilização política, existem práticas rebeldes que, ao longo dos últimos anos, fizeram da experiência da precariedade um mecanismo de subjetivação capaz de constituir o precariado enquanto sujeito coletivo.

Terceira: Os precários são uma parte da classe trabalhadora e não uma classe à parte.

Na última década e meia, o termo precariado popularizou-se não apenas na sociologia, mas também no discurso mediático e entre os movimentos sociais. As aceções do conceito são, todavia, diversas e, nalguns casos, contraditórias. Para Robert Castel (2007), um dos primeiros a utilizar a palavra, tratar-se-ia de um “registo próprio” dentro do salariado, resultante da eternização da condição precária. O precariado estaria assim nas margens da

⁶³ “Abaixo de um certo limiar de oportunidades objetivas”, lembraria Bourdieu nas suas *Meditações Pascalianas*, “é a própria disposição estratégica, que implica uma referência prática a algum porvir, que não tem como constituir-se”. Ou seja, é o próprio sentimento (e desejo) de uma capacidade sobre o futuro que sucumbe “perante a experiência mais ou menos prolongada da mais total impotência” (Bourdieu 1997: 262).

⁶⁴ Utilizamos o termo na aceção que lhe deu Certeau (1990). Elas resultam de um “jogo com os acontecimentos” capaz de criar “ocasiões”, nas quais se abre espaço para práticas que afirmam um espaço de autonomia do sujeito. Mesmo em contextos desfavoráveis, as táticas, armas dos fracos, permitem resistir e ressignificar a experiência.

condição salarial⁶⁵. Para Guy Standing (2011), como vimos, o precariado é uma classe em formação, distinta e com interesses contraditórios relativamente ao resto da classe trabalhadora⁶⁶. O *Euro MayDay*, por sua vez, definia o precariado como um sujeito político anticapitalista composto pelos precários, pelos *queers* e pelos migrantes (Foti, 2012)⁶⁷. Ruy Braga (2012), no seu estudo sobre a “política do precariado” no Brasil, critica as interpretações sociológicas que colocam a precariedade como exterior à relação salarial. Retomando o conceito de Marx de “superpopulação relativa”, exclui dessa categoria o *lumpenproletariado* e a população pauperizada para identificar o precariado como o “proletariado precarizado”, situando-o no âmago do modo de produção capitalista. Nesta perspectiva, o precariado seria “a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas”, ou seja, “uma parte da classe trabalhadora em permanente trânsito entre a possibilidade de exclusão socioeconómica e o aprofundamento da exploração económica” (Braga, 2012: 19)⁶⁸. Giovanni Alves (2013), um outro sociólogo do trabalho, não subscreve inteiramente a posição de Braga e procura especificar e delimitar o conceito, associando-o à “camada média do proletariado urbano precarizado”, que seria constituída essencialmente por jovens altamente escolarizados mas com uma inserção precária em termos laborais. Patrick Cingolani (2014), por último, utiliza o precariado como categoria de fronteira entre as “classes populares” e as “classes médias”, incluindo nele os jovens “herdeiros escolarizados das classes populares”, os “estudantes endividados”, bem como “uma larga parte dos membros da classe média” (12)⁶⁹.

⁶⁵ O desemprego estrutural, a multiplicação de estatutos compósitos entre emprego, não-emprego e emprego assistido, a expansão das modalidades atípicas de trabalho e a segmentação do mercado laboral dão origem, para Castel, ao precariado, uma “precariedade permanente” que configura uma “condição precária entendida como um registo próprio dentro dos trabalhadores assalariados” (Castel 2007, 422).

⁶⁶ O modo como Standing lê as transformações que dão origem ao precariado ficou exposto detalhadamente em anterior capítulo. Para o economista inglês, o precariado é uma “classe perigosa emergente”, que corresponde a “pelo menos um quarto da população adulta” (2011: 24-25).

⁶⁷ Da história do *EuroMayDay* e dos seus usos do conceito deu-se conta no capítulo anterior.

⁶⁸ Em defesa da sua aceção, Braga defende que ela permite “localizar o precariado no coração do próprio modo de produção capitalista e não como um subproduto da crise do modo de desenvolvimento fordista. Em segundo lugar, ela enfatiza a dimensão histórica e relacional desse grupo como parte integrante da classe trabalhadora, e não como um amálgama intergeracional e policlassista que assumiria de maneira progressiva a aparência de uma nova classe. Em terceiro lugar, em vez de retirar arbitrariamente a insegurança da relação salarial, essa noção possibilita-nos tratar a precariedade como uma dimensão intrínseca ao processo de mercantilização do trabalho” (Braga, 2012: 18).

⁶⁹ Para Cingolani (2014: 6-7), os precários são “as frações sociais da juventude submetidas ao trabalho precário, e os jovens que resistem a este tipo de trabalho sentido como uma nova forma de exploração”. Inscrevem-se “numa configuração societal que vai para lá do “trabalho” e consideram este último como uma atrofia das

Não pretendo, a propósito do debate sobre o precariado, retomar antigas e complexas questões da sociologia das classes sociais. Mas vale a pena clarificar o sentido em que, neste trabalho e ao longo das próximas páginas, utilizarei a noção de precariado – e explicitar as razões por que opto por utilizar o conceito.

Na análise que farei da formação do precariado em Portugal, parte-se do pressuposto de que *os precários* constituem uma parte da classe trabalhadora e não uma classe à parte. Faço-o por partilhar de uma conceção alargada da classe-que-vive-do-trabalho (Antunes, 2002), que não corresponde apenas aos trabalhadores da indústria ou aos que beneficiam da cidadania salarial fordista (os “protegidos” pelo contrato de trabalho), mas a todos os que dependem da venda da sua força de trabalho e que integram a totalidade da produção social, desempregados incluídos⁷⁰. O precariado é assim, se quisermos, uma nova extensão do proletariado, no sentido original que Marx lhe atribuía⁷¹. Por estarem excluídos da propriedade dos meios de produção, pelo lugar que ocupam na divisão social do trabalho, pela forma do seu salário, pelo montante dos seus rendimentos, é dessa classe que falamos.

Mas se fosse apenas uma outra forma de nomear os proletários, a noção de precariado teria pouco a acrescentar. Quando utilizo esta categoria, quero designar a parte da classe trabalhadora que está mais exposta às mutações do mundo do trabalho e da sua regulação, ou seja, a que está mais desprotegida e longe da cidadania salarial fordista – e também das suas formas de representação e organização. Esta *parte* da classe trabalhadora inclui muitas das situações que resultam das transformações na produção que se identificaram anteriormente e da dinâmica contraditória que, ao mesmo tempo que multiplica a incorporação do trabalho intelectual nas atividades produtivas, subproletariza, desqualificando-o, muito do trabalho nos “serviços”. Nesta conceção de *precários* podem

condições de realização e de expressão da pessoa”, “as reivindicações que caracterizaram o movimento operário e os seus aparelhos sindicais parecem-lhes obsoletas”. O autor chega a definir os precários como “indivíduos e grupos já emancipados em busca de regimes de existência, de práticas de vida, de territórios urbanos ou rurais que permitam a emancipação”.

⁷⁰ Em defesa desta conceção, diz Antunes: “a heterogeneidade, fragmentação e complexificação efetivam-se no interior do mundo do trabalho, nele incluído desde os trabalhadores produtivos, “estáveis”, até o conjunto dos trabalhadores precários, daqueles que vivenciam o desemprego estrutural, etc. É este conjunto de segmentos, que dependem da venda da sua força de trabalho, que configura a totalidade do trabalho social, a classe trabalhadora e o mundo do trabalho” (Antunes, 2002: 98).

⁷¹ No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels entendem por proletários “a classe dos trabalhadores assalariados que, privados de meios de produção próprios, são obrigados a vender a sua força de trabalho para poderem sobreviver” (Marx e Engels, 1974 [1847]: 19). Os proletários estão assim expostos “a todas as vicissitudes da concorrência e a todas as flutuações do mercado”.

também ser incluídos desempregados, intermitentes, migrantes (precarizados tanto por razões económicas quanto por razões políticas de não reconhecimento do seu estatuto de cidadãos), bem como todas as categorias cuja relação com o trabalho é marcada pela *experiência de precariedade*, inclusive aqueles que a vivem por *antecipação* (por exemplo, os estudantes endividados cuja percepção de uma precariedade garantida é já parte da sua subjetividade).

Esta utilização do termo *precariado* rejeita duas armadilhas a que, nos usos mediáticos, o termo se tem prestado. Por falarmos em *precariado* não subentendemos, por exemplo, que “a classe operária desapareceu”. Pelo contrário, como nos têm mostrado várias pesquisas em Portugal e não só (cf por exemplo, Monteiro, 2014; Beaud e Pialoux, 2013), mesmo que o peso relativo do operariado industrial enquanto grupo auto-referenciável e mobilizável seja hoje objetivamente menor, há ainda um extenso campo de estudo sobre a condição operária no nosso tempo e um trabalho de resgate dessas vivências, quer enquanto objeto das ciências sociais, quer ao nível das representações sociais ou do discurso político.

Em segundo lugar, rejeita-se também uma ilusão de homogeneidade. O precariado não é um grupo uniforme (mesmo que a formação do precariado enquanto sujeito político acentue o que é comum). A tendência atual do capitalismo é, aliás, no sentido de uma crescente fragmentação das condições laborais, multiplicação de estatutos e estilhaçamento das identidades produtivas. Assim, a hipótese que justifica a utilização do conceito não passa pela negação da pluralidade e das clivagens que atravessam a vivência da precariedade. Parte, isso sim, da possibilidade de uma identificação e de uma luta comum.

Para definir o proletariado, Marx não se contentava com uma taxinomia dos lugares na produção. Além de partilharem condições materiais objetivas, os proletários definiam-se enquanto grupo na relação com outras classes e na consciência dos seus interesses comuns. É esta dimensão política que, na análise da *formação do precariado*, procurarei averiguar. Assim, a minha preocupação não é tanto a sociografia dos componentes internos (que grupos entram no precariado?) mas sim a heurística do conceito enquanto categoria potencial: *quem, tendo uma relação com o trabalho marcada pela insegurança e ausência de proteção, se pode constituir como coletividade que luta em comum?* O critério para a definição do precariado enquanto grupo *em formação* é assim, sobretudo, o da luta social.

Quarta: A formação do precariado é o nome de um processo de subjetivação política em curso

Nos últimos anos, as mobilizações dos precários têm-se ancorado em identidades profissionais específicas (nos estudos de caso, será aprofundado o exemplo dos enfermeiros da Saúde 24) ou numa identidade de vínculo (caso dos recibos verdes, que também será examinado com mais detalhe). Mas têm também existido *acontecimentos, organizações e processos* nos quais o precariado se constitui, enquanto tal, em agente de ação coletiva. Como acontece relativamente ao conceito de classe, a diversidade concreta de situações, de tipos de trabalho, de formas de vida ou de pertenças territoriais não impede a cooperação numa luta política comum. Onde a sociologia tem o dever empírico de desconstruir as homogeneidades, revelando analiticamente a variedade de situações contidas em tal categoria, a *política do precariado* tem o objetivo de universalizar uma condição comum a partir de realidades que serão sempre necessariamente diversas⁷².

Entendido desta forma, o conceito de precariado é, também (como não?), uma construção política. Estudar sociologicamente a *formação do precariado* não significa negar a pluralidade dos seus sujeitos e muito menos as significativas transformações nas formas de dominação no trabalho e de organização na economia. Implica, isso sim, rejeitar a ideia segundo a qual essas transformações sociais só poderiam dar origem a um individualismo narcísico (como diria Lipovetsky) ou a um novo tribalismo sem ancoragem material e económica (como defenderia Maffesoli). E significa, contra esse senso comum sociológico, continuar a procurar o que são hoje as adversidades dos subalternos e as suas formas de auto-atividade.

Mais do que um grupo sociológico definido ou um sujeito coletivo já constituído, a utilização que farei do conceito de *formação do precariado* pretende designar um processo de subjetivação política em curso. Nesta aceção, o *precariado* existe na relação social que estabelece, ou seja, existe na medida em que exista na luta social.

⁷² Como lembra Bensaïd, “a unificação dos interesses de classe a partir de condições profissionais, de posições culturais, de estatutos diferentes, sempre colocou problemas ao movimento operário. Posta incessantemente em causa pela lógica concorrencial do mercado de trabalho, a sua unificação foi sempre realizada de forma desigual, parcial e intermitente, através de acontecimentos fusionais, a partir de experiências fundadoras e de catalisadores sociais (segundo as épocas: os mineiros, os ferroviários, os metalúrgicos, etc.)” (Bensaïd, 2008: 285). Assim, ontem como hoje, o que tornaria possível a convergência das resistências não é a indiferenciação ou a homogeneidade absoluta de condições, mas a própria lógica do capital, com a generalização das relações mercantis, a extensão da lei do valor e a sua penetração em todas as esferas da vida.

O conceito de *precariedade*, como assinalei, demorou a internacionalizar-se em função dos diferentes quadros jurídicos e normativos. Mas a ideia de um *precariado* tem ganho terreno à escala internacional. Em grande medida, reconheça-se, ela continua sendo uma categoria dos investigadores e uma imaginação política. Mas é também, cada vez mais, uma *realidade* em composição. Os protestos do início desta década, dos países árabes ao Brasil, passando pela Europa, aí estão para o mostrar e para nos interrogar.

A subjetividade constituída pelo precariado resulta da aproximação entre sectores diferentes e da compressão, no mesmo tempo histórico, de tempos diversos. No precariado europeu que se tem mobilizado podem encontrar-se os vestígios de uma classe operária afetada pela subcontratação da mão-de-obra, pelo aumento do desemprego e pela precarização dos vínculos e cujos bastiões industriais têm estado em decomposição (veremos adiante, por exemplo, o que se passou na Península de Setúbal a partir da década de 1980). Mas pode também encontrar-se essa “classe média” (conceito problemático) vítima da precarização, da austeridade e do empobrecimento e que tem sido protagonista de importantes movimentações sociais⁷³. Ou o “proletariado dos serviços” – da caixa do supermercado ao *call center* –, que partilha com o proletariado industrial os salários baixos, a instabilidade profissional, as tarefas rotineiras e heterónomas, os horários longos e instáveis e cujas lutas, nomeadamente sindicais, merecem atenção⁷⁴.

Enquanto experiência política, a precarização não é apenas a vivência da exploração e a submissão às várias formas de gestão que reforçam a dominação no trabalho. É também o conjunto de estratégias de insurgência contra ela. Paralelamente à desagregação das classes populares, às lógicas de concorrência interna entre trabalhadores, ao recuo da crítica do capitalismo, à generalização do fatalismo, existe pois a mobilização dos dominados e a construção das reivindicações que fazem avançar este processo de subjetivação política.

No campo laboral, há hoje uma conflitualidade difusa, que vai de práticas individuais, dos micro-boicotes e de outras formas de “luta de classes de baixa intensidade”⁷⁵

⁷³ Para uma leitura sobre as mobilizações que eclodiram no início desta década, um pouco por todo o mundo, como “rebeliões de classe média”, ver Estanque (2014).

⁷⁴ A criação recente (em abril de 2014) de um sindicato nacional de trabalhadores de *call center* ou a luta dos distribuidores de pizzas da Pizza Hut, em janeiro de 2014 (cuja adesão anunciada à greve fez a empresa recuar na intenção de reduzir o valor pago por cada entrega de 1,17 € para 0,67€), são apenas dois exemplos.

⁷⁵ No quadro de uma antropologia dos *call centers*, João Carlos Louçã (2014) dá conta de como, neste setor tão paradigmático das novas relações laborais, se operam algumas destas formas de resistência “subtil”, de “pequenos boicotes”, de “resistência calada” ou de “luta de classes de baixa intensidade”.

até formas de protesto mais “explícitas”, como greves, ação sindical, processos de negociação internos às empresas, petições, reuniões públicas, manifestações, abaixo-assinados ou ações de rua. Nalguns casos, essas estratégias tiram partido da descontinuidade e reivindicam-na, noutras tentam criar formas de solidariedade contra a fragmentação do tempo e do espaço que é imposta pela lógica do capital. Mas esta luta contra a precariedade tem sido também protagonizada, por exemplo, por desempregados ou estudantes precarizados. Na heterogeneidade reconhecida das práticas, identificam-se elementos típicos da experiência precária que constituem a base possível de uma identificação comum.

A sociologia da formação do precariado como ator coletivo deve por isso atender a diversas dimensões: os processos económicos que estão na base desta nova realidade laboral, o modo como se vive a experiência de precariedade, as lutas (materiais e simbólicas) e narrativas que constroem o precariado como ator político, as identidades (não apenas de classe nem apenas produtivas) que se vão forjando no processo, os espaços capazes de criar essa identificação e essa comunidade de luta. Este processo tem os seus momentos fundadores (por exemplo, as marchas europeias contra a precariedade ou o surgimento do *Euro MayDay*), tem os seus espaços de socialização (falar-se-á da importância dos centros sociais, das novas “tabernas” das cidades pós-industriais ou do espaço público *online*), tem as suas experiências organizativas (que acontecem quer no interior quer à margem do universo sindical, como veremos para o caso português), tem as suas plataformas e mecanismos de representação (que serão problematizadas a propósito do recente ciclo de ação coletiva) e desenvolve o seu programa de ação (o que venho designando de “política do precariado”).

Reatualizando discussões antigas do movimento operário e popular, a *formação do precariado* tem repolitizado o debate em torno do trabalho, dos seus conteúdos e das possibilidades de ele se constituir como terreno de emancipação. Como se sabe, a crítica do trabalho (dominação, sofrimento, intensidade dos ritmos, despotismo das chefias, controlo), que tem sido um campo fértil de reflexão das ciências sociais, não constrói necessariamente uma representação do que o trabalho deveria ser. Por isso, a *política do precariado* vai-se construindo a partir do confronto entre essa crítica do que existe e diferentes horizontes estratégicos, descrições provisórias do mundo desejado e conflituantes teorias capazes de sustentarem propostas programáticas.

A política do precariado não é, em todo caso, a reiteração de um dogma, uma adivinhação sociológica ou um catálogo de medidas que resultassem de uma pesquisa científica. Como todas as conquistas que se inscreveram no Estado sob a forma de legislação laboral ou de proteção social, também os elementos dessa política não sairão da cabeça de especialistas nem de cientistas sociais, mas são e serão o produto da ação, do conflito, da negociação, do afrontamento de classes, da relação de forças na sociedade.

III. Portugal Precário: o processo de precarização laboral em Portugal

Expressão das relações políticas, a ordem jurídica acaba por ser um dos domínios onde mais se disputam conceções sobre o trabalho e o seu lugar na sociedade. A partir da regulação das relações laborais nas últimas décadas, podem identificar-se tendências gerais e momentos de transformação, relacionados com os diferentes blocos político-legislativos no poder e com a capacidade de os intervenientes no sistema de relações laborais introduzirem as suas agendas.

É certo que a mera consideração das alterações nas disposições legais não nos dá um retrato satisfatório sobre o processo de precarização em Portugal. A relação entre legislação laboral, realidade do trabalho e conjuntura económica não é linear e a precarização é não só uma questão de regulação jurídico-política, mas uma prática concreta nas relações sociais e uma vivência subjetiva. Mas a caracterização dos períodos em que este processo se foi desenvolvendo, das principais modalidades de emprego precário e das especificidades da precarização laboral no nosso país são um elemento fundamental para compreender o cenário no qual se forma o precariado.

Traçar este diagnóstico de forma rigorosa é todavia uma tarefa que se confronta com diversas dificuldades. A primeira é de ordem conceptual: que situações devemos abarcar no conceito? A segunda é de ordem operacional: de que dados dispomos a partir das fontes disponíveis e quais as suas contradições? A terceira tem a ver com a escala: como

proceder a uma análise do espaço do Estado-nação (que permanece o referencial mais forte do conflito social e a principal instância política onde se podem fazer decisões submetidas ao escrutínio democrático), capaz de enquadrá-la em tendências de caráter global e ao mesmo tempo resgatar a especificidade do caso português?

Começemos por esta última dificuldade. É preciso entender a precarização laboral em Portugal no quadro de um movimento amplo de “precarização estrutural do trabalho”, através do qual se foi exigindo aos governos nacionais “o desmonte da legislação social protetora do trabalho” (Antunes, 2008: 21). A agenda de reformas laborais que se foi institucionalizando desde a década de 1980 à escala internacional, tomou a flexibilização das relações laborais como estratégia dominante, levando as organizações transnacionais a exortar os “países desenvolvidos” para “reduzirem os níveis de segurança e os custos do emprego (a rigidez dos mercados de trabalho), promovendo-se a passagem das políticas de emprego de passivas a ativas” (Ferreira, 2009: 6).

Portugal viveu estas tendências de modo particular. Desde logo, em função do papel semiperiférico da sociedade portuguesa na divisão internacional do trabalho e no sistema interestatal (Santos: 1985; 1993; 2011), salientando-se a centralidade do Estado na regulação do trabalho, mas com as persistentes desarticulações e descoincidências entre o Estado formal e informal⁷⁶. Por outro lado, a “inconsistência institucional” (Pereira e Pinto, 2006) tem caracterizado o nosso desenvolvimento e está patente na discrepância entre os comportamentos prescritos e os comportamentos efetivos e entre um Estado formalmente sólido mas na prática frágil e inconsequente em muitas das suas funções. Essa “inconsistência institucional” verifica-se, por exemplo, na descoincidência entre a feminização do trabalho e a ausência de enquadramentos institucionais capazes de assegurar a igualdade de género (reproduzindo a divisão sexual do trabalho familiar) ou, noutro campo, entre o aumento significativo da escolarização (com as correspondentes expectativas que suscita) e a ausência de inserções profissionais qualificantes. O contexto em que a formação

⁷⁶ A aplicação do conceito, decorrente da teoria do sistema mundo, ao contexto português foi desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (1985, 1993, 2011). “As sociedades semiperiféricas são sociedades intermédias no duplo sentido de apresentarem estádios intermédios de desenvolvimento e cumprirem funções de intermediação na gestão dos conflitos entre sociedades centrais e sociedades periféricas suscitados pelas desigualdades na apropriação do excedente produzido à escala mundial” (1985: 871). Em Portugal, merecem destaque, nessa caracterização, a descoincidência entre produção capitalista e reprodução social, a desarticulação interna entre uma e outra e a circunstância do Estado formal correr paralelamente a um Estado informal (por via da não aplicação da lei, da sua aplicação seletiva ou da sua instrumentalização).

do precariado se produz em Portugal tem assim de ser lido à luz destas tendências e características da sociedade portuguesa, que combina múltiplos tempos socioeconómicos e institucionais e desafia esquemas interpretativos simples.

Do ponto de vista económico, Portugal mantém fragilidades estruturais: um tecido produtivo fragmentado, pouco qualificado e sobreendividado, os principais grupos económicos a apostarem em atividades de natureza rentista, uma população com qualificações abaixo da média europeia, um endividamento externo crescente e uma escassa capacidade de concorrência internacional (Abreu et al, 2013: 140). Além disso, o país conserva uma estrutura empresarial feita de muitas empresas (mais de um milhão) mas que são simultaneamente muito pequenas (67% não ultrapassam os 5 trabalhadores)⁷⁷.

Na última década e meia, a estrutura ocupacional sofreu transformações relevantes, configurando uma reestruturação significativa da população empregada, com um aumento das qualificações que foi paralelo ao crescimento do trabalho pouco qualificado nos serviços, ao aumento de profissionais e técnicos e à diminuição do chamado “trabalho manual”⁷⁸. A passagem, em menos de meio século, de um país rural e agrícola para um país de serviços não está desligada da expansão dos serviços públicos e dos fenómenos de litoralização e de concentração populacional nas grandes áreas metropolitanas, compensada apesar de tudo pela existência e afirmação de algumas cidades de média dimensão (Lopes, 2003). Ao nível dos sentimentos de pertença de classe essa reestruturação da estrutura socioprofissional, associada também às mudanças nos padrões de consumo, deu origem ao que tem sido

⁷⁷ De acordo com os dados do INE, em 1991 era de 53% a percentagem de empresas com até 5 trabalhadores, em 2000 62% e em 2006 67%. Em 2011 havia mais de um milhão de unidades empresariais (1 136 697), que empregavam quase 4 milhões de pessoas (3 850 591 trabalhadores) (INE, 2013). A taxa de mortalidade das empresas é elevada, o que explica também que todos os anos nasçam milhares: mesmo em ano de crise nasceram mais de 100 mil empresas (INE, 2012: 18). Mas só uma parcela residual das empresas portuguesas têm mais de 50 trabalhadores (cerca de 2%). De acordo com Casimiro Ferreira, em Portugal a criação de emprego opera mais pela criação de novas empresas ou de emprego por conta própria do que pela expansão das unidades empresariais já existentes (2009: 17).

⁷⁸ A evolução dos grupos profissionais ajuda a compreender do que falamos. Por um lado, verificou-se um aumento muito expressivo dos trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (de cerca de 650 mil efetivos para quase 800 mil); um aumento significativo dos especialistas das atividades intelectuais e científicas (de cerca de 340 mil para quase 500 mil) e dos técnicos e profissões de nível intermédio (de cerca de 380 para cerca de 480 mil). Por outro, sofrem uma quebra forte os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (de cerca de 1 milhão e 100 mil para cerca de 900 mil), os operadores de instalações e máquinas e os trabalhadores não qualificados. (Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011: 33-34).

designado como um “efeito classe média” (Estanque, 2012), que amplia simbolicamente esta classe para lá dos seus limites objetivos e do seu peso demográfico⁷⁹.

Ao nível dos sistemas de relações laborais, a sociedade portuguesa tem sido caracterizada pela heterogeneidade das suas normas laborais, pela performatividade do diálogo social, pela fraca institucionalização das formas de resolução dos conflitos no trabalho, pelo bloqueamento progressivo da negociação coletiva, bem como pela manutenção, em vários territórios, de modelos de gestão de natureza despótica (Ferreira e Costa, 1998/99; Estanque, 2009; Dornelas, 2010; Reis, 2014). Essas características não são pouco importantes quando procuramos analisar as lutas laborais e os conflitos de classe que emergem – e sobretudo a sua fragilidade comparativa.

Do ponto de vista social, Portugal tem mantido historicamente níveis elevados de desigualdade e de pobreza (voltarei ao tema adiante), realidade para a qual os salários baixos são um contributo crónico (505 euros de salário mínimo em 2015, sendo que o salário bruto mediano tem andado abaixo dos 800)⁸⁰, mas que se relaciona também com as limitações do Estado-providência e dos sistemas de proteção social. Antes de terem sido completamente concretizados, estes cedo começaram a ser desmantelados. Inicialmente, através da não aplicação das disposições constitucionais e legais e da falta de empenhamento político para cumpri-las; posteriormente pela alteração sucessiva dessas disposições e pela dinâmica neoliberal de privatização de bens e serviços (Santos, 1993). Em contexto de austeridade, como veremos, a desconstrução da proteção social e o empobrecimento dos indivíduos e das famílias (nomeadamente as que podiam constituir mecanismos de apoio e de recurso) amplifica e intensifica este processo. Assim, só a persistência de uma sociedade-providência⁸¹, mesmo empobrecida, consegue explicar a sobrevivência de milhares de

⁷⁹ O “efeito classe média” é o processo através do qual a “classe média urbana é o principal modelo para as novas gerações”, assumindo-se esta “classe dos serviços” como um referente simbólico na percepção subjetiva de vastos setores da classe trabalhadora, tendo por isso um efeito de atração que a amplia para lá dos seus limites objetivos e do seu peso demográfico (Estanque, 2012: 81-84).

⁸⁰ Ver, por exemplo, Centeno (2013).

⁸¹ O conceito, proposto por Boaventura Sousa Santos, diz respeito às “redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade”, sendo que “estas relações variam quanto ao formalismo, alcance, duração e estabilidade” (2011: 74).

peças cuja subsistência depende totalmente da solidariedade familiar, pois perderam não apenas o emprego mas qualquer direito à proteção social.⁸²

É neste contexto que devemos analisar o processo de precarização laboral. Mas para defini-lo, é preciso clarificar conceitos e a sua operacionalização. Tem-se defendido uma noção larga de precariedade laboral, que poderia enquadrar nesta categoria todos os tipos de vínculo atípicos, mas também os empregos periféricos do sector informal da economia, o trabalho não declarado e ilegal, ou seja, todas as atividades profissionais remuneradas exercidas à margem da cobertura legal, regulamentar ou convencional (Redinha, 1998). Potencialmente, poderíamos ainda incluir na noção de precário todos os casos em que a insegurança caracteriza a experiência laboral – insegurança pela ameaça de deslocalização ou pela possibilidade de reestruturação da empresa, insegurança de rendimento ou de representação⁸³ – e ainda, abrindo mais o conceito, aquelas situações em que o conteúdo do trabalho é precarizante ou em que a autonomia e o controlo que o trabalhador tem sobre o processo produtivo é nulo. Por último, é possível sustentar a pertinência de uma tipologia que abranja também todos aqueles que se encontram numa situação de desemprego, sobretudo desprotegido – que constitui já o padrão, com mais de metade dos desempregados a não beneficiarem de subsídio de desemprego. A essa categoria, que soma estes desempregados aos trabalhadores precários, darei o nome de “desempregados”, adotando um termo que vem sendo utilizado pelos movimentos que se têm mobilizado em torno do assunto.

Do ponto de vista operacional, contudo, várias questões permanecem. Uma parte do fenómeno que referimos é difícil de quantificar dada precisamente a sua natureza informal (no caso do trabalho não declarado) ou então ilegal (no caso dos “falsos recibos verdes”, por exemplo, que aparecem nas estatísticas oficiais na categoria de trabalhadores por conta própria isolados). Quando estamos perante dados sobre vínculos atípicos – ou seja, fora da norma do contrato de trabalho sem termo – coloca-se ainda a questão da voluntariedade da situação, sendo possível argumentar que, por exemplo no caso do trabalho a tempo parcial,

⁸² De acordo com um estudo do European Social Survey, 62% dos desempregados ativamente à procura de emprego tinham nos rendimentos de outros familiares a sua fonte de subsistência (ESS 2008, Santos, 2011: 75)

⁸³ Guy Standing (2011:10), como vimos, identifica sete tipos de segurança: no mercado de trabalho, no emprego, na profissão, no trabalho, na reprodução de competências, de rendimento e segurança de representação.

este só deve ser considerado precário no caso de não constituir uma decisão autónoma e voluntária.

Por último, é preciso considerar que o modo como se constroem as modalidades de recolha estatística nos dá retratos diversos da realidade. As categorias utilizadas pelo Instituto Nacional de Estatística e pelo Eurostat, por exemplo, não são coincidentes, mesmo quando as designações são semelhantes. Além disso, as próprias categorias são objeto de disputa política. A este título, bastaria mencionar os recorrentes debates em torno da quantificação do número de desempregados, com autores a proporem que categorias como os “inativos desencorajados”, que estão em assinalável crescimento, sejam integrados numa quantificação ampla do desemprego (Carmo e Cantante, 2014). Ou, então, assinalar a polémica que estalou em 2011 em torno de uma pergunta dos Censos, acusada de promover a ocultação do fenómeno dos “falsos recibos verdes” e que motivou que um conjunto de organizações de precários interpusesse uma ação judicial no Tribunal Administrativo⁸⁴.

O diagnóstico sobre a precariedade será por isso sempre aproximativo e contestável. O que proponho nas próximas páginas é uma análise das dinâmicas laborais nos últimos anos (em particular na última década e meia), a partir do conceito de precariedade dos vínculos laborais e de atipicidade das relações de trabalho, e tomando como referência dados estatísticos produzidos por várias instâncias⁸⁵ e relatórios de outros investigadores. Para isso, começarei por definir seis etapas da regulação laboral em democracia, abordarei as principais modalidades de emprego precário e enunciarei, em modo de síntese, o que considero serem as principais características do processo de precarização no nosso país. Por ora, centrar-me-ei no mundo das relações laborais, remetendo para um capítulo seguinte a dimensão da precariedade enquanto vivência subjetiva e enquanto objeto de narrativas de senso comum.

⁸⁴ A este propósito, ver o capítulo sobre o FERVE – Fartos d’Estes Recibos Verdes.

⁸⁵ Concretamente, INE, o IEFP, Eurostat, Eurofound, FCT ou Banco de Portugal.

Uma proposta interpretativa sobre a precarização laboral em Portugal

Períodos da regulação laboral

1974-1976: A instituição do direito do trabalho como constituinte da democracia

1976-1986: O início do reconhecimento legal da precariedade

1986-1995: A desregulação laboral no quadro da integração europeia e de uma modernização conservadora

1995-2002: Precarização de facto com reforço da proteção social

2002-2011: A consolidação de uma sociedade precária

2011 - ?: O regime da austeridade

Modalidades principais da precarização do emprego

contratos a termo

recibos verdes

trabalho a tempo parcial involuntário

trabalho temporário

precariedade assistida pelo Estado

:: contratos de emprego inserção

:: bolsas

:: estágios

Narrativas de legitimação

A precariedade como *fatalidade que liberta*: o exemplo do trabalho temporário

A precariedade como *emancipação individual*: o exemplo do empreendedorismo

A precariedade como *reparação da injustiça*: o exemplo da “guerra de gerações”

Características do processo de precarização em Portugal

Primeira: A informalidade e a ilegalidade como traços constituintes

Segunda: O peso dos recibos verdes e dos contratos a termo e, nos últimos anos, a subida espetacular do trabalho parcial e temporário

Terceira: O Estado como agente central da precarização laboral e maior empregador de precários

Quarta: O facto da precariedade produzir pobreza e acentuar as desigualdades

Quinta: A restrição que constitui à democracia laboral

Sexta: A emergência dos “desempregados” como a maioria da força de trabalho no nosso país

1. Da democracia no trabalho ao austeritarismo: etapas da regulação laboral em Portugal (1974-2014)

Em 40 anos, Portugal transformou-se profundamente. Em indicadores sociodemográficos e em áreas como a saúde, a educação ou o acesso a bens de consumo, Portugal aproximou-se, logo na década seguinte à Revolução de abril, das tendências europeias. Mas o nosso país confrontou-se também com a globalização capitalista tendo um Estado-providência frágil e relativamente recente. No domínio das políticas públicas e da regulação laboral, viveu-se essa tensão, comprimida no tempo, entre o projeto que resultou do 25 de abril e as tendências e pressões neoliberais. Com uma democracia que tem a marca genética da revolução, “as leis em favor dos mais fracos (...) nunca foram suficientemente fortes para se tornarem irreversíveis” (Estanque, 2012: 4). De facto, ao longo das últimas décadas, o país tem assistido (e também resistido) à erosão de garantias constitucionais e à multiplicação de modalidades precárias e de novas formas de informalidade laboral.

Nas linhas que se seguem, será feito o retrato da evolução do enquadramento legislativo que nos ajuda a compreender o processo de precarização laboral em Portugal. Para isso, identifiquei seis períodos da regulação laboral no nosso país⁸⁶, analisando com maior detalhe a fase atual, da austeridade. O primeiro período (de 1974 a 1976) é o da instituição do direito do trabalho como componente indispensável da democracia, na sequência da Revolução do 25 de abril. No segundo período (1976-1986), inicia-se o reconhecimento legal de modalidades precárias de emprego, nomeadamente com os contratos a termo certo. O terceiro período (1986-1995) é o da desregulação laboral no quadro da integração europeia e de uma modernização conservadora. No quarto (1995-2002), a precarização de facto é paralela a um reforço da proteção social, numa conjuntura de construção neoliberal da Europa. O quinto período (2002-2011) é o da consolidação de uma sociedade precária – e é também nele que se assiste a novas respostas no âmbito da ação coletiva por parte do precariado. O sexto período é aquele que vivemos: uma verdadeira transição paradigmática

⁸⁶ Num estudo sobre o papel do Estado ao longo das últimas quatro décadas, Adriano Campos (2012) faz o levantamento das principais estratégias adotadas e das transformações que se foram operando, distinguindo quatro fases até à atualidade. Pela nossa parte, e centrando-nos no fenómeno da precarização laboral, entendemos que é possível sugerir uma periodização da regulação laboral em seis grandes etapas.

sob o signo da austeridade. Para cada um destes períodos, apresenta-se de modo abreviado tendências gerais e aponta-se também exemplos de medidas em contraciclo.

A instituição do direito do trabalho como constituinte da democracia

O primeiro período inicia-se, como se disse, com a rutura político-jurídica da Revolução de 1974 e é o momento da afirmação do projeto Constitucional que pretendia “abrir caminho para uma sociedade socialista”. O direito do trabalho é entendido como componente essencial do estabelecimento da própria democracia: direito ao trabalho, segurança no emprego, proibição do despedimento, salário mínimo, férias pagas, liberdade sindical ou das comissões de trabalhadores são algumas das normas consagradas pela Constituição. A centralidade da contratação coletiva – e conseqüentemente das associações sindicais – e do papel do Estado na mediação, regulação e fiscalização do cumprimento dos direitos laborais (por exemplo por via da Inspeção Geral do Trabalho) é um eixo fundamental. Neste período, a regulação laboral resulta de um processo revolucionário, com muitos dos direitos a serem exercidos mesmo antes da sua inscrição legal, com os aumentos de salários a deixarem de depender da produtividade, no quadro de uma relação de forças claramente desfavorável ao patronato, desorganizado e sub-representado (Santos, 1992; Campos, 2012).

O início do reconhecimento legal da precariedade

Poderíamos situar um segundo período entre finais de 1976 e 1986. É nesta ocasião que se dá o pontapé de saída, tímido ainda, do que viria a ser o processo de precarização das relações laborais. Neste intervalo temporal, o país é objeto de duas intervenções do Fundo Monetário Internacional (1977 e 1983), surgem as primeiras medidas de flexibilização da regulação do trabalho com a aprovação da lei dos contratos a prazo (1978), acaba a unicidade sindical com o surgimento da UGT (também em 1978) e inicia-se a denominada concertação social, com a criação do Conselho Permanente de Concertação Social (1984).

Na década de 1980, o programa de estabilização económica estabelecido entre o Governo e o Fundo Monetário Internacional apontava como objetivo “dar maior

flexibilidade à utilização de mão de obra”, vontade que se materializou, por exemplo, nas alterações às condições de cessação do contrato de trabalho ou na aprovação do “lay-off”, isto é, da suspensão da prestação de trabalho decidida pela empresa⁸⁷. Em meados dos anos 80, o aumento do desemprego ocorre a par da substituição de empregos permanentes por empregos precários e os processos de descentralização produtiva multiplicam a subcontratação da produção e de serviços e o próprio trabalho domiciliário, numa lógica que permite reduzir custos e riscos para as empresas. A par do crescimento do trabalho domiciliário – profundamente feminizado e particularmente incidente nas indústrias do têxtil, vestuário e calçado do norte do país –, cresce também o trabalho clandestino, nomeadamente na construção civil e obras públicas, e o trabalho infantil permanece como um fenómeno com expressão relevante (CGTP, 1989; Silva, 2000).

A desregulação laboral no quadro da integração europeia e de uma modernização conservadora

O terceiro período abarca o momento da integração europeia e estende-se pelas duas maiorias absolutas de Cavaco Silva, em governos do PSD, entre 1986 e 1995. Ao nível europeu, a gramática da competitividade e a apologia da flexibilidade e da redução dos custos salariais definem a agenda, num contexto de liberalização dos movimentos de capitais, do trabalho e dos centros de produção. As opções do bloco legislativo-executivo em Portugal resultam em profundas transformações económicas e alterações legislativas. Na política económica, tem lugar um processo de privatizações (Tota e Açores, Tranquilidade, Império, Petrogal, PT, Cimpor, Soporcal) que consolida a recomposição da burguesia após o grande susto do 25 de abril (Costa *et al.*, 2010). Do ponto de vista da regulação laboral, abrem-se várias frentes de precarização: em 1989, aprova-se a lei que permitiu a criação das empresas de trabalho temporário e ampliam-se as cláusulas que autorizam o recurso à contratação a termo; em 1991 aprova-se a Lei do Despedimento por Inadaptação; em 1993, a regulamentação do regime geral de segurança social alarga a utilização dos “recibos verdes”, dando início a um processo que, em menos de uma década, iria fazer destes um

⁸⁷ A carta de intenções do Governo endereçada ao FMI em setembro de 1983 pode ser lida em http://www.esquerda.net/sites/default/files/fmi_portugal_1983.pdf. Para uma abordagem sobre os efeitos e as lições desse acordo, a partir de uma perspectiva liberal, consultar Ter Minassian (2011), in http://www.ideff.pt/xms/files/Dr.a_Teresa_Ter-Minassian.pdf

fenómeno central do mundo do trabalho. Na Administração Pública, surgem os “tarefeiros” (contratos de tarefa que pressupõem a execução de trabalhos de natureza excepcional e sem subordinação hierárquica, mas que em muitos casos exercem tarefas permanentes). Na indústria naval, na siderurgia, na metalomecânica e nas indústrias elétricas cresce o trabalho temporário, cuja base de recrutamento são essencialmente jovens à procura do primeiro emprego e desempregados (CGTP, 1989: 14-16). Em contrapartida, é também neste período que são introduzidas na agenda política preocupações de outra natureza: aumenta a escolaridade obrigatória e é ativado um plano de combate ao Trabalho Infantil, expandem-se os órgãos de fiscalização das relações laborais com a criação, em 1993, do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (Campos, 2012: 74-76).

Precarização de facto com reforço da proteção social

O quarto período decorre entre 1995 e 2002, governa então António Guterres, apoiado numa maioria relativa do Partido Socialista. Nesse intervalo, a política económica sintoniza-se com a hegemonia europeia, marcada pelas orientações que viriam a constar no Tratado de Amesterdão⁸⁸. Assinado em 1997, nele se defende o aumento da competitividade pela flexibilização do trabalho e se confere prioridade ao controlo e à diminuição dos défices dos Estados. Mas esta política económica, que não excluiu uma ampla agenda de privatizações (Gescartão, Quimigal, Companhia Nacional de Petroquímica, Tabaqueira, Fábrica de Tabacos Micaelense, Setenave, Soporcel, Companhia de Papel do Prado e Cimpor, para além dos processos da Brisa ou da PT) vai a par com uma alteração de orientação no que diz respeito quer à contratação coletiva (que é revalorizada e cresce neste período) quer às políticas de proteção social, que foram objeto de um reforço orçamental e que se materializaram em iniciativas como a criação do Rendimento Mínimo Garantido⁸⁹ ou o alargamento e reforço da proteção no desemprego, na velhice, na doença e na invalidez.

Do ponto de vista laboral, o aumento da percentagem dos contratos não permanentes no total dos contratos em Portugal prossegue (de cerca de 10% em 1995 para

⁸⁸ O texto integral do Tratado de Amesterdão pode ser lido em <http://old.eu-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:1997:340:FULL:EN:PDF> [consultado a 11 de setembro de 2014]

⁸⁹ Para uma abordagem sobre o impulso que esteve na origem desta medida e as subsequentes alterações, ver Pedroso (2013).

cerca de 20% em 2001). Mas o Estado procura dar exemplos em direção contrária, nomeadamente com um processo especial de “regularização da situação jurídica daqueles que ao longo dos últimos anos foram sendo admitidos irregularmente, através dos chamados «recibos verdes», para satisfação de necessidades permanentes dos serviços públicos”, por via de um diploma legal inédito aprovado em 1997 (DL 195/97 de 31 de julho).

A consolidação de uma sociedade precária

Podemos situar o quinto período entre 2002 e 2011. Em 2003, uma maioria PSD-CDS/PP aprova o Código do Trabalho (Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto), onde se consagra, entre outras questões, a possibilidade de os acordos coletivos terem condições menos favoráveis que a lei geral, o alargamento dos contratos a termo até seis anos, a redução das compensações por cessação de contrato ou a alteração do horário noturno (que passa a ser considerado apenas a partir das 22h). Em 2008, depois das iniciativas do *Livro Branco* e do *Livro Verde sobre as Relações Laborais* e de um debate público marcado pelo agenda da “flexigurança”, uma nova maioria, desta feita do PS, aprova alterações ao Código de Trabalho que contemplam, entre outras matérias, o retraimento do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador (que deixa de ser um princípio geral), o estabelecimento da caducidade das contratações coletivas ao fim de 5 anos (quando era 10), a instituição do banco de horas ou de mecanismos de simplificação do processo para os despedimentos individuais⁹⁰. Simultaneamente, adotam-se medidas com o objetivo de contrariar a eternização dos contratos a termo certo, cujo limite volta aos 3 anos, bem como incentivos à contratação sem termo, através de uma diminuição em 1% da TSU para as entidades empregadoras que recorressem a esta modalidade.

⁹⁰ As alterações viriam a dar origem à Lei 7/2009 de 12 de fevereiro. No debate parlamentar, ocorrido em setembro de 2008, quatro deputados do Partido Socialista votam contra as alterações ao Código do Trabalho. Nas declaração de voto, exprimem posições de oposição à não restauração do princípio do tratamento mais favorável, ao “banco de horas” e à facilitação dos despedimentos. Vd <http://www.manuelalegre.com/302000/1/000016/index.htm>. [consultado a 20 de janeiro de 2014]

Mudança de paradigma: o regime da austeridade

A partir de 2011, inicia-se uma nova etapa do processo de precarização laboral em Portugal. De acordo com Maria da Paz Campos Lima (2014), ela constitui uma “reconfiguração neoliberal do regime de emprego e de relações laborais”. Segundo a autora, esta reconfiguração tem duas vertentes. Por um lado, a desvalorização dos salários, das condições de trabalho, da proteção assegurada pelas convenções coletivas, a facilitação do despedimento e a redução da proteção no desemprego. Por outro, uma estratégia de “bloqueio e descentralização desorganizada”, que passa pela erosão da negociação sectorial, da cobertura das convenções coletivas e pela instrumentalização da concertação social.

Do ponto de vista da política económica e da regulação laboral, existe uma radicalização da agenda neoliberal, tendo como resultado a compressão forte da procura e do poder de compra, a recessão, a descida de salários, o acréscimo de assimetrias na relação laboral, a redução da capacidade produtiva e o aumento das desigualdades (Reis, 2012: 33-34). Do ponto de vista dos mecanismos de legitimação, o que caracteriza este período é a invocação de um “estado de emergência” e um clamor pelos sacrifícios em nome do bem comum.

Apesar do mimetismo com a agenda neoliberal anterior, a austeridade traz uma alteração que não é apenas quantitativa, de grau ou de intensidade. É, como realça Ferreira (2014: 29; 48), uma nova lógica política e sociológica que está em presença, uma forma de atuação assente em ruturas violentas, na qual o direito do trabalho se reduz “a mais um factor de troca visando a obtenção de apoios financeiros”. Com a crise financeira – rapidamente transubstanciada em crise das dívidas soberanas em resultado da recapitalização, pelo Estado, do setor financeiro –, os custos da recuperação da banca foram transferidos para os cidadãos (Reis e Rodrigues, 2011). A estratégia de austeridade passou então a assentar numa espécie de “política de requisição civil”, segundo a qual as soluções para a crise se encontram “através dos indivíduos e das suas privações subjetivas e objetivas” (Ferreira, 2011: 119). A combinação de atores eleitos e não eleitos (o Governo e a Troika), o recurso a um direito de exceção e a uma forma de governação orientada por um processo de legitimação baseado no medo é o que caracteriza esta nova “sociedade da austeridade”, que se instala pela tripla via da privatização dos bens públicos, da individualização dos riscos sociais e da mercadorização da vida social.

No domínio especificamente laboral, a estratégia da austeridade pode ser analisada a partir quer do Memorando de Entendimento estabelecido com os credores internacionais, quer do Acordo de Concertação Social subscrito pelos parceiros sociais (com a exceção da CGTP) em janeiro de 2012. O Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades da Política Económica, assinado a 17 de maio de 2011 entre o governo português e a Troika, composta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Central Europeu (BCE) e a Comissão Europeia (CE), previa a redução das indemnizações por despedimento, a facilitação dos despedimentos, a revisão das regras de contratação coletiva, a redução do pagamento pela prestação de horas extraordinárias e o compromisso de suspender o aumento do salário mínimo nacional, a menos que houvesse retoma económica⁹¹. Além disso, o documento determinava uma estratégia de “desvalorização fiscal” com o objetivo de conseguir, através da redução da fiscalidade aplicável às empresas, os efeitos económicos de uma desvalorização cambial (instrumento de que as economias do Euro deixaram de dispor) (Abreu et al, 2013: 71). O acordo de concertação social veio a concretizar grande parte destas intenções.

Vale a pena enunciar, seguindo a sistematização feita por Leite et al. (2014), as principais medidas tomadas entre 2011 e 2013: cortes salariais da Função Pública, corte de 50% no subsídio de Natal de 2011 e supressão dos subsídios de férias e de natal nos anos seguintes (medida que suscitou oposição do Tribunal Constitucional), eliminação das promoções e progressão nas carreiras, redução das indemnizações por despedimento, facilitação dos despedimentos por inadaptação e extinção do posto de trabalho, redução de dias de férias (três) e de feriados (quatro), liberalização do banco de horas, redução da duração do subsídio de desemprego e desvalorização do papel dos sindicatos na contratação coletiva.

O diploma mais significativo deste período é o que consagrou as alterações ao Código de Trabalho (Lei 23/2012 de 25 de junho) e que constitui, na opinião dos mesmos autores, uma “desvalorização económica e social dos trabalhadores” sem precedentes⁹². Para

⁹¹ O documento integral pode ser consultado neste endereço: <https://infoeuropa.euroid.pt/registo/000046765/> (acedido a 11 de setembro de 2014)

⁹² Na sua opinião, “nunca, de uma vez só, de um dia para o outro, se operou, por via legislativa, um tão profundo retrocesso social, uma tão avultada transferência de rendimentos dos trabalhadores para os empregadores, conseguida, basicamente, à custa da desvalorização do trabalho e do aumento do tempo de trabalho” (Leite et al., 2014)

termos uma noção clara dessa desvalorização económica, devemos considerar simultaneamente o impacto do tempo de trabalho não pago (com a supressão de feriados, de dias de férias e dos descansos compensatórios), a redução do preço pago por determinadas prestações de trabalho (no caso do trabalho suplementar, do trabalho em feriado ou da compensação ou isenção de horário) e a redução do custo do despedimento e da extinção do posto de trabalho.

Com efeito, estas medidas configuraram uma transformação significativa na regulação das relações laborais, que ocorreu em três dimensões concretas: a redução dos salários⁹³, o retrocesso nos tempos de trabalho⁹⁴ e a flexibilização do mercado de trabalho (Costa, 2012; Leite *et al.*, 2014). Como salienta Lima (2014), elas acabaram com o que distinguia positivamente o regime de emprego português do regime liberal, que era justamente “o elevado nível de cobertura das convenções colectivas”, a “importância da negociação sectorial”, a “maior proteção do Regime de despedimento individual” e um “montante maior e uma duração mais prolongada do subsídio de desemprego”. Estas alterações podem ser analisadas também à luz das transferências de rendimento do trabalho para o capital. De acordo com os cálculos de Leite *et al.* (2014), este conjunto de alterações resultou numa vantagem para os empregadores estimada, por defeito, entre os 2,1 e 2,5 mil milhões de euros. Ou seja, tratou-se de uma profunda e avultada transferência de riqueza dos trabalhadores para as empresas.

A austeridade é, como se verifica, não apenas uma variação no regime de acumulação e nas formas de regulação, mas uma mudança paradigmática que generaliza a precariedade numa dimensão inédita. Processo de transferência de riqueza, de desvalorização interna e de desconsideração do trabalhador, a austeridade extravasa o campo laboral: constitui-se como uma forma de autoritarismo que prefigura um novo regime social. Foi também contra ela que se produziram, nos últimos anos, alguns dos maiores protestos a que Portugal assistiu nas últimas décadas, nos quais o precariado desempenhou papel determinante. Na contramão da lógica da austeridade, as organizações de precários conseguiram aliás nesta fase arrancar ao poder, pela sua mobilização, uma alteração pontual

⁹³ Segundo o Banco de Portugal, 39% dos trabalhadores que mantiveram o salário perderam cerca de 23% do seu salário (cf. Leite *et al.*, 2014).

⁹⁴ Por via, nomeadamente, do aumento do horário de trabalho na Função Pública e do banco de horas (Rebelo, 2012). Não é demais lembrar que, de acordo com a OCDE, Portugal era já o país da OCDE onde se trabalha mais horas (OCDE, 2011)

da legislação laboral totalmente em contraciclo: a lei 63/2013, aprovada em julho desse ano na sequência de uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos, e que institui mecanismos de combate aos “falsos recibos verdes”, tendo sido responsável, no último ano e meio, pela regularização da situação laboral de algumas centenas de pessoas.⁹⁵

⁹⁵ O caso da ILC/ Lei contra a Precariedade será abordado com maior detalhe na parte V deste trabalho, quer relativamente ao processo que lhe deu origem quer aos resultados produzidos.

2. A realidade do trabalho precário em Portugal: modalidades de precarização

Em Portugal como noutros países, o processo de precarização assentou na mobilização de figuras diferenciadas do ponto de vista legal, tendo-se destacado algumas que, pela sua importância, permitem abordar o fenómeno, traçar a sua evolução e problematizar os desafios que coloca quer à regulação das relações produtivas, quer ao prosseguimento de uma agenda que tome a democracia laboral e o trabalho digno⁹⁶ como referentes. De seguida, farei menção a cinco modalidades de precarização que parecem especialmente relevantes: os contratos a termo, os recibos verdes, o trabalho a tempo parcial involuntário, o trabalho temporário e o que designaremos de “formas de precariedade assistida pelo Estado”, na qual se incluem modalidades híbridas entre emprego e desemprego (como os “contratos de inserção) ou entre emprego e formação (como as “bolsas”).

A contratação a termo

Os contratos a termo são provavelmente a modalidade mais antiga, e sem dúvida uma das mais significativas quantitativamente, da precarização em Portugal. De acordo com Carmo e Cantante (2014), que se sustentam nos dados do Eurostat, a contratação a termo representava em 2012 cerca de 20,7% dos trabalhadores por conta de outrem (mais do que a média europeia, que é de 13,7%) e 87,2% dos contratos a termo não eram voluntários.

Datada de outubro de 1976, governava então o Partido Socialista, a lei dos contratos a prazo foi apresentada como uma forma de criar emprego que seria, segundo o preâmbulo

⁹⁶ O conceito de *trabalho digno*, que se filia na problemática dos direitos humanos, tem a sua origem na Organização Internacional do Trabalho (OIT). Como refere Ferreira (2009: 7), ele é interessante por permitir ultrapassar “a dicotomia fordismo/pós fordismo ou flexibilidade/rigidez das normas e relações laborais na medida em que se configura como um conceito inclusivo, incorporando o trabalho precário e marginal, as questões de género e discriminação, a atipicidade e a economia informal sem desatender ao sector estruturado da economia e ao trabalho regular”. A “Agenda para o Trabalho Digno” pode ser conhecida em <http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/decent-work-agenda/lang--en/index.htm>

do diploma “susceptível de posterior estabilização”⁹⁷. Menos de uma década depois, os contratos a prazo representavam cerca de 90% das novas admissões, segundo o inquérito do Ministério do Emprego (CGTP, 1989).

As regulações posteriores lidaram essencialmente com três dimensões. A primeira, o seu âmbito de aplicação, procurando clarificar ou tipificar especificamente as situações abrangidas, ou ampliar a sua extensão, sempre a partir do princípio de que esta forma contratual se deveria dirigir às situações que “resultam de adaptação das empresas às flutuações do mercado ou visam criar condições para absorção de maior volume de emprego” (DL n.º64-A/89 de 27 de fevereiro). A segunda tem a ver com a sua duração. Como ficou assinalado anteriormente, as alterações legislativas oscilaram entre a limitação de períodos de renovação mais curtos (três anos) ou a consagração de períodos mais longos (seis anos), tendo havido também várias ocasiões em que se optou por um “prolongamento excepcional” da possibilidade de renovar os contratos a termo certo, opção cuja justificação assenta sempre na ideia de que, em contextos de crise ou de retração do emprego, mais vale prolongar os contratos a termo do que lançar os trabalhadores no desemprego e mais vale preservar a sobrevivência das empresas do que impor limites à flexibilidade contratual a que as entidades empregadores recorrem. O terceiro debate tem a ver com o modo como este instituto legal tem sido utilizado na prática. Tal como quase todas as modalidades de precarização a que se aludirá, ela extravasa frequentemente os propósitos enunciados nos enquadramentos legais que lhe deram origem. Assim, o crescimento da contratação a termo certo está associado à sua utilização fora das regras que a lei estabelece, sendo frequente o recurso a esta forma contratual para tarefas permanentes.

Por último, vale a pena assinalar que, no final da década de 1980, uma outra figura legal foi criada para responder aos “casos em que a duração das tarefas é, por definição ou natureza, incerta”, ou seja, para os casos de substituição de um trabalhador cujo prazo de ausência não pode ser determinado à partida. Nasceram assim os “contratos a termo incerto”, sob o argumento de que, em determinadas situações, a fixação de um prazo ao contrato se revelava prejudicial “por introduzir na relação laboral um elemento de rigidez que agrava o

⁹⁷ O Decreto-Lei 781/76, cujo preâmbulo refere que a contratação a prazo “pode propiciar, a breve trecho, um significativo aumento da oferta de emprego, susceptível de posterior estabilização”, pode ser consultado em <http://dre.tretas.org/dre/12470/> [consultado a 17 de janeiro de 2015]

carácter de precariedade subjacente ao contrato de trabalho celebrado a termo” (Campos, 2012: 97).

Os recibos verdes

É no início dos anos 80 do século XX que o regime do trabalho por conta própria passa a ter um enquadramento legal mais específico para a sua atividade (DL 8/82 de 18 de janeiro), distinguindo-se as situações do “trabalhador por conta própria como isolado” que não emprega outros trabalhadores e do “trabalhador por conta própria como empregador” (bastando empregar 1 trabalhador). Contudo, é na década seguinte (1992) que a regulamentação do regime geral de segurança social alarga a utilização dos “recibos verdes”, dando início a uma expansão do fenómeno que o tornaria provavelmente na modalidade mais importante do processo de precarização laboral no nosso país.

O trabalho por conta própria ou o auto-emprego tem historicamente um peso significativo nos países do Sul da Europa – chega aos 40% na Grécia e aproxima-se dos 30% na Itália (Ferreira, 2009: 14). Noutros países, a sua expressão é mais residual – em países como a França ou como a Dinamarca, tem um peso inferior a 10%. Em Portugal, na última década, tem andado acima dos 20%, ou um pouco menos se considerarmos apenas os trabalhadores isolados (de acordo com os dados do INE). Curiosamente, a apologia do “auto-emprego” e do “empreendedorismo” hoje tão em voga na Europa e em Portugal (e que será objeto de reflexão no capítulo seguinte) parece esquecer que é precisamente nos países mais pobres, onde o Estado é débil e onde o tecido económico tem pouca capacidade de concentração de recursos e de massa crítica, que esta realidade é mais significativa – no Gana, 66,9% da população está auto-empregada, no Bangladesh 75,4% são empreendedores individuais (OECD, 2009). Por outro lado, segundo o Eurofound (2010), os trabalhadores independentes trabalham um maior número médio de horas e a sua situação laboral tem um impacto na saúde mais intenso, decorrente das condições do trabalho.

Em Portugal, o crescimento do trabalho por conta própria deve ser analisado como um fenómeno de “deslaborização” do vínculo contratual (Leite, 1990: 41), na medida em que, na maior parte dos casos, transformou relações de trabalho em relações de serviço autónomo. Ou seja, apesar do contributo que o autoemprego tem dado para o crescimento do emprego, o que os dados disponíveis nos permitem aferir é que, frequentemente, o regime

do “trabalho por conta própria” tem funcionado como “um equivalente funcional do trabalho dependente por conta de outrem” (Ferreira, 2009: 25). A proliferação deste tipo de enquadramento tem estado também ligada ao processo de subcontratação por parte das empresas, que externalizam desse modo tarefas que poderiam ser desempenhadas por trabalhadores com vínculo à empresa.⁹⁸

A expressão “falso recibo verde”, que se tornou corrente sobretudo a partir do nascimento das organizações de precários, dá conta dessa realidade e desse fenómeno de fraude de grande dimensão. Nele não é o recibo (enquanto declaração que um credor passa a um devedor, decretando liquidada uma certa importância que lhe era devida) que é “falso”, mas sim o motivo que o justifica, porquanto essa operação da qual o recibo é um instrumento é, as mais das vezes, um mecanismo de ocultação de uma relação de dependência jurídica, ou seja, trata-se de uma dissimulação de um contrato de trabalho por via de um falso *outsourcing*.

Assim, a situação dos “falsos trabalhadores independentes” é duplamente precária. Privados de subsídio de doença, de maternidade ou de desemprego, de direitos a férias ou de proteção no despedimento, estes trabalhadores têm o pior de dois mundos: a ausência de direitos do trabalho informal combina-se com as obrigações perante o Estado, obrigações que lhes subtraem uma parte significativa do rendimento, através de uma carga contributiva e fiscal pesada (IVA, IRS e contribuições para a segurança social), cujas contrapartidas são praticamente nulas. Não por acaso, os recibos verdes têm sido um elemento central – se não mesmo o mais importante – da *política do precariado* em Portugal.

O trabalho a tempo parcial involuntário

O trabalho a tempo parcial não tem em Portugal uma expressão tão intensa quanto noutros países da Europa. Na última década, ele oscilou entre 8% e 10% da população empregada, o que é comparativamente baixo tendo em conta a média da Europa a 27, que era, em 2011, de 18,8% (Eurostat; Observatório das Desigualdades). Em contrapartida, quase metade (45,5%) da população que trabalha a tempo parcial no nosso país fá-lo de

⁹⁸ Um exemplo deste tipo de mecanismo é desenvolvido, em capítulo subsequente, a propósito da mobilização dos trabalhadores precários da Fundação de Serralves, no Porto.

forma involuntária, de acordo com os dados do Eurostat (2011). Em Portugal esse valor é também comparativamente elevado: 45,8%, para uma média da UE-27 de 26,1%.

No Acordo de Concertação Estratégica assinado em 1996⁹⁹, o trabalho a tempo parcial é apresentado como um instrumento da política ativa de emprego. Na verdade, a reivindicação do trabalho a tempo parcial era também um desejo do reconhecimento da possibilidade de combinar emprego com outras tarefas e vários dos seus defensores salientam, nomeadamente nos dispositivos legais, o facto de ele poder constituir um incentivo à contratação e uma antecipação à entrada no mercado de trabalho por parte da população estudantil em formação, que poderia assim associar uma atividade remunerada – e a autonomia financeira daí decorrente – a uma liberdade de horários de que de outra forma não beneficiaria (Campos, 2012: 93). Todavia, foram sobretudo as entidades empregadoras quem mais tem beneficiado com esta modalidade contratual, que permite não apenas gerir de forma flexível a mão-de-obra, ajustando-a aos picos de produção ou às necessidades decorrentes da flutuação do mercado, mas também estabelecer remunerações em regra mais baixas do que se recorresse a outro tipo de enquadramento.

O trabalho a tempo parcial involuntário é contabilizado pelo INE de modo distinto do Eurostat. Abrangido no conceito de subemprego visível, o Inquérito ao Emprego tem contabilizado o número de indivíduos a trabalhar involuntariamente abaixo da duração normal de trabalho, assinalando um crescimento espetacular desta modalidade de trabalho precário na última década (de 45,8 milhares de trabalhadores em 2000 para 252,2 em 2014), tendo o ano de 2011 sido o ponto de viragem, com o fenómeno a mais que triplicar.

O trabalho temporário

O trabalho temporário encontra-se no centro das transformações no campo laboral, quer do ponto de vista do seu peso, quer do ponto de vista do seu significado e do tipo de relação laboral e de regime social que prefigura. Substituindo aquilo que seriam atribuições das instituições públicas de colocação de mão-de-obra (os centros de emprego), no trabalho temporário estabelece-se uma regulação triangular, na qual se interpõe, entre o trabalhador

⁹⁹ O Acordo de Concertação Estratégica 1996/1999, celebrado na Comissão Permanente de Concertação Social do Conselho Económico e Social, pode ser consultado em http://www.ces.pt/download/196/ACE1996_1999.pdf [acedido a 18 de janeiro de 2015]

e a empresa para a qual ele efetivamente trabalhará, uma terceira entidade, que faz da cedência de mão-de-obra uma atividade lucrativa (podendo ficar com cerca de 50% do valor que a empresa que contrata os serviços paga por cada trabalhador).

Segundo a Eurofound (2009), em 2009 seriam já mais de 9 milhões e meio os trabalhadores contratados por Empresas de Trabalho Temporário (ETT) na UE, com o número total de trabalhadores temporários a crescer cerca de 50% entre 1997 e 2002 (Eurofound, 2006:5). O enquadramento do trabalho temporário iniciou-se em Portugal em 1989 (DL 358/89 de 17 de outubro) e desde então o trabalho temporário não tem parado de crescer, tendo-se também multiplicado as instâncias de legitimação e as iniciativas desenvolvidas pelas Empresas de Trabalho Temporário. Considerado pelos sindicatos como uma forma de “aluguer de mão-de-obra”, o trabalho temporário atinge hoje, provavelmente, quase meio milhão de trabalhadores, se combinarmos as informações do IEFP com as declarações dos responsáveis da APESPE (associação das empresas do sector privado de emprego)¹⁰⁰. Em 2010, segundo os dados do IEFP (2011: 1), eram 266 as Empresas de Trabalho Temporário legalmente registadas no nosso país, sendo que 198 destas intervieram no mercado, empregando 279.924 trabalhadores durante esse ano e alcançando uma faturação de 960 milhões de euros.

No campo político, a retórica de legitimação do trabalho temporário tem assentado em três ideias essenciais. A primeira é que se trataria de uma forma moderna de gestão dos “recursos humanos”. A segunda é que o trabalho temporário é necessário porque corresponde à forma jurídica e contratual exigida pelas características da economia flexível, da descentralização das empresas e da inovação tecnológica. A terceira é que ele seria, em Portugal, uma das formas de combater os “falsos recibos verdes” e mecanismos de trabalho informal, combinando flexibilidade e contrato. Contudo, como veremos no capítulo acerca das narrativas e dos modos de justificação da precariedade em Portugal, o trabalho temporário é, na maioria dos casos, vivido pelos trabalhadores mais como constrangimento do que como uma escolha que potencia a sua autonomia.

¹⁰⁰ Em entrevista ao jornal Sol de 18 de fevereiro de 2011, Marcelino Pena Costa, presidente da Associação Portuguesa das Empresas do Sector Privado de Emprego afirma que nesse ano trabalhavam para as empresas de trabalho temporário “cerca de 400 mil” pessoas.

A precariedade assistida pelo Estado: estágios, bolsas e contratos de emprego inserção

Uma das características do processo de precarização nos últimos anos é a multiplicação do que, na esteira de Castel (2009), chamarei de modalidades de precariedade assistida pelo Estado.

Esse tipo de precariedade assume várias formas, mas resulta basicamente de dois fenómenos. O primeiro são as modalidades híbridas entre trabalho e formação, que não asseguram o reconhecimento de uma relação laboral substantiva e que, por isso, não garantem o conjunto de proteções sociais associadas ao contrato. O segundo são os programas governamentais de apoio a desempregados que os colocam a trabalhar em contrapartida de subsídios, mas onde não há lugar a remuneração salarial nem aos restantes direitos previstos num contrato de trabalho (não contando sequer esse tempo de trabalho para a carreira contributiva). Nesta linha, estão também os trabalhos que derivam das exigências de “inserção” associadas a determinadas prestações sociais (pense-se, por exemplo, no Rendimento Social de Inserção, em que uma prestação pecuniária mínima está condicionada ao controlo da conta bancária, do património e ao desempenho de “atividades socialmente úteis”, que requerem cumprimento de horário e justificação de faltas).

Em Portugal, os estágios – na sua versão extrema de estágios não remunerados, e na sua versão mais enquadrada de estágios profissionais remunerados – têm assumido uma dimensão muito relevante, mas que é difícil de contabilizar. Em algumas profissões, a exigência de formação profissional funciona como mecanismo de pressão para a aceitação de um trabalho sem remuneração, em troca da inscrição de uma “experiência profissional” no currículo ou do acesso à profissão. Além disso, os sucessivos programas de incentivo ao emprego jovem têm passado, no essencial, pela promoção de estágios: em 2014, os estágios Emprego, do IEFP, abrangeram 39 mil jovens¹⁰¹. Contudo, na maioria dos casos, eles não parecem garantir “empregabilidade”.¹⁰²

¹⁰¹ Os dados foram cedidos pelo Governo ao jornal Público, no verão de 2014 (Martins e Matos, 2014). De acordo com a informação prestada, a medida Estágios Emprego terá abrangido, até ao final de maio de 2014, 39 mil jovens, dos quais 15 400 tinham iniciado o estágio em 2014 e os restantes haviam transitado de 2013. Esta medida faz parte do programa Garantia Jovem que já abrangeu 45.877 mil jovens em estágios. Os objetivos do programa, bem como os seus termos, encontram-se definidos no sítio web do programa: <https://www.garantiajovem.pt/estagios> [acedido a 18 de janeiro de 2015]

¹⁰² De acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, apenas 34% dos estagiários ficam na empresa após o estágio. Já o Governo apontava, em janeiro de 2015, para uma taxa de empregabilidade dos

Uma das modalidades de precariedade assistida em maior crescimento são os contratos de emprego-inserção. Herdeiros dos chamados “Programas Ocupacionais de Emprego”, os Contrato de Emprego Inserção (CEI), dirigidos a pessoas que recebem subsídio de desemprego, e os Contratos de Emprego Inserção+ (CEI+) – destinados a pessoas que recebem o rendimento social de inserção (RSI) – enquadram-se bem no que Castel (2009) denomina como os novos “trabalhos forçados”. Em 2013, havia 74 849 pessoas nestes programas, de acordo com dados do IIEFP¹⁰³.

A medida é da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional e define que Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou serviços públicos do Estado podem candidatar-se a receber trabalhadores desempregados, tendo apenas que pagar o subsídio de transporte e de alimentação e uma pequena parte da bolsa mensal recebida pelo trabalhador (que no caso dos trabalhadores com subsídio de desemprego é de 84 euros mensais). O desempregado inscrito no centro de emprego, por sua vez, não pode recusar a proposta, sob pena de perder acesso à prestação de que é beneficiário. Mesmo determinando a lei que este programa não se destina a ocupar postos de trabalho, na realidade multiplicam-se as situações em que é isso que sucede, nomeadamente nas instituições escolares, nas quais muitas pessoas nestas circunstâncias são colocadas para desempenhar a tarefa de auxiliares de ação educativa (Andrade, 2014). O fenómeno já motivou, aliás, uma queixa à Organização Internacional do Trabalho e a intervenção crítica do Provedor de Justiça junto do Governo, dado ter verificado, em sede instrutória, a “utilização daqueles contratos em desrespeito do regime pertinente, que proíbe expressamente que através deles se vise a ocupação de postos de trabalho”¹⁰⁴. Apresentados como mecanismos de combate ao não-emprego, este tipo de medidas acabam por fazê-lo através da imposição do subemprego,

estágios de 70% dado que, passado um ano, era essa a taxa dos jovens que, tendo realizado um estágio, não se encontravam em situação de desemprego (Pereira, 2015).

¹⁰³ Os dados podem ser consultados no sítio electrónico do IIEFP: <https://www.iefp.pt/estatisticas/IndicadoresActividade/ExecucaoFinanceira/Paginas/ExecucaoFinanceira2013.aspx> [acedido a 23 de março de 2014]

¹⁰⁴ A carta dirigida pelo Provedor de Justiça ao Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, datada de 19 de novembro de 2014, alerta para a utilização irregular deste dispositivo, dando o exemplo de situações existentes no próprio Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (com os titulares a exercerem funções de assistentes técnicos e técnicos superiores), do Ministério da Educação, no Ministério da Saúde, na Secretaria de Estado da Cultura ou na Câmara Municipal de Lisboa, onde titulares desta medida exercem funções de assistentes de limpeza ou de refeitório. A carta pode ser acedida no endereço em www.provedor-jus.pt/site/public/archive/doc/MESS.pdf [acedido a 21 de janeiro de 2015]

reabsorvendo os que não tem trabalho não através da criação de emprego, mas de situações em que o trabalho não constitui plataforma de acesso a direitos nem confere autonomia ao trabalhador.

Dentro das modalidades de precariedade assistida pelo Estado, podemos também incluir o caso particular dos bolseiros de investigação, cujo estatuto híbrido entre “formação” e “emprego” passa pela atribuição de um “subsídio mensal de manutenção” que não constitui um contrato de trabalho – o que priva estes investigadores, por exemplo, do acesso ao subsídio de desemprego, de férias ou a outro tipo de proteções. Em 2000, os bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia eram cerca de 3500. Em 2005 o número elevou-se para 5243, em 2010 para 10 680 e em 2012 atingiu os 10 863¹⁰⁵. Mas o número de indivíduos nesta situação é superior, porque a tipologia de bolsas inclui várias outras modalidades para além destas duas.

¹⁰⁵ Os dados estão disponíveis nos relatórios da Fundação para a Ciência e Tecnologia e encontram-se acessíveis no seu sítio eletrónico. Ver www.fct.pt/estatisticas/bolsas/ [acedido a 18 de janeiro de 2014]

3. As seis características do processo de precarização laboral em Portugal

Tendo em conta as tendências estruturais de degradação do emprego nesta fase do capitalismo, as especificidades da formação social portuguesa enquanto sociedade de desenvolvimento intermédio, as diferentes etapas e as principais figuras legais em que o processo de precarização tem assentado, procuro de seguida sistematizar o fenómeno, enunciando o que considero serem as suas seis principais características. Cada uma delas identifica uma tendência, relativamente à qual se apresentam dados e é formulada em modo de tese, em favor de qual se explicitam argumentos.

Primeira: A informalidade e a ilegalidade são traços constituintes do processo de precarização em Portugal

Em Portugal, o processo de flexibilização assume uma tripla natureza: ele acontece no domínio legal, mas além da flexibilidade inscrita na lei, há a flexibilidade da jurisprudência (que aplica seletivamente as regulações laborais) e a flexibilidade da prática (que vai, como se sabe, muito para além do disposto legalmente). O trabalho não declarado, a dissimulação do contrato de trabalho e a força do Estado informal são traços estruturantes da precarização em Portugal.

De acordo com os cálculos disponíveis, o peso da economia informal ultrapassava, em 2012, $\frac{1}{4}$ do PIB, atingindo o valor de 26,7% (Guedes, 2014: 53). A economia informal e subterrânea e a persistência de traços característicos dos regimes pré-fordistas de organização do trabalho não são um mero resquício do passado, mas um fator estrutural das relações económicas e sociais em Portugal, responsáveis por uma parte não negligenciável das situações de subemprego e de emprego desprotegido e sem fatores de satisfação e reconhecimento (Pinto, 2005). Entre os jovens, a pluriatividade e o trabalho informal ou clandestino – os famosos “ganchos” e “biscates” – são um fenómeno de larga escala (Guerreiro e Abrantes, 2007; Alves et al., 2011; Pais, 2001).

É impossível perceber a sociedade portuguesa sem levar em consideração a descoincidência entre os quadros legais e as práticas sociais realmente existentes¹⁰⁶. De

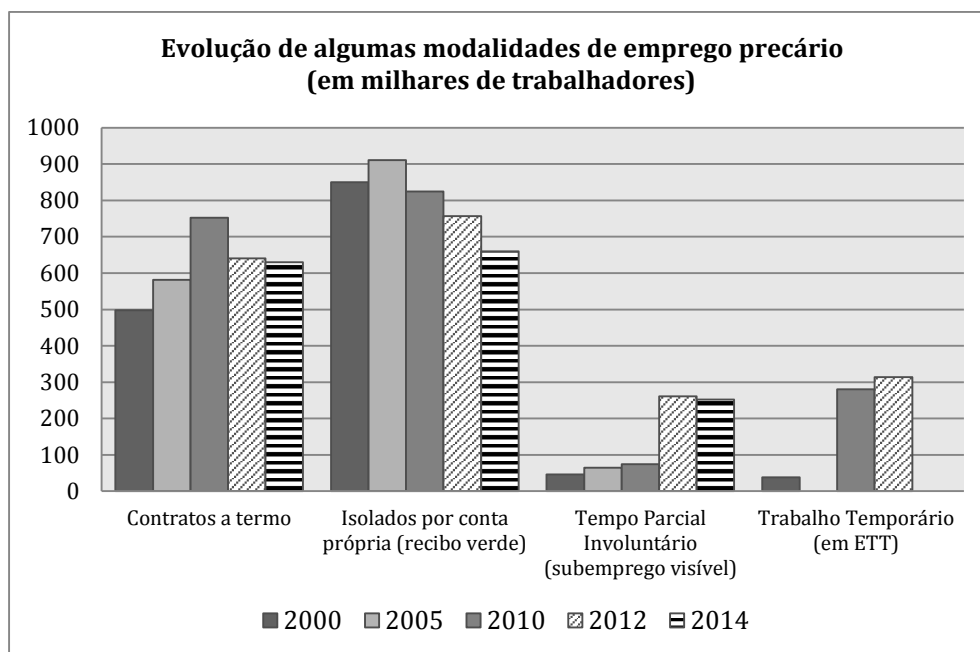
¹⁰⁶ Elísio Estanque salienta justamente que é mais nos “bastidores da informalidade” do que no “palco” das relações juridicamente cristalizadas que devemos procurar as formas cada vez mais dominantes de sujeição no

facto, o processo de precarização operou em grande medida através da transgressão dos enquadramentos legais (como no caso dos “falsos recibos verdes”, mas também dos contratos a prazo ou do trabalho temporário), num quadro social em que as condições de trabalho são já tradicionalmente marcadas por inseguranças e ilegalidades várias, o que tem um efeito direto na debilidade no acesso aos direitos laborais e na difusão do medo de os reivindicar. A precarização, que passa pela informalidade e clandestinização, tem por isso criado verdadeiras “zonas francas do direito laboral” e é uma das “patologias da democracia laboral” (Ferreira, 2009: 74). Não é pois de estranhar que, na política do precariado em Portugal, a reivindicação do cumprimento da legislação laboral e de um papel mais ativo do Estado na fiscalização das transgressões patronais estejam no centro da ação das organizações de precários.

Segunda: Em Portugal, a precarização caracteriza-se pelo peso dos recibos verdes e dos contratos a termo e, nos últimos anos, pela subida espetacular do trabalho parcial e temporário.

Em 2007, o Livro Branco das Relações Laborais identificava a contratação a termo e o emprego por conta própria como dois dos elementos que mais contribuía para o nível elevado de precariedade laboral em Portugal.

trabalho. Esta componente “informal”, que “está antes, depois, e nos interstícios do institucional” é essencial para compreendermos a natureza do processo de precarização em Portugal e a circunstância das relações laborais obedecerem “mais à lógica das relações de poder do que ao correspondente enquadramento jurídico” (2014: 3).



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego; IEFP, Análise do Sector do Trabalho Temporário. Elaboração própria.

Do ponto de vista das modalidades contratuais, o processo de precarização em Portugal caracteriza-se em primeiro lugar pelo peso dos contratos a termo. Figura legal precursora da precariedade, este tipo de contratos continua em crescimento. Entre 2000 e 2014, passaram de 10% da população empregada para 14% (se tivermos em conta os dados do INE, que excluem o tempo indeterminado e outras formas de vínculo não permanente). De acordo com os critérios do Eurostat, os contratos temporários constituíam 13,7% do total dos trabalhadores por conta de outrem e em 2012 atingiam 20,7%.

Mas a precariedade em Portugal é também sinónimo de “falsos recibos verdes”. Se avaliarmos a evolução do trabalho independente a partir do emprego por conta própria, verificamos que ele correspondia, em 2000, a 23,5%, com tendência de crescimento. Se tomarmos como critério apenas os trabalhadores por conta própria isolados, registados pelos Inquérito ao Emprego do INE – que é a categoria a partir da qual podemos deduzir a expressão dos “falsos recibos verdes” –, constatamos o peso desta modalidade de trabalho precário. Na última década o número de independentes isolados oscilou entre 850 mil e 660 mil, tendo atingido, em 2005, quase um milhão de pessoas. A diminuição, na última década, do peso relativo dos recibos verdes no conjunto da população empregada (de 17% em 2000 para 14% em 2014) pode resultar da visibilidade que o fenómeno da fraude dos “falsos recibos verdes” atingiu e é compensada pelo crescimento do trabalho temporário e do subemprego.

Relativamente ao trabalho temporário, os dados disponíveis, relativos a 2011, apontavam para um crescimento de 8,5% do trabalho temporário, num contexto em que a generalidade das outras formas de contratação tinha sofrido perdas importantes (IEFP, 2012: 5). Já em 2010, segundo os dados do IEFP (2011: 1), eram 266 as Empresas de Trabalho Temporário legalmente registadas, sendo que 198 destas intervieram no mercado, empregando 279.924 trabalhadores durante esse ano e alcançando uma faturação de 960 milhões de euros. A tendência para o crescimento manteve-se nos anos seguintes e, embora não existam dados mais recentes, é de presumir que assim continue, até porque está em marcha, desde o segundo semestre de 2014, uma parceria entre estas empresas e o IEFP no sentido de lhes ser confiada a colocação de trabalhadores pelos centros de emprego públicos¹⁰⁷.

A mesma tendência se verifica quanto ao trabalho a tempo parcial. Em Portugal, este sempre teve uma expressão pequena comparativamente com outros países europeus, provavelmente devido aos baixos salários praticados no nosso país e à vantagem, para os empregadores, da flexibilização e da redução de custos por via de contratos a termo, trabalho independente e trabalho temporário (Kóvacs, 2005). Contudo, o “subemprego visível”, isto é, o trabalho a tempo parcial involuntário tal como quantificado pelo INE teve a partir de 2011 uma subida espetacular: de 74 milhares de trabalhadores em 2010, ele abrangia já mais de 250 mil em 2012, quadruplicando o seu peso relativo no conjunto da população empregada.

Terceira: O Estado é um agente central da precarização laboral e é o maior empregador de precários

O Estado tem, no nosso país, um papel determinante não apenas na definição da regulação laboral (desde logo por via legislativa), mas também na mediação entre os “parceiros sociais” (através de um sistema tripartido que lhe confere iniciativa e centralidade), e na fiscalização do cumprimento das leis laborais, assegurando a efetividade

¹⁰⁷ Ver notícia do Público de 7 de janeiro de 2014, disponível em

http://apespe.onlinemarketing4u.net/admin/documents/userid7_14_01_2014_Doc1.pdf [consultado a 19 de janeiro de 2015]

do Direito do trabalho. Por isso mesmo, o Estado ocupa um lugar de relevo no processo de precarização no nosso país. Em dois sentidos que se complementam.

O primeiro é o da regulação. Quando, no primeiro ponto, se propôs a distinção entre seis períodos de alteração legislativa e regulação laboral, quis-se salientar que a precarização exige não um Estado mais fraco, mas um Estado com iniciativa, capaz de produzir uma re-regulação em favor das empresas e dos interesses dos empregadores, que vá de encontro aos objetivos de flexibilização dos vínculos contratuais e de abaixamento do custo de trabalho. Por outro lado, quando procurei demonstrar a importância das transgressões legais no processo de precarização em Portugal, ressalta o papel do Estado que, ao não garantir uma fiscalização efetiva, tem permitido a expansão de zonas em que o Direito do trabalho não é aplicado.

A legitimidade do estado de Direito enquanto garante da efetividade das normas laborais é posta em causa de uma outra forma: pelo facto de este ser o maior empregador de trabalhadores precários no país. De acordo com dados do Observatório do Emprego Público, divulgados em 2014, havia 61.145 contratos a termo nas administrações públicas (central, local e regional), ou seja, mais de 10% dos trabalhadores do Estado estavam enquadrados por esta modalidade contratual. Além disso, de acordo com o Boletim daquela entidade (relativo a abril de 2014), as formas mais precárias de trabalho – os contratos de tarefa e as avenças – teriam duplicado em 2013, face ao ano anterior, abrangendo 24.465 trabalhadores. Num contexto geral de diminuição de emprego no sector público (menos 22 mil postos de trabalho), o relatório assinalava que, "no período em apreço, 76,1% dos contratos de prestações de serviços nas administrações públicas foram celebrados na modalidade de tarefa"¹⁰⁸. Em anos anteriores, a Associação Portuguesa das Empresas do Sector Privado de Emprego (APESPE) também tinha declarado que cerca de 10% dos trabalhadores das Empresas de Trabalho Temporário eram cedidos aos Estado.¹⁰⁹ Ora, se a estes dados somarmos ainda o fenómeno do que atrás designamos como “precariedade assistida pelo

¹⁰⁸ Os Boletins do Emprego Público, bem como as Sínteses Estatística do Emprego Público podem ser consultadas *online* através do endereço <http://www.dgaep.gov.pt/index.cfm?&OBJID=da5b5dbb-6ace-4d45-9a10-315cedc919b8> [consultado a 12 de julho de 2014]

¹⁰⁹ Dos 100 mil trabalhadores temporários que havia em 2009 em Portugal, cerca de 20 por cento, ou seja, 20 mil, estariam no Estado. As declarações foram feitas pelo presidente da APESPE a vários órgãos de comunicação social em abril de 2010. Vd, por exemplo, www.expressoemprego.pt/noticias/novas-regras-para-temporarios-do-estado/2225 [consultado em 12 de julho de 2014]

Estado”, nomeadamente os CEI e CEI+ (que abrangiam, em 2013, 74 849 pessoas) , então percebemos que o Estado foi, nesse ano, diretamente responsável por mais de 160 mil empregos em modalidades atípicas.

Assim, não é difícil perceber a centralidade que o Estado tem tido na política do precariado. Como veremos, desde o seu nascimento que as organizações de precários deram grande destaque à denúncia do papel do Estado enquanto utilizador de modalidades precárias de emprego (foi esse, por exemplo, o objeto da primeira petição do FERVE, em 2007, e de várias iniciativas subsequentes de outras organizações). E é também ao Estado que se têm dirigido a maioria das suas reivindicações.

Quarta: A precariedade produz pobreza e acentua as desigualdades

De acordo com o Eurofound (2010: 2), 10% dos trabalhadores portugueses são pobres. Portugal é o quarto país da Europa onde a taxa de pobreza assalariada é mais alta, a seguir à Grécia, à Polónia e à Espanha. A média europeia de pobreza entre os trabalhadores era, no final da década de 2000, cerca de 8%. Mas a repartição dos riscos não é igual por todos, pois varia consoante a condição laboral: a precariedade é um fator de risco e de vulnerabilidade à pobreza. Entre os trabalhadores com contrato permanente, o risco de pobreza desce aos 7%. Entre os trabalhadores a *part-time* sobe para 12% e entre os trabalhadores temporários ascende aos 13%. No caso dos trabalhadores em autoemprego, a taxa de pobreza era de 18% (Eurofound, 2010: 10). Num estudo apresentado relativo à realidade portuguesa, a disparidade da exposição à pobreza em função da situação no trabalho é também evidente. No período considerado, os trabalhadores a tempo parcial e por conta própria apresentam uma taxa de risco de pobreza próxima dos 30%. Já quanto aos trabalhadores com contrato permanente ou a tempo completo, esse risco situava-se sempre abaixo dos 10% (Antunes, 2008: 6).

Uma das razões que explica esta desigualdade é o rendimento. Os trabalhadores temporários, por exemplo, auferem menos $\frac{1}{4}$ de salário por comparação com os seus colegas permanentes¹¹⁰. Forma indireta de redução salarial é ainda a extensão objetiva do tempo de

¹¹⁰ Num estudo sobre o trabalho temporário em Portugal no período entre 1995 e 2000, Boheim e Cardoso (2007) concluíram que os trabalhadores temporários apresentam um salário 23% inferior ao dos seus pares. Num outro trabalho recente, feito a partir da análise dos Quadros de Pessoal do Gabinete de Estratégia e

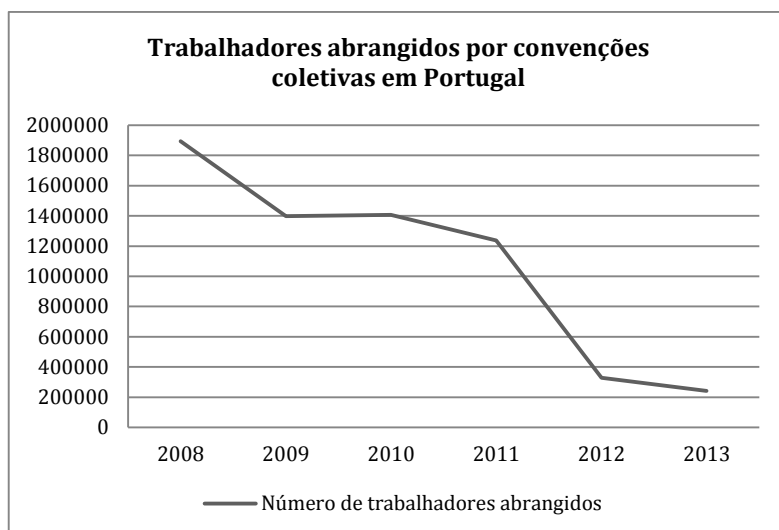
trabalho para fora do tempo de contrato, particularmente evidente no caso do “trabalho à peça” e do trabalho temporário. Assim, todas as tarefas e tempos “não produtivos” (o que seriam as pausas, mas também a formação, o acompanhamento da família, as férias, o repouso...) deixam de estar incluídos no contrato.

Por todos estes motivos, o mercado de trabalho constituiu-se como um catalisador do aumento das desigualdades (Rodrigues, Figueiras e Junqueira, 2012), sejam as territoriais, as de género – com as mulheres geralmente associadas a uma maior severidade da atipicidade dos vínculos laborais – ou as que resultam dos níveis de qualificação (Ferreira, 2009: 29; Alves et al. 2011: 36). Assim, como defende Diogo (2007; 2010), a precariedade é ela própria uma forma de desigualdade, que produz pobreza, amplifica outras desigualdades e inibe estratégias de afirmação de categorias discriminadas.

Quinta: A precariedade corrói a democracia laboral

Se fosse preciso revelar num único número os efeitos da radicalização do processo de precarização provocada pelas medidas da austeridade, talvez a escolha recaísse nos dados relativos às convenções coletivas. Como revelou Lima (2014), em 2008, o ano em que rebentou a crise, havia no nosso país 1 894 788 trabalhadores abrangidos pelas convenções coletivas. Em 2013, passados 5 anos, esse número era de 242 239. A contratação coletiva, um dos principais elementos da democracia laboral, foi reduzido, em meio decénio, a uma expressão absolutamente residual.

Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Moreira (2011) confirma que os trabalhadores temporários auferem uma remuneração menor que a dos seus colegas.



Fonte: Lima (2014). Elaboração própria.

Em 1978, o ano em que se iniciou o processo de precarização através da aprovação da lei dos contratos a termo, a taxa de sindicalização em Portugal era de 60,8%, havendo cerca de um milhão e meio de trabalhadores sindicalizados na CGTP, a única central sindical à época. Na primeira metade dos anos 90, depois da aprovação da lei que permitiu a criação das empresas de trabalho temporário e a extensão do uso dos recibos verdes, essa taxa era já de 25%, com pouco mais de 700 mil trabalhadores sindicalizados. Em 2010, a sindicalização recuou abaixo dos 20% (Sousa, 2011: 43). A ausência de representação coletiva é uma forma de esvaziamento da democracia.

A eficácia do trabalho precário enquanto forma de subordinação nos locais de trabalho opera por várias vias. Multiplica contingentes periféricos dentro de um mesmo sector ou empresa (nomeadamente pela subcontratação e pelo recurso ao trabalho temporário), diversifica estatutos, segmenta a experiência do coletivo do trabalho, coloca os trabalhadores em concorrência potencial, quebra as suas formas de solidariedade. Ao mesmo tempo, dissemina um “fascismo da insegurança”, através do qual se manipula a condição de vulnerabilidade dos precários “produzindo-lhes elevados níveis de ansiedade e de insegurança quanto ao presente e ao futuro de modo a fazer baixar o horizonte de expectativas e a criar a disponibilidade de suportar grandes encargos para obter reduções mínimas dos riscos e da insegurança” (Santos, 2001: 346).

O encolhimento da democracia no local de trabalho retira ao trabalhador a sua condição de cidadão no espaço da produção. Mas a precariedade tem efeitos para além do espaço do trabalho. A insegurança económica e social e a imprevisibilidade em relação ao

futuro, como se disse a propósito da experiência da precariedade, inibe a ação política e, por isso mesmo, acentua os ancestrais mecanismos de dominação de classe e de desigualdade na própria ação coletiva, que se concentra cada vez mais nas classes mais altas e protegidas¹¹¹.

Sexta: Os “desempregados” são a maioria da força de trabalho e estão desprotegidos

Se somarmos o contingente dos trabalhadores precários (que constituem já quase metade da força de trabalho) aos desempregados sem acesso a qualquer tipo de proteção (mais de metade dos que se encontram naquela condição), verificamos facilmente que os *desempregados* são hoje a esmagadora maioria da classe trabalhadora no nosso país.

Somados aos desempregados os inativos desencorajados, esta categoria atingia, em 2014, 728,9 mil pessoas (Carmo e Cantante, 2014)¹¹². Desses, a maior fatia (54,4%, em 2013) estava desprotegida¹¹³. O facto tem várias explicações. Uma delas prende-se com a circunstância do desemprego ter uma longa duração, o que faz com que as pessoas percam, ao fim de algum tempo, o acesso a essa prestação¹¹⁴. A outra tem diretamente a ver com a precariedade laboral. Esta não só constitui uma antecâmara do desemprego, como se encontra associada a uma menor cobertura pelos regimes de segurança social (no caso dos jovens, o acesso às prestações de desemprego é dificultado pela incapacidade para se preencher os prazos de garantia necessários).

¹¹¹ Num estudo recente, Nuno Nunes confirmava que eram os profissionais liberais e os profissionais técnicos e de enquadramento aqueles que, tendo mais capital económico, cultural e social, eram também as classes mais ativistas e com maior consciência dos seus interesses (2013: 161).

¹¹² O 3º trimestre de 2011 marca o início do aumento agudo do número de desempregados em Portugal e coincide com a entrada da Troika no país bem como com a aplicação do denominado plano de ajustamento ao sector público e privado. Entre o 2º trimestre de 2011 e o 1º trimestre de 2013, o desemprego estimado e registado aumentou cerca de 41% – mais 277 mil e 216 mil desempregados. (Carmo e Cantante, 2014). Entre 2007 e 2013, a taxa de desemprego juvenil subiu em Portugal cerca de 20% (OCDE, 2014: 100).

¹¹³ Tal como é indicado por Silva e Pereira (2012), o desemprego desprotegido era bastante elevado no início da década de 1990, mas no início da década de 2000 o “rácio de proteção” atingia já valores acima dos 80% – ou seja, menos de 20% dos desempregados não beneficiavam de subsídios de desemprego (2012). Contudo, com as políticas de austeridade, a realidade mudou substancialmente. Em 2013, mais de metade do número de desempregados estimados pelo INE já não recebia qualquer subsídio de desemprego.

¹¹⁴ Portugal é um dos países europeus em que a duração do desemprego é mais prolongada. Em 2013, mais de metade da população desempregada em Portugal encontrava-se nessa situação há mais de um ano (Carmo e Cantante, 2014).

A desproteção vai, todavia, mais além. Como demonstram Carmo e Cantante (2014), “o número de beneficiários de RSI começou a diminuir sensivelmente no mesmo período que marca o início do aumento da proporção de desempregados desprotegidos”. Ou seja, não é apenas a ausência de subsídio de desemprego que está em causa, mas a inexistência de qualquer forma de proteção social ou rendimento assegurado pelo Estado. Num relatório da OCDE de 2014 (*Society at a Glance*), a organização destaca que enquanto outros países têm tomado medidas para reforçar a assistência aos mais pobres, as reformas em Portugal, desde 2010, tornaram estes apoios ainda menos acessíveis, tendo sido observada uma quebra de 30% no número de destinatários. Não admira, por isso, que mais de 10% dos portugueses tenham respondido afirmativamente à pergunta sobre se houve momentos nos últimos 12 meses em que não tiveram dinheiro para comprar a comida que eles e a sua família precisavam (OCDE; 2014: 28).

A maioria da força de trabalho não está apenas presa a trajetórias de precarização e a um desemprego sem proteção: está condenada a um processo de empobrecimento que faz com que a temática da pobreza ressurgisse no centro da questão social, o que significa provavelmente que a política do precariado será também, cada vez mais, tomada por essa realidade.

4. A precariedade liberta? Narrativas de legitimação e modos de justificação

Todos os regimes económicos e todos os processos sociais precisam dos seus dispositivos de legitimação e de narrativas que deem sentido às transformações em curso. Explorando três exemplos concretos – o discurso sobre o trabalho temporário, a apologia do empreendedorismo e o entendimento de que o campo laboral é atravessado por uma “guerra geracional” –, as próximas páginas versarão sobre algumas das narrativas dominantes que procuram legitimar o processo de precarização em Portugal.

A atenção dedicada ao discurso não pretende subestimar a materialidade das relações sociais que sustentam aquele processo. Como lembra Bob Jessop (2010: 198), uma análise semiótica crítica deve combinar a investigação da produção intersubjetiva de sentido com os elementos da economia política. Feita a caracterização das principais tendências do processo de precarização do ponto de vista da economia e da regulação das relações laborais, o objetivo agora é atender à argumentação, à reflexividade e à retórica deste processo, sem ignorar as propriedades materiais que constroem e sustentam estes discursos.

No posfácio à reedição do livro *Le Nouvel Esprit du Capitalisme*, Luc Boltanski e Ève Chiapello explicam que a rarefação das referências ao capitalismo na teoria crítica se deveu ao facto de este ter sido considerado, ao longo da década de 1980, um conceito demasiado “grande” para poder ser descrito através da observação pontual de situações concretas (2011: 925). Na opinião dos autores, a ausência desta visão do conjunto das articulações que formam um “sistema” também contribuiu para a dificuldade de construir projetos coletivos mais alargados que fossem para além das micro-resistências ou de reparações do próprio sistema. Sem uma perspetiva macro, muita da produção sociológica privou-se da capacidade de reconstituir a ligação entre as transformações da vida quotidiana que estavam em curso, as mudanças nos discursos e nos regimes de justificação e uma mutação global mais vasta. Curiosamente, um dos campos em que o trabalho de construção de um sentido global para as transformações em curso continuou a fazer-se foi precisamente o da gestão, transformada na narrativa oficial do novo capitalismo. Não por acaso, nos exemplos que se seguem, os discursos e os materiais oriundos da gestão serão frequentemente citados.

Num primeiro momento deste capítulo, toma-se como objeto o regresso dos mecanismos privados de intermediação laboral, identificando os argumentos através dos quais eles se apresentaram não apenas como uma necessidade, mas como uma *fatalidade que liberta*. Para isso, consideram-se os anúncios de emprego e a informação produzida pelas empresas de trabalho temporário, disponível nos seus sítios web, como dois dos lugares onde se constrói a atual ordem semiótica capitalista, de que o trabalho temporário constitui um elemento importante.

Num segundo momento, aborda-se o discurso que apresenta o empreendedorismo como uma *emancipação individual*. Para isso, parte-se de elementos recolhidos na observação direta de formações nesta área (como as que são promovidas pela Associação Nacional de Jovens Empresários), mas também de documentos de vários dos agentes que se têm envolvido na disseminação deste conceito, nomeadamente partidos políticos, poder legislativo, governo, centros de emprego, instituições educativas e organizações privadas vocacionadas para a promoção do empreendedorismo.

Num terceiro momento, tratarei do discurso que caracteriza o atual quadro laboral a partir da ideia de um “conflito geracional”, analisando até que ponto ele constitui um desses processos de “legitimação pelo ressentimento” das mudanças na regulação do trabalho, nos quais se intensifica o conflito entre grupos sociais manipulando a sua frustração e invocando os supostos “privilégios” dos outros (Ferreira, 2014: 263), para se proceder a uma harmonização por baixo dos direitos. Para isso, recorrer-se-á a exemplos do campo político (intervenções parlamentares), a documentos produzidos nas mobilizações sociais (concretamente no 12 de março de 2011) e a textos de opinião que circularam amplamente no espaço público (nomeadamente nas redes sociais).

Na análise desenvolvida, parto de cinco pressupostos. Primeiro, que as narrativas de legitimação da precariedade, ao proporcionarem um quadro semiótico para interpretar alguns destes acontecimentos económicos, contribuem, a partir do domínio simbólico, para construir esses eventos e os seus contextos materiais, constituindo-se como elemento estruturante de um “imaginário económico” (Jessop, 2010: 202) que se vai tornando cada vez mais hegemónico. Segundo, que estas narrativas dominantes sobre o processo de precarização, ao estabelecerem categorias fortes de leitura da realidade e de atribuição de significado, condicionam os termos do debate público e são parte integrante do “regime de verdade” (Foucault, 1994) que a ordem neoliberal vem construindo nas últimas décadas.

Terceiro, que estas narrativas, ao enunciarem determinados princípios de “justiça relativa”, ativam “modos de justificação” (Boltanski e Thévenot, 1991) que mobilizam argumentos de ordem moral capazes de ganhar o consentimento das pessoas para situações que, a outra luz, poderiam ser julgadas como intoleráveis ou injustas. Quarto, que ao procurarem estruturar a subjetividade dos indivíduos a partir desta visão hegemónica da realidade, as narrativas em causa visam adequar os modos de ação dos agentes ao regime económico da precariedade. Ao promover uma verdadeira “crença no jogo”, como acontece com o discurso em torno do empreendedorismo, esta “*illusio*” (Bourdieu, 1997) faz corresponder as “escolhas livres” dos sujeitos às opções conciliáveis com a ordem dominante, às quais se adere de forma mais ou menos “encantada”.

Em último lugar, a análise que aqui se apresentará tem subentendido um outro pressuposto: o de que nunca a dominação é um círculo fechado. Mesmo que repetidas até à exaustão pelo discurso político dominante, mesmo que reproduzidas nas conversas de café, mesmo que capazes de fabricar o consentimento, cada uma destas narrativas tem contradições que insistem em revelar as incongruências entre elas e a realidade que pretendem nomear. Sem ter em conta essas brechas, teríamos certamente bons elementos de análise sobre a força da dominação, mas dificilmente conseguiríamos apreender as contradições que explicam o surgimento da resistência e da ação coletiva do precariado que se opõe a este processo – objeto que é, como se sabe, o tema principal desta tese.

A precariedade como fatalidade que liberta: o exemplo do trabalho temporário

A maior empresa de trabalho temporário (ETT) em Portugal é a Randstadt, que conta, segundo os dados disponíveis no seu *site*, com um contingente diário de 30 mil trabalhadores. Na apresentação que faz sobre os seus serviços de recrutamento, seleção e colocação de mão-de-obra, os objetivos são contextualizados a partir de um diagnóstico que constata uma alegada fatalidade: “as empresas de hoje, são forçadas a adotar formas de organização flexíveis e competitivas. Para fazer face a períodos de expansão ou retração das suas atividades, o recurso ao trabalho temporário constitui uma solução adequada”¹¹⁵. No

¹¹⁵ www.randstad.pt/pt-PT/home.aspx

site da EGOR¹¹⁶, uma outra empresa de trabalho temporário, o *outsourcing* é apresentado como resultado de uma “necessidade premente de adoptar formas de organização flexíveis e competitivas que lhes permitam [às empresas] dedicarem-se inteiramente ao seu core-business”. E a Flexitemp, por sua vez, enuncia o fim do emprego estável como uma evidência: “um emprego estável, para o resto da vida, é cada vez mais um conceito ultrapassado na sociedade atual”. De acordo com esta empresa, “a tendência é e será cada vez mais [sublinhado nosso] a existência de um maior número de empresas procurando trabalhadores temporários, associada a um crescente número de trabalhadores procurando um emprego que melhor satisfaça as suas necessidades”¹¹⁷.

Se atendermos a esta narrativa, a expansão do trabalho temporário é um dado a partir do qual se discute mas que não está em discussão em si mesmo: é um facto com a força própria da fatalidade. Como em qualquer discurso dominante, este diagnóstico tem uma narrativa subjacente e um efeito pretendido. De acordo com ele, o trabalho temporário seria a forma contratual exigida pela dinâmica da globalização e pelas mudanças no mundo produtivo, produto incontestável de uma evolução tecnológica. Assim, com empresas que “são forçadas” a adotar determinadas formas de organização, com “necessidades prementes” que se impõem, com uma tendência que “é e será” cada vez mais acentuada, o trabalho temporário aparece como o resultado necessário de uma realidade que não estaria sujeita a questionamento – o oposto, portanto, de uma escolha política consciente sobre o modo de regulação do regime de acumulação capitalista.

O olhar sociológico, contudo, desconfia das evidências e rejeita o senso comum fatalista. Como qualquer objeto económico, forma organizacional ou arranjo institucional, a afirmação das empresas de trabalho temporário no contexto europeu e nacional teve muito pouco de “natural”. Pelo contrário, ela passou por um processo de conquista de legitimidade que implicou várias etapas e dimensões que merecem ser lembradas.

Uma das principais razões para o aparecimento de serviços públicos gratuitos de colocação de mão-de-obra (os centros de emprego) foi o repúdio que, desde o início do século XX, mereceu a atividade privada e com fins lucrativos dos serviços de intermediação entre trabalhadores e patrões, que fornecia mão-de-obra aos empregadores para substituir

¹¹⁶ egor.pt/trabtemporario.html

¹¹⁷ www.flexitemp.pt/servicos.php

trabalhadores grevistas, diminuindo a eficácia das lutas operárias (Matos, 2011). No contexto europeu, foi a força do movimento sindical que exigiu a gratuidade e a regulação pública desses mecanismos, de forma a combater as estratégias lucrativas ligadas às políticas de emprego e desse modo mitigar o desemprego crónico (Sousa, 1992). Assim, o renascimento deste tipo de atividade implicou a desconstrução da imagem do trabalho temporário como forma de escravatura, no sentido de conquistar a opinião pública e tentar neutralizar os sindicatos, nomeadamente através de fortes campanhas de comunicação. Exigiu, também, a construção de um lóbi junto dos poderes públicos de modo a obter uma regulamentação do fenómeno, seguida de uma pressão para um alargamento progressivo das situações laborais que poderiam caber no seu âmbito (Glammann, 2007: 47).

Como ficou dito anteriormente, o enquadramento legal do trabalho temporário em Portugal inicia-se em 1989 e começa por apresentá-lo como uma exceção, um “instrumento de gestão empresarial para a satisfação de necessidades de mão-de-obra pontuais, imprevistas ou de curta duração” e um mecanismo de “absorção de mão-de-obra para serviços ou atividades que, de outra forma, ficariam eventualmente por realizar”¹¹⁸, por períodos que iriam no máximo até seis meses e, em casos muito tipificados, até um ano. Mas a lei não foi inteiramente respeitada e as alterações legislativas efetuadas na década de 1990 puseram a tónica na necessidade de “combater o uso ilegal do trabalho temporário”. Ora, a constatação da profusão destes usos ilegais não resultou apenas num reforço das sanções e das coimas, mas foi também pretexto para o alargamento conceptual das situações que podiam ser objeto de regulação legal. Assim, em 2007 e 2009, a Lei que regula o trabalho temporário e o regime jurídico das ETT acabariam por estender a admissibilidade deste tipo de contratos a outras circunstâncias para além das inicialmente previstas e também por alargar para 2 anos o limite da sua duração (Campos, 2012: 104-106).

Paralelamente, o sector das empresas de trabalho temporário, organizado na APESPE, diversificou mecanismos para a sua legitimação: instituiu um prémio anual para investigações académicas produzidas sobre o tema, criou a figura do “Provedor da Ética Empresarial e do Trabalho Temporário” (cargo para o qual convidou o dirigente do Partido Socialista Vitalino Canas, um ex-ministro e atual deputado com significativa influência

¹¹⁸ Estas frases constam do preâmbulo do Decreto-Lei 358/89 de 17 de Outubro, que se encontra disponível em <http://www.iapmei.pt/iapmei-leg-03.php?lei=167> [consultado a 18 de janeiro de 2015]

política¹¹⁹) e, em parceria com outras instituições (o Instituto Superior de Economia e Gestão, a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa e o Observatório do Emprego e da Formação Profissional), lançou, em 2011, o Observatório do Trabalho Temporário¹²⁰.

A aceitação do trabalho temporário requereu também uma operação de sedução dos próprios trabalhadores. Este trabalho de legitimação simbólica exigiu a produção de um discurso capaz de apresentar o trabalho temporário como uma realidade atrativa, associando-o às ideias de ausência de compromisso, de liberdade e de mobilidade, exaltando-se a “juventude”, “agilidade”, “polivalência” e “criatividade” deste novo universo, no qual a mudança e a mobilidade surgem como formas de libertação do indivíduo face a constrangimentos burocráticos. A nova era dos “trabalhadores nómadas” é apresentada assim como uma consequência do processo de modernização reflexiva, em que as trajetórias imprevisíveis oferecem um sentido de liberdade na definição das identidades (Beck, 2000), que se teriam tornado mais fluidas, flexíveis e plásticas.

Num folheto de recrutamento da McDonald’s, datado de 2013, refere-se, a propósito do tempo parcial, que “a flexibilidade de horário constitui uma mais-valia para o atual estilo de vida”, pelo que naquela empresa “cada um ajusta o seu horário de trabalho conjugando as suas necessidades com as do restaurante”, havendo “jovens que conciliam os seus estudos com o emprego”, “mães que pretendem ter uma atividade profissional e ter, simultaneamente, tempo disponível para a família” ou ainda “pessoas já reformadas que querem manter-se profissionalmente ativas” (McDonald’s, 2013). No caso do trabalho temporário, a associação com a liberdade relaciona-se com outras dimensões. Num documento da autoria da APESPE sobre as “vantagens do trabalho temporário organizado”,

¹¹⁹ A atividade parlamentar e o registo de interesses do deputado Vitalino Canas podem ser consultados em <http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Biografia.aspx?BID=1700>

¹²⁰ A página *online* do Observatório do trabalho Temporário (OTT) encontra-se alojada em <http://www.provedortt.org/news.aspx?id=250>. Apesar do entusiasmo com que foi apresentado o primeiro estudo realizado no seu âmbito, em novembro de 2012, não estão disponíveis outros trabalhos ou iniciativas do organismo. Na apresentação proferida aquando da apresentação do relatório do OTT, disponível no endereço eletrónico citado, o seu responsável afirmava encontrar nos depoimentos recolhidos “mensagens dramáticas, notícias de quebras pronunciadas do negócio – que significam, naturalmente, menos emprego e menos oportunidades para os trabalhadores -, acusações de práticas abusivas e pouco éticas, queixas de que as empresas de trabalho temporário, por via dos prazos de pagamento, são hoje financiadoras forçadas das empresas utilizadoras, substituindo-se aos bancos. Mas também encontramos referências a situações que nos fazem refletir, como é o caso da circunstância de, num momento em que proliferam as insolvências, os trabalhadores temporários serem por vezes os únicos que conseguem receber atempada e integralmente os seus salários, pagos pelas ETT, em contraste com os seus colegas dos quadros da empresa, frequentemente atirados para os roles de credores da massa falida”.

destaca-se a possibilidade de, por esta via, o trabalhador “encontrar mais facilmente um posto de trabalho” que de outra forma provavelmente “não existiria”, de beneficiar de experiência e qualificação “através do preenchimento de vários postos de trabalho e da inserção em diferentes comunidades de trabalho” e ainda de conseguir “mais facilmente um posto de trabalho que melhor se compatibilize com as suas necessidades pessoais e ou familiares”¹²¹.

Apesar das ETT insistirem na ideia de que o trabalho temporário é uma escolha relacionada com uma ética marcada pela busca de novas experiências, o que parece acontecer é que essa escolha tem, frequentemente, muito pouco de autónomo e de livre. Como insiste Glaymann (2007, 31-37), a partir de dados europeus, a maioria dos trabalhadores “não escolheram ser trabalhadores temporários, mesmo se um dia decidiram trabalhar para uma ETT”. Na sua opinião, muitos destes temporários vivem subjetivamente esta realidade como transitória, na esperança de que seja uma etapa difícil para passar a uma nova fase profissional ou para escapar ao desemprego. Como em muitos casos o conteúdo do trabalho é pouco gratificante, a ausência de durabilidade aparece paradoxalmente como a garantia de que a situação será diferente no futuro. Por sua vez, a ideia propagada de que existe uma liberdade na gestão do tempo é, na maior parte das vezes, ilusória. Mas, num contexto de intensificação e degradação do próprio conteúdo do trabalho, pode funcionar subjetivamente como resistência ao peso e aos constrangimentos que um compromisso com um empregador implica. Já a apologia de uma mobilidade positiva, assente na valorização das descobertas e do benefício de experiências profissionais diferentes, confronta-se com o facto da mobilidade ocorrer, sobretudo para estes trabalhadores, entre situações temporárias e situações de desemprego (Glaymann, 2007: 57-63).

Junto das empresas que recorrem aos seus serviços, as ETT mobilizam um conjunto de metáforas no campo semântico da “leveza”, “agilidade”, “dinamismo”, “rapidez” e “liberdade” que ajudam a associar à flexibilização e à precarização das relações laborais qualidades positivas, que remetem para o discurso da promoção do *corpo saudável* com o qual as empresas “modernas” parecem comungar características. Como se diz no *site* da Egor, “num mercado cada vez mais competitivo, as Empresas necessitam de se adaptar constantemente ao meio envolvente”, o que passa pela adoção de “estruturas organizacionais

¹²¹ http://apespe.pt/Vantagens_tt.pdf [consultado a 15 de janeiro de 2013]

flexíveis, mas simultaneamente eficazes e produtivas”, nas quais “o recurso ao trabalho temporário (...) permite alcançar os objetivos pretendidos, sem tornar as organizações demasiadamente “pesadas””. Segundo a Manpower¹²², trata-se de “soluções flexíveis” para “uma organização ágil e competitiva”. E a Multitempo explica, no seu sítio web, que as vantagens dos serviços que disponibiliza às outras empresas se relacionam com a possibilidade de oferecer uma “grande agilidade contratual e a libertação de tarefas administrativas muito morosas”¹²³.

A leitura dos *sites* das ETT torna de facto evidente que a principal vantagem que estas apresentam às empresas contratantes é mesmo a redução dos custos do fator trabalho. A Randstad fala da “transformação de custos fixos em variáveis, maior flexibilidade de gestão, aumento de produtividade e de competência, rapidez na colocação”. No sítio web da Multitempo, explica-se que com esta empresa se pode “ganhar tempo e reduzir custos de seleção e recrutamento”, “reduzir custos na gestão e administração do pessoal”, “assegurar o ritmo de trabalho e a continuidade da produção da Empresa”, “experimentar o colaborador a contratar, de forma permanente, no desempenho das suas funções” e “reduzir o absentismo e remunerar apenas o trabalho realizado” [itálico meu]. No *site* da Atlanco, a enunciação das “vantagens do trabalho temporário para as empresas utilizadoras” passa pela “redução de riscos contratuais – profissional certo, no sítio certo, durante o tempo certo” bem como pela “redução da carga burocrática e custos de natureza administrativa, poupando e reduzindo custos de seleção e recrutamento”¹²⁴. Já a Randstad promove a sua metodologia “Randstad Inhouse” revelando que esta “tem provas dadas em mais de 40 países desde 1995 e visa uma investigação contínua, para minimizar o custo com o trabalho e todos os seus custos indiretos associados”, o que “resulta numa redução de custos no processo produtivo” que “pode atingir uma poupança entre os 5% e 10% dos custos atuais com o mercado temporário tradicional”¹²⁵.

Economizando à empresa utilizadora uma série de custos (associados à promoção por antiguidade, às indemnizações em caso de despedimento ou às contribuições para a segurança social), permitindo remunerar apenas as horas de trabalho “rentáveis” por via da

¹²² www.manpower.pt [consultado a 16 de janeiro de 2013]

¹²³ <http://www.multitempo.pt/Empresas/> [consultado a 16 de janeiro de 2013]

¹²⁴ www.atlanco.pt/Clientes/TrabalhoTemporario.aspx [consultado a 16 de janeiro de 2013]

¹²⁵ www.randstad.pt/pt-PT/Companies/Solutions/inhouseServices.aspx [consultado a 16 de janeiro de 2013]

duração muito curta dos contratos e reconfigurando a gestão a partir da lógica financeira, o trabalho temporário é de facto um mecanismo que opera pela compressão de salários, pela precarização das relações laborais e pela desproteção social. O que é apresentado como liberdade para as empresas, é uma forma de disciplinação sobre os trabalhadores, que devem manter-se num permanente estado de insegurança e de espera e para quem são transferidos todos os custos do tempo supostamente não produtivo que faria parte de um contrato de trabalho regular.

Num estudo sobre o trabalho temporário em Portugal no período entre 1995 e 2000, Boheim e Cardoso (2007) concluíram que estes trabalhadores apresentam um salário 23% inferior ao dos seus pares. Numa outra pesquisa, feita a partir da análise dos Quadros de Pessoal do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, Moreira (2011) confirma que os trabalhadores temporários auferem uma remuneração menor que a dos seus colegas. Focando-se no período que decorre entre 2005 e 2009, verifica um aumento de 10% de trabalhadores temporários com baixos salários, isto é, com um salário menor que dois terços do mediano (no caso, abaixo dos 500 euros) e constata que existe uma menor dispersão no ganho entre esta categoria de trabalhadores pelo facto de se concentrarem nos escalões mais baixos em termos de remuneração (Moreira, 2011: 21-23). Segundo dados do IEFP (2012), a remuneração média mensal dos trabalhadores temporários em Portugal é de 588 euros.

Sendo em grande medida involuntário e uma forma de contratação que frequentemente se aplica a tarefas que, na realidade, são permanentes, dificilmente o trabalho temporário é vivido pelos trabalhadores como uma libertação, ainda que haja alguns segmentos, nomeadamente de jovens, que associam a descontinuidade do seu percurso profissional a uma fase de moratória juvenil em que a vivência da transitoriedade não aparece como problemática. Na maior parte dos casos, de facto, a retórica que apresenta o trabalho temporário como uma modalidade contratual *que liberta* o indivíduo, colide com a realidade. Contudo, enquanto dispositivo de legitimação, a esta narrativa resta sempre a invocação da necessidade material, da escassez do emprego e o implacável argumento fatalista. Desse modo, mesmo quando *não liberta*, o trabalho temporário continuaria a ser *uma fatalidade*.

A precariedade como emancipação individual: o exemplo do empreendedorismo

Surgido no campo da economia, com Schumpeter (1996 [1905-1950]) – que associava o conceito à inovação, à criatividade e à capacidade de assumir riscos moderados – e difundido com grande intensidade a partir da área disciplinar da Gestão, sobretudo desse a década de 1980 (Drucker, 1985; Shane & Venkataraman, 2000), o empreendedorismo é hoje um elemento central da narrativa sobre as transformações no mundo laboral, mas também nas subjetividades. Operação de atribuição de sentido às dinâmicas de individualização, descoletivização e remercantilização do trabalho, o “sujeito empreendedor” tem-se assumido como figura fundamental do que, na esteira de Jessop (2010), poderíamos chamar de uma nova “ordem semiótica”. Mas é mais que isso. É também um dos dispositivos de governação e uma das retóricas de legitimação do processo de precarização em curso. Articulado com a noção de empregabilidade, que foi paulatinamente transferindo para os próprios indivíduos a responsabilidade de se “adequarem” às novas “dinâmicas” do mercado de trabalho, o elogio do empreendedorismo tende a concentrar a explicação para os fenómenos do desemprego e da pobreza nos défices dos indivíduos, seja em termos de qualificações, seja em termos de competências e, sobretudo, de disposições (de *iniciativa*, de *correr riscos*, de ser *resiliente*...). “A pessoa transforma-se uma empresa”, resumia Gorz (2004) acerca da utopia liberal relativa ao trabalho. A retórica do empreendedorismo parece levar esta máxima a sério.

Um dos espaços em que pode observar-se a difusão deste discurso são as formações em autoemprego e procura ativa de trabalho, que se multiplicam e que têm como público jovens nos períodos finais da sua formação e desempregados. No âmbito de uma investigação sociológica desenvolvida em conjunto com um outro colega¹²⁶, assistimos a um episódio que, em vários aspetos, me parece uma boa amostra do universo a que nos referimos.

¹²⁶ Esse trabalho, realizado em conjunto com Adriano Campos, deu origem a uma comunicação de autoria comum intitulada “O ‘empreendedorismo como política pública? Apropriações e narrativas no campo político e institucional”, apresentada no Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, realizado em abril de 2014, na Universidade de Évora.

“Mexam Esse Traseiro”

Na sala do edifício da Alfândega do Porto estão cerca de 90 pessoas, a maioria mulheres¹²⁷. São desempregadas vindas por sugestão do centro de emprego, alunos de escolas profissionais e pessoas que se inscreveram por sua iniciativa naquela sessão, integrada na *Feira do Empreendedor* promovida pela Associação Nacional de Jovens Empresários. O nome da formação é sugestivo: “Conquistar um emprego em tempo de crise (estratégias de sucesso)”. O formador, de microfone na lapela, começa a falar quando a música termina, para começar a desmontar o título: “Será que vai haver alguma empresa que me vai contratar se eu lhe disser que quero ganhar dinheiro?”, pergunta, para logo responder “Não, então vamos por de lado esta estratégia e pensar qual é o vosso sonho, o que querem levar para a organização?”.

A exposição do formador prossegue entre o diagnóstico pragmático sobre o tempo que vivemos (“hoje em dia temos de fazer mais com menos e melhor, porque há alguém do outro lado do Atlântico e que faz mais barato”), a partilha das suas hipóteses explicativas (“Se calhar há muito desemprego porque andamos todos à procura de emprego”), as tiradas de cariz mais existencial (“Nascemos originais, mas teimamos em viver como cópias”), os conselhos práticos sobre a empregabilidade como um projeto total (“Se estão à procura de emprego, tenham atenção àquilo que põem no *Facebook*”) e o louvor da solução para o nosso futuro (“Não desistam de procurar a vossa vocação. O empreendedorismo é o caminho do sucesso”). No final da sessão, logo após um exercício interativo com a música “We Will Rock You”, dos *Queen*, o responsável propõe-se revelar aos presentes “a fórmula do sucesso”, que é também, nas suas palavras, “a fórmula do empreendedorismo”.

No quadro escreve “M.E.T. (elevado ao quadrado)” e convida a plateia a decifrar aquela equação. Algumas pessoas aceitam o desafio e atiram que se trata das “iniciais de Motivação, Empenho e Trabalho” ou de “Mobilidade, Emprego, Tenacidade”. Depois de várias tentativas sem que ninguém conseguisse acertar na “resposta certa”, o formador, com ar entusiasmado perante a grandiosidade do momento, decide descodificar aos formandos a fórmula que precisariam de seguir para “conquistarem o futuro”: “M.E.T. = Mexam Esse Traseiro, ao quadrado”. Fica assim resumida a mensagem. Há palmas e a sessão termina.

¹²⁷ O relato que aqui se apresenta foi retirado das notas de campo de uma observação direta realizada no dia 22 de novembro de 2012, na 15ª Feira do Empreendedor *Made in Portugal*, que teve lugar no Centro de Congressos da Alfândega do Porto. O título da sessão a que estas notas se referem era “Conquistar um emprego em tempo de crise (estratégias de sucesso)”, da responsabilidade da empresa *Power Coaching*.

A situação relatada poderá não ser representativa de todas as formações do género. Mas exprime uma tendência e um ambiente: o “empreendedorismo”, munido de um individualismo radical segundo o qual o desemprego se resolve “mexendo o traseiro”, tornou-se um dos elementos mais presentes nas narrativas sobre as transformações em curso na economia, no mundo do trabalho e nas subjetividades produtivas. A apologia do “perfil empreendedor” (Fillion, 1999), que seria necessário desenvolver desde cedo, é cada vez mais comum não apenas nos discursos oriundos da gestão, mas também no campo das ciências sociais, da educação e das políticas públicas. “Inovação, otimismo, liderança, iniciativa, flexibilidade, independência, tolerância à ambiguidade e à incerteza, orientação para os resultados, assunção do risco, capacidade de aprendizagem, habilidade para conduzir situações, criatividade, necessidade de realização, sensibilidade aos outros, autoconsciência, agressividade, confiança, originalidade, envolvimento a longo prazo, dinheiro encarado como indicador de desempenho”: eis a lista longa das características deste novo super-sujeito capaz de encarar positivamente o mundo e as suas transformações (Moreira, 2009: 77). Capaz, em suma, de “mexer o traseiro” em qualquer circunstância.

Com efeito, na última década e meia, têm proliferado, em Portugal e na Europa, medidas de política pública e programas com o objetivo de promover o empreendedorismo. No nosso país, o empreendedorismo é hoje um conceito central na estruturação das políticas públicas de emprego, mas também, crescentemente, das políticas sociais e das políticas educativas e de formação.

Do ponto de vista político, têm-se multiplicado os dispositivos legais e os agentes estatais ligados ao empreendedorismo, tendo inclusivamente sido criados, pelo atual Governo, uma *Secretaria de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação* e um *Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação (CNEI)*, órgão consultivo presidido pelo próprio Primeiro-Ministro e do qual não consta nenhuma organização representativa dos trabalhadores.¹²⁸ No seu programa de Governo, o atual partido maioritário

¹²⁸ O conselho tem por missão aconselhar o Governo em matérias relacionadas com a política nacional para o empreendedorismo e para a inovação. Como assinalámos noutra ocasião, dele fazem parte “para além dos membros do Governo, dez diretores executivos e administradores de empresas de grande dimensão (Pathena, BA Vidro, Partex Oil and Gas, Nokia, Espírito Santos Ventures, Bial, Aqua F S.A, Google, Sonaecom Sistemas), dos quais quatro assumem posições em órgãos de universidades portuguesas, três professores universitários, uma artista plástica e uma presidente de fundação (Fundação Champalimaud). Impõe-se, assim, registar a ausência de representação do contingente mais significativo e numeroso dentre os atores laborais: os trabalhadores e as suas organizações” (Soeiro e Campos, 2014)

(o PSD), definia o empreendedorismo como “uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais importante do que a revolução industrial foi para o século XX” (PSD, 2011: 128). Em consequência, uma parte das políticas de criação de emprego passaram a ser enquadradas num “Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação (+E+I)”, lançado em 2011. Desse programa faziam parte, essencialmente três medidas: o “Passaporte para o Empreendedorismo”, destinado a jovens com qualificação superior (uma minoria entre os jovens portugueses); o “Vale Empreendedorismo”, vocacionado para financiar serviços de consultoria a empresas recentes; e uma nova operadora de capital de risco público, a “Portugal Ventures”. No total, as medidas parecem ser modestas na criação quantitativa de emprego (menos de um milhar de projetos aprovados nas medidas destinadas aos jovens; níveis baixos de criação de empresas, com períodos de vida curtos), seletivas (com as empresas de maior dimensão a captarem o grosso dos fundos) e comparativamente mais onerosas para o Orçamento de Estado se comparadas com outros programas (Soeiro e Campos, 2014: 11-13). Mas a discrição dos seus resultados aparenta ser inversamente proporcional ao peso que as mesmas assumem na retórica oficial. Em 2012, o “Guia Prático do Empreendedor”, criado no âmbito daquele programa, continuava a apresentar o empreendedorismo como “um elemento vital para a revitalização do tecido económico de diversas formas”, capaz de gerar “um novo *momentum* para a economia” uma vez que as empresas empreendedoras estariam “melhor posicionadas para competir de uma forma eficiente à escala mundial e por isso apresentam mais elevadas potencialidades de crescimento” (Guia Prático do Empreendedor, +E+I, versão 1.0, 2012).

A eficácia da narrativa do empreendedorismo não pode contudo ser vista exclusivamente a partir do campo laboral. A apresentação como uma espécie de oportunidade emancipatória de um processo marcado pela precarização das relações laborais assenta na exibição do empreendedorismo como o verdadeiro “espírito do tempo”. A “urgência do empreendedorismo”, para utilizar a expressão de um pedagogo brasileiro que se tem dedicado à introdução do tema nos currículos educativos (Dolabela, 2003), resultaria da necessidade de moldar o “modo de estar” e o “modo de ser” das pessoas em função da nova realidade económica e social que irão enfrentar. No debate clássico entre a educação entendida como exercício de adaptação para o mundo tal como existe, ou como prática que contribui para instituir um outro mundo, o conformismo parece ganhar à rebeldia. Nas suas versões dominantes – e há outras, contra-hegemónicas, nomeadamente dentro do paradigma

do empreendedorismo social (Parente, Sousa e Passos 2014) – a educação para o empreendedorismo passa essencialmente por inculcar as transformações em curso no mais fundo da identidade de cada um, procurando adequar a subjetividade aos princípios da maximização do lucro, da competição, da iniciativa individual e à lógica empresarial. Um exemplo expressivo encontra-se no livro infantil “O Senhor Empreendedorismo”, apoiado pela iniciativa *Braga 2012, Capital Europeia da Juventude*, cujo prefácio exorta as crianças: “faz limonadas e vende-as à tua família. Continua na escola, eventualmente com amigos e amigas: faz limonadas e vende aos teus ou tuas colegas. Vais aprender rapidamente as importantes lições da aventura do empreendedorismo: a importância de fazer e vender” (Moreira, 2012).

Na esfera educativa, a disseminação do empreendedorismo tem feito caminho. Em 2005, “o desenvolvimento do espírito científico e empreendedor” foi acrescentado à Lei de Bases do Sistema Educativo¹²⁹. E de acordo com um estudo realizado em 2011, existiam nessa data, em Portugal, 338 unidades curriculares sobre empreendedorismo no Ensino Superior e 27 cursos, sobretudo de pós-graduação e de mestrado (Pimpão, 2011: 29). Também noutros níveis de ensino, várias iniciativas têm procurado levar o empreendedorismo para a escola. A nível europeu, o programa “Educação e Formação para 2010” atribui ao empreendedorismo na escola “um lugar de destaque, enquanto elemento fundamental para a mudança económica e social”, assumindo o empreendedorismo como “uma forma de estar” que se considera “indispensável para a trajetória pessoal dos sujeitos, mas também para o desenvolvimento socioeconómico das sociedades” (Chaves e Parente, 2011: 68). E em 2006 foi lançado pelo Ministério da Educação no nosso país o “Projeto Nacional de Educação para o Empreendedorismo”, dirigido ao ensino básico e secundário, com o objetivo de contribuir para construir “uma escola do século XXI”.

Por iniciativa empresarial, têm também ocorrido, em escolas públicas e privadas, processos de ensino aprendizagem “orientados para a promoção do espírito empreendedor”, de que é exemplo o programa “A Empresa” implementado pela associação Aprender a Empreender (congénere portuguesa da *Junior Achievement*). Neste caso, promovem-se

¹²⁹ A Lei 49/2005 de 30 de Agosto, que procede à “Segunda alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo e primeira alteração à Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior” acrescentou, no artigo 11º da Lei de Bases, a alínea “Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e empreendedor, bem como do pensamento reflexivo”. O diploma pode ser consultado no *site* da www.dgidec.min-edu.pt [consultado a 10 de fevereiro de 2015]

“atividades de estímulo ao desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade individual”, nas quais, durante um ano letivo, os alunos simulam que “conduzem uma empresa”, elaborando o respetivo “plano de negócios” e sendo depois avaliados no seu desempenho “de acordo com o empenhamento e resultados obtidos na participação na miniempresa” (Chaves e Parente: 2011: 70-75).

Mais arrojados, alguns projetos fazem propostas precoces. O “StratIUPI”, por exemplo, “é um projeto sem fins lucrativos que pretende desenvolver competências e atitudes empreendedoras em crianças e adolescentes dos 6 aos 18 anos” e propõe, desde 2013, que as crianças entre os “6 e os 12 anos” aprendam “a magia da criação de valor”. Já o “Instituto4Life”, em Lisboa, anunciava, em fevereiro de 2013, um curso inovador de “empendedorismo para bebés”. Dinamizado por uma “doutoranda em Gestão e Empreendedorismo e Educadora de Infância”, a formação comportava dois níveis, um destinado a bebés entre os 4 e os 10 meses e outro, mais avançado, para crianças entre os 11 e os 18 meses. O pressuposto era que “o empreendedorismo é um comportamento que pode, e deve, ser aprendido ao longo da vida” e o objetivo do programa, apresentado como sendo “único no país”, passava por “desenvolver, em conjunto com os pais, comportamentos e atitudes chave que ajudarão o bebé no futuro a ser um empreendedor”.

Num livro intitulado “Crítica do Empreendedorismo”, Peter Armstrong (2005) dedica-se a uma análise detalhada da génese do conceito no campo da economia e da gestão, debruça-se sobre inúmeros estudos de caso de empresas concretas e avalia as políticas públicas de financiamento do empreendedorismo nos EUA e no Reino Unido. Na sua obra, conclui que à luz da “promoção do empreendedorismo”, estimulada pela Nova Direita norte-americana, a redução de impostos sobre as empresas foi apresentada como mecanismo de “promover a inovação empresarial”, a diminuição do papel e da força das organizações coletivas dos trabalhadores justificou-se como um modo de libertar os indivíduos da rigidez legal e da coerção coletiva no campo laboral, os cortes nos apoios sociais foram apresentados como autênticos “atos de amor” para “libertar os beneficiários” da dependência do Estado e para lhes insuflar autoestima e autoconfiança (Armstrong, 2005: 217).

Estabelecendo uma ligação entre as transformações da vida quotidiana que estão em curso – aumento da reflexividade, desejo de maior autonomia, hipervalorização do indivíduo, apologia da expressividade e da criatividade – e as orientações políticas de cariz neoliberal, a retórica do empreendedorismo tem penetrado as políticas de emprego, as

políticas educativas e de formação e as políticas sociais, aparecendo o “espírito empreendedor”, crescentemente, como um antídoto à “cultura de dependência” que supostamente o Estado ou as políticas públicas correriam o risco de estimular. O crescimento do desemprego e do subemprego, a apresentação do trabalho como um imperativo moral e a estigmatização dos que não têm trabalho como “ociosos”, “maus pobres” ou “preguiçosos”, têm contribuído para uma exaltação da iniciativa individual que é paralela ao retraimento dos compromissos coletivos no domínio do emprego e ao abandono, por parte das políticas públicas, desse “empreendimento coletivo” que toma a forma de Estado Social ou de política de pleno emprego. Apresentado como possibilidade de emancipação individual, o elogio do empreendedorismo tem sido sobretudo um pretexto para promover o avesso da libertação.

A precariedade como reparação da injustiça: o exemplo da “guerra de gerações”

“Apesar de já vivermos há muitos anos em democracia”, afirmava em janeiro de 2012, na Assembleia da República, um jovem deputado, “persiste ainda uma ditadura com a qual não contávamos: a ditadura dos direitos adquiridos, a ditadura das mesmas classes, sempre protegidas, a ditadura do mercado fechado, em que os jovens, sobretudo os mais jovens, estavam proibidos de entrar”¹³⁰. Duarte Marques, líder da juventude social-democrata, traçava no Parlamento este diagnóstico para defender um acordo de concertação social cujos conteúdos incluíam a redução para metade dos montantes pagos por trabalho suplementar, a eliminação de quatro feriados, a redução de 3 dias de férias, a facilitação do despedimento (alterando as regras no despedimento por extinção do posto de trabalho e por inadaptação e reduzindo o valor das compensações por cessação do contrato de trabalho) e a redução do valor e do período de concessão do subsídio de desemprego¹³¹. Na sua opinião, as dificuldades dos jovens não assentavam na fragilização das relações de trabalho, no

¹³⁰ A ata do debate parlamentar pode ser encontrada no Diário da Assembleia da República, I série N.º.61/XII/1, relativa ao dia 20 de janeiro de 2012.

¹³¹ A versão integral do Acordo, intitulado “Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego” pode ser consultada em:

http://www.ces.pt/download/1022/Compromisso_Assinaturas_versao_final_18Jan2012.pdf

processo de empobrecimento causado pela especulação dos mercados financeiros, na estratégia da austeridade ou na retração de investimento público para criação de emprego, mas no facto de uma legislação laboral demasiado “garantista” não permitir que os jovens com mais talento substituíssem trabalhadores mais velhos cujas posições estavam protegidas pelo Direito do trabalho.

A ideia de uma “guerra de gerações”, opondo de um lado os “privilegiados” que têm contrato e, do outro, os precários apresentados como vítimas, não de escolhas económicas mas dos direitos dos “estáveis”, tem sido uma das narrativas mais fortes para procurar legitimar o processo de precarização¹³². Essa ideia tem um diagnóstico subentendido e é também uma força de mobilização: a precariedade poderia constituir, afinal, um instrumento ao serviço dos jovens para reparar a injustiça de que são vítimas no acesso ao mundo do trabalho.

Entre os cerca de três mil papéis escritos pelos manifestantes da Geração à Rasca, que foram entregues aos deputados depois do protesto, apareceu também esta ideia. Embora a maioria dos que abordavam as questões laborais incidissem no combate aos recibos verdes, na condenação dos estágios não remunerados, na defesa da melhoria dos salários ou de uma maior fiscalização relativamente às modalidades precárias de emprego, a defesa da meritocracia no trabalho e a apologia de uma maior desregulação também marcam presença em cerca de 70 das folhas analisadas. “Problema: falta de oportunidades de emprego. Solução: facilitar as condições de contratação e despedimento das pessoas”, “O mercado de trabalho está paralisado! Para uma maior flexibilização do mercado laboral”, “Protesto pelos licenciados que trabalham o dobro dos empregados fixos da função pública e ganham um terço do salário”, “Simplificar as leis laborais. Atualmente são prejudiciais para quem nos dá trabalho”, “Lugar ao mérito sobre a antiguidade”, “Maior flexibilização dos contratos. Fim dos recibos verdes”, são alguns dos exemplos.

Sensivelmente no mesmo período, ou seja, nos meses que antecederam a manifestação da Geração à Rasca e quando explodiu o debate público sobre a precariedade laboral dos jovens, uma história heroica e trágica tornava-se um fenómeno viral nas redes sociais. O caso do “André” – entretanto transformado em qualificativo de toda uma “geração” – fez furor e foi objeto de dezenas de milhares de partilhas. “O André”, explicava

¹³² Uma parte dos exemplos e dos argumentos constantes neste texto retomam, de forma desenvolvida, o que defendi numa outra ocasião (Soeiro, 2013).

o texto em causa, “trabalhou dia e noite, fez sábados, domingos e feriados. Dispensou folgas, esqueceu horários, correu, transpirou, apanhou chuva, frio e voltou sempre com aquele sorriso de quem ama o jornalismo”. “Um estagiário como o André, brilhante”, prosseguia o relato, “depois de seis meses a pagar para trabalhar, não pode não ser absorvido por uma empresa que dá nove milhões de lucro. Não pode. Doa a quem doer. Se para isso é preciso flexibilizar o despedimento do medíocre, do preguiçoso, do incompetente, vamos a isso. Um país que desperdiça a geração do André é um país condenado. Estes miúdos já não exigem um emprego para a vida. Querem apenas uma oportunidade”¹³³.

Na história do “André”, a aceitação da competição e do trabalho escravo era louvada como prova de brilho e dedicação. O problema dos estágios – utilizados por uma empresa “com nove milhões de lucro”, provavelmente para preencher de forma rotativa e não remunerada postos de trabalho reais e permanentes – não é identificado como repousando no abuso do empregador, na ganância da gestão, na injustiça da lei ou na permissividade da sua aplicação e fiscalização. Pelo contrário, é apresentado como resultando de um bloqueio causado por colegas de trabalho certamente “mediócras”, “preguiçosos” e “incompetentes”, mas protegidos pelo contrato de trabalho. A precariedade, desta feita sob a forma da “flexibilização dos despedimentos”, aparece novamente como forma de reparação da injustiça.

A narrativa que vimos identificando tem na verdade dois elementos que merecem algum questionamento crítico. O primeiro é o que associa precariedade à juventude e estabilidade aos restantes grupos etários. O segundo é a ideia de que uma maior flexibilização laboral seria a solução para o desemprego dos mais novos e, em último caso, para a crise.¹³⁴ Começemos pelo primeiro.

É verdade que a precariedade atinge com particular força os jovens, para os quais os contratos a prazo, os estágios, o trabalho temporário, parcial ou os recibos verdes são, cada vez mais, uma passagem obrigatória. Mesmo reconhecendo as fortes desigualdades que existem dentro desta categoria, nomeadamente em função das origens de classe e das qualificações (cf. Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011), é todavia possível identificar a precariedade como elemento de uma “tipicidade juvenil”. Acontece que este facto deve-se

¹³³ O artigo «Geração André», de Filipe Mendonça, foi publicado em janeiro de 2012 em: www.e-clique.com

¹³⁴ Para uma análise sobre a reiteração deste argumento no contexto da crise financeira e das políticas da austeridade em Portugal, ver Ferreira (2014: 264 e seguintes).

sobretudo, mais que à variável idade em si mesma, à circunstância dos jovens representarem a maioria dos que entram agora no mercado de trabalho, sendo quem mais se subordina às novas políticas de gestão da mão-de-obra e de organização do mundo produtivo (Castel, 2009: 140). Ou seja, os jovens são o grupo em que é mais marcante uma relação cada vez mais problemática e aleatória com o trabalho, transformando-se o facto de constituírem os “novos recrutamentos”, para uma parte significativa deles, num verdadeiro *handicap*, sobretudo num contexto de profundas alterações no modo de regulação do trabalho – onde muitas vezes são autênticas “cobaias das transformações que se pretendem introduzir” (CIES/CGTP-IN, 2011).

Esta é uma das razões que explica o terreno a partir do qual a “narrativa geracional” se desenvolve. Mas não é a única. A sociologia tem analisado o modo como, em diferentes contextos, se associa “fragmentação estatutária” (Marques, 2009) e idade e como a destruição de antigas solidariedades operárias e das identidades construídas a partir do coletivo de trabalho se faz precisamente pelo estabelecimento de uma linha de fratura geracional entre trabalhadores permanentes e temporários (Beaud e Pialoux, 1999). Esta realidade tem sido utilizada e distorcida para promover uma dinâmica de “guerra geracional”, mesmo que uma análise sobre o processo de precarização revele que a estratégia de diversificação da condição salarial – fazendo coexistir indivíduos que têm o mesmo trabalho e as mesmas tarefas, mas que beneficiam de estatutos muito diferentes – é cada vez mais generalizada e menos correlacionada com a variável etária.

Apesar disso, esta narrativa existe e tem um efeito de realidade que não deve ser menosprezado. Para alguns sectores, a “precariedade dos jovens” tem sido um conveniente pretexto para mobilizar os mais novos para a luta em favor da “concorrência”, da “liberdade” e do “mérito”, contra as “barreiras à entrada” do mercado de trabalho, supostamente bloqueado pelo “imobilismo” dos “direitos adquiridos” e por uma segmentação que oporia de um lado os jovens qualificados e dinâmicos e, do outro, trabalhadores velhos, instalados e protegidos face às necessidades de mobilidade do mercado de trabalho. Neste mercado segmentado, o desemprego e os baixos salários da juventude seriam o preço da proteção do emprego dos mais velhos e a precarização de todos seria a forma de reparar esta injustiça através de uma “harmonização no retrocesso”¹³⁵.

¹³⁵ A expressão é utilizada por Manuel Carvalho da Silva na entrevista concedida no âmbito deste trabalho.

Este discurso de senso comum tem também as suas versões académicas e científicas, que se sustentam precisamente no paradigma da segmentação. Num livro intitulado “O Trabalho. Uma Visão de Mercado”, o economista Mário Centeno (2013), partindo deste diagnóstico, considera que “a legislação do mercado de trabalho português promoveu a sua segmentação” (p. 15) e “contribuiu para que se formasse em Portugal o mais desigual e menos eficiente mercado de trabalho do continente” (p. 18). De acordo com a sua análise, a segmentação “introduz restrições na eficiente afetação dos trabalhadores aos postos de trabalho” (p. 24), que resultam das “barreiras que a regulamentação existente levanta à progressão laboral de alguns grupos de trabalhadores” (p. 38). Assim, na opinião do investigador e professor do ISEG, que é um dos responsáveis pelo Departamento de Estudos Económicos do Banco de Portugal, “as dificuldades dos jovens no mercado decorrem da legislação de proteção ao emprego” (p. 69), pelo que, contra a “ilusão protecionista”, deveria promover-se uma reforma que “reduza os custos do despedimento (monetários e processuais), avance no sentido de uniformizar as diferentes formas contratuais e universalize o seguro de desemprego” (p. 89). A defesa de um “contrato único” com “períodos experimentais longos” e “mecanismos de pré-aviso de despedimento que facilitem a procura de um novo emprego” (p. 18) seria a solução.

Analisámos já como, sobretudo desde a década de 1980, se têm multiplicado no nosso país as modalidades de emprego precário e como as sucessivas alterações legais têm ido, salvo raras exceções, no sentido da flexibilização e da precarização dos vínculos. Além disso, verificámos que o mercado de trabalho em Portugal se caracterizava pela persistência de traços de informalidade e pela existência de ilegalidades múltiplas. O facto de uma das vias da precarização ter sido a transgressão legal resulta também da impunidade com que, mesmo quando estão do lado do trabalhador, as leis podem ser ignoradas pelos empregadores, nomeadamente pelo próprio Estado, como demonstrámos relativamente aos recibos verdes ou ao trabalho temporário. Neste contexto, constatámos ainda que a condição desemprecária é já maioritária entre os trabalhadores em Portugal, o que significa que a legislação do trabalho que temos tem garantido que a precariedade é, mais do que uma exceção, a nova norma no campo laboral.

Ainda assim, poder-se-ia alegar que essa condição *desemprecária* é o resultado de não se ter ainda flexibilizado suficientemente o mercado de trabalho. Ora, como procurei apontar noutra lugar (Soeiro, 2013), este argumento, que está no âmago da narrativa liberal

sobre a necessidade de criar condições “favoráveis à economia”, não parece ser confirmado pela realidade. Num relatório sobre a crise económica e financeira, a Organização Internacional do Trabalho argumenta que, apesar de “alguns defenderem que a rigidez do mercado de trabalho e padrões laborais demasiado rigorosos restringem a capacidade de uma economia lidar com os choques económicos”, “há provas consideráveis, retiradas de estudos comparativos entre países que demonstram que não há uma relação clara entre a desregulação das normas laborais e um crescimento mais rápido da economia e do emprego” (OIT, 2009: 52).

De facto, o que os dados revelam é que a flexibilização das relações laborais em contexto de crise tem conduzido, nomeadamente no caso português, não a um aumento do emprego mas a uma substituição de formas de precariedade contratual menos extremas – como os contratos a prazo – pelas formas de precariedade mais extremas. No nosso país, o emprego a tempo parcial, por exemplo, subiu 17,6% desde 2006 e continua a ser essencialmente involuntário, devido ao baixo nível de salários praticados, conduzindo frequentemente à acumulação de mais de um *part-time*. Uma outra modalidade que se destaca é o subemprego, que entre 2006 e 2013 subiu 42%, tendo passado a atingir nesse ano 274 mil trabalhadores.

A ideia de que a flexibilização das relações laborais é um dispositivo de criação de emprego e de que a precariedade poderia ser um mecanismo de reparação da injustiça no acesso ao mercado de trabalho encontra numa análise crítica motivos de contestação. Mobilizada como narrativa de legitimação da precariedade, a lógica da “guerra de gerações” convoca o ressentimento para uma luta que, apresentada como moral, é na verdade determinada por uma escolha política forte. Todavia, mais do que antídoto ao desemprego, a precariedade parece ser a sua antecâmara. Mais do que contraponto à injustiça, ela abre o campo à sua generalização.

IV. A formação do precariado

A precariedade é um processo de decomposição agressiva da norma salarial. Mas como qualquer processo social, ele é contraditório: ao mesmo tempo que desfaz formas de proteção e de organização, abre também possibilidades de novos conflitos sociais, de refundação de práticas de luta e de estruturas de representação social. Em Portugal como noutros países, a precarização laboral potenciou um processo de subjetivação política do precariado. É sobre ele que este capítulo se debruça.

Nas páginas que se seguem, começará por abordar-se o despertar de uma consciência sobre a problemática do emprego precário por parte do movimento sindical, dando conta de como o tema entrou nos debates da CGTP em meados dos anos 1980. No final dessa década, a central organizou uma conferência em torno do fenómeno e aprovou uma “Resolução sobre o Combate à Precariedade” (CGTP-IN, 1989) para orientar a ação dos seus ativistas. Desde então, a referência à precariedade manteve-se no discurso sindical e foram traçando-se estratégias para combatê-la. A “luta contra a precariedade” torna-se uma constante nos pronunciamentos públicos e nas convocatórias de ações de contestação quer da CGTP (que consagra o ano 2000 como “ano pela melhoria dos salários e pelo combate à precariedade do emprego”), quer da UGT (que inscreve o combate à “precariedade ilegal”, a “redução do trabalho precário legal” e a melhoria da “proteção social dos contratos atípicos”¹³⁶ nas suas resoluções). Todavia, essa presença crescente em termos de discurso é concomitante com um esgotamento das estratégias concretas que o sindicalismo desenvolvia para lidar com esta realidade, sobretudo ao nível da empresa.

O processo de precarização em Portugal, difundiu, ao longo da década de 1980 e 1990, as modalidades de emprego fora da norma salarial. Através da proliferação dos contratos a prazo, da subcontratação, dos falsos recibos verdes, do trabalho temporário, dos estágios (nomeadamente não remunerados) ou de formas de precariedade assistida pelo Estado, estilhaçaram-se solidariedades, marginalizou-se a contratação coletiva e enfraqueceram-se os coletivos laborais. A precarização laboral no nosso país atingiu duramente as práticas de ação coletiva em geral e o movimento sindical em particular. Confrontados com os efeitos da desafeição de classe, da segmentação, individualização e flexibilização do trabalho, com estratégias de gestão hostis à negociação coletiva, com a

¹³⁶ Ver a este propósito, por exemplo, a resolução de setembro de 2008 “Agir para melhorar as condições de vida e de trabalho”, http://www.ugt.pt/SN_09_09_2008.pdf ou as propostas da UGT no âmbito da revisão do Código de Trabalho de 2008 www.ugt.pt/revisaocapituloV.pdf.

deslocação das escalas de decisão para esferas não nacionais, com o estímulo à competição individualista entre trabalhadores, os sindicatos viram-se com menos poder e debilitados estrategicamente.

As estruturas sindicais associaram desde o início a luta contra a precariedade ao reconhecimento de vínculos permanentes para postos de trabalho também eles permanentes e assentaram a sua estratégia de luta na força da solidariedade dos “trabalhadores estáveis”, que deviam impor nas suas agendas de negociação coletiva a integração dos “precários”. Numa primeira fase, como veremos, essa orientação teve sucesso. Mas ela conduziu posteriormente a um impasse, cujas razões são simultaneamente económicas, políticas e laborais. A formatação da intervenção sindical para um determinado tipo de relação de trabalho – que se foi tornando cada vez menos dominante –, as dificuldades de rejuvenescimento dos seus ativistas e o atraso na reflexão estratégica sobre algumas destas transformações criaram bloqueios e ausências importantes que ajudam a explicar o surgimento de experiências de mobilização e de grupos auto-organizados de precários à margem das estruturas sindicais.

As primeiras experiências de organização de trabalhadores fora do modelo sindical fordista (trabalhadores assalariados, a tempo inteiro, com um vínculo estável e uma profissionalidade definida) são provavelmente os movimentos de defesa dos desempregados, que prenunciam algumas das características que terão, anos mais tarde, os grupos de trabalhadores precários. Em Portugal, a década de 1980 assiste ao nascimento deste tipo de organizações, nomeadamente numa das zonas mais afetadas pelo desemprego causado pela desindustrialização e pela crise do sector automóvel: a Península de Setúbal. O Centro de Apoio aos Desempregados (CAD) foi, desse ponto de vista, uma experiência singular cuja memória é útil ser recuperada.

Mas é desde o ano 2000 que se multiplicam os coletivos, as associações e as iniciativas que vão dando expressão a várias das facetas do processo de precarização no nosso país. Este facto não é alheio à contaminação internacional. Ao longo da década de 1990, acentua-se a integração europeia e principiam os primeiros casos de articulação destas lutas ao nível do continente. No final dessa década, organizaram-se as “marchas europeias contra o desemprego, a precariedade e as exclusões” e assistiu-se às primeiras mobilizações transnacionais que romperam o consenso em torno da globalização neoliberal. O sopro do

movimento dos *Fóruns Sociais* e de iniciativas como o *MayDay* chega também ao nosso país.

Surgido em 2002, o *Stop Precariedade* foi a primeira manifestação desta vontade de dotar os trabalhadores precários de uma forma de agência própria, autónoma em relação aos sindicatos, muito embora cooperante com eles e procurando responder solidariamente aos seus impasses. Mas é entre 2004 e 2012 que surge a maior parte dos grupos deste tipo: a Associação de Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), o Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD), a Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual, o Fartos d'Estes Recibos Verdes (FERVE), o *MayDay* Lisboa, os Precários Inflexíveis (PI), a Comuidária, a Maldita Arquitetura, o *MayDay* Porto, os coletivos de professores das Áreas de Enriquecimento Curricular (AEC), a Rede sobre Trabalho Sexual ou o Movimento Sem Emprego (MSE), por exemplo.

O nascimento das organizações de precários em Portugal



A partir de 2002 surgem em Portugal um conjunto de organizações e redes que dão expressão a diferentes dimensões do processo de precarização em Portugal e dão voz a segmentos até então invisíveis nas lutas laborais. Em 2004 nasce a ABIC, Associação de Bolseiros de Investigação Científica. Em 2006 a Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual. Em 2007 são criados o FERVE e os Precários Inflexíveis. Em 2008, a associação Comunitária. Em 2009 nasce a Maldita Arquitectura, em 2011 a Rede sobre Trabalho Sexual e em 2012 o Movimento Sem Emprego e a Apuro.

Experiências distintas e heterogêneas, estes diferentes grupos, iniciativas e plataformas não esgotam o campo da luta contra a precariedade, no qual obviamente intervêm as organizações sindicais, os partidos políticos e outras associações. No entanto, nascidos fora ou na margem do universo sindical, estes grupos e movimentos estruturaram um campo de ativismo em torno da precariedade para o qual os repertórios sindicais clássicos não eram suficientes ou satisfatórios. A multiplicação de coletivos e de iniciativas que tomaram a ideia da precariedade como referente foi, com efeito, autonomizando um espaço militante, feito das suas organizações e mobilizações próprias, em contacto com outros campos – o sindical, o político, o mediático e o campo dos movimentos sociais.

É essa identificação, a experiência de uma luta comum e a aquisição de uma consciência coletiva que constitui a base do processo de *formação do precariado* como ator coletivo no nosso país. Nele intervêm outros fatores que ajudam a criar esse sentido de

identificação: músicas, novos espaços de sociabilidade e de conspiração política ou a utilização intensiva da esfera pública *online* como lugar de encontro e organização. É de tudo isso que este capítulo procura dar conta.

A caracterização que farei do espaço contestatário constituído por organizações de precários parte de três preocupações. A primeira passa por uma análise dos fenómenos de ação coletiva que tente articular as abordagens centradas na mobilização de recursos, nas oportunidades políticas e nas trajetórias militantes e que por isso seja capaz de levar em linha de conta, de forma integrada, (i) os objetivos destes grupos, (ii) as suas formas de organização, (iii) as suas escalas de ação e inserção internacional, (iv) os seus repertórios de ação coletiva, (v) o tipo de espaços em que opera e (vi) a sua composição social e desigualdades internas, nomeadamente em termos de classe, capital escolar ou género. A segunda preocupação relaciona-se com o entendimento de que, à semelhança de um *campo* na acepção bourdiana, o *espaço das organizações de precários* em Portugal é um terreno de luta entre grupos, que disputam recursos, visibilidade, reconhecimento e a definição do que está em jogo. Nesse sentido, desenvolve-se um olhar sociológico atento à dimensão interativa deste espaço, ou seja, às relações de cooperação e de competição entre estes diferentes coletivos e aos princípios de estruturação e classificação que operam no interior deste universo relativamente autónomo. Em terceiro lugar, entendo que é impossível compreender este *espaço das organizações de precários* de forma isolada, isto é, dar-se-á especial atenção às relações que ele estabelece com outras esferas sociais, nomeadamente com as “personalidades” ou “figuras públicas”, com o campo político, o campo mediático e o campo sindical.

1. O despertar dos precários em Portugal

A emergência da precariedade no discurso público e na agenda sindical

É em janeiro de 1984 que aparece a primeira referência a “emprego precário” num documento oficial da CGTP: uma reunião do seu Conselho Nacional centrada na realidade dos “contratos a termo”. No debate político, a palavra “precariedade” é utilizada pela primeira vez no Parlamento em dezembro de 1976, pela voz da então Secretária de Estado do Planeamento, no âmbito de uma discussão sobre a necessidade de melhorar a produção estatística no nosso país (DAR, 24-07-1976). Contudo, em muitos destes registos, o adjetivo precário qualifica uma “situação” (a precariedade da sistematização estatística) e não uma condição laboral. É ao longo da década de 1980, com a inscrição legal dos contratos a termo e, depois, com o desenvolvimento de outras formas de trabalho precário – o trabalho temporário, a subcontratação, o contrato à tarefa, o falso trabalho independente, mas também o trabalho infantil e o trabalho ao domicílio – que o campo político e sindical desperta para este problema.

Quando surge o “trabalho precário” nos debates parlamentares?

É em julho de 1977 que, a propósito dos pequenos agricultores, a Assembleia da República discute a sua “situação claramente mais precária, submetidos a um subemprego com características do da área do minifúndio”. Na década de 1980, multiplicam-se, a propósito dos trabalhadores agrícolas, referências às “condições económicas precárias”, às “condições de emprego precárias” e à “população trabalhadora sem emprego permanente assegurado e, portanto, com precário e incerto nível de vida”. O primeiro registo da expressão “trabalho precário” aparece em 1980 numa intervenção de Sousa Tavares (eleito nas listas do PSD) contra a Reforma Agrária iniciada em 1975: “Há longo tempo que o drama do homem sem destino e sem terra, pária dos caminhos em busca de trabalho precário, era um traço doloroso e inaceitável da terra alentejana. Era extremamente fácil mobilizar essa população, de umas dezenas de milhares de homens, sem ocupação fixa, no assalto comandado, quer pelas forças militares de ocupação, quer pelos agentes do partido programador da reforma, à propriedade, em muitos casos insolentemente latifundiária.” (DAR 26-3-1980, p. 1268)

O início dessa década é marcado pelo debate sobre os contratos a termo. É nesse contexto que a expressão “trabalho precário” começa a aparecer com maior frequência. Em junho de 1981, por exemplo, o deputado do PS Luís Saias, num balanço crítico sobre o decreto-lei que instituiu os contratos a prazo em 1976, considera que “o regime generosamente liberalizante, estabelecido, pelo Decreto-Lei n.º 781/76, quanto à admissão do contrato de trabalho a prazo, manteve-se demasiado tempo, manteve-se para além das necessidades da conjuntura que o ditou e deu assim origem a graves e generalizados abusos da parte dos empresários”, transformando “o contrato a prazo num verdadeiro flagelo social”. “É que, sendo como é, a precariedade do vínculo de emprego inerente a este tipo de contrato, fácil de concluir é que a proliferação dos contratos a prazo não só esvazia - como já foi dito pela bancada do Partido Comunista -, em grande medida, a contratação colectiva como gera um exército de mão-de-obra dócil e não reivindicativa, dado o espectro sempre presente do desemprego” (DAR, 6-6-1981, pp 3024-3025).

A expressão “emprego precário” aparece no Diário da República, pela primeira vez, em 1985, a propósito da regulamentação do trabalho temporário. Diz então o deputado do PCP Jerónimo de Sousa: “o Governo quer consagrar mais uma negregada forma de emprego precário, confiar a empresas lucrativas funções de intermediárias na oferta e procura do trabalho, desresponsabilizar os serviços públicos desta tarefa e, fundamentalmente, tentar legitimar uma forma de exploração do trabalho desumanizada, transformando o homem em simples mercadoria de aluguer” (DAR, 10-04-1985, p. 2733).

O termo “recibo verde” surge nos debates parlamentares, pela primeira vez, em 1987. Odete Santos (PCP) afirma então que “proliferam formas de contratação escondidas sob a subcontratação e o aluguer de mão-de-obra. Até o recibo verde, normalmente utilizado pelas profissões liberais, é colocado nas mãos de trabalhadores por conta de outrem, tal como se prestassem serviços” (DAR 25-03-1987, p 2304). A expressão “falsos recibos verdes” só se estrearia na Assembleia da República em 1996, pela voz do então Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do Governo de Guterres (PS), no âmbito de uma discussão sobre a coleta mínima. (DAR 13-12-1996, p. 680).

Consciente do desenvolvimento das modalidades precárias de emprego, a CGTP toma nessa época a decisão de realizar uma conferência exclusivamente dedicada ao tema, desenvolvendo para a sua preparação um documento de apoio intitulado “A precariedade de emprego e os direitos dos trabalhadores”, onde se faz uma caracterização ampla e consistente sobre as diferentes formas de precariedade, o seu significado e as suas consequências, bem como o levantamento de alguns casos de ação sindical de combate a esta realidade. No dia 12 de novembro de 1988, reúne-se a “Conferência Nacional sobre Emprego Precário, Direitos dos Trabalhadores e Revisão da Constituição”, onde dirigentes de diferentes sindicatos apresentam a situação da precariedade no emprego nos seus sectores profissionais e regiões e na qual aprovam uma resolução sobre o assunto.

Este documento, ao qual se seguiria uma campanha nacional, cruza uma análise detalhada das várias modalidades que a precarização assumia no nosso país com uma reflexão de fundo sobre as tendências à escala internacional para a flexibilização das relações laborais, bem como sobre os argumentos de ordem económica, tecnológica e sociológica que procuravam legitimá-la de forma fatalista. Constatando que “a precaridade tornou-se a forma de inserção quase exclusiva dos jovens na vida ativa” (p. 10), o relatório de apoio à conferência afirma mesmo que “a precaridade de emprego constitui hoje indiscutivelmente o principal problema social no nosso país” (p. 24). Realce retórico ou não, o facto é que muitos dos fenómenos então identificados demorariam a ganhar o seu espaço quer no debate público e na iniciativa política, quer na intervenção sindical.

A “Resolução sobre o Combate à Precariedade”, aprovada nessa conferência para orientar a intervenção dos ativistas da CGTP, dá-nos uma ideia sobre o modo como o movimento sindical olhava para o problema e sobre as estratégias com que pretendia debelá-lo. No “plano ideológico”, tratava-se de combater a “mistificação em torno da precarização,

que visa promover o individualismo, a resignação e o conformismo”, de afirmar os valores da solidariedade e da justiça social considerados “próprios” ao movimento sindical, contrariando a ideia de que o contrato efetivo seria um privilégio excepcional e de “reafirmar” o direito ao trabalho e à estabilidade como direitos de todos os cidadãos, que caberia ao Estado garantir. No plano organizativo, a conferência considera que a resposta deve ser dada “caso a caso”, salientando contudo que “a organização dos trabalhadores com vínculos precários de emprego não deve ser feita à margem dos restantes trabalhadores, nem à margem da organização sindical” (p. 61). Reconhecendo a importância do recrutamento, a resolução concede contudo que “a organização pode ser anterior à formal sindicalização”, o que é um sinal de abertura num contexto em que, frequentemente, o envolvimento do sindicato numa luta pressupõe a filiação prévia dos trabalhadores.

Do ponto de vista da ação reivindicativa, o documento enfatizava sobretudo três realidades: (i) a exigência da “passagem a efetivos dos trabalhadores em contratos precários”; (ii) a proteção legal do trabalho domiciliário (realidade com uma expressão muito forte à época particularmente entre mulheres e crianças nas indústrias do têxtil, vestuário e calçado do norte); e (iii) a denúncia dos salários em atraso e do trabalho infantil. No que diz respeito ao trabalho temporário, a CGTP esforçar-se-á por distinguir o “verdadeiro trabalho temporário” da sua utilização abusiva, tendo sido inclusivamente discutido, entre sindicalistas de Setúbal (distrito onde estavam muitas das indústrias que mais recorriam a esta modalidade), a possibilidade de eles próprios formarem uma agência de colocação de mão-de-obra para estas situações¹³⁷. Por outro lado, se é quase surpreendente que, no final da década de 1980, o documento da central sindical já identificasse a existência de situações em que trabalhadores são “coagidos a declarar-se ‘independentes’”, assinalando que o “falso trabalho independente constitui uma fraude”, a verdade é que não há, do ponto de vista da ação, nenhuma medida especificamente direcionada para esta forma de emprego precário.

Interessante é, ainda, a insistência na cooperação “com outras centrais sindicais, designadamente de países da CEE” e na promoção continuada do “levantamento, estudo e ação sindical” sobre esta frente à qual deveria ser “dada prioridade”. No plano legislativo,

¹³⁷ De acordo com Constantino Alves, à época coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, a ideia era organizar uma agência de fornecimento de mão de obra “para os verdadeiros trabalhadores temporários”, no sentido de “não os deixar à gula dessas empresas”, uma solução considerada “realista” no âmbito de uma “discussão entre vários sindicalistas”. A proposta nunca chegou a avançar por ter tido a oposição da maioria das direções sindicais.

destacavam-se as propostas de regulamentação do trabalho domiciliário (que se transforma numa bandeira da central), a “consagração de um regime geral de direito penal laboral” e o alargamento do direito das associações sindicais se constituírem como assistentes e acusarem em processos crime.

Preocupados com o risco da transferência de conflito laboral da oposição entre “trabalho e capital” para a oposição “entre segmentos da classe trabalhadora”, a CGTP insistirá, na sua conferência, que as “reivindicações específicas” dos precários devem passar pela exigência de “igualdade de tratamento” entre todos os trabalhadores e que isso só é possível por via da solidariedade entre “efectivos e precários” (p. 29). É neste contexto que a luta pela passagem a efetivos dos contratados a prazo é considerada como o principal objetivo da ação sindical nesta frente. Nesse âmbito, desenvolvem-se várias campanhas e “movimentações fortes” que demonstram, para Carvalho da Silva, o modo como “os sindicatos reagiram muito bem ao combate pela passagem a efetivos”¹³⁸.

Tratava-se, essencialmente, de uma estratégia ancorada na força dos coletivos sindicais e da negociação coletiva, assente na solidariedade entre trabalhadores com diferentes condições, através da inscrição, na negociação coletiva e nos cadernos reivindicativos, de metas mensais ou anuais para a integração dos que tinham vínculos precários, estratégia que parece ter funcionado “durante uns anos” com sucesso.¹³⁹

A força desta abordagem seria também a sua fraqueza futura. Com o êxodo forçado de parcelas crescentes da força de trabalho dos esquemas contratuais do trabalho dependente e com o enfraquecimento da contratação coletiva, não foi apenas o peso dos sindicatos que diminuiu, mas as condições de possibilidade de sucesso desta estratégia. Se ela repousava mais na capacidade negocial dos estáveis do que numa forma de agência própria dos precários, quando essa capacidade deixa de existir, a estratégia esvazia-se e perde eficácia. Esgotados esses processos, multiplicadas as modalidades de precarização e enfraquecida a negociação coletiva, os sindicatos tiveram dificuldade em imaginar outras formas de lidar

¹³⁸ Entrevista concedida em 2 de junho de 2014, realizada em Lisboa.

¹³⁹ Um dos casos mencionados por Manuel Carvalho da Silva, em entrevista realizada no âmbito desta investigação, é o exemplo da Grundig, no distrito de Braga. Em 1989, a empresa celebrava os 25 anos da sua instalação em Portugal, através de um conjunto de comemorações que envolviam o governo (chefiado à época por Cavaco Silva), a Igreja, o poder local e, também, o movimento sindical numa cerimónia pública. Aproveitando a oportunidade, o sindicato anunciou que boicotaria a cerimónia se, até lá, as centenas de trabalhadores com contrato a prazo em funções permanentes não passassem a efetivos. A estratégia teve sucesso e os trabalhadores viram esse vínculo reconhecido.

com o fenómeno. Nas palavras de Carvalho da Silva, “havia discussões, ficou sempre na agenda, a *Interjovem* ensaiou várias coisas sobre a precariedade, mas começou a demonstrar-se que os sindicatos não tinham capacidade para reagir a isto. A malta não encontrou resposta para este problema e começou a sentir-se cada vez mais um vazio”.

O vazio não era ao nível das intenções ou de inscrição do tema nos pronunciamentos públicos. Na realidade, a CGTP-IN consagra o ano 2000 como o “ano de luta pela melhoria dos salários e pelo combate à precariedade do emprego” (Silva, 2000: 205) e no *Plano de Ação* do XI Congresso da CGTP, realizado em 2001, a luta contra a precariedade no emprego é definida como uma das prioridades da ação sindical, insistindo-se na “ligação e solidariedade entre trabalhadores, exigindo a passagem a efetivos dos trabalhadores com vínculos precários e apresentando as suas reivindicações específicas”. Em 2007, a mesma central aprova um “Plano de Ação de Combate à Precariedade no Emprego”, com um conjunto de orientações ao nível da denúncia, campanhas e propostas político-legislativas. E no Congresso realizado em 2012 insiste-se que “os contratos de trabalho não permanentes só devem ser admitidos em atividades ou situações de natureza claramente temporária”, tomando este tema como eixo central de um renovado “Plano de Ação pelo Combate à Precariedade de Emprego, cujos objectivos estratégicos são a estabilidade de emprego e a unidade dos trabalhadores” (CGTP, 2012: 19). As linhas de intervenção traçada passam, mais uma vez, pela reivindicação da efetivação dos precários no âmbito da contratação coletiva, pela ação no plano legal, pela luta pelo reforço da fiscalização e por ações destinadas a grupos específicos, como os jovens. Também a UGT tem incluído reiteradamente a “redução do trabalho precário” e o combate à “precariedade ilegal” nas resoluções oficiais dos seus órgãos¹⁴⁰.

Acontece que a resposta por via da intervenção sindical, entendida em sentido estrito, confronta-se com dificuldades cada vez maiores, que não resultam apenas de fatores endógenos aos sindicatos. Com o processo de precarização, o movimento sindical é atingido na sua base social (com a diminuição dos efetivos sindicais), na sua estruturação (com o sindicalismo de sector e de empresa a não conseguir dar conta de novas condições laborais ou responder à multiplicação de empregadores num mesmo espaço laboral), na elaboração

¹⁴⁰ As resoluções do Secretariado Nacional estão disponíveis *online* desde 2008, através do endereço eletrónico: http://www.ugt.pt/site/index.php?option=com_content&view=article&id=35&Itemid=21 [consultado a 30 de janeiro de 2015]

das reivindicações (com a necessidade de gerir agendas diversas e interesses diferenciados entre permanentes/temporários, culturas operárias/culturas juvenis, trabalhadores com identidades de empresa forte ou com identidades laborais fluídas) e na sua representatividade (com sectores crescentes a não conseguirem ser representados pelas estruturas sindicais).

Num livro publicado em 2012, Carvalho da Silva aponta “um défice do trabalho sindical na análise e nas interpretações das evoluções estruturais e organizacionais do capital” e “um atraso acumulado na observação e na assunção dos anseios com que os jovens se apresentam no mercado de trabalho – incluindo abordagens da precariedade com alcance estratégico” (2012: 70). No seu entender, mesmo sendo “o trabalho sindical indispensável”, as questões “das precariedades e das inseguranças no trabalho” “já estão ao nível da intervenção política geral” (2012: 48).

No mesmo ano, Estanque apontaria como obstáculos à revitalização do sindicalismo “a questão da democracia interna, a resistência à renovação das lideranças e as dificuldades de manterem uma permanente ligação às bases – nomeadamente aos sectores mais frágeis, como os jovens, as mulheres, os imigrantes, e mesmo os desempregados ou em regimes de trabalho com os falsos recibos verdes”, alertando para a hipótese de as novas dinâmicas associativas emergentes terem “um efeito palpável nas atuais estruturas sindicais, seja porque podem, a prazo, vir a miná-las por dentro, seja porque podem oferecer-se como um potencial concorrente na mobilização dos sectores mais precários” (Estanque: 2012: 8). Sendo uma resposta frágil e incompleta a este problema, o relevo das organizações de precários surgidas entretanto é o facto de tentarem ensaiar as possibilidades de uma estratégia alternativa à desenvolvida até então, que passou por buscar ativamente solidariedades fora do espaço da empresa e que pretendeu inventar formas de ação capazes de restituir aos próprios precários o protagonismo da sua luta.

Uma primeira experiência de organização autónoma de precários: o caso do Centro de Apoio aos Desempregados

Se na década de 1980 não havia nenhuma expressão autónoma de organização de trabalhadores precários, o mesmo não pode dizer-se dos desempregados. Com efeito, é neste período que têm lugar as primeiras experiências e movimentos de desempregados, à imagem do que acontecia noutros países, como a França (Demazière e Pignoni, 1998). No caso

português, esses grupos são produtos do processo de desindustrialização e surgem frequentemente a partir de identidades coletivas fortes associadas à militância operária em determinadas indústrias. Um dos casos que se tornou mais simbólico, pela seu caráter exemplar mas também pela sua duração, foi o que se materializou na constituição do Centro de Apoio aos Desempregados em Setúbal.

Em meados de 1980, a queda do sector automóvel fazia-se sentir, nomeadamente pelo fim da legislação protecionista que obrigava a que a montagem fosse feita no país. Foi também no início daquela década que se aprovou a lei do *lay-off*, que foi então utilizada reiteradamente em várias destas indústrias (Silva, 2000: 184). O embrião do que viria a ser o primeiro movimento autónomo de desempregados nasce numa destas empresas, a Indústria e Montagem de Automóveis (IMA), sob impulso de um militante sindical da CGTP e padre católico, à época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, Constantino Alves.

Prevendo os encerramentos em massa no sector automóvel, que iriam afetar centenas de trabalhadores, muitos deles condenados a tornar-se desempregados de longa duração, o dirigente dos metalúrgicos decide fazer, em meados da década de 1980, uma viagem à Bélgica e a França para tomar contacto com as experiências que ali se desenvolviam de organização de desempregados. Algumas delas tinham nascido pela iniciativa de militantes católicos, nomeadamente da JOC¹⁴¹, que formaram núcleos de desempregados que combinavam a lógica da ação reivindicativa com a de “movimentos de solidariedade de inspiração cristã”¹⁴². Nessa viagem exploratória, que daria origem a um relatório entregue pelo sindicalista à CGTP, este confronta-se com movimentos de dois tipos: alguns eram claramente estruturas nascidas dos sindicatos, como a CGT francesa, “satelitizadas e dependentes da estratégia sindical”; outros estavam ligados ao movimento autónomo ou de inspiração anarquista e faziam por isso questão de afirmar a sua autonomia em relação às estruturas clássicas do sindicalismo¹⁴³.

¹⁴¹ A Juventude Operária Católica é um movimento da Igreja dirigido aos jovens operários, que existe em Portugal desde a década de 1930. Os militantes da JOC eram parte do que se convencionou chamar de “catolicismo progressista” e a JOC, junto com outros movimentos de ação católica, teve um papel importante na formação da Intersindical, dado que foi um espaço de formação determinante para muitos militantes sindicais, entre os quais o próprio Constantino Alves ou o antigo secretário-geral da CGTP, Manuel Carvalho da Silva.

¹⁴² Todas as citações sobre este caso resultam de uma entrevista realizada com Constantino Alves em 12 de junho de 2014, em Setúbal.

¹⁴³ Uma história e uma caracterização mais desenvolvidas destes movimentos de desempregados em França pode ser encontrada em Demazière e Pignoni (1998).

É na Bélgica que este padre operário encontrará as experiências que, na sua opinião, melhor faziam a “simbiose disso, que era autonomia mas cooperação”, não apenas com o mundo sindical, mas com todo o tipo de organizações que pudessem ter objetivos convergentes “no terreno”. É a partir dessa filosofia que, após um ano e meio a acompanhar os plenários de trabalhadores da IMA, e no momento em que se consuma o despedimento e as respetivas indemnizações, Constantino Alves propõe a criação de um comité de desempregados, cujo embrião seria formado por uma dezena de operários metalúrgicos daquela empresa que, em plenário, aceitaram o repto do sindicalista.

O Centro de Apoio aos Desempregados de Setúbal
<p>Criado no início da década de 1980, em Setúbal, sob iniciativa de um dirigente sindical e padre católico, o Centro de Apoio aos Desempregados (CAD) de Setúbal é uma experiência singular no contexto português. O nascimento do coletivo resulta do encerramento de uma fábrica do sector automóvel e da necessidade de dar resposta à situação dos trabalhadores. Nos anos seguintes, o CAD desenvolve-se no sentido de ampliar a sua ação, adquirindo o estatuto de instituição de utilidade pública e tendo um papel importante em algumas alterações legislativas em benefício dos desempregados.</p> <p>Para a possibilidade e o sucesso desta experiência podem ser identificadas várias razões: (i) o facto de ter origem num grupo com relações consolidadas, com experiência organizativa e com uma história de militância operária comum no seio da mesma empresa, a <i>Indústria e Montagem de Automóveis</i>; (ii) a circunstância de ter conseguido o respeito e o apoio quer do movimento sindical quer de outras estruturas importantes, como a Igreja católica, à qual não é alheia a mediação de Constantino Alves; (iii) o modo como articulou a agenda reivindicativa com a resposta concreta aos problemas associados à condição de desempregado, nomeadamente na relação com a segurança social ou na criação de alternativas de emprego; (iv) o facto de se ter constituído enquanto organização formal, com uma estrutura que assegurou continuidade no tempo; e (v) a sua integração numa rede europeia de organizações congéneres, o que permitiu a troca de experiências e a projeção do trabalho realizado.</p> <p>Ativo durante cerca de duas décadas, hoje o CAD já não existe.</p>

As tentativas de organização de trabalhadores desempregados sempre se confrontaram com grandes dificuldades: a dispersão e atomização social e territorial destas pessoas; a vivência da condição de desemprego como uma identidade negativa que se

pretende passageira e que é preciso esconder; os sentimentos de vergonha e culpabilidade; o deslindar das solidariedades sociais associadas ao coletivo de trabalho; as explicações fatalistas sobre o fenómeno; a ausência de um inimigo claro, sendo o Estado o interlocutor mais evidente, mas com o qual as relações são mais de “assistido” do que de oponente (Demazière e Pignoni, 1998; Demazière, 2006). Para além do que foi dito, no caso dos trabalhadores mais jovens, a suposta transitoriedade da condição de desempregado tende também a subtraí-los à ação coletiva. Ora, o caso do CAD em Setúbal tem características que lhe permitiram superar esses obstáculos.

Surgido a partir de um núcleo operário consolidado, o CAD propõe-se na prática prolongar, na situação de desemprego, solidariedades construídas ao longo de anos na fábrica, quer no âmbito do trabalho propriamente dito quer nas ações reivindicativas e sindicais. Ou seja, parte de um capital militante e de redes de confiança já existentes e é a partir deles que pôde estruturar-se. Além disso, o facto de lidar com desempregados de longa duração, isto é, com pessoas que, na sua maioria, sabiam que a situação de desemprego poderia não ser transitória – e também que o seu prolongamento máximo acabaria com a idade da reforma, da qual alguns não estariam tão distantes – terá sido igualmente um fator relevante. Utilizando o plenário da empresa para suscitar a discussão sobre a criação do coletivo, os trabalhadores tomam decisões que os envolviam a todos, nomeadamente a que se traduziu na cedência – com a qual todos concordaram – de uma parte da indemnização de cada um para a criação de um fundo que permitiria lançar o Centro de Apoio a Desempregados.

As alianças que esta experiência conseguiu manter também não são despiciendas. Criado sob proposta de um sindicalista respeitado, com um prestígio grande junto dos trabalhadores e com uma “autonomia que vinha da lealdade” na relação com a CGTP (nas palavras do próprio), a iniciativa mereceu uma atitude positiva por parte dos sindicatos. As responsabilidades sindicais exercidas por Constantino Alves e a proximidade com o secretário-geral da CGTP são também fatores a ter em conta na possibilidade de sucesso de uma estratégia de “autonomia com cooperação”. Essa cooperação, de resto, estende-se também à Igreja Católica, uma outra instituição com a qual o padre operário estava conectado, nomeadamente através de D. Manuel, o conhecido “bispo vermelho” que então chefiava a diocese de Setúbal, e que foi uma voz relevante na inscrição daquele território na discussão pública, numa época em que Setúbal se tornou conhecido por ser o “distrito da

fome, das bandeiras negras, dos salários em atraso”. Um dos acontecimentos reveladores da capacidade do Centro de Apoio aos Desempregados se constituir como plataforma de ação convergente entre diferentes atores institucionais foi a realização do primeiro *Encontro Nacional de Desempregados*, em 1990, do qual são coorganizadoras, em conjunto com o CAD, as duas centrais sindicais, cooperação provavelmente inédita até à época.

Uma particularidade do CAD é ainda o modo como se propôs articular a dimensão reivindicativa, a elaboração de propostas concretas e a prestação de serviços numa lógica de solidariedade e entreajuda, facto a que não será alheia a inspiração híbrida que o seu impulsionador colhe quer da experiência de direção na CGTP e no sindicato que coordenava, quer da tradição do sindicalismo católico e das experiências dos grupos cristãos de base. Com efeito, quando foi formado, o Centro de Apoio aos Desempregados propunha-se intervir em várias frentes: “apoio e solidariedade aos desempregados; apoio à criação do próprio emprego; apoio na segurança social; apoio jurídico”. No desenvolvimento da sua ação, ganha peso a implementação de medidas de política social, de formação e de emprego através do concurso a fundos públicos, em particular duas: a formação profissional (com dezenas de cursos lançados pelo centro) e as Iniciativas Locais de Emprego, que permitiam aos desempregados criar o seu próprio emprego utilizando para isso a totalidade do subsídio de desemprego que seria atribuída em função da apresentação de um “projeto credível”. Neste contexto, o Centro apoiava de forma gratuita a elaboração deste projetos por parte dos desempregados (contrastando com as empresas privadas que cobravam “200 contos para os elaborar”), tendo contribuído para a criação de cerca de 900 postos de trabalho, ainda que muitos deles não tenham tido continuidade. Mas cria também, no próprio centro, uma destas Iniciativas Locais de Emprego, que permite empregar e remunerar duas pessoas a tempo inteiro no CAD.

A dimensão da solidariedade concreta – através da instituição de um “fundo de apoio aos desempregados que estavam na penúria, fazendo ponte com as instituições que prestavam esses serviços, como a Segurança Social e a Caritas” – articula-se com a reivindicação política e a alteração legislativa. Neste campo, não se tratava apenas de lutar, em abstrato, pela criação de emprego, mas de propor medidas concretas que pudessem responder à vivência da condição de desempregado. Um dos exemplos considerado por Constantino Alves o “ex-líbris” e “a menina dos olhos” do CAD foi a reivindicação, que seria acolhida pelo Governo em 1988, de prolongamento do subsídio de desemprego para os

trabalhadores com mais de 55 anos, até que estes atingissem a idade da reforma. Resposta concreta a uma parte dos desempregados, esta alteração legislativa ia diretamente ao encontro da população que havia dado origem ao CAD – trabalhadores mais velhos e cuja perspetiva era justamente o desemprego de longa duração.

As últimas características que vale a pena enfatizar nesta experiência prendem-se com a questão organizativa e a com a inserção europeia. A formação do CAD coincide temporalmente com a criação à escala europeia de uma rede de organizações de desempregados (a *European Network of Unemployed* - ENU), que integrava delegações de mais de 15 países e que foi uma das primeiras experiências de ação transnacional do que chegou a ser designado de “europeização a partir de baixo” (Royall, 2013; della Porta e Caiani, 2007). Os grupos que constituíam esta rede eram reveladores da diversidade de orientações e de perfis deste tipo de experiências, desde as que se constituíam como uma espécie de extensão da intervenção das centrais sindicais às de orientação mais próxima do movimento autónomo ou herdeiras dos movimentos associados à doutrina social da Igreja e ao sindicalismo cristão.

Relativamente à organização, salienta-se a capacidade, rara em movimentos de desempregados, de criar uma estrutura com continuidade. Na realidade, o CAD constitui-se desde o início como uma associação, é reconhecido pelo Estado como instituição de utilidade pública e desenvolve o seu trabalho durante mais de 20 anos, ganhando crescentemente um perfil de instituição de solidariedade social. É também esta evolução que acaba por ditar o termo desta experiência. Fundado como um projeto que “pretendia ser sempre de solidariedade e reivindicativo”, o CAD torna-se crescentemente, de acordo com Constantino Alves, “num centro mais burocratizado”. Com um peso cada vez maior dos projetos financiados pelo Estado e com a dimensão da prestação de serviços a dominar as atividades da organização, os jovens que foram sendo integrados no trabalho, nomeadamente de forma profissional, tinham uma relação diferente com a instituição e a transmissão da experiência militante sofre uma crise. “Já não tinham o capital histórico da consciência operária, organizativa, solidária”, considera o fundador do CAD, “não tinham sido ainda provados pela dor e pelo desemprego, pelo sofrimento e pelos despedimentos. Não conseguimos ajudá-los a despertar para esta consciência militante”, afirma.

A verdade é que, apesar do desemprego se ter mantido como tendência forte do panorama laboral em Portugal, a realidade teimaria em provar a dificuldade de auto-

organização dos desempregados. As tentativas de reproduzir, noutros locais, a experiência inicial do CAD não tiveram sucesso. Se é certo que existiram outros ensaios para juntar desempregados – nomeadamente a partir de coletivos operários que viveram em comum experiências de despedimento numa dada empresa – o facto é que os desempregados continuariam a ser enquadrados politicamente, em primeiro lugar, a partir da categoria de assistidos. Assim, para além da referência ao desemprego no discurso político e sindical, que se mantém, são sobretudo as instituições de solidariedade social que se têm encarregado de enquadrar o problema, numa lógica em que a condição assistencial e a categoria de vítima acaba por sobrepor-se à definição de estratégias de auto-organização, à ação coletiva no terreno político e à tomada de palavra própria por parte dos desempregados no espaço público e mediático.

Os novos espaços e expressões do precariado

Nos seus estudos clássicos sobre o processo de formação da classe operária, Thompson (1996) insistia na importância de analisá-lo a partir da experiência dos trabalhadores, não apenas nas relações económicas, mas na vida comunitária, nos espaços de sociabilidade e nos seus modos culturais. Assim, o processo de formação do precariado enquanto subjetividade que se reconhece numa experiência comum tem de ser compreendido a partir do concurso das mais variadas formas de criação de reconhecimento e de comunicação. Ela inclui a fundação de novas organizações laborais (tema a que dedico especial atenção), mas passa também pela crescente presença do assunto no espaço público, por via de sítios eletrónicos relacionados com esta problemática, de reportagens em jornais, rádio ou televisão, de músicas que falam da *experiência da precariedade* ou de espaços de sociabilidade que permitem a formação de uma consciência coletiva.

A cultura audiovisual e o ciberespaço trouxeram, desse ponto de vista, mudanças importantes, no campo do ativismo, como nas outras dimensões da vida social. Na difusão do acesso aos bens culturais, na formatação da subjetividade, no estímulo à cultura da partilha, no desenvolvimento de uma forma lúdica e irónica de olhar os acontecimentos, nas disposições para a auto-organização, essa cultura é dominante entre muitos dos sectores,

particularmente jovens, que protagonizaram a auto-mobilização do precariado na última década e meia.¹⁴⁴

A possibilidade de uma comunicação instantânea e barata, de colocar grandes volumes de informação imediatamente acessíveis a um grande número, de fazer circular mensagens de forma multidirecional, faz com que a internet se tenha tornado o *sistema nervoso* de alguns dos movimentos sociais contemporâneos (Cleaver, 1999), também no domínio laboral. Ao oferecer um instrumento leve, rápido e internacionalizado de comunicação, o ciberespaço ganhou uma centralidade forte na cultura juvenil e, portanto, também nas suas formas de envolvimento e ativismo. Num estudo feito em 2010 sobre os usos das redes sociais em Portugal, revelava-se que, sendo claramente dominantes as atividades de fortalecimento de laços sociais para com amigos e conhecidos (mensagens, *chats*, alertas de aniversários, escrita no *mural*), havia 23,2% dos inquiridos que utilizavam a *net* também para a intervenção social, concretamente para o apoio a causas (Cardoso e Lamy, 2011: 79).

Para o precariado, o ciberespaço não foi apenas uma ferramenta de comunicação, mas um espaço social real, com materialidade própria. Isso explica que muitas das táticas comuns nos movimentos sociais anteriores à existência da internet tenham sido transferidas para este novo espaço e assim transformadas: petições *online*, cartas de protesto via e-mail, manifestos colocados em linha, subversão dos símbolos dos antagonistas dos movimentos e a utilização do vídeo como mecanismo fundamental para dar visibilidade às ações no espaço físico¹⁴⁵. No tempo da comunicação em rede, a *net* proporciona um espaço de resistência e

¹⁴⁴ Como defende Dagnaud (2011: 160-167), do ponto de vista da economia, a disseminação do acesso à internet conjugou-se com o aumento da escolaridade e com a precarização da condição económica e laboral dos jovens, promovendo modos de consumo cultural desmaterializados, *low cost* e sobretudo gratuitos, numa lógica *peer-to-peer*. Do ponto de vista dos valores e da sociabilidade, as redes sociais têm sido um poderoso instrumento dessa cultura de partilha. Do ponto de vista das culturas de organização, os ideais da *net* fomentam a afirmação da liberdade de expressão, a troca convivial, a reciprocidade criativa, a lógica da gratuidade, ainda que sejam conhecidas os recorrentes mecanismos de censura de conteúdos e que saibamos que qualquer um destes suportes é, para as empresas que os criaram e gerem, um gigantesco negócio sujeito às regras do mercado.

¹⁴⁵ É verdade que os protestos na internet, ao não repousarem necessariamente na criação de grupos fortes em termos de afinidade e no interconhecimento face-a-face, podem limitar-se a alimentar “públicos virtuais” e a substituir a ação política por uma “ciberluta” potencialmente inconsequente, até porque não existe nenhuma garantia de que as vozes de contestação expressas nas redes sociais se façam ouvir ou cheguem ao seu destinatário, nomeadamente quando este se refere às elites políticas e às instituições (Cardoso e Lamy, 2011, p 84). Mas a experiência das organizações de precários, que utilizam o espaço virtual como espaço de encontro desmente que tenha de ser assim.

de organização tanto mais relevante quanto a experiência do trabalho é marcada pela fragmentação estatutária, pela desarticulação das antigas solidariedades e pelo despotismo patronal que impede a ação coletiva nos locais de trabalho. O blogue do grupo FERVE, que foi a âncora do coletivo e a plataforma a partir da qual se fizeram queixas, petições e protestos é um bom exemplo, que será aprofundado. Os vídeos dos Precários Inflexíveis ou os sítios de denúncia da precariedade (como o *Mind This Gap* ou o *Ganhem Vergonha*, que serão abordados adiante) são também paradigmáticos.

Mas a relevância desse espaço virtual, como se tem verificado nos conflitos sociais emergentes nestas primeiras décadas do século XXI, não anula a importância e a centralidade dos espaços físicos, antes o complementa e o hibridiza. Por um lado, mantêm-se as lutas nas empresas, dando origem a greves e à formação de comissões de trabalhadores, mesmo em contexto de precariedade (veremos, a propósito, o exemplo da Linha Saúde 24). Por outro, as lutas estendem-se ao território e mobilizam solidariedades locais.

Além disso, a formação da consciência do precariado não se faz apenas no espaço laboral. De facto, é no mundo do não trabalho que frequentemente as classes subalternas puderam pensar sobre a sua condição e organizar-se para revertê-la. Não é por acaso que as autoridades dos finais do século XIX, nomeadamente em Inglaterra, se empenharam em controlar e proibir as feiras e as tabernas (Thompson, 1996). Elas eram focos de criação de consciência de classe e de preparação de resistência política. Hoje, há também novas “tabernas” que, à sua escala, parecem proporcionar para os tempos que vivemos uma combinação de resistência cultural, sociabilidades coletivas e conspiração política que caracterizava aqueles espaços físicos. O *Mob* ou o RDA69¹⁴⁶, em Lisboa, podem ser apontados como espaços deste tipo, que promovem atividades de debate político mas que são sobretudo lugares de cultura, de politização e de organização que se subtraem às regras da sociedade mercantil e da economia capitalista.

¹⁴⁶ As atividades deste espaço podem ser encontradas no seu *site* <https://rda69.wordpress.com> [consultado a 12 de janeiro de 2015]

O Mob

No ano de 2012, a associação Precários Inflexíveis (PI), nascida na sequência do primeiro *MayDay* Lisboa, em 2007, juntava-se à cooperativa cultural *Crew Hassan* para abrir um novo espaço, que tomava a forma legal de uma associação: o *Mob*, que conta hoje com 11 mil associados. Os PI eram então já conhecidos pelo seu ativismo na luta contra a precariedade, na denúncia de abusos laborais e na dinamização de campanhas públicas com grande visibilidade em torno de temas como os recibos verdes ou as dívidas à segurança social. A *Crew Hassan*, por seu turno, tinha sido criada em 2004 a partir da iniciativa de um grupo de amigos ligados às artes e à música, desenvolvendo desde então atividades de âmbito cultural e social, tendo tido um espaço na baixa de Lisboa, com bar, uma loja de comércio justo e uma área onde se realizavam múltiplas atividades, da música ao cinema, do teatro aos debates políticos. “Todos nós reuníamos na *Crew Hassan*”, refere uma ativista do *MayDay*, “tinham condições, tinham salas grandes e o ambiente era muito confortável e hospitaleiro. Era a casa dos movimentos sociais que não tinham casa aqui em Lisboa”.

O *Mob*, que funcionou até ao final de 2013 no Bairro Alto, em Lisboa, mudou-se em 2014 para o Intendente, na mesma cidade. Desta vez, o espaço passou a ser partilhado entre os Precários Inflexíveis e o coletivo Habita, criado em 2012 por ativistas de diferentes áreas em torno da luta pela habitação e pelo direito à cidade, combate que “desafia os múltiplos processos de segregação, precarização, discriminação e expulsão das nossas cidades”.

O local funciona como uma espécie de centro social, “palco de cultura alternativa e bastidor de mobilizações”, ponto de encontro de militantes sociais e políticos, espaço aberto à comunidade, lugar de “auto-organização e mobilização para o que faz falta”, como se escreve na apresentação que é feita na página *online*. De entre as atividades realizadas contam-se noites temáticas, grupos de estudos, aulas de teatro, sessões de jogos de tabuleiro, *workshops* de escrita criativa ou de preparação física, apresentação de livros, sessões de leitura, mostras de cinema, exposições e atividades para crianças. Contam-se também, claro está, as reuniões semanais do coletivo Habita, todas as segundas-feiras ao final da tarde, as assembleias dos PI e as sessões de esclarecimento sobre direitos laborais que esta associação promove todas as sextas-feiras entre as 19h e as 20h.

As formas culturais do precariado são muito diversas. A música, por exemplo, enquanto elemento preponderante da cultura popular, tem esse efeito de amplificar a experiência, de criar um espaço que religa ao comum a singularidade de cada sofrimento ou expectativa, de afirmar comunidades, de dar origem a encontros. Do *pop* ao *rap*, da música

popular ao *punk*, a subjetividade do precariado tem-se formado também por essa via. Uma análise não exaustiva das canções produzidas em Portugal desde o final da década de 1990 permite identificar dezenas de temas onde é central a problemática da precariedade, do desemprego dos jovens, da falta de perspectivas ou da emigração.

Desde o ano de 2011, essa presença é particularmente notória e para ela contribuiu, entre outros fatores, o percurso feito pelos movimentos que, na década anterior, deram visibilidade à questão. Atente-se por exemplo à produção de *rappers* como *Chullage*, que fazia, nesse ano de 2011, uma dedicatória musical a toda a gente “à rasca”, “imigrantes sem papéis”, “estudantes sem condições e “desempregados precarizados”¹⁴⁷ e que, em 2012, trazia à sua música as próprias mobilizações de precários com “Já não dá (saímos para a rua)”¹⁴⁸. Ou às músicas de *Capicua*, denúncias afiadas da condição laboral da sua geração – “o salário não sobe,/ É precário mas ouve/ Não há nada menos podre e não saís de casa dos pais” (“Os Heróis”, 2012) – e apelos à inconformação: “o berço era de ouro mas foi posto no prego/ Na neurose do euro não seremos servos/ Seremos nós os heróis” (2012); “Espeta roda a faca e corta o pulso, ou cerra o punho, faz discurso! Como é que eu saio daqui?” (“Pedra Jugular”, 2013)¹⁴⁹.

Se o caso mais famoso é provavelmente o dos *Deolinda*, com a sua música “Parva que Sou”, que esteve na origem das manifestações da Geração à Rasca, não faltam outros exemplos de músicas que, nesse ciclo de 2011-2014, abordam o tema, desde o “fado indie”

¹⁴⁷ A música “Portugal aos Portugueses” (Chullage, 2011), título provocatório, acaba com uma espécie de dedicatória: “Para os meus imigrantes e sem papéis/ Portugal aos Portugueses/ Para toda a gente que sou à rasca/ Para os estudantes sem condições/ Desempregados precarizados/ A todos os portugueses”.

¹⁴⁸ O tema “Já não dá (saímos para a rua)”, de Chullage, integra o álbum “Rapressão”, de 2012, e acusa as dificuldades: “Só cartas com contas/que já passaram o prazo,/ Ainda não fiz compras do mês/ e o puto não percebe o atraso,/O telefone sempre a tocar/ é a dívida do automóvel,/ A sala esta vazia,/ já desisti do sofá e do móvel,/ um filho pra alimentar// (...) ta a ficar complicado/ foderam esta merda toda/ e é sempre e o povo é sacrificado/ no próximo 25 de Abril/ quero ver alguém enforcado/ eles choram pelas ações/ perdas no PSI 20/ meu people aqui chora/ pela refeição seguinte (...)”.

¹⁴⁹ Em “Pedra Jugular” fala-se da “Vida de escritório das 9 às 5,/ horas extraordinárias de borla até às 20 e tal/ fora o fisco, fora o risco de ficar fora disto!/ Cinto apertado é perto a jugular,/ carta aberta é conta pra pagar,/ a fome apertada é perto o limiar,/ ferida aberta o abutre a voar!”. Num outro tema do mesmo ano, “Pedra da Calçada”, antes de se ouvir um excerto da “Canção do desterro”, de Zeca Afonso, dispara a inquietação: “Sem vontade de ficar, somos mais a partir do que a ficar, quem vai ficar para reconstruir? E sem faísca no olhar quem vai teimar, quem vai jurar nunca desistir?”.

de Azevedo Silva¹⁵⁰ ao “rock popular” dos Diabo na Cruz¹⁵¹, do *hit* de Boss AC sobre a “Sexta-feira” de um precário¹⁵² ao tema de Valete (em dupla com Nuno Lopes) sobre os “dias funerários” de Portugal e a emigração forçada¹⁵³.

Se recuarmos ao momento anterior a esse ciclo de mobilizações, também se encontram temas que tocam a realidade do precariado a partir de perspectivas diversas. Dois exemplos diferentes podem ser mencionados. O de Pedro Abrunhosa, que perguntava em 1999: “prometeram-me um futuro/e eu sem querer acreditei/ comprar a vida sem juro,/ ser dono do Cristo-Rei (...)/ à noite na discoteca/ os *shots* falam verdade,/ afinal para que serviram/ dez anos de Faculdade?” ou o da dupla Pedro e Diana que, em 2009, lança um *cd* com sete músicas “para dar força ao *MayDay*”. Numa delas, a “Canção do beijinho” de Herman José adquire uma nova letra: “Ora faz lá um/ E depois faz outro/ É melhor 3 estágios/ Que só 2 é pouco/ Ai eu gosto tanto/ Da minha empresa/ Trabalho à borla/ com delicadeza// Ora dá cá uma/ E depois dá outra/ Dá 3 horas extra/ Não abras a boca/ Ai eu gosto tanto/ De ser explorado/ De dar o couro/ E ter quarto alugado”.

Para afirmar uma condição precária e criar em torno dela uma consciência crítica contribuíram decisivamente todos estes fatores, dos espaços de encontro às músicas. Mas, como insistirei, a formação do precariado enquanto sujeito coletivo estruturou-se grandemente em torno das organizações de precários que surgiram no nosso país na última década. Redescobrimo formas de ação assentes no ativismo e na participação não mediada, a criação destes grupos e de plataformas *online* é uma resposta a uma necessidade concreta de representação, procurando ocupar um espaço deixado vazio, nomeadamente pelos sindicatos.

¹⁵⁰ “Pau mandado/Tão mal pago. Come a raiva/ Remendado/ Sou só mais um/ Ser precário é não ter e dever/ Faz as contas Zé,/ sinto-me a ferver/ Ser precário é/ não ter e dever/ Estou na merda Zé,/ só quero viver” (Azevedo Silva, 2011)

¹⁵¹ “Ai de mim se tudo é ao contrário/Tenho de ir cumprir nosso fadário (...)/ Ir embora pode mesmo ser a solução/ Ver trabalho, brio, recompensa pela aflição/ Mas se isto não mudar eu não descanso...”, cantava, em 2012, Jorge Cruz, vocalista desta banda.

¹⁵² “Tantos anos a estudar para acabar desempregado/ Ou num emprego da treta, mal pago/ E receber uma gorjeta que chamam salário/ Eu não tirei o Curso Superior de Otário/ ...não é por falta de empenho/ Querem que aperte o cinto mas nem calças tenho/ Ainda o mês vai a meio já eu 'tou aflito/ Oh mãe fazias-me era rico em vez de bonito” (Boss AC, “Sexta-Feira”, 2012)

¹⁵³ “Já não sei se volto/ Quem imigra quer voltar/ Mas muito poucos voltam a base (muito poucos)/ Farto disto tudo/ Farto de tar desempregado,/ De nada serve a estes canudos/ Quando há trabalho, são sempre temporários/ Humilhantes, precários os salários/ União europeia a colapsar/ Portugal a mergulhar nestes dias funerários/ Vou me embora (vou)”.

Nalguns casos, procura-se utilizar o conceito de precariedade como federador de lutas, a partir da construção de uma identidade “precária”, seja associada a uma condição contratual – o caso do FERVE e dos “falsos recibos verdes” – seja à experiência comum e mais vasta de uma “precariedade na vida”, como fazem o *MayDay* e os Precários Inflexíveis. Noutras situações, os grupos de precários partem de formas de identidade positiva que se distinguem da figura anónima do precário enquanto trabalhador sem qualificações especiais e, por isso mesmo, descartável. Nesses casos, os coletivos tomam como marcador identitário não a identificação enquanto “preariado”, mas uma profissionalidade específica que exige uma qualificação, fator que tornaria ainda mais ilegítima a condição de precariedade que resulta da ausência de reconhecimento, de valorização ou de regulação desse exercício profissional. É o caso, por exemplo, dos professores das AEC, dos arquitetos (Maldita Arquitectura), dos profissionais do espetáculo (Movimento dos Intermitentes), dos investigadores científicos (ABIC), mas também de mobilizações como a dos enfermeiros. É esta história que agora abordarei.

Os primeiros grupos e plataformas de precários

A primeira experiência de um grupo auto-organizado de precários é a de um coletivo chamado *Stop Precariedade*, nascido em 2002 pelo impulso de um punhado de ativistas políticos, alguns dos quais ligados ao Bloco de Esquerda (que tinha sido fundado pouco antes), influenciados pelas experiências das greves francesas e dos coletivos de base em Itália¹⁵⁴. No seu panfleto de apresentação, explica-se que “um grupo de jovens precários juntou-se com outros trabalhadores dispostos a assumir uma rede de apoios solidários a quem assim trabalha”. Tratava-se, nas palavras de Jorge, um dos dinamizadores do coletivo, de “fazer ensaios, tentativas, criar situações de conflito em empresas onde há muita precariedade”, numa lógica de “organização clandestina dos trabalhadores no posto de trabalho”, em que através de uma “toupeira” (um trabalhador da empresa em contacto com o coletivo), o *Stop Precariedade* organizava distribuições de panfletos sobre a realidade laboral específica da empresa, mas que eram distribuídos por outras pessoas que não quem

¹⁵⁴ Uma das vias pelas quais a informação circulou foi a imprensa da Quarta Internacional (à qual pertenciam dois dos animadores deste grupo), corrente política da esquerda revolucionária com secções em França e em Itália e que, em Portugal, foi uma das fundadoras do Bloco de Esquerda.

ali trabalhava, para contornar a lógica de repressão. Durante mais de um ano, o coletivo desenvolveu agitação sobre o tema, essencialmente através de distribuição de panfletos à porta de *call centers* (TMN, PT, *La Redoute*, EDP), denunciando condições laborais degradantes e informando sobre os direitos consagrados na lei, ação que combinava com a organização de plenários de trabalhadores precários de diferentes empresas em espaços exteriores aos locais de trabalho.

A luta mais importante desenvolvida pelo *Stop Precariedade* foi no *call center* da EDP, gerido pela empresa de trabalho temporário CRH. Num contexto de elevada precariedade e de baixíssima sindicalização, o grupo fez agitação, organizou plenários de trabalhadores fora da empresa e iniciou um movimento de contestação interna às reduções salariais anunciadas. Na sequência desse processo, iniciado em outubro de 2002, os trabalhadores, que tinham contratos temporários, decidem aderir à greve geral de dezembro do mesmo ano – com 90% dos trabalhadores do *back-office* e 50% dos do *front-office* a participarem na greve, números inéditos dada a absoluta precariedade do seu vínculo. Depois de um processo turbulento, que a partir de uma certa fase passou a envolver o sindicato, 233 trabalhadores daquela empresa veriam, em setembro de 2003, os seus contratos a termo incerto passarem a contratos permanentes (com a empresa de trabalho temporário), na sequência de uma queixa apresentada à Inspeção Geral do Trabalho.

Nos anos seguintes, surgem outras experiências associativas no campo da precariedade. Entre elas, destaca-se a formação da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), em 2003, com o objetivo de “contribuir para o reconhecimento e dignificação dos profissionais que exercem investigação científica enquanto bolseiros”¹⁵⁵, ou seja, privados de contratos de trabalho e dos direitos daí decorrentes. Em 2004, por iniciativa de dirigentes sindicais da CGTP¹⁵⁶, é criado o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), cujos objetivos passavam por “promover a união dos desempregados”, “defender os seus direitos de cidadãos ativos” e “apoiar e encaminhar as suas reivindicações”¹⁵⁷. Em 2006 nasce, por iniciativa do Movimento dos Intermitentes

¹⁵⁵ In <http://www.abic-online.org/index.php/quem-somos> [consultado a 12 de janeiro de 2015]

¹⁵⁶ Os principais dirigentes do MTD são, simultaneamente, dirigentes da Fiequimetal. É o caso do presidente e do vice-presidente da direção do movimento, Manuel Bravo e Luís Leitão, respetivamente, que fazem parte da direção daquele sindicato para o quadriénio 2011-2015.

¹⁵⁷ In <http://mtd-mtd.blogspot.pt> [consultado a 12 de janeiro de 2015]

criado uns meses antes, a Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual. Inspirada pela experiência dos Intermitentes em França, esta iniciativa juntou cerca de uma dezena de organizações do setor¹⁵⁸ para “defender ativamente a criação de uma lei que reconheça o direito dos intermitentes à contratação e o acesso a um regime de segurança social adaptado à intermitência”, num campo profissional violentamente afetado pelo fenómeno dos “falsos recibos verdes”.

O momento da explosão das organizações dos precários e da sua expressão pública foi, contudo, o ano de 2007. Em abril desse ano nasce no Porto o grupo FERVE – Fartos d’Estes Recibos Verdes, que anuncia “uma nova visão da precariedade laboral”, denunciando um “novo tipo de escravatura laboral, baseada na ameaça de desemprego a qualquer instante, na ausência total de direitos laborais” e propondo-se “abrir um amplo debate na sociedade sobre a errada utilização dos recibos verdes”, de modo a “erradicar esta situação” (AAVV, 2009). Em Lisboa, por sua vez, a confluência de ativistas de grupos estudantis, de associações como a ATTAC e a Solidariedade Imigrante, do Movimento dos Intermitentes e de ativistas ligados ao *autonomismo* (corrente influente no *EuroMayDay*) dá origem, em fevereiro, a um processo assembleário que conduziria ao primeiro *MayDay* em Portugal.

¹⁵⁸ Concretamente, as organizações integrantes da Plataforma eram a AIP- Associação de Imagem Portuguesa, Associação Novo Circo, ARA – Associação de Assistentes de Realização e Anotação, ATSP – Associação dos Técnicos de Som Profissional, CPAV – Centro Profissional do Sector Audiovisual, Encontros do Ator, GDA- Gestão dos Direitos dos Artistas, Granular - Associação de Música Contemporânea, Movimento dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual, PLATEIA - Associação de Profissionais das Artes Cénicas, REDE - Associação de Estruturas para a Dança Contemporânea, RAMP, Sindicato dos Músicos, SINTTAV- Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual e STE - Sindicato das Artes do Espetáculo.

O *MayDay* português nasce em 2007 em Lisboa a partir de uma referência internacional (a experiência da parada de precários em Milão e o movimento *EuroMayDay*) e de uma vontade comum de gente que se vinha cruzando em circuitos ativistas: nos coletivos informais de estudantes que existiam em algumas faculdades e que desenvolviam ação político-cultural (em Letras, no Instituto Superior de Agronomia, no ISCTE, na Faculdade de Medicina, no Instituto Superior Técnico), no movimento anti tradição académica (o MATA), no movimento *alterglobal* (nomeadamente ativistas da ATTAC ou do grupo ecologista GAIA), e na campanha vitoriosa pela despenalização do aborto (“o primeiro *MayDay* veio depois de um movimento incrível que foi o do referendo ao aborto, que envolveu todos os ativistas de esquerda”, refere uma das fundadoras).

Reunidos na *Crew Hassan*, este núcleo inicial pretendia, segundo Tiago G., “fazer alguma coisa parecida com o que se fazia lá fora mas politicamente mais orientada para uma intervenção que não se desinseriria totalmente do movimento dos trabalhadores”. A ideia era realizar uma iniciativa de um dia capaz de “levar uma nova realidade da condição do trabalhador para a luta geral do trabalho”. Nas palavras de Sofia R., “o grande objetivo político era dar visibilidade a uma questão, a um sector, a pessoas”, ou seja, ao precariado. “A primeira coisa era por a palavra precariedade nos jornais e na agenda política”, explica Amarante A., “quer dizer, ser obrigatório falar de precariedade quando se falava de trabalho em Portugal”. Correlacionado com esse objetivo, acrescenta, havia também a vontade de “conseguir a prazo que dentro da discussão das políticas laborais houvesse interlocutores oriundos da questão do trabalho precário e não só interlocutores do movimento sindical tradicional” que, na sua opinião, “não incluía os trabalhadores precários”, pelo menos o seu “expoente máximo que é o que não tem contrato”. A criação do *MayDay* pretendia também “afirmar um modo diferente de fazer política”, plasmado desde logo no tipo de desfile e no modo como se desenvolvia a sua organização: um processo assembleário cujo método de decisão privilegiaria o consenso, em que cada pessoa participava enquanto indivíduo e não representante de uma organização. Além da assembleia, o movimento estruturava-se através de uma *mailing list* e de grupos de trabalho responsáveis por aspetos organizativos ou por determinadas ações. No percurso até ao primeiro de maio, um conjunto de iniciativas ia criando um crescendo que culminaria no dia da parada: distribuição de folhetos, edição de um jornal, de autocolantes, cartazes e vídeos, ações performativas, invasão de centros de emprego, *stenciladas*, festas. No dia 1 de maio, antes da marcha, haveria um piquenique na praça, com música e jogos populares cujo tema era a precariedade.

Pela sua composição diversa politicamente, o *MayDay* é atravessado desde o início por tensões que foram “pelo menos inicialmente, geridas de forma produtiva”, conta Ricardo N. Uma delas

era a maior ou menor cooperação com o movimento sindical. Para Sofia, “sempre se conseguiu acordo que teríamos um momento autónomo mas depois nos juntaríamos à manifestação da CGTP, a única organização que, com muitas críticas, reconhecíamos como a central sindical que ainda assim defende os trabalhadores”. Mas esse acordo esteve sempre em discussão em cada edição do *MayDay*. Segundo Tiago, “havia claramente uma maioria de militantes políticos que não estavam disponíveis para fazer uma coisa totalmente demarcada dos sindicatos”. Ricardo fazia parte dos que entendiam que “devíamos ir o mais longe possível na formulação de uma linguagem própria, de uma estética própria, de uma maneira própria de estar na rua e que isso era relativamente difícil de materializar no âmbito das negociações com a CGTP”. No primeiro ano, ao grupo inicial, com presença forte de estudantes e de trabalhadores precários acabados de sair do ensino superior, juntou-se uma associação de imigrantes (a Solim) e ativistas de dois coletivos recentes: os Intermitentes do Espetáculo e o FERVE, acabado de nascer no Porto. Em 2009, o *MayDay* alarga-se territorial e sectorialmente. Passa a acontecer também no Porto, com uma manifestação que conta com mais 500 pessoas e nele passam a desfilarem também os e as trabalhadoras do sexo, que saem pela primeira vez à rua para reivindicar direitos laborais.

Até 2011, o *MayDay* foi crescendo em número de participantes e coletivos envolvidos. Nesse ano, conta André A., “fizemos uma ida ao Ministério das Finanças para falar com a *troika*, e conseguimos enganar alguns jornalistas e *bloggers* famosos, que acreditaram que a *troika* nos tinha mesmo convidado”. Além disso, na véspera do desfile selaram-se várias empresas de trabalho temporário com autocolantes que diziam “tóxico” ou “perigo”. Entretanto a iniciativa perdeu alguma expressão. Para Sofia, “o modelo talvez também esteja em falência, ou seja, gasto. Porque funciona e teve eco e resultados e consequências interessantes num período pré-crise mas talvez não sirva para um país troikado, com tanto desemprego...”. Refere um “afastamento entre os movimentos de representação dos imigrantes e o *MayDay*” e a dificuldade em “promover encontros entre desempregados”.

Para Ricardo, foi a “clivagem entre sectores que se tornou mais explícita e cristalizou-se um pouco mais. O tom em que se tinha as discussões, a forma como se geria as divergências...”. No seu entender, as discordâncias surgiram muitas vezes em torno “do tipo de ação a fazer e quão simbólica deve ser essa ação”, identificando em alguns organizadores uma “fobia de que nós, o pessoal que viria a fazer o RDA, fôssemos criar um motim em cada ato”. Sofia concorda que “o simbolismo tomou totalmente o lugar do radical” e Amarante, que deixou de organizar o *MayDay* na sua cidade, explica que sempre contestou “que o único propósito fosse a organização de uma manifestação anual”. “Mesmo assim”, reconhece, “acho que essa

manifestação fez com que se falasse mais do primeiro de maio de um modo geral”. “Foi o primeiro grito dos precários”, observa Tiago.

Na sequência do primeiro *MayDay* em Lisboa e para “dar continuidade à luta contra a precariedade ao longo do ano”, nascem, no final do mês de maio de 2007, os Precários Inflexíveis, um “grupo de denúncia e resposta à precariedade no trabalho e na vida”, que em 2012 se tornaria em associação pela urgência de “juntar os trabalhadores precários e de estes se sentirem identificados com uma organização que reconhece e conhece a sua realidade”. Ainda nesse ano, os bolseiros de investigação organizam, através da ABIC, uma manifestação nacional e o FERVE promove a primeira petição que leva o tema dos recibos verdes ao Parlamento. No final desse ano, os órgãos de comunicação social davam nota do “despertar do precariado”, com reportagens sobre o fenómeno nos principais jornais diários e semanais, nas televisões e nas rádios. 2007 seria o início de um longo caminho de intervenção social e de visibilidade pública sobre o tema.

Os anos seguintes assistem ao nascimento de uma série de novas associações ou coletivos informais em torno de condições laborais precárias. Em 2008 nasce a Comuidária, para dar voz às mulheres imigrantes e para lutar pelo reconhecimento do *trabalho doméstico digno*. Em 2009 é criada a Maldita Arquitetura, “uma plataforma de discussão e reflexão sobre a prática profissional da arquitetura em Portugal”, que se constitui como “um grupo de pressão independente” formado essencialmente por jovens arquitetos que apontavam o dedo a um quotidiano profissional “cada vez mais degradado e instável, quer no trabalho dependente, pela fuga aos contratos e seu incumprimento, e pelo recurso generalizado aos falsos recibos verdes, quer no trabalho por conta própria, pela crescente desigualdade no acesso à encomenda”¹⁵⁹. No início de 2010, dois coletivos de professores das Áreas de Enriquecimento Curricular (AEC) levam a cabo um movimento de denúncia dos “falsos recibos verdes”, que incluirá protestos em frente ao Ministério da Educação e uma petição ao Parlamento. A partir de 2011, os/as trabalhadores/as do sexo, que participam no *MayDay*

¹⁵⁹ A “declaração maldirá”, da autoria do coletivo *Maldita Arquitetura* pode ser lida em <http://www.arquitectos.pt/documentos/1288364689L4vDA8qz7Lj26JX3.pdf> [consultada em 12 de dezembro de 2014]

desde 2009 reivindicando o reconhecimento legal e a proteção social da sua atividade, passam a estar organizados numa Rede nacional¹⁶⁰.

A *formação do precariado* teve também outras expressões e instrumentos de criação de uma consciência comum. Entre eles, sítios electrónicos que se constituíram como plataformas de denúncia e como lugares de interconhecimento e de encontro no espaço público *online*. Um exemplo é o blogue “Mind This GAP – Graduados Abandonam Portugal”¹⁶¹, onde se partilham testemunhos de jovens licenciados que emigraram, colocado em linha em abril de 2007 e nascido “de uma conversa telefónica com a minha mãe”, lê-se no próprio cabeçalho, a propósito de um episódio em que “alguém do governo (quem? Não conseguimos encontrar o dito texto) mostrava a sua admiração pelo facto de cada vez mais licenciados estarem a abandonar o país. Rimo-nos. Porque será?”.

Outro exemplo, mais recente, é o *site* “Ganhem Vergonha”¹⁶², que se define como uma “plataforma de denúncia de empregadores sem vergonha” e onde são postados todo o tipo de anúncios de emprego precário, estágios não remunerados e contratos emprego inserção e onde constam também testemunhos sobre as reais condições oferecidas por estas propostas de trabalho, de um modo que funciona como alertas para outros.

Para além de *sites* e associações laborais, há experiências híbridas, que oscilam entre a solidariedade social, o apoio mútuo e a resposta a situações de precariedade. A Apuro¹⁶³ é uma associação fundada em 2012 que se assume como “cultural e filantrópica”. O seu objetivo passa por “criar um sistema de apoio a ‘intermitentes do espectáculo’ que se encontrem em carência efetiva de emprego e/ou saúde e com estes criar um sistema de voluntariado cultural junto de outros cidadãos carenciados, através de parcerias com Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras associações com fins semelhantes”. Não sendo, segundo o seu fundador, uma “associação de classe dos artistas”, entende-se

¹⁶⁰ Além de alguns investigadores, ativistas e trabalhadores do sexo em nome individual, a Rede sobre o trabalho Sexual inclui as instituições seguintes: Programa Auto-Estima; APDES/Porto G; Associação Existências; Associação Novo Olhar; Acompanha, CRL; APF – Associação para o Planeamento Familiar; GAT – Grupo Português de Ativistas sobre tratamentos de VIH/SIDA; Liga Portuguesa Contra a SIDA; Médicos do Mundo; Obra Social das Irmãs Oblatas; Associação Positivo; UMAR e Panteras Rosa.

¹⁶¹ <http://mindthisgap.blogspot.pt/>

¹⁶² <http://ganhemvergonha.pt>

¹⁶³ <https://www.facebook.com/Apuro2013/>

mais como uma “rede de entreajuda” capaz de “proteger de alguma forma uma classe profissional frequentemente negligenciada nos seus direitos”¹⁶⁴

Paralelamente ao nascimento de novas organizações, desenvolve-se um conjunto de campanhas que revelam uma lógica de cooperação entre estes grupos de precários – a “Pedalada pela Ciência” (2007); os “Prémios da Precariedade” (2008); a campanha “Autarquias sem Precários” (2009); a campanha “Antes da Dívida Temos Direitos” (2010) – mas também ações comuns entre estas novas organizações e alguns sindicatos, nomeadamente no caso dos professores das AEC (2010) ou da greve geral de 24 de novembro de 2010, para a qual vários destes coletivos convocam os seus ativistas.

A partir de 2011, com o ciclo de protesto iniciado pela manifestação da Geração à Rasca, este tipo de alianças do precariado daria um salto qualitativo, com a emergência de um novo polo de contestação que envolveu muitas centenas de milhar de pessoas e no qual as questões laborais e da emigração, a par com as da democracia e do combate à austeridade, tomam a dianteira.

As organizações autónomas de precários como resposta a cinco ausências

Apesar da sua irredutível diversidade, todos estes grupos de precários parecem ter um elemento em comum: o facto de serem expressões de uma *luta pelo reconhecimento*, material e simbólico. Reconhecimento como trabalho assalariado legítimo e valorizado de uma dada atividade mantida na sombra; reconhecimento dos vínculos de emprego e de direitos sociais que deveriam estar-lhe associados; reconhecimento, também, de uma condição social – marcada pelas “vidas precárias” – que precisa de ter visibilidade para ser motor de uma subjetivação política. É na busca desse reconhecimento que os grupos de precários em Portugal são a resposta concreta a um conjunto de ausências¹⁶⁵.

¹⁶⁴ Declarações ao jornal *Le Monde Diplomatique* de janeiro de 2015.

¹⁶⁵ Boaventura de Sousa Santos define a “sociologia das ausências” como uma investigação que visa “demonstrar que o que não existe é, na verdade, ativamente produzido como não existente, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe” (2002: 246). No caso deste trabalho, o objetivo com a identificação destas ausências é tornar visível a ação coletiva que, respondendo a uma ausência sindical, produziu ativamente a visibilidade de realidades laborais que não tinham expressão na ação das instituições existentes.

As cinco ausências do universo sindical face ao precariado em Portugal

O surgimento dos grupos autónomos de trabalhadores precários em Portugal pode ser analisado a partir da identificação de cinco ausências:

1. A ausência de estratégias sindicais perante a flexibilização e a multiplicação de estatutos contratuais. O exemplo dos trabalhadores temporários e dos intermitentes do espetáculo cabe aqui. A experiência do *Stop Precariedade* e dos *Intermitentes do Espetáculo* são uma resposta a esta ausência.
2. A ausência de contratos de trabalho mesmo em contextos de trabalho subordinado, o que inibe a organização em sindicatos. Os bolseiros de investigação e os trabalhadores a recibos verdes procuraram soluções para esta realidade, nomeadamente através da *ABIC* ou do *FERVE*.
3. A ausência de tradição sindical em sectores que sofreram processos recentes de assalariamento. O campo da arquitetura é um deles e a fundação da plataforma *Maldita Arquitetura* pode ser analisada sob este prisma.
4. A ausência de reconhecimento, pelo universo sindical, de determinadas atividades como sendo trabalho. O caso do trabalho sexual (e a criação de uma Rede de Trabalho Sexual) é provavelmente o mais claro a este nível.
5. A ausência de priorização de determinados grupos sociais como sendo suscetíveis de representação sindical e potenciais alvos de recrutamento. O trabalho doméstico, maioritariamente desempenhado por mulheres imigrantes, é um bom exemplo e a criação da associação Comunitária, uma resposta a esta realidade.

Primeira ausência: o impasse das estratégias sindicais perante a multiplicação de estatutos contratuais, a externalização de tarefas e a flexibilização dos vínculos.

Um bom exemplo da resposta a esta ausência é o do *Stop Precariedade*, que surge precisamente num sector de grande concentração espacial de trabalhadores (muitas centenas no mesmo local de trabalho), de standardização de tarefas e de organização taylorista da produção (condições a que o sindicalismo “fordista” estaria bem habituado), mas num quadro onde proliferavam regimes laborais diferentes, formas novas de controlo e vigilância e modalidades de gestão de mão-de-obra assentes na promoção da competição entre trabalhadores e suas “equipas”, “campanhas” e “projetos”.

Fred, um dos principais ativistas do coletivo, que dirigiu o processo de luta no *call center* da CRH/EDP, considera que “o sindicato funcionava muito mal, especialmente os dirigentes (...) só apareceram lá no dia da mulher para dar uns postais...” e a única delegada sindical que havia era “de um sindicato da UGT, até era uma chefe, portanto aquilo não era

nada”¹⁶⁶. Para ele, a grande mais-valia do grupo era a “agilidade com que respondia aos problemas”, que contrastava com a inabilidade sindical. “Nós tínhamos um poder de reação que eles [as chefias] não estavam minimamente à espera”, “cada vez que havia qualquer coisa do patrão, no mesmo dia tínhamos uma resposta a circular por lá a arrasá-los. Aquilo foi uma coisa de topo, não tiveram hipótese”, explica.

A visão crítica sobre a lentidão de resposta da estrutura sindical e sobre a sua insensibilidade em relação aos precários da empresa – “eles [dirigentes sindicais] ignoravam completamente tudo o que era precários, os precários por exemplo nem contavam para os números das greves”, “eram completamente inoperantes na questões da precariedade” – não resultava de uma cultura anti-sindical. Na verdade, apesar de apontar as limitações do sindicato, o animador do Stop Precariedade incentivava a inscrição dos colegas naquela estrutura e acabaria ele mesmo, no momento em que deixou de atuar clandestinamente e passou a assumir-se como o responsável pelos comunicados, por tornar-se delegado sindical por uma questão de “proteção” (“eles não podiam despedir o delegado sindical, não era direto (...) e daí a entrada no sindicato”, explica).

Na sua opinião, o sindicato “no fundo funcionando mal e da maneira que funcionava, era a única coisa que havia. Portanto era bom que fosse reforçado e que tivesse mais força”, pelo que “quantos mais estivessem no sindicato melhor, era um reforço”. Por isso, mais do que uma oposição de princípio à ação sindical, o que afastava desse universo os ativistas era a percepção de uma inadequação do repertório clássico que lhes era oferecido. Confrontados com um contexto de repressão e vulnerabilidade, optaram por auto-organizar clandestinamente um grupo de precários para intervir sobre as relações na produção (relações com as chefias, pausas para ir à casa de banho, condições de trabalho ao nível dos equipamentos disponíveis, etc.) e sobre as questões dos contratos (vínculos e salários), com folhetos e comunicados a circular pela empresa em resposta imediata às decisões da administração, sem que ninguém se identificasse individualmente como sendo seu autor.

Um outro exemplo é o do Movimento dos Intermitentes, que lançou em 2006, com outras organizações, uma plataforma de trabalhadores do espetáculo e do audiovisual e que, mais tarde, viriam mesmo a fazer um novo sindicato, com estatutos invulgares. Neste sector, existiam desde há décadas sindicatos com tradição e peso, mas estes foram sendo esvaziados

¹⁶⁶ Entrevista realizada no âmbito desta investigação no dia 21 de janeiro de 2014, em Lisboa.

pela difusão do autoemprego, do *freelance*, da prestação independente de serviços e do trabalho autónomo, que se tornaram dominantes no mundo das artes, ainda antes de se terem generalizado também fora dele.

Se os sindicatos existentes – dos músicos e das artes de palco – souberam manter alguma presença em instituições com pessoal a tempo inteiro e contratos permanentes (como a Orquestra Nacional ou o Teatro Nacional), já relativamente à prestação de serviços pontuais ou ao trabalho por projeto, pago por *cachet* e com vínculo temporário (comum na maior parte dos projetos de teatro, de cinema ou outros), aquelas estruturas não desenvolveram uma estratégia que permitisse adaptar o repertório sindical à nova realidade. Com efeito, o Movimento dos Intermitentes não tomaria sequer o paradigma do “fordismo” e do contrato sem termo como a meta desejada, antes reivindicando as facetas positivas de uma espécie de flexibilidade criativa, bem como o reconhecimento da natureza intermitente da atividade artística e um regime de proteção laboral adequado a ela e compatível com a possibilidade de uma construção singular dos percursos laborais.

Inspirados pelo movimento em França, tratava-se, no fundo, de encontrar uma continuidade de um estatuto (intermitente) ao qual fosse possível associar uma proteção social, independentemente da descontinuidade das atividades ou dos empregos, o que causava estranheza ao modo como os sindicatos e os juristas da área do trabalho estavam habituados a colocar a questão. A reivindicação da “efetivação dos precários por via de um emprego com vínculo permanente”, que tem sido o mote dos planos de combate à precariedade ativados pelos sindicatos desde a última década e meia, tornava-se neste caso absolutamente desajustada para uma parte significativa destes profissionais.

Segunda ausência: a inexistência de contratos mesmo em situações de trabalho subordinado.

Ao colocar os trabalhadores na informalidade ou num estatuto laboral “autónomo”, de “empresário em nome individual”, “independente” ou de “estudante”, a ausência de contratos de trabalho empurra-os necessariamente para fora do universo das organizações sindicais que, no processo da sua institucionalização, se foram definindo, nomeadamente do ponto de vista legal, como associações representativas de trabalhadores por conta de outrem de um determinado sector ou ramo profissional.

Um dos exemplos desta ausência é relativo ao trabalho científico. Portugal teve, na década de 2000, um acréscimo global das despesas em Investigação e Desenvolvimento (1,59% do PIB em 2010, quando em 2000 era de 0,73%) e do volume de trabalhadores científicos (de 0,44% do emprego total em 2000 passou para 1,06% em 2010).¹⁶⁷ Acontece que este aumento fez-se à custa da degradação das condições de trabalho no sistema científico e tecnológico nacional. Por um lado, as restrições impostas à renovação dos quadros de pessoal incentivaram a utilização abusiva da figura da bolsa de investigação para necessidades de trabalho permanentes dos centros, ou o recurso a bolsas de formação avançada em gestão da ciência para trabalhos de investigação. Por outro, o estatuto de bolsheiro é marcadamente precário, colocando os investigadores num estatuto híbrido entre “estudante” e “trabalhador sem contrato” que os priva de grande parte dos direitos laborais dos trabalhadores assalariados.

Um inquérito realizado pela Associação de Combate à Precariedade (2014), revela que 69% dos investigadores são bolsheiros e apenas 15,7% têm um vínculo laboral. No total, 77,8% dos investigadores nunca tiveram um contrato de trabalho e 50,2% dos bolsheiros acumulam entre 5 e 15 anos nesta condição, ou seja, existe uma tendência para o prolongamento deste estatuto. Além disso, 79,5% dos investigadores que estiveram desempregados não tiveram acesso a proteção social no desemprego, dado que o estatuto de bolsheiro não consagra esse direito.

O surgimento, em 2004, de uma associação de bolsheiros – a ABIC –, é um indicador da dificuldade de uma representação sindical que abrangesse uma ocupação que é, ao mesmo tempo, “desorganizada profissionalmente e altamente estratificada externa e internamente” (Campos, 2013: 22). Se os investigadores docentes facilmente se reconhecem nas estruturas sindicais dos professores e se os investigadores de carreira têm um tipo de vínculo e inserção institucional que os aproxima daqueles, já os bolsheiros dificilmente se poderiam enquadrar sindicalmente, desde logo por razões formais (o seu estatuto, que não é laboral, não o permitira) mas também, e porventura sobretudo, pela distância simbólica e de interesses que se opera nesse processo de estratificação.

Um outro exemplo é o dos “falsos recibos verdes” e do grupo que se criou em torno dessa condição – o FERVE. Num estranho limbo estatutário, a maioria destes trabalhadores

¹⁶⁷ Os dados constam do relatório da OCDE intitulado “Main Science and Technology Indicators” (OCDE, 2011).

independentes não se enquadravam em nenhuma forma associativa prevista: nem nas associações patronais, nem nas Ordens criadas para algumas profissões liberais, nem nos sindicatos. Fora da moldura dos trabalhadores assalariados que estes últimos se propõem representar, com um estatuto formal descoincidente da sua verdadeira situação contratual, desenquadrados de qualquer regulação coletiva, os “falsos recibos verdes” não tinham voz nem quem falasse por eles, mesmo que os sindicatos tivessem identificado, do ponto de vista dos seus documentos, a sua existência. Nas várias entrevistas realizadas a ativistas deste grupo salienta-se a perceção, por parte dos trabalhadores, de que as próprias estruturas sindicais reproduziam esse fosso entre os pertencentes à empresa e os “recibos”. Acontece que esta modalidade de emprego precário foi crescendo exponencialmente, até atingir, na década de 2000, mais de meio milhão de trabalhadores. Um fenómeno com tão vasta expressão não poderia ficar para sempre sem ter um modo próprio de exprimir-se.

Terceira ausência: a falta de tradição sindical em áreas que, sendo inicialmente associadas às profissões liberais, sofreram processos acentuados de assalariamento.

Um dos melhores exemplos de um grupo de precários criado como resposta a esta ausência é porventura o da plataforma “Maldita Arquitetura”, criada no final de 2009. Originalmente exercida de modo independente, a arquitetura foi sofrendo transformações importantes. A proliferação de novas licenciaturas na década de 1990 aumentou significativamente o contingente de pessoas qualificadas para o seu exercício. O mercado de trabalho passou a ser predominantemente constituído por trabalhadores assalariados. E esses dois factos foram acompanhados por outras duas dinâmicas contraditórias.

Por um lado, a aura da profissão liberal, as lógicas da reputação e a ideia da inscrição do nome num mercado singularizado (Borges, 2014) continuam a marcar a identidade da arquitetura e o seu ensino, produzindo uma desadequação entre as expectativas dos recém-licenciados – construídas a partir de uma visão idealizada da profissão – e a realidade do mercado de trabalho. Por outro lado, como assinala a Maldita Arquitetura, esse processo de assalariamento aconteceu num contexto global de desregulação do trabalho, o que significa que a “atual realidade laboral em arquitetura define-se, de uma forma genérica, pela dificuldade no acesso à profissão, pela falta de autonomia criativa e disciplinar, pelo aumento do desemprego, pelos baixos salários e pela precariedade e instabilidade permanentes no trabalho” (maldita Arquitetura, 2010). No trabalho dependente, assiste-se à

fuga aos contratos e ao incumprimento da lei, pelo recurso generalizado aos falsos recibos verdes que transformam os empregadores em clientes do trabalhador, mascarando qualquer vínculo ou relação de subordinação. No trabalho por conta própria, produzem-se grandes desigualdades no acesso ao financiamento e à encomenda, em resultado do fechamento do mercado e da “monopolização da encomenda pública”.

Degradado, instável e crescentemente centralizado, o exercício profissional da arquitetura encontra-se então, de acordo com a mesma plataforma, em processo de “proletarização”, com a separação entre conceção e execução e a multiplicação de “situações de trabalho remunerado abaixo do salário mínimo, sem horário de trabalho, remunerado à hora” e com um mercado desregulado que dificulta o “acesso à profissão” e a “igualdade de oportunidades”.

Do ponto de vista institucional, quem representa todos os arquitetos é a Ordem, ela própria herdeira da Associação dos Arquitetos Portugueses, criada a seguir ao 25 de abril e que desde meados da década de 1980 assumiu a representação exclusiva dos arquitetos em Portugal. Ou seja, não há nenhuma organização sindical específica nem essa cultura faz parte do *habitus* profissional dos arquitetos e dos estudantes de arquitetura. Apesar de, em virtude das funções que o Estado delega na Ordem, esta ser responsável pela regulação da profissão, o facto é que, de acordo com a Maldita Arquitetura, a Ordem não contribui nem para a “regulação do mercado laboral em Arquitetura”, nem para “a regulação do mercado da encomenda”. Assim, a Ordem teria deixado de falar “em arquitetos, enquanto profissionais de arquitetura, remetendo-se ao silêncio sobre as questões do trabalho, e passou a falar apenas em arquitetura enquanto disciplina teórica abstracta”. Mesmo exigindo a todos os seus associados o cumprimento da legislação no exercício da profissão, a Ordem seria, a par das instituições do Estado responsáveis pela fiscalização, conivente com a degradação laboral e o incumprimento generalizado da lei do trabalho. Sem um sindicato que abordasse estas problemáticas e com uma Ordem profissional considerada cúmplice do processo de precarização, o instrumento organizativo que os arquitetos precários encontraram para se fazerem ouvir e para lançarem o debate foi uma “plataforma de discussão” que fosse também “um grupo de pressão”.

Quarta ausência: o não reconhecimento, pelo universo sindical, de determinadas atividades como sendo trabalho.

O trabalho sexual, que envolve um conjunto de barreiras legais, morais e políticas que fazem com que as pessoas envolvidas nestas atividades careçam de organizações laborais, é provavelmente o exemplo mais expressivo a este nível. Do ponto de vista legal, o trabalho sexual vive num limbo: não é ilegal, na medida em que o que constitui crime é a prática de “lenocínio”¹⁶⁸. Mas também não é legal, não havendo qualquer regulamentação específica.

O debate político sobre a abordagem relativamente a este tema tem oposto as perspetivas abolicionistas e proibicionistas e as que defendem o reconhecimento legal desta atividade. Ao contrário da abordagem regulamentarista, que defende a regulação e o reconhecimento desta atividade, com a conseqüente proteção legal dos e das trabalhadoras, o abolicionismo considera que o objetivo último deve ser abolir este tipo de atividade, que as pessoas que a exercem são vítimas (daí que não devam ser punidas) e defende a criminalização do proxenetismo e, em alguns casos, sanções para os “clientes”. Numa linha proibicionista, considera-se que os/as próprios/as trabalhadores do sexo praticam uma atividade que deve ser criminalizada (Nikita e Schaffauser, 2007: 14). Dentro do campo abolicionista existem argumentos focados no combate à dominação de género e à mercantilização do corpo e outros mais de ordem moral e dirigidos à necessidade de regulação da própria sexualidade.

Para aqueles que se batem pela auto-organização dos trabalhadores do sexo e pelo enquadramento legal desta atividade, o pressuposto é que, sempre que se trate de uma atividade comercial de prestação de serviços com significado sexual ou erótico que seja praticada entre adultos e com consentimento (o que exclui tudo o que envolva menores e também tudo o que esteja no domínio do “tráfico de pessoas”), então estamos perante “trabalho sexual” (Ramalho, 2013), ao qual deve ser associado o conjunto de direitos de que qualquer trabalhador beneficia, designadamente em matéria de proteção social.

Esta perspetiva, que valoriza a agência das pessoas que vivem do trabalho sexual e o seu “direito de dispor do próprio corpo e de utilizá-lo para satisfação do prazer de outros em troca de remuneração”, responsabiliza precisamente as leis proibicionistas por estarem

¹⁶⁸ O lenocínio sendo o ato de estimular, explorar ou facilitar a prostituição de outrem. Em Portugal, o crime está tipificado na Lei n.º 65/98, de 2 de Setembro e na Lei n.º 99/2001, de 25 Agosto.

na origem do estigma, da repressão e da discriminação destes e destas trabalhadoras, negando-lhes condições de trabalho adequadas, proteção jurídica, representação sindical e proteção das autoridades (Oliveira e outros, 2007; ver também Oliveira, 2004; 2011). Como se imagina, esta perspetiva está longe de ser acolhida pelo campo sindical¹⁶⁹, no qual as posições abolicionistas são claramente hegemónicas. Mas foi a partir dela que, desde 2009, as paradas de precários em Lisboa e no Porto passaram a contar com a participação de trabalhadores do sexo e dos seus aliados, que desfilam no *MayDay* com guarda-chuvas vermelhos (o símbolo da luta destes trabalhadores) sob o lema “Trabalho Sexual é Trabalho”.

Quinta ausência: a não priorização, nas estratégias sindicais, da representação e do recrutamento de sectores marginalizados da força de trabalho.

Reproduzindo no seu seio as desigualdades que marcam a própria sociedade, os movimentos sociais em geral e o movimento sindical em particular têm muitas vezes contribuído para a produção da invisibilidade dos sectores mais marginalizados e dos grupos com menos poder dentro da classe trabalhadora: mulheres, jovens, imigrantes, pessoas com deficiência, minorias em geral. Com uma composição social maioritariamente constituída por mulheres migrantes, o trabalho doméstico é um bom exemplo da ausência a que aqui nos referimos.

Desde sempre, os serviços domiciliários têm uma marca de género intimamente relacionada com “a desvalorização social deste tipo de trabalho, em contraponto ao trabalho considerado produtivo, desempenhado fora de casa e assente na profissionalização” (Abrantes, 2012: 105). Os dados mais recentes sugerem que tem aumentado consideravelmente a intensidade e a informalidade do trabalho doméstico em Portugal, combinando-se desproteção social e flexibilidade, num processo que o conduz de novo à subterraneidade (Abrantes, 2012: 92). Feminizado e crescentemente etnicizado – com forte presença de mulheres brasileiras –, trata-se de um trabalho feito à margem da Segurança

¹⁶⁹ Não é assim em todos os países nem em todos os sindicatos. No contexto europeu, há experiências de sindicalismo dos e das trabalhadoras do sexo, nomeadamente em Inglaterra (que assistiu em 2000 à formação do *International Union of Sex Workers*, pertencente ao GMB, um dos três principais sindicatos ingleses) e em França (com o *Syndicat du Travail Sexuel*, STRASS, sindicato autónomo). Para uma análise detalhada do processo de constituição do Sindicato Internacional dos Profissionais do Sexo vd Lopes, 2006; Costa, 2008.

Social, o que o remete para fenómenos de pobreza e de exclusão e o coloca numa zona de sombra no que à representação sindical diz respeito.

Num sector com estas características, a questão do trabalho está intimamente ligada às questões do género e da imigração, frentes que nem sempre merecem uma atenção particular das estruturas sindicais. Não será por isso um acaso que a primeira experiência de auto-organização de trabalhadoras domésticas migrantes não tenha surgido ligada a um sindicato mas a uma associação cujos objetivos eram a “promoção da igualdade de género e oportunidades da população em risco de exclusão social, nomeadamente mulheres, imigrantes e minorias étnicas”¹⁷⁰. Fundada em 2008 por uma ativista brasileira que começou por prestar apoio a mulheres imigrantes em duas igrejas lisboetas, a relação da associação Comunitária com a problemática do trabalho doméstico aconteceu por pressão da própria realidade e das histórias que as mulheres apresentavam nesse espaço. Desde 2012, o tema tornou-se o foco principal da associação, com a organização de piqueniques, ações de rua, encontros e sessões de esclarecimento e uma petição pública pela ratificação da Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho e pela alteração da lei do serviço doméstico.

Curiosamente, a Comunitária tem tentado uma aproximação ao universo sindical, colaborando com regularidade com a International Trade Union Confederation (ITUC) e com a sua campanha pela ratificação da Convenção da OIT sobre trabalho doméstico. Mas em Portugal, essa relação tem sido mais difícil. Na UGT, a questão do trabalho doméstico e a campanha “12by12”¹⁷¹ é acompanhada pela Comissão de Mulheres, mas trata-se, de acordo com a presidente da Comunitária, de “um trabalho mais teórico”, além de que tem havido por parte da central sindical algum “choque” com as posições consideradas mais “radicais” da associação no combate às agências de emprego e às suas margens de lucro. Quanto à CGTP, o sindicato no qual estas trabalhadoras poderiam integrar-se, o STAD¹⁷² (relativamente ao qual a Comunitária vem “tentando uma aproximação”, tendo inclusivamente pedido uma reunião há cerca de um ano, que ainda não teve lugar) está

¹⁷⁰ In <http://www.comunitaria.org/conhecer.php> [consultado a 12 de dezembro de 2014]

¹⁷¹ O sítio eletrónico da campanha “12by12” pode ser consultado aqui: <http://www.ituc-csi.org/domestic-workers-12-by-12?lang=en>

¹⁷² O STAD é o Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas, fundado em 1941 e filiado na CGTP.

sobretudo focado nas problemáticas das grandes empresas de vigilância privada e de limpeza industrial, não tendo, no seu plano de ação, qualquer referência ao trabalho doméstico¹⁷³.

¹⁷³ O plano de ação do STAD, com o título “Aumentar e melhorar a ação sindical para defender e promover os direitos e aumentar os salários no espírito do 25 de abril”, encontra-se disponível no endereço eletrónico: <http://www.stad.pt/images/stories/2008/07/programaaccao.pdf> [consultado a 11 de dezembro de 2014]

“O precariado dá luta”: exemplos de organização de sectores marginalizados



O *MayDay* surge, em Portugal, em 2007. Na foto da esquerda, o cartaz da “Queima dos Recibos Verdes”, uma das ações preparatórias do primeiro *MayDay* no Porto, em 2009, que consistiu num convite a trabalhadores precários para que queimassem na rua e coletivamente o seu livro de recibos como forma de protesto contra esta condição laboral. Na foto do meio, a faixa da parada de precários nesta cidade. À direita, o cartaz do *MayDay* Lisboa desse ano, onde se lê “o precariado dá luta!”.



A partir de 2009, os trabalhadores do sexo passaram a marcar presença no 1º de maio, através da integração no desfile do *MayDay*. (foto do *site* do *MayDay* Porto)



Nascida em 2008, a associação Comunitária luta pela alteração da lei do serviço doméstico (foto da página de *Facebook* da Comunitária)

Um processo de politização com a marca das desigualdades

Num estudo sobre práticas de ação coletiva na Europa, Nuno Nunes chama a atenção para o facto de os grupos mais precários serem os que menos se mobilizam. Recorrendo a inquéritos à escala europeia, o autor demonstra que *operários e empregados executantes* são as classes mais precarizadas, seguindo-se os *profissionais técnicos e de enquadramento*. Simultaneamente, a grande maioria (entre 64% e 74%) dos membros destas classes (*operários e empregados executantes*) e dos *profissionais independentes* não se tinham envolvido em práticas de ação coletiva no período considerado (Nunes, 2013: 57). Assinalando uma forte variação daquelas práticas em função da classe social e da estrutura do capital (económico, social, cultural), o autor conclui que “os profissionais liberais e os profissionais técnicos e de enquadramento são as classes sociais europeias mais ativistas” (idem: 161). Ou seja, os mais capitalizados são quem mais defende os seus direitos.

A análise do Nunes recorre às seis categorias de classe propostas pela versão simplificada da tipologia ACM (Costa, Machado e Almeida, 1990; Machado *et al.*, 2003)¹⁷⁴. Creio contudo que, para compreender o processo de *formação do precariado*, essa tipologia de classes é problemática. Se aplicar a tipologia ACM aos ativistas que entrevistei, os resultados que obtenho apontam para que quase 70% se incluem na categoria de “profissionais técnicos e de enquadramento”, confirmando assim a tese de Nunes. Mas o que nos dizem realmente estes dados? Se dentro da classe de “profissionais técnicos e de enquadramento” se incluem todos os “especialistas das profissões intelectuais e científicas” e os “técnicos e profissionais de nível intermédio” que sejam trabalhadores por conta de outrem, como estabelece a tipologia, então isso significa que cabem nesta “classe”, para dar apenas alguns exemplos reais do universo a que me refiro: um bolsheiro de investigação que ganha 750 euros sem qualquer proteção social; uma arquiteta remunerada à hora num gabinete que lhe paga abaixo do salário mínimo nacional; uma professora das Áreas de Enriquecimento Curricular a meio-tempo com contrato de seis meses; um enfermeiro a falso recibo verde; ou uma trabalhadora precária de uma ONG ameaçada de fechar as portas. E no entanto, do ponto de vista da sua condição, não estarão estes casos mais próximos do trabalhador do *call center* (um *empregado de execução*, na tipologia ACM) do que do

¹⁷⁴ A saber: (i) Empresários e dirigentes; (ii) Profissionais liberais; (iii) Profissionais Técnicos e de enquadramento; (iv) Trabalhadores independentes; (v) Empregados executantes e (vi) Operários (Nunes, 2013: 57-58).

médico que trabalha num hospital ou do professor universitário que tem um contrato sem termo e uma carreira (ambos *profissionais técnicos e de enquadramento*)?

Utilizando o mesmo esquema, a origem familiar dos entrevistados é essencialmente proletária (52%, se somarmos *operários industriais, empregados executantes e assalariados executantes pluriactivos*). Contudo, parece ser ao nível da escolaridade que os entrevistados percecionam a grande diferença em relação à geração que os precedeu. Na verdade, objetivamente, 85% dos entrevistados tem o ensino superior, contra 25% dos seus pais.

Para tentar resgatar a condição destes segmentos precários e escolarizados (para os quais a alteração de grupo profissional em relação à família de origem não é necessariamente sinónimo de mobilidade social ascendente...), alguns autores têm preferido utilizar o termo “proletariado precarizado” (Braga, 2012; 2014), “novos proletários” (Abdelnour, 2012) ou, noutra linha, “cognitariado” (Berardi, 2005), evitando tipologias que, centradas na profissão, constroem retratos que podem dificultar uma percepção do fenómeno mais ajustada. No mesmo sentido, mas a partir da sociologia da juventude, François Dubet argumentava, a propósito das mobilizações em França, que “por falta de perspectivas de futuro, as jovens gerações têm uma visão do mundo que se aproxima da das classes dominadas” (Dubet, 2008: 374).

Isto dito, é um facto que os recursos pesam na capacidade de mobilização. Com efeito, ressalta evidente, nas organizações de que se vem falando, uma composição muito maioritária de jovens escolarizados a trabalhar nos serviços. Ou seja, o conjunto de condições sociolaborais que podem ser incluídas na categoria do “trabalho precário” não têm tido todas a mesma voz, a mesma capacidade de mobilização nem o mesmo peso no processo de subjetivação política do precariado.

Ainda que alguns dos sectores mais marginalizados da força de trabalho venham sendo parte deste processo de auto-organização – constituindo um bom exemplo as trabalhadoras domésticas ou os trabalhadores do sexo e suas respectivas organizações – é um facto que a visibilidade pública e a representação mediática tem tomado a juventude licenciada e subempregada como figura paradigmática do “precariado”, remetendo para a sombra os jovens menos escolarizados, os imigrantes, os precários mais velhos ou os precários da indústria. Como argumentarei adiante, a proximidade entre os intermediários culturais (nomeadamente os jornalistas) e aquele segmento particular do precariado também contribui para explicar a atração que ele provoca e a maior atenção que lhe é dispensada.

Na capacidade de auto-mobilização política é ainda relevante o que alguns autores têm designado de “capital militante”, isto é, esse conjunto de competências mobilizáveis no quadro das ações coletivas, incorporadas sob a forma de “técnicas, disposições para agir, intervir ou obedecer” (Matonti e Poupeau, 2004: 8). Assim, se para alguns a participação neste tipo de movimentos é o prolongamento de uma socialização política longa, feita no contexto familiar, no movimento estudantil ou em experiências anteriores, nomeadamente em partidos, para outros essa participação corresponde ao contacto com um mundo social novo cujas regras nem sempre são evidentes. Por isso, a experiência tanto pode ser vivida como uma espécie de revelação intelectual, de ativação de um *habitus* rebelde que não se sabia existente, como pode sê-lo num registo de rejeição.

João contava-me, numa entrevista, como a sua participação num coletivo de precários tinha significado aceder a um universo com o qual nunca tivera contacto e que tomava como estando reservado a outros:

permitiu ativar em mim a identidade de ativista político (...) que me fez sentir em paridade com pessoas que estava acostumado a admirar à distância. Não que tenha conquistado algo de relevante deste ponto de vista, simplesmente a proximidade ajudou-me a construir ideologia e discurso e a dar-lhes relevância, em suma a perceber aquilo que defendo e porquê, [o que teve] grande influência na definição do meu percurso nessa fase da minha vida

Uma outra entrevistada, para quem a experiência de contacto com uma organização de precários significou “perder a capacidade de ser acrítica em relação sequer ao microscópico que me rodeia”, confessa que “a descodificação da realidade para mim e o esforço de a tornar inteligível para os outros revelou-se, num primeiro momento, um embaraço”, por não entender “a duplicidade de sentidos que é sempre possível transportar nas palavras, nas ideias”. No mesmo sentido, João reconhece que “interagir próximo de meios fortemente politizados (como partidos ou sindicatos ou associações de cariz político) não é fácil, por vários motivos. A intelectualização do discurso, a crítica exacerbada, a politização da linguagem, cultura contra corrente...”.

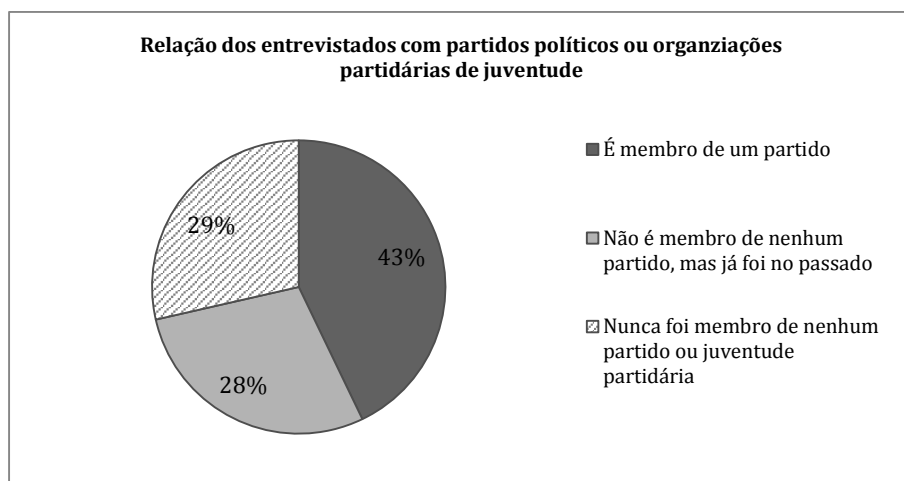
Na verdade, se em algumas circunstâncias o envolvimento no ativismo e na ação política pode ter um efeito libertador, noutras pode reforçar um sentimento de dominação. Rita, por exemplo, refere-o por via de uma espécie de interiorização da sua suposta incompetência estatutária perante os “profissionais” do ativismo, revelando o quanto a

diferenciação entre *profanos* e *profissionais* pode ser, também em movimentos deste tipo, uma fonte de desapossamento:

Eu não estava envolvida em todas as ações que se falava e não tinha um conhecimento profundo nem sequer superficial às vezes daquilo que se falava, estás a perceber? E portanto achava que todas as pessoas ali eram muito mais competentes para fazer aquele trabalho do que eu...[silêncio]. Acho que cada um tem o seu papel e o meu papel decididamente não é esse.

(...) Comecei a sentir que o movimento já não tinha aquele impacto inicial, sabes? Parecia mais uma questão de formalidades, de politiquices talvez... Quando a gente ia para a rua e colocava cartazes e fazíamos *workshops*, eu sentia-me mais ligada. Quando [o grupo] passou a tratar questões mais políticas, houve uma fase em que eu senti que todas as pessoas ali sabiam o que iam fazer, era manifestos e mais não sei quê e toda a gente sabia o que era aquilo e o que era suposto fazer e eu não fazia a mínima ideia que linguagem era aquela e portanto acabei por perder um bocadinho o fio à meada... (...) Senti-me diminuída e acabei por perder o interesse. Não porque não acreditasse mas porque não acreditava em mim e no que eu podia fazer lá (...)

É a combinação de capital escolar e de capital militante que faz com que o campo do ativismo seja um mundo social familiar. Para a maioria dos entrevistados, isso acontece porque, em algum momento da sua vida, já tinham tido um envolvimento político que lhes permitira adquirir o tipo de disposições que a prática ativista parece requerer. A este propósito, não é irrelevante referir que, se a maioria dos entrevistados não tinha, no momento da entrevista, uma filiação partidária (57%), já se se somar o grupo dos que estavam inscritos em partidos e dos que já tinham estado no passado, verifica-se que a maioria (71%) teve uma socialização política que passou também por esse universo.



Uma última consideração sobre a dimensão das desigualdades de género, que se reproduzem no campo profissional e no processo de precarização, mas também no campo do ativismo. Sofia, militante feminista e uma das pessoas que esteve na fundação do *MayDay*, revela que “quase todos os *MayDays* tiveram porta-vozes mulheres, às vezes quase unicamente mulheres”, considerando que

o *MayDay*, tal como nenhuma outra estrutura, não pode ser uma bolha em relação ao resto da sociedade e portanto as relações de poder que existem cá fora reproduzem-se lá dentro. Mas as relações podem ser, não neutralizadas, mas mitigadas, exatamente pelo que se exige de todas e pelas regras que são instituídas...

Contudo, noutras entrevistas, aparecem perceções diferentes sobre o trabalho dentro das organizações de precários: “claramente o trabalho político é mais desempenhado por gajos (...) e há uma parte do trabalho organizativo que é mais desempenhado por mulheres, excepto o T., que acumula tudo”, explicava Ana. Esta divisão sexual do trabalho militante tem sido apontada por vários estudos sobre as “relações sociais de sexo” que “impregnam em profundidade todos os movimentos sociais” (Kergoat, 1992: 122), quer através da separação (tarefas diferentes consoante os sexos) quer da hierarquização (com a valorização desigual dessas tarefas e responsabilidades).

Se, para Sofia, no *MayDay* “a divisão não era assim tão clara sobre tarefas mais logísticas e tarefas mais intelectuais ou escrita de panfletos”, até porque era ela quem “marcava as reuniões e quem escrevia os panfletos, como falava para as televisões”, para Ana, “talvez a Sofia seja a gaja que tem mais tarefa política porque ela pensa, ela escreve,

ela quer...”. De facto, as formas de desigualdade e de classificação não são apenas um eco linear do sistema patriarcal, mas são produzidas no interior dos grupos e atravessam as fronteiras de género. Mas o relato seguinte de Ana revela o quanto o exercício das responsabilidades pode também repousar, nalguns casos, numa definição informal de tarefas que é sexuada, cabendo aos homens a tomada pública de palavra e o trabalho de elaboração intelectual e às mulheres as funções mais invisíveis de organização, de preparação das ações ou de manutenção dos contactos e da coesão do grupo.

A minha passagem pelo MATA foi assim um bocado traumatizante porque eu tinha de fazer mas não podia fazer e houve coisas assim muito tensas e desagradáveis. E portanto isso também me deixou assim uns traumazinhos de dificuldade de iniciativa, de poder...

(...) talvez no meu caso, acho que isso faz com que as pessoas também se refugiem nesse medo de fazer mal... E faz com que as pessoas se refugiem mais em tarefas, coisas que não sejam políticas mas mais organizativas.

Eu: Podes dar-me três exemplos do que consideras tarefas políticas e tarefas organizativas?

Tarefas políticas: definir linhas estratégicas, o que é que nós vamos fazer a seguir e porquê. Pensar sobre isso e propor isso. Outra tarefa política que é importante e que a gente tem negligenciado nos últimos tempos que é saber o que está a acontecer, saber o contexto político e portanto fazer um mapa, analisar o que tá a acontecer para aquilo que te interessa. E depois a parte mais de escrever textos, notícias, comunicados, tudo isso, a tua comunicação para fora também é uma tarefa política

Tarefas organizativas é mais: produção de materiais... Há uma manif, é preciso fazer isto, isto, isto, isto e isto para isto acontecer. É preciso a base de dados, chegou um novo associado, é preciso mandar um e-mail, que ele pague as cotas.

Na parte que eu te disse que é político não me lembro de ver nenhuma gaja. (...) Por exemplo o *site*, comunicados de imprensa... Nem sei se eu já escrevi algum comunicado (...) Talvez isto esteja um bocado mais dividido, mas em princípio as gajas que estão, estão do lado de cá. (Ana)

O modo como as diferentes organizações gerem a questão de género merecia um desenvolvimento muito mais aprofundado. Todavia, nesta breve referência, vale a pena anotar que, ao mesmo tempo que se verificam desigualdades nas práticas militantes, a participação em contextos ativistas pode ser também um espaço para trabalhar o género e

para suscitar debates que rompam o círculo da evidência da discriminação. Por comparação com o universo sindical, por exemplo, as organizações de precários têm uma presença de mulheres como protagonistas públicas bastante mais significativa. O facto do método utilizado na escolha das pessoas entrevistadas ter resultado em 55% de mulheres não será uma mera coincidência. Além disso, a agenda feminista parece não estar ausente nem das reivindicações nem das práticas concretas de organização. Refira-se, a título de exemplo, o exemplo da Comunidária ou as preocupações, no Fórum da Precariedade, com a existência de paridade nos painéis ou com um serviço de *babysitting* que contrariasse a penalização das pessoas com filhos, cujo cuidado recai maioritariamente, como é sabido, sobre as mulheres.

2. As organizações do *preariado*: características, formas de ação e relação com outros campos

Uma tentativa de caracterização: objetivos, tipo de organização, inserção internacional

Constituindo um campo comum, os grupos de precários não são homogêneos no que diz respeito aos objetivos que estabelecem e ao modo como se organizam, sendo também variável a sua inserção internacional.

Do ponto de vista dos objetivos, os grupos de precários poderiam ser divididos em três grandes linhas, que obviamente não são estanques. Por um lado, há os que operam uma intervenção política mais geral de contestação do processo de precarização e que pretendem construir modalidades concretas de representação do precariado como um novo sujeito político e social. Nesta lógica, a ideia da precariedade como “projeto global” que afeta as diversas dimensões da vida resulta na formulação de propostas e de campanhas sobre os temas mais capazes de serem transversais a esta condição: os vínculos precários (sejam eles o trabalho temporário, os recibos verdes, os contratos a prazo ou os estágios não remunerados), a segurança social, a dificuldade de emancipação dos jovens ou a exploração reforçada a que estão sujeitos os imigrantes, por exemplo. A abordagem que decorre desta disposição política traduz-se no estímulo à ação coletiva e à mobilização social, nomeadamente em aliança com outros agentes de protesto. Nesta linha poderíamos situar o *Stop Precariedade* (ainda que a sua ação tenha sido sobretudo à escala da empresa), a iniciativa do *MayDay* ou os *Precários Inflexíveis*, por exemplo.

Uma segunda linha parte de aspetos mais particulares de determinados sectores sócio-laborais, procurando representar esses segmentos a partir de uma identidade profissional específica. Neste caso, o objetivo passa por criar mecanismos de regulação e reconhecimento de realidades laborais particulares, em contramão com a informalização e a descontratualização dominantes. É o caso, por exemplo, da ABIC para os bolseiros, da Maldita Arquitetura para os arquitetos, dos grupos de professores das AECs ou da Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual.

Há ainda uma terceira linha em termos de objetivos que está para além da representação de um grupo na sociedade e da intervenção no campo político e institucional, que passa pela prestação de serviços concretos a trabalhadores precários. O exemplo da

associação Apuro ou da Comuidária poderia ser aqui referido como um dos casos em que mais claramente a reivindicação de alterações legais anda a par com a oferta formativa, o aconselhamento jurídico ou a alfabetização digital, entre outras dimensões. As atividades dinamizadas pelos Precários Inflexíveis no *Mob* apontam num sentido semelhante. Em cada caso concreto, contudo, o mais provável é que cada organização combine vários destes objetivos e que, na história do coletivo, eles tenham pesos diferentes num momento e noutro. A consciencialização sobre os direitos laborais existentes (numa espécie de alfabetização jurídica de massas), o apelo à sindicalização e a conquista de novos direitos laborais estão também presentes em algumas destas experiências.

Ao nível da organização, estes diferentes grupos diferem na sua forma (iniciativas, coletivos, associações ou plataformas), no seu funcionamento (mais fluído e horizontal ou mais estruturado e hierárquico), na sua dimensão (medida, por exemplo, através do número de membros/participantes) e na sua escala de ação (local, nacional ou internacional).

Nalguns casos, falamos de *iniciativas* centradas num determinado acontecimento – como o *MayDay* que, apesar de envolver um processo assembleário preparatório, é como se viu, sobretudo, a parada que acontece no 1º de maio. Na maioria das vezes, são *coletivos* informais que pretendem responder aos bloqueios sindicais através de uma ação localizada na empresa ou no território que se constitua como um antídoto ao fatalismo. Nestes exemplos, a dimensão pequena confere-lhes uma capacidade maior para definir objetivos comuns, para gerar processos de participação mais horizontal e de identificação mais intensa, como parece ter acontecido, nomeadamente, com o Stop Precariedade, a Maldita Arquitetura, os Professores das AEC ou o FERVE. Nalguns casos, estamos perante *associações*, que apostam na continuidade da intervenção e nas vantagens resultantes da formalização de uma estrutura, nomeadamente no reconhecimento e interlocução com as instituições – como aconteceu com a ABIC, o MTD e, mais tarde, com os Precários Inflexíveis. Por vezes, essas vantagens relacionam-se também com a captação de fundos públicos ou privados para projetos de intervenção (como faz a Comuidária, recorrendo aos financiamentos na área da igualdade de género, por exemplo) ou para a realização de encontros (é o caso, por exemplo, da ABIC).

Há ainda, finalmente, as *plataformas* ou *redes* de organizações que têm intervenção sobre um determinado assunto e que se unem em torno de uma agenda comum. A Plataforma dos Intermitentes, por exemplo, juntou cerca de uma dezena de organizações

socioprofissionais do sector do espetáculo e do audiovisual para lutar por uma lei capaz de dotar os intermitentes de um regime de contratação e de segurança social adaptado à sua condição. No caso da Rede de Trabalho Sexual, convergiram no mesmo objetivo 13 associações e projetos que intervinham na área dos direitos sexuais, da prevenção, do planeamento familiar e da promoção da saúde reprodutiva, bem como vários investigadores, ativistas e trabalhadores do sexo. Com uma intervenção assumidamente política, o objetivo da rede é, desde o início, o debate sobre os direitos e os deveres, nomeadamente laborais, associados a esta atividade.

Claro que não é a forma jurídica que determina o funcionamento. Regra geral, e excluindo porventura os grupos com um perfil claramente associativo como a ABIC ou a Comuidária, estes vários grupos e iniciativas comungam de uma certa apologia da democracia direta e da horizontalidade, desconfiando das formas de mediação e representação mais burocratizadas e recorrendo com intensidade à figura da assembleia. O elogio da informalidade não é necessariamente garante de um maior grau de democraticidade, como demonstraram os debates no seio dos movimentos feministas (Freeman, 1972) ou os estudos recentes sobre os Intermitentes em França (Abdelnour et ali, 79-81). Do mesmo modo, um certo grau de formalização não é impeditivo de modalidades de participação tendencialmente horizontais, de decisões que privilegiem o consenso e da preponderância de assembleias abertas.

Relativamente à dimensão, quanto maior a informalidade, mais difícil se torna distinguir quem faz ou não parte do coletivo. Mas sabemos que eles oscilam entre grupos de pequena dimensão (o melhor exemplo será porventura o FERVE, cujo núcleo que reunia regularmente nunca ultrapassou uma dezena de pessoas) até associações com algumas centenas de sócios (caso da ABIC, dos Precários Inflexíveis ou da Comuidária, que oscilam entre os 200 e os 500 membros formais cada uma). A dimensão, contudo, não é o principal recurso organizativo, se ponderado com outros que permitem ampliar a capacidade de ação e o reconhecimento público da organização. O acesso aos media, a capacidade de irromper no espaço público de forma espetacular, a *expertise* ou outras dimensões jogam por vezes como mecanismos de compensação que amplificam a influência social dos grupos.

No que diz respeito à escala de ação, ela varia entre a intervenção local, nomeadamente ao nível da empresa (estratégia preferida pelo *Stop Precariedade*, por exemplo) e a nacional ou internacional. No conjunto deste campo contestatário, há

claramente uma predominância de ações dirigidas à escala nacional (veja-se, por exemplo, que é a essa escala que se dirigem as petições e as reivindicações), que é também a do Estado-nação e a do Direito de trabalho, mesmo se elas acontecem, basicamente, nas duas ou três maiores cidades do país e, sobretudo, em Lisboa.

Nascidas na sua maioria já na ressaca do movimento alterglobal (cuja pujança foi desaparecendo a partir de meados da década de 2000), as relações internacionais das organizações de precários parecem confirmar, pelo menos até ao ciclo internacional de protesto iniciado em Portugal em 2011, a tendencial remissão das lutas sociais ao espaço nacional e também o lugar periférico que Portugal ocupa no espaço dos movimentos sociais no contexto europeu. Na verdade, a maior parte das organizações de precários não pertence a nenhuma rede internacional ativa, o que não quer dizer que não tenham procurado em experiências internacionais inspiração para a sua formação, numa lógica de *difusão* de representações, temas e interpretações conflituais (Tilly e Tarrow, 2006). É o caso, por exemplo, da influência das experiências das greves italianas e francesas na génese do Stop Precariedade; da importância da luta dos Intermitentes franceses na formação da Plataforma dos profissionais do espetáculo e do audiovisual em Portugal; ou do relevo do *MayDay* de Milão no acontecimento congénere realizado no nosso país. Acontece que, nessa difusão, Portugal é, por assim dizer, o “recetor”: não estamos perante relações de comunicação e troca, mas sim perante fenómenos de recontextualização para a realidade portuguesa de experiências de outros locais.

Há exceções. A ABIC integra, desde o seu início, o EURODOC – Conselho Europeu de Doutorandos e Investigadores Juniores, estrutura fundada em 2002, com sede em Bruxelas, que federa 34 organizações nacionais de doutorandos de todo o continente. A europeização das políticas de investigação e o processo de internacionalização da produção científica ajudam a explicar que seja nesta área que encontramos este tipo de articulação, mas também se percebe que este conselho, que é uma importante plataforma de circulação de informação, tem um perfil menos próximo de uma rede de ativismo político e mais próximo de uma representação institucional junto dos organismos europeus.

Também a Comuidária integra a rede internacional em torno da campanha pelo trabalho doméstico digno promovida pela ITUC, sendo reconhecida internacionalmente como interlocutora nessa área e os Precários Inflexíveis mantêm, sobretudo a partir do ciclo de 2011/2012, relações com um conjunto de organizações semelhantes, nomeadamente a

Oficina Precaria¹⁷⁵, em Espanha, o grupo que se organiza em torno do blogue *Quintostato* em Itália ou a Rede de precários e desempregados *Diktio Epísfalos Ergazomenon*, da Grécia. No último Fórum Precariedade e Desemprego, deu-se um primeiro passo para a constituição de uma rede formada por essa e outras organizações¹⁷⁶.

Os repertórios de ação coletiva dos precários

Em pouco mais de uma década, as organizações de precários estruturaram um espaço de ativismo e estiveram na origem de processos de mobilização intensos, conseguindo introduzir na agenda pública novos temas e propostas para combater a precarização. Para isso, recorreram a um repertório de luta¹⁷⁷ diversificado e foram construindo alianças entre si e com outros agentes, nomeadamente sindicais e políticos. A análise da história e das ações levadas a cabo por este campo de conflito revela-nos que elas se dirigiram sobretudo a três instituições.

Por via de denúncias, ações de rua, comunicados ou testemunhos, dirigiram-se aos meios de comunicação social, mecanismos centrais de difusão de mensagens com um poder crescente em sociedades fortemente mediatizadas como as nossas. Através de petições, propostas, audições e manifestações, dirigiram-se às instituições políticas, particularmente ao Governo e ao Parlamento, que detém o poder legislativo determinante na regulação das relações de trabalho. Servindo-se das potencialidades emancipatórias do Direito, levaram a cabo queixas e denúncias, sobretudo junto das instituições do Estado responsáveis pela fiscalização na área do trabalho (Autoridade para as Condições do Trabalho), acusando desse

¹⁷⁵ Apresentada oficialmente no dia 1 de maio de 2012, a Oficina Precaria é um coletivo espanhol que nasce da dinâmica do movimento dos Indignados, em particular da Acampada de Madrid e de uma das organizações que a impulsionou, o *Juventud Sin Futuro*. Dirigida “a todo o tipo de trabalhadoras intermitentes (desempregadas, empregados com contratos temporários e a tempo parcial, falsas autónomas, estagiários e qualquer outra pessoa com trabalho precário)”, a oficina pretende ser um espaço de coordenação de lutas e resistências para desempregados e precários.

¹⁷⁶ O Fórum Precariedade e Desemprego é um encontro organizado pelos Precários Inflexíveis, que teve a primeira edição em 2013. As organizações em causa são nomeadamente a *Juventud Sin Futuro* e *Precarity and Youth*, do Estado Espanhol e *Connessioni Precarie* e *Camera del Lavoro Autonomo e Precario*, de Itália.

¹⁷⁷ Um movimento social tem necessariamente uma dimensão coletiva, objeto de um trabalho de construção de identidades e objetivos comuns, e uma dimensão conflitual, que implica relações de oposição, antagonismo e confronto com um adversário definido de forma mais ou menos clara. Charles Tilly (1984) designou as formas de protesto de que dispõe um grupo ou um movimento como o seu repertório de ação coletiva, conceito de que aqui nos servimos.

modo a discrepância gritante, no domínio laboral mas não só, entre o direito escrito e o direito praticado.

Em cada momento, as diferentes organizações foram selecionando a estratégia que consideraram mais adequada. Capazes de combinar o registo das formas modernas (comuns, aliás, com outros movimentos e com o sindicalismo) com registos mais festivos, de ações choque e simbólicas, ou com registos que se valem da mobilização da *expertise* científica, as organizações de precários desenvolveram também, sobretudo a partir de 2007, uma série de “campanhas”, isto é, combinações articuladas e estendidas no tempo de diferentes repertórios (Tilly, 2008) que juntam quase sempre mais do que um grupo numa coligação temporária.

Os repertórios de ação coletiva dos precários
Dentro do amplo repertório de protesto acionado pelos precários, salientam-se alguns dos instrumentos mais frequentes na história dos movimentos sociais contemporâneos: as petições, as manifestações e as denúncias e tomadas de posição pública. A elas somam-se outras três modalidades que, no caso destes grupos, adquirem relevância. A primeira é a produção de informação divulgada por via impressa mas sobretudo através do espaço <i>online</i> , com vídeos colocados no <i>youtube</i> , blogues e páginas nas redes sociais. A segunda são os debates e as iniciativas públicas com carácter assembleário. E a terceira, a irrupção transgressiva no espaço público e no espaço da produção.

No período considerado, quase todos os grupos que analisámos foram promotores de petições, sobretudo dirigidas ao poder legislativo mas também, nalguns casos, ao Governo¹⁷⁸. A importância da utilização deste instituto legal não pode ser desligada da

¹⁷⁸ Vale a pena enumerar alguns exemplos. Em 2006, a Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual recolhe assinaturas pela “criação de um regime laboral e direitos sociais para o trabalho intermitente”, reivindicação que dirige ao Parlamento. No mesmo ano, a ABIC utiliza o mesmo instrumento para reclamar, junto do Governo, contra os atrasos nas bolsas de investigação. No ano seguinte, o FERVE lançaria a sua petição, com a Assembleia da República como destinatária, para “neutralizar a utilização dos denominados falsos recibos verdes”. Em 2010, os Precários Inflexíveis, o FERVE, os Intermitentes e o APRE! (Ativistas Precários) entregam ao Parlamento mais de 12 mil assinaturas com vista à “regularização das situações injustas nas contribuições singulares para o sistema de Segurança Social decorrentes da existência do falso trabalho autónomo”. No final desse ano, a Interjovem decide promover uma iniciativa semelhante sobre o tema da precariedade, desta feita sob o mote “Para um posto de trabalho permanente, um vínculo de trabalho efetivo”. Nos anos seguintes, a associação de bolseiros de investigação voltaria à carga (2011) e a

valorização de que ele foi objeto a partir dos anos 90. De facto, a extrema informalidade com que pode ser utilizado, a admissão de petições *online* e a crescente rapidez com que são apreciadas pelo Parlamento transformou-as numa das mais recorrentes expressões da cidadania ativa dirigida ao Estado. Como se explica numa investigação recente sobre esta prática, “nunca se apresentaram tantas petições como no presente” e, no conjunto das petições recebidas pela Assembleia da República, a proporção de petições individuais e coletivas é sensivelmente equivalente, constatando-se que, no seio das petições coletivas, tem diminuído sobretudo o peso das que são apresentadas por sindicatos (de 31% na primeira metade dos anos 90 para 13%, na segunda metade dos anos 2000) (Tibúrcio, 2010: 131-137).

Também as manifestações¹⁷⁹ têm destaque entre os grupos de precários. No espaço das organizações de precários, as manifestações distinguem-se das que são promovidas pelo campo sindical essencialmente pelo tipo de *sectores* que visam mobilizar (por exemplo: os bolseiros de investigação, em 2007 e 2010, por convocatória da ABIC; os desempregados, numa convocatória lançada pelo MSE em 2012) e pela sua *morfologia*, dado que nem sempre se fazem no modelo de cortejo com palavras de ordem, mas assumem também outras formas como por exemplo “pedaladas” (como a que foi promovida pela ABIC e FERVE em 2007, apelando ao uso de bicicletas), caminhadas longas (como a que aconteceu em Guimarães em março de 2009 por iniciativa do MTD) ou desfiles festivos, de que são exemplo os vários *MayDay*.

As tomadas de posição e as denúncias públicas constituem também uma das principais componentes (nalguns casos, absolutamente dominante, como no FERVE) da atividade das organizações de precários. Elas fazem-se sobretudo a partir da comunicação *online*, através de canais de denúncia que os movimentos criam e da publicação de testemunhos nos seus blogues (prática frequente nos Precários Inflexíveis e no FERVE). Mas elas podem originar também ações de rua junto a determinadas empresas ou instituições acusadas de promoverem a precariedade (como aconteceu com o Museu do Design e da Moda, em Lisboa), campanhas de solidariedade (como a que foi desenvolvida com os

Comunidade lançava a sua petição pelo trabalho doméstico digno pela ratificação, pela Assembleia da República, da Convenção 189 da OIT.

¹⁷⁹ Fillieule (1997:44) define-as como “ocupações momentâneas por várias pessoas de um espaço público ou privado aberto e que comporta direta ou indiretamente a expressão de opiniões políticas” (Fillieule, 1997: 44).

reccionistas de Serralves), debates públicos (como os que a Maldita Arquitetura promoveu em torno da sua “Declaração Maldita”) ou campanhas *online* (como a que o FERVE lançou aquando das multas das Finanças aos trabalhadores independentes). Muitas vezes, as denúncias dão lugar a queixas apresentadas junto da Autoridade para as Condições de Trabalho. A mobilização deste instrumento e a reivindicação do cumprimento da lei, nomeadamente no que diz respeito aos “falsos recibos verdes” ou ao falso trabalho temporário, tem sido uma das estratégias mais recorrentes das organizações de precários, fazendo um uso contra-hegemónico do Direito e do Estado.

No sentido de produzirem os seus próprios conteúdos informativos e de chegaram a contingentes maiores de trabalhadores na mesma condição, muitos destes grupos desenvolveram um uso intensivo da comunicação e das plataformas *online* como suportes da sua ação. Nestes, não é apenas a denúncia mas também a divulgação de iniciativas e de direitos que constitui preocupação das organizações. Seja por via de FAQs *online*¹⁸⁰ (como acontece com o *site* da ABIC, entre outros), de panfletos e boletins em papel (como era o caso do Movimento dos Intermitentes ou da Comuidária) ou de vídeos que se colocam *online* (como foi feito pelos Precários Inflexíveis a propósito do Código Contributivo¹⁸¹, por exemplo), a disseminação de informação e de uma contrainterpretação das medidas do Governo e das decisões das instituições é uma dimensão relevante do ativismo desenvolvido. Neste âmbito, é também de referir o recurso ao instrumento do Inquérito. Repertório muito querido pelos movimentos do radicalismo operário dos anos 60 e 70 – porque entendido como meio de transformar os trabalhadores em produtores de conhecimento sobre si próprios enquanto grupo – e utilizado hoje pelo movimento sindical em registo mais académico e em formato de encomenda a instituições ou grupos de investigadores, o inquérito militante, agora *online*, foi recuperado pelas organizações de precários, nomeadamente aplicando-o à realidade dos trabalhadores científicos (ABIC, em 2006; Precários Inflexíveis, em 2014).

Na mesma linha, a promoção de assembleias públicas temáticas (sobre o Código Contributivo, sobre a situação das Amas da Segurança Social, sobre a realidade dos desempregados, sobre o problema dos intermitentes) é um instrumento fundamental para o

¹⁸⁰ Acrónimo inglês para *Frequently Asked Questions*, isto é, as dúvidas recorrentes sobre uma determinada matéria, acontecimento ou organização.

¹⁸¹ O vídeo encontra-se no *Youtube*: <https://www.youtube.com/watch?v=Z8cw8LTWDys>, tendo alguns milhares de visualizações [consultado a 21 de janeiro de 2015]

conhecimento, o contacto direto e a organização de processos de luta. Além disso, alguns destes grupos têm recorrido à organização de encontros e de debates públicos, destacando-se, por exemplo, as *Conferências sobre o Emprego Científico* promovidas bianualmente pela ABIC; os debates em faculdades e espaços culturais ou o *Fórum sobre a Precariedade*, organizados pelos PI; as festas e sessões temáticas dos Intermitentes; ou as sessões de esclarecimento sobre o trabalho doméstico realizadas pela Comuidária em espaços de outras associações.

Por último, mas não menos importante, deve ser referida a irrupção transgressiva no espaço público. Marca identitária sobretudo dos Precários Inflexíveis, este tipo de ações é comum noutros países¹⁸². Em Portugal, algumas ações simbólicas mais transgressivas tiveram forte impacto mediático. Uma delas foi a inundação do centro Comercial Colombo, em Lisboa em 2008, com pequenos papéis coloridos com mensagens anti-precariedade, lançados clandestinamente do último andar do edifício, num desafio à proibição de atividades políticas naquele espaço comercial. A outra foi a invasão de um *call center*, também em Lisboa, em 2010, para apelar à greve geral. Durante a ação, que irrompeu por aquele local de trabalho violando as regras da empresa e forçando a entrada perante os seguranças, os "Precários Inflexíveis" exibiram uma faixa onde se podia ler: "Não pisem mais o precário, greve geral dia 24 de Novembro!". Outras iniciativas menos espetaculares também tiveram difusão: o protesto fotográfico dos bolseiros de investigação, por exemplo, ou a inundação dos *call centers* realizada em 2010, com centenas de chamadas telefónicas

¹⁸² Em França, por exemplo, o movimento dos Intermitentes ficou conhecido por ter interrompido o telejornal, numa ação que não poderia ter acontecido sem a cumplicidade de alguns dos trabalhadores do meio. O Jeudi Noir, movimento criado no dia 24 de outubro de 2006, aniversário da sexta-feira negra da bolsa nova-iorquina em 1929, transformou em verdadeiras festas de grupo as visitas a apartamentos para alugar, invadindo-as (na companhia de jornalistas) com música em alta frequência, serpentinas e roupa colorida, para denunciar politicamente a ausência de respostas públicas no domínio da habitação, o valor das rendas que absorve todo o salário e a transferência de rendimento dos jovens para os proprietários. Também um outro coletivo, formado em 2008, intitulado L'Appel et la Pioche, adoptava um método a que os autonomistas da década de 1970 apelidavam de "comunismo do imediato": a apropriação direta de bens e de serviços de forma gratuita ou a autorredução do seu preço para quem não pode pagar. Nas vésperas do réveillon, os ativistas entravam nos supermercados, enchiam os carrinhos com bens alimentares e, num determinado momento, abriam uma toalha, consumindo festivamente e distribuindo gratuitamente os produtos – comida, bebida... – a quem passava, associando essa ação simbólica a uma crítica do aumento do custo de vida, da repartição desigual de rendimento ou das excessivas margens de lucro da grande distribuição (Porte e Cavalíé, 2009: 92-94).

feitas por ativistas em todo o país, durante as quais liam ao operador do outro lado da linha uma mensagem sobre as condições laborais e um apelo à participação no *MayDay*¹⁸³.

O espaço das organizações de precários em Portugal

Seria impossível falar da estruturação de um campo contestatário constituído pelas organizações de precários se as tomássemos de forma isolada. Pelo contrário, só podemos compreender o espaço que elas configuraram se tivermos em consideração as relações que mantêm com outras esferas sociais – desde logo, o campo político, o campo sindical e o campo mediático – e as relações, de natureza e intensidade variáveis, que as organizações de precários estabelecem entre si, na sua complexidade e ambivalência. Esse “espaço dos movimentos sociais” (Mathieu, 2012), constituído por mobilizações, organizações e personalidades concretas, deve ser apreendido na sua dimensão interativa interna – alianças, disputas e coligações – e externa – isto é, na sua ligação com o ambiente político, social e económico em que atuam (Tarrow, 1994: 3-4). Para isso precisamos de levar em linha de conta os diferentes princípios de estruturação e classificação dentro desse espaço, assentes na legitimidade (conferida pela história e pelo peso de cada grupo, por exemplo), na capacidade de mobilização, no recrutamento social ou na proximidade com outros campos. Precisamos, igualmente, de reconhecer que, como outros universos sociais, se trata de um espaço que é também uma arena de luta entre organizações, que disputam recursos, visibilidade pública, reconhecimento (nomeadamente por parte dos outros coletivos e do campo político e mediático) e a própria definição do que está em causa (Mathieu, 2012: 30-42).

As relações dentro do espaço das organizações de precários

Se me refiro a um *espaço das organizações de precários*, é porque se verifica um reconhecimento de umas organizações pelas outras como partilhando um objeto comum e uma convicção sobre a sua validade, ainda que relativamente a ele desenvolvam estratégias, formas de ação e discursos diferenciados.

¹⁸³ O vídeo desta ação está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4LlrGOBXKcQ> [consultado a 12 de janeiro de 2015]

Ao nível nacional, as relações entre as diferentes organizações de precários foram-se intensificando. Por um lado, desenvolveram-se relações de *colaboração*: a participação dos PI nas manifestações de bolseiros; a participação da ABIC, da Plataforma dos Intermitentes ou do FERVE em debates organizados pelo PI; as sessões de esclarecimento da Comuidária em espaços de outras associações, por exemplo. Por outro, desenvolveram-se *iniciativas comuns*, como aconteceu em 2007 com a Pedalada pela Ciência, dinamizada em conjunto pela ABIC e pelo FERVE e *coligações constituídas para desenvolver campanhas*, como a que se produziu entre o Apre!¹⁸⁴, os PI, o FERVE e a Plataforma dos Intermitentes, em 2009/2010, para lançar a campanha “Antes da Dívida Temos Direitos” ou a que se construiu em 2012 para a Iniciativa Legislativa de Cidadãos/ Lei contra a Precariedade, entre Movimento 12 de março (M12M), FERVE, PI e Plataforma dos Intermitentes. No âmbito das relações de cooperação, uma outra ação merece destaque: o *MayDay*. Na sua génese, o *MayDay* foi um processo que pretendeu trazer para uma experiência conflitual nova um conjunto de ativistas de diferentes organizações, que se conheciam de coletivos estudantis, do movimento alterglobal e de outras lutas concretas.

Entre as organizações de precários há também dinâmicas de concorrência, nomeadamente relacionadas com a visibilidade e o reconhecimento.

Uma delas designo de *competição pela representação*, quando acontece haver zonas de sobreposição em relação aos segmentos sociais a que cada grupo quer dar expressão. Dois exemplos podem ser invocados. Um refere-se à questão dos desempregados. Quando nasceu, em março de 2012, o Movimento Sem Emprego partiu de um diagnóstico muito crítico sobre a incapacidade das organizações já existentes darem voz ao problema do desemprego, o que justificaria a criação de um grupo especificamente dedicado a essa temática. Com alguma projeção mediática ao nível das tomadas de posição, a criação desse movimento acabou por reativar a atividade pública de um outro (o MTD), fundado em 2004, que corria o risco de ver o seu espaço diminuído à medida que aumentasse o protagonismo do novo coletivo, o qual acabou por ter uma duração efémera. O outro exemplo é relativo aos bolseiros de investigação científica. Convencidos da necessidade de uma ação mais enérgica e de uma organização mais horizontal, que não reconheciam na ABIC, um conjunto

¹⁸⁴ Apre! é o nome do coletivo Ativistas Precários, fundado em 2009 na sequência do primeiro MayDay no Porto. De curta duração, o grupo não durou mais do que um ano. Atualmente, a sigla APRE é utilizada pela Associação de Pensionistas e Reformados, fundada em outubro de 2012.

de ativistas dos Precários Inflexíveis, investigadores em condições precárias, entre os quais alguns que eram também membros daquela associação de bolseiros, decidem criar um “Grupo de Bolseiros” no seio dos PI. Apesar de não terem deixado de colaborar (como demonstra a Carta Aberta pela Ciência, que a ABIC dinamizou no verão de 2014 e que é subscrita também por elementos dos PI), é evidente que por vezes um e outro grupo disputam a resposta e a interlocução pública sobre uma temática comum.

À outra dinâmica de concorrência chamo *competição pela polarização*. Regra geral, mesmo quando se estabelecem relações horizontais de cooperação, as coligações e alianças têm um grupo impulsionador. Ao fazê-lo, esse grupo pode constituir um polo dentro do campo em que se movimenta. No caso que temos vindo a analisar, os Precários Inflexíveis, por tomarem a iniciativa de propor a outros coletivos o lançamento de campanhas e tomadas de posição comuns, acabaram por desempenhar esse papel em múltiplas ocasiões. No rescaldo do 12 de março de 2011, é deste grupo que parte a proposta de criar uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos para uma Lei contra a precariedade. O repto é aceite por algumas das organizações de precários com as quais os PI geralmente trabalhavam em conjunto (FERVE e Plataforma dos Intermitentes), mas também pelo M12M, que era na altura, de certo modo, o depositário simbólico da dinâmica suscitada pela manifestação da Geração à Rasca, a maior que o país conheceu desde o 25 de abril de 1974. A iniciativa é apresentada pelos quatro coletivos (M12M, PI, FERVE e Plataforma dos Intermitentes) em abril de 2011, à porta do mesmo Cinema São Jorge para onde a manifestação tinha sido convocada um mês antes.

No rescaldo de uma mobilização inédita e gigantesca na rua, que ainda por cima não tinha expressão organizada, a capacidade de iniciativa e de polarização sobre o tema da precariedade era obviamente uma disputa decisiva dentro deste campo. Assim, não será de surpreender que, em julho do mesmo ano, a Interjovem tenha convidado a ABIC, a JOC e também o M12M para uma iniciativa comum intitulada “Pic-Nic contra a Precariedade”, que foi convocada por toda a cidade de Lisboa através de cartazes assinados pelas quatro organizações e que teve lugar no dia 9 desse mês no parque Eduardo VII, tentando dessa forma, à semelhança do que havia acontecido antes, constituir um outro polo, com uma composição propositadamente distinta, em volta da mesma temática e objetivos¹⁸⁵.

¹⁸⁵ De acordo com Alexandre Carvalho, um dos dinamizadores da Geração à Rasca, “a nossa ideia era incluir outras organizações. Éramos nós, a Interjovem, a ABIC e a JOC. Nós queríamos contactar as outras

A relação com outros campos: o caso das personalidades

Para ganharem força num contexto desfavorável, hostil ao envolvimento coletivo na área laboral e no espaço da empresa, as organizações de precários precisaram de se socorrer de outros recursos para além daqueles que, regra geral, fizeram a força dos movimentos de massas: a disciplina e o número. Um dos casos interessantes é a procura de aliança com personalidades, cujo apoio funciona como mecanismo de legitimação e de projeção da ação de uma dada organização por via da transferência, para a iniciativa que a pessoa subscreve, do capital social e simbólico que detém, seja ele baseado no reconhecimento público, nas credenciais académicas ou noutras fontes de autoridade. Como lembra Boltanski (1990), mais do que um apoio enquanto indivíduos, o que as personalidades trazem consigo é o apoio da entidade coletiva (a *arte*, a *ciência*, o *sindicalismo*) de que eles são encarnações concretas. Por isso mesmo, a aliança com determinadas personalidades constitui também uma via de acesso a outros campos sociais, nomeadamente o artístico, o sindical e o académico.

Há vários casos em que este tipo de aliança foi forjada, nomeadamente sempre que, confrontados com a debilidade da relação de forças dentro do local de trabalho, absolutamente desfavorável aos trabalhadores precários, os grupos encetaram ações de solidariedade que passaram por tornar público o conflito e transferi-lo para fora da empresa ou da instituição, procurando enfraquecer a posição da entidade empregadora através do isolamento desta na sociedade. Um exemplo é o que aconteceu aquando do despedimento dos rececionistas do Museu de Serralves, no Porto, em 2009/2010. Apesar de cumprirem funções permanentes na instituição, estes trabalhadores estavam a recibo verde. Para acabar com essa situação, em lugar de celebrar contratos de trabalho, a administração da Fundação anunciou que pretendia subcontratar uma empresa, tendo sugerido aos trabalhadores que, querendo, formassem uma empresa e se candidatassem ao concurso. De acordo com a Fundação de Serralves, o objetivo era “promover o empreendedorismo, potenciando e alavancando financeiramente as capacidades e competências dos membros daquela equipa, reforçando a sua capacidade de geração de proveitos”. A operação da Fundação, que incluiu o despedimento dos rececionistas, viria, uns meses mais tarde, a ser considerada ilegal pela

organizações de precários, eles não queriam. No ano seguinte, nós dissemos que só participávamos se eles incluíssem outros movimentos. Mas eles não quiseram”.

ACT. Mas no momento em que ocorreu esta situação, e mediante a total ausência de organização laboral ou de capacidade negocial interna, o FERVE e os Precários Inflexíveis promoveram, entre outras ações de solidariedade, uma carta aberta assinada por 50 personalidades, sobretudo criadores culturais, artistas plásticos e dirigentes sindicais, intitulada “O Museu como Projeto. Trabalhadores e Sociedade”, procurando que, através da crítica pública a práticas de abuso laboral, a “imagem” da instituição ficasse em cheque e que, tendo esse capital precioso em risco, a Fundação recuasse.

Um outro exemplo aconteceu com a campanha “Antes da Dívida Temos Direitos”, sobre as dívidas à segurança social dos trabalhadores a falso recibo verde. Nesse caso, foi feito um convite a um conjunto de personalidades para que se associassem à campanha através de testemunhos em vídeo que circularam pelo *youtube* em janeiro de 2010. Esses apoios públicos incluíram atores (Sandra Barata Belo e Miguel Guilherme), músicos (Chullage), jornalistas (Diana Andringa) e o sindicalista Manuel Carvalho da Silva, que era então secretário-geral da CGTP. A presença de caras conhecidas do campo artístico conferia à campanha maior reconhecimento e a presença de uma declaração do responsável pela maior central sindical dava também à petição em causa e aos grupos promotores uma legitimidade reforçada no campo laboral.

Um último exemplo é o do processo de discussão da Lei contra a Precariedade na Assembleia da República, resultante de uma proposta cidadã subscrita por cerca de 35 mil pessoas, na sequência da manifestação da Geração à Rasca. Na véspera do debate parlamentar sobre a iniciativa, os promotores divulgaram um apelo público de cerca de meia centena de “cidadãos e cidadãs das mais diversas áreas (sindicalistas, artistas, investigadores, ativistas,...)”, reconhecidos nos respetivos campos. Além disso, no período de debate público obrigatório em iniciativas legislativas deste carácter, além das estruturas sindicais, os promotores solicitaram pareceres de apoio a especialistas, nomeadamente investigadores académicos da área do trabalho (Elísio Estanque e Nuno de Almeida Alves), cuja participação no debate não deixou de convocar as credenciais do campo científico para dar maior legitimidade à iniciativa.¹⁸⁶

¹⁸⁶ Num dos pareceres, a enunciação dessa condição é feita explicitamente logo no início: “Durante os últimos anos, enquanto investigador, contactei de perto com o fenómeno da precariedade por ocasião da coordenação de um projeto de investigação (...). Dessa experiência pude concluir que (...)”

As relações com o campo mediático

O surgimento das organizações de precários suscitou, da parte da comunicação social, um interesse crescente, particularmente a partir do final do ano de 2007 e início de 2008, altura em que surgem várias grandes reportagens sobre o tema, dando conta do fenómeno da precariedade e da formação destes grupos.¹⁸⁷ Na verdade, a importância dos media para os movimentos é tanto maior quanto mais dependentes estes estão daqueles para que as suas tomadas de posição tenham eco na sociedade. Muitas vezes, como referia Patrick Champagne num artigo que se tornou um clássico, a comunicação social acaba mesmo por formatar as ações das organizações, criando o fenómeno de *happenings políticos* e “manifestações de papel” que são “produzidas pela e para a imprensa” (1984: 35). Neste caso, como defendia o sociólogo, mesmo quando acontecem na rua, onde as manifestações têm verdadeiramente lugar é nas páginas dos jornais e das televisões, dado que apenas o que é noticiado existe publicamente e é reconhecido pelo campo político, o que significa também que se condena ao silêncio todas as formas de protesto e de ação que não mereçam atenção da parte dos editores e dos jornalistas, nomeadamente pela distância entre estes e aquelas, do ponto de vista de classe, de geração, de agenda política ou de sensibilidade temática.

Na maior parte dos casos, a comunicação social é identificada pelos ativistas deste espaço das organizações de precários como um aliado. Beneficiando do efeito novidade, as organizações de precários ganharam espaço nos media e isso permitiu ampliar extraordinariamente o impacto da sua ação. Sobretudo na fase inicial, foi através destes grupos que os jornalistas procuraram as histórias e os “casos” que podiam dar rosto à

¹⁸⁷ Vale a pena fazer um retrato da cobertura mediática entre meados de 2007 e meados de 2008. A 13 de julho de 2007, a revista *Visão* publica uma reportagem, da autoria de Joana Fillol, com o título “Verdes (des)esperança”, sobre os movimentos Ferve, Intermitentes do Espetáculo e Precários Inflexíveis. A 28 de julho do mesmo ano, o *Expresso* publica uma grande reportagem intitulada “Vidas a Prazo”, onde 10 pessoas que trabalham a recibos verdes dão a cara e contam a sua história. A 5 de novembro é a vez do *JN* trazer uma grande reportagem sobre recibos verdes, com testemunhos, notícia sobre os movimentos e com uma parte desenvolvida de informação sobre direitos e deveres destes trabalhadores. A 10 de novembro, a *TVI* faz uma reportagem sobre o *FERVE* para o jornal nacional. A 4 de dezembro, a *RTP* emite uma peça sobre o mesmo grupo. A 17 de dezembro é o jornal gratuito *METRO* que faz capa com a petição sobre os recibos verdes. No ano seguinte, 2008, a capa na *Visão* (edição de 28 de fevereiro) tem como título “Geração em Saldo” e remete para um trabalho de Joana Fillol e Clara Teixeira sobre jovens precários. A 10 de abril, o Fórum da *TSF* é dedicado a esse tema. No dia 15 do mesmo mês, o jornal *Público* publica uma reportagem sobre os movimentos de precários, com chamada de capa, cujo título é “Mais de um quarto da população activa não está na concertação social”. A 27 de abril, o programa *Prós e Contras* da *RTP* é dedicado, pela primeira vez, ao tema da precariedade.

precariedade. João Pacheco, um dos fundadores dos Precários Inflexíveis, resumiu essa relação numa expressão simples: “somos os assessores de imprensa dos precários”.

Um exemplo particular de uma “relação feliz” com os media (na expressão de uma entrevistada) é o do FERVE. A proximidade social entre os porta-vozes do coletivo e os jornalistas, o *efeito novidade* da sua abordagem ao tema, a relação de identificação com o problema por parte de jornalistas também eles precarizados e a diferença, em termos de linguagem, entre o grupo e o discurso sindical clássico, explicam esse acolhimento por parte da comunicação social. Num texto intitulado “A novidade dos movimentos”, a jornalista Alexandra Figueira (2009), do Jornal de Notícias, explica que a chegada do FERVE:

foi, assim, uma mudança radical no tipo de abordagem a que a comunicação social estava habituada (...) Longe de institucionais, estes movimentos apresentaram-se às redações sem ligações políticas óbvias e com um bem-vindo traço de autenticidade no discurso (...) As histórias eram narradas na primeira pessoa, os organizadores tinham eles próprios um longo historial de precariedade ilegal, contavam percursos estranhamente familiares.

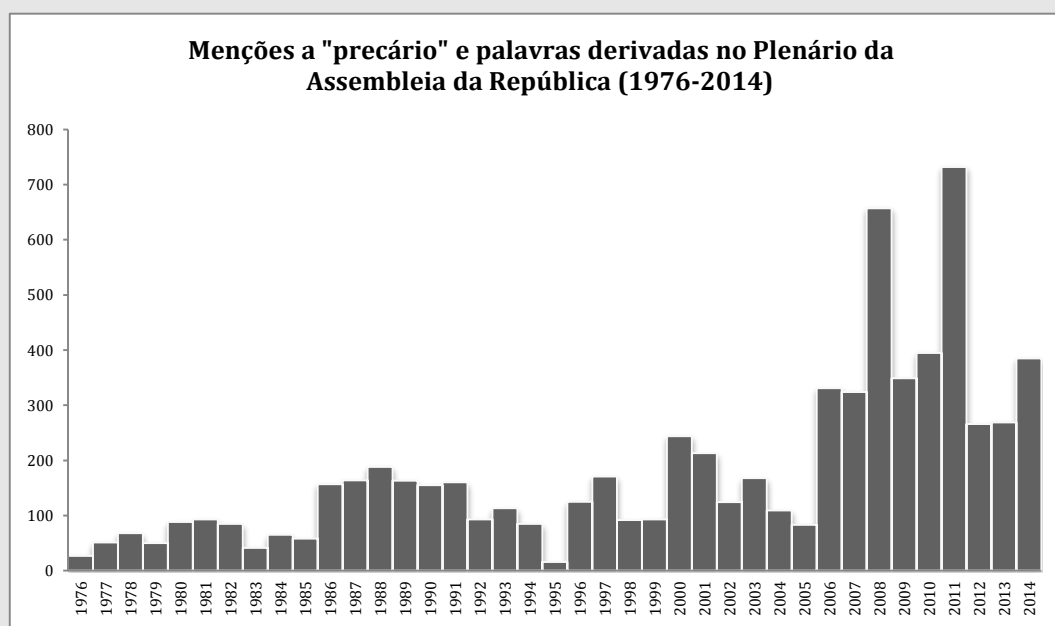
As relações entre movimentos de precários e comunicação social não foram sempre, contudo, isentas de tensões ou de conflitos. Reconhecendo a existência de uma transação em que cada parte necessita da outra, muitas vezes a retranscrição pela comunicação social das mensagens dos grupos de precários não se faz sem o sentimento de uma distorção ou de uma visão redutora por parte destes. Além disso, o modo como a “luta dos precários” entrou no campo da comunicação social foi frequentemente a partir de uma oposição entre, nas palavras de uma jornalista, o discurso “politicamente marcado, antecipável e previsível” dos sindicatos e “a linguagem com que estes movimentos civis se apresentaram”, que seria portadora da “sensação de novidade que tanto apela ao jornalismo” (Figueira, 2009: 102-103).

Ora, este contraste era visto por alguns grupos como sendo uma armadilha do próprio campo jornalístico, que pretendia utilizá-los como prova do carácter “ultrapassado” da luta sindical. Nessa medida, alguns ativistas criticam essa espécie de agenda implícita na forma como o campo mediático se lhes dirigia e que não correspondia necessariamente ao entendimento das próprias organizações de precários. Nas palavras de Tiago Gillot, um ativista dos Precários Inflexíveis, “nós não queríamos ser apenas aqueles que não são os sindicatos ou aqueles que são contra os sindicatos”.

As relações com o campo político

As relações dos movimentos com a esfera político-institucional são complexas. É no campo político, entendido no sentido restrito do campo do Estado (e das organizações partidárias que detêm o monopólio da representação institucional na esfera legislativa), que reside a capacidade de resolução de grande parte dos problemas que as organizações de precários identificam e pelas quais se mobilizam. Como se verificou na análise do processo de precarização, a centralidade do Estado enquanto regulador das relações laborais, fiscalizador das leis do trabalho, empregador e promotor de “políticas ativas de emprego” (quantas vezes associadas a modalidades de precariedade assistida), concede-lhe um papel também fulcral na *política do precariado* em Portugal. Assim, as instituições políticas são um interlocutor quase sempre procurado pelas organizações de precários. E se não pode dizer-se que a agenda destas tenha sido acolhida pelos governos, é certo que o tema entrou com força no debate político e partidário, sobretudo desde 2006.

A partir de dados recolhidos por Ricardo Lafuente, foi possível analisar as 6980 referências às palavras “precário” e palavras derivadas (ou seja, com o mesmo radical *percari* e diferentes sufixos, por exemplo: “*precariedade*”, “*precarização*”, “*precários*”, “*precária*”), feitas nos debates plenários da Assembleia da República entre 24 de julho de 1976 (data em que o termo aparece pela primeira vez) e 12 de setembro de 2014 (dia do último registo incluído neste estudo). O gráfico seguinte mostra o número de vezes que a palavra foi utilizada pelos deputados em cada ano civil.



Fonte: Diário da Assembleia da República. Elaboração própria.

Há basicamente quatro períodos que se destacam, e dois anos que se evidenciam. O primeiro período diz respeito ao início da década de 1980, quando se discute os contratos a prazo e os trabalhadores “além contrato” da Administração Pública. O segundo período, no final da mesma década, diz respeito ao início dos governos chefiados por Cavaco Silva, onde se assistiu a um debate intenso sobre o desemprego (em particular nas zonas afetadas pela desindustrialização) e a diversificação das formas de precariedade (“*empreitadas*”, “*trabalho à peça*”, “*trabalho ao dia e à tarefa*”, “*trabalho temporário*”, “*juventude*” e “*praças de jorna*” são expressões que surgem associadas à precariedade nos debates parlamentares destes anos). No início da década de 2000, governava então o PS, é o debate sobre os “*contratos a termo*” que domina a agenda no que à precariedade diz respeito.

Os dois anos que mais sobressaem desde 1974 são o de 2008 e o de 2011, com 657 e 732 referências à precariedade, respetivamente. Em 2008 estamos em plena explosão das organizações de precários em Portugal. Após a realização do primeiro *MayDay*, em 2007, surgem vários grupos e as primeiras petições promovidas por estes coletivos. No ano de 2008, não só o precariado é foco de atenção mediática (através de dezenas de reportagens), como o Parlamento se vê obrigado a debater as propostas dos intermitentes do espetáculo (a lei que aprova o regime dos contratos de trabalho dos profissionais de espetáculos é aprovada em abril desse ano) e a petição do FERVE sobre os falsos recibos verdes na Administração Pública. 2011 é o ano manifestação da Geração à Rasca, em que o precariado se torna o centro do debate público, sucedendo-se iniciativas parlamentares e declarações políticas sobre o tema. Independentemente da análise das medidas políticas concretas aprovadas, o que o gráfico revela é uma relação direta e manifesta entre a ação das organizações de precários na sociedade e a presença do tema na agenda parlamentar. Ou seja, verifica-se que no campo político se opera uma ressonância da movimentação social do precariado e da sua amplificação mediática.

Se as organizações de precários precisam do campo político para dar consequência às suas reivindicações, a legitimidade própria do seu espaço faz-se também da afirmação da sua autonomia em relação àquele campo, em particular contra o receio de instrumentalização das ações do movimento, de recuperação para fins eleitorais das suas causas ou de cooptação dos seus protagonistas.

Nesta perspetiva, a genuinidade de um “espaço desinteressado” medir-se-ia precisamente pela distância relativamente ao campo político, que seria preservada através de práticas de delimitação entre aquele e o espaço dos movimentos. Acontece, contudo, que a ideia de duas esferas com fronteiras nítidas é posta em causa por várias razões, desde logo o facto de uma parte significativa dos ativistas acumular papéis nesses dois mundos. Aquilo que Lilian Mathieu denomina de “multiposicionalidade dos agentes” significa precisamente essa “inscrição simultânea em diversos universos sociais”, com os “lucros inerentes à transferência de recursos” (por exemplo entre academia e ativismo ou entre ativismo e experiência política), com as lógicas de afinidade e canais de comunicação que daí advêm, mas também com os riscos de uma desqualificação num campo pela pertença a outro (Mathieu, 2012: 32-33). No caso português, verificámos que essa acumulação de pertenças é frequente.

Entre os ativistas que entrevistei, que é uma amostra onde estão sobre-representados os elementos que acumulam mais “capital militante”, resulta evidente essa “multiposicionalidade”. Como ficou visto, apenas 28% nunca tinham tido qualquer relação com um partido político. Dos 43% que mantinham, no momento da entrevista, uma ligação a uma organização partidária, havia intensidades variáveis, indo da militância de base com participação residual na vida da organização até à ocupação de responsabilidades de direção nas respetivas estruturas, destacando-se o espectro esquerdo, particularmente o Bloco de Esquerda e o PCP. Por outro lado, é de salientar a ocorrência, em muitos casos, de trajetórias longas de envolvimento, devendo enfatizar-se o papel do movimento estudantil e da participação em estruturas políticas juvenis como instâncias de socialização política e de aquisição “competências para a ação coletiva” (Mathieu, 2012: 103), mas também um conjunto de outras formas de “entrada” no ativismo, desde a frequência de *chats* temáticos aos cineclubes, da participação em lutas estudantis ao nível da escola aos movimentos antirracistas ou à galáxia de ONGs em torno dos Direitos Humanos.

A tensão sobre a delimitação de fronteiras entre o campo político e o espaço dos movimentos conduz muitas vezes a chamadas de atenção sobre mecanismos de “interferência” ou de “controlo”, à verbalização de suspeições sobre o alinhamento de tal movimento com determinada organização política ou partidária e a mecanismos de autocensura por parte de quem tem múltiplas pertenças, para se salvaguardar das acusações de uma participação ativista que não seria suficientemente “desinteressada” ou autónoma. Apesar disso, não há nenhuma organização das que aqui identificamos que rejeite uma relação institucional com os partidos e é até frequente o desenvolvimento de contactos, nomeadamente na sequência das petições apresentadas, havendo por vezes uma propositada exposição pública dessa relação plural como prova de autonomia. Nas entrevistas realizadas, ainda, a identificação pelos ativistas, dentro do espaço das organizações de precários, de diferentes *mouvances* e hegemonias, que têm também uma relação com grupos políticos e com orientações ideológicas, e que exercem influência nas escolhas e tomadas de posição dos sujeitos, muito embora isso não signifique que a atuação dos indivíduos nesse campo seja sempre considerada como estando condicionada ou determinada por pertenças que lhe são exteriores.

As relações com o campo sindical

O surgimento das organizações de precários pôs em causa o monopólio sindical sobre a representação pública das realidades laborais e sobre a condução das lutas dos assalariados. Por isso mesmo, se as relações destes grupos com o campo sindical são de proximidade pelo objeto sobre o qual intervêm, elas são também de tensão sobre o modo de representação e de ação em torno dele. Em grande medida, como argumentei no início deste capítulo, pode explicar-se a emergência destas organizações a partir de um vazio deixado pelo sindicalismo existente e de uma opinião crítica por parte destes sectores de trabalhadores precários sobre as debilidades daquele.

Nas entrevistas que realizei com os ativistas dos movimentos, a percepção de uma ausência dos sindicatos nos contextos de trabalho por onde passaram é muito frequente. Isso é válido para o sector privado (“na *Zara Home*, nunca vi um papel de um sindicato colado...”, revela Marco; “eu nunca vi um sindicalista no meu local de trabalho”, diz Ricardo a propósito do *call center* onde trabalhou), mas também acontece no sector público, onde a presença dos sindicatos é mais notória (“na Junta [de freguesia, onde trabalhou a recibo verde] terá sido o único sítio onde eu tinha um sindicato à mão se precisasse”, refere Paula), o que não significa necessariamente que os sectores mais precários se sintam apoiados ou representados. Rita, uma professora de Áreas de Enriquecimento Curricular numa escola pública, explica: “nunca contactei com nenhum sindicato, não há sindicatos nas áreas de enriquecimento curricular, nós somos um resíduo do corpo docente”. Cristina, formadora do IEFP a recibo verde, considera que “os formadores a recibo verde eram considerados um corpo estranho à instituição” e isso era válido, na sua opinião, também para a organização sindical. Neste caso do IEFP, apesar de todos saberem da existência de delegados sindicais no seu local de trabalho, eles dirigiam-se apenas aos “trabalhadores do quadro”: “nunca vi nada, nenhuma reunião, nenhum painel do sindicato”, “nunca houve nenhuma abordagem, nenhum incentivo nem nenhuma solidariedade para com a nossa situação”, reitera Cristina. Também no sector da enfermagem (realidade que será aprofundada num dos estudos de caso), os enfermeiros mais jovens e mais precários referem esse sentimento de que os sindicatos estão voltados essencialmente para a defesa dos trabalhadores “mais velhos e com contrato”: “este sindicato sempre teve uma opinião muito distante das pessoas e nunca foi de encontro àquilo que era o interesse dos enfermeiros, sobretudo os mais novos”, dizia um trabalhador.

As críticas à organização sindical não se ficam por aqui. Aponta-se-lhe o fechamento – “considero que o mundo sindical é um mundo muito fechado em si mesmo e muito conservador”, diz Laetitia, ativista do movimento LGBT e do *Stop Precariedade* – e a falta de alcance das reivindicações: “o sindicato tinha um cartaz que dizia ‘a luta dá sempre frutos’... porque tinham acabado de conquistar o arranjo do ar condicionado do edifício”, refere, em tom crítico, Ricardo, que era trabalhador de *call center* e ativista do *MayDay*. Acusa-se, ainda, a presença de interesses considerados “estranhos” ao universo da empresa ou da classe: “os sindicatos eram sobretudo espaços de protagonismo para militantes partidários”, diz Luísa, trabalhadora de *call center*. “Há sempre muitos interesses, muitos lóbis em tudo. Basicamente eles querem muita visibilidade, mas aquilo que é importante, eles acabam por ficar aquém”, considera Márcia, enfermeira a recibo verde.

Por último, imputa-se aos sindicatos existentes uma dificuldade de adaptarem as suas estratégias e esquemas organizativos à realidade dos trabalhadores precários. Ana identifica o problema em termos da inadequação do tipo de estrutura existente

tive sempre trabalhos precários na área do jornalismo, dei aulas, traduções, enfim... não há um sindicato que represente este tipo de pessoas. As pessoas têm de ir saltando entre vários sindicatos consoante as funções que têm no momento, não permite uma regularidade... Eu estou desempregada, ia para que sindicato? O dos geógrafos? Não existe. Dos professores? Já não era professora...

André, ativista do *MayDay* e dirigente do CENA - Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual, explica a origem deste novo sindicato, fundado no final de 2011 pela fusão entre a Plataforma dos Intermitentes e o Sindicato dos Músicos, a partir da necessidade de uma resposta diferente

a grande questão que se percebeu e que acho que o sindicalismo – no caso o STE e no próprio Sindicato dos Músicos algumas pessoas estavam a perceber mas não todas – é que, pá, somos para aí 90% de recibos verdes e portanto o sindicalismo que tu tens de fazer tem de ser diferente nos seus objetivos e nas suas preocupações. Não estamos a falar de um sindicato em que há imensos trabalhadores com contratos coletivos e a gente está basicamente a defender isso, não é disso que se trata...

A partilha de uma visão crítica sobre as limitações dos sindicatos na resposta às novas realidades laborais não resulta, como se viu, numa mera rejeição do sindicalismo enquanto movimento ou da forma sindical. O exemplo da fundação de novos sindicatos a partir da experiência de movimentos de precários, como aconteceu com o CENA, é a esse

respeito bem ilustrativo. Com efeito, da totalidade das pessoas que entrevistei, cerca de metade (17 ativistas) tinha relação com um sindicato, seja por estarem inscritas, seja, nalguns casos, por serem dirigentes (do SINTAV, do CENA ou do Sindicato dos Enfermeiros, por exemplo).

No seio das várias organizações de precários, coexistem apreciações diversas sobre o sindicalismo e sobre a estratégia a desenvolver em relação a esse campo. De um lado, como explica um ativista do *MayDay* Lisboa, está a ideia de que a nova realidade do trabalho precário seria um “objeto estranho face ao tipo de narrativa, representações, tradições e táticas do movimento sindical”. Assim, a mobilização de precários surge como uma oportunidade para “reinventar a movimentação em torno das questões laborais no seu todo”, ou seja, para questionar o conjunto das relações laborais “incluindo o sindicalismo que temos”. Esta posição acentua a autonomia da intervenção dos precários em relação ao universo sindical, a quem não era reconhecida qualquer tipo de tutela especial sobre as questões laborais. De acordo com Ricardo, tratava-se de criar um campo alternativo ao sindical, rejeitando a ideia de que o objetivo das mobilizações de precários fosse “rejuvenescer ou reforçar” os sindicatos ou “explicar aos sindicalistas que têm de prestar mais atenção à precariedade”.

Um segundo polo entendia que do que se tratava era de criar “uma intervenção que não se desinsersisse totalmente do movimento dos trabalhadores”, como vimos a propósito da fundação do *MayDay*. Partindo de uma crítica aos sindicatos porque “não tínhamos cabimento neles”, estes ativistas entendiam que era necessário encontrar modos de cooperação com o universo sindical, sendo certo que as mobilizações próprias dos precários constituíam um desafio ao sindicalismo realmente existente. Esse tipo de posições é assumida por vários dos ativistas que viriam a formar os Precários Inflexíveis. Não é de espantar, assim, que no manifesto fundador da associação se defenda que a criação de uma entidade formal e de um movimento de precários não é incompatível com o reconhecimento de que “os sindicatos continuam hoje a ser as associações mais representativas dos trabalhadores e das trabalhadoras”, o que implica que “os precários e os desempregados devem estar presentes na vida dos sindicatos” até para serem motores da “mudança no

interior dos sindicatos e nas suas estruturas”¹⁸⁸, às quais se apontam fragilidades e insuficiências.

Estas duas posições manifestaram-se em questões concretas. Quando se organizou o primeiro *MayDay* em Portugal, a decisão sobre o percurso da “parada de precários” foi, como vimos anteriormente, motivo para que elas se confrontassem. Para algumas pessoas, o *MayDay* deveria ter um ponto de encontro e um percurso próprio, que não se confundisse com o desfile sindical. Para outras, deveria encontrar-se um modo de ação comum com o 1º de maio organizado pela CGTP. A resolução foi combinar autonomia com cooperação, tendo sido estabelecidos contactos com a União de Sindicatos de Lisboa nesse sentido.

Da parte do movimento sindical, as reações ao surgimento destes grupos foram contraditórias. Carvalho da Silva reconhece que eles foram vistos pela central que dirigia “com reservas” e até “com uma forte repulsa, embora depois se tenha feito um progresso...”. A CGTP foi, contudo, prudente em declarações sobre o assunto, não se encontrando referências explícitas às organizações autónomas de precários nos seus documentos públicos. Na verdade, a União de Sindicatos de Lisboa permitiu, logo em 2007, que o *MayDay* entrasse na cauda do desfile sindical, ainda que alguns ativistas do movimento considerem que, no próprio dia, o serviço de ordem da CGTP tenha dificultado que “essa junção ocorresse imediatamente”.

A ausência de pronunciamentos públicos hostis da central sobre o assunto não significa que não houvesse quem os exprimisse. Para uma parte dos dirigentes sindicais, os movimentos de precários eram uma expressão antissindical, que dividia a luta dos trabalhadores e pretendia fragilizar o papel histórico dos sindicatos. Essa apreciação é formulada com contundência por Francisco Lopes¹⁸⁹ num artigo publicado em 2008. Nele se defende que “a precariedade tem também suscitado um aproveitamento de segmentos de opinião que reclamando-se do seu combate lançam operações de divisão dos trabalhadores e de ataque aos sindicatos”. Para Lopes (2008), esses grupos teriam promovido “a concepção

¹⁸⁸ O manifesto fundador da *Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis*, intitulado “A combater a precariedade, rebeldes nos terão”, pode ser consultado em http://www.precarios.net/?page_id=3977 (acedido em 16 de fevereiro de 2015)

¹⁸⁹ O artigo, intitulado “Precariedade: Unidade dos trabalhadores, organização e ação sindical” está disponível online em www.omilitante.pcp.pt/pt/294/Trabalhadores/221/Precariedade-Unidade-dos-trabalhadores-organizacao-e-accao-sindical.htm. Francisco Lopes era à época o responsável pela área do Movimento Operário, Movimento Sindical e Questões Laborais no secretariado da Comissão Política do PCP.

do ‘precariado’ e slogans imbuídos de uma falsa acutilância, do tipo ‘precários de todos os países uni-vos’ que, parecendo inserir-se na linha do Manifesto do Partido Comunista (...) na prática significa o contrário”. Na sua opinião, a enunciação de lutas específicas dos precários teria o efeito perverso de dinamitar a unidade da classe trabalhadora. Estaríamos portanto “perante concepções que apostam na divisão dos trabalhadores” e que, dessa concepção, “partem para um ataque ao movimento sindical, deturpando o seu papel, diminuindo a sua ação e querendo, administrativamente, contra todas as evidências, decretar que os sindicatos não representam os trabalhadores precários”. Criticando uma reportagem do jornal Público de abril de 2008, sobre a emergência das organizações de precários como forma de dar voz a segmentos da classe trabalhadora que estariam à margem da representação sindical, afirma:

chega-se ao ponto de, num título de jornal, se dizer ‘mais de um quarto da população activa não está na concertação social’, isto é, num passe de mágica os sindicatos seriam afastados da representação dos trabalhadores em situação precária. É toda uma orientação de confronto e não de integração nos sindicatos, de divisão e não de unidade dos trabalhadores.

Esta opinião não era unânime no seio do movimento sindical. Henrique Borges, membro do Conselho Nacional da CGTP, defendeu nesse ano de 2008, num texto público, que “fruto da diversidade de trabalhos (muitos deles a tempo parcial) e da intermitência com que os exercem, muitos desses trabalhadores precários não se sentem representados pelas organizações sindicais, enredadas que estão em esquemas organizativos tradicionais”. Na sua opinião, esta realidade impunha “uma reflexão, a que os sindicatos estão obrigados, sobre as transformações em curso no mundo do trabalho”, nomeadamente sobre novas estratégias “para romper com a acomodação ao funcionamento burocrático ainda presente em boa parte do atual sindicalismo”. Dando como exemplo o caso dos professores, Borges observa que existem muitos sindicalistas com “vontade de prosseguir um caminho de abertura a esta nova realidade, certos da importância e da necessidade de representação dos trabalhadores precários” (Borges, 2009: 114-115). Assim, se para alguns dirigentes da CGTP havia sobretudo o receio de que as organizações de precários enfraquecessem os sindicatos, para outros eles poderiam ser um fator de transformação positiva daquelas estruturas. Manuel Carvalho da Silva, por exemplo, considera que os grupos de precários “foram uma pressão para o rejuvenescimento e para a revitalização de algumas organizações sindicais”, referindo-se a exemplos na área das indústrias elétricas ou dos *call centres*.

Na prática, tal como em relação a outras esferas, não estamos perante mundos incomunicáveis, tanto mais que existe, também aqui, uma “multiposicionalidade” dos agentes envolvidos, ou seja, há várias pessoas que são, simultaneamente, ativistas destes grupos e filiados ou mesmo dirigentes de sindicatos.

“Integrem os respectivos sindicatos”

O debate sobre a participação do *MayDay* Porto no desfile sindical do 1º de maio é um interessante caso de estudo. Tendo o monopólio da representação dos trabalhadores em aspetos tão centrais como a contratação coletiva, direito que lhes é atribuído pela própria Constituição da República, os sindicatos estabelecem práticas de delimitação que se estendem a outras esferas para além da negociação. Entre elas estão as comemorações do Dia do Trabalhador, que foram assumidas pelos sindicatos, nomeadamente através da organização das manifestações de rua nesse dia. Nelas, é comum que as organizações não sindicais (movimentos, partidos...) que queiram participar sejam colocadas no final do desfile, por vezes atrás do último carro de som, para demarcar simbolicamente os respetivos campos de ação.

Quando o *MayDay* Porto solicitou uma reunião com a União de Sindicatos do Porto (USP), no sentido de integrar o desfile de rua do 1º de maio, aquela estrutura reagiu através da reafirmação do seu monopólio de representação. Em mensagem dirigida ao *MayDay*, datada de 23 de abril de 2009, o coordenador da USP informa a iniciativa de precários que “os Sindicatos do Movimento Sindical Unitário já tomaram as adequadas decisões relativamente ao programa das Comemorações do Dia do Trabalhador”, sugerindo que “os activistas que vão participar na vossa iniciativa autónoma se integrem nos espaços dos respectivos sindicatos e sectores profissionais, com respeito pelas orientações dos dirigentes sindicais, facilmente identificáveis, responsáveis pela organização” e lembrando que “devem respeitar-se as palavras de ordem distribuídas pela organização”.

Na ação concreta, as relações entre grupos de precários e sindicatos assumiram contornos diversificados. Nalguns casos estabeleceram-se relações de cooperação entre organizações. O Sindicato dos Jornalistas, por exemplo participou em debates públicos de apresentação do FERVE, em 2007, e dirigentes do Sindicato de Professores do Norte cooperaram com aquele grupo a partir de 2009. No caso dos professores das Áreas de Enriquecimento Curricular, os plenários organizados pelos professores a recibo verde tiveram o apoio do sindicato, quer em Lisboa quer no Porto, e foram desenvolvidas ações

comuns. No mesmo sentido, organizações de precários apelaram a manifestações da CGTP e às greves gerais convocadas pela central. Noutros casos, essa cooperação envolveu dirigentes sindicais, mas não necessariamente as estruturas. Mais do que uma vez, por exemplo, o secretário-geral da CGTP aceitou participar em eventos organizados pelos grupos de precários ou apoiar publicamente as suas campanhas.

3. Estudo de caso 1 - Os “assessores de imprensa dos precários”: o caso do Fartos d’Estes Recibos Verdes (FERVE)

Em meados da década de 2000, os trabalhadores a recibo verde eram já próximos de um milhão¹⁹⁰. E no entanto, esta realidade laboral permanecia do ponto de vista do conflito social estranhamente silenciosa, sobretudo tendo em conta o seu peso relativo.

O enquadramento do “trabalho independente” vem do início da década de 1980 e pretendeu atribuir aos “profissionais liberais”, cujo trabalho não estava vinculado por um contrato, alguns direitos sociais previstos para os trabalhadores por conta de outrem.¹⁹¹ Mas, como se viu no capítulo III, é em 1993, sob um Governo liderado por Cavaco Silva¹⁹², que se estabelece um alargamento desse regime aos trabalhadores que prestassem a sua atividade sem subordinação, abrindo o campo para um crescimento do número de trabalhadores independentes que não mais abrandaria. Nas décadas seguintes, os “recibos verdes” tornar-se-iam uma das modalidades mais intensas e mais significativas do processo de precarização no nosso país.

“O recibo verde é uma instituição extraordinária”, considera José Castro Caldas, na medida em que “consegue transformar o patrão em cliente” (Caldas, 2009: 72). Num texto em que analisa a “economia moral do recibo verde”, o economista defende a ilegitimidade deste enquadramento justamente porque, ao contrário do que é suposto num contrato, liberta totalmente o capital da provisão de segurança que é o fundamento da legitimidade da relação de assalariamento. A vantagem da utilização do “recibo verde” por parte das entidades patronais é de facto evidente: por um lado, ficam libertadas de qualquer encargo, cabendo ao trabalhador todas as responsabilidades contributivas; por outro, a relação de assalariamento deixa de estar regulada por quaisquer obrigações por parte da empresa – transmutada em “cliente” –, nomeadamente no que diz respeito ao despedimento. Sobre o

¹⁹⁰ De acordo com o Inquérito ao Emprego do INE, em 2005 havia 910,4 mil trabalhadores isolados por conta própria.

¹⁹¹ Trata-se do DL 8/82 de 18 de Janeiro, que criou um regime específico de segurança social para algumas categorias de trabalhadores não vinculados por contrato de trabalho.

¹⁹² Referimo-nos ao DL n°328/93, que regulamentou o regime geral de segurança social dos trabalhadores independentes.

“falso trabalhador independente” recai por isso uma carga contributiva e fiscal pesada (IVA, IRS e contribuições para a segurança social), cujas contrapartidas são praticamente nulas. Privados de subsídio de doença, de maternidade ou de desemprego, de direito a férias ou de proteção no despedimento, estes trabalhadores têm o pior de dois mundos: a ausência de direitos do trabalho informal combina-se com as obrigações perante o Estado, obrigações que lhes subtraem uma parte significativa do rendimento.

Como é que se justifica, então, tanto silêncio? O desconhecimento dos direitos e da lei, ou seja, da ilegitimidade da situação, por parte de quem era dela vítima pode ajudar a explicar o fenómeno¹⁹³. Mas, apesar do esforço de alguns especialistas e organizações sindicais na denúncia desta realidade, pelo menos desde meados da década de 1980 (CGTP, 1986; Leite, 1990), as instituições laborais e políticas e o campo mediático tomou muito tempo até se aperceber da importância, nomeadamente quantitativa, desta transformação profunda das relações laborais.

Quando, no dia 31 de janeiro de 2007, através de uma petição promovida pelo FERVE, o problema dos recibos verdes chega à Assembleia da República, para a sua primeira grande discussão pública, é o presidente do Parlamento, Jaime Gama, quem recebe os ativistas deste grupo. A acompanhá-lo está um deputado da área das Finanças, para poder encaminhar o processo para aquela comissão. Explicados o tema e os objetivos da petição, o presidente da Assembleia da República apercebe-se do equívoco. Na verdade, aquele assunto deveria ser acompanhado pela comissão parlamentar de Trabalho e de Segurança Social e não pela de Finanças. Acontece que, ao ler no título “falsos recibos verdes”, o Parlamento presumiu tratar-se de uma denúncia sobre “faturas falsas”. A história, contada por Cristina Andrade, não é apenas um episódio caricato. É significativa sobre o desconhecimento desta realidade pelas instituições. Esse desconhecimento não é um acidente. Foi ativamente produzido pelo próprio Estado, por exemplo através de formas de leitura da realidade que, ao invés de revelarem um fenómeno em crescimento, o ocultaram com categorias estatísticas opacas.

¹⁹³ No blogue do FERVE, são comuns os testemunhos de pessoas que só tomam conhecimento da ausência de proteção social associada aos “falsos recibos verdes” quando se confrontam com situações concretas em que estes lhes eram negadas. É o caso, por exemplo, de uma formadora a recibos verdes que percebe já depois de estar grávida que não teria licença de maternidade ou de uma professora da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro que, uma vez despedida, se desloca ao centro de emprego para reclamar o seu subsídio de desemprego – e que escreve sobre a surpresa que lhe causou não ter direito a ele.

O grupo dos “Trabalhadores por Conta Própria”, que o INE identifica nas suas séries estatísticas, é aquele onde foram sendo contabilizados as pessoas nesta condição laboral. Mas a categoria não distingue um “falso recibos verde” de um independente com um trabalhador a cargo ou de um profissional liberal. Em 2011, já depois de todo o trabalho de desocultação feito por movimentos como o FERVE, a pergunta nº 32 dos Censos instruía os trabalhadores a recibos verdes a assinalar a opção “trabalhador por conta de outrem” caso tivessem “um local de trabalho fixo dentro de uma empresa, subordinação hierárquica efetiva e um horário de trabalho”¹⁹⁴. Ou seja, retirava estes trabalhadores de uma categoria que os mascarava (não são verdadeiros trabalhadores por conta própria), mas transferia-os, através de uma operação administrativa, para uma categoria que também tornava invisível a sua condição (porque não os distinguia dos trabalhadores por conta de outrem que têm um contrato correspondente a essa situação). Contestada pelas organizações de precários, que chegaram mesmo a recorrer ao Provedor de Justiça e a interpor uma ação judicial no Tribunal Administrativo contra esta pergunta, a escolha dos Censos continuou a esconder estatisticamente o fenómeno.

O relativo silêncio social relativamente aos recibos verdes durante as décadas de 80 e 90 em que o fenómeno se alastrou, associa-se também a uma outra ausência: a de atores coletivos capazes de dar voz a este problema. Num estranho limbo estatutário, a maioria destes trabalhadores independentes não se enquadravam em nenhuma forma associativa prevista: nem nas associações patronais, nem nas Ordens criadas para algumas profissões liberais nem nos sindicatos. Fora da moldura dos trabalhadores assalariados que estes últimos se propõem representar, com um estatuto formal descoincidente da sua verdadeira situação contratual, desenquadrados de qualquer regulação coletiva, os “falsos recibos verdes” não tinham voz, nem quem falasse por eles. E no entanto, um fenómeno com tão vasta expressão não poderia ficar para sempre sem ter um modo de exprimir-se.

¹⁹⁴ O formulário dos Censos 2011 encontra-se disponível *online*, no sítio eletrónico do INE (<http://censos.ine.pt/>). No comunicado de imprensa assinado pelas organizações de precários (PI, FERVE Plataforma de Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual) e pelos cidadãos Paula Gil, João Labrincha e Alexandre Sousa Carvalho, refere-se que o INE “persiste em não reconhecer o erro”, e por esta razão assumem a responsabilidade de procurar “todas as vias” para que “a maior operação estatística no país não se transforme num instrumento para branquear a verdadeira dimensão da enorme fraude social que são os falsos recibos verdes, negando, através do incumprimento da lei, o devido contrato de trabalho e vários direitos elementares a muitos milhares que trabalham nesta condição” (in <http://www.precarios.net/?p=1781>; consultado a 18 de fevereiro de 2015)

O nascimento do FERVE ou “uma nova visão da precariedade laboral”

Quando, a 5 de Março de 2007, dois amigos redigem o manifesto fundador do Fartos d’Estes Recibos Verdes (FERVE), anunciam “uma nova visão da precariedade laboral”. Denunciando uma realidade de que pouco se falava, o grupo insurgia-se contra “este novo tipo de escravatura laboral, baseada na ameaça de desemprego a qualquer instante, na ausência total de direitos laborais”, propondo-se “abrir um amplo debate na sociedade sobre a errada utilização dos recibos verdes” e trabalhar para “denunciar e erradicar esta situação”. Estavam a falar, em primeiro lugar, de si próprios e de quem os rodeava. Como explica André, que esteve na origem do grupo

Sempre que ia sair à noite com pessoal daqui do Porto (...) a conversa era sempre esta, era os recibos verdes sem nenhuma espécie de possibilidade de denúncia, ou seja, era uma espécie de situação completamente normal que já se arrastava há mais de uma década ou duas, que estava a apanhar toda a gente que estava a ser licenciada ou que estava a sair da licenciatura, um pouco como eu

Cristina, a outra fundadora do coletivo, corrobora a mesma ideia:

“tínhamos essa perceção: toda a gente que a gente conhece à nossa volta está a trabalhar a recibos verdes, em situações absolutamente escabrosas e que deveriam ter contratos e ninguém fala desta porra!”.

É desta constatação que nasce o FERVE. Uma das primeiras coisas que os dois amigos fazem é enviar o manifesto para a comunicação social e criar, no início de abril, um *blogue*. No dia seguinte à divulgação do manifesto, jornais e agências de notícias dão conta do nascimento deste grupo, de um modo que surpreende os seus fundadores. “Lembro-me de no dia seguinte”, diz Cristina, “estar montes de gente a telefonar a pedir casos e coisas e nós a pensarmos... nós somos só nós os dois... como é que a gente faz agora?” Confrontados com esse interesse, fazem um apelo público para, através do *blogue*, as pessoas partilharem os seus casos. Tratava-se de dar a conhecer publicamente uma realidade escondida, contrariando, na opinião de uma das ativistas entrevistadas, “uma certa vergonha”, mas também o “desconhecimento de quem está ao lado”. Em poucos dias, o *blogue* do FERVE transforma-se num imenso repositório de histórias de exploração laboral, de desproteção e de revolta com as condições reais impostas pelos recibos verdes.

Recebemos uma catadupa interminável de mensagens. Eu recorro-me de ter havido alturas em que fazíamos mais de 5 publicações por dia, recebíamos dezenas, muitas pediam para não publicar. Escreviam só naquela perspectiva de “ainda bem que vocês apareceram, só queria partilhar convosco que...” (Cristina)

O sucesso desta operação deve-se a vários fatores. Por um lado, tratava-se de um “um facto laboral que não era novo só que nunca se tinha falado”, nas palavras de André. Por outro, tratava-se também de falar de trabalho de um outro modo. A lógica do testemunho foi, desse ponto de vista, extremamente importante: dava rosto concreto ao fenómeno e permitia o reconhecimento entre pessoas na mesma condição. Numa sociedade de crescente individualização, ela permitia reafirmar a centralidade do sujeito e acentuar a intensidade emocional do envolvimento com o problema (Donatella e Diani, 2011: 229). Por outro lado, ao quebrar com a lógica de isolamento e de desconhecimento em que se encontravam estes trabalhadores, a leitura dos testemunhos de outros funcionou também uma forma de tomada de consciência da sua própria situação. Sequências de eventos, histórias concretas de opressão, os testemunhos pressupõem uma narrativa estruturada e organizada pelos seus protagonistas. Rita, que se tornaria ativista do FERVE durante cerca de dois anos, inicia a sua relação com o grupo através do envio da sua história:

a exposição o meu caso era também a exposição de um sistema, não é? É bom quando nós lemos os testemunhos porque percebemos que não somos os únicos e isso dá-nos força, não é? É bom quando outras pessoas tal como nós têm a coragem de se exporem porque há uma grande tendência de acharmos que só nós é que temos aquele problema... Quando há este isolamento nada se resolve... E eu na altura também tinha muita raiva e queria expor a minha patroa, queria que ela acabasse atrás das grades e portanto fazia qualquer coisa para ver justiça ser feita.

Relacionando biografia e história, indivíduo e sistema, os testemunhos não eram apenas desabafos. A sua escrita pressupunha já uma dimensão de consciencialização e de libertação (a exposição da “raiva” e o “dá-nos força”, de que fala Rita). Além disso, como qualquer narrativa, as histórias enviadas por estes trabalhadores precários para o blogue não exprimiam apenas a factualidade de uma vivência, mas uma forma de significação desses momentos vividos (Gonçalves, 2000: 37). A partir dela, é também um processo de subjetivação política que se inicia.

Como foi referido a propósito da *formação do precariado*, o surgimento do FERVE coincide com uma outra experiência – o nascimento do primeiro *MayDay* em Portugal, que

aconteceu em Lisboa em maio desse ano de 2007. Esta “parada de precários” acabaria por ser, por isso, o primeiro momento de aparição pública do grupo para lá do blogue ou das entrevistas. Com uma “faixa muito embrionária”, um grupo de 6 a 10 pessoas integra o cortejo na capital. No final do dia, Cristina e André, os fundadores do grupo, são os convidados do programa Prova Oral, da Antena 3, para falar sobre recibos verdes. Para a fundadora do FERVE, este dia foi um “marco interessante” também por isso: discutir-se, num programa com aquele perfil (uma emissão muito ouvida entre jovens, apresentada por Fernando Alvim), uma “realidade laboral”. Estava dado o pontapé de saída.

André e Cristina, Ricardo e Rita: retratos sociológicos e trajetórias de ativismo

A passagem à ação coletiva não é um acaso que acontece num vazio social. Resulta de uma situação concreta e da partilha de interesses materiais, mas pressupõe também uma trajetória individual, um processo de politização que tem grandes variações subjetivas, a aquisição de disposições inconformistas e a ativação de recursos e competências de natureza muito variada. Os retratos sociológicos da trajetória laboral e ativista de quatro elementos do FERVE – as duas pessoas que o fundaram e outras duas que nele participaram em fases diferentes – restitui-nos uma parte dessa história.

Cristina e André são dois exemplos de um segmento precário que, com origem familiar proletária, passou por uma escolarização que é fonte de expectativas de mobilidade. As suas trajetórias laborais sinuosas, marcadas pela multiplicação de experiências profissionais com vínculo instável, são também feitas de reversibilidade (voltar a casa dos pais depois de ter saído, voltar à cidade de origem depois de experiências profissionais no estrangeiro, voltar a uma área profissional depois de ter circulado por outras). A *experiência da precariedade* é relatada na ambiguidade entre experimentação (numa lógica quase lúdica, que aparece por exemplo no relato de Cristina) e exploração laboral. O universo sindical está ausente das suas realidades laborais concretas. A importância da socialização política no espaço escolar ou no território transparece, mas é a consciência da desigualdade e uma “disposição moral” contra a injustiça que se constituem como os motores primeiros de uma ação rebelde que começa por ser de confronto individual (note-se, a este título, o testemunho de André sobre os comentários que fazia às chefias da rádio onde estagiou).

As trajetórias de André e Cristina já se tinham cruzado na faculdade. Mas confluem na fundação comum do FERVE a partir de uma *experiência da precariedade* que é partilhada. Num caso, a participação no coletivo acaba por reconfigurar a própria trajetória pessoal e política posterior. Noutra, a emigração resulta, entre outras coisas, num processo de afastamento social do país (e não apenas territorial) e do ativismo que aqui tinha lugar.

André, de voluntário na Macedónia a “expatriado” em Angola

André vive em Angola desde 2010, onde é coordenador editorial numa empresa de produção de conteúdos audiovisuais. Tem um “contrato de expatriado”, que depende da renovação do visto de trabalho. Longe de Portugal, deixou de acompanhar a atividade dos movimentos de precários. Mas considera a experiência do FERVE, grupo de que foi cofundador, “super importante”.

“Nessa altura eu estava no Porto e estava muito próximo da Cristina que tinha conhecido na Universidade do Minho”, conta. “Numa passagem de ano tínhamos falado na possibilidade de fazer qualquer coisa ligada às questões do trabalho, uma coisa reivindicativa. E a coisa mais imediata que nos apareceu foi falar sobre a questão dos falsos recibos verdes”. O FERVE seria fundado em março desse ano de 2007.

André acabava de regressar de um voluntariado na Macedónia, depois de ter tido uma bolsa de intercâmbio alemão que o levou até Berlim em 2001 e de ter vivido em Lisboa, onde fez um estágio não remunerado na TSF, como jornalista, que acumulava com um trabalho à noite, como assistente de sala e balcão na Cinemateca – “basicamente tirava cafês”. Em Lisboa, trabalhou também numa produtora de conteúdos, nunca com um salário superior a 600 euros, o que o obrigava a recorrer à ajuda dos pais para pagar as contas. No Porto, esteve seis meses à procura de emprego, fez “uma passagem ténue pela Rádio Nova, para aí um mês”, mas era um trabalho não remunerado: “depois do currículo que eu tinha, não fazia sentido nenhum...”. Chegou a ir a entrevistas de emprego em vários hotéis “para *front desk* por causa de eu saber línguas”, mas “nunca dava” e “os salários eram muito medíocres, 700/800 euros”. Acabou por arranjar dois trabalhos. Ao fim de semana, era vendedor numa loja de roupa num *shopping* em Gaia, com um contrato de 12 horas; à semana, era guia no Museu dos Transportes e das Comunicações, na Alfândega do Porto, a recibos verdes. Tinha 27 anos e acabara de voltar para casa dos pais.

É nessa altura que se apercebe “que havia uma data de pessoas como eu, a fazer dois ou três trabalhos, quase todos a falsos recibos verdes, e com as entidades patronais a adiarem a empregabilidade dessas pessoas, sendo que essas pessoas eram essenciais, porque sem elas essas estruturas não funcionariam”. Na Alfândega, via os “colegas licenciados em geografia, cinema, química, a ganharem uma miséria e a recibos verdes. Aquilo dava 300 euros e eles ficavam p’raí com 150 depois dos descontos, impostos, retenções na fonte e essas conversas”. Vindo “de uma família do povo” – a mãe operária da indústria com a quarta classe; o pai motorista numa empresa que faz o serviço de lavandaria dos hospitais, nono ano feito em RVCC (reconhecimento e validação de competências) –, André viveu desde criança num bairro popular na periferia de Gaia, com cerca de 30 mil habitantes. Aos 11 anos já participava no

grupo de jovens de Vila d'Este, de filiação católica, onde se “chamava a atenção para a necessidade de dar condições aos jovens de Vila d'Este, de ter espaços de reunião, de aprendizagem”. Com esse grupo, fez cursos de informática, teatro e chegaram a organizar um concerto no bairro, com os grupos de *hip hop* Dealema e Mind da Gap. Foi ainda presidente da assembleia geral da Associação de Estudantes da Escola Almeida Garrett, em Gaia. Mais tarde, inscreveu-se na associação de moradores de Vila d'Este, da qual foi vogal. Nessa altura, teve uma primeira abordagem partidária, por parte do PS de Vilar de Andorinho, que o convidou a fazer parte do núcleo. Mas, “por ser jornalista no Jornal de Notícias de Gaia”, “não queria inscrever-me em nenhum partido, muito menos no PS”, que estava na altura no governo municipal, explica.

Nos empregos que teve, André não se lembra nunca de ter dado pela presença de sindicatos, “nem sequer com um panfleto, nada”. O máximo que recorda era a divisão, na rádio onde trabalhou, entre os estagiários e os jornalistas mais velhos e mais reivindicativos: “lembro-me perfeitamente na altura de haver jornalistas seniores, digamos assim, que eram um bocado à parte, nem sequer falavam muito com os estagiários, ou era-nos dito a nós para nós não conversarmos muito com eles, normalmente com o rótulo de ‘ele é um contestatário, porque ele não faz nenhum e está sempre a reivindicar direitos’”. André “falava com as pessoas e isso ia dar sempre às questões laborais”. Na produtora, confrontou individualmente a entidade patronal sobre o salário “que não era suficiente para vivermos numa cidade tão cara como Lisboa”. Na Alfândega, “falava-se entre as pessoas”, mas nunca se fez nada coletivo.

André foi o primeiro rosto público do FERVE dado que a sua amiga, por trabalhar “para o centro de emprego”, “teve um bocadinho mais receio de dar a cara”, conta. Em poucos meses, André regressaria a Lisboa, ficando Cristina responsável pela “dinâmica do FERVE”, e tornando-se ele “o FERVE dentro dos Precários Inflexíveis”, entretanto criados na capital. Em 2008, a produtora onde trabalhava acabaria por fazer-lhe o primeiro contrato sem termo da sua vida. Nessa altura, ainda se envolve na organização do segundo *MayDay* em Lisboa. Mas depois o ativismo abrandava substancialmente, sobretudo “pela falta de tempo”. Através da produtora vai para Angola e deixa de participar nos movimentos. Longe do país, André observa o que se passa. “Com esta nova voragem capitalista que está presente no país, acho que os sindicatos estão em situações muito complicadas”, observa. E deixa uma preocupação: “os movimentos dos precários devem acrescentar inovação e formas de pensar o assunto, mas os sindicatos é que têm esse papel fundamental de estar na empresa e é cada vez mais difícil”.

Cristina e a “pica” ativista de uma “filha do Estado social”

“O primeiro trabalho que fiz”, conta Cristina, “foi aos 15 anos”: costurava roupa para amigos, por encomenda. Seria o primeiro de um percurso vertiginoso. Aos 30 anos, já tinha tido mais de dez empregos diferentes. Tomou conta de crianças em França, aos 18. Trabalhou numa casa de sandes, num centro comercial durante a faculdade. Fez um estágio remunerado de 8 meses nas tintas CIN, no departamento de recursos humanos. Em 2000 foi jornalista em Braga, “só para ir aos festivais de verão” com a credencial. No mesmo ano, o semanário O Independente aceita uma proposta sua e passa a colaborar como “recibo verde”, a fazer “trabalho à peça”, “incrivelmente bem pago”. Em 2001 colabora com um *site* de música da Valentim de Carvalho, primeiro a recibo verde, depois contrato a termo, até ser despedida em 2002. Com a indemnização, decide ir viajar durante seis meses, até esgotar o dinheiro.

Regressada a Portugal, torna-se responsável pelos *press releases* da Universal Music e complementa os 300 euros que ganhava na editora discográfica com formação num centro privado, em Braga. Passados alguns meses, concorre a um casting na televisão. Não é selecionada para apresentadora mas contratam-na durante dois anos para fazer uma rubrica semanal sobre sexualidade num programa destinado a um público jovem (provavelmente por alguém a ter identificado como a “doutora tarada”, papel que fazia à época numa emissão radiofónica da Antena3). Em 2004, começa a “trabalhar por projeto” – que estava na “moda”, refere com ironia – na área da intervenção social (capacitação de pessoas desempregadas, criação de uma agência de desenvolvimento local). Ao mesmo tempo, fazia formação: “entre 2003 e 2009, fui sempre dando formação profissional, em milhares de sítios”, “Porto, Braga, Fafe, Carregal do Sal, Arganil...”, “gostava mesmo, dava-me muito bem com as pessoas e portanto nunca tive problema em arranjar formação e nunca tive problema em que ela fosse bem paga”.

Em 2004 é chamada para um centro de reconhecimento e validação de competências do IEF, onde se manteve a recibo verde até 2009. É nessa altura que decide, com um amigo, criar o FERVE: “não era a questão dos baixos salários, o que me motivou não foi não ter dinheiro para viver, não era mal paga, era mesmo a questão da precariedade”, explica. “Quando começamos a trabalhar ainda tínhamos uma certa perceção de que, pronto, a gente anda aqui, saltita uns anos de uns trabalhos para os outros, mas depois vai haver uma altura em que isto começa a encarrear mais e em que começa a haver um bocadinho de estabilidade”. Só que essa estabilidade “não acontecia nem se perspetivava”. À exceção do centro comercial onde recebia “por baixo do pano”, de modo informal; de um contrato de 8 meses com a fábrica de tintas; e de um outro contrato a termo na área do jornalismo, Cristina trabalhou sempre a recibo verde.

Antes de formar o FERVE, nunca tinha estado em nenhum coletivo ou associação. Mas fala da “consciência de classe” que tem desde pequena. “Eu estava numa turma muito misturada onde havia pessoal como eu que era filho de operários até pessoal que era filho dos médicos da terra e dos advogados e eu sempre tive uma noção muito clara, passada pela professora da escola primária que havia uns que eram ‘filhos de médicos’ e outros que não eram”, observa. “Comecei a perceber desde pequenina que ela nunca batia aos filhos dos médicos nem dos advogados”. Foi nessa altura que percebeu “que há pessoas que têm coisas porque são de uma determinada classe”, “a professora perguntava o que queríamos ser e depois de nós dizermos, ela dizia ‘isso é o que tu dizes agora, quando cresceres vais querer ser não sei quê como o teu pai’”, conta. Filha de um empregado comercial reformado, com o antigo curso geral de comércio e de uma operária da indústria com a 4ª classe, Cristina acabaria por escapar a esse destino social, como aliás toda a sua turma. Considera-se por isso “um puro exemplo de ‘filha do estado social’”. Lembra-se das manifestações contra a Prova Global de Acesso, na década de 1990, mas nunca fez parte da associação de estudantes ou da juventude de um partido. “Nunca tive esse percurso, sempre tive uma noção muito clara que queria estudar e ir para a universidade e então pensava ‘tenho que estudar muito muito muito muito para poder ir para a universidade’, tenho que ser muito aplicadinha”. Depois de entrar para a universidade, “dediquei-me a outras coisas”, mas nunca com “nenhum tipo de participação mais ativa”. Cristina considera todavia que sempre teve “uma grande dificuldade em lidar com injustiças”. Talvez por isso tenha várias vezes sido a incentivadora de formas de micro-resistência no trabalho – em relação às pausas, à utilização do bar, ao modo como se geria o trabalho entre colegas... – e mesmo porta-voz de reivindicações junto das chefias, como aconteceu no IEFP. Se havia trabalhadores que hesitavam, Cristina dizia “eu atiro o corpo às balas mas não me calquem”. “Sempre conseguimos gerir a coisa para o nosso lado”, declara. Em todos os lugares por que passou, Cristina nunca foi contactada por nenhum sindicato nem deu pela sua existência. A exceção é o IEFP. Mas mesmo aí, “nunca vi nada, nenhuma reunião, nenhum painel do sindicato”, “nunca houve nenhuma abordagem, nenhum incentivo nem nenhuma solidariedade para com a nossa situação”. Na sua opinião, os formadores a recibo verde eram considerados um corpo estranho à instituição, também pela organização sindical, “da parte do pessoal dos quadros do IEFP não havia solidariedade connosco”. Lembra a criação do FERVE com um misto de alegria e saudade: “esses primeiros momentos, em que jantávamos lá em casa, falávamos e íamos fazer não sei quê a seguir, eram muito interessantes e muito enternecedores, porque eram muito ingénuos e muito inocentes e muito voluntariosos e muito bonitos”, recorda Cristina. Depois, nem sempre foi fácil compatibilizar

as exigências de tempo que o coletivo requeria com o trabalho, os amigos ou a família. “Em alguns momentos estive bastante sozinha a levar o barco...”, desabafa.

Em 2011, termina o contrato no IEF. Cristina e outros colegas decidem ir para tribunal, “pedindo compensação pela caducidade do contrato mas também indemnização pelos 5 anos a recibo verde em que trabalhámos lá”. O processo judicial ainda decorre. Depois de um período de subsídio de desemprego, recebe uma proposta do Bloco de Esquerda, do qual entretanto se tinha aproximado, para fazer assessoria no Parlamento. Aceita e começa, nesse mesmo ano, a trabalhar na Assembleia da República. De início entusiasmada, Cristina confessa que se sente “um bocadinho encurralada em quatro paredes institucionais, sinto que não é aquilo que me motiva mais neste momento”. Sempre gostou de resolver casos concretos e ali “não tem um décimo da piada, é muito mais institucional”, declara. “Recebo as denúncias, faço as perguntas, mando às pessoas, elas ficam muito contentes, mas todo o processo parlamentar é um bocadinho entrópico, não é aqui que está a solução para problema nenhum...”. Além disso, explica, “nos movimentos de precários não posso participar porque sou funcionária do partido. No partido não posso fazer porque não percebo muito bem como é que se faz e portanto fica-se aqui num limbo estranho... Tenho muitas saudades de ativismo e de fazer coisas. Dessa pica que dá sentires que estás a contribuir para mudar alguma coisa...”

*

As trajetórias de Ricardo e de Rita são histórias de precariedade, entre “recibos verdes”, contratos de seis meses, “cheques careca”, informalidade, abuso e *turn-over* permanente. Nelas revela-se também o peso, no modo como se vive a *experiência da precariedade*, das responsabilidades familiares e o seu impacto na relação com a escola e com o trabalho.

Pelo relato de Rita, passa a distância entre os segmentos mais jovens e precários da força de trabalho e o campo sindical. Mesmo quando são ativadas disposições rebeldes e lutas pelo reconhecimento, a descoletivização das relações laborais, a falta de recursos, os obstáculos (nomeadamente materiais) no acesso à justiça, a incorporação do medo e a antecipação de possíveis retaliações marcam o quotidiano.

A participação num grupo como o FERVE é, em si mesmo, uma experiência de politização. Ao possibilitar experiências para lá do que se julgava “aceitável” (fazer um *stencil* nas paredes da cidade, por exemplo) ou “familiar” (escrever um folheto, reunir com um partido, fazer declarações à imprensa), a participação no coletivo pode adquirir um

estatuto fundacional, ou seja, constituir-se como momento fundador de um processo de descoberta da dimensão política da existência individual.

Mas se um grupo deste tipo parece ser de mais fácil acesso para quem se sente longe das instituições sindicais ou políticas, a fluidez das suas portas de entrada não anula a produção, no seu funcionamento interno, e fora dos picos das mobilizações, de lógicas de reprodução de desigualdades e de desapossamento. Aparentemente destituídas das competências militantes requeridas para continuar a cultura da ação coletiva e a sua estruturação (o tal “capital militante” a que me referi no capítulo IV), algumas das pessoas que ali chegam não tardam em sentir-se estranhas àquele universo.

Nas narrativas de Ricardo e de Rita está presente a resistência e o refluxo. O fim de um coletivo não é o fim de uma luta, que pode continuar sob outras formas. Mas os momentos de recuo, vividos frequentemente em registos de “desilusão”, produzem também retraimento em relação a projetos coletivos. Reconfigurado o campo de possíveis por uma relação de forças desfavorável, o peso do quotidiano familiar, as estratégias de fuga e as tentativas de escape parecem ganhar terreno entre aqueles para quem o “sistema viciado” parece, por vezes, “demasiado grande” para ser vencido.

Ricardo e a diferença da luta “quando não somos só nós”

Quando trabalhou a recibos verdes, Ricardo “não sabia o que era”. Por isso, mais tarde, “bati com a cabeça nas multas da segurança social e do fisco, porque nunca tinha descontado IRS nem pago a segurança social, trabalhava para empresas que sempre me disseram que aquilo era belo e amarelo, que não tinha nenhum vínculo, que era livre, trabalhava as horas que queria, que era fantástico, que não tinha de pagar impostos nem nada, era uma maravilha”. Aproximou-se do FERVE “quase por acaso”. “Falaram-lhe de duas pessoas que estavam nessa situação e que queriam realmente fazer alguma coisa para chamar a atenção” e “pareceu-me bem”.

O primeiro emprego de Ricardo foi como trabalhador temporário nas caves do vinho do Porto, em Gaia. Depois, teve sucessivos contratos de seis meses em diferentes empresas, sempre com salário baixos. Explica que havia alguma coisa em comum entre esses empregos: “na maior parte dos casos o ambiente de trabalho era tão mau que as rescisões eram quase sempre por iniciativa dos trabalhadores. O tipo de tratamento, as condições de trabalho, nunca tive nenhuma condições que possa dizer que fossem boas”. Ricardo esteve 6 meses na *Pizza Hut*, 6 meses no *Pasta Caffé*, 6 meses na *Bebé Confort* num shopping. A seguir, trabalhou a recibos verdes na venda dos pacotes de internet adsl da *Sapo* e da *Clix*, porta-a-porta, vendeu cartões de crédito do *Citybanc* uns meses, depois cartões de crédito do *El Corte Inglés*. Trabalhou numa loja no centro do Porto, de decoração, têxteis e bijuteria, onde “fazia de tudo um pouco desde tratar do armazém, vendas, fazer caixa”. Daí vai para a Portugal Telecom, onde se torna “vendedor de soluções empresariais” da PT, subcontratado por uma empresa de trabalho temporário. No fim do projeto, “propuseram-me trabalhar a recibos verdes. Foi quando eu mudei”. Foi então para a *Vodafone*, onde permanece até hoje.

Apesar de trabalhar para a operadora de telemóveis, onde faz “o atendimento tecnológico” relacionado com a internet e os dados móveis, Ricardo é contratado por uma empresa de trabalho temporário, a RH+, com quem celebrou em 2008 o seu primeiro contrato a termo incerto. O salário foi subindo ao longo dos anos e atualmente é de 560 euros mensais, 8 horas de trabalho diário. Ricardo frequentou o curso de engenharia química no Instituto Superior de Engenharia do Porto. Mas “na altura já trabalhava e as coisas não eram muito compatíveis, ou pelo menos para mim não eram”, esclarece. “Acabei por decidir fazer uma pausa, em 2001 e até hoje não retomei”. Passaram 13 anos e entretanto teve dois filhos.

Ricardo recorda alguns conflitos laborais que viveu. No *Pasta Caffé*, onde muitos eram trabalhadores-estudantes, “tentavam forçar que as pessoas não faltassem para fazer exames”, “nós nunca tínhamos direitos e quando alguém tentava fazer valer os seus direitos geravam-se conflitos...”. A *Bebé Confort* e a empresa de têxteis e decorações onde trabalhou “eram lojas quase familiares e aí os conflitos era quase pessoais”, de “implicações da patroa”. Numa das

lojas em que trabalhou sem contrato “uma colega sindicalizada” denunciou a situação e, “após um primeiro contacto pelo sindicato eles decidiram regularizar e fazer um contrato de termo certo a 6 meses, como empregado de armazém”. No fim do contrato mandaram-no embora. “Uma coisa que era comum a todos os empregos”, explica, “era que a chefia direta impunha a sua vontade, nunca tratando o trabalhador como uma pessoa, quase”, “eu é que mando, tu estás em baixo”.

Dantes, quando não gostava de um trabalho, Ricardo abandonava-o e procurava outro. “Éramos todos jovens e todos nós sentíamos que não estávamos presos a nada, não estávamos para nos chatear, queríamos era ganhar dinheiro, alguns para pagar os estudos, outros para ter dinheiro para sair à noite”. Hoje já não é assim. “Em primeiro lugar por questões familiares, porque tenho o peso dessa responsabilidade que sentimos que já não somos só nós, que há outros que dependem de nós”. Reconhece que “de certa forma quando ficamos mais velhos temos mais tendência a acomodar-nos”, “chateia-me ter que andar à procura de emprego e sei que se arranjar vou ter um salário inferior àquele que tenho”, explica. “Por outro lado”, diz, “também acho que se estou descontente com o meu posto de trabalho é mais eficaz a minha ação juntamente com os meus colegas em relação à melhoria de condições na minha empresa do que estar a mudar [de trabalho] porque isso não vai mudar nada”.

O pai de Ricardo faz recolha de lixo à noite e tem “o antigo 7º ano, equivalente ao 11º ano, mais ou menos”. A mãe está desempregada, o “último emprego dela foi de rececionista de um hotel”, e tem a mesma escolaridade do pai. Nos anos 70, e até Ricardo nascer, em 1980, “o meu pai fez parte do MRPP no Porto e a minha infância foi passada a ouvir algumas histórias sobre o verão quente”. A mãe “era ativista da UDP, também na mesma altura, até eu ter nascido”. Talvez por isso Ricardo considere que os pais o educaram “de uma forma que tinha uma perspetiva política, que tinha uma relação com a política, com a sociedade em geral...”. Lembra-se de ter participado “numa manifestação de estudantes até à Assembleia da República”, quando estava no ensino superior. “Depois disso nunca tive uma participação muito ativa até ter entrado no mercado de trabalho” “Com o surgimento do FERVE, foi aí que comecei a ter uma ação mais consequente”.

Para Ricardo, o FERVE fez com que ganhasse uma “perceção mais real de como se mexe a sociedade, do que se consegue fazer, do que é que acaba por ter dimensão, dos momentos de ação mais concreta”. E considera que o coletivo de que fez parte “foi muito importante para a sociedade porque fez com que houvesse a visibilidade e se falasse nos falsos recibos verdes”.

Mesmo nunca tendo feito parte de nenhuma associação, o FERVE não foi a única experiência de ativismo de Ricardo. Integra uma plataforma de direitos humanos, colaborou com a Associação Animal em algumas ações pontuais, por exemplo na recolha de assinaturas,

inscreveu-se no Bloco de Esquerda e no Sindicato das Telecomunicações, de que é membro. Agora o FERVE já não existe. Ao contrário de outros membros do coletivo, decidiu que não passaria a fazer parte dos Precários Inflexíveis. Mas a sua luta contra a precariedade continua.

Rita e o conflito com o “outro lado demasiado grande”

Rita foi uma das primeiras pessoas a enviar o seu testemunho para o blogue do FERVE. Trabalhava a recibos verdes nas Áreas de Enriquecimento Curricular, a chamada “escola a tempo inteiro” que levou as aulas de inglês ao 1º ciclo da escola pública. Quando acabou a licenciatura, o objetivo de Rita era trabalhar no 3º ciclo ou no secundário como professora. Nunca conseguiu colocação. Desde 2005 que trabalha nas AEC, nos primeiros dois anos a recibo verde, depois com contratos sucessivos nunca superiores a 9 meses: quando chegam as férias fica desempregada e volta a ser contratada no início do ano. Ganha pouco mais de 400 euros por mês.

No seu primeiro emprego, Rita confrontou-se com abusos, “cheques careca”, atrasos no pagamento dos salários, informações falsas. Foi essa a situação que expôs no *blogue* do FERVE. Na altura, uma colega mais velha conduziu o processo, fizeram denúncias na Câmara, num jornal local, chegaram a recorrer a um advogado, mas não avançaram com o processo porque não tinham como pagar os seus serviços. “Entretanto o tempo foi passando e as outras pessoas também não estavam muito interessadas em levar a coisa avante e eu desisti”, conta. “Nunca contactei um sindicato”, refere, “não há sindicatos nas áreas de enriquecimento curricular, nós somos um resíduo do corpo docente”.

Rita foi “a primeira pessoa da família a ir além do 9º ano”. O pai, com a 4ª classe, era operário numa empresa de acrílicos. A mãe, também com a 4ª classe, era operária na mesma fábrica, “aliás quase toda a família, quase todas as pessoas da terra se empregavam lá inicialmente”. Depois houve uma reestruturação da empresa e “ficaram quase exclusivamente lá os homens, a minha mãe foi despedida, juntamente com as outras mulheres”. “Andou a saltitar de empresa em empresa” até arranjar uma vaga num negócio familiar ligado à construção.

Em casa de Rita, “toda a gente trabalhava, todos chegavam a casa depois de mim”. Por isso, “tinha de fazer tudo aquilo que uma mulher faz em casa: cozinhar, passar a ferro, alimentar os animais, acender a fogueira, sei lá, aquelas coisas todas”. A morar numa freguesia do interior do concelho da Feira, distrito de Aveiro, lembra os anos de Faculdade como “os mais difíceis da minha vida”: “tinha de acordar todos os dias às 6 da manhã, fazer 2 horas de autocarro, chegar ao Porto e fazer mais meia hora de autocarro, ter as aulas (...) até à noite”, “quando

chegava a casa tinha todas aquelas coisas de vida doméstica que eu tinha de fazer porque os meus pais ambos trabalhavam”. Não viveu a “vida de Faculdade”, foi só “aulas e exames”.

Para Rita, ir ao Porto “era uma aventura enorme, as pessoas falavam de uma maneira diferente, vestiam-se de uma maneira diferente e eu sentia-me tão campónia e tão pequenina...”. “Andei 17 anos da minha vida entre Sanguedo e Fiães, que são a 3 quilómetros de distância”, “todas as minhas atividades desenvolviam-se ali e, quando vim para a faculdade, na verdade, eu não contactei com as pessoas porque como tinha de fazer aquelas viagens e sabia que tinha as obrigações em casa à minha espera, eu nem sequer pensava em interagir”. O ponto de viragem foi um intercâmbio europeu do programa “Juventude em Ação”. “Foi todo um mundo que se abriu, era muito estranho, tinha muito medo como é óbvio, era tudo muito diferente do que eu tinha imaginado e do que me tinham dito desde criança. Mas tudo começou aí, houve uma grande mudança, uma viragem”. “O facto de tomar contacto com outros jovens de outras nacionalidades fez-me abrir muito os meus horizontes, contactar com outras culturas totalmente diferentes. Até lá eu achava que todas as pessoas no mundo viviam mais ou menos assim [risos]”. Foi através dessa experiência que percebeu que “toda aquela vida que eu achava que me estava vedada afinal era possível” e a sentir-se “mais capacitada”, “mais confiante” e “não a achar que era uma pequenina campónia”.

Antes disso, tinha tido poucas experiências de participação associativa. Na Faculdade nunca participou em nenhum grupo e nunca foi a nenhuma manifestação. Apoiou uma viagem dos peregrinos a Fátima através da Cruz Vermelha e, quando começou a ser autónoma financeiramente, começou a tomar parte nas atividades da Juventude de Sanguedo, grupo ligado à paróquia, que fazia festas, teatro e através do qual integrou o tal intercâmbio.

A primeira experiência de trabalho de Rita “ajudou a tornar-me mais consciente”. Foi no intercâmbio que lhe falaram do FERVE: “na altura fez todo o sentido para mim”. Passou a ir às reuniões, a fazer colagens de cartazes para o *MayDay*, a participar em pinturas de *stencil* contra a precariedade. Passados poucos meses, decide fazer um Serviço Voluntariado Europeu na Polónia. Mas marcou viagem de propósito para participar no *MayDay*: “em vez de irmos na Páscoa viemos no 1º de maio, em 2008”, lembra. Porquê? “Naquela altura era muito importante fazer parte de tudo quanto fosse ativismo, fazia todo o sentido. Porque eu tinha saído de Portugal, eu tinha decidido fazer voluntariado, por estar cansada de ter trabalhos precários e portanto fazia todo o sentido regressar cá nem que fosse só por um dia para fazer parte de uma manifestação em que eu acreditava e que representava aquilo por que eu lutava que era a melhoria das minhas condições de trabalho”, explica.

Chegou a ter uma promessa de emprego na Polónia, mas “entretanto estalou a crise e já não se sabia se havia lugar para novas turmas ou não”. Regressa a Portugal: “em janeiro já tinha três

empregos outra vez”, um dos quais as AEC. Desligou-se um pouco do FERVE porque as reuniões eram longe de onde morava e trabalhava e “não dava tanto jeito fazer tantos quilómetros por uma hora de reunião”. Quando foi morar para Gaia, “a chama reacendeu-se”. Voltou ao FERVE. No 12 de março de 2011, Rita sentiu “que tudo era possível, que nos íamos conseguir tudo aquilo que queríamos, acreditei que tudo ia mudar”. Mas o que se sucedeu não confirmou essas expectativas: “depois aceita-se tudo como está, volta-se à vida e volta-se a não acreditar que as pessoas fazem a diferença... Mais uma vez parecia que o outro lado era demasiado grande”. O próprio FERVE “já não tinha aquele impacto inicial”, “parecia mais uma questão de formalidades, de politiquices talvez”, “senti-me diminuída e acabei por perder o interesse”, “não porque não acreditasse mas porque não acreditava em mim e no que eu podia fazer lá”. Entretanto engravidou e “mudou tudo outra vez”.

Rita declara que “gostava de ter aprendido mais cedo que eu tenho poder”. Dantes “havia sempre ali uma vontade de desistir à partida e agora não sinto isso”, revela. “Se me perguntas se eu tenho aspiração profissional, provavelmente não”, “também é algo que eu fui desistindo”. “Talvez o meu futuro passe por viver noutra espaço... já pensei criar uma escola cá em casa, já pensei ir viver para um espaço onde possa ter um emprego à minha medida”, “agora o que me apetecia era arranjar uma casinha de madeira e ir viver para o meio do monte com outras pessoas”, “às vezes penso que o que quero realmente é isso mesmo, ir para uma aldeiazinha em que possa fazer uma vida comunitária fora deste sistema viciado”, conclui.

Cronologia de uma experiência militante

Numa primeira fase, o FERVE identificou uma realidade laboral, dando-lhe nome e rostos. Com a primeira petição que promoveu, apontou caminhos, interpelou as instituições e deu voz, no espaço público e mediático, à causa dos “falsos trabalhadores independentes”. Entretanto, ao *blogue* do grupo continuaram a chegar dezenas de testemunhos e de denúncias. E multiplicaram-se as ações, as alianças e o reconhecimento do FERVE como parceiro institucional. Uma análise da cronologia das ações desenvolvidas entre março de 2007 e setembro de 2012, feita a partir das publicações no seu *blogue*, dá-nos uma ideia do repertório de ação coletiva deste grupo.

A participação em debates, fóruns e reportagens promovidos pela comunicação social é a modalidade que tem mais ocorrências – pelo menos 18 vezes, sem contar com as inúmeras notícias em que as posições do grupo foram veiculadas. Seguem-se os debates e as sessões de esclarecimento (16), as campanhas *online* lançadas a partir de denúncias (14) e

as reuniões institucionais, nomeadamente na Assembleia da República (9). Há também, com menor frequência, distribuições de panfletos, ações de rua, pinturas de *stencil*, além, é claro, da participação em desfiles como o *MayDay* ou em manifestações sindicais.

Este repertório de ação é simultaneamente uma escolha relacionada com a eficácia da intervenção, mas também com os meios disponíveis. Nas palavras de Ricardo:

A nível de formas de luta, havia vontades para todos os gostos. As sensibilidades iam desde as mais pacificadoras como chamar a ACT, enviar comunicado para a comunicação social, e outros que queriam pegar num barril e incendiar a linha do metro ou assim. Mas nunca fizemos essas [risos] e acho que teria sido um erro tendo em conta o percurso do FERVE (...) As maiores discussões eram sobre se devíamos fazer uma ação de contestação ou se devíamos fazer só algo simbólico para a comunicação social. Acabava sempre por ser decidida a segunda opção por causa do número de efetivos.

Percorrer as principais etapas do percurso deste coletivo é uma oportunidade para tentar compreender o modo como o FERVE parece ter conseguido, ao longo do tempo, compensar a fraqueza de alguns recursos – por exemplo, o número de militantes – com a exploração inteligente de outros – como o reconhecimento mediático (num primeiro momento) e depois institucional. As alianças com outros movimentos e as relações que se foram estabelecendo com o campo sindical e o campo político são também elementos importantes nesse processo.

Uma petição “auto-organizada” e um eco mediático inédito

Ao longo dos cerca de 5 anos da sua existência, as reuniões presenciais do FERVE nunca ultrapassaram uma dezena de pessoas – embora tenham passado por essas reuniões, ao longo do tempo, pelo menos o dobro ou o triplo. Mas o impacto do grupo nunca resultou tanto da força dos seus efetivos, mas do modo como, através do trabalho em rede, da comunicação *online* e da mediação com a comunicação social, conseguiu marcar a agenda do debate público.

É em grande medida a visibilidade mediática que torna o FERVE um fenómeno reconhecido nacionalmente. A participação em formatos de grande audiência como os noticiários televisivos, os fóruns da televisão ou da rádio (RTP N, TSF, Antena 1), programas como o “Prós e Contras” ou “As Tardes da Júlia”, explica o seu impacto. Ele constrói-se, nesta primeira fase, em torno de uma petição lançada pelo grupo pela

“neutralização dos falsos recibos verdes no Estado”, iniciada em Novembro de 2007, entregue no Parlamento no final de Janeiro de 2008 e debatida no Plenário da Assembleia da República a 9 de julho desse mesmo ano.

A escolha do tema da petição não foi um acaso. Tratando-se os *falsos recibos verdes* de uma ilegalidade, começar por denunciar a sua utilização pelo próprio Estado era, nas palavras de Cristina, “uma primeira mensagem muito forte”: “que tal comecem por cumprir a lei que vocês próprios fazem?”. Escrita de modo compreensível mas também com cuidado técnico, propondo-se resolver não todo o problema, mas atacar inicialmente uma das suas expressões mais “gritantes”, o grupo pretendia mostrar que estava “a falar a sério”¹⁹⁵. Na sua opinião, a petição contribuiu para “ir ganhando a palavra precariedade” e expandi-la, de modo a tornar claro que ela “significava outras coisas que não só o contrato a prazo”:

foi um marco muito importante que contribuiu muito para que a realidade dos recibos verdes começasse a aparecer muito mais na comunicação social, fosse falada no parlamento e que se criasse este cenário algo estranho de uma rejeição generalizada de uma realidade também ela generalizada... Da direita à esquerda, ninguém achava bem que aquilo...

Por outro lado, a petição revelou-se um indicador do extraordinário eco social que o problema que o FERVE levantava era capaz de provocar e da eficácia do instrumento de comunicação criado – o *blogue*. Com pouca capacidade para organizarem bancas de rua – embora tenham sido feitas “3 ou 4”, segundo os responsáveis – o grupo decide adotar uma estratégia arriscada, porque totalmente dependente da auto-mobilização das pessoas a quem queriam dirigir-se: disponibilizar na *net* o documento da petição para as pessoas imprimirem, criar um apartado e pedir no blogue que as pessoas imprimissem e elas próprias recolhessem as assinaturas e lhes enviassem por correio as folhas preenchidas. Cristina considera, a propósito:

Isto agora parece absolutamente louco. Mas o que é absolutamente incrível é que isto resultou. Recolhemos estas assinaturas todas e a única coisa que fizemos foi

¹⁹⁵ A petição propunha quatro medidas: (i) a regularização de todas as situações de falso recibo verde na Administração Pública através da celebração de contratos individuais de trabalho; (ii) o aperfeiçoamento dos mecanismos legais de fiscalização e o reforço da inspeção; (iii) a exigência, por parte do estado, de que as entidades com quem celebra contratos não recorrem a esta figura dos “falsos recibos verdes”; e (iv) o reforço dos poderes e dos mecanismos legais ao dispor da Inspeção do trabalho para fiscalizar os casos de “falsos recibos verdes” no sector privado.

ir ao apartado buscar as cartas... Houve cartas a virem da Finlândia, da Suécia, de montes de sítios do estrangeiro, com postais de Natal, com gente emigrada a dar força, foi uma coisa mesmo mesmo muito bonita.

Em menos de dois meses, receberam 4360 assinaturas no apartado. Ou seja, só por essa via, mais do que as necessárias para que o assunto fosse debatido no Parlamento. Acabariam por entregar mais de 5 mil na Assembleia da República. A petição dá ao grupo credibilidade e contraria as “armadilhas” que os ativistas sentiam. Nas palavras da mesma ativista

havia quem olhasse para nós com ar depreciativo. E havia uma certa tentativa da comunicação social de nos perguntar: ‘então que coisa bué da maluca é que vocês vão fazer agora?’, uma tentativa de nos colarem à ideia de uns *frunks* maluquinhos (...) nós queríamos dar um ar mais sério a isto (...) acho que foi uma estratégia de defesa para garantir que nos levavam a sério.

Do ponto de vista mediático, a petição catapultou o grupo e o tema para o debate público. A entrega no Parlamento mereceu uma grande atenção da comunicação social e multiplicam-se os convites para a participação do FERVE em reportagens, fóruns e programas de rádio, televisão e jornais, para que os seus ativistas dessem testemunhos e explicassem os objetivos da iniciativa. O tema marca a agenda política. Com uma estrutura débil em termos de número de membros e de recursos materiais, o grupo é reconhecido por falar de um assunto para o qual, nesse tempo, não havia outros porta-vozes.

Da cooperação com outras organizações de precários ao primeiro *MayDay* no Porto

Da estratégia de ação do FERVE sempre fizeram parte as alianças. Nas primeiras sessões de apresentação do FERVE, realizadas no Porto e em Braga, em abril e em junho de 2007, participam como oradores convidados representantes do Sindicato de Jornalistas e da Associação de Bolseiros de Investigação Científica. No final de 2007, o FERVE é parceiro da “Pedalada pela Ciência”, promovida por aquela associação. E procura não perder o contacto com os sindicatos: “nunca quisemos desunir-nos nem das forças sindicais nem do trabalho com os sindicatos, quisemos sempre fazer pontes”, explica André.

É também nessa altura que, na sequência do primeiro *MayDay* de Lisboa, se formam os Precários Inflexíveis, com quem o FERVE, a partir de 2008, estabelece uma série de parcerias: em julho desse ano, participa no primeiro encontro público promovido pelo

coletivo; em dezembro ajuda na campanha “Prémios da Precariedade”, que culmina numa gala irónica onde se atribuem prémios aos responsáveis pelo processo de precarização em Portugal. Essa colaboração adensa-se ao longo do ano de 2009, com iniciativas conjuntas de solidariedade com alguns trabalhadores – como é o caso dos profissionais das Áreas de Enriquecimento Curricular (a maioria a recibo verde) – e atinge um novo patamar no final de 2009, quando quatro organizações – o FERVE, os Precários Inflexíveis, os Intermittentes do Espetáculo e o APRE! (Ativistas Precários, um grupo que teve curta duração e que se formou na sequência do primeiro *MayDay* do Porto) – lançam a primeira campanha conjunta, em torno das dívidas à segurança social dos *falsos trabalhadores independentes*. Esta iniciativa, que decorreu entre novembro de 2009 e fevereiro de 2010, tinha como mote “Antes da Dívida Temos Direitos” e incluiu a recolha de assinaturas para uma petição que foi entregue no Parlamento, a realização de festas, de vídeos explicativos alojados no *youtube* e que circulavam nas redes sociais, a promoção de debates e a recolha de testemunhos e apoios públicos, incluindo o do secretário-geral da CGTP à época, Manuel Carvalho da Silva.

Um outro momento importante é quando o FERVE, que havia já tomado parte nas duas primeiras edições do *MayDay*, em Lisboa, decide promover a mesma iniciativa no Porto. Reproduzindo o modelo de organização *assembleária* do processo, o grupo convoca uma primeira reunião aberta com vista à preparação desta “parada de precários”. Na convocatória, enviada por *e-mail*, podia ler-se “A iniciativa parte do FERVE, mas dirige-se a todos: associações, sindicatos, companhias, colectivos, movimentos e pessoas interessadas em promover a mudança”. Realizada a 4 de fevereiro de 2009, a primeira assembleia é considerada um sucesso, com cerca de 60 pessoas, com idades e profissões diversas. A ela seguem-se outros encontros e ações com vista a criar um crescendo até ao 1º de maio: uma “queima de recibos verdes” feita numa praça do Porto, uma ação de rua com música e estátuas humanas (com o mote “a precariedade congela-nos a vida”), debates com especialistas na área do trabalho e ativistas de sindicatos e movimentos de outras cidades e países, uma festa com música e vídeos, que junta duas a três centenas de pessoas.

As relações com o campo político

Quando o FERVE foi criado, nenhum dos seus fundadores tinha qualquer relação ou qualquer passado de militância partidária. Mas estabelecem contacto com ativistas do

Bloco de Esquerda no Porto e chegam a reunir na sede daquele partido. No entanto, o grupo sempre quis manter a sua autonomia no campo político, consubstanciada por exemplo na preocupação em reunir em sítios considerados neutros do ponto de vista partidário e em enviar sempre os seus comunicados e denúncias para todos os grupos parlamentares ao mesmo tempo, sendo que BE, PCP e CDS-PP (todos na oposição, nessa altura) foram aqueles que mais vezes deram sequência às interpelações do grupo. Em setembro de 2007, o FERVE aceita um convite para participar na Marcha contra a Precariedade, promovida pelo Bloco de Esquerda. No ano seguinte marca presença num debate a convite do PS e, mais tarde, acede a um pedido de colaboração por escrito, feito pelo PSD, sobre ideias para lidar com a questão dos recibos verdes.

O reconhecimento do FERVE como um parceiro institucional tem uma espécie de momento de consagração no dia 23 de junho de 2009, quando o grupo é convidado pela Assembleia da República, com o acordo de todos os partidos, para uma audição sobre o novo regime da Segurança Social. No seu blogue, a reunião é considerada “um momento histórico para nós, falsas/os trabalhadoras/es independentes, visto ser a primeira vez que somos chamadas/os a pronunciar-nos sobre uma lei que nos afecta diretamente”.

As campanhas *online*

No que diz respeito ao modo como o grupo trabalha os testemunhos que lhe chegam há também uma mudança qualitativa. Se numa primeira fase se tratou essencialmente de os publicitar, por via do blogue, expondo esses exemplos de precariedade, a partir de finais de 2008/ 2009, o FERVE transforma-os frequentemente em denúncias públicas que têm como alvo, essencialmente, três entidades: a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), instada a intervir nas situações relatadas; os partidos políticos com assento parlamentar, para quem o FERVE reencaminha os casos solicitando tomadas de posição e ação junto do Governo; e a comunicação social, que ocasionalmente pega nas histórias e faz delas notícia. Em alguns casos, o grupo lança campanhas *online*, por via do seu blogue e da sua lista de endereços eletrónicos, através das quais incita as pessoas a inundarem as caixas de correio da ACT e dos grupos parlamentares ou a fazerem boicote a determinadas empresas.

Um dos exemplos marcantes de uma campanha desse tipo acontece no natal de 2008, quando milhares de trabalhadores independentes são surpreendidos por uma notificação das Finanças para pagarem uma multa decorrente da não entrega de uma

declaração do IVA (150 euros por cada ano em atraso). A situação, considerada um “saque”, foi denunciada e o blogue atinge um pico de visitas (3600 por dia) com centenas de comentários nos *posts* sobre o assunto. O FERVE exorta os falsos trabalhadores independentes a enviar mensagens de correio eletrónico para os partidos políticos, órgãos de comunicação social e repartições de finanças, a fazerem reclamações por escrito nas repartições de finanças e, no caso de acabarem por pagar a multa, fazerem-no com moedas pequenas. Em 4 dias, o Governo recua, anunciando a revogação das multas, o que é considerado “uma grande vitória” pelo FERVE. Uns meses mais tarde, o Governo acabaria mesmo por eliminar a obrigatoriedade de entregar a declaração relativa ao IVA. Para Cristina, esta foi “uma fase interessante” da existência do grupo, dado que “o Ministério das Finanças respondia aos nossos comunicados diretamente”, o que era, na opinião da ativista, “bastante significativo da força social, da força comunicacional que se conseguiu ter”.

“2 anos a FERVEr” e o caso de Serralves

A intervenção do FERVE tem ainda dois momentos importantes antes do ciclo de protesto iniciado com o 12 de março de 2011, a partir do qual a ação do grupo se dilui numa vaga contestatária mais ampla que encontrou outras plataformas. Um é o lançamento do livro “2 anos a FERVEr: retratos da luta, balanço da precariedade”, no dia 15 de setembro de 2009, que junta uma seleção de testemunhos do blogue, ilustrados por diferentes artistas plásticos, a textos de reflexão de ativistas, cientistas sociais e dirigentes sindicais. Essa edição, que é em si mesma um espelho do arco de alianças que o grupo procurava pôr em ação, foi também o pretexto para 5 sessões públicas em diferentes pontos do país, ocorridas entre setembro e novembro desse ano, no Porto, em Braga, em Coimbra, em Lisboa e nos Açores, nas quais participaram jornalistas, dirigentes sindicais e investigadores, refletindo sobre a precariedade e a ação dos movimentos entretanto criados.

Outro é a luta em torno do despedimento dos trabalhadores da receção do Museu de Serralves, no Porto. Estes, apesar de cumprirem funções permanentes na instituição, trabalhavam a recibo verde. Para acabar com essa situação, em lugar de celebrar contratos de trabalho, a administração da Fundação anunciou que pretendia subcontratar uma empresa, tendo sugerido aos trabalhadores que se quisessem formassem uma empresa e concorressem ao concurso. Em resposta à queixa do FERVE, em meados de Fevereiro de 2010, os responsáveis da Fundação explicam

No sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado, a Fundação de Serralves equacionou recorrer a uma empresa especializada para o efeito.

No entanto, e por forma a promover o empreendedorismo, potenciando e alavancando financeiramente as capacidades e competências dos membros daquela equipa, reforçando a sua capacidade de geração de proveitos, os mesmos foram abordados no sentido de saber se teriam vontade de avançar com a constituição de uma empresa para prestação de serviços desta natureza. (...)

Não nos parece que a nossa actuação seja passível de crítica.

Mediante esta situação, o FERVE lançou uma campanha *online* de solidariedade com os trabalhadores, para que eles não fossem despedidos e vissem o seu vínculo reconhecido. No final de março, os trabalhadores acabariam por ser dispensados. Nesse momento, o coletivo apresenta queixa no livro da instituição, coloca faixas frente ao Museu e faz uma denúncia à Autoridade para as Condições do Trabalho. Além disso, promove uma carta aberta de solidariedade, assinada por 50 personalidades, sobretudo criadores culturais, artistas plásticos e dirigentes sindicais, intitulada “O Museu como Projeto. Trabalhadores e Sociedade”. A 19 de maio, o relatório da ACT é tornado público, confirmando tratar-se de uma situação ilegal de falsos recibos verdes e determinando o reconhecimento do vínculo dos trabalhadores com a instituição. A 4 de junho, durante a iniciativa “Serralves em Festa”, que atrai milhares de visitantes, o FERVE, em conjunto com os Precários Inflexíveis, promove uma ação, colocando em formato gigante a reprodução do relatório da ACT à porta do Museu e recolhendo mais de mil assinaturas, entre os visitantes, para que os direitos dos trabalhadores fossem respeitados e a lei cumprida. Este tipo de intervenção de solidariedade com trabalhadores sem qualquer organização laboral nem capacidade negocial interna à empresa, será repetido por diversas vezes por este tipo de organizações. Trata-se, no fundo, de tornar os conflitos externos à empresa, buscando aliados que, através da crítica pública a práticas de abuso laboral, possam colocar em causa a “imagem” pública da instituição, que é um dos capitais mais preciosos de organizações como aquela.

A partir de 2011, a ação do FERVE passa sobretudo por duas frentes: as campanhas desenvolvidas em colaboração com os Precários Inflexíveis (nomeadamente sobre a dívida à segurança social e sobre o código contributivo) e com outros grupos (como no caso da Iniciativa Legislativa de Cidadãos) e a realização de reuniões públicas para preparar a participação nas grandes mobilizações que aconteceram contra a austeridade a partir de março daquele ano. Com os dois fundadores a terem deixado a cidade do Porto e alguns dos

ativistas concentrados em novas plataformas – como a que resultou da “Geração à Rasca”, o FERVE acabaria por decretar publicamente o seu fim no dia 29 de setembro de 2012, anunciando no seu blogue que “as/os trabalhadoras/es precárias/os podem contar com o apoio da primeira Associação de Combate à Precariedade - Precários Inflexíveis, onde a luta contra a precariedade (o trabalho do FERVE) continuará”.

Os “assessores de imprensa dos precários”

A frase supracitada é de João Pacheco, um dos fundadores dos Precários Inflexíveis, mas a expressão parece caber que nem uma luva ao FERVE. Primeira plataforma através da qual os testemunhos das vidas precárias se expuseram publicamente, o FERVE foi um grande mediador entre essas histórias e o campo onde elas podiam ganhar visibilidade: os jornais, as televisões e as rádios. Foi também uma “cadeia de denúncia e contestação” (Estanque, 2012: 8) que levou esses casos junto das instituições fiscalizadoras e legislativas.

A “relação feliz” do FERVE com a comunicação social (na expressão de uma ativista) não é um acaso. Para ela terão contribuído pelo menos quatro fatores. O primeiro resulta da proximidade social entre os porta-vozes do grupo e os jornalistas e com as competências que os dois fundadores tinham neste domínio. Tendo ambos sido jornalistas, falavam a mesma linguagem que aqueles a quem se dirigiam, sabiam como fazer os comunicados de imprensa - que “iam já como notícia que podia ser publicada” – e conheciam os canais onde fazer chegar a informação. O segundo prende-se com o efeito provocado pela novidade do tema, num mundo em que o campo mediático precisa de notícias novas. O terceiro relaciona-se com a precarização laboral em curso na própria comunicação social, que criava uma relação de identificação por parte dos repórteres e jornalistas. Como explica Cristina

o jornalismo passou a ter uma realidade constante de estagiários que sucedem a estagiários que não recebem coisa nenhuma e eventualmente estagiários que há um dia que têm a sorte de conseguirem passar a recibos verdes e serem incrivelmente mal pagos (...) houve uma certa forma de os jornalistas perceberem que podiam intervir sobre a sua própria realidade dando voz àquela realidade. Uma grande maioria dos jornalistas que falaram connosco e que nos abordaram eram pessoas que estavam a trabalhar a recibos verdes... eles diziam “na redação está tudo a recibos verdes”.

O quarto fator tem a ver com o modo como o FERVE abordava as problemáticas laborais, ou seja, com a diferença que havia entre a linguagem do grupo e o repertório sindical clássico. Sobre o assunto, uma das jornalistas que acompanhou o movimento aponta as razões da simpatia suscitada

Às redações dos jornais chegam com pontualidade suíça e-mails denunciando abusos de entidades patronais, convocatórias para conferências de imprensa, telefonemas a denunciar uma ou outra história concreta... Mas, em todos os casos, o discurso é politicamente marcado, antecipável e previsível. (...) A chegada de movimentos de pendor claramente civil e informais como o FERVE foi, assim, uma mudança radical no tipo de abordagem a que a comunicação social estava habituada (...) As histórias eram narradas na primeira pessoa, os organizadores tinham eles próprios um longo historial de precariedade ilegal, contavam percursos estranhamente familiares (Figueira, 2009)

Cristina, por seu lado, reconhece que

se calhar éramos diferentes a falar de trabalho. Acho que a ideia que existia para muita gente era de que quem fala de trabalho são homens, de meia idade, eventualmente barrigudinhos e talvez com um bigodinho e falam sempre com o braço no ar (...) acho que nós viemos ajudar a mudar um nadinha esse caminho (...) acho que nós ajudamos a mudar a ideia de que há outras pessoas que também podem falar de trabalho, né? Há mulheres que podem falar de trabalho, há gajos novos que podem falar de trabalho e há outras realidades de trabalho que se podem falar que também são relevantes, que também merecem ter voz que não são a contratação coletiva, ou o contrato a prazo ou o pagamento de férias e de subsidio de natal. Sendo certo que isso é tudo muito importante e que quem trabalha a recibos verdes também quer ter contrato coletivo etc. etc. Mas o que é diferente tem de ser tratado de forma diferente e acho que aqui se conseguiu ganhar espaço pelo facto de tratar esta realidade de uma forma diferente.

É difícil avaliar a multiplicidade de efeitos que uma experiência como a que descrevemos tem quer nos ativistas diretamente envolvidos, quer na sociedade a que se dirige e na qual opera. “Nós limitamo-nos a identificar um fenómeno, não fizemos nada de extraordinário”, considera André. Para ele, o FERVE nunca quis ser mais do “uma plataforma de denúncia e uma plataforma de pressão” e, na sua opinião, isso foi conseguido. Cristina, a quem o trabalho do FERVE consumiu muito tempo ao longo de anos, recorda os “momentos de enamoramento muito genuínos” da fase inicial do grupo, mas confessa que “foi tendo vários momentos ao longo dos quais a mim me foi parecendo que teria sido mais

lógico acabar com a coisa”. Rita explica que o FERVE a mudou: “comecei a participar em manifestações, fiz mais pesquisa de informação para conseguir elevar alguns dos meus direitos de trabalho, não aceitei empregos em que trabalhasse a recibos verdes”. Na família, conta, passou “a ser rotulada de esquerda porque eu era aquela que se manifestava, em vez de estar calada e aceitar as coisas como elas são”. Ricardo entende que o grupo não foi capaz de conseguir “uma mudança radical de paradigma”, mas reconhece que, desde que se iniciou esta luta “houve um avanço”, porque “houve o reconhecimento de que o trabalhador a falso recibo verde está numa situação ainda mais fragilizada que um outro trabalhador em relação à sua entidade patronal e que precisa de ter na lei mecanismos adicionais de proteção”.

Plataforma de subjetivação dos trabalhadores a recibo verde, o FERVE foi um interlocutor original de um dos aspetos mais significativos do processo de precarização: o falso trabalho independente. Construindo formas de identificação através do ciberespaço, multiplicando denúncias e campanhas de solidariedade, produzindo informação, interpelando os poderes públicos, trouxe novos repertórios para a luta laboral e constituiu-se como parte de alianças mais vastas em torno destas causas, que mobilizaram outros coletivos e organizações. Impossível de perceber sem ter em conta as experiências anteriores e as que se seguiram, o FERVE despoletou processos que se prolongaram para além do tempo do coletivo e constitui, por tudo isto, um caso singular no panorama dos movimentos de precários em Portugal.

4. A formação do precariado em Portugal: considerações finais

Ao longo deste capítulo, percorreu-se a história das respostas e das resistências ao processo de precarização em Portugal desde o final da década de 1980. Deu-se conta das estratégias postas em marcha pelo sindicalismo, das primeiras experiências de organização autónoma de desempregados e do aparecimento, na última década e meia, de um conjunto de organizações de precários. A *formação do precariado* consubstanciou-se na criação de formas de comunicação, de identificação, de sociabilidade e de luta e é uma das novidades mais importantes no panorama das resistências laborais do nosso país neste início do século XXI. Ela respondeu a múltiplos vazios nas formas de organização e representação existentes e ao impasse do repertório sindical clássico. Além disso, coloca desafios substanciais à interpretação sociológica sobre as transformações no mundo do trabalho e sobre os elementos que hoje constituem a *política do precariado*. Em jeito de síntese, vale a pena retomar o que me parecem ser algumas das principais linhas de reflexão suscitadas pela análise da *formação do precariado como sujeito de ação coletiva* no nosso país.

1. Em Portugal, como noutros países, a precariedade não esteve ausente das preocupações e da intervenção sindicais. Refletindo de modo estruturado sobre este problema a partir de finais da década de 1980, o movimento sindical manteve sempre o combate à precariedade nos seus planos de ação, no seu discurso e na sua agenda reivindicativa, procurando assumir-se como agente de denúncia pública, como organizador de campanhas sobre as consequências negativas da precariedade e como proponente de medidas e propostas de alteração de normas legais que fossem em contramão da lógica dominante. Contudo, as estratégias sindicais foram-se revelando insuficientes para responder às necessidades do precariado na defesa dos seus direitos. O despertar de uma organização autónoma dos precários foi assim uma resposta concreta a cinco ausências: a ausência de estratégias sindicais perante a flexibilização e a multiplicação de estatutos contratuais; a ausência de contratos de trabalho mesmo em contextos de trabalho subordinado; a ausência de tradição sindical em sectores que sofreram processos recentes de assalariamento; a ausência de reconhecimento, pelo universo sindical, de determinadas

atividades como sendo trabalho; e a ausência de priorização de determinados grupos sociais como sendo suscetíveis de representação sindical e alvos potenciais de recrutamento.

2. O processo de formação do precariado em Portugal passou pela criação de identificações comuns, identidades associadas à experiência da precariedade, espaços de sociabilidade, organizações, iniciativas e pela aquisição de uma consciência coletiva forjada em lutas concretas. Esse processo revela que onde as formas tradicionais de sociabilidade laboral desapareceram, outras emergiram, muitas vezes mais lábeis; que há um espaço de ligação e de contestação que vai encontrando as suas formas, dentro e fora das organizações sindicais; que os sindicatos, que são a forma mais estruturante de representação coletiva dos trabalhadores, não têm hoje o monopólio da organização de uma condição laboral em mutação.

3. A análise da constituição destes grupos deve problematizar uma das suas apostas: a possibilidade de construir uma identificação com a categoria de “precário” capaz de produzir uma subjetivação contestatária. O estudo de cada organização e de cada processo de luta permite perceber as nuances deste fenómeno. Se essa identificação é valorizada por alguns trabalhadores, para outros é a identidade em torno do ofício que se sobrepõe. A disparidade de situações de que se reveste a condição de precariedade e a distância social e política que, por vezes, separa os porta-vozes daqueles que se pretende representar é também um obstáculo, vivido quer pelos coletivos de precários quer pelos coletivos sindicais, ainda que em situações e modos diferenciados.

4. Em Portugal, a peso da informalidade e o hiato entre as disposições legais e a sua inobservância prática fez com que as lutas contra a precariedade tenham tomado o Estado e o direito como alvos centrais, fazendo do cumprimento de normas protetoras do emprego e da ativação dos mecanismos fiscalizadores e reguladores uma das suas principais reivindicações. Assim a *política do precariado* articula uma *luta pelo reconhecimento* de determinadas condições (laborais e sociais) com a luta pela *distribuição de recursos materiais* (salário, proteções sociais) e pelo *direito ao emprego*, entendido como o trabalho enquadrado por um contrato e pelo conjunto de proteções que historicamente lhe foram associadas.

5. Os repertórios de ação dos precários servem-se dos instrumentos clássicos dos movimentos sociolaborais mas também de novas ferramentas, tendo relevo a utilização do ciberespaço como lugar de encontro e articulação, a irrupção transgressiva-festiva em alguns locais de trabalho e a tentativa de criar espaços alternativos de sociabilidade e de prestação ou partilha de serviços. Para contrariarem a desigualdade da relação de forças dentro do espaço da produção, as organizações de precários projetam a luta para fora do espaço das empresas, utilizando o território urbano e as alianças com outros movimentos sociais como elementos fundamentais da sua estratégia. A experimentação de formas organizativas mais fluídas e temporárias e as pertenças múltiplas de alguns destes ativistas explicam a capacidade de ativar essas redes de solidariedade.

6. Tal como a precariedade afeta grupos sociais de forma diferenciada, a análise sociológica do espaço das organizações do precariado deve estar atenta à forma como nele se reproduzem desigualdades – de género, de classe, de território, de etnia... – e se estruturam lógicas de distinção. Apesar do relevo que as mulheres assumem nestas organizações, quer no trabalho quotidiano quer na função de porta-vozes, continua a existir uma divisão sexual do trabalho militante que perpetua o sexismo. Além disso, a mobilização e sobretudo a visibilidade pública continua a ter uma correlação forte com o grau de escolarização. Por último, pelas suas condições objetivas, alguns dos movimentos de precários não estão imunes a produzirem dinâmicas de desapossamento. Muito dependentes de poucos ativistas, as posições mais visíveis ou influentes tendem a ser concentradas por quem acumula mais competências e recursos militantes, nomeadamente relacionados com experiências anteriores.

7. Na abordagem deste *espaço*, insistiu-se na necessidade de serem considerados os objetivos, características, repertórios e escalas de ação de cada grupo, plataforma ou iniciativa, mas também as trajetórias de envolvimento militante e as relações entre organizações. O espaço das organizações de precários é um espaço feito de cooperação e de alianças frequentes. Mas é também um espaço de concorrência, feito de lutas pela definição dos problemas em jogo e pela capacidade de polarizar processos de mobilização e da disputa em torno dos recursos necessários para a ação (reconhecimento institucional, efetivos

militantes, eco mediático, massa crítica especializada...). Sem atender às lógicas concorrenciais é impossível perceber este como qualquer outro campo social, seja o dos movimentos sociais, seja o sindical ou o político. A análise concreta de cada grupo e de cada mobilização restitui a complexidade das relações de conflito e de cooperação entre estas diferentes formas de organização.

8. A relação das organizações de precários com outros campos é marcada por lógicas de dependência, de concorrência e de tensão. Do campo político espera-se o reconhecimento do problema e a resolução de grande parte das reivindicações, dado que é aí que se concentram os recursos de poder que permitem responder-lhes; mas receia-se a instrumentalização, a cooptação ou a distorção das causas. Com o campo mediático estabelecem-se transações fundamentais para dar eco às causas, mas teme-se a adaptação da forma e da mensagem aos formatos impostos pelos media e a possibilidade de ficar suscetível ao seu julgamento e retranscrição. Com o campo sindical disputa-se o monopólio da representação dos trabalhadores, mas procura-se uma cooperação capaz de potenciar as lutas e os seus objetivos. Mais do que roturas absolutas, parece haver um contínuo entre alguns destes campos e entre participação política convencional e não convencional. A análise das trajetórias de politização dos ativistas revela uma frequente “multiposicionalidade dos agentes”, ou seja, a acumulação de múltiplas pertenças.

9. As tensões nas formas de organização dos precários resultam não apenas de uma “crise do sindicalismo”, mas da crise mais profunda da reprodução do mundo de trabalho e das suas formas de sociabilidade e resultam também dos efeitos da precariedade na própria possibilidade de ação coletiva. A precariedade das mobilizações destes trabalhadores deve-se à dificuldade em articular três tipos de atores: sindicalistas que tentam intervir num contexto particularmente desfavorável; ativistas com trajetórias militantes longas, feitas no movimento estudantil, no movimento sindical ou em organizações políticas; e trabalhadores (sobretudo jovens, mas não só, e cada vez menos jovens) que tentam improvisar repertórios de ação fora das regras tradicionais do conflito, frequentemente sem estruturas de formação e de enquadramento capazes de os apoiar. Muitas vezes, a insistência na “inovação” e na “novidade” de uma certa forma de luta é, mais do que um dado substantivo, um argumento utilizado na concorrência entre organizações do movimento social.

Quando se tenta medir o impacto de uma dada experiência de ativismo, é difícil perceber o que nela vai prolongar-se para além da sua própria existência. Para não pensarmos o passado nem o futuro apenas a partir do presente imediato, é útil uma visão diacrónica. Em Portugal como noutros países, o espaço das organizações de precários, mesmo com a debilidade de algumas das suas mobilizações, abriu caminhos, iluminou fenómenos até então na sombra, despoletou processos de subjetivação sem os quais o que viria a seguir não saberia, provavelmente, nomear-se do mesmo modo. No ciclo de protesto trazido pela década seguinte, que começou em 2011, a luta dos precários enquadrou-se num combate mais vasto contra a austeridade e pela democracia e deslocou-se, com maior insistência, para as praças e para as ruas. Esse é o tema do próximo capítulo.

V. O precariado num novo ciclo de protesto

2011 foi um ano de viragem e o início de um novo ciclo de ação coletiva. A irrupção de grandes mobilizações inesperadas e de acontecimentos não premeditados rompeu a rotina do protesto e criou uma vaga de contestação à escala internacional. Simbolicamente, poderíamos situar o início desse ciclo na celebrada “Primavera Árabe”, cujo começo se associa à imolação de um jovem na Tunísia em dezembro de 2010, dando origem a um levantamento cidadão que foi inspirador para vários países daquela região¹⁹⁶. De modo diferente, também a experiência da Islândia em 2009 e da *wikiconstituição*¹⁹⁷ que se lhe seguiu foi, no quadro europeu, uma referência de enfrentamento ao poder financeiro. Com esses dois antecedentes, é em 2011 que a indignação explode nas ruas e nas praças de vários pontos do mundo. No Egito, com a sua revolução. Em Portugal, com a Geração à Rasca e o que se seguiu. Em Espanha, com as Acampadas e os Indignados, na Grécia com o movimento das Praças, nos Estados Unidos com o movimento *Occupy*, mas também em muitos outros lugares. Nesse ano, a revista Time escolhia como personalidade do ano “o manifestante”. Momento raro, uma publicação com aquelas características considerava pela primeira vez um ator coletivo, personagem anónima, como a “pessoa” mais influente do mundo (Estanque, Costa e Soeiro, 2013; Pickerill e Krinsky, 2012; Castells, 2012; Khosrokhavar, 2012; Hughes, 2011; Seddik, 2011; Taylor e Gesse, 2011; Taibo, 2011; Taibo *et al*, 2011; Writers for the 99%, 2011).

Os anos seguintes assistiram a novos fenómenos contestatários. No Chile uma sequência de greves estudantis bateu-se, entre 2011 e 2012, contra a falta de democracia no acesso ao ensino e contra a presença dos bancos na educação (Donoso-Diaz, 2012). No Québec, também em 2012, a mais longa greve estudantil de sempre transformou-se num protesto popular sem precedentes, numa “primavera vermelha e preta” que conseguiu

¹⁹⁶ A 17 de dezembro, um jovem vendedor tunisino imolou-se pelo fogo frente a um edifício governamental. Poucas horas depois desse acontecimento, centenas de jovens que sofriam o mesmo tipo de humilhações concentravam-se em protesto frente ao mesmo edifício. O primo de Mohamed Bouazizi fez um vídeo desses protestos que se tornou viral e, nos dias que se seguiram, várias manifestações tiveram lugar de forma espontânea um pouco por todo o país. A partir de um acontecimento catalisador, desenvolveu-se um processo de mobilização revolucionária.

¹⁹⁷ A Islândia assistiu, desde janeiro de 2009, a um processo inédito de mobilização popular contra o resgate das dívidas da banca privada e as decisões das instituições políticas. O protesto cidadão conduziria à nomeação, pelo Parlamento, de um grupo de 25 cidadãos independentes para fazerem o projeto de uma nova constituição. Esta comissão lançou um processo participativo, através das redes sociais e da Internet que recolheu mais de 16 mil sugestões. Ao fim de 4 meses, aquele grupo apresentou um projeto de Constituição, que ficou conhecido como uma “wikiconstituição”, dado que foi feito recorrendo às plataformas interativas e colaborativas permitidas pelo ciberespaço.

arrancar ao Governo, que pretendia aumentar os custos da frequência do ensino, uma vitória importante (Ancelovici e Dupuis-Déri, 2014). Ainda nesse ano, o Egito viveu uma nova vaga de manifestações que puseram em causa o regime autoritário apoiado pelas potências ocidentais. Na Europa, as mobilizações continuaram ao ritmo de novos pacotes de austeridade. Na Turquia – país recorrentemente louvado pela sua “prosperidade económica” e pelo seu “islamismo moderado” –, o abate de centenas de árvores e a destruição de um jardim para construir um centro comercial no centro de Istambul motivou um ato de resistência que foi a faúlha que incendiou a revolta (Zizek, 2013). E no verão de 2013, no Brasil, mobilizações de centenas de milhares de pessoas ocuparam as ruas das principais cidades. Iniciado pelo Movimento Passe Livre, que contestava o aumento do preço dos transportes públicos e reivindicava o direito à mobilidade no espaço urbano, o movimento foi o espaço de expressão de outras agendas relacionadas com a questão urbana – como a segregação espacial, a política dos mega-eventos (no caso, em particular, a Copa do Mundo), as lógicas de gentrificação – ou com a crítica da representação política (Vainer et al., 2013; Estanque, 2014; Arruda, 2014).

Estas mobilizações não são todas iguais. É por isso de evitar qualquer ilusão de homogeneidade: separam-nas diferenças significativas nos antecedentes, nos contextos em que acontecem, nas táticas que utilizam, nos protagonistas, nos seus desfechos. Mas talvez seja possível identificar três grandes famílias, cada uma com a sua irredutível diversidade interna: (i) os levantamentos populares contra regimes autoritários e ditaduras pessoais, (ii) as mobilizações contra a austeridade e o empobrecimento e (iii) os protestos do precariado em busca de novos direitos.

As três famílias do ciclo de mobilizações iniciado 2011

1. Na primeira linhagem podemos incluir os levantamentos populares contra regimes autoritários e ditaduras pessoais, como aconteceu em vários dos países árabes. Esses levantamentos não nasceram do nada. Tiveram acontecimentos que os desencadearam, mas precede-os um ascenso das lutas sociais, nomeadamente na Tunísia e no Egito, onde haviam já despontado importantes greves operárias ou movimentos feministas nos anos anteriores (Gjergji, 2014). Como defende Khosrokhavar (2012: 10) há diversos tipos de movimentos: os que reivindicaram reformas no marco dos regimes (Marrocos, Arábia Saudita, Jordânia); os que desde o início lutaram pela alteração de regime (Tunísia, Egito, Líbia, Iémen); e os que, tendo começado pela reivindicação de reformas, acabaram por colocar a questão do derrube do regime (Bahrein ou Síria). Além disso, nem todos os processos revolucionários tiveram o mesmo desfecho e, em muitos casos, as alternativas supostamente disponíveis polarizaram-se entre o regresso ao antigo regime ou a recuperação integrista dos processos de levantamento popular, como se a uma “primavera Árabe” devesse seguir-se um “Inverno islamista”, no qual as grandes potências mundiais não se dispensaram de cometer a sua ingerência. A ausência de tradições e organizações revolucionárias autónomas significou que, em muitos casos, o Estado destruído pela explosão revolucionária rapidamente se reconstruiu, muitas vezes sob o comando das forças militares entretanto expurgadas dos elementos mais odiados da velha autocracia, dando ao exército um papel de mediador e permitindo, por via dele, a reedificação da ordem capitalista, frequentemente com a intervenção externa (Almeyra, 2014).

2. Numa segunda família poderíamos agrupar os processos de resposta ao aumento das desigualdades e ao empobrecimento em contextos de “democracias liberais”. As mobilizações que aconteceram no Sul da Europa – Portugal, Grécia, Espanha... – são em grande medida reações à imposição da austeridade e ao crescimento exponencial do desemprego e da pobreza e fizeram-se sob os escombros de um edifício de direitos sociais que tem vindo a ser arrasado sob as exigências do capital financeiro e a chantagem da dívida. Nos Estados Unidos, o movimento *Occupy* partilhou com as mobilizações europeias essa premissa de contestação a um sistema financeiro que vem colonizando esferas crescentes da vida, da economia e do Estado.

3. Em terceiro lugar estão os casos, como o do Brasil, em que os protestos irrompem em conjunturas de pleno crescimento económico, onde se assiste à expansão da classe média e onde, na última década, se ampliaram alguns direitos sociais. Aqui, parece que estamos essencialmente perante revoltas de quem está empregado, mas numa situação em que o trabalho não garantiu perspectivas para o futuro, em resultado dos baixos salários, das precárias condições de vida nas periferias da cidade ou da perseguição policial às famílias trabalhadoras. Ou seja,

assistimos provavelmente perante revoltas resultantes da “frustração social” de um precariado que não vê associada à “vitória individual” da conquista de um emprego formal o tipo de direitos e proteções existentes noutros contextos (Braga, 2013) e perante o confronto entre as expectativas geradas pelo crescimento económico e uma lógica de desigualdade social e territorial que continua a produzir segregação e que conduz a um “status truncado” (Estanque, 2014: 76).

Apesar das singularidades e das diferenças, há elementos comuns entre os diversos protestos e processos. Tomando em consideração as experiências incluídas na “segunda família” deste ciclo, o que é proposto nas próximas páginas é um esforço de síntese, que corre o risco de algumas generalizações, mas onde se procura fundamentalmente identificar grandes tendências. Na ponderação da utilidade deste exercício encontram-se pelo menos três premissas.

A primeira é que, apesar da sua indiscutível diversidade, não estamos apenas perante uma sequência de iniciativas, mobilizações ou “presenças coletivas no espaço público” (Santos, 2014) desligadas entre si. Na minha opinião, a interligação, as dinâmicas de comunicação, os efeitos de contágio e de inspiração que se estabeleceram entre estes diferentes acontecimentos permitem falar daquilo que Sidney Tarrow (1995) definiu como um *ciclo internacional de protesto*, onde o conflito se intensifica, se difunde geograficamente, onde se desencadeiam ações inorgânicas mas onde surgem também novas organizações, novos símbolos e interpretações do mundo, alargando-se igualmente o repertório de ação disponível.

A segunda premissa que sustenta esta perspetiva é que existe um pano de fundo que é comum a este ciclo, marcado essencialmente por três elementos: a crise capitalista de 2008 e o “golpe de Estado” financeiro que se lhe seguiu; a acentuação das desigualdades, do desemprego e da precarização, que atinge fortemente a juventude; e o descrédito relativamente às instituições, crescentemente colonizadas pelos interesses do capital financeiro e, por isso, esvaziadas de capacidade de responder às preocupações da maioria.

A terceira premissa, que resulta das anteriores, é que em função das duas razões apresentadas, estas mobilizações colocam instigações às abordagens desenvolvidas previamente sobre os movimentos sociais e desafios à imaginação sociológica e ao pensamento político emancipatório que devem ser valorizados. Por isso, a partir de informação recolhida sobretudo sobre os casos português, espanhol, grego e norte-

americano, procurarei neste capítulo identificar as principais características destas mobilizações, argumentando que elas significam uma nova fase na ação coletiva do precariado e na sua política, que é distinta da anterior em pelo menos cinco dimensões.

A primeira diz respeito às subjetividades, com o *precariado* a dar lugar a mobilizações de coligações mais vastas – as “pessoas normais” não organizadas. A segunda refere-se à nova articulação temática dos protestos, com a interligação entre as questões materiais (trabalho, direitos sociais) a reivindicação de uma “democracia real”. A terceira tem a ver com problema das escalas, dado que este ciclo se desenvolveu numa tensão forte entre o contágio internacional e a renacionalização das lutas. A quarta relaciona-se com o tipo de esfera pública. E a quinta com a institucionalidade característica deste ciclo, entre a multiplicação de experiências extra e contra-institucionais e a criação de alternativas que se serviram também das instituições existentes ou criaram novas (de que um exemplo significativo é o que sucede na Grécia).

1. Um novo ciclo internacional de protesto

O pano de fundo das mobilizações. A culpa é dos banqueiros, dos governos, dos políticos?

As mobilizações iniciadas em 2011 acontecem no marco da maior crise capitalista das últimas décadas e partem, na maior parte dos casos, da indignação em relação à injustiça, às desigualdades sociais, aos efeitos económicos da “ditadura financeira” e à cumplicidade de governos e instituições relativamente ao processo de empobrecimento em curso. Na generalidade dos países, esta crise acentuou o movimento longo de mercantilização que vinha já desde a afirmação da hegemonia neoliberal na década de 1980 (Chomsky, 2012). Nos países do sul da Europa, ela parece ter sido a oportunidade para radicalizar essa mercantilização de todos os aspetos da vida: do trabalho, da educação, dos recursos naturais, do espaço público, mas também da política, do dinheiro e da dívida, novo nicho de especulação e de lucro (Fraser, 2013).

O pano de fundo desta vaga de contestação parece ter de facto três elementos fundamentais. O primeiro é a crise de 2008 e o golpe financeiro que se lhe seguiu, ou seja, o modo como uma crise do sector financeiro foi transmutada numa crise das dívidas soberanas, a que o poder político capturado por aqueles interesses respondeu com políticas recessivas e medidas de austeridade. Para economistas como Krugman (2011) e Stiglitz (2010), a conjugação de cenários de recessão económica combinados com cortes acentuados nos gastos públicos por parte dos governos conduziu a situações de agravamento económico e traduziu-se num ciclo vicioso de aumento do desemprego, quebra no consumo e dificuldade de financiamento tornando, conseqüentemente, mais improvável o relançamento da economia. Foi justamente esse modelo que foi aplicado na Europa, com conseqüências trágicas nomeadamente em países como a Grécia ou Portugal¹⁹⁸.

É na sequência destas escolhas que se assiste à segunda dimensão que destacamos: o crescimento das desigualdades, do desemprego e da precarização, que atinge fortemente a juventude, não apenas na Europa, mas também, e de forma gritante, nos países árabes. Por

¹⁹⁸ Sobre estas conseqüências consultar, por exemplo, o relatório do Observatório das Crises e das Alternativas (2014) para o caso português ou, relativamente à Grécia, a publicação da rede “Solidarity for All” (2015), que faz uma síntese dos principais dados de instâncias nacionais (como o Banco da Grécia) e internacionais (como o Eurostat ou a Unicef) sobre as conseqüências humanas da austeridade.

um lado, a crise iniciada em 2008 é responsável por uma destruição de emprego sem precedentes. Por outro, como vimos para o caso português na parte III desta monografia, as políticas de austeridade resultaram num processo acelerado de transferência de rendimento do fator trabalho para o fator capital, através da compressão do salário direto e indireto para cumprir uma parte das obrigações dos Estados com os credores. No contexto europeu, e em Portugal especificamente, perante a impossibilidade de desvalorização da moeda, a redução dos custos do trabalho foi apresentada por vários economistas como a solução necessária para o incremento da competitividade (Leite, 2010; Bento, 2009). Argumento profundamente contestável (Louçã, 2013), a verdade é que esta redução foi politicamente ativada, operando por muitas vias: em primeiro lugar, pelo congelamento ou cortes nas pensões e no salário direto dos funcionários públicos, com efeitos de contágio no setor privado; em segundo, pelo aumento de impostos e precarização das relações laborais; em terceiro lugar, pela fragilização dos serviços públicos e privatização de algumas funções e setores estratégicos do Estado.

O terceiro elemento que conforma o contexto destas mobilizações é um descrédito dos cidadãos relativamente às instituições, que é também consequência do processo acima descrito. Como desenvolverei adiante, a reivindicação de uma “democracia real” resulta justamente da perceção de que o poder político está capturado por interesses que são alheios à maioria. Em vários dos países que têm sido objeto de intervenções externas e de operações de “resgate financeiro”, o que aconteceu foi a emergência de uma “pós-democracia” que operou pela nomeação ou imposição de governos tecnocráticos não eleitos (Sevilla *et al.*, 2012). As instituições foram formalmente mantidas (nomeadamente os Parlamentos), não existiu uma suspensão oficial da ordem jurídico-constitucional e não se recorreu de modo massivo à utilização arbitrária da violência do Estado, ainda que se tivessem multiplicado os episódios de repressão policial e se tivesse insinuado uma crescente e preocupante repressão dos movimentos sociais. Mas a essa manutenção formal da democracia correspondeu um efetivo esvaziamento dos poderes das instituições eleitas. Aos governos, passou a caber essencialmente a função de “manter a ordem”, que lhes foi confiada pelas instituições internacionais que, constituindo-se como “credores”, passaram a exercer diretamente sobre os Estados uma tutela política (materializada nas imposições sobre política económica) (Rosas, 2012; Monedero, 2011). Neste processo, a desafeição dos cidadãos por Governos considerados crescentemente colonizados pelo capital financeiro e

tutelados por organismos não eleitos (de que o melhor exemplo foi a *Troika* constituída pela União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional), estendeu-se também a outros agentes percecionados como participando do mesmo universo ou jogando o mesmo “jogo”, nomeadamente partidos políticos ou sindicatos institucionais.

Uma passagem por alguns dos manifestos das iniciativas de protesto que tiveram lugar em Portugal, Espanha, Grécia e Estados Unidos pode iluminar algumas destas questões e esclarecer o modo diverso como as diferentes mobilizações identificaram o “inimigo” a que se opunham. Quando em Portugal foi convocada a manifestação da “Geração à Rasca”, que aconteceu em março de 2011, os “desempregados, quinhentoseuristas e outros mal remunerados” que a convocaram responsabilizavam pela sua situação os “políticos, empregadores e nós mesmos”. No ano seguinte, a convocatória das manifestações do 15 de setembro no nosso país identificava já como adversários “a austeridade que nos impõem e que nos destrói a dignidade e a vida”, acusando “quem se resigna a governar sob o memorando da troika” de colocar “instrumentos fundamentais para a gestão do país nas mãos dos especuladores e dos tecnocratas, aplicando um modelo económico que se baseia na lei da selva, do mais forte, desprezando os nossos interesses enquanto sociedade, as nossas condições de vida, a nossa dignidade”.

O manifesto da *Democracia Real Ya!*, que convocou os protestos de maio de 2011 no Estado Espanhol, apelava às “pessoas normais (...) gente que se levanta de manhã para estudar, para trabalhar ou para procurar trabalho, gente que tem família e amigos” no sentido de se mobilizarem contra a “corrupção dos políticos, empresários, banqueiros”. Na Grécia, os “trabalhadores, desempregados, reformados e jovens” que se juntaram a 27 de maio na praça *Syntagma* para constituir uma “Assembleia Popular”, declararam que não abandonariam aquele espaço público enquanto “os governos, a Troika (UE, BCE e FMI), os banqueiros, o Memorando do FMI e todos os que nos exploram” não abandonassem o país. Em Nova Iorque, a autodesignada “Assembleia Geral da cidade de Nova Iorque” reunida em *Zuccotti Park* em setembro de 2011, declarou que, “unidos como povo”, os presentes pretendiam opor-se às “corporações, que colocam o lucro antes das pessoas, o interesse próprio antes da justiça, e a opressão antes da igualdade” e que “controlam o nosso governo”.

Como se percebe, a identificação do adversário não é uma questão menor: ela pressupõe um determinado diagnóstico sobre o tempo que vivemos e sobre a raiz dos problemas. Ela sustenta, também, as estratégias que se estabelecem. Não é o mesmo

responsabilizar os *banqueiros*, os *governos*, as *instâncias internacionais não eleitas*, os *empregadores*, a *corrupção*, o *sistema económico que captura os governos*, os *políticos* em geral ou *nós mesmos*. Dito de outra forma, do diagnóstico resulta também o alvo do protesto. O inimigo é a democracia representativa e as suas deficiências? São os responsáveis políticos do momento? É o capitalismo e a lógica de desigualdade e exclusão que provoca? Ou são as diferentes articulações entre uns e outros?

Expressando todos os protestos uma insatisfação em relação aos três elementos identificados aqui como constituindo o seu pano de fundo comum, o facto é que as diferentes escolhas de cada mobilização acentuam visões – e portanto estratégias – diversas. Nuns casos, elas são afirmadamente anticapitalistas (como no exemplo norte-americano), noutros trata-se mais de formulações de ordem ética e moral contra a corrupção do sistema (“é necessária uma Revolução Ética”, diz o último parágrafo do manifesto espanhol), noutros há uma visão que procura articular os agentes políticos e económicos na mesma dinâmica de exploração (a combinação de governos, banqueiros e instituições internacionais não eleitas, como aparece no caso da Assembleia Popular de Atenas).

Os recentes desenvolvimentos que tiveram lugar em Portugal, no Estado espanhol e na Grécia podem também ser pensados a partir destas diferenças. Não terá influência, na configuração da resposta política posterior em cada país, ter-se iniciado a contestação atribuindo a culpa a “nós mesmos” (como constava do manifesto português), à “corrupção de políticos, empresários e banqueiros” (como diziam os *Indignados*, no que foi depois retraduzido como “a casta” pelo novo partido Podemos) ou aos governos e instâncias internacionais responsáveis pela austeridade (como aconteceu na Grécia)?

O que mudou na ação coletiva?

A última grande vaga de mobilizações globais aconteceu há cerca de uma década e meia atrás. O seu nascimento simbólico pode ser situado no grito zapatista do *Ya Basta!* (1994), mas a sua explosão está associada ao boicote à reunião da Organização Mundial do Comércio em Seattle, em 1999. Esse movimento prosseguiu com as contra-cimeiras (Génova e Escócia, contra o G8), os Fóruns Sociais e as manifestações contra a guerra no Iraque, nos anos posteriores (Santos, 2005). A emergência, nessa altura, de um “internacionalismo sem nome das resistências” como lhe chamou Bensaïd (2003),

materializou-se num conjunto de mobilizações à escala planetária, que articulou diferentes sujeitos políticos e movimentos e que fazia da crítica ao neoliberalismo e à globalização capitalista a sua plataforma comum. No início do século XXI, esse movimento de movimentos pôs em contacto diferentes atores sociais, culturas de intervenção e sujeitos políticos. No que diz respeito ao precariado, os *MayDays* foram a sua expressão mais significativa. Desse ciclo ficaram redes, encontros e campanhas. Mas entretanto a capacidade aglutinadora do movimento enfraqueceu, as lutas sociais dispersaram-se e “renacionalizaram-se”, a América Latina assistiu à eleição de alguns governos progressistas, na Europa a luta tornou-se ainda mais defensiva, os EUA viveram a “era Bush”. De facto, seria preciso esperar até 2011 para ver ressurgir com força um movimento à escala internacional com capacidade de ocupar as ruas e a agenda política.

O quadro em que têm lugar as recentes lutas do precariado sofreu por isso uma alteração substancial. Na Europa do Sul, mas não só, este novo conjunto de mobilizações em contexto de austeridade marcou a agenda, fundou uma nova cultura de protesto, originou novas subjetividades rebeldes e foi um laboratório de experimentação da ação coletiva. Não se trata de uma pequena mudança na forma ou na intensidade dos protestos, mas de uma transformação qualitativa em várias das suas dimensões. Dar conta dela exige um esforço de síntese e de imaginação sociológica que, um pouco à maneira do tipo-ideal *weberiano*, procure compreender as tendências gerais do fenómeno, mesmo sabendo que a realidade é sempre mais complexa e contraditória do que qualquer tipologia. De seguida, proponho uma sistematização das mudanças em cinco dimensões.

O que mudou na ação coletiva relativamente ao ciclo anterior?

1. *Mudaram os sujeitos.* O *preariado*, em particular a juventude precarizada, foi sem dúvida o catalisador inicial dos protestos, nomeadamente em Portugal e no Estado Espanhol. Mas as mobilizações rapidamente se estenderam ao conjunto das “gerações à rasca”. A emergência política das “pessoas normais” (expressão dos *Indignados*) e a irrupção de um novo pólo de cidadania ativa não organizada caracterizam este novo ciclo. É o “Povo” das Assembleias gregas, os “99%” do *Occupy*, ou os milhares que saíram à rua contra a *Troika* em Portugal.
2. *Mudaram os temas.* Na sequência da crise financeira, a desigualdade, o desemprego, a precarização e o endividamento surgiram à cabeça dos protestos. Mas a crítica à austeridade e ao capitalismo veio a par de uma intensa crítica aos sistemas políticos. A reivindicação de uma “democracia real” ou de uma “democracia que sai à rua” passou a ser central. A busca de formas democráticas mais participativas, assembleárias e tendencialmente horizontais é também marca deste período.
3. *Mudaram as escalas.* O fenómeno é internacional porque houve um *efeito de ciclo* onde as diferentes escalas geográficas se transpuseram. Mas o contágio entre protestos fez-se mais através da circulação de informação, nomeadamente *online*, do que pela emergência de instituições de articulação europeia ou internacional, como foram no passado os *Fóruns Sociais*. A par da criação de uma “comunidade imaginada” de protesto global, assente nos fluxos de informação, assiste-se a uma renacionalização das reivindicações e à defesa do Estado-nação como o espaço que resta ainda permeável à soberania popular.
4. *Mudou o tipo de esfera pública.* A ocupação do espaço urbano (praças, jardins, portos...) apareceu como exercício efetivo de resgate democrático e como forma de produção de um tipo de espacialidade contra-hegemónica. A par disso, o recurso à internet transformou definitivamente o ambiente e os processos de tomada de decisão, as formas de pensar (marcadas pela lógica hipertextual) e de comunicar (o tipo de mensagem, os seus formatos e suportes). Assim, a esfera pública típica desta fase é o “espaço público híbrido” formado da articulação entre a ação nas redes sociais online e a ocupação do espaço público das cidades.
5. *Mudou o tipo de institucionalidade.* Assiste-se a uma disposição extrainstitucional e à ativação de práticas políticas pré-figurativas, mais do que à criação de *redes de organizações* e *fóruns*, formas típicas do ciclo anterior. Com intuítos pedagógicos, de experimentação ou de resistência, pretende-se antecipar, pela prática, o tipo de mundo desejado, por via de assembleias, espaços autogeridos ou formas de provisão direta de

bens e serviços. Ao mesmo tempo, surgem novas instituições, quer sindicais quer político-partidárias (caso do partido *Podemos*, no Estado Espanhol) que procuram dar expressão a este processo.

1. Mudança nos sujeitos: a aliança entre a juventude precarizada e o conjunto das “pessoas normais”

Num livro recente sobre os “movimentos sociais na era da Internet”, o sociólogo Manuel Castells tentou identificar os fatores da emergência da revolta na Tunísia, sugerindo três elementos essenciais: (1) a existência de um contingente de jovens qualificados e desempregados, capazes de liderarem a revolta dispensando as tradicionais estruturas de poder e representação; (2) a existência de uma cultura de ciberativismo muito forte, que permitiu criar um espaço público crítico do regime ditatorial e com autonomia relativamente à repressão do Estado; (3) uma taxa de difusão do acesso à Internet significativa, seja em postos domésticos, seja em cibercafés ou espaços educativos o que, combinado com a existência de setores juvenis com altas qualificações e sem emprego, fez da juventude um ator central da revolução (Castells 2012: 28-29). O mesmo tipo de diagnóstico foi feito em relação a outras mobilizações: a juventude precarizada e desempregada, mas com recursos escolares e comunicacionais, é identificada como sendo o grupo propulsor dos protestos e catalisador de uma indignação generalizada (Estanque, 2014: 74). Estaríamos portanto perante uma “rebelião do precariado” à escala global (Braga, 2015)

Se pensarmos no caso português, no caso norte-americano e no caso espanhol, é verdade que foram os “jovens indignados” quem teve o talento tático de dar forma a um descontentamento geral e de aproveitar o instante propício para o transformar em acontecimentos contestatários (praças ocupadas, marchas, assembleias, acampadas, manifestações). Mas se as suas convocatórias tiveram grande impacto e capacidade de arrastamento, foi também por outras três razões: a emergência daquilo a que Boaventura chamou de “sociedade civil não organizada” (Santos, 2011:106); a importância, nestes países, do que alguns designaram de “classe média frágil”, “empobrecida” e “precarizada” e por isso mesmo disponível para um novo “radicalismo de classe média” (Estanque, 2014: 61-64); e a capacidade de transformar estas iniciativas em íman de vários ativismos.

Uma leitura dos manifestos dos quatro “movimentos” a que me venho referindo é interessante para analisar o modo como cada um define o sujeito que enuncia a convocatória

ou que se reúne na praça e verificar em que medida está presente uma referência à precariedade.

No da Geração à Rasca, em Portugal, o “nós” foi descrito essencialmente a partir da condição de precariedade laboral, nas suas diversas modalidades, mas com uma referência ao “nós” da comunidade política que é o Estado-nação:

nós, desempregados, quinhentoseuristas e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal.

No manifesto da Democracia Real Ya!, que convocou os protestos dos Indignados no Estado espanhol, é a afirmação da gente comum contra os “de cima”, a “casta dos privilegiados”. Essa comunidade dos de baixo recusava, inclusive, as fronteiras estabelecidas com base no posicionamento ideológico:

Somos pessoas normais (...) gente que se levanta de manhã para estudar, para trabalhar ou para procurar trabalho, gente que tem família e amigos. Gente que trabalha duro todos os dias para viver e dar um futuro melhor aos que nos rodeiam. Uns consideramo-nos mais progressistas, outros mais conservadores. Uns crentes, outros não. Uns temos ideologias bem definidas, outros consideramo-nos apolíticos... Mas todos estamos preocupados e indignados com o panorama político, económico e social que vemos à nossa volta.

No caso espanhol, a declaração “não somos nem de esquerda nem de direita” ou a afirmação de que “não somos anti-sistema, o sistema é que é anti-nós” pode ser entendida à luz do que Cedillo (2012; 2013) chamou de “estratégia de máscaras”, não apenas as máscaras-objeto dos *Anonymous*, que escondem a identidade individual em favor de uma identificação coletiva simbólica, mas também as máscaras como tática discursiva que visou impedir os mecanismos de controlo e neutralização do protesto assentes na identificação dos manifestantes e na sua categorização estigmatizante como “radicais”, “militantes de esquerda” ou “anti-sistema”. A mesma estratégia discursiva tem sido utilizada pelo novo partido *Podemos* e pelo seu porta-voz Pablo Iglesias, que insiste numa clivagem entre “os de baixo” e a “casta”, à qual pertence, na sua opinião, uma parte da Esquerda¹⁹⁹.

¹⁹⁹ Ver por exemplo a intervenção realizada em Lisboa em novembro de 2014, disponível em <http://www.esquerda.net/videos/pablo-iglesias-o-povo-e-quem-mais-ordena/34918>

Na praça *Syntagma*, em Atenas, no manifesto que deu início do “Movimento das Praças”, o sujeito do protesto assume-me a partir de quatro grandes categorias “ocupacionais”: “Nós somos trabalhadores, desempregados, reformados, jovens”. Já em Nova Iorque, o “nós” é definido simplesmente como o “povo”: “Unidos como povo, reconhecemos a realidade”, diz a Declaração da Ocupação da Cidade de Nova Iorque. Neste caso, a invocação do “nós, o Povo” associou-se a uma outra, que se tronou um dos slogans mais reverberados deste ciclo de protesto: “Nós somos os 99%”. Baseado numa constatação que acusa o nível acentuado de desigualdade da sociedade norte-americana (e que ressoou em muitas outras), a expressão estabeleceu um conflito com a elite do “1%”, numa fórmula que teve o mérito de criar imediatamente, junto da opinião pública, um sentido de inclusão maioritário²⁰⁰.

Esta estratégia de inclusão ajuda a explicar a identificação com estas mobilizações por parte pessoas que se sentiam afastadas da ação coletiva. Batismo cidadão para muitos, nomeadamente jovens, elas foram a quebra de um monopólio e estruturaram uma cultura política na qual a participação das “pessoas comuns” e das pessoas “não organizadas” foi a marca de uma apropriação da política pela “gente normal”. Desse ponto de vista, o blog *We are 99%*, lançado em agosto de 2011 e onde qualquer pessoa podia colocar a sua foto e o seu testemunho pessoal (e largas centenas o fizeram) ou o apelo, no 12 de março português, para que cada manifestante levasse a sua mensagem e a sua proposta, representa essa vontade de dar voz aos cidadãos não organizados e de criar um sentido de abrangência no protesto dos que não se sentiam incluídos nos coletivos existentes, fossem eles sindicatos, partidos, organizações não governamentais ou outro tipo de associações, como os grupos de precários. Na Grécia, em Espanha, em Portugal ou nos EUA (onde a mobilização foi proporcionalmente menor), quebrou-se o monopólio da ação política que os cidadãos organizados pareciam ter. De repente, a política na rua passou a ser constituída e até convocada por gente que estava fora dessas organizações, revelando-se que o potencial de cidadania ativa era maior do que o que estava contido nas estruturas existentes.

²⁰⁰ A fórmula tem uma história longa de referências na crítica social e na análise económica, mas terá sido Joseph Stiglitz quem, num artigo publicado em maio de 2011 na revista *Vanity Fair*, reavivou a expressão. Nesse texto, intitulado “Of the 1%, by the 1%, for the 1%”, o Nobel da Economia criticava os impactos negativos da desigualdade nos EUA, país onde 1% das pessoas mais ricas concentra mais riqueza que os restantes 99%.

Reconhecido isto, seria errado considerar que, nestes protestos, não houve organizações envolvidas ou que a sua força não resulta, também, de lutas e processos anteriores. Como defende Carlos Taibo (2011) os militantes dos movimentos e das organizações já existentes trouxeram a experiência política e o saber organizativo que foi útil para a continuidade e a expressão do protesto. No seu entender podemos mesmo falar, no caso espanhol, de “duas almas” do movimento. A primeira, a dos “jovens indignados”, foi portadora de uma “agenda cidadanista” centrada nas reivindicações relativas ao sistema político (combate à corrupção, transparência, democracia participativa, quando não deriva para abordagens mais judicialistas) e aos direitos ao trabalho, preocupando-se com as propostas concretas (como as que saíram da Porta do Sol) dirigidas a entidades externas (o Estado, as instituições e os seus responsáveis). Os segundos (militantes de movimentos radicais previamente existentes) tiveram um perfil de proposta mais vincadamente anticapitalista e totalizante, numa lógica de contestação geral do sistema e em que a luta de classes se articulava com as agendas ecologistas e feministas.

Também no caso português, como veremos de seguida, desde o primeiro momento que os jovens que convocaram os protestos da *Geração à Rasca* recorreram ao apoio de organizações que já estavam no terreno, contactando nomeadamente alguns dos grupos de precários para que colaborassem na organização da manifestação. Nos Estados Unidos, as semelhanças entre o *Occupy Wall Street* e as ocupações em *Wisconsin*, impulsionadas antes por organizações sindicais (Wright e Peschanski, 2011), ou as assembleias gerais do *New York Against Budget Cuts*, mostram como entre os precursores destas mobilizações se encontram organizações e campanhas mais antigas. Apesar de os sindicatos estarem fora dos circuitos ativados pelos *Anonymous* e pelos *Adbusters*, marcaram presença no *Occupy* e chegaram a financiar o movimento (o que levou aliás a que alguns manifestantes classificassem o seu contributo como “presents more than presence”).

Os debates sobre que tipo de convergências e de traduções entre lutas podiam desenvolver-se entre as novas dinâmicas de mobilização e as organizações e movimentos previamente existentes, sejam os sindicatos, os partidos ou as organizações de precários, atravessou todo este ciclo de protesto. A junção entre as *praças* e as *greves* (para utilizar a formulação de Alex Callinicos, 2011), ou seja, a ação coletiva no espaço da produção e no espaço da circulação e da reprodução da vida quotidiana foi um dos desafios colocado pelas mobilizações.

2. Uma nova articulação temática: as questões materiais encontram a democracia

Depois de 30 anos de ofensiva de classe, finalmente o *Occupy*: foi com esse entusiasmo que Chomsky, o linguista e intelectual público norte-americano, acolheu o movimento, considerando-o a “primeira grande resposta pública a 30 anos de luta de classes bastante amarga” que concentrou a riqueza e o poder e “triturou a democracia” (2012: 54). O conhecido realizador e documentarista norte-americano Michael Moore considerou que a primeira vitória destes protestos foi o facto de terem exposto a fragilidade do sistema e dado voz às suas vítimas. E David Harvey (2012) salientou a capacidade do movimento ter colocado na agenda “a desigualdade social como um problema”. Com efeito, não é um acaso que estudos de opinião sobre estas mobilizações realizados em Portugal, nos EUA e em Espanha tenham indicado que a simpatia e o apoio dos cidadãos às suas causas se cifrava entre os 60% e os 75% (Castells, 2012). Pelos temas que tocaram, eles parecem ter sido capazes de colocar em debate os problemas de uma maioria de pessoas que sofrem as consequências desta crise.

Na sequência da crise financeira, os temas da desigualdade, do desemprego, da precarização e do endividamento surgiram à cabeça dos protestos. A questão da austeridade e da precariedade (por exemplo no caso português) e das desigualdades e regulação do sistema financeiro (que se destacou nos EUA) tornaram-se temas prementes do debate público, em grande medida sob o impulso das mobilizações de rua. Em Portugal, a análise que será feita das cerca de duas mil folhas entregues pelos manifestantes no Parlamento na sequência do 12 de março vai no mesmo sentido. No caso do *Occupy*, por exemplo, o alvo principal foi *Wall Street*, como símbolo do sistema financeiro dominante e do modo como sequestrou o conjunto dos direitos sociais e o governo.²⁰¹ Em Espanha e na Grécia, o desemprego e a austeridade foram temas dominantes.

Assim, é possível afirmar que a agenda anterior do *preariado* e do movimento sindical manteve-se neste ciclo e reforçou a sua presença, num contexto em que a precariedade e sobretudo o desemprego atingiram níveis históricos²⁰². Mas se a gramática

²⁰¹ O facto do manifesto enumerar aquilo que “eles” fizeram permitiu também que, na fase que se seguiu ao pico de mobilizações, o movimento se tenha multiplicado em iniciativas sobre cada uma das instâncias onde essa desigualdade se produz, seja empresas que promovem o desemprego, bancos que despejam pessoas das suas casas, universidades que endividam estudantes, empresas que impedem genéricos ou censuram conteúdos, ou o complexo industrial-militar (Butler, 2012: 11).

²⁰² As consequências da crise ao nível do emprego e do trabalho têm sido por isso devastadoras, em particular para os grupos mais vulneráveis: mulheres, jovens e imigrantes. Entre os jovens, o desemprego e a precariedade

essencial do ciclo anterior era a da contestação do “neoliberalismo” e da afirmação dos direitos sociais, ambientais e laborais, no novo ciclo a crítica dirigida ao sistema económico e à austeridade vem a par de um enfoque muito maior na problemática da democracia, o que revela o quanto este conceito entrou no imaginário popular (Santos, 2014).

De facto, foi em nome da democracia que os protestos se opuseram aos vários tipos de ditadura: a ditadura dos regimes autoritários e unipessoais (Tunísia, Egito, Síria...), a “ditadura dos mercados” responsável por um “golpe de Estado financeiro” (na expressão dos *Indignados* espanhóis) e a “ditadura da dívida”, dos Memorandos e das instâncias não eleitas (tal como foi formulado em países sob resgate da *Troika*, nomeadamente Grécia e Portugal). A reivindicação de uma “democracia real” (de novo, a expressão das mobilizações em Espanha), de uma “democracia que sai à rua” (tal como formulado no apelo ao “Dia de Ação Global”, que aconteceu simultaneamente em 952 cidades a 15 de outubro de 2011), da “democracia direta já” (tal como aprovado na Assembleia da praça *Syntagma* na Grécia ou incentivado no manifesto do *Occupy*) é um traço característico deste ciclo de lutas.

A crítica ao sistema político teve também outras expressões. Em Espanha, ela manifestou-se na reprovação do “bipartidismo” (“pésos, pépe la misma mierda es!”), na recusa da representação (“Ninguém nos representa!”), de ser “marionete nas mãos de políticos e banqueiros” (uma das palavras de ordem do 15M) e na crítica a empresários e sindicatos maioritários, considerados cúmplices de algumas das reformas laborais em curso (“donde estan, no se ve, comisiones e ugeté”). Em Portugal, a referência à democracia aparece também sob a forma de rememoração de que “o Povo é quem mais ordena” (um verso da senha revolucionária Grândola, que deu nome a uma das convocatórias que levou mais gente à rua, a 2 de março de 2013), ficou patente na tentativa de realizar uma “moção de censura popular”, mas também como reivindicação relacionada diretamente com os temas do trabalho e do empobrecimento.

tornaram-se a marca da sua condição. De acordo com um relatório da OIT (ILO, 2012), em 2012, o ano forte dos protestos, eram mais de 75 milhões de jovens desempregados em todo o mundo, e a tendência é de crescimento ao ritmo de um milhão por ano. Em países como Espanha ou Grécia, a taxa de desemprego juvenil é de mais de 50% (em Portugal, chegou a ultrapassar os 40%).

3. Mudança nas escalas: entre o contágio internacional e a renacionalização das lutas

A primeira característica que nos permite com propriedade falar num “ciclo de ação coletiva” é justamente ter havido, desde 2011, uma dinâmica internacional de contágio entre os protestos. Em qualquer um dos casos – da Tunísia ao Egito, da Grécia aos Estados Unidos da América, de Portugal à Espanha ou ao Brasil – há referências comuns e formas de solidariedade. Se a maioria das ações ocorrem no espaço do Estado-Nação, elas mantêm-se conectadas à escala internacional em tempo real pelo espaço da Internet. Além disso, existe uma espécie de *efeito de ciclo* onde as diferentes escalas geográficas – local, nacional, regional e global – se articularam.

Na Tunísia, na praça do Governo para onde confluíram os manifestantes nos primeiros dias de 2011, havia palavras de ordem em árabe, inglês e francês, revelando uma disposição internacionalista do protesto, que parece não estar desligada da consciência da importância do apoio da comunidade internacional. Por sua vez, nas primeiras ocupações da praça *Tahrir*, na capital do Egito, gritava-se “Tunísia é a solução”. Nos Estados Unidos da América, a primeira convocatória *online* que daria origem ao movimento *Occupy*, que data de julho de 2011, incitava à ocupação de uma praça na baixa nova-iorquina, coração do capitalismo financeiro, perguntando “*Estás preparado para um momento Tahrir?*”. Nas mobilizações europeias, a silenciada “revolução islandesa” servia como exemplo de resistência cidadã ao ataque do sector financeiro sobre os estados: “Menos Irlanda, mais Islândia”, podia ler-se em cartazes durante as mobilizações em Portugal. Em meados de fevereiro de 2012, em mais de uma dezena de países, houve concentrações cuja palavra-de-ordem era “Somos todos gregos”. E em vários destes protestos, da Europa ao Brasil, símbolos comuns como a máscara dos *Anonymous* aparecem, multiplicando-se as referências e citações de outros movimentos e de manifestações de outros países. Esta difusão internacional dos protestos deve muito aos fluxos da internet. Foi em grande medida através de fóruns online, das redes sociais e de outras práticas de “auto-comunicação de massa” (Castells, 2012) que se processou essa dinâmica de contágio e de contaminação.

Todavia, ao contrário do que aconteceu no ciclo anterior, esta escala internacional não resulta da existência de plataformas continuadas do tipo dos Fóruns Sociais, capazes de convocar de “jornadas de luta” simultâneas em vários países (ainda que elas também tenham acontecido, como notarei na cronologia deste ciclo em Portugal). De facto, passa mais pelo modo como este conjunto de resistências produziu, nomeadamente através do ciberespaço,

um certo sentido de “comunidade imaginada” de protesto global²⁰³ entre movimentos de diversas partes do mundo, através da qual as diferentes experiências se inspiram, estimulam e dão um sentimento de pertença e uma imagem mental de comunhão²⁰⁴.

Esta contaminação das lutas e a formação de uma comunidade contestatária a nível internacional, composta em grande medida pelos fluxos de informação e comunicação no espaço online, confronta-se contudo com uma dificuldade maior: não há nenhuma institucionalidade à qual dirigir-se ou na qual assentar uma estratégia. É certo que, à escala europeia, seria mais plausível ela existir. Na verdade, uma parte importante do movimento sindical, da esquerda política e dos movimentos sociais investiram nas últimas duas décadas neste nível de ação, depositando nele esperanças de articulação, e desenvolvendo processos concretos como as manifestações sindicais de âmbito europeu, as contra-cimeiras, o *EuroMayDay*, os *Fóruns Sociais Europeus* ou as diferentes plataformas políticas que vêm sendo criadas (de que os Partidos Europeus são um exemplo). Acontece que a Europa confronta-se hoje com uma relação de forças de tal modo desfavorável e com uma estrutura institucional de tal modo blindada do ponto de vista democrático que é difícil antever que, a essa escala, as alternativas venham a conseguir ser determinantes no período mais próximo. Os momentos em que essa estrutura parece ser abalada são precisamente os confrontos que reivindicam a soberania popular e nacional relativamente às imposições vindas “de Bruxelas”, como aconteceu com a Grécia.

Não é surpreendente, neste contexto que se assista a uma “renacionalização” das lutas sociais, ainda que ela possa ser acompanhada de dinâmicas e iniciativas de “solidariedade internacionalista” e da revalorização do local. A experimentação de formas de ação, de associação e de solidariedade que se multiplicam em práticas pré-figurativas de democracia e de sociabilidade (as “assembleias populares” ou os micro-coletivos), em práticas económicas alternativas (economia solidária, reparações e funções cuidativas sem

²⁰³ O conceito de *comunidade imaginada*, de Benedict Anderson (2006), foi cunhado para definir o processo de constituição de uma nação, que seria limitada e soberana. Neste caso, o que nos interessa no conceito é essa característica que faz com que possa pertencer-se a uma comunidade não pelas interações face-a-face entre os seus membros, mas pelo facto de existir uma imagem mental da comunhão, processo que estrutura a identificação com essa comunidade e que consideramos que se desenvolveu no âmbito deste ciclo de protesto.

²⁰⁴ Os processos de construção dessa comunidade imaginada de protesto global não estão isentos das relações de poder que existem à escala mundial. Por exemplo, a centralidade simbólica e iconográfica que o movimento *Occupy* nela ocupa deve-se, muito mais do que à força da sua expressão nos EUA, ao facto de ter tido lugar no centro do sistema-mundo, ou seja, de as trocas comunicacionais à escala global sobre-dimensionarem o fenómeno pelo facto de ele acontecer no coração do império.

mediação de dinheiro, hortas urbanas, mercados locais assentes na troca justa...) e em estratégias de resistência política (greves, bloqueios, coletivos, cooperativas e centros sociais que se constituem como espaços libertados de prestação de serviços ou de ação contracultural) acontecem no âmbito local, escala que permite a tangibilidade da ação concreta. Mas se tivermos em conta as reivindicações e a formulação de alternativas, é o espaço nacional que toma a dianteira.

A escala nacional é a da soberania popular e das comunidades políticas que se dotaram de uma esfera pública, de instituições de representação e mediação de interesses e dos Estados. Assim, continua a ser a essa escala que se fundam grande parte dos processos de mobilização e é ao Estado-nação que se dirige a maior parte das reivindicações formuladas no quadro deste ciclo de luta. Contudo, a soberania de que o Estado-nação dispunha é cada vez mais esvaziada quer pela existência de estruturas transnacionais de carácter político-económico, de que é exemplo a União Europeia ou as instâncias não eleitas (como foi a *Troika*), quer pelos processos de acumulação capitalista que se desenvolvem à escala global. Ou seja, atravessa-a também essa tensão trans-escalar – a ela e aos movimentos e mobilizações sociais.

4. Entre a net e as ocupações, que esfera pública emancipatória?

Como diria Lefèbvre (2000: xvii), o espaço não é apenas uma espécie de “contentor sem conteúdo”, mas o resultado de práticas espaciais que o produzem e reproduzem, numa interação permanente e complexa entre ordem espacial e a ordem social (Arnaud, 2008). Para conceber o papel do espaço nestas mobilizações, precisamos de o tomar simultaneamente como o *quadro* em que tem lugar a ação coletiva, como *meio* privilegiado dessas lutas (por exemplo através de modalidades de ocupação, de apropriação e de investimento identitário no espaço) e como *objeto* das próprias mobilizações (que procuram criar resistências, contra-usos e práticas alternativas ao espaço vigiado e controlado pelo Estado ou apropriado pelo mercado) (Hmed, 2009).

No caso dos protestos de que se vem falando, a ocupação do espaço parece aparecer como exercício efetivo de resgate democrático das cidades. Com efeito, as múltiplas ocupações de praças e de jardins chamaram a atenção ora para a circunstância de eles já estarem ocupados pelo capital sob a forma de privatização (como no caso da praça de

Zuccotti Park, onde se instalou o movimento *Occupy*, em Nova Iorque)²⁰⁵, ora de estarem ameaçados de destruição pelos interesses do mercado (como no caso da Turquia, com a luta iniciada pela defesa de um jardim e contra a construção de um centro comercial), ora de serem os espaços que restam para um exercício democrático direto que não seja colonizado pelos poderes não eleitos (a ideia da praça como ideal da esfera pública, ícone das qualidades emancipatórias do espaço público, lugar privilegiado da democracia).

Deste ponto de vista, podemos entender as ocupações do espaço como formas de produção de um tipo de espacialidade contra-hegemónica, que reatualizou o debate sobre o “direito à cidade”, questionando as práticas predatórias dos promotores imobiliários, reivindicando o direito à mobilidade (atente-se ao caso brasileiro), chamando a atenção para a escassez de espaços públicos nas cidades e procurando reverter esse processo de privatização através de uma tomada dos espaços capaz de libertá-los e de “fazer deles um bem comum controlado pelas pessoas” (Harvey, 2013).

Estas “presenças coletivas no espaço público”, para recorrer à expressão de Sousa Santos (2014), foram tentativas de agenciar o espaço fora das lógicas do mercado e do poder político capturado, seja quando acontecem de forma mais limitada temporalmente – como nas marchas e manifestações – ou mais prolongada, como nas acampadas. Neste último caso, além de serem tentativas de criar “zonas libertadas”, numa lógica pré-figurativa, a permanência no espaço público alterou o fluir das cidades e restituiu-nos uma geografia do capitalismo e dos seus lugares de acumulação e produção de desigualdade, dada a escolha altamente simbólica de muitos dos espaços escolhidos (as bolsas de valores em Nova Iorque ou Londres, o porto em Oakland, a praça central frente ao Parlamento grego, a sede do Banco Central Europeu nos protestos do *Bloccupy* em Frankfurt) (Pickeryll e Krinsky, 2012: 280-281).

O uso estratégico do espaço urbano não é a única característica a salientar. Sendo certo que, como defende Harvey (2013), “nada substitui corpos na rua mobilizados para ação política”, é também verdade que a *net* e as redes sociais foram o dispositivo a partir do

²⁰⁵ No dia 17 de março de 2012 fez seis meses que o movimento *Occupy* nasceu em *Zuccotti Park*. Nesse fim de semana, voltou-se à praça, desocupada desde novembro. Festejou-se, debateu-se, cantou-se. Mas as regras tinham mudado: na praça, que é propriedade privada, foi afixada uma placa de metal a dizer que é expressamente proibido levar sacos-cama, tendas ou sentar-se no chão. A polícia não hesitou. Quando os primeiros ocupantes começaram a abrir as mantas, evacuou a praça de forma violenta e cercou-a de grades. 70 pessoas foram presas.

qual muitas destas mobilizações tiveram origem, seja no caso espanhol, português, grego ou norte-americano. O recurso à internet transformou o ambiente e os processos de tomada de decisão, as formas de pensar (marcadas pela lógica hipertextual) e de comunicar (o tipo de mensagem, os seus formatos e suportes). Como salienta Castells (2012), reportando-se ao caso tunisino (a primeira das revoluções da Primavera Árabe), a existência de uma “cultura de Internet” feita de blogs, redes sociais e ciberativismo foi crucial na capacidade de derrubar uma ditadura que parecia imutável. A importância da net não significa que o processo de mobilização se tenha desenvolvido apenas no espaço virtual das redes, mas resulta do facto de que “a ligação entre comunicação livre no *Facebook*, no *YouTube* e no *twitter* e a ocupação do espaço urbano criaram um espaço público híbrido de liberdade que foi uma característica fundamental da rebelião tunisina, prenunciando os movimentos que teriam lugar noutros países” (Castells 2012: 23).

Contra alguma “euforia tecnológica” é útil enfatizar que a causa das revoluções árabes ou das mobilizações nas praças europeias não foram o *Facebook* e o *Twitter*, mas o autoritarismo, a desigualdade e o empobrecimento; que o acesso às tecnologias de informação e comunicação é marcado por fortes desigualdades, nomeadamente de classe e de geração, podendo amplificar processos de discriminação; que a combinação do tempo lento de uma assembleia geral com o tempo rápido da comunicação online nem sempre é fácil; e que a rebelião explodiu através da passagem do ciberespaço para o espaço físico. Todavia, não é de mais insistir que os telemóveis e as redes sociais desempenharam um papel vital na difusão de imagens e de mensagens importantes para a mobilização e para o contágio e que criaram um “espaço público híbrido” (Castells, 2012) formado da articulação entre a ação nas redes sociais online e a ocupação do espaço público físico das cidades. É esse “espaço público híbrido” que constitui o tipo de esfera pública característica deste ciclo de ação coletiva, uma vez que ele deu origem a novas escalas de ação e a novas formas de mobilização e organização, marcadas pela cultura da rede, pela comunicação horizontal, por mecanismos colaborativos de trabalho, pela tentativa de evitar lideranças e pela mistura e combinação de referências internacionais.

5. Uma nova institucionalidade extra-institucional?

A insatisfação com a democracia liberal e a procura de formas de participação mais horizontais é uma marca deste ciclo de ação coletiva, no qual o modo “assembleário” e a

decisão por consenso se expandiu um pouco por todos os protestos. A oposição ao poder centralizado, à burocracia em geral e à delegação como forma de desapossamento parece perpassar quase todas estas mobilizações. Elas acentuaram a necessidade de garantir a cidadãos não organizados a possibilidade de participarem em igualdade de circunstância com os que pertencem a organizações, experimentaram modalidades de envolvimento e estruturação com o mínimo de hierarquia e recorreram à ação direta como forma de luta predominante.

Uma das promessas das democracias liberais foi que a existência do sufrágio universal e de mecanismos de representação institucional dos vários interesses na sociedade seriam a garantia de que viveríamos em “sociedades democráticas”. Mesmo sendo “uma ilha de relações democráticas num arquipélago de despotismos (económicos, sociais, raciais, sexuais, religiosos) que controlam efetivamente a vida dos cidadãos e das comunidades” (Santos, 2009: 8), as instituições das democracias liberais tornaram-se hegemónicas no imaginário popular a partir da ideia de que era possível compatibilizar capitalismo e democracia, isto é, de que eram capazes de incluir as aspirações de justiça social, que deveriam ser canalizadas para o Estado.

O autoritarismo do capital financeiro e a lógica económica e social da austeridade acabaram com essa promessa. Ao promover formas de tutela neocolonial sobre os governos, ao fomentar um estado de exceção relativamente aos direitos constitucionais e ao privatizar o Estado, o regime austeritário procede a uma espécie de suspensão das instituições pela promoção da sua obediência à lógica dos mercados (Santos, 2014; Rosas, 2012; Ferreira, 2009). Esse processo de instrumentalização institucional marca a natureza e as escolhas táticas das mobilizações a que assistimos, nomeadamente em Portugal, em Espanha e na Grécia. No essencial, ele manifesta-se em duas características: a sua disposição extrainstitucional e o carácter pré-figurativo das suas práticas políticas.

Começo pela primeira. Uma das críticas recorrentes que se fizeram a algumas destas mobilizações, particularmente forte no caso norte-americano, foi a de “não terem reivindicações”. Bastaria ler os diferentes manifestos e documentos saídos das assembleias de qualquer um dos países que temos analisado para refutar esse argumento. Mas é verdade que existiu e persiste um debate no seio do campo contestatário. Judith Butler, por exemplo, defendeu em 2012 que o *Occupy* nunca poderia ser compreendido através de uma “lista de reivindicações” uma vez que “uma lista não explica como é que essas reivindicações estão

ligadas umas às outras” e que a grande questão que o movimento colocava era o crescimento das desigualdades sociais e económicas que não podiam ser separadas umas das outras. Ao dirigir-se ao sistema económico enquanto estrutura, essa opção evitava assim, para Butler, que se pudessem cooptar reivindicações ou fazer “pequenos ajustamentos” ao sistema que se contesta. Além disso, na sua opinião, era preciso não reconhecer legitimidade às autoridades a que tal lista se poderia dirigir, dado que essas instituições reivindicam para si o monopólio da política, que é precisamente uma das questões que se pretendia por em causa. (Butler, 2012: 9-11).

Também David Graeber, o antropólogo a quem se atribui a expressão “nós somos os 99%”, reivindica as raízes anarquistas do movimento *Occupy* para defender que o seu sucesso se deve à “recusa de reconhecer a legitimidade das instituições políticas existentes”, à “recusa de aceitar a legitimidade da ordem legal existente” e à defesa da “democracia direta baseada no consenso” e na “política pré-figurativa” (Graeber, 2012: 144-145). Carlos Taibo (2011), por seu turno, identificou na experiência espanhola três linhas diferentes sobre esta questão: a primeira, dos jovens indignados, inclinava-se para a elaboração de propostas concretas e parciais dirigidas ao Estado e às instituições; a segunda, mais apoiada pelos movimentos alternativos e pelas correntes libertárias, defendia essencialmente a criação de espaços de autonomia à margem do sistema, sem se dirigir ou reconhecer as autoridades existentes como legítimas; a terceira entendia a elaboração de propostas pelo movimento como dirigidas não tanto às autoridades mas aos cidadãos, isto é, ao debate e à construção do próprio movimento a partir de um programa.

No caso português, a experiência parece apontar para que a descrença e o descontentamento com as instituições, nomeadamente políticas (Parlamento, Governo, Tribunais), é concomitante com uma expectativa e exigência grandes relativamente ao Estado na garantia de direitos sociais (emprego, saúde, educação, proteção social) e na promoção da igualdade. De facto, o grosso das mobilizações (da *Geração à Rasca* ao *Que Se Lixe a Troika*) continuaram a tomar o Estado como o destinatário principal da indignação e das reivindicações, seja no campo da regulação laboral, seja no que diz respeito a outros direitos.

A insatisfação com um sistema institucional colonizado por interesses económicos e financeiros traduz-se num descontentamento relativamente ao conjunto das instituições existentes, incluindo as que tradicionalmente representavam os interesses dos “de baixo”,

nomeadamente partidos e sindicatos. Essa realidade pode ter duas expressões. Nuns casos, ela traduz-se num acréscimo de abstenção e da desconfiança nas instituições. Noutros, ela deu origem ao surgimento de novas campanhas e ações (como aconteceu em Portugal com a Iniciativa Legislativa de Cidadão/Lei contra a Precariedade ou em Espanha com instrumentos semelhantes sobre a questão das hipotecas da habitação), de novos partidos e de novos sindicatos. Isto é, de novas instituições. Nesses casos, assiste-se mesmo à reconfiguração do mapa político após este ciclo de mobilizações, como sucedeu na Grécia (com o quase desaparecimento do partido da social democracia e a vitória eleitoral do Syriza), no Estado Espanhol (com o fenómeno *Podemos*) e como parece poder vir a acontecer em França, onde a extrema-direita tem canalizado uma parte do descontentamento com a austeridade.

A descrença nas instituições existentes reverteu-se também, muitas vezes, na adoção de uma tática baseada numa política pré-figurativa: em lugar de disputar as instituições ou de dirigir reivindicações a entidades exteriores ao próprio movimento, o ativismo concentrou-se na construção de zonas autónomas, bolsas de resistência capazes de antecipar no presente o tipo de vida, de sociabilidade e de relações pelas quais se luta. Muitas das posições teóricas do contrapoder têm defendido – e não apenas desde 2011 (Vaneigem, 1994; Bay, 2000; Holloway, 2003) – a ideia de que, mais do que a luta nas suas formas tradicionais (política, sindical, institucional) é no *exílio*, na *fuga* e na distância face ao aparelho de Estado que este tipo de mobilizações pode encontrar a sua potência transformadora e instituinte. A desobediência, a construção de espaços autónomos e a insurreição constituiriam assim o campo semântico da emancipação.

Os lugares do *Occupy* ou as *Acampadas* foram durante semanas “mini-sociedades autogeridas”, “comunidades holísticas onde nos sentimos seres sociais completos”, onde aconteceram “novas formas de estar junto” e “encontros que nunca tínhamos imaginado, como ver um rabi e duas jovens transgender a debater sentados no chão”, nas palavras de alguns dos participantes em Nova Iorque (Writers for the 99%. 2011). Essa experiência de vida e de transformação das praças em espaços libertados face à lógica mercantil foi marcante: nos lugares ocupados criaram-se outras sociabilidades, formas de consciência, experimentação, politização e momentos constituintes em que se descobriram capacidades e solidariedades que nunca se imaginara. Eles foram formas concretas de desobediência política às instituições cuja legitimidade era profundamente questionada (Santos, 2014).

Mas esta política pré-figurativa confrontou-se também com muitas limitações. Por um lado, ela expôs as exclusões que estas comunidades prefiguradas produzem. No caso do *Occupy* ou das *Acampadas*, os debates sobre a relação com os sem-abrigo (muitos dos quais já eram ocupantes dessas praças), as relações de género dentro das “acampadas” (com queixas de assédio, por exemplo) e a desigualdade entre os ocupantes permanentes e os temporários (com os primeiros a ter mais capacidade e poder de decisão, o que excluía os que trabalhavam durante o dia) foram algumas das tensões que emergiram (Pikeryll e Krinsky, 2012: 282-283). A necessidade de gerir estas comunidades levou muitas vezes a processos centrípetos: em algumas das *Acampadas* ou dos acampamentos do *Occupy*, a maior parte do tempo era gasta a discutir o funcionamento interno e menos a intervenção que se pretendia fazer no exterior. Além disso, como assinalam Pikeryll e Krinsky (2012: 282) na sua análise sobre o movimento *Occupy*, “o autonomismo pré-figurativo na realidade dependia de apoio externo, mesmo quando isso não era formalmente reconhecido”, nomeadamente do financiamento de sindicatos e organizações comunitárias, essencial para as atividades dos “espaços ocupados”.

Por outro lado, estas táticas viveram sempre sob o risco de esgotarem a energia da indignação em epifenómenos vivenciais que, por mais intensos que tenham sido, não produziram necessariamente alterações estruturais, antes incorporando à partida a sua própria impotência. Slavoj Žižek (2011: 68), que se dirigiu aos manifestantes em *Zuccotti Park*, Nova Iorque, durante a ocupação, colocou essa questão nos seguintes termos: “Não se apaixonem por vocês próprios. Tivemos um tempo porreiro aqui, mas o que importa é o dia seguinte, quando tivermos de voltar às vidas normais. Ter-se-á provocado alguma transformação? O que queremos? Que tipo de organização social pode substituir o capitalismo? Que novo tipo de lideranças?”.

De facto, nem sempre a estratégia pré-figurativa foi desarticulada da disputa das instituições. Um exemplo concreto é o que aconteceu na Grécia desde 2012 com a rede “Solidariedade para Todos”²⁰⁶, uma experiência onde a criação de respostas concretas de solidariedade anda a par com a reivindicação de uma alteração nas políticas públicas e com a disputa do poder.

²⁰⁶ Desde 2012, a rede “Solidariedade para Todos” criou respostas concretas à margem do Estado em domínios fundamentais. Na saúde (com a criação de 40 centros de saúde solidários, assegurados por médicos voluntários), na resposta à carência alimentar, com a criação de cozinhas comunitárias autogeridas, que envolvem cerca de 4000 pessoas por dia, ou na distribuição de produtos sem intermediários. A rede está articulada com cooperativas e empresas autogeridas e com centros culturais solidários. Desta dinâmica fazem

parte também ações de resistência como a rede “não aos desalojamentos”, que bloqueia os leilões impedindo a venda das casas hipotecadas e presta apoio legal e jurídico às famílias em risco de perderem a sua habitação.

2. O ciclo contestatário de 2011-2014 em Portugal

Depois dos levantamentos populares no mundo árabe, Portugal foi um dos primeiros países onde se assistiu aos fenómenos de mobilização característicos do novo ciclo de ação coletiva. O momento fundador foi a manifestação do 12 de março de 2011. Organizada a partir de um apelo no *Facebook*, tratou-se do primeiro protesto convocado fora de qualquer estrutura tradicional capaz de ter uma adesão massiva. A identificação de uma condição comum associada à precariedade entre os jovens – a denominada *Geração à Rasca* – produziu um sentimento de união e de reconhecimento que ultrapassou o ciberespaço e se materializou na ocupação do espaço público. Essa manifestação foi intergeracional na sua composição e muito diversa no tipo de reivindicações que ali se exprimiram. As questões do trabalho e do emprego, bem como o descontentamento face ao Governo, aos agentes políticos e à corrupção atravessaram esse acontecimento.

Se o ciclo de 2011-2014 se inicia tendo a temática da precariedade no centro, a evolução da situação política e económica imporá a austeridade como o grande tema em torno do qual se organizam as mobilizações posteriores. Na véspera do 12 de março de 2011, o Governo, de maioria PS, apresenta ao país um Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC IV), resultante de um acordo com as instituições europeias, cujo conteúdo integrava já a lógica de austeridade²⁰⁷. O chumbo desse documento no Parlamento, a 23 de março, resulta na demissão do Executivo e precipita a convocação de eleições. Em abril desse ano, antes de realizado o sufrágio, concretiza-se um pedido de assistência financeira à Troika. Justificada com o aumento dos custos de financiamento do Estado e com as dificuldades de acesso a financiamento por parte dos bancos, a intervenção externa merece o acordo dos dois partidos da oposição de Direita (PSD e CDS) e o apoio de um conjunto de porta-vozes do sector financeiro, que argumentavam a iminência de uma rotura na tesouraria do Estado. Apesar de se ter demonstrado que a ideia de que “não havia dinheiro para salários e pensões”

²⁰⁷ O PEC IV incluía, “entre outras medidas, a recalendarização do aumento do salário mínimo, a alteração das regras de cálculo do subsídio de desemprego, a intordução de limites às deduções fiscais, o alargamento dos produtos sujeitos à taxa máxima de IVA, o aumento dos impostos sobre o consumo, uma nova revisão da legislação laboral, o aumento do preço dos transportes e a manutenção de um programa de privatizações, mas igualmente o aumento das pensões mínimas e a reforma do sector da reabilitação urbana” (Abreu et al., 2013: 59).

era factualmente incorreta (Abreu et al., 2013: 61), esse mito circulou e tornou-se uma das narrativas mais difundidas para legitimar aquela decisão.

Com o Memorando da Troika inicia-se um novo período político²⁰⁸. A partir dessa primavera de 2011 e até à primavera de 2014, Portugal assistiu a uma onda de manifestações, greves e protestos que se foram fazendo ao ritmo das diversas avaliações da programa e das sucessivas medidas políticas anunciadas. Entre março de 2011 e novembro de 2013, fizeram-se doze grandes manifestações de rua, organizadas quer por movimentos e plataformas “inorgânicos”, quer pelo mundo sindical. Entre 2010 e 2013, realizaram-se cinco greves gerais, um número equivalente às que tinham tido lugar nos 36 anos anteriores de democracia (Lima e Artiles, 2014: 143).

O contexto em que se desenrolaram estas mobilizações já foi caracterizado. Como noutros países, a precariedade, o desemprego, os cortes sociais, o empobrecimento e a insatisfação com as instituições políticas constituem, também em Portugal, o pano de fundo deste período. No início do ciclo de protesto, o desemprego em Portugal era superior a 14%. Em 2012, atingia 16,9%, ou seja, cerca de um milhão de pessoas. Entre os jovens (15 a 24 anos) era de 40% (INE, 2013). O trabalho precário era superior a 30% do volume global de emprego, constituindo-se como a condição laboral da maioria dos que tinham entre 15 e 24 anos (Carmo, 2010; Estanque, Costa e Soeiro, 2013).

A política da austeridade transferiu para os cidadãos os custos da recapitalização do setor financeiro (Reis e Rodrigues, 2011). Globalmente, as medidas de austeridade saldaram-se numa redução generalizada dos rendimentos das famílias, na contração e degradação dos serviços públicos, no aumento do custo de vida, provocando uma espiral recessiva na economia, com falências em massa, destruição do potencial produtivo e com o paradoxo (à luz dos objetivos declarados da intervenção externa) de a dívida pública portuguesa ter continuado a aumentar durante este período (Abreu *et al.*, 2013: 90-124).

²⁰⁸ O memorando de entendimento, associado a um empréstimo de 78 mil milhões de euros, dos quais 34 400 milhões seriam destinados a pagar juros, incluía diminuição da despesa (pelo congelamento de pensões, cortes salariais e nos apoios sociais), o acréscimo das receitas (aumento de impostos), redução de encargos e da dimensão do sector público (privatizações, aumento txs moderadoras, reduçã de funcionários públicos, reorganização do mapa autárquico), a garantia, por parte do Estado, ao sector bancário, no valor de 35 mil milhões. Ou seja “socialização dos riscos e das perdas e à privatização dos ativos com valor” (Abreu et al, 2013: 70). Ao nível do mercado de trabalho, o memorando previa a redução das indemnizações por despedimento, a facilitação dos despedimebtos, a revisão da contratação coletiva, a redução do pagamento de horas extraordinárias, a redução da fiscalidade às empresas e das contribuições para a segurança social.

A par do aumento da pobreza, da precariedade e do desemprego, ganhou relevo um outro fenómeno: o aumento inédito da emigração. De acordo com dados oficiais, desde 2011 o volume dos que saem é superior a 100 mil pessoas em cada ano (Pordata, 2014). Esta emigração em massa, com causas múltiplas mas onde os motivos económicos assumem preponderância, tem consequências pesadas, seja no plano subjetivo de quem se viu forçado a abandonar o país, seja no plano da perda de recursos qualificados, do investimento feito, da não renovação das gerações. Do ponto de vista dos movimentos sociais e das organizações de precários, a emigração dos jovens é simultaneamente um dos temas recorrentes e, possivelmente, uma das causas do seu desguarnecimento.

Do ponto de vista do funcionamento das instituições políticas, é a instalação de um “estado de exceção” que parece caracterizar este período. Um estudo sobre a qualidade da democracia realizado em 2012, após a assinatura pelo governo português do Memorando com a Troika, revelava que 78% dos inquiridos estavam de acordo ou muito de acordo com a ideia segundo a qual “os políticos preocupam-se apenas com os seus próprios interesses” e “as decisões políticas no nosso país favorecem sobretudo os grandes interesses económicos”, sendo evidente a desconfiança face aos partidos políticos e aparecendo os movimentos sociais de protesto acima destes enquanto capazes de dar voz às preocupações populares (Pinto, Magalhães, Sousa e Gubernova, 2012: 35). Ao mesmo tempo, as expectativas em relação ao Estado e à democracia enquanto sistema de redistribuição de bens apresentam-se muito altas, o que reforça as frustrações face à incapacidade das políticas públicas responderem aos principais problemas identificados nesse mesmo inquérito, a saber, o desemprego (37%), a pobreza e a exclusão (16%), a dívida do Estado (13%) e o crescimento económico (11%) (*idem*: 29). A partir de dados do *European Social Survey* do mesmo ano, outros estudos corroboram a mesma tendência: é “nos países mais penalizados pela austeridade, em particular no Sul da Europa” que têm lugar a mais elevada desconfiança relativamente às instituições democráticas e a mais elevada insatisfação com a democracia (Lima e Artiles, 2014: 167).

O 12 de março de 2011: um acontecimento sob disputa

No dia 23 de Janeiro de 2011, no Coliseu do Porto, o grupo musical português Deolinda²⁰⁹ apresentava, no final de um concerto que havia enchido a sala, um tema novo que de imediato provocou uma reação emocionada e entusiástica do público: “Parva que Sou”. Nos dias que se seguiram, o vídeo dessa música²¹⁰, colocado no *youtube* por uma das pessoas que assistiu ao espetáculo, atingiu dezenas de milhar de visualizações. Transformando-se num fenómeno viral, a canção, partilhada incessantemente nas redes sociais, provocou um intenso debate público sobre o emprego dos jovens, a generalização da condição precária e os contornos da vivência juvenil no nosso país. Foi esta música, “Parva que Sou”, que inspirou a convocação para o dia 12 de março da manifestação “laica, apartidária e pacífica” da Geração à Rasca, organizada a partir de um evento de *Facebook* criado por quatro jovens que pareciam representar na perfeição a situação descrita pela música. O sucesso do tema não é um mero acaso. “Parva que Sou”, cujo tom oscila entre a denúncia, o lamento e a indignação, parece ter conseguido exprimir, numa determinada conjuntura, os elementos essenciais de uma experiência da precariedade que era partilhada por um importante segmento social. São esses jovens adultos, prisioneiros de um futuro cuja precariedade não deixa planear, que serão os propulsores das primeiras mobilizações multitudinárias do ciclo de protesto em Portugal.

A história do 12 de março é conhecida. Alexandre Carvalho, António Frazão, João Labrincha e Paula Gil, um grupo de amigos que tinham estudado juntos na Universidade de Coimbra, tiveram a ideia de fazer uma manifestação durante “uma conversa de café”, na sequência da “reação que a música dos Deolinda teve” e de “todo o contexto que estava a haver da primavera árabe e de nunca ter havido manifestações marcadas sem apoios institucionais”, nas palavras de Alexandre, que entrevistei. Contactaram com outros amigos na mesma condição e, nos dias seguintes a terem criado o evento, foram alargando o núcleo inicial, procurando quem pudesse trazer ao grupo organizador outros conhecimentos e experiências.

²⁰⁹ www.deolinda.com.pt/site.php

²¹⁰ Disponível em www.youtube.com/watch?v=f8lo82tXbWU&feature=player_embedded [consultado a 4 de outubro de 2013]

É com esse objetivo que, em meados de fevereiro, estabelecem contacto com a realizadora Raquel Freire, que tinha uma crónica na Antena 1 onde os temas dos movimentos sociais eram frequentes e que tinha feito parte da geração de dirigentes estudantis que protagonizaram a “guerra das propinas” na década de 1990. Ao mesmo tempo, o grupo inicial marca um encontro com os Precários Inflexíveis.

Os Precários foi a primeira organização que contactámos. Obviamente porque era a única organização que conhecíamos, já tinham aparecido nas notícias pelas invasões de *call centers*, e era a única organização com que queríamos contar desde o início porque estávamos a querer divulgar um tema que é o fulcro do trabalho deles e que portanto obviamente o seu trabalho, a sua experiência na divulgação e até, às vezes, na abordagem destes temas era importante. (Alexandre)

O alargamento vai-se processando por bola de neve. Labrincha convida dois colegas de um curso de formação, Raquel Freire estabelece uma série de contactos com ativistas de vários movimentos sociais, entre os quais Sérgio Vitorino, um dos fundadores do movimento LGBT em Portugal. O grupo vai reunindo para preparar a manifestação.

Entre meados de fevereiro e o próprio dia 12 de março, há um crescendo do impacto da convocatória. Inicialmente, é nas redes sociais que ela vai sendo difundida. Depois, a imprensa escrita começa a dedicar-lhe atenção e multiplicam-se as reportagens que abordam o tema. Na semana anterior à manifestação, a sua preparação é objeto de reportagens televisivas, catapultando o evento para as centenas de milhares de apoiantes virtuais.

De acordo com Tiago Gillot, é possível distinguir, nessas semanas que antecedem o protesto, três fases distintas. Num primeiro momento, há uma reação hostil de uma parte muito significativa dos comentadores dos jornais e da televisão, particularmente dos alinhados à Direita: “todos a dizer mal da manif”. Num segundo momento, perante o sucesso do evento *online*, mas sobretudo face à simpatia mediática que colhe o fenómeno e os seus impulsionadores, “a direita tenta canalizar aquela manifestação para um outro significado, que era a guerra de gerações”. Em fóruns da rádio, nos debates em blogues ou na opinião da imprensa escrita, sucedem-se dezenas de artigos de opinião propondo as interpretações mais diversas para o “mal estar” da “geração precária”. Num terceiro momento, perante o que se previa ser um grande sucesso de uma manifestação convocada em moldes inéditos, “a direita, que tinha estado contra a manifestação, passa a convoca-la também”, explica Tiago. É a fase em que, da parte de alguns comentadores, mas também de agentes políticos, se procura dar ao protesto uma tónica anti-Governo e “anti-Sócrates”, primeiro ministro de

então. O culminar desta reorientação é a declaração do Presidente da República, Cavaco Silva, na sua tomada de posse, que acontece três dias antes da manifestação, onde declara que a “geração mais jovem deve ser vista como parte da solução”, exortando os jovens para que “façam ouvir a vossa voz” e fazendo um “apelo vibrante” a um “sobressalto cívico”²¹¹.

O próprio dia da manifestação confirma o sucesso da convocatória e a abrangência que alcança. Nas principais cidades do país, milhares de pessoas ocupam as ruas. Em Lisboa, o 12 de março correspondeu a uma manifestação com cerca de 300 mil participantes, onde convergiram a juventude atingida pela precarização, as gerações mais velhas também precárias ou solidárias, e onde se identificava a presença de organizações sociais (feministas, LGBT, entre outras), setores organizados da esquerda (como o Bloco de Esquerda), setores da direita (como a JSD), e onde marcaram também presença, por exemplo, o líder à época da CGTP, Carvalho da Silva, e alguns elementos de extrema-direita. Essa amplitude na rua não significa que a convocatória do protesto não tivesse contornos definidos ou que os seus organizadores – em particular os quatro jovens que criaram o evento no *Facebook* – não tenham insistido na agenda inicial, isto é, uma manifestação democrática, “laica, apartidária e pacífica”, centrada em torno da exigência de maior transparência e de respostas contra o desemprego e a precariedade da juventude. Mas, como os próprios insistiam, a manifestação “já não lhes pertencia”.

Uma das novidades deste protesto foi o apelo, feito pelo grupo promotor, a que cada participante levasse para a manifestação a sua própria folha de papel, escrevendo nela “os problemas e as soluções” que propunha. No final do desfile, foram recolhidos alguns milhares de documentos, que os organizadores entregaram na Assembleia da República a 25 de março de 2011, ficando depositados no arquivo do Parlamento e disponíveis para consulta pública.

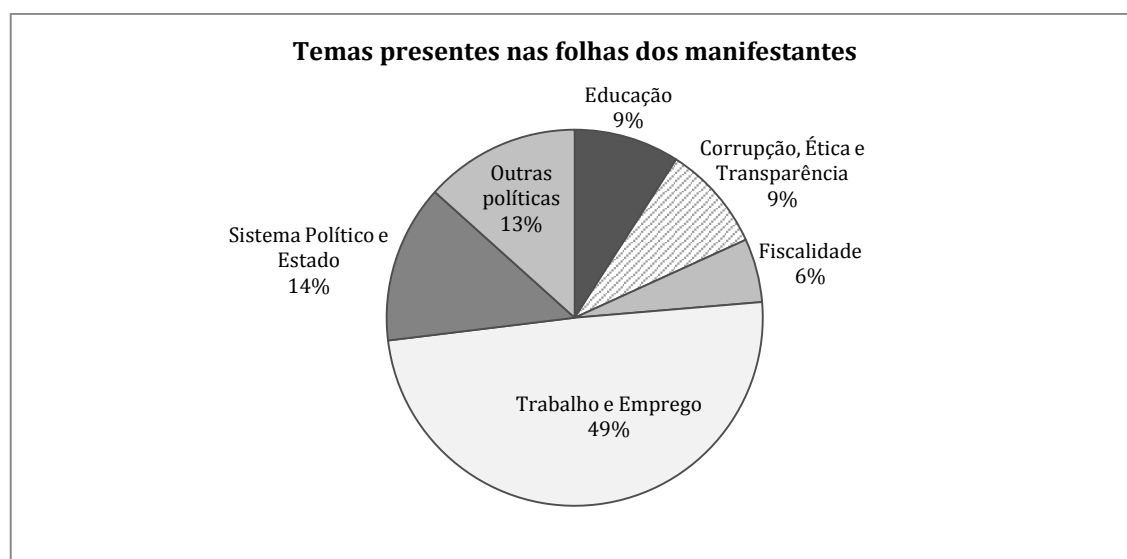
A análise destes documentos revela alguns dados interessantes. Desde logo, trata-se de um material extremamente diverso no formato – cartões, papel A4 impresso a partir de documentos digitais, pedaços de toalhas de mesa, rascunho no verso de folhas impressas, mensagens escritas em bocados de embalagens de cereais ou outros produtos domésticos, folhas de blocos de notas... – e no tipo de discurso – indo do desabafo ao testemunho de vida, da descrição da trajetória individual à entrega de verdadeiros programas de governo

²¹¹ In <http://www.publico.pt/politica/noticia/cavaco-arrasa-governo-e-apela-ao-sobressalto-civico-dos-portugueses-1483973> [consultado a 3 de outubro de 2013]

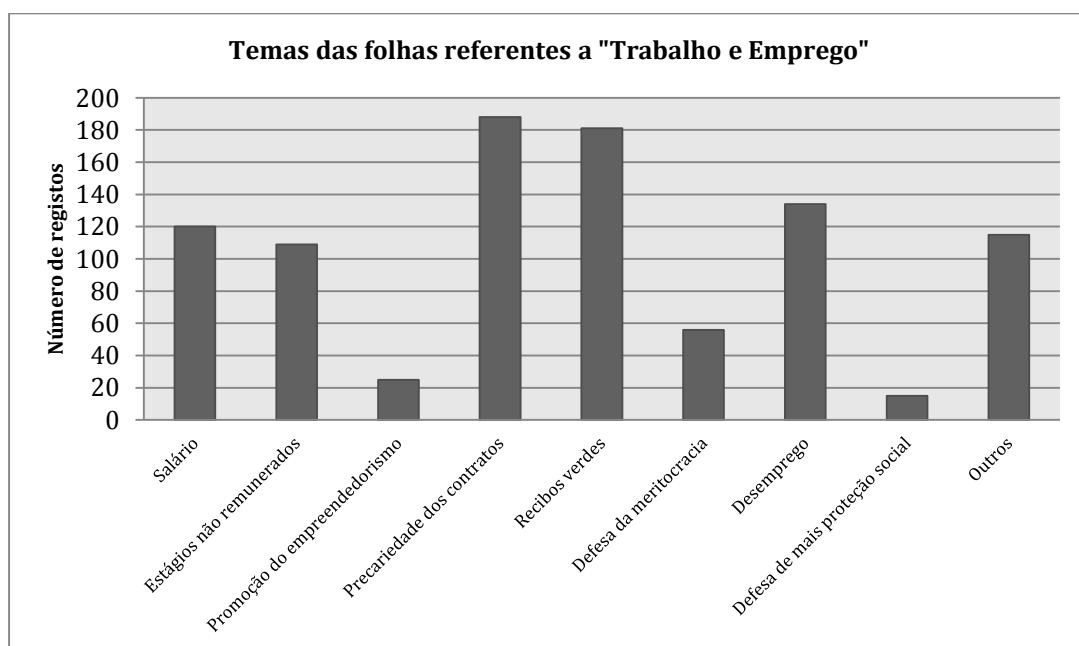
para as diversas áreas (chegando às 10 páginas), dos relatos da situação pessoal (mais ou menos desesperada) aos insultos aos destinatários das mensagens, das cartas intimistas e trágicas às propostas avulsas, até vários Currículos Vitae.

O apelo a esta expressão individual terá permitido que a manifestação fosse potencialmente mais inclusiva, nomeadamente para as pessoas que se sentiam desprovidas de representação nas organizações existentes. Além de não autorizar qualquer síntese política do protesto (é possível encontrar propostas com sentidos absolutamente contraditórios), a individualização das reivindicações é também reveladora, nalguns casos, de uma visão estritamente individual sobre os problemas em causa. O exemplo dos manifestantes que, aproveitando a oportunidade de se dirigirem aos deputados (tinha sido anunciado que as folhas seriam entregues no Parlamento), lhes entregam pedidos diretos de emprego, anexando currículos, é porventura a expressão máxima desta conceção.

A categorização que fiz deste material, a partir de 2083 registos, demonstra dois dados fundamentais. O primeiro, em coerência com a própria convocatória da manifestação, é que as questões relacionadas com o trabalho e o emprego são largamente preponderantes nas preocupações identificadas nas folhas dos manifestantes (49% versam sobre esse tema). O segundo aspeto é que a temática da democracia e da crítica ao sistema político (14%) e da “Corrupção e Transparência” (9%) tinham também um peso significativo nas razões que motivaram a participação nesse protesto

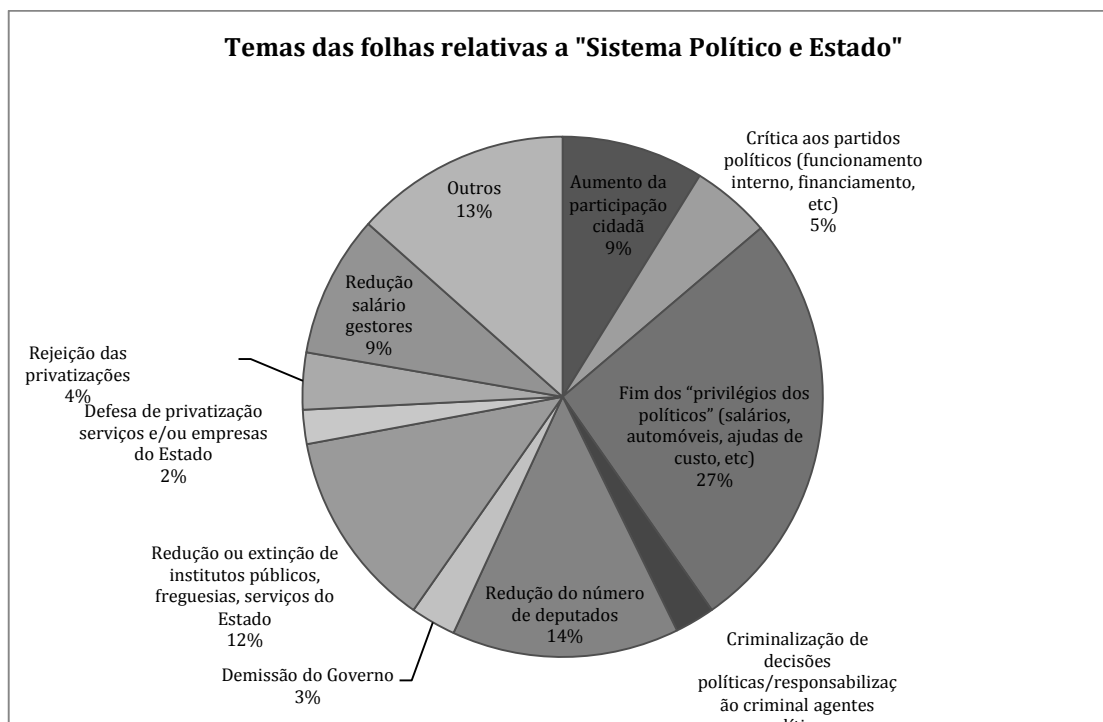


Examinando a divisão interna de cada uma destas categorias, assomam outros elementos interessantes. No âmbito laboral, os contratos precários e os recibos verdes são os problemas mais referenciados pelos manifestantes, seguidos pelo desemprego (que ainda não tinha atingido o seu pico), pelos salários e pelos estágios não remunerados (fenómeno que afeta particularmente os jovens). Neste ponto, vale a pena salientar que, embora a maioria das propostas fosse no sentido de limitar a utilização dos contratos precários (“protesto contra as ETT que não dão ofertas de jeito e exploram os jovens licenciados, pagando uma miséria”; “alteração das leis laborais que apenas favorecem o patronato”) ou de fiscalizar os falsos recibos verdes (“fim dos recibos verdes para quem cumpre horário e ocupa posto de trabalho”; “basta de recibos verdes, anos de estudo para tornarmo-nos escravos”; “não quero adiar o futuro, não aos falsos recibos verdes”), aparecem também registos onde a defesa da meritocracia é associada à flexibilização das leis laborais (“simplifiquem as leis laborais, atualmente são prejudiciais para quem nos dá trabalho”; “protesto pelos licenciados que trabalham o dobro dos empregados fixos e ganham um terço do salário”; “lugar ao mérito sobre a antiguidade”).



No que diz respeito às folhas que abordavam os temas do “Sistema Político e Estado”, verifica-se o peso relativamente baixo das sugestões para aumentar a participação cidadã (9%), um dos eixos centrais da convocatória original do 12 de março. A hegemonia

pertence, em contrapartida, às propostas assentes no “fim dos privilégios dos políticos” (27%), na “redução do número de deputados” (14%) ou na “redução e extinção de serviços do Estado” (12%), reproduzindo-se a ideia de que o Estado seria excessivamente “pesado”.



Noutros campos, como no da Educação, é preponderante a defesa do reforço das políticas públicas. O “aumento das bolsas e do apoio social” (25%) ou o “maior investimento na educação” (24%) são as subcategorias que registam um maior número de referências. Mas 19% dos documentos entregues que abordavam este tema propunham como solução a “redução do número de vagas em função da empregabilidade”. Para alguns destes manifestantes, deveriam “acabar os cursos que não têm um taxa elevada de empregabilidade”, dado que, nas palavras de um deles, “há excesso de pessoas com formação nas mesmas áreas”. Outros temas, como a emigração forçada (53 ocorrências), a crítica ao nepotismo (55 registos) ou mais impostos sobre a banca (41 ocorrências) também são relevantes em termos das referências que merecem por parte dos manifestantes.

Esta breve análise dos documentos da Geração à Rasca oferece-nos um retrato da multiplicidade dos pontos de vista em presença, das contradições que ali desaguaram, dos discursos sociais em circulação na sociedade portuguesa naquele momento e do grau de extensão da sua hegemonia. Nas semanas que se seguiram ao protesto, o sentido da

manifestação continuou a ser alvo de disputa. Os movimentos de precários lançaram, em abril de 2011, um processo de recolha de assinaturas para uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos que propunha ao Parlamento uma Lei contra a Precariedade, com o objetivo de limitar a contratação a termo certo, restringir o recurso ao trabalho temporário e criar novos mecanismos de combate aos falsos recibos verdes. Mas outros setores, nomeadamente a direita política, entretanto no Governo, insistia que a resposta à Geração à Rasca passava pelo reforço da flexibilização laboral, para (recorrendo ao mesmo exemplo utilizado a propósito das narrativas em torno da “guerra de gerações”), acabar com “a ditadura dos direitos adquiridos”, que era, nas palavras do líder da juventude partidária que sustenta o Executivo, “a ditadura do mercado fechado, em que os jovens, sobretudo os mais jovens, estavam proibidos de entrar”²¹².

Das Acampadas ao Largo do Carmo: uma cronologia dos acontecimentos

Entre as primaveras de 2011 e de 2014, Portugal viveu um dos períodos de maior ebulição social dos últimos 40 anos. Acompanhando a vaga internacional de protestos, mas marcando também a sua agenda ao ritmo do contexto político nacional, esses três anos constituíram o último grande ciclo de ação coletiva que o país conheceu. Fundaram-se plataformas, ensaiaram-se convergências inéditas entre movimentos sociais e estruturas sindicais, nasceram novas associações em sectores com peso crescente, lançaram-se iniciativas cidadãs em torno de causas concretas, reinventaram-se repertórios de ação e formas de luta (Camarago, 2014; Soeiro, 2014; Estanque, Costa e Soeiro, 2013)

Este período deve ser apreendido, do ponto de vista sociológico, levando em linha de conta quer os contextos históricos e as tendências de longa duração que ajudam a explicá-los (as transformações no trabalho, a imposição da austeridade, a submissão das instituições políticas a poderes não eleitos), quer a densidade dos episódios concretos que, como diria Walter Benjamin, “fazem explodir a continuidade da história”, introduzindo o acontecimento de forma disruptiva no “tempo homogéneo e vazio” dos relógios (Benjamin, 2012: 139).

²¹² Intervenção de Duarte Marques, líder da Juventude Social Democrata, num debate parlamentar (DAR Nº.61/XII/1, 20 de janeiro de 2012).

Em Portugal, mais do que movimentos sociais – que implicariam a existência de um adversário claramente identificado, de um objetivo comum, de formas de mobilização de recursos capazes de sustentar uma luta prolongada e de modos de organização com alguma continuidade – este ciclo de ação coletiva foi marcado sobretudo por grandes manifestações e acontecimentos contestatários. Por isso, vale a pena enumerá-los, tentando identificar a estrutura de oportunidades políticas que os explica e procurando reconstituir as ligações entre essas mobilizações e as dinâmicas internacionais nas quais, muitas vezes, se integraram ou com as quais dialogaram.

A 15 de maio de 2011, mais de 100 mil pessoas responderam ao apelo da *Democracia Real Ya!*, um pouco por todo o estado espanhol, com manifestações expressivas em Barcelona, Madrid ou Sevilha. Na sequência destas manifestações de 2011, cerca de 200 pessoas decidem acampar na *Puerta del Sol*, dando origem às *Acampadas*, que se estenderiam depois a várias cidades espanholas (Granada, Barcelona, Sevilha, Bilbao, Compostela, entre outras). Em Portugal, houve uma tentativa de replicar este fenómeno, mas as acampadas não tiveram uma expressão forte como no Estado vizinho. A acampada do Rossio, em Lisboa, começou no dia 20 de maio e contou, nessa noite, com 37 pessoas que dormiram na praça. Durou 12 dias, mas nunca atingiu uma dimensão próxima da que teve em Espanha, e os grupos que se assumem da sua continuidade (como os *Indignados Lisboa*) tiveram uma dimensão muito reduzida do ponto de vista numérico. Em 10 de julho, elementos das acampadas promoveram uma reunião internacional em Lisboa que juntou 130 ativistas e cujo principal resultado prático foi a convocação da jornada de 15 de outubro.

A 15 de outubro teve lugar uma “manifestação internacional pela mudança global”, também chamada *Global Day of Action*. A data coincidia, propositadamente, com os cinco meses da primeira acampada em Espanha. O protesto teve lugar em 951 cidades em 82 países do mundo. Na Europa, as maiores manifestações foram em Espanha, Portugal e Itália. Em Madrid, estiveram cerca de 500 mil pessoas segundo os organizadores, em Barcelona 250 mil, em Sevilha 50 mil, em Bilbao mais de 10 mil. Em Portugal, o *15 de outubro* beneficiou não apenas da sua dimensão de convocatória internacional, mas ainda de outros dois fatores. Por um lado, o anúncio feito pelo primeiro ministro, nas vésperas da manifestação, de um novo programa de austeridade que implicava o corte do subsídio de férias e de natal (isto é, na prática, de dois salários). Por outro, a visibilidade e o novo fôlego trazido pelo movimento *Occupy Wall Street*, que tivera início em meados de setembro no coração do bairro financeiro

de Nova Iorque, um dos centros nevrálgicos do sistema capitalista global, e que adotou essa data como sua também. Em relação ao *12 de março*, destacam-se duas diferenças importantes. Por um lado, uma convocatória mais definida politicamente. Por outro, a presença forte de setores politicamente organizados, sendo o manifesto assinado não por alguns indivíduos mas sim por 41 associações ou coletivos, sobretudo ligados às organizações que protagonizam uma parte importante dos movimentos sociais existentes no país (GAIA, Umar, Panteras Rosa, SOS Racismo, Zeitgeist, Opus Gay, Pagan, Associação José Afonso, entre outras) e organizações ligadas à esquerda radical (nomeadamente à esquerda extraparlamentar). A manifestação teve lugar em várias cidades, entre as quais Angra do Heroísmo, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Ponta Delgada e Santarém e Porto. Em Lisboa a organização apontou para 100 mil o número de pessoas que desfilaram pelas ruas.

A 24 de novembro de 2011 ocorreu a greve geral convocada pelas duas centrais sindicais, CGTP e UGT (a sétima greve geral desde 1974 e a terceira convocada em conjunto por ambas as centrais). As principais razões invocadas prendiam-se com as medidas de austeridade contidas na proposta de Orçamento de Estado anunciada pelo Governo em meados de outubro de 2011, em particular os cortes de salário, a eliminação de feriados e o aumento do horário de trabalho (através, por exemplo, do aumento de meia hora por dia de trabalho). Com uma adesão significativa, sobretudo no setor dos transportes e nos serviços públicos, a greve foi considerada pelos porta-vozes sindicais como “a maior Greve Geral de sempre”, com os trabalhadores a demonstrarem “a sua indignação e o seu protesto pelo brutal ataque que o governo e agentes estrangeiros estão a fazer aos seus direitos, à democracia e à liberdade”²¹³. Um dado relevante foi o facto de a greve ter contado com o apoio explícito e a mobilização de alguns dos movimentos envolvidos na convocatória do 15 de outubro. Nesse dia, houve pela primeira vez uma manifestação convocada pelas organizações sindicais. Essa decisão inédita, que permitiu que a greve tivesse uma expressão de rua, não é estranha à pressão dos próprios movimentos e à sua insistência na ocupação do espaço público. A convergência, ainda que não isenta de tensões, do movimento sindical e de outros protagonismos sociais, como estudantes e movimentos de trabalhadores precários, que se juntaram frente à Assembleia da República, foi o testemunho de uma aliança concreta que se revelava possível.

²¹³ De acordo com a declaração feita pela CGTP na sua página oficial no *Facebook* no dia 24 de novembro de 2011, num *post* publicado às 18h40.

A 11 de fevereiro de 2012, a CGTP convoca uma manifestação contra a pobreza e a austeridade para Lisboa, com o lema “Vamos fazer do Terreiro do Paço o Terreiro do Povo”. Contra a “exploração, as desigualdades e o empobrecimento”, Arménio Carlos declara, em nome central sindical, ter-se tratado da “maior manifestação jamais vista em Lisboa nos últimos 30 anos”, com uma participação de 300 mil pessoas.

A 12 de maio de 2012 teve lugar a *Primavera Global*, um protesto “Pela Democracia Global e pela Justiça Social”. Juntando alguns dos protagonistas das anteriores mobilizações, e em face de divergências internas e de um certo esvaziamento da plataforma 15 de outubro, criou-se uma nova plataforma para convocar este protesto, que aconteceu em Braga, Coimbra, Évora, Faro, Porto, Santarém e Lisboa. Com uma adesão muito mais modesta, em termos quantitativos, que os protestos anteriores, esta data coincidiu com o aniversário do movimento das praças em Espanha.

15 de setembro de 2012 é a data de um novo protesto. Um grupo de 29 cidadãos lançou uma convocatória nas redes sociais para uma manifestação nesse dia sob o lema *Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas de volta!*. No manifesto da iniciativa podia ler-se um diagnóstico muito crítico sobre as escolhas políticas recentes: “depois de mais um ano de austeridade sob intervenção externa, as nossas perspetivas, as perspetivas da maioria das pessoas que vivem em Portugal, são cada vez piores” porque “a austeridade que nos impõem e que nos destrói a dignidade e a vida não funciona e destrói a democracia”. O apelo à insubmissão cidadã – “se nos querem vergar e forçar a aceitar o desemprego, a precariedade e a desigualdade como modo de vida, responderemos com a força da democracia, da liberdade, da mobilização e da luta” – acabou por ter eco e materializar-se em mais de 30 manifestações que terão juntado cerca de um milhão de pessoas em várias cidades portuguesas.

Esta data teve uma participação massiva, ultrapassando, segundo vários analistas, as manifestações ocorridas no 1.º de maio de 1974. Uma das razões que explica o sucesso da mobilização prende-se com o anúncio, pelo Governo, de alterações à Taxa Social Única, reduzindo as contribuições patronais para a segurança social, aumentando a proporção das contribuições dos trabalhadores e tendo associado um aumento do IVA. Esta medida gerou uma onda de indignação muito expressiva, merecendo a oposição de setores que tradicionalmente se opunham à estratégia e ao programa político do Governo (centrais sindicais, partidos da oposição), mas também de outro tipo de atores sociais, como os

representantes dos comerciantes (por exemplo, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal), alguns grandes empresários e várias figuras destacadas do bloco social do Governo, entre as quais dirigentes e ex-dirigentes do PSD e do CDS. Na sequência desta manifestação e de um aparente esboroamento do apoio social do Executivo, é convocado um Conselho de Estado, de onde saem indicações, por parte do Governo, de uma disponibilidade para estudar alternativas à medida, nomeadamente sob a forma de aumento de impostos.

Na sequência do sucesso desta mobilização, o grupo *Que se Lixe a Troika* convocou para 13 de outubro novos protestos, desta vez sob a forma de “manifestações culturais”, que acabariam por ocorrer em 23 cidades (nomeadamente Porto, Coimbra, Braga, Aveiro, Viseu, Faro, Viana do Castelo, Beja, Portimão e Lisboa), contando com a adesão de figuras muito significativas do mundo das artes do espetáculo e do audiovisual. No manifesto, lido no próprio dia pelos organizadores, afirmava-se “No dia 15 de setembro, rompemos o silêncio e enfrentámos o medo. O Governo tremeu. O povo derrotou a política da *Troika* e a TSU, mas ainda não vencemos a guerra” e lançava-se um apelo à participação “em todas as formas de resistência e pressão que nos próximos 15 dias vão tomar forma, até derrubarmos este orçamento, esta política e este governo”. A escolha da data teve também uma simbologia no quadro das referências transnacionais do protesto, dado que, nesse mesmo dia, em centenas de cidades do mundo, teve lugar o Ruído Global (*Global Noise*) contra as políticas de austeridade.

A primeira greve geral com dimensão europeia aconteceu a 14 de novembro de 2012. Organizada pela Confederação Europeia dos Sindicatos sob o lema «Pelo emprego e a solidariedade na Europa, não à austeridade», mobilizou cerca de 40 organizações sindicais, através da paralisação em Portugal, Grécia, Espanha, Malta e Chipre e de protestos e manifestações importantes em vários outros países como França ou Bélgica. Em Portugal, juntaram-se aos sindicatos no apelo à mobilização organizações e movimentos como os Precários Inflexíveis, os Intermitentes do Espetáculo, os Estudantes pela Greve, a Plataforma 15 de outubro, os estivadores, os Cidadãos pela Dignidade ou o Movimento 12 de março. A greve ficou marcada pela intervenção policial realizada frente ao Parlamento, com a detenção de centenas de manifestantes em condições de legalidade duvidosa, no que foi considerado pelos movimentos como “uma operação política e policial”, que pretendeu por “em causa o direito de manifestação, criminalizar a contestação social e fazer esquecer as

medidas de austeridade imposta”²¹⁴.

A manifestação de 2 de março de 2013 marca uma viragem. Convocada pela plataforma *Que Se Lixe a Troika* na sequência de um processo de alargamento (territorial, de sensibilidades políticas e de grupos profissionais), o seu lema é um verso da canção de Zeca Afonso que funcionou como senha do 25 de abril: “O Povo é quem mais ordena”. Um rigoroso plano de preparação precede o dia do desfile. Ele passa pelo envolvimento, na convocatória, de vários dos setores mais ativos das lutas sócio-laborais (professores, enfermeiros, reformados, estivadores, artistas) e pela concretização de um conjunto de eventos prévios que lhe são associados. Entre eles, as famosas “Grandoladas”, através das quais, por mais do que uma vez, grupos de ativistas interromperam intervenções públicas dos governantes cantando a “Grândola”, como aconteceu a partir das galerias do Parlamento, durante um discurso do primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, a 15 de fevereiro. O envolvimento da CGTP na convocatória desta manifestação foi uma novidade na relação entre a central e os movimentos anti-austeridade, que ajuda a explicar a sua abrangência e sucesso. Os organizadores, que dão conta da adesão de mais de 41 cidades ao protesto, anunciam a presença de 800 mil pessoas só em Lisboa²¹⁵. Seria o último grande acontecimento deste ciclo de ação coletiva.

A 1 de junho, uma manifestação internacional sob o lema “Povos Unidos Contra a Troika” teve lugar em mais de 100 cidades, em 12 países diferentes. A sua natureza internacional, possibilitada por uma reunião realizada em Lisboa em abril desse ano, não garantiu o seu sucesso. Com a presença de alguns milhares de pessoas, o protesto tem pouco eco político e mediático, quer em Portugal quer nos outros países da Europa.

O acontecimento que parece marcar o início do fim deste ciclo contestatário é a manifestação de 19 de outubro de 2013, organizada pela CGTP e apoiada pelo *Que Se Lixe a Troika*. Depois de uma crise governamental no verão, na sequência da demissão do ministro das finanças e do vice-primeiro ministro, chegou a admitir-se que seriam convocadas novas eleições e o Governo substituído. Contudo, a pressão das instituições financeiras e da Presidência da República garantiu a manutenção do Governo através de uma remodelação. Em outubro, os sindicatos apelam a uma manifestação que atravessasse a

²¹⁴ Cf. *Jornal i*, “Movimentos sociais condenam ‘violência gratuita e indiscriminada’ da polícia no dia 14”, 20 de novembro de 2012.

²¹⁵ In <http://expresso.sapo.pt/800-mil-manifestantes-em-lisboa-segundo-que-se-lixo-a-troika=f790914>

Ponte 25 de abril, em Lisboa, no que foi visto como um ato com particular simbolismo. Invocando problemas de segurança, o Governo solicita a desconvoação do protesto, garantindo não poder autorizar a sua realização. Depois de um braço de ferro público, a CGTP acaba por acatar a decisão do Executivo, substituindo a marcha por uma viagem na ponte com autocarros. O impacto foi, como se imagina, bastante menor. A organização fala em “milhares de participantes”.

A última iniciativa que refiro é a que teve como mote “Todos os Rios vão dar ao Carmo”. Rememorando esse lugar emblemático da Revolução de 1974, onde Salgueiro Maia garantiu a rendição do governo ditatorial, a convocatória afirmava não ser “por acaso que queremos regressar a este sítio. Não só porque faz 40 anos que este largo se encheu de gente que não obedeceu às indicações de ficar em casa do Movimento das Forças Armadas, mas também porque queremos viver e reclamar o espaço público”²¹⁶. Composto por “rios” auto-organizados, o objetivo era voltar a fazer confluir para um mesmo caudal diferentes sectores, a partir das suas próprias causas e agendas. Apesar da adesão de dezenas de coletivos, o impacto e a participação nesse acontecimento ficaram muito aquém do que foram os momentos contestatários mais participados do ciclo de ação coletiva iniciado em 2011. Apostando na reunião de dinâmicas localizadas e autónomas, o 25 de abril de 2014 é de certo modo a confirmação de que o ciclo das grandes mobilizações de massas tinha sido (não se sabe até quando) interrompido.

O precariado como parte de uma galáxia anti-austeritária?

Para Ruy Braga (2015), o precariado foi a força motriz do ciclo de ação coletiva que despoletou no início desta década em vários países. Também em Portugal, os *desempregados* estiveram no âmago das dinâmicas contestatárias e das mobilizações. Mas as condições em que o fizeram foram notoriamente diferentes do período anterior.

É possível supor, a partir de algumas entrevistas, dos materiais empunhados pelos participantes, dos dados do European Social Survey (Lima e Artiles, 2014) e dos dados sobre o desemprego, que as grandes manifestações de rua ocorridas nos últimos anos (do 12 de março de 2011 às organizadas pelo *Que Se Lixe a Troika* e pela CGTP) tiveram a

²¹⁶ In <https://riosacarmo.wordpress.com> (consultado a 3 de fevereiro de 2015)

participação de um número significativo de funcionários públicos, mas também de desempregados. Este facto revela, entre outros aspetos, que os desempregados (e porventura os precários) tendem mais facilmente a participar em ações políticas quando se incluem numa categoria mais geral, do que a partir de uma identidade específica como aquela que alguns coletivos ensaiaram a propósito, por exemplo, da “manifestação de desempregados”²¹⁷.

Mas a dinâmica deste ciclo de ação coletiva não foi só a das convocatórias a partir de categorias muito gerais. Como ficou patente pela cronologia apresentada, a ação coletiva em Portugal viu emergir neste período uma miríade de novas organizações e grupos, que se juntaram a associações e movimentos já existentes e que tomaram parte dos protestos contra a austeridade.

Um dos campos em que se assiste a uma profusão maior deste tipo de dinâmica é no da democracia participativa, da transparência e da justiça económica. Associados a estes temas surge uma série de coletivos, muitos inspirados em experiências internacionais: *Zeitgeist Portugal*, *Anonymous Portugal*, *Indignados Lisboa*, *Portugal Uncut*, ou, noutro registo, o *Comité para a Anulação da Dívida* e, a partir do grupo que convocou a manifestação da *Geração à Rasca*, o *Movimento 12 de Março*. Aparecem também iniciativas como a *IAC – Iniciativa para uma Auditoria Cidadã à Dívida Pública* (fundada em dezembro de 2011 numa convenção que juntou cerca de 700 pessoas)²¹⁸ ou o *Congresso Democrático das Alternativas* (reunido a 5 de outubro de 2012, em Lisboa, com 1700 subscritores a aprovar uma declaração que propunha, entre outros objetivos, “Retirar a economia e a sociedade do sufoco da austeridade e da dívida: denunciar o Memorando”)²¹⁹.

²¹⁷ Em março de 2012 nasceu o *Movimento Sem Emprego (MSE)*, a partir de um plenário que reuniu cerca de 40 pessoas em Lisboa, “a maioria gente já politizada”, de acordo com um dos organizadores. O MSE, que durou cerca de um ano, lançou um manifesto e, durante três meses, fez distribuições semanais de folhetos em Centros de Emprego. No final desse mês (30 de junho de 2012) realizou uma manifestação que teve algumas centenas de pessoas em Lisboa e cerca de duas dezenas no Porto. Para um dos dirigentes do movimento, as grandes vitórias foram o facto de que “todos os dias havia notícias sobre o MSE (...) antes o desempregado como existência não se via nas notícias, fomos nós que colocamos isso” e o impacto público do número alternativo de desempregados que divulgaram, que contabilizava os que não entram nas estatísticas oficiais: “(...) na Assembleia da República, até o PS usou aquilo... Neste momento, tau... ‘Tá a ler os meus números, ganhámos... Foi talvez a maior vitória do MSE...”. Para outro organizador, o MSE foi sobretudo “uma semente para novas experiências militantes”, tendo revelado as dificuldades de uma ação a partir da categoria de desempregado: arranjar porta-vozes era difícil e a manifestação, pela sua reduzida participação, é interpretada como “a primeira vez que os desempregados nos disseram que não”.

²¹⁸ Ver www.auditoriacidada.info.

²¹⁹ Ver www.congressoalternativas.org (acedido a 6 de fevereiro de 2015)

Grupos sociais particularmente afetados pelas políticas da austeridade constituem também novas organizações. É o caso dos reformados e aposentados, que criam, em outubro de 2012, a associação cívica *Apree!* – Aposentados, Pensionistas e Reformados²²⁰. É também o caso do movimento (*d*)*Eficientes Indignados*, que organiza uma vigília frente ao parlamento contra o agravamento fiscal dos cidadãos portadores de deficiência e que passa a marcar presença em várias das manifestações do *Que Se Lixe a Troika*²²¹. É, ainda, o exemplo de um grupo ativista *queer* como o *Exército de Dumbledore*²²², que se destacou, entre outras coisas, pelo recurso à ação direta e ao *subvertising*.

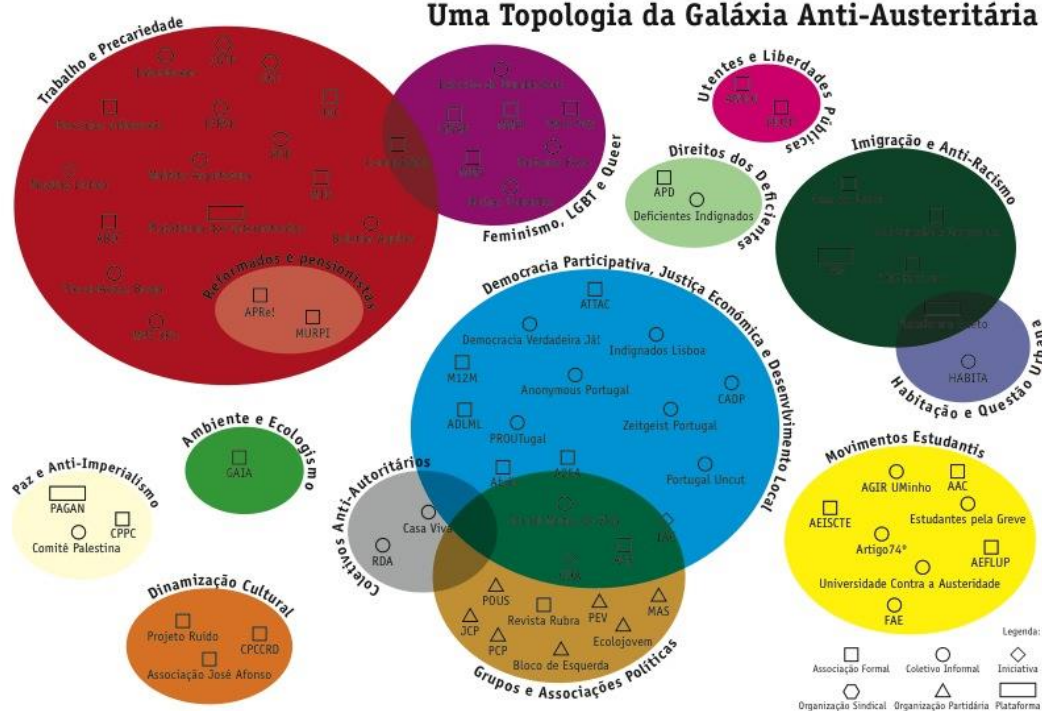
Além do surgimento destes e de outros coletivos, envolvidos nas convocatórias de protestos e de ações no quadro deste ciclo contestatário, diversificou-se o formato e as geometrias das alianças. Os grupos têm existências com temporalidades diversas (podem estar adormecidos um tempo para logo se reacenderem num momento de maior mobilização) e assumem também contornos variáveis, funcionando por vezes como “bonecas russas”, um grupo dando lugar ao nascimento de um novo grupo ou plataforma. As experiências de cooperação inter-organizacional multiplicam-se, bem como as “organizações guarda-chuva” ou as “plataformas unitárias” – de que são exemplo a Plataforma 15 de outubro ou o *Que Se Lixe a Troika*. É como parte desta galáxia austeritária, cuja topologia procurámos reconstruir com o esquema seguinte, que as organizações de precários intervêm no movimento social.

²²⁰ Ver <http://www.apree-associacaocivica.pt> (acedido a 6 de fevereiro de 2015)

²²¹ O endereço do coletivo é <http://www.deficientesindignados.org/> (acedido a 6 de fevereiro de 2015)

²²² A página de Facebook do coletivo é <https://www.facebook.com/pages/Exército-de-Dumbledore/266567403417002> (acedido a 6 de fevereiro de 2015)

Uma Topologia da Galáxia Anti-Austeritária



Fonte: convocatórias dos protestos referidos na cronologia (março 2011 – abril 2014). Elaboração própria

No campo sócio-laboral, o facto mais relevante deste período parece ser a nova relação entre a CGTP e os movimentos considerados “inorgânicos”. Se, numa primeira fase, a central sindical olha com distância para estas realidades, as direções sindicais vão alterando a sua perceção e postura a partir do final de 2012. Como sustentam Lima e Artiles, prevaleceram nos países do Sul, pelo menos a partir de determinada altura “estratégias sindicais revelando um entendimento do sindicalismo como movimento social e centragem no poder de mobilização”, revelando a capacidade destas organizações desencadearem “protestos e mobilizações muito para além da sua capacidade associativa e de organização” (Lima e Artiles, 2014: 146).

O envolvimento das organizações de precários e das plataformas contra a austeridade no apelo à participação nas greves gerais ou nas manifestações da CGTP e, de forma correspondente, o apelo por parte da confederação sindical para a participação dos seus efetivos em algumas das manifestações convocadas pelo *Que Se Lixe a Troika* (2 de março de 2013, em particular) foi um dado novo, que impulsionou a constituição de um polo alargado de resistência social contra a austeridade. Todavia, desde o final de 2013, essa dinâmica de convergência parece ter-se esgotado, ou não ter criado mecanismos para a sua

continuidade. Como veremos no estudo de caso que a seguir se analisará, a tensão entre intervenção sindical e repertórios dos precários mantém-se no espaço das empresas.

Neste período, os trabalhadores precários foram também protagonistas do surgimento de novas organizações sindicais, de que são exemplo o *CENA – Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual*, nascido em setembro de 2011 da fusão entre o Movimento dos Intermitentes e o Sindicato dos Músicos, ou o *STCC - Sindicato dos Trabalhadores dos Call Centers*, fundado em abril de 2014 para intervir num dos setores mais paradigmáticos do novo proletariado dos serviços. Mas a conquista mais evidente do precariado neste ciclo parece ter sido a que resultou da iniciativa em torno da Lei contra a Precariedade.

A decisão de propor uma Iniciativa Legislativa de Cidadãos (ILC) sobre o tema da precariedade surge nas semanas seguintes à manifestação da Geração à Rasca. Nesse período, a sociedade portuguesa debatia o sentido e as consequências daquela mobilização inédita. “Uma parte da disputa sobre o significado daquela manifestação estaria diretamente ao nosso alcance. É aí que há a ideia da ILC”, explica Tiago Gillot.

A iniciativa foi apresentada em abril de 2011 pelos organizadores da Geração à Rasca (o movimento 12 de Março) e por ativistas dos Precários Inflexíveis, do Ferve e da Plataforma dos Intermitentes do Espetáculo e do Audiovisual. Durante oito meses, foram recolhidas mais de 35 mil assinaturas em “manifs, concertos, centros comerciais, faculdades, jogos de futebol”, em defesa de três medidas concretas constantes da proposta: (i) a instituição de novos mecanismos de combate ao falso trabalho independente, (ii) a limitação para 18 meses do tempo permitido para os contratos a termo e (iii) a integração dos trabalhadores temporários nas instituições para as quais realizam a sua atividade, desde que para elas estejam a trabalhar há pelo menos um ano (ou 20 meses nos últimos dois anos).

Chegada à Assembleia da República, a proposta baixou para debate em Comissão. Sobre dois dos aspetos da ILC, relativos aos contratos a prazo e ao trabalho temporário, ficou imediatamente clara a recusa do PS, PSD e CDS-PP em aceitar o sentido da proposta. Contudo, no domínio do combate aos falsos recibos verdes “todos mostraram abertura para trabalhar numa solução”, explica o ativista dos PI. Constituiu-se assim um grupo de trabalho composto por todas as forças partidárias e aberto à participação dos proponentes. “Eu fui espectador do processo privado de elaboração legislativa”, conta Tiago, que marcou presença em todas as reuniões. Nesse grupo de trabalho, procede-se à audição das

organizações patronais “que arrasaram a lei”, das confederações sindicais, da Autoridade para as Condições do Trabalho e do Conselho Superior de Magistratura, “duas audições completamente decisivas”, refere Gillot, por terem apoiado a pertinência da proposta e avançado com sugestões concretas de operacionalização das suas intenções.

Em julho de 2013, o Parlamento aprovou por unanimidade um texto legislativo comum que “institui mecanismos de combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços em relações de trabalho subordinado”. A Lei 63/2013 entraria em vigor a 1 de setembro desse ano.

Numa sessão organizada no Mob, em Lisboa, para fazer a avaliação da aplicação da lei, o jurista Jorge Leite explicou que

O que a ILC introduz é o método indiciário. Se se provarem dois dos indícios previstos, então presume-se que a situação daquele trabalhador é uma situação de trabalho dependente (...), a partir desse momento já não é o trabalhador que tem de provar, mas é sobre o destinatário da prestação de serviços que recai a responsabilidade de provar que aquela não é uma situação laboral dependente”.

Assim, elucidada, a lei inverteu o ónus da prova e passou a dar iniciativa ao Ministério Público sob impulso da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT). Para Gillot, a lei “é a primeira grande alteração que existe nesta coisa dos recibos verdes em vinte e tal anos, é um primeiro grande passo e num sentido certo. É forte, é dum processo cidadão e é feito na altura em que nos estão a tirar tudo”, isto é, acontece em total contraciclo com a lógica da austeridade e da precarização. Mesmo sendo “uma vitória muito parcial” porque “é só sobre um dos três aspetos” propostos pela ILC, porque “nenhuma das propostas era extremamente avançada” e ainda por ter havido “uma pequena amputação do que nós estávamos a pedir para os recibos verdes”, o ativista dos Precários Inflexíveis considera que “não há comparação com a realidade anterior”. Na sua opinião, “a lei quebrou um ciclo de impunidade, deu uma perspetiva de eficácia no combate aos falsos recibos verdes e está a mudar a vida de muitas pessoas”.

Para garantir que a lei seria um instrumento de facto de combate à precarização das relações laborais, os Precários Inflexíveis solicitaram reuniões à ACT e à Procuradoria-Geral da República e instituíram-se como intermediários entre os trabalhadores e estas instituições, abrindo um “canal de denúncias” *online* e prestando aconselhamento jurídico de modo a terem “algum controlo sobre o nível de denúncias e podermos pressionar os organismos públicos”.

Em 2014, a lei 63/2013 motivou a regularização imediata de 335 pessoas que eram “falsos recibos verdes” e que passaram a ter contrato de trabalho. Além disso, de acordo com dados da ACT, foram encaminhadas nesse ano 397 situações para o Ministério Público, num total de 872 casos identificados. Segundo Jorge Pinhal, inspetor daquele organismo, em setembro de 2014 tinha havido “43 sentenças judiciais, neste ano, 22 condenações e 21 absolvições”, sendo que, “ao nível dos processos procedentes, foram regularizados 56 trabalhadores por decisão do tribunal”.

O desfecho que teve a Iniciativa Legislativa de Cidadãos sobre a precariedade é o resultado da combinação entre dois tempos, isto é entre uma dinâmica nova e uma dinâmica antiga, que vinha do ciclo anterior. De facto, pelo menos desde 2007, o combate aos falsos recibos verdes é uma das dimensões centrais da política do precariado em Portugal, objeto de petições, campanhas e denúncias. Mas foi o novo ciclo de protesto que deu o impulso necessário para uma campanha de grande dimensão sobre o tema e que proporcionou um contexto em que se tornava muito difícil que o campo político não desse algum sinal de que não era indiferente ao assunto. Como se verá a propósito do estudo de caso da Linha Saúde 24, essa conquista legal é mais um recurso nos repertórios de luta acionados pelos precários, num contexto em que a relação de forças dentro da empresa lhes é, em regra, muito desfavorável.

3. Estudo de caso 2 - Uma greve insurgente em contexto de austeridade: a luta da Linha Saúde 24

Suspensão da produção e do quotidiano, interrupção da rotina e do trabalho, sacrifício do presente em nome do futuro, a greve é um dos mais fortes instrumentos dos trabalhadores nas sociedades do trabalho assalariado, capaz de dotá-los de uma força coletiva que compensa a desigualdade de poder quando individualmente considerados. É em movimentos grevistas que radicam muitas das conquistas e dos avanços no campo da distribuição da riqueza, da proteção social, das condições de trabalho, dos ganhos de civilização. Reconhecido em 1910, suprimido em 1927 e criminalizado em 1933 com o Estado Novo, o exercício da greve é hoje garantido pela Constituição aprovada em 1976. Contudo, isso não garante que se possa de facto recorrer a ele.

A arma da greve está longe de desaparecer e permanece porventura a principal medida da conflitualidade de um sistema de relações laborais. No recente ciclo de protesto parece até verificar-se uma tendência de aumento de trabalhadores envolvidos em greves: em 2012, foram contabilizados cerca de 93 100, o valor mais elevado desde 1994 (Costa, Dias e Soeiro, 2014). Entre 2010 e 2013 houve cinco greves gerais convocadas pela CGTP, três delas em conjunto com a UGT. E houve outras greves importantes em alguns sectores, como os professores, os enfermeiros ou os trabalhadores dos transportes. Mas as dinâmicas de austeridade e de precarização das relações laborais tendem a paralisar, pelo medo, o recurso à greve. Além disso, num contexto de mutação do emprego e de “desdemocratização da democracia” (Rosas, 2012), multiplicam-se as situações em que o seu exercício é atirado para fora da regulação social, dado que o próprio trabalho é crescentemente empurrado para fora do contrato. Em muitos casos, assiste-se mesmo ao ressurgimento do exercício da greve como ato considerado “selvagem” porque não reconhecido legalmente, como aconteceu com a Linha Saúde 24.

Na década de 2000, um conjunto de “mobilizações improváveis” de trabalhadores precários, entre as quais greves no sector da restauração rápida em França ou em *call centers* italianos, suscitaram uma série de trabalhos sociológicos que analisaram os objetivos, modos de organização, repertórios de ação e tipo de alianças que estas experiências ativaram, salientando as novas formas organizativas que traziam e o seu contributo para a renovação

do repertório sindical clássico (cf. Abdelnour et al. 2009; Boumaza and Pierru 2007; Choi and Mattoni 2010; Collovald and Mathieu 2009; Perrin 2004; Perrin 2007). Reportando-se ao caso francês e refletindo a partir das experiências de luta no sector do espetáculo, da distribuição e da restauração rápida, Abdelnour et al. (2009) identificam, entre as gerações mais jovens, um referencial relativamente partilhado de reservas *a priori* sobre a forma sindical, um “senso comum” que desconfia de estruturas burocráticas e um receio sobre o enquadramento autoritário que delas pode resultar, ao qual estes trabalhadores opunham “um ideal de movimento unido, sem hierarquias nem etiquetas concorrentes” (Abdelnour et al. 2009: 93). A evolução da greve que se faz neste contexto parece assim atravessada por uma ambivalência: se perdeu centralidade e se, em alguns sectores, ela parece des-sindicalizar-se, não quer dizer que se tenham extinguido os protestos que se fazem através dela. A greve inscreve-se hoje, frequentemente, em mobilizações que a combinam com outras representações conflituais – petições, manifestações, etc. – retomando, segundo Groux and Pernot (2008), o espírito de coligação e de resistência que a caracteriza desde sempre.

Para que uma greve tenha lugar, não basta que ela esteja disponível no repertório de lutas conhecido, nem que faça parte das rotinas do protesto. É certo que as condições históricas, os contextos sociais e as relações de força tornam determinadas modalidades de ação mais ou menos acessíveis. Mas também é verdade que analisar o recurso concreto a um dispositivo de conflito como este implica uma atenção ao *modo de produção da greve* enquanto *acontecimento* e enquanto *processo*. É o que procuro fazer neste capítulo: problematizar o papel, a importância e as modalidades do exercício da greve num quadro de descoletivização, informalização, individualização e remercantilização do trabalho, num contexto marcado pelas políticas de austeridade. Para isso, parto de um exemplo concreto, a experiência singular da greve dos enfermeiros da Linha Saúde24, tomada como um estudo de caso particularmente significativo sobre as condições da utilização da “arma da greve” por trabalhadores precários e sobre as estratégias das organizações laborais neste contexto.

A Linha Saúde 24: o que é?

A Linha Saúde 24 é uma linha telefónica, criada em 2006, que tem como objetivo a triagem, o aconselhamento e o encaminhamento em situação de doença. É um serviço da responsabilidade do Ministério da Saúde que permite, de acordo com a Direção Geral de

Saúde, “responder às necessidades manifestadas pelos cidadãos em matéria de saúde, contribuindo para ampliar e melhorar a acessibilidade aos serviços e racionalizar a utilização dos recursos existentes”²²³, esclarecendo dúvidas e encaminhando os utentes para o Serviço Nacional de Saúde, quando necessário.

A linha funciona todos os dias do ano, 24 horas por dia e emprega cerca de 400 profissionais, a esmagadora maioria dos quais enfermeiros, que fazem o atendimento telefónico divididos em dois *call centers* localizados em Lisboa e no Porto, com aproximadamente a mesma dimensão. O vínculo que estes trabalhadores têm com a empresa estabelece-se através de “recibo verde”, sendo considerados pela entidade empregadora como “prestadores de serviços”, ainda que cumpram horários determinados pela chefia, tenham supervisores e trabalhem nas instalações da empresa.

A importância da experiência e do conhecimento aprofundado sobre o Serviço Nacional de Saúde leva a que o recrutamento valorize a ligação dos profissionais com instituições do SNS, encontrando-se a maioria dos enfermeiros-comunicadores a trabalhar em hospitais públicos, constituindo o seu trabalho na Linha um complemento ao seu salário. Em média, cada enfermeiro trabalha na Linha Saúde 24 cerca de 18 horas por semana, em turnos. Mas há também quem faça horários completos e tenha ali a sua única fonte de rendimento. O retrato sociográfico revela um grupo tendencialmente jovem, feminizado e qualificado (a formação requerida para a função exige no mínimo uma licenciatura). A grande maioria tem outros empregos para além do que ali exercem com vínculo precário. A pertença sindical é muito reduzida, bem como o é a experiência de ação coletiva no campo laboral.

Por opção governamental, a gestão desta linha foi entregue a uma entidade privada, através do modelo da parceria público-privada. Assim, os enfermeiros em causa são contratados pela Linha Cuidados de Saúde, SA (LCS), uma empresa pertencente ao Grupo Caixa Seguros e Saúde, SGPS, SA, criada para se candidatar ao concurso de adjudicação do serviço, lançado em 2006 pela Direção Geral de Saúde para um período de 4 anos.²²⁴ O novo

²²³ <http://www.dgs.pt/paginas-de-sistema/saude-de-a-a-z/saude-24.aspx?v=b5ef3dfe-6f5f-4ce3-8e86-fabad33830bf>

²²⁴ O primeiro concurso tinha como objeto a “concepção, projeto, instalação, financiamento, exploração e transferência para a Entidade Pública Contratante do Centro de Atendimento do SNS” e a linha inaugurou o seu funcionamento a 25 de abril de 2007. Em 2011, aquando do término deste contrato, houve um novo concurso público, ganho por um consórcio encabeçado pela PT, mas cujo resultado acabaria por ser anulado

concurso público viria a ser ganho por um outro consórcio, envolvendo novamente a LCS, a Optimus e a Teleperformance. O critério prevalecente na adjudicação foi o preço mais baixo, tendo este consórcio apresentado uma proposta que reduzia para quase metade o valor pago por chamada (de 16€ para 7€). Foi este o motivo invocado pela empresa para avançar, no início de dezembro de 2013, com uma proposta de redução salarial significativa do valor pago aos enfermeiros comunicadores, entre 20% a 50% e foi em torno dessa decisão que o conflito laboral se desencadeou levando os trabalhadores a recorrer por duas vezes, no prazo de menos de um mês, à greve.

Cronologia de um processo de luta

Podemos situar o primeiro período da mobilização dos enfermeiros da Linha Saúde 24 entre o momento em que os trabalhadores tomam conhecimento da proposta da empresa relativa ao corte nos vencimentos (no início de dezembro de 2013) e a primeira greve, que acontece a 4 de janeiro de 2014. Neste período, há uma fase inicial de constituição e estruturação de coletivos de trabalhadores, que os leva de um grupo secreto do *Facebook* – “Enfermeiros contra os 7 euros à hora” – à eleição, em plenários realizados no Porto e em Lisboa, de duas comissões informais de trabalhadores. A partir daí, parece haver uma estratégia que segue duas vias paralelas.

Por um lado, existe a via da negociação com a empresa. Ela inicia-se com uma tomada de posição comum dos enfermeiros-comunicadores e com a conseqüente marcação de uma reunião com elementos da administração, processo no qual se estabelecem os primeiros contactos com o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que está presente nessa reunião. Manifestam-se aí também as tensões entre as comissões informais e a estrutura sindical, em virtude de visões diferentes sobre o problema, de culturas de intervenção distintas e sobre o tipo de atitude a adotar. A posição sobre a legitimidade e a pertinência do recurso à greve estará no centro desse debate, com o sindicato a desaprovar a paralisação decidida pelos trabalhadores, dado o vínculo os impossibilitar de o fazer de forma legal e os colocar numa situação de redobrada fragilidade.

pelo Tribunal de Contas, que considerou não ter sido “garantida a escolha da melhor proposta” (acórdão nº1/2013 de 8 de janeiro).

Por outro lado, desenvolve-se a via de uma intensa intervenção no espaço exterior à empresa, tentando mobilizar recursos externos capazes de compensar uma relação de forças que, no espaço interno, é totalmente desfavorável aos trabalhadores, dado que estes não têm os mecanismos tradicionais que lhes poderiam conferir capacidade negocial no quadro da empresa, desde logo contratos de trabalho ou algum mecanismo de representação coletiva formal. É neste quadro que pode ser entendido o recurso à Autoridade para as Condições de Trabalho, as conferências de imprensa, os pedidos de reunião à Direção-Geral de Saúde, aos Grupos Parlamentares, ao Ministério da Saúde e à Ordem dos Enfermeiros, contactos que vão sendo efetuados entre meados de dezembro de 2013 até ao fim do mês de janeiro de 2014, ou seja, entrando já pela “segunda fase” do processo de luta. Esta segunda linha de intervenção teve nos “Precários Inflexíveis” um aliado determinante.

A segunda fase deste processo de luta pode então situar-se no momento em que a administração da empresa reage, dispensando os “serviços” de dezasseis enfermeiros, numa tentativa de assim decapitar o movimento de contestação entretanto despoletado. Neste período, a causa dos trabalhadores da Linha Saúde 24 assume uma visibilidade pública e mediática maior e extravasa claramente para o campo político, motivando debates parlamentares (no dia 24 de janeiro, projetos de resolução sobre o assunto são votados no Parlamento), uma segunda paralisação (entre 24 e 27 de janeiro), tomadas de posição públicas da Ordem dos Enfermeiros e da CGTP (ambas nesse dia 27), uma carta de solidariedade com os trabalhadores subscrita por várias personalidades e esclarecimentos da administração publicados nos jornais (a 28 do mesmo mês).

Cronologia de um processo de luta

dezembro de 2013	
8 de dezembro	Criação do grupo de Facebook “Enfermeiros contra os 7 euros à hora”
11 de dezembro	Primeiro plenário dos trabalhadores, em Telheiras, Lisboa
12 de dezembro	Primeira reunião com a Associação de Combate à Precariedade – Precários Inflexíveis
16 de dezembro	Apresentação de uma queixa à Autoridade das Condições de Trabalho sobre a situação ilegal dos “falsos recibos verdes”. Primeira conferência de imprensa dos trabalhadores da Linha Saúde 24
17 de dezembro	Reunião com um dos Administradores, Engº Luís Pedroso Lima Envio de cartas aos Grupos Parlamentares e à Direção Geral de Saúde Pedido de reunião com a Ordem dos Enfermeiros
18 de dezembro	Pedido de reunião com a Direção Geral de Saúde
19 de dezembro	Reunião com o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Reunião com a secção Sul da Ordem dos Enfermeiros
20 de dezembro	Reunião com a Direção Geral de Saúde, representada por Francisco George e Sérgio Gomes
22 de dezembro	Segundo plenário de trabalhadores em Lisboa, no espaço MOB Primeiro plenário de trabalhadores do Porto, no Espaço Compasso
26 de dezembro	Envio de carta à Comissão Parlamentar de Saúde e ao Ministério da Saúde
janeiro de 2014	
2 de janeiro	Plenário dos trabalhadores da Linha Saúde 24, em Lisboa.
3 de janeiro	Reunião com o Grupo Parlamentar do PCP
4 de janeiro	Primeira paralisação, com 70% de adesão e impacto mediático significativo
9 de janeiro	Reunião com o Grupo Parlamentar do PSD
10 de janeiro	Ação inspetiva da ACT aos call-centres de Porto e Lisboa
13 de janeiro	“Marcha Saúde 24” entre a Autoridade para as Condições de Trabalho e o Ministério da Saúde, em Lisboa Concentração frente à Câmara Municipal do Porto
16 de janeiro	16 trabalhadores – entre os quais 3 dos que conduzem e dão a cara pela paralisação – recebem cartas de rescisão

24 de janeiro	Discussão na Assembleia da República dos projetos de resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português sobre a regularização da situação dos trabalhadores e a gestão pública da Linha Saúde 24. Os projetos são chumbados, com os votos contra do PSD e do CDS e os votos a favor do PS, do PCP, do BE e do Os Verdes
	Início de nova paralisação por três dias
27 de janeiro	Fim da segunda paralisação
	Início da linha especial para a gripe
	Primeiro comunicado público da CGTP sobre o assunto
	Primeira posição pública da Ordem dos Enfermeiros de apoio àqueles trabalhadores
28 de janeiro	Divulgação de uma carta de solidariedade com os enfermeiros da linha saúde 24, “Despedimentos na Linha Saúde 24 são um ataque à democracia”, subscrita por 33 personalidades, entre as quais vários dirigentes sindicais, médicos, ativistas contra a precariedade e artistas.
29 de janeiro	Audição da Comissão informal de Trabalhadores da Linha Saúde 24 em reunião da Comissão Parlamentar de Saúde, na Assembleia da República
30 de janeiro	Esclarecimento da Administração da LCS sobre a Linha Saúde 24, publicado como publicidade em vários jornais diários, entre os quais Público, Correio da Manhã, Diário de Notícias e Jornal de Notícias.

Marisa, Aramid, Márcia e Tiago: trajetórias laborais, disposições ativistas e subjetividade

Reconhecendo a diversidade de trajetórias pessoais e a sua necessária heterogeneidade sociológica, apresentam-se quatro retratos sociológicos de enfermeiros que estiveram na criação das comissões informais de trabalhadores e que foram porta-vozes desta luta. Através deles, podem perceber-se as origens sociais, os percursos laborais, as

experiências de envolvimento coletivo e o modo como avaliam a experiência da greve que protagonizaram.

Em qualquer dos casos, estamos perante relatos que nos revelam a fragmentação dos estatutos contratuais nos serviços públicos, a acumulação de diferentes trabalhos como forma de complementar rendimentos e também a construção de uma identidade forte associada a um ofício particular e a um *ethos* profissional que faz do cuidado dos outros e da ideia de “missão” os seus pilares. A perceção sobre as qualificações exigidas para o desempenho da função e sobre a exigência das tarefas requeridas é um elemento suplementar mobilizado por estes enfermeiros na luta pelo reconhecimento do seu trabalho e pela manutenção das remunerações.

A relação com os sindicatos parece marcada por um distanciamento crítico. Crítico face à perceção de que aquelas organizações estão concentradas na defesa dos sectores com maior estabilidade de vínculo; face à incapacidade de os sindicatos desenvolverem uma estratégia que tenha em conta a realidade dos “recibos verdes”; face ao desconhecimento imputado aos dirigentes relativamente à realidade laboral concreta dos precários; face à passividade da classe ou “desunião” sindical que sentem existir. Contudo, como se verá, esse distanciamento não é necessariamente uma recusa do sindicalismo: a “importância de se estar sindicalizado” ou a necessidade de organizações representativas dos trabalhadores aparece no discurso de quase todos, mesmo se o “apoio ao sindicalismo” vem a par com um descontentamento profundo com os sindicatos realmente existentes.

Com histórias diversas de socialização política, é o sentido individual de “justiça”, os “princípios e valores” ou a “personalidade” que são invocados pelos entrevistados para explicar o envolvimento num processo de ação coletiva. Se a luta de que foram porta-vozes é motivo de “orgulho” pelo seu “caráter exemplar”, as dificuldades inerentes à mobilização dos colegas e as consequências a curto prazo (dispensa, despedimentos, emigração) não permitem uma avaliação da greve em termos de uma simplista declaração de sucesso ou insucesso. De facto, é das contradições e da complexidade de “uma luta desigual” que a reflexividade destes enfermeiros dá conta.

Marisa e o “orgulho” de uma “luta que valeu a pena”

Marisa começou a trabalhar como enfermeira em 2006. Passou pelo Centro Hospitalar Conde Ferreira, pelos quadros da Santa Casa da Misericórdia e tem atualmente um contrato individual sem termo no Instituto Português de Oncologia, onde trabalha a tempo inteiro. Colabora com a Linha Saúde 24 há quatro anos e trabalha ali, em média, 18 horas por semana como enfermeira comunicadora. Para ela, trata-se de uma função de “muita responsabilidade”. “É muito cansativo, requer muita atenção, sobretudo à noite. Esse trabalho tem de ser pago com as horas de qualidade que nos querem reduzir”. Pertence à Comissão informal de trabalhadores do Porto da Linha Saúde 24, deu a cara pelo protesto, fez piquete. Foi uma das primeiras a ser “dispensada”, logo em meados de janeiro.

Sempre acumulou vários trabalhos e atividades por “não conseguir estar quieta”. Faz voluntariado desde os 16 anos, no apoio ao estudo em bairros sociais e depois numa equipa de rua na área da redução de riscos no consumo de drogas. Revolta-se com o facto de haver estatutos diferentes dentro do hospital onde trabalha, entre os enfermeiros que “pertencem à função pública” e os que, como ela, estão vinculados à entidade pública empresarial, cujo contrato não prevê “ADSE, os mesmos dias de férias, ou progressão na carreira”, entretanto também congelada para os outros. Paradoxal é, para Marisa, que, para efeito dos cortes à função pública, seja considerada, enquanto que para lhe reconhecerem direitos não.

Estudou na Escola da Cruz Vermelha, em Oliveira de Azeméis. Não se lembra de ter participado em nenhuma luta estudantil, apesar de ter pertencido à Associação de Estudantes. Mas a escola “era muito calminha, era muito sossegado”, refere, “nunca estive numa manifestação”. Nunca tinha contactado com nenhum partido político.

É sindicalizada, mas considera que “o sindicato nunca fez nada, porque haveria de fazer agora?”. Na sua opinião, o sindicato “é a organização que pode mover os trabalhadores todos em bloco num só, se não começam a ficar dispersos”. “O grande mal da classe de enfermagem”, afirma, “é ter mais do que um sindicato, isso divide os trabalhadores”, além de que, na sua opinião, “os sindicatos não estão muito ativos”.

A mãe é ama da segurança social, a falso recibo verde. O pai, vendedor de material elétrico. Mas não foi de nenhum deles que bebeu o exemplo do envolvimento coletivo. Como se explica, então, a sua disposição militante? “Acho que tem a ver muito com o sentido de justiça de cada um. Vai muito por aí, os princípios e os valores de cada um. Não sei de onde vem.” Os pais são “calminhos”, conta. “A minha mãe diz que eu fui trocada na maternidade”, ri-se. “É o meu espírito, sou assim, fui sempre assim. No secundário cheguei a fazer queixa de uma professora ao executivo. Nunca estive envolvida numa luta com estas proporções todas, porque também nunca existiu motivo para tal desde que comecei a trabalhar”. Não acha que seja o facto de ter

um emprego fixo o que a faz estar mais disponível para lutar. “Há colegas lá que têm melhores condições para abandonar a linha, o Pedro só trabalha lá e ficou sem horário e outras colegas que nós temos a certeza que não precisam tanto estão lá. Por isso não é por aí...”

Mora sozinha desde há quatro anos e a sua remuneração média é inferior a mil euros por mês. O trabalho na Linha Saúde 24 podia fazer chegar o salário aos 1400 euros mensais. Agora, perdeu essa fonte de rendimento. Ainda assim, a luta que encabeçou com outras colegas “valeu completamente a pena, mesmo tendo sido despedida, porque se fizesse o contrário ou se não tivesse entrado na luta não estava a ser eu, não estava bem, estava com um emprego mas não estava bem”. Declara, com orgulho: “nós mostramos aos outros enfermeiros e não só que vale a pena lutar, que os trabalhadores conseguem ter uma força se quiserem e não conseguimos mais porque de 400 estivemos uns 100 ou 200 porque se estivessem os 400 então aí não havia hipótese e ganhávamos isso com certeza. E se estivéssemos juntos os 400 e mais nenhum enfermeiro aceitasse substituir-nos, então aí ganhávamos mesmo”. Não hesita: “valeu a pena, pelo feedback que nós temos, mensagens privadas no *facebook*, vocês são um exemplo para a enfermagem...”. Para Marisa, “só a dor de cabeça e o trabalho que demos ao administrador já valeu a pena”.

O mais difícil foi a mobilização dos colegas. “Custou muito, deu muito trabalho, cansou”, explica. “Cada pessoa é como é, cada pessoa tem a sua forma de estar e de pensar, então é muito complicado às vezes conseguir convergência de opiniões, houve alturas em que não estivemos de acordo, é muito difícil fazer com que as pessoas percebam que têm de ter um espírito lutador”. E acrescenta: “quem está à frente chega mesmo a um extremo de cansaço físico e psicológico”. Aderiu neste período à única associação de que agora faz parte, os Precários Inflexíveis.

Aramid, a preocupação com o sindicalismo e o “exemplo de união”

Aramid estava de férias quando a empresa começou a entregar as adendas aos contratos que previam a redução salarial. A primeira coisa que fez foi contactar o sindicato, “antes mesmo de se formar esta comissão informal de trabalhadores, no sentido de averiguar o que é que se podia fazer”. Ao longo do processo, tronou-se o principal canal de comunicação entre trabalhadores e sindicato.

Não por acaso. Aramid trabalha no Hospital de Santo António, no Porto, há 12 anos e é sindicalizado desde o início. “Continuo a ser sindicalizado e entendo que é muito importante estar sindicalizado”. Foi delegado sindical no Santo António em 2004, fez parte da Direção Regional do Norte do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses durante um triénio (2005/2008). Deixou de fazer parte da direção “por opção, mas sou ativista sindical...”. A saída teve a ver com a negociação dos salários dos licenciados: “o sindicato sempre defendeu muito mais as questões das relações laborais da função pública. Se calhar bem lá no fundo o sindicato acreditava que todos os enfermeiros iam ser funcionários públicos, um dia mais tarde... o que diziam é ‘vamos defender a questão dos funcionários públicos e depois os outros vão por arrasto’, o que nunca aconteceu... e eu era um pouco dissonante relativamente a essa estratégia.”

Inicialmente Aramid tinha contratos de termo certo de três em três meses com o hospital. Chegou a estar desempregado uns meses, era ainda bacharel. Concluiu a licenciatura. Depois teve contratos a termo de 6 meses renováveis por 2 anos. Ao final desses 2 anos, os hospitais “passaram a ser sociedades anónimas”. Esteve mais 6 meses em período experimental no local onde sempre trabalhara. No fim desse período, fizeram-lhe um contrato individual por tempo indeterminado, cuja remuneração é de 1064 euros por mês. Acumulou sempre esse emprego com outros trabalhos, por “necessidade económica, nunca como uma vontade”. Colaborou com uma clínica em Espinho, com um serviço de apoio móvel dirigido a prostitutas de rua e toxicodependentes. Começou na Linha Saúde 24 em outubro de 2007, sempre a recibo verde. Aramid tem dupla nacionalidade, o pai é venezuelano e a mãe portuguesa. Vem de uma família de emigrantes “muito reivindicativa”, “são pessoas que desde sempre tiveram de lutar seja pelo que for. Na Venezuela, o avô “era representante dos emigrantes portugueses”. O bisavô foi um preso político, com ligações ao PCP. A mãe foi para a Venezuela aos 14 anos, fez lá o ensino secundário e chegou a ser cabeça de lista pelo círculo da emigração nas listas da CDU ao Parlamento. Regressada a Portugal, “fez montanhas de coisas”, até ser recrutada para trabalhar para a CGTP em Aveiro, sendo atualmente secretária no Sindicato dos Metalúrgicos. “A minha mãe sempre me estimulou a ler. Eu lia os jornais porque ela não tinha dinheiro para me comprar livros”. Já a família do pai é o oposto: “uma família muito devota, muito religiosa, muito

fechada, de antigos costumes”. O pai, pintor, “é um neoliberal”. Aramid tornou-se militante do PCP em 2005 e lembra-se da festa do Avante “desde pequenino”.

Delegado de turma no secundário, fez parte da associação de estudantes. No Superior, esteve um ano em biologia, na Faculdade de Ciências do Porto, depois mudou-se para enfermagem na “Imaculada Conceição”. “Precisava rapidamente de começar a trabalhar, de ter rendimentos” e aquele curso pareceu-lhe mais adequado.

Aramid integrou a comissão informal de trabalhadores no Porto, de que era porta-voz com mais 3 colegas. “Foi um feito termos tido a capacidade de nos organizarmos no Porto e em Lisboa”, refere. Nunca foi dispensado, ou seja, mantém o contrato de prestação de serviços com a Linha, mesmo não tendo trabalho atribuído. Está em “horário zero”. Na sua opinião, a Linha Saúde 24 mantém-no com esse contrato “para cumprir os indicadores que contratualizaram com a Direção Geral de Saúde. Por exemplo, eles contratualizaram que 2/3 da equipa tem de ter 2 ou mais anos de serviço e 1/3 da equipa tem de ter 5 ou mais anos de experiência profissional”. Como abandonaram a Linha cerca de 150 enfermeiros, “entre contratos não renovados, dispensas e horários zero”, a Linha precisa de poder continuar a dizer que pessoas como ele fazem parte da equipa, mesmo que objetivamente não trabalhem.

Para este enfermeiro, “lutar vale sempre a pena”. Considera que o caso da Linha Saúde 24 “um exemplo de união, de força, de organização, de colaboração entre os profissionais”, “não só da Saúde 24 mas outros que se solidarizaram”. Não acredita que o processo “possa vir a trazer algum benefício para nós que fizemos esta luta”, mas tem “a certeza que isto há-de servir de algum exemplo em situações futuras, noutras empresas, noutras domínios do trabalho”. Ainda assim, tem medo que os trabalhadores não ganhem o processo em tribunal: “pode ser negativo para a sociedade, porque este processo irá servir como um exemplo e se não for positivo pode ser desmobilizador para outras situações”, teme.

Aramid reconhece que os sindicatos “têm lidado mal com esta questão [dos recibos verdes]”. Mas, no que a ele diz respeito, “a minha relação com o sindicato não ficou nem melhor nem pior do que aquilo que era”. Pragmático, afirma: “o sindicato não deu resposta, eu procuro resposta noutro sítio. Agora não descredito a instituição sindical. Essa é a minha posição”. Preocupa-o que, no processo, o sindicato possa ter ficado mal visto pela maioria dos colegas. Mas acha que faz parte de uma geração a quem cabe “fazer aqui o ponto de inversão do momento em que vivemos agora”.

Márcia e a luta inaugural de quem já sabia que se “vinha embora”

Márcia tem 29 anos, trabalha em Loures, no Hospital Beatriz Ângelo. Antes, trabalhara em Lisboa, no Hospital Santa Maria. Enfermeira comunicadora na Linha Saúde 24, esteve na origem do grupo de quatro que viria a constituir-se em Lisboa como Comissão informal de trabalhadores. Desde aí, contactou com a Associação de Combate à Precariedade, reuniu com um administrador, expôs as razões dos enfermeiros ao Diretor Geral de Saúde, participou das audições com os partidos políticos, protestou nas galerias do Parlamento no dia em que se debateu a situação dos enfermeiros da Saúde 24, foi ouvida na Comissão de Saúde, deu entrevistas a vários jornais e televisões. Acha que essa visibilidade pública que conseguiram dar à sua causa foi fundamental. “Isto é uma luta desigual”, observa, “estamos a falar de uma grande empresa, que tem lucros, que tem meios que nós não temos, por isso sabíamos que era muito importante haver aqui uma visibilidade desta situação, haver aqui de certa forma a opinião pública do nosso lado”.

Começou a trabalhar na Linha Saúde 24 em 2009, a recibo verde, como quase toda a gente. “Só um pequeno núcleo de supervisores, a administração e os informáticos é que é a contrato”. É do Porto. Acabou o curso em julho de 2006, foi para Lisboa em fevereiro do ano seguinte. Sempre teve contratos a termo certo de um ano, até passar para um contrato a tempo indeterminado no Hospital de Santa Maria, em 2008. Agora, continua com o mesmo tipo de vínculo, no hospital de Loures.

Não pertence ao sindicato. Conta que, na sua trajetória profissional, “raramente me cruzei com o sindicato”. “Nunca tive grande interesse a nível do nosso sindicato, porque há sempre muitos interesses, muitos lóbis em tudo. Basicamente eles querem muita visibilidade, mas aquilo que é importante, eles acabam por ficar aquém”. Com este processo acha que “se criou imediatamente uma barreira entre nós e o SEP [Sindicato dos Enfermeiros Portugueses]”, o representante com quem contactou “disse que não nos podia representar mesmo que estivéssemos sindicalizados por causa do vínculo laboral, por causa de sermos recibos”, “confesso que também nunca questioneei porque também nunca vi como muito apoio aqui o SEP. Acusa o sindicato de desconhecimento e falta de solidariedade: “eu não posso defender alguém quando não acredito naquilo que estou a defender e quando não sei aquilo que estou a defender”.

A mãe de Márcia tem o quarto ano e é doméstica, o pai tem uma pequena empresa de instalações elétricas e nunca acabou a licenciatura. Estão ambos reformados. Nunca participou em nenhuma associação, nem de estudantes nem de outro âmbito. Não esteve na rua em nenhuma das manifestações que tiveram lugar desde 2011. Na “da troika”, “não estava no país, estava de férias”.

Considera que a sua disposição para a luta “tem a ver com personalidade”, “sempre fui assim, em tudo na vida, desde os 5 anos que ‘porque sim’ não é resposta para mim”. Não vê portanto nenhuma influência familiar que tornasse previsível o seu envolvimento. Lembra-se de um episódio, na faculdade, “por causa de um resultado de uma frequência, que ia sair e não saiu naquele dia, na altura fui à associação de estudantes, imprimi os regulamentos, fui falar com a minha coordenadora de curso, e a nota teve de sair no dia seguinte de manhã e tiveram de alterar a data do exame”.

Para Márcia, a luta que encabeçou “só conseguiu ter a visibilidade e o número de pessoas que tem exatamente porque não é o nosso único emprego, porque se não nunca teríamos conseguido tanta gente a dar a cara, tanta gente a mobilizar-se, quer queiramos quer não, quando é a única fonte de rendimento, por muito que as pessoas queiram depois às vezes é complicado fazer este tipo de coisas”.

Foi uma das 16 trabalhadoras que foram dispensadas de continuar a “prestar serviços” na Linha Saúde 24. Mas “desde o primeiro momento soube que me vinha embora e que não ia ficar por aquele valor e que ia para tribunal”, diz. “Eu não comecei isto tanto por mim mas por alguns que só estão ali e a tempo inteiro. Pessoas que não têm direito a férias, não têm direito a ficar doentes, a faltar, não têm direito a subsídio de férias ou de alimentação, nada”.

Tiago, um militante com “um amor não correspondido”

Tiago tem 31 anos. Começou a trabalhar em 2005, no Hospital da Cruz Vermelha. Nunca esteve desempregado. “Ainda vim de um tempo em que não havia desemprego”, declara. Depois, foi para o Hospital Amadora Sintra, onde trabalhou numa unidade de cuidados intensivos e na urgência geral, “demasiado pequena para a população”. Ao longo destes anos, foi tendo “coisas paralelas”, como o trabalho num Lar de idosos. Começou a trabalhar na Linha Saúde 24 há 5 anos. Mesmo estando no Serviço Nacional de Saúde, não “pertence à Função Pública”. Primeiro, o seu empregador era a José de Mello Saúde, empresa que geria o hospital. “Depois, quando aquilo passou a EPE [Entidade Pública Empresarial], tive contrato individual de trabalho sem termo”. As outras atividades que exerceu “foi sempre recibo verde”.

O primeiro conflito laboral de que se lembra foi “quando começou a haver atrasos nas remunerações no Lar”. E recorda as experiências no Hospital Amadora-Sintra. “Quando o hospital era do José de Mello, as coisas eram complicadas. Todos nós sabíamos muito bem o que acontecia a quem fazia greves... afastado, posto em serviços sozinho, despedido... normalmente de alguma forma ostracizado até as pessoas acabarem mesmo por se ir embora. [...] Os chefes que apoiavam greves eram postos em serviços em que não havia ninguém”.

Quando se iniciou o conflito na Linha Saúde 24, estava em Praga. Soube do que se passava por sms: “as pessoas sabem de algum ativismo que eu vou tendo nestas coisas e alertaram-me logo para o que estava a acontecer”. Fez parte da comissão informal de trabalhadores criada em Lisboa e envolveu-se inteiramente na luta. “A principal dificuldade”, confessa Tiago, “foi vencer o receio que as pessoas tinham numa fase inicial de confrontar a empresa. [...] Tiveram muito medo de que qualquer forma de luta ou de protesto que nos tivéssemos irritasse a empresa e que eles não quisessem negociar”. Para Tiago, os enfermeiros “têm esta perspetiva muito de ajudar antes o outro e pensar depois na nossa situação...” e “são todos eles muito dados simplesmente ao trabalho”. “Na enfermagem não há participação de enfermeiros em partidos políticos, em movimentos sociais, não há nada...”, lamenta.

Não é bem o seu caso. Filho de um empregado de escritório e de uma empresária em nome individual, ambos com o nono ano, considera os seus pais “muito recatados, nunca se envolveram...”. Quando era mais jovem, nunca fez parte de “nenhum tipo de movimento associativo assim mais premente. Também não sou de nenhum sítio mais pequeno que tem aquelas associações culturais em que as pessoas participam mais”. Mas é um “apoiantes do sindicalismo, é uma coisa que acompanho com muito interesse”. Contudo, na sua opinião, “este sindicato sempre teve uma opinião muito distante das pessoas e nunca foi de encontro àquilo que era o interesse dos enfermeiros, sobretudo os mais novos”. Em 2009, entendeu que devia “ter uma participação mais ativa na vida da sociedade e achei que podia tentar aderir a um

partido político”. Optou pelo Bloco de Esquerda. “Entrei no concelho onde morava, no Montijo, sendo uma concelhia pequena, as pessoas são chamadas a interagir mais rapidamente”, revela. “Lembro-me de participar num grupo de discussão que era o SOS SNS e foi aí que conheci o R., que tinha ligação com os precários...”

Tiago fez parte dos primeiros trabalhadores a serem dispensados, logo em janeiro de 2014. Continuou a dar a cara pela luta, mesmo depois de lhe ter sido vedado o acesso às instalações, como aconteceu com todos os outros colegas despedidos. Lamenta que não tenha sido possível “trabalhar com todas as pessoas. Se fossemos os 300 que assinaram o documento inicial neste momento a não aceitar, nós já tínhamos tido um contrato, já tínhamos tido outro tipo de condições”. “Com a pressão do desemprego”, diz Tiago, “as pessoas vão aceitando qualquer coisa”. Aguarda o desfecho do processo na Autoridade para as Condições de Trabalho.

Tiago morava no Montijo, com a esposa. Agora mora em Londres, onde trabalha num hospital. Foi em abril de 2014, depois de todo o processo da Saúde 24 que tomou a difícil decisão de emigrar para Inglaterra. “Sem esperança, verdascado pela crueldade do salário injusto, pelo esforço sem recompensa alguma, pela destruição dos direitos, pelo definhar da possibilidade de sonhar, deixei de ter força para lutar pelo amor não correspondido. Parto não por deixar de amar o meu País, mas porque se me esgotaram as forças para por ele lutar”, escreveu então num texto publicado na net. E acrescentou que partia com “a esperança de ser apenas o balanço para um dia voltar”.

A experiência das greves na Linha Saúde 24

Das redes sociais às comissões informais de trabalhadores

No início do mês de dezembro, a empresa concessionária da Linha Saúde 24 começou a entregar aos trabalhadores uma adenda ao contrato de prestação de serviços que previa uma redução salarial a partir de janeiro de 2014, alterando o valor auferido de 8,75€/hora para 7€/hora, e modificando também as regras remuneratórias das horas de qualidade e do horário noturno, cuja bonificação podia ir de 25% a 100%.

No entanto, um grupo de enfermeiros apercebeu-se da dimensão do corte. A partir de uma tabela feita por um deles – “que é muito bom em contas” – constataram que a redução iria até 50% do salário. Vários trabalhadores começaram então a recusar assinar a adenda e

foi nessa altura que uma das enfermeiras resolve criar um grupo secreto no *Facebook*²²⁵. Para esse grupo, intitulado “Enfermeiros contra os 7 euros à hora”, vai convidando os colegas, que o vão transformando na primeira plataforma de comunicação entre os trabalhadores dos dois *call centers*, de Lisboa e do Porto. A tabela que dá conta do valor real da redução salarial em causa é aí partilhada, faz-se o apelo a que as adendas não sejam assinadas e planeiam-se aí as primeiras ações e os primeiros plenários que viriam a acontecer passados alguns dias.

Foi uma questão de um/dois dias começou logo a ter pessoas do Porto e de Lisboa no grupo, começamos a comunicar, eu comecei logo a escrever, a publicar as minhas ideias e é das pessoas que foram comunicando no grupo mais reivindicativas que nascem as comissões. (Marisa)

A partir daí começaram a recolher também alguma informação, a I. foi à ACT tentar saber o que poderíamos fazer e depois decidimos marcar uma reunião, no grupo do *Facebook*, para tentarmos falar e para discutir o que se haveria de fazer. (Márcia)

Superando a distância territorial que separava os dois *call centers*, a resistência contra os cortes começa por ser organizada no espaço virtual. Para além do grupo secreto, há também troca de mensagens no *chat* entre as “20/30 pessoas mais ativas”, isto é, aquelas que mais postavam. É no *Facebook* que começam a afirmar-se as lideranças do coletivo e é aí também que é identificada a necessidade de reuniões presenciais.

As pessoas mais reivindicativas foram as que começaram logo a escrever mais e a comunicar mais umas com as outras e a ter ideias. Se não existisse *Facebook* e se não existisse a net não se conseguia ter feito uma ligação tão rapidamente Porto-Lisboa e todos os 400 trabalhadores darem ideias e dizerem ‘vamos fazer isto’ e ‘vamos fazer aquilo’. (Marisa)

A primeira reunião presencial acontece em Lisboa, logo no dia 11 de dezembro, numa sala alugada pelos enfermeiros nuns escritórios em Telheiras e conta com cerca de meia centena de trabalhadores que, de acordo com a enfermeira, “não cabiam dentro da sala”. É dessa reunião que sai a decisão de negociar com a empresa o valor/hora. É também nesse primeiro plenário que se elege, em Lisboa, a comissão informal de trabalhadores, composta

²²⁵ Ou seja, um grupo cujos conteúdos podem apenas ser visualizados pelos membros desse grupo, não sendo de acesso público. Os membros são convidados pela pessoa que cria o grupo ou por quem ela definir como podendo fazê-lo.

por quatro elementos. Decide-se, ainda, reforçar os laços com os trabalhadores do Porto, aproveitando o facto de uma das enfermeiras do *call center* lisboeta já ter trabalhado ali, o que lhe permitia ir adicionando os colegas do norte ao grupo do *Facebook* e fazer a ponte com eles. O grupo de enfermeiros reunidos resolve, para além da ação junto da administração da empresa, a quem solicitam uma reunião, entrar em contacto com a associação Precários Inflexíveis (PI), pelo reconhecimento da intervenção pública desta organização no âmbito dos chamados “falsos recibos verdes”. O apoio dos Precários Inflexíveis permitirá, como se verá adiante, diversificar as modalidades de ação e sobretudo desenvolver uma estratégia de “conquista da opinião pública”, mediatizando o problema, tentando ganhar a simpatia dos utentes e projetando o conflito laboral dos enfermeiros com a LCS para fora do espaço da empresa, disputando-o simultaneamente no debate público, no terreno jurídico e no campo político.

Do recurso à ACT à reunião com a administração

A primeira ação pública dos trabalhadores foi a entrega de uma queixa à Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), para que se realizasse uma ação inspetiva que verificasse a legalidade do vínculo estabelecido entre a LCS e os enfermeiros. O reconhecimento da relação laboral tornava-se decisivo, dado que só nesse quadro os enfermeiros poderiam acionar as proteções, algumas modalidades de ação coletiva e o tipo de negociação previsto entre trabalhadores subordinados e entidade empregadora.

Se fossemos verdadeiros recibos verdes não tínhamos por onde pegar, portanto tentamos sempre pegar também pela relação laboral e portanto ficou logo decidido que íamos fazer queixa à ACT (Márcia)

Paralelamente, a administração foi confrontada com uma tomada de posição comum dos trabalhadores, através de um abaixo assinado que contestava o conteúdo da adenda proposta e que sugeria à empresa o início de um processo de negociação sobre o valor pago aos enfermeiros. É na sequência desse documento, subscrito por cerca de 300 trabalhadores, que acontece a primeira reunião com o porta voz da administração²²⁶.

²²⁶ Luís Pedroso Lima será, ao longo do processo, o porta voz público da LCS. Engenheiro de minas, o seu percurso passou pela Administração Regional de Saúde Centro e pelo Governado Civil de Coimbra, depois de ter sido vereador do PSD na Câmara Municipal de Coimbra. Esteve politicamente ligado ao processo de

O contacto com o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) é feito pelo grupo do Porto, dado que um dos seus membros já havia contactado aquela organização no início do processo. Mas a salvaguarda da autonomia na direcção do processo de luta é enfatizada, nomeadamente a propósito dessa reunião. De acordo com uma das enfermeiras:

No dia 17, quando fomos à administração, o SEP também foi, (...) mas ficou patente desde o início que quem iria negociar seríamos nós, até porque ele disse que não nos podia representar mesmo que estivéssemos sindicalizados por causa do vínculo laboral (...). Nessa reunião, sempre quisemos ser nós a negociar, independentemente do apoio do SEP e dos PI, mas isto é uma luta nossa portanto queríamos ser nós a ter uma palavra sobre isto. (Márcia)

A reunião com o administrador não produz os efeitos desejados pelos enfermeiros. Na verdade, a direcção da empresa recusar-se-á, a partir daí, a receber os elementos das Comissões informais de Trabalhadores. Pelo contrário, valorizará o diálogo com o Sindicato.

A administração não aceita reunir connosco, só com o sindicato, que acha bem porque assim evitávamos represálias. Foi quando eu quis criar representantes do sindicato dentro da linha, mas o sindicato não aceitou porque nós éramos recibos verdes. (Marisa)

Na sequência da tentativa de abrir um processo negocial com a empresa, segue-se por parte das comissões uma fase de multiplicação de contactos com entidades exteriores à empresa, em busca de apoio e de mediatização da causa dos enfermeiros. Dois dias depois da reunião com a administração, reúnem com a Direcção Geral de Saúde e tentam implicar a Ordem dos Enfermeiros no conflito laboral em curso. Em ambos os casos, contudo, o entendimento de que o problema era de ordem “interna” à empresa é o que predomina nas instituições contactadas.

A DGS basicamente o que nos disse é que isto era uma questão laboral entre os trabalhadores e a empresa e que não podiam interferir e que a única questão que eles tinham para poder interferir era se a qualidade estivesse em causa, se houvesse por parte da empresa um incumprimento do contrato.

(...) Em relação à secção regional sul da Ordem dos Enfermeiros acabou por haver uma preocupação em relação à situação (...) na altura chegaram a pôr uns

empresarialização dos hospitais e foi vogal do Conselho de Administração dos Hospitais Privados de Portugal, SGPS, SA.

comunicados, mas aquilo lá dentro também anda uma confusão entre eles, o comunicado apareceu e depois desapareceu da página deles... (Márcia)

O insucesso relativo destas reuniões não significou, para os trabalhadores, o abandono da estratégia de visibilização do conflito. A percepção de que era também na opinião pública que podiam ganhar força estava consolidada entre o núcleo dirigente. A greve que é então convocada para o início de janeiro resulta do impasse destas primeiras abordagens. Nesta paralisação, a mediatização e o recurso a formas de resistência que passam por “inundar” a linha de chamadas são duas características importantes.

As duas paralisações e as tensões com o Sindicato

A questão do recurso à greve entre trabalhadores sem contrato não é nova. Na verdade, já em diferentes greves gerais, grupos de trabalhadores a falso recibo verde tinham problematizado o exercício deste direito no caso dos falsos “prestadores de serviços”. Se é um facto que o direito à greve é reconhecido pela Constituição, que a lei o considera “irrenunciável” e que está inclusivamente prevista a possibilidade de ela ser decretada por assembleias de trabalhadores da empresa e não apenas pelos sindicatos, não é menos verdade que um trabalhador cujo vínculo é considerado “independente” está limitado no reconhecimento formal desse direito. No caso dos enfermeiros da Linha Saúde 24, o recurso à “paralisação” – termo recorrente nas entrevistas que realizei – foi ponderado e decidido pelas reuniões informais de trabalhadores, como resposta à situação de inflexibilidade da administração e como protesto contra os colegas “despedidos”, isto é, a quem não foram atribuídos turnos ou, no caso da segunda greve, que receberam cartas de rescisão. Nas palavras de uma trabalhadora:

a 4 de janeiro havia os supostos contratos que terminavam em janeiro, às pessoas que não assinaram foram-lhes retirados os turnos todos, e foi a partir daí que se decidiu essa primeira paralisação como forma de protesto em relação a esses primeiros despedimentos. (Márcia)

A greve foi o grande momento de visibilidade pública do conflito, dada a atenção mediática que lhe foi conferida. Foi a ocasião em que a luta dos enfermeiros trasbordou claramente para o espaço público, obrigando também os responsáveis da LCS a vir responder publicamente à ação dos trabalhadores.

Desde o início do processo, a relação com o Sindicato não foi isenta de tensões. Nas palavras de um dos enfermeiros, essa questão foi mesmo um dos principais “pomos de discórdia” entre as duas comissões informais de trabalhadores. Num primeiro momento, parece faltar um entendimento comum sobre a natureza do vínculo, o que conduzirá à ideia de que, trabalhando aqueles enfermeiros a “recibo verde”, algumas modalidades de luta lhes estão vedadas – a greve, por exemplo, que o sindicato não pode legalmente decretar. Além disso, o Sindicato parece recusar a possibilidade de representação formal destes enfermeiros. Para alguns trabalhadores, trata-se de falta de compreensão por parte daquela organização (“o sindicato ainda hoje não nos reconhece como falsos recibos verdes e tem dificuldade em conseguir perceber”), para outros, existe mesmo um obstáculo legal que justifica essa indisponibilidade (“é um problema da lei, até porque o sindicato esteve sempre ao lado dos trabalhadores”). Contudo, as divergências não se ficam por aqui.

Consultado por um dos trabalhadores, a opinião do advogado do SEP foi desde o início contrária à ideia de que fosse possível ganhar o reconhecimento de um vínculo que estava mascarado pelos recibos verdes. Como refere Aramid, “desde o princípio que disse ‘esta questão dos falsos recibos verdes’ vocês vão perder isto à partida, não vale a pena seguir com isto para a frente”.

Um segundo campo de confronto teve a ver com a relação com a administração. Durante o conflito, esta recusará reunir com as comissões informais de trabalhadores, que são quem conduz o processo de luta, mas receberá por várias vezes o sindicato, com quem tentará negociar diferentes acordos.

(...) [o administrador] disse que iam reunir com o Conselho de Administração e depois nos dariam uma resposta, mais ou menos na altura do Natal. Conosco nunca chegou a reunir, mas reuniu com o SEP e tem vindo sempre a reunir com o SEP. (...) O administrador e o enfermeiro J. [o dirigente sindical destacado para acompanhar o caso] são amigos e conhecem-se há muitos anos, em relação a nós não sei porque é que nunca nos chamaram. (Márcia)

A discórdia entre as comissões surgia aqui. Nos entendíamos que devíamos estar presentes com o sindicato. O Sindicato não convidou as comissões e explicou-nos porquê: podia ser perigoso para os trabalhadores que lá estivessem presentes [...] outra [explicação] era o facto de que a administração se recusou a receber-nos porque não nos reconhecia como comissão. (Aramid)

Para alguns trabalhadores, havia que confiar no Sindicato, já que as quatro reivindicações decididas pelos trabalhadores em plenário – readmissão dos trabalhadores que já tinham sido despedidos e que se recusaram a assinar a adenda; manutenção do valor hora; negociação do processo de avaliação; regularização da relação laboral entre os enfermeiros e a própria empresa – eram aquelas que os representantes sindicais se haviam comprometido a defender perante a administração. Para outros, o Sindicato tinha obrigação de garantir a presença dos próprios trabalhadores nas reuniões, sendo que as relações entre o administrador e um dos dirigentes sindicais eram motivo de desconfiança e da percepção de que o sindicato estava sobretudo a “segurar os trabalhadores” a funcionar como “consultor da empresa” que o utilizava como “escudo” – segundo a expressão de uma das entrevistados. Todos reconhecem que existiam estratégias diferentes entre o Sindicato e as comissões de trabalhadores. O sindicato privilegiava uma lógica de negociação, propondo que as reivindicações se centrassem na negociação de majorações na avaliação, de modo a recuperar por essa via algum do valor por hora perdido. As comissões de trabalhadores – e os plenários de onde elas saíram – insistiam na recusa total da adenda e no reconhecimento do vínculo. É no momento em que decidem a paralisação que as divergências com o Sindicato se acentuam. Como explica uma das enfermeiras:

A Administração foi inflexível, a DGS não fez nada e então decidimos que íamos paralisar a linha. O sindicato foi contra e disse que nós nunca o deveríamos fazer, mas os trabalhadores quiseram e então foram contra a vontade do sindicato e paralisaram. (...) Parámos a linha à revelia do sindicato, o sindicato ficou *passado* com essa situação e disse que nunca mais ficava ao lado dos enfermeiros da saúde 24. Mas essa paralisação teve muita visibilidade, comunicação social no Porto, comunicação social em Lisboa, não se falou noutra coisa nesse dia. E então o sindicato queria visibilidade, já estive no final do dia a falar na televisão. (Marisa)

A primeira paralisação tem uma adesão massiva, cerca de 70%, considerando os dois *call centers*, sendo forte no Porto. É na sequência dessa greve que a empresa reage, dispensando 16 trabalhadores, entre os quais todos os que haviam dirigido a luta, à exceção de um. É também em protesto contra estes despedimentos que acontece então a segunda greve, no dia em que o Parlamento rejeita dois projetos de resolução que incidiam sobre a regularização contratual da situação dos enfermeiros da Linha e sobre a gestão pública do serviço. Mais uma vez, o recurso à greve não mereceu a concordância do sindicato. Para alguns, mereceu mesmo uma oposição ativa. Como referia uma das enfermeiras:

Consta que os enfermeiros vão parar a linha, o que é que o sindicato faz? (...) Começou a ouvir-se falar de paralisação e o sindicato reúne com a administração e sai um comunicado no *site* do sindicato em que se diz que a administração vai manter o valor hora até haver a decisão do tribunal de Contas. Golpe de mestre. Num dia despede-se os 16 trabalhadores, no dia seguinte sai o comunicado a dizer que vão manter o valor/hora. Eu fui ao nosso grupo secreto e escrevi isso: “Golpe de Mestre”. E expliquei tudo ao pessoal: primeiro, despedem 16 trabalhadores, 3 deles da comissão, ou seja, retiram as pedras que têm no sapato. Mas disse ao pessoal: ‘mas não se esqueçam que o Tribunal de Contas supostamente vai ficar resolvido já em fevereiro, por isso não estar a dar mais nada do que aquilo que vocês têm. Por isso, vamos paralisar a linha’. (Marisa)

O argumento para o sindicato se opor à greve tinha a ver com questões formais. Nas palavras de Marisa: “dizem que como nós somos recibos verdes a greve não se aplica a nós, eles não podem decretar a greve. Num hospital eles podem decretar greve, conosco não”. Por outro lado, havia também uma oposição ao recurso à greve pelas eventuais consequências negativas que tal ação poderia desencadear. Nas palavras de um dos enfermeiros:

O sindicato não assume estratégias de luta que possam prejudicar os trabalhadores. E a verdade é que a paralisação trouxe algum prejuízo para alguns trabalhadores - o grupo da Marisa foram despedidos logo após a primeira paralisação. Eu acho que o sindicato estava a salvaguardar a sua posição. Do ponto de vista político-sindical dizer assim: o sindicato defendeu uma estratégia de luta da qual resultaram despedimentos pode trazer prejuízo para aquilo que é a imagem do sindicato. (Aramid)

Estas tensões serão exploradas pela própria direção da empresa, que recusará sempre reunir com as comissões informais de trabalhadores, que são quem conduz o processo de luta, mas receberá por várias vezes o sindicato, com quem tentará negociar diferentes acordos. No esclarecimento publicado nos jornais no final do mês de janeiro, a administração não se limita a não reconhecer a paralisação dos trabalhadores como um ato de greve – considera-o um “boicote à atividade da LCS” – mas estabelece também claramente uma distinção entre sindicato e comissões, quando regista que esse “boicote” foi

promovido pela “comissão *ad hoc* de enfermeiros entretanto criada, à margem da estrutura sindical representativa destes profissionais”²²⁷.

Quando o conflito laboral transborda para o campo político

A passagem do conflito dos enfermeiros com a administração da Linha para o campo político confere-lhe uma visibilidade acrescida. Logo em meados de dezembro, a Comissão informal de Trabalhadores envia uma carta aos grupos parlamentares, onde o problema é apresentado a partir dos possíveis impactos negativos em termos da “qualidade da linha”, salientando por isso não tanto as consequências da decisão para os trabalhadores (redução da remuneração), mas para os utentes (a qualidade do serviço prestado), de modo a que a questão fosse vista para além da sua dimensão estritamente laboral.

O grupo de enfermeiros é recebido pelos grupos parlamentares do BE, PCP e PSD. Na sequência desses encontros, dois desses partidos apresentam projetos de resolução na Assembleia da República. O projeto do PCP continha três recomendações dirigidas ao Governo, para garantir que este

enquanto entidade adjudicatária da Linha Saúde 24, intervenha no sentido de salvaguardar a qualidade do serviço prestado e os direitos dos enfermeiros, através da sua contratação com vínculo efetivo, sem redução de direitos, nem de condições remuneratórias (...), inicie um processo de integração da gestão da linha saúde 24 no Setor Público Administrativo, garantindo a sua conclusão no prazo máximo de um ano, assumindo a transferência da totalidade dos trabalhadores, de acordo com o quadro legal em vigor (...) e no período de transição para o Setor Público Administrativo, os encargos do Estado com a linha saúde 24, garantem apenas os recursos necessários para a prestação do serviço público de saúde e a manutenção dos postos de trabalho.

No caso do Bloco de Esquerda, autor de um outro projeto, propunha-se de modo mais genérico “a regularização da situação contratual dos enfermeiros da Linha Saúde24, com a celebração de contratos de trabalho e a preservação da qualidade do serviço”. Ambos os projetos seriam discutidos e votados no Plenário da Assembleia da República no dia 24

²²⁷ LCS, “Linha Saúde 24 – Esclarecimento”, in Jornal de Notícias, 30 de janeiro de 2014. (consultado a 10 de janeiro de 2015)

de janeiro de 2013, merecendo os votos favoráveis do PS, PCP, BE e Os Verdes e os votos contra do PSD e do CDS, partidos que suportam o Governo em exercício²²⁸.

No debate parlamentar, BE e PCP defenderam as suas propostas, considerando o BE que “um serviço público desta valia, da responsabilidade do Governo, tem de celebrar contratos de trabalho e garantir a estabilidade a quem lá trabalha”. O PCP chama a atenção para o facto de terem sido já “despedidos os trabalhadores que se destacaram nesta luta” ou que, “não estão a aceitar a imposição de redução salarial da empresa, numa tentativa de desvalorização do seu trabalho”. O PS salienta que os “profissionais têm um know-how invejável e não podem nem devem ser tratados como estão a ser tratados por essa empresa privada”, propondo que o “Ministério da Saúde intervenha rapidamente, de forma a que este serviço não seja colocado em causa”.

Pelo seu lado, o PSD, defendeu tratar-se de “*uma questão eminentemente do foro laboral entre a empresa privada e os profissionais que nela prestam serviço*”, manifestando assim discordância relativamente quer ao projeto do PCP, considerado “*uma proposta absurda, dado que a quase totalidade destes enfermeiros — cerca de 95% — já está integrada no SNS noutras funções, seja em hospitais, seja em centros de saúde*”, quer à do BE, “*por preconizar a celebração de contratos de trabalho com os enfermeiros que já exercem atividade no Estado, pois, como se demonstrou, não se deve falar de trabalho dependente, mas, sim, de prestação de serviços de um modo geral*”. O centro da discórdia continua pois a passar pela questão de saber o estatuto destes trabalhadores. A insistência na ideia da “prestação de serviços” é a este título bastante eloquente.

A politização do conflito é percecionada de modo ambivalente pelos trabalhadores, que reconhecem o seu efeito na projeção pública do conflito – “foi útil, sem dúvida, isto consegui-nos dar toda a visibilidade que nós temos neste momento” – mas também o facto de, desta forma, a sua luta laboral se ter transformado numa “questão partidária”, já que, sendo o administrador do PSD, eles estariam a “pagar por tabela”.

O alargamento das alianças e a transformação deste conflito numa “luta exemplar” que extravasa a empresa não passou apenas pelo debate parlamentar. No dia 28 de janeiro é divulgada uma carta, promovida pelos enfermeiros com o apoio dos Precários Inflexíveis, subscrita por 33 personalidades, entre as quais vários sindicalistas (uma dezena do Sindicato

²²⁸ No caso do projeto do PCP, foi requerida a votação por pontos, tendo o PS optado pela abstenção em duas das recomendações.

dos Médicos da Zona Sul), especialistas em Direito do Trabalho (como Jorge Leite), o ex-líder da CGTP e investigador Carvalho da Silva, bem como académicos, artistas (como Pedro Abrunhosa ou António Pedro Vasconcelos) e ativistas dos movimentos contra a precariedade. Nela, considera-se que o despedimento dos enfermeiros da Linha Saúde24 constitui *“um ataque não apenas a estes trabalhadores, mas a toda a cidadania, e uma ameaça à democracia, porque viola o direito à livre expressão e organização”*, acrescentando-se ainda que

a situação que ocorre neste momento na Linha Saúde 24 representa um regresso ao passado, inviabilizando o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde pela vontade de uma administração privada que não respeita os direitos dos enfermeiros, quer enquanto trabalhadores, quer enquanto cidadãos, punindo a sua tentativa de organização e defesa como se essa fosse um crime. É urgente defender a democracia, defendendo para isso as pessoas que trabalham na Linha Saúde 24.

Uns dias depois, os enfermeiros entregam junto da Autoridade para as Condições do Trabalho um conjunto de elementos de prova visando o acionamento da Lei contra a Precariedade. No final de fevereiro, o relatório da ACT daria razão a alguns trabalhadores. De acordo com o próprio Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, numa comunicação oficial ao Parlamento datada de 14 de maio de 2014

da análise dos factos, informação e documentação recolhida pelos serviços da ACT foi possível concluir que os referidos enfermeiros, não obstante terem sido contratados como prestadores de serviços (vulgo “recibos verdes”), desenvolvem a sua atividade em condições que permitem presumir a existência de contratos de trabalho

Ou seja, a ACT teria ativado a Lei Contra a Precariedade (aprovada na sequência da Iniciativa Legislativa Cidadã que decorreu das manifestações da Geração à Rasca), para que o vínculo laboral fosse reconhecido a estes trabalhadores. As Comissões informais de trabalhadores da Linha Saúde 24 proclamaram uma vitória e iniciou-se assim um processo judicial, que ainda decorre, para reconhecimento dos seus direitos.

A greve ainda é uma arma? Considerações para uma sociologia da greve

A greve enquanto experiência

As estatísticas produzidas pelo Gabinete de Estudos do Ministério do Trabalho e do Ministério da Economia (dependendo de quem tem a tutela destas áreas em cada Governo) disponibilizam informação sobre as “Reivindicações por resultado alcançado” das greves realizadas, dividindo-as em três categorias simples e aparentemente objetivas: “recusadas”, “parcialmente aceites”, “ aceites”. Os mesmos dados revelam por exemplo que, em 2012, 86,7% das reivindicações foram recusadas, o que ajudaria a explicar um sentimento muito maioritário, por parte dos trabalhadores grevistas, sobre a ineficácia da sua ação (cf. Costa, Dias e Soeiro, 2014). A informação é sem dúvida útil. Mas uma sociologia da greve deve olhar esses dados com suspeita ou, pelo menos, com insatisfação: a eficácia e os efeitos de uma greve não poderiam nunca ser assim compreendidos a não ser à custa de um extraordinário desperdício da experiência concreta que um acontecimento grevista desencadeia e produz.

Nas entrevistas que realizámos aos enfermeiros da Saúde 24, o balanço sobre a greve em causa, antes mesmo de se conhecer o resultado do processo em tribunal (ou seja, de se poder classificá-la a partir daquela grelha), revelava a complexidade das avaliações feitas por quem se envolveu nesta luta. Experiência de descoberta de si e de propensões rebeldes (“nunca imaginei que fosse estar envolvida numa greve...”), ocasião para a aquisição de conhecimentos concretos sobre os direitos e a lei (“sinto que já tenho um bocadinho mais de conhecimento, já me sinto protegido, isso é um benefício que esta luta me trouxe a mim, pessoal”), momento de transformação das perceções sobre a natureza do trabalho, sobre as organizações ou sobre o funcionamento dos coletivos humanos (“é nestes momentos que aprendemos como é que as pessoas funcionam”), a ocorrência de uma greve não é um fenómeno simples. Pelo contrário, transporta consigo um conjunto de dimensões para além das que usualmente encaixamos na categoria de “económicas” ou “políticas”.

Em contextos em que não existem estruturas fortes de enquadramento, a mobilização dos trabalhadores requer um trabalho especialmente intenso de construção de uma “comunidade de luta” que mobiliza competências que vão muito para além das meras práticas “militantes” ou “sindicais”. Como parece tornar-se claro neste exemplo, o sucesso

da mobilização de um grupo depende em grande medida de um tecido de relações sociais que pré-existem ao momento contestatário e que resultam ora de uma identidade profissional forte (ligada neste caso à profissão de enfermeiro e sobretudo ao trabalho na Linha) ora de relações de amizade e de confiança que são construídas ao longo do tempo e que podem por isso ser ativadas num contexto de conflito (como aquelas que já uniam enfermeiros da Linha no Porto e em Lisboa). Por outro lado, todo o processo de luta comporta muitos outros momentos e exigências para além da “greve em si”: redação de comunicados, pintura de faixas, contactos com imprensa, reuniões institucionais, comunicação nas redes sociais, produção de informação credível sobre o que está em causa (por exemplo, na redução salarial proposta pela adenda). Em qualquer um destes casos, são reclamadas competências extra-militantes e extra-políticas e a sua mobilização, se pode ser um fator de desigualdade no acesso à participação, é também uma oportunidade de inclusão de quem, tendo menos “conhecimentos políticos” (para recorrer a uma expressão dos próprios entrevistados), pode “ser útil” e ter um papel pelas suas capacidades organizativas, artísticas, de comunicação, de produção de conhecimento e de informação, entre outras. Por último, a legitimidade dos porta-vozes do grupo não vem tanto de uma autoridade de origem externa (a pertença a um sindicato, o exercício de funções de representação institucional dos trabalhadores...), mas funda-se antes na proximidade das relações de cumplicidade e na exemplaridade das pessoas em causa²²⁹.

No caso que analisei, não pode ser ignorado o facto de a dependência económica em relação àquele empregador não ser absoluta, dado que, para a esmagadora maioria dos trabalhadores da Saúde 24, o trabalho na Linha era um complemento a um salário auferido noutra parte. Mas para compreender o modo como se desencadeia um processo grevista, é importante atender também à forma como se constrói a identidade profissional, as margens de liberdade e autonomia no trabalho. O investimento no trabalho, que busca encontrar nele recompensas intrínsecas muito para além do rendimento, e que se traduz no mecanismo pelo qual o trabalhador se apropria do seu trabalho e o trabalho se apropria do trabalhador, vinculando-o (“eu sou enfermeiro”, “nós temos esta coisa de cuidar dos outros antes de nos preocuparmos connosco”), é tanto mais forte quando entre as disposições do sujeito e as

²²⁹ Característica que de resto não é exclusiva deste tipo de contextos, e que sempre assumiu muita relevância em contextos operários com identidades “comunitárias” ou de “empresa” fortes. (Cf. Pialoux e Courouge, 2013).

expectativas relativas ao posto ocupado há uma espécie de coincidência existencial (a vocação de cuidar, a dedicação aos pacientes, a vontade de ser útil). Ora é esta “verdade subjetiva” (quantas vezes descrita sob a forma do “vestir a camisola”, “fomos nós que fizemos a linha”) que produz também o desconhecimento da “verdade objetiva” do trabalho enquanto exploração (“até aí nunca ninguém tinha ligado muito ao facto de sermos recibos verdes”...). Nisso, o caso Linha Saúde²⁴ é uma expressão interessante do jogo de espelhos desta “dupla verdade do trabalho” (Bourdieu 1997: 241-244). É no momento em que o despedimento aparece como “técnica de ajustamento comercial e financeiro” que essa “verdade objetiva” se revela para a maioria. É quando as lógicas de divisão e cooptação são acionadas pelas chefias, quando a chantagem se torna argumento, que a “violência estrutural” da relação de dominação fica a nu e gera tanto mais sentimentos de revolta quanto mais distante ela se mostra dessa outra verdade que é a realização subjetiva dos trabalhadores no seu ofício – “é um sentimento de injustiça muito grande, aquilo foi crescendo muito por nosso empenho, é um sentimento muito triste sermos assim completamente descartados de um dia para o outro”.

A pedagogia moral da greve

No caso da Linha Saúde 24, como noutros casos de mobilizações de precários, a forma como se processam os problemas práticos e os dilemas morais que atravessam as decisões de quem participa numa greve são da ordem de uma aprendizagem “protopolítica” e “moral” que, contra os medos sociais (de se ficar mal visto, de romper a lealdade com as chefias da empresa, de fazer alguma coisa ilegal...) e contra as angústias por antecipação (da ineficácia da ação de luta, em relação às vinganças dos chefes, ou outras), torna legítima e aceita a ideia de que se tem o direito à insubordinação. Essa “pedagogia moral da greve” (Collovald e Mathieu, 2009: 192-195) é uma aprendizagem tão importante quanto difícil, porque frequentemente contra-intuitiva em períodos em que a relação de forças é desfavorável, como é o caso que se tem vindo a analisar. O que contrasta, neste exemplo, é a diferença marcada entre uma disposição grevista dos trabalhadores, associada a uma gramática da dignidade, e a atitude do sindicato, que sempre desaconselhou, quando não mesmo se opôs, à utilização deste dispositivo por parte dos enfermeiros em causa, invocando quer a sua “ilegalidade” quer a “prudência” face a possíveis consequências negativas do ato grevista.

Quando, nos piquetes, os enfermeiros em greve se confrontavam com os colegas e insistiam na necessidade da união; quando, nas entrevistas, os enfermeiros repetiam a ideia de que “se estivéssemos aqui os 300 que assinaram seria diferente”, percebe-se que um acontecimento grevista é muito mais rico que o seu resultado imediato. É também – e, porque não, sobretudo – um trabalho de persuasão, de rebatimento de argumentos desmobilizadores ou de antecipação fatalista, um duro trabalho de manutenção das lealdades dentro do grupo, condição crucial do sucesso da mobilização. No caso da Linha Saúde 24, como noutros, a greve é sentida e apresentada por quem a faz como a oportunidade de afirmar a sua dignidade face à prepotência das chefias, de constatar as possibilidades de uma solidariedade coletiva que contraria a experiência do trabalho atomizado e em solidão, de perceber as mil e uma maneiras a que os poderes recorrem para dividir e aliciar os trabalhadores, de adquirir uma forma de orgulho e de estima de si tanto mais intensa quanto a experiência desta greve em concreto foi fortemente mediatizada, difundindo-se como exemplo entre enfermeiros de outros pontos do país e merecendo a solidariedade explícita de alguns dos utentes, que a manifestavam no decurso dos contactos telefónicos com os enfermeiros-atendedores.

Na ponderação de se fazer ou não uma greve, intervém um cálculo racional que os agentes fazem acerca dos custos e benefícios da sua ação, ponderando os seus interesses próprios (Olson, 1998), nomeadamente tendo em conta perdas salariais ou o risco de vingança por parte das chefias. Essa dimensão não está ausente num processo como o que vimos analisando. Como se referiu, aliás, o facto de a maioria dos enfermeiros ter outras fontes de rendimento ajuda certamente a explicar a sua predisposição para formas de luta mais arriscadas (e talvez isto mesmo tenha sido bastante ignorado pelo sindicato). Mas muitas das decisões e do modo como elas são compreendidas pelos sujeitos não decorrem de um mero cálculo racional, do mesmo modo que não são o resultado imediato do *habitus* familiar dos agentes (ainda que, como se viu num dos casos, uma trajetória familiar relacionada com o mundo sindical inculque predisposições visivelmente próximas desse universo). Nestas decisões entram em cena as disposições, as formas de ver e de fazer, os saberes-práticos adquiridos nas diferentes fases da socialização, mas esse *habitus* confronta-se muitas vezes com a greve como um acontecimento perturbador, provocando conflitos e necessidade de adaptação e recontextualização das disposições que o compõem. Frequentemente, as pessoas que participam pela primeira vez numa greve – como aconteceu com muitas das que estiveram envolvidas na experiência da linha Saúde 24 – são

surpreendidas pela revelação da injustiça, da arbitrariedade ou da natureza exploradora das relações laborais em que estão envolvidas, natureza essa que nunca tinha sido exibida dessa forma. Quando ela se revela, como que se inicia um trabalho sobre si, que não raro comporta um questionamento de disposições conformistas e um despertar de disposições rebeldes por vezes desconhecidas, dando origem a uma espécie de “luta sobre si mesmo” ou “dentro” de si mesmo. Nos casos em que não existe propriamente uma “socialização política” ou um “capital militante” prévios (veja-se o exemplo das duas trabalhadoras cujas trajetórias foram retratadas), são frequentemente as disposições “morais”, relacionadas com uma determinada ideia de justiça e de dignidade, que são ativadas.

O processo político da greve

A greve enquanto processo pode durar muito tempo e é difícil neste caso fazer balanços que não sejam provisórios. Mas há alguns pontos que vale a pena retomar.

Começemos pelo que diz respeito ao universo sindical. O que terá levado o sindicato a resistir tanto em relação a um envolvimento mais decidido neste episódio contestatário? A primeira explicação avançada é de ordem jurídica: formalmente, um sindicato não pode representar trabalhadores independentes. Mas esse facto confronta-se com dois outros que parecem pô-lo em causa. O primeiro resulta do facto de o sindicato ter assumido a representação dos interesses destes trabalhadores junto da administração da empresa, em reuniões sucessivas. O segundo facto relaciona-se com a condição efetiva destes trabalhadores: sendo falsos recibos verdes, o seu verdadeiro vínculo – a confirmarem-se as conclusões a que chegou a própria Autoridade para as Condições de Trabalho – seria o de trabalhadores subordinados. Assim, não deixa de causar alguma perplexidade que argumentos formais pudessem ter-se sobreposto, para o sindicato, à consideração da condição real da relação laboral dos enfermeiros em causa.

A segunda explicação relaciona-se com a estratégia político-sindical. Como nos dizia Tiago, o sindicato privilegiou sempre a hipótese da negociação, mesmo que ela só fosse possível na questão da avaliação e das majorações por essa via. Essencialmente, isso dever-se-ia ao facto de que aos sindicatos não convém arriscar terem derrotas, na medida em que elas se viram contra eles, sustentava Aramid: “aos sindicatos interessa ter grandes índices de vitórias. Os sindicatos pegam poucas vezes ainda em processos que possam ser difíceis”. Neste caso, essa estratégia aparentemente mais cautelosa teria como objetivo não sujeitar os

trabalhadores aos riscos de uma derrota que culminasse no seu despedimento. Válido em relação à primeira greve, o argumento é mais difícil de adequar à segunda paralisação, dado que aí já havia mais de uma dezena de trabalhadores despedidos.

Uma terceira possibilidade assenta na própria composição social das estruturas sindicais. “Se olharmos para dentro das organizações sindicais”, interpelava-nos ainda Aramid, “quem é que lá está? Quem são os atores sindicais, os dirigentes sindicais que lá estão, qual foi o percurso profissional dessas pessoas, donde é que eles vieram?”. Na sua opinião, tal como na de Tiago, nos sindicatos existe um trabalho orientado para os problemas da função pública, e os trabalhadores que não se enquadram nesse estatuto, mesmo que trabalhem em hospitais públicos ou serviços públicos como era o da Linha Saúde 24, acabam por ficar num segundo plano: “os sindicatos não têm a mesma capacidade e a mesma ação interventiva no que diz respeito à lei geral do trabalho”, defendia Aramid, em virtude da sua própria composição social.

Uma última hipótese tem a ver com as disputas de hegemonia na condução dos processos. Com a ação concorrente das comissões informais de trabalhadores e dos Precários Inflexíveis, o sindicato ter-se-ia descartado deste processo. “Pusemos o Sindicato a par das situações, mas o sindicato disse que não participava em ações que desconhecia”, relatava-me Márcia. Tiago explica: “houve um contacto com o presidente do Sindicato dos Enfermeiros, que sabia destas iniciativas, e nunca quiseram tomar parte destas ações. Ou eram eles a conduzir o processo, ou então não iam simplesmente fazer um apoio”.

Com as razões apontadas ou não, parece consensual a ideia de que, ao invés de ganhar simpatia entre um sector precarizado em luta, o sindicato saiu do processo com uma imagem essencialmente negativa perante estes trabalhadores. “Não sei quantos enfermeiros concretizaram, mas que quase todos diziam ‘eu vou-me des-sindicalizar, era uma evidência’”, constatava Aramid, porventura um dos trabalhadores mais próximos do universo sindical.

Entre os recursos mobilizados pelos enfermeiros da Saúde 24 encontraram-se, com intensidade, os media e o campo político. Para isso, era necessário construir um discurso sobre o que estava em causa capaz de ganhar aliados. “A nossa estratégia de comunicação sempre foi muito para fora, para ter do nosso lado as pessoas que nós servimos, que são os utentes. Não queríamos em momento algum que isto parecesse um conflito egoísta de que queremos ganhar mais, quisemos sempre que a ideia fosse clara”, explica-nos Tiago. A

mediatização do caso, considerada “eventualmente fugaz”, é claramente identificada como um dos instrumentos que mais força terá dado aos trabalhadores no processo e criado dinâmicas de solidariedade entre outros enfermeiros e entre os utentes da Linha. O peso que o caso ganhou no campo político também resulta da mediatização prévia. Nas várias entrevistas, os enfermeiros referiam a discussão que o caso lançou sobre os recibos verdes como um dos pontos positivos do balanço que faziam do processo que despoletaram.

Um dos principais recursos, aquele no qual neste momento estão depositadas as esperanças de que este possa tornar-se um “caso exemplar”, é a lei. A greve destes enfermeiros é possivelmente o primeiro caso de recurso “massivo” junto da ACT de um conjunto de falsos recibos verdes após ter sido aprovada a Iniciativa Legislativa Cidadã lançada pelos grupos de precários, que prevê justamente um mecanismo de reconhecimento dos contratos de trabalho nestas situações. Num contexto de dificuldades de organização, de distância dos sindicatos e de uma relação desfavorável aos trabalhadores em empresas onde o trabalho precário é norma, o Estado, por via da lei, pode ainda ser um aliado, na exata medida em que incorporou, na sequência de um dos mais amplos processos de mobilização que a sociedade portuguesa conheceu, uma reivindicação que saiu da articulação entre o movimento de precários e a manifestação da *Geração à Rasca*.

Episódio de contestação, uma greve confronta-se muitas vezes com verdadeiras “contra mobilizações patronais” (Collovald e Mathieu, 2009: 196), como aconteceu neste caso, com a ativação de estratégias de decapitação do movimento de contestação na empresa (por via do primeiro despedimento seletivo) e com a mobilização de amplos recursos, nomeadamente canalizados para a publicação de anúncios nos principais jornais diários, com custos de milhares de euros. Processo político feito de batalhas sucessivas e em múltiplas escalas, o sucesso de uma greve depende dos recursos de que pode socorrer-se (materiais e simbólicos), do saber militante de que dispõem os seus protagonistas, da estrutura de oportunidades políticas em que atua, das alianças que estabelece, do modo como consegue servir-se da memória das lutas passadas e só pode ser analisado tendo em conta múltiplas temporalidades – o curto, o médio e o longo prazo (Costa, Dias e Soeiro, 2014).

O caso da Linha Saúde 24 é, a vários títulos, um exemplo expressivo sobre a utilização da arma da greve num contexto de precarização. Nele se condensam algumas das tendências mais representativas do processo de degradação da condição laboral em Portugal, a saber: o recurso do Estado a empresas privadas para assegurarem serviços públicos; a

promiscuidade entre interesses económicas e redes de cumplicidade política e partidária; a extensão da subcontratação e o recurso aos “falsos recibos verdes” como mecanismo de contornar as disposições legais relativas à contratação dos trabalhadores; a precarização mesmo de segmentos altamente qualificados. É um exemplo significativo também pelo facto de, contrariando a probabilidade do consentimento, ter produzido um acontecimento contestatário. É ainda um exemplo pelas características da luta sócio-laboral ali levada a cabo em contexto de austeridade: utilização das novas tecnologias como plataforma de encontro e organização; improvisação de mecanismos informais de representação num contexto de descoletivização das relações de trabalho; tensões com os repertórios sindicais clássicos; desencontro entre as estruturas sindicais e os interesses e formas de ação destes trabalhadores, que se salda num distanciamento crítico destes face àquelas; a externalização do conflito laboral, que passa da empresa para o campo jurídico, político e mediático; a repressão do recurso à greve como sendo um “boicote ilegítimo”.

Um acontecimento como este não serve, certamente, para explorar todas as dimensões que uma sociologia da greve reclama. Mas na análise das emergências que contém, este estudo de caso pode trazer ao debate a riqueza de uma experiência concreta, permitindo pensar as condições de utilização, nos dias de hoje, dessa que se impôs como uma peça central do repertório contemporâneo de ação coletiva – a greve.

VII. Conclusões

Quinze teses sobre as transformações no trabalho e as mobilizações de precários em Portugal

Se a precariedade laboral é um tema sobejamente tratado na sociologia portuguesa, está em grande medida por fazer o estudo das formas de organização dos precários, dos seus espaços de sociabilidade, das suas mobilizações, das suas formas de identificação e expressão, dos seus repertórios de ação coletiva. Com o estudo aqui realizado pretendeu-se dar um contributo para ajudar a preencher essa lacuna.

Nas próximas páginas, recapitulam-se as principais conclusões a que se foi chegando, sistematizam-se argumentos e identificam-se alguns desafios. Recorde-se que o objetivo delineado foi o de traçar um retrato da precariedade em Portugal, mapeando as principais modalidades de trabalho precário existentes no país e propondo uma interpretação sobre o processo de precarização, quer do ponto de vista das suas etapas fundamentais, quer das principais narrativas de legitimação e modos de justificação que têm vindo a sustentá-lo. Feita essa contextualização, pretendeu-se elaborar uma história da formação do precariado na última década e meia, analisando-a enquanto processo de subjetivação política a partir de uma experiência comum.

A especificidade do olhar proposto reside no facto de tomar os trabalhadores precários não como vítimas de um processo de degradação das relações laborais, mas como sujeitos capazes de resistir e de se mobilizarem coletivamente. Para dar conta dessa realidade, gizou-se uma estratégia metodológica que procurou enquadrar teoricamente os debates, clarificar conceitos, articular escalas de observação, lançar mão de métodos diversificados e multiplicar as fontes, os formatos e os suportes da informação.

Analisar a formação do precariado em Portugal conduz-nos a uma reflexão sobre o presente e o futuro do trabalho. Sem ignorar a existência de outros agentes com papel decisivo neste processo, a opção tomada foi fazer uma reflexão sobre os impasses e os desafios da organização dos trabalhadores a partir das margens, isto é, a partir da experiência dos grupos autónomos de trabalhadores precários e do espaço das organizações que eles configuraram, feito de relações de cooperação, competição e conflito quer entre si quer com outros campos. A combinação entre essa abrangência analítica e uma descrição mais densa

para cada um dos estudos de caso selecionados procurou articular, do ponto de vista metodológico, extensividade e intensividade.

Como se disse num capítulo anterior, quando se aborda a problemática da formação do precariado, não gostaria apenas de responder à questão de como se tem constituído este sujeito, mas também contribuir para pensar o que pode vir ele a ser. Ao estudar as características da precariedade na sociedade portuguesa, no plano objetivo e no das subjetividades, procurou-se por em evidencia um conjunto de experiências que, por um lado, estruturam condições de trabalho e, por outro, suscitaram movimentos e formas de ação que oscilaram entre ciclos de indignação ao longo do período estudado. Quer os antecedentes quer os contornos dos estudos de caso que foi possível analisar, mais do que nos oferecerem "conclusões" substantivas e resultados fechados, suscitam um conjunto de perplexidades e abrem caminhos para explicações que podem ser sintetizados sob a forma de um conjunto de "teses", diretamente relacionadas com a evidencia empírica que sustentou esta investigação.

Como terá ficado explícito ao longo das páginas anteriores, a sociologia e o sociólogo não estão fora do mundo social que pretendem interpretar, analisar, compreender, criticar. O esforço de pensar esse mundo para além da sua descrição não é um defeito das ciências sociais, mas exigência e compromisso no seu exercício. O estudo sobre a formação do precariado em Portugal foi, assim, uma investigação sobre uma improbabilidade possível. Não se estranhará pois que, na conclusão da pesquisa, se queira combinar a sistematização das diversas aproximações ao objeto de estudo com a exploração do potencial emancipatório deste processo e com a identificação do que me parecem ser alguns dos principais desafios colocados a uma política do precariado.

Tese 1. A precariedade é a nova regra do mundo do trabalho e a austeridade estende-a a uma dimensão inédita

As relações precárias de trabalho, sem proteção social ou vínculo, não são um fenómeno novo nem marginal na história do capitalismo. Inscrevem-se no âmago da sua lógica de acumulação, na qual o trabalho é uma mercadoria. Mesmo nos períodos de maior regulação e coletivização das relações laborais, vastos sectores, como as mulheres ou os migrantes, mantiveram-se em grande medida à margem do contrato de trabalho e dos direitos

que lhe eram associados. Mas a precariedade que hoje vivemos não é uma mera continuação do passado.

Por um lado, ela acontece depois de um processo amplo de institucionalização das relações sociais, através do qual a voz coletiva dos trabalhadores foi reconhecida e se inscreveram no Estado direitos sociais e mecanismos de salário indireto, como os serviços públicos. A precariedade corresponde à desarticulação das formas de solidariedade e proteção que resultaram desse processo. Por outro lado, se é certo que relações de trabalho destituídas de formalização ou de direitos sempre existiram, nomeadamente na economia informal, o que constitui novidade é o seu reconhecimento jurídico e a inscrição na lei de modalidades precárias de emprego.

Em Portugal, o processo de reconhecimento legal da precariedade começa com a lei dos contratos a termo certo, em 1976. Mas é sobretudo entre 1986 e 1995 que, no quadro da integração europeia e de uma modernização conservadora, a desregulação laboral se acentua. Desde esse período, mesmo quando houve reforço da proteção social (como aconteceu entre 1995 e 2002), a precarização foi sempre crescente. Entre 2002 e 2011, consolidou-se em Portugal uma sociedade precária. A partir de 2011, assistiu-se a uma mudança paradigmática com a política de austeridade.

A crise financeira, iniciada em 2008, foi utilizada como oportunidade para radicalizar a dinâmica de mercantilização de todos os aspetos da vida. Na política económica e na regulação laboral em Portugal, ela invocou um “estado de emergência” ao qual seria preciso acudir por via da compressão da procura e do poder de compra, da descida de salários e da “flexibilização” das relações de trabalho. A austeridade configurou um processo inédito de desvalorização interna e de transferência de riqueza dos trabalhadores para as empresas (mais de 2,5 mil milhões de euros), extravasando o campo laboral e constituindo-se como uma forma de autoritarismo que prefigura um novo regime social.

Tese 2. Os ‘desempregados’ são a maior parte da classe trabalhadora em Portugal

Se somarmos os desempregados, os inativos desencorajados, os trabalhadores com contrato a termo, os isolados a recibo verde, o subemprego visível, os estagiários, os bolseiros e as pessoas enquadradas por “modalidades ocupacionais” precárias financiadas pelo Estado (como os contratos emprego-inserção), chegamos a um número superior a 2,5 milhões de pessoas, para dados de 2014. Numa população ativa de pouco mais de 5 milhões,

os desempregados são hoje a maior parte da classe trabalhadora. A este grupo têm sido subtraídas, nos últimos anos, centenas de milhar de pessoas que emigraram (ao ritmo de mais de 100 mil por ano, desde 2011).

Este processo não é de hoje. Na última década e meia, o emprego precário não cessou de progredir no nosso país. Com um peso muito significativo dos “recibos verdes” (que têm estado acima dos 15% do total do emprego existente) e dos contratos a termo (cuja percentagem ronda os 14%), a precarização em Portugal tem ocorrido nos últimos anos por via de um aumento exponencial do trabalho temporário (que numa década se multiplicou quase por dez) e do tempo parcial involuntário (que, entre 2000 e 2014, quintuplicou). A profusão de modalidades de precariedade assistida pelo Estado adquire uma importância crescente. Bolsas, estágios financiados por programas governamentais e modalidades “ocupacionais” de apoio aos desempregados, configuram um universo que ronda as 150 mil pessoas. Entre os desempregados, que são mais de 700 mil, a maioria está desprotegida (em dezembro de 2014, 57% não tinha acesso a qualquer prestação de desemprego).

Por estarem excluídos da propriedade dos meios de produção, pelo lugar que ocupam na divisão social do trabalho, pela forma do seu salário, pelo montante dos seus rendimentos, os precários, mesmo quando têm qualificações como acontece com segmentos importantes dos jovens, são menos uma classe à parte do que uma nova extensão do proletariado. Tendo uma relação com o trabalho que tem traços próprios, os trabalhadores em condição precária são a parte da classe trabalhadora que está mais exposta às mutações do mundo do trabalho e da sua regulação, ou seja, a que está mais desprotegida e afastada da cidadania salarial que foi construída a partir do contrato de trabalho.

Tese 3. A acentuação da pobreza, a centralidade do Estado e a transgressão legal são os principais traços distintivos do processo de precarização no nosso país

A precarização do trabalho é uma tendência estrutural e um movimento amplo no qual uma agenda semelhante de reformas foi sendo posta em marcha à escala internacional e europeia. Mas Portugal viveu esse fenómeno de modo particular. A condição semiperiférica do país, as tensões entre roturas e continuidades, a conjugação entre múltiplos tempos históricos e sociais, a assimetria do processo de desenvolvimento, as fragilidades estruturais da economia ou o peso da economia informal (que representa cerca de ¼ do PIB) ajudam a compreender essa especificidade.

A centralidade do Estado no processo de precarização em Portugal resulta de quatro razões. Em primeiro lugar, ele é determinante na definição da regulação laboral, tendo procedido ao sucessivo reconhecimento legal das diferentes modalidades precárias de emprego. O Estado é, em segundo lugar, um ator-chave na mediação entre os “parceiros sociais”, através de um sistema tripartido que lhe confere iniciativa. Em terceiro lugar, o Estado é ele próprio o maior empregador de precários, sendo diretamente responsável por cerca de 160 mil empregos em modalidades atípicas (dados relativos a 2013). Por último, o Estado é o responsável pela fiscalização do cumprimento das leis laborais, assegurando a efetividade do Direito do trabalho. Ora, a disseminação da precariedade no nosso país deve-se também, em grande medida, à sua ineficácia fiscalizadora.

A precarização acontece pois na esfera legal, mas também na da jurisprudência, por via da aplicação seletiva das regulações laborais e assenta, sobretudo, em práticas sociais que vão muito para além do disposto legalmente. Ou seja, a precarização é, antes de mais, um fenómeno de transgressão legal de larga escala. O trabalho não declarado, a dissimulação do contrato de trabalho, a descoincidência entre os quadros legais e as práticas realmente existentes e a força do Estado informal são traços estruturantes da precarização em Portugal. O exemplo mais expressivo é o fenómeno dos “falsos recibos verdes”, a mais significativa fraude laboral do país e um dos temas principais da política do precariado a nível nacional.

A precariedade está, por último, associada à reprodução de desigualdades e à acentuação da pobreza. Portugal tem historicamente uma taxa de pobreza assalariada elevada no contexto europeu (cerca de 10%, a mais alta, a seguir à Grécia, à Polónia e à Espanha). Mas são os precários os mais afetados pelo fenómeno. Os trabalhadores a tempo parcial e por conta própria apresentam uma taxa de risco de pobreza próxima dos 30% e os trabalhadores temporários auferem menos $\frac{1}{4}$ de salário por comparação com os seus colegas permanentes.

Tese 4. A legitimação da precariedade opera pela criação de clivagens, pela sedução e pela exploração da ambivalência da relação dos precários com o trabalho

A legitimação do processo de precarização recorre a uma leitura da realidade que visa apresentar as modalidades de emprego precário como uma transformação positiva no mundo laboral. Para isso, são ativados “modos de justificação” com argumentos de ordem

moral capazes de produzir consentimento e são concebidas narrativas que visam adequar os modos de ação dos agentes ao regime económico da precariedade.

Uma dessas narrativas assenta na ideia de que o trabalho precário é uma *fatalidade que liberta*. Explorando os desejos de autonomia e a relação ambivalente que alguns trabalhadores, nomeadamente jovens, têm com o emprego, essa narrativa oscila entre dois argumentos. Por um lado, o fatalismo segundo o qual a regulação precária da relação laboral é uma decorrência necessária de imperativos económicos. Por outro, a apologia dos efeitos libertadores que o trabalho temporário e a rotação entre diferentes experiências profissionais teriam para o desenvolvimento expressivo do indivíduo.

Uma segunda narrativa apresenta a precariedade como uma oportunidade de *emancipação individual*. A retórica do empreendedorismo, que tem penetrado as políticas de emprego, as políticas educativas e de formação e as políticas sociais, é a este título muito ilustrativa. Concebendo o “espírito empreendedor” como um antídoto à “cultura de dependência” que o Estado e as políticas públicas promoveriam, a gramática do empreendedorismo tem sido geradora de uma “ordem semiótica” na qual o autoemprego é entendido como um modo de libertar os indivíduos da rigidez legal e da coerção coletiva no campo laboral. Ao fazê-lo, essa narrativa estabelece uma ligação entre as transformações da vida quotidiana que estão em curso – aumento da reflexividade, desejo de maior autonomia, hipervalorização do indivíduo, apologia da expressividade e da criatividade – e orientações políticas de cariz neoliberal.

Uma terceira narrativa assenta na defesa da precarização como uma modalidade de *reparação da injustiça* face às clivagens internas que atravessam a classe trabalhadora. O discurso sobre a “guerra de gerações”, opondo de um lado os “privilegiados” com contrato e, do outro, os precários apresentados como vítimas dos direitos dos “estáveis”, é um exemplo dessa narrativa. Ela convoca o ressentimento para uma luta moral na qual a igualização por baixo da regulação laboral seria um imperativo de justiça.

Tese 5. A ‘formação do precariado’ extravasa a esfera laboral

A experiência da precariedade caracteriza-se pela insegurança em relação ao emprego, pela exposição ao subemprego e pela ausência de acesso a proteção social. Mas é também fundada numa relação particular com o tempo, marcada pela imprevisibilidade, pela incerteza e pelo colapso do tempo linear nas trajetórias individuais. Também por isso, a

condição de precariedade estrutura um conjunto vasto das experiências da vida quotidiana que extravasam a esfera laboral e se prolongam para outras dimensões relacionadas com a autonomia (nomeadamente habitacional e financeira) e com a capacidade de projetar o futuro.

Assim, a precariedade não é só um regime económico e uma forma de regulação laboral, mas constitui-se como um mecanismo de dominação e controlo social mais global. Também por isso, a formação do precariado enquanto subjetividade que se reconhece numa experiência comum assenta numa multiplicidade de espaços e formas de expressão. A criação de lugares de sociabilidade e de conspiração política (com funções equivalentes às antigas tabernas), a utilização intensiva da esfera pública online como ponto de encontro e de organização (por via de sites, blogues ou redes sociais), a existência de objetos culturais que exprimem uma vivência partilhada (como músicas), a projeção das lutas laborais para fora do espaço da empresa (através de campanhas e redes de solidariedade), a ação no território e em torno de problemáticas variadas (da habitação a formas de mutualidade a partir de baixo) são elementos estruturantes desse processo.

Ao colocar a ênfase na ideia de uma precariedade na vida, algumas das mobilizações de precários ampliam o combate contra a exploração no local de trabalho para todos os dispositivos biopolíticos que reproduzem a condição precária, dentro e fora do espaço de produção.

Tese 6. A experiência da precariedade é heterogénea e fragmenta, mas pode ser também a base de uma ação rebelde

A vivência da precariedade não é homogénea. Varia em função da origem social, da escolarização (que condiciona as ocupações disponíveis), do capital social (que amplia ou reduz as redes de contacto e de suporte), do género (pela divisão sexuada das profissões mas também pela acumulação de jornadas de trabalho), da fase da vida ou da situação familiar (verificou-se, por exemplo, uma alteração da relação com o emprego a partir do momento do nascimento dos filhos). Além disso, a condição precária inclui modalidades de emprego diversas (contrato a termo, recibo verde, trabalho temporário, part-time, estágio, contrato emprego-inserção, bolsa...), graus diferentes de proteção social e identidades profissionais distintas.

Ao acentuar a fragmentação de estatutos e condições, ao estilhaçar identidades produtivas, ao individualizar as relações de trabalho (entre 2008 e 2013, o número de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas em Portugal baixou de 1 894 788 para 242 239), a precarização inibe a ação coletiva e faz recuar a democracia laboral. Todavia, a experiência da precariedade também tem traços comuns a partir dos quais se foram construindo mecanismos de identificação e de solidariedade. Ao mesmo tempo que desfaz formas de proteção e de organização, este processo abre possibilidades de novos conflitos e de refundação de práticas de luta.

Para compreender a emergência de mobilizações de precários é preciso ter em conta os atores associativos, sindicais e políticos presentes no terreno, a existência ou não de organizações coletivas, as trajetórias individuais que dotam os sujeitos de recursos e “competências militantes” e o contexto que explica cada luta em concreto. Mas é preciso atender também à mobilização enquanto *acontecimento*. Muitas das decisões que resultam na participação numa determinada ação decorrem do confronto do sujeito com um *acontecimento perturbador*, ativando disposições já existentes ou provocando um conflito que gera a necessidade de adaptação e recontextualização do seu *habitus* anterior. Como se verificou nos estudos de caso, a revelação da injustiça, da arbitrariedade ou da natureza exploradora das relações laborais despoleta um trabalho sobre si, que não raro comporta um questionamento de disposições conformistas e um despertar de disposições rebeldes por vezes desconhecidas. Nos casos em que não existe um capital militante prévio resultante de uma socialização política anterior, são frequentemente as disposições “morais”, relacionadas com uma determinada ideia de justiça e de dignidade, que são ativadas.

Tese 7. A subjetividade do precariado enquanto ator coletivo é múltipla

Em Portugal como noutros países, a precarização laboral potenciou um processo de subjetivação política do precariado. Nalguns casos, ele estruturou-se a partir de uma identidade assente na identificação de uma experiência da precariedade comum.

Essa experiência pode passar pelo reconhecimento em torno da categoria de precário como bandeira federadora de várias condições e identidades, na qual a vivência da precariedade e a ameaça de uma precarização futura (por exemplo, entre estudantes), são motores de mobilização.

Todavia, a maior parte das mobilizações de precários que se estudaram e das suas organizações partem de categorias mais específicas, que combinam identidades profissionais com vínculos precários. O caso dos professores das AECs, dos enfermeiros a recibo verde, dos intermitentes do espetáculo e do audiovisual, dos arquitetos ou dos investigadores científicos revelam que continua a ser preponderante a identificação em torno de uma determinada qualificação ou de um *ethos* associado ao exercício de uma profissão, que seria degradado pela precariedade (nos discursos dos enfermeiros da Linha Saúde 24, isso parece particularmente evidente). Os fenómenos de ação coletiva de precários em torno dessas identidades não impedem, contudo, a articulação destas iniciativas ou organizações com um espaço mais abrangente de mobilização dos “precários”, entendidos na sua diversidade.

No ciclo de ação coletiva iniciado em 2011, a mobilização dos desemprecários fez-se sob identidades mais amplas que a de ‘precariado’. Em Portugal, a ideia de “gerações à rasca”, num primeiro momento, ou do “Povo” contra a Troika, foram as categorias mais vastas nas quais os trabalhadores precários se incluíram e em cujas mobilizações desempenharam um papel determinante.

Tese 8. As organizações de precários foram uma resposta nova no campo laboral

Ao passo que muitas das estratégias sindicais de combate à precariedade privilegiaram, nas últimas três décadas, a ação solidária dos trabalhadores “estáveis”, as organizações de precários constituíram a expressão de uma agência própria do precariado. Assim, a emergência destas organizações é também uma resposta a impasses e incapacidades por parte do sindicalismo realmente existente. Por exemplo, impasses no desenvolvimento de estratégias sindicais perante a flexibilização e a multiplicação de estatutos contratuais (como os trabalhadores das Empresas de Trabalho Temporário dentro de outras empresas) ou perante a ausência de contratos de trabalho mesmo em situações de trabalho assalariado (como os bolseiros ou os recibos verdes). As organizações de precários procuraram também responder à ausência sindical em setores sem essa tradição, como antigas profissões liberais que sofreram processos de assalariamento (por exemplo, os arquitetos). E foram ainda respostas à indisponibilidade do sindicalismo existente em reconhecer determinadas atividades como trabalho (veja-se o caso do trabalho sexual), ou a priorizar determinados grupos socioprofissionais como alvo de representação e recrutamento (como acontece com as trabalhadoras domésticas).

A agenda das organizações de precários em Portugal tem articulado a luta pelo *reconhecimento* (de segmentos da classe trabalhadora mais invisíveis ou sem acesso a representação coletiva dos seus interesses) com a luta pela *redistribuição* (isto é, pela alteração da estrutura económica que faz da condição precária uma forma de sobre-exploração). Nesse processo, recorre de forma eclética a um repertório de protesto do qual fazem parte os instrumentos mais frequentes na história dos movimentos sociais contemporâneos (petições, manifestações, denúncias, tomadas de posição pública) e a outros que passam pela produção e circulação de informação no espaço público online (vídeos no *youtube*, blogues e páginas nas redes sociais), por iniciativas com carácter assembleário e pela irrupção transgressiva no espaço “público” privado (como os centros comerciais) e no espaço da produção (por exemplo, em *call centers*).

Tese 9. As organizações de precários estruturaram um espaço próprio de cooperação e conflito

O espaço social das organizações de precários em Portugal é constituído por pessoas, mobilizações, organizações e iniciativas concretas e deve ser apreendido na sua dimensão interna – com alianças, disputas e coligações entre grupos – e externa – na relação que estabelece com o campo político, mediático ou sindical. A análise de cada grupo e de cada mobilização restitui a complexidade das relações de conflito e de cooperação entre estas diferentes organizações, através das quais se travam lutas pela definição dos problemas em jogo, pela polarização de processos de mobilização e por recursos necessários para a ação, como o reconhecimento institucional, os efetivos militantes ou o eco mediático.

Na relação com outros campos está também presente a tensão entre cooperação e desejo de autonomia. Do campo político espera-se o reconhecimento do problema e a aceitação das reivindicações mas receia-se a instrumentalização, a cooptação ou a distorção da agenda. Do campo mediático pretende-se a difusão e amplificação das mensagens, mas teme-se uma retranscrição que as adultere. Com o campo sindical ensaia-se uma cooperação capaz de potenciar as lutas e os seus objetivos, mas disputa-se a representação dos trabalhadores, as agendas, estratégias e repertórios de luta.

A análise efetuada demonstra que, em Portugal, os campos político, sindical e dos movimentos sociais, nomeadamente o espaço das organizações de precários, não são universos estanques. Se tivermos em conta que metade dos ativistas entrevistados têm

também algum tipo de relação com sindicatos (seja porque estão filiados ou porque são dirigentes) e que a maior parte já teve alguma participação em partidos políticos ou organizações de juventude, constatamos a multiposicionalidade dos agentes, ou o seu polienvolvimento, facto que aponta para a inexistência de uma descontinuidade absoluta entre os diversos campos. Ao mesmo tempo, estes dados sugerem um certo fechamento destes universos, onde a inserção numa esfera (associativa, política ou sindical) potencia a pertença a outra.

Tese 10. A mobilização continua a estar dependente da acumulação de recursos e a prática militante reproduz desigualdades

A participação continuada em organizações e a auto-mobilização política estabelecem uma correlação com a acumulação de recursos, nomeadamente em termos de qualificações e tempo. As organizações de precários têm uma composição onde se denota um peso decisivo de jovens escolarizados (a maioria com ensino superior) a trabalhar nos serviços. Assim, o conjunto de condições sociolaborais que podem ser incluídas na categoria do “trabalho precário” não têm tido todas a mesma capacidade de mobilização nem a mesma voz no processo de subjetivação política do precariado.

A participação neste universo contestatário requer também um conjunto de “competências”, que, podendo ser adquiridas nas próprias organizações de precários, são frequentemente resultantes de uma socialização política anterior, feita no contexto familiar, no movimento estudantil ou em experiências prévias de ativismo, nomeadamente noutros movimentos sociais ou em partidos políticos. Por isso, alguns dos precários a quem este “capital militante” é estranho podem viver a participação nestes coletivos como uma experiência de desapossamento ou relegação.

Nas práticas concretas de ativismo, produzem-se e reproduzem-se desigualdades. Por um lado, estas organizações não são universos desligados do mundo social em que existem, ou seja, exprime-se nelas o conjunto de desigualdades que atravessam a sociedade (baseadas na classe, género, etnia, orientação sexual, idade, condição física, etc). Por outro lado, as práticas militantes também dão origem a divisões sexuadas das tarefas e à hierarquização com base no domínio de determinadas competências, que têm muitas vezes uma relação com a origem social ou com a escolaridade.

Tese 11. Para medir o impacto da experiência das mobilizações de precários deve ter-se em conta uma multiplicidade de critérios, de tempos e de escalas

A avaliação crítica do sucesso das organizações e mobilizações de precários deve ter critérios inclusivos. Como se analisou nos estudos de caso, para quem participou nestes processos, o balanço sobre a sua experiência aponta para efeitos múltiplos, muito para além de uma concepção estreita de “política” ou de “economia”. Eles passam pela descoberta de si e das suas propensões inconformistas, pela aquisição de conhecimentos concretos sobre os direitos e a lei, pelo alargamento das redes de sociabilidade que se estendem depois a outras esferas, pela transformação das percepções sobre o trabalho, a política e o campo do ativismo, pelo prazer da ação coletiva e da convivialidade que lhe está associada, pelo entusiasmo de sentir que “tudo era possível”, pelo sentimento de desforra face a um abuso concreto ou pela alegria decorrente de deixar de se viver a dominação no registo individual e passar do sofrimento à ação.

Ao mesmo tempo, como se verificou, estas mobilizações deparam-se com limitações fortes. Elas são circunscritas a alguns territórios (sobretudo Lisboa e Porto), a sua inserção social é frágil (incomparável, por exemplo, à do movimento sindical), os sectores que representa são apenas uma parte das condições do precariado, a sua força organizativa assenta em poucos efetivos (veja-se o caso paradigmático do FERVE), a relação de forças é-lhes desfavorável, e tem havido uma dificuldade de perenizar as experiências, inscrevê-las no tempo ou assegurar a sua transmissão. Em contexto de austeridade, factores como o crescimento do desemprego, o aumento da emigração (que desguarnece o ativismo), o aparente esgotamento de determinados modelos de ação (como o *MayDay*) coloca também estas organizações perante dificuldades novas.

O reconhecimento das causas das organizações autónomas de precários foi, apesar de tudo, fazendo caminho e ganhando espaço na agenda mediática e política. A sua ação impôs definitivamente na agenda pública o tema da precariedade e provocou também transformações noutros campos, nomeadamente no sindicalismo. As lutas dos precários obtiveram também conquistas legais em contraciclo, como a lei resultante da Iniciativa Legislativa Cidadã contra a precariedade (responsável, em 2014, pela regularização da situação laboral de dezenas de precários). Se a aceitação de uma dada reivindicação no curto prazo não garante a sua reversibilidade posterior, também uma mobilização que saia derrotada no curto prazo pode deixar raízes que se prolongam noutras experiências. O

protagonismo dos trabalhadores precários no ciclo de ação coletiva que teve lugar entre 2011-2014 é a prova de que a mobilização destes sectores é hoje um factor decisivo para qualquer transformação.

Tese 12. A luta contra a precariedade é, num duplo sentido, uma disputa pelo tempo

Nas lutas dos precários que foram objeto de análise, continua a ser um elemento central a disputa pelo controlo do tempo de trabalho e pela sua remuneração. Com a precarização, a tendência dominante tem sido a crescente colonização do tempo pelas exigências do trabalho assalariado, ampliando-se a quantidade de tempo não remunerado instrumental à condição laboral do indivíduo. A concepção do tempo do estudo e de formação como período de aquisição de competências para o trabalho; o entendimento do tempo de cuidado de si e da preservação da sua saúde como uma oportunidade para garantir as condições da sua empregabilidade; a imposição da ocupação do tempo do desempregado com uma procura enérgica e permanente de empregos que não estão disponíveis, são alguns dos mecanismos que reduzem a remuneração do tempo efetivo de trabalho e que impedem ou deslegitimam a utilização do tempo dos desempregados para outras atividades, nomeadamente expressivas ou políticas. A conquista do tempo materializa-se pois na luta pelo salário, na luta pela autonomia (isto é, pela capacidade de se poder ter algum poder sobre a definição do conteúdo e processo de trabalho) e na luta pelo tempo livre, entendido como um tempo para si e para os outros que não é determinado por critérios de troca mercantil.

A luta contra a precariedade é uma luta pelo tempo também no sentido da conquista da capacidade de projetar o futuro. Na política emancipatória, a evocação do futuro foi demasiadas vezes a evacuação do presente e do quotidiano em nome de “amanhãs que cantam”. Contudo, a ausência de uma referência ao futuro é também o eclipse de qualquer pensamento estratégico. O colapso do tempo linear, a incerteza e a imprevisibilidade do futuro têm tido como contrapartida a expansão ilimitada do presente como uma tirania da qual não poderíamos escapar ou como o único refúgio das energias de libertação. Um projeto de sociedade que queira projetar-se para lá do dia de hoje, precisa do futuro, não como tempo de espera, mas como tempo de uma ação possível. Sem ele, sobra apenas o êxtase do aqui e agora ou a constatação conformista de que o amanhã não pode ser outra coisa que não a repetição permanente do hoje.

Tese 13. Em Portugal, a ‘política do precariado’ tem utilizado o direito como recurso emancipatório e tomado o Estado como interlocutor central

Se tivermos em atenção as reivindicações das organizações de precários em Portugal, constatamos que elas passam essencialmente pelo reconhecimento legal da relação salarial e pela extensão das proteções e dos direitos associados ao contrato de trabalho ao conjunto dos segmentos da classe trabalhadora que, por via das várias modalidades de emprego precário, têm sido privados deles. Ao fazê-lo, a política do precariado toma o Estado como seu principal interlocutor e utiliza o direito como parte dos seus repertórios de luta. O facto do direito de trabalho em Portugal ter tido a sua génese num processo revolucionário e a circunstância de os precários terem uma representação coletiva frágil contribui para explicar a centralidade do Estado na política do precariado. Essa centralidade decorre por isso, também, da debilidade e da dificuldade destes grupos em criarem organização no local de trabalho e no quotidiano das empresas.

Nas mobilizações dos precários, o recurso ao direito é articulado com outras ações complementares (denúncias ao media, aparições no espaço público, táticas mais confrontativas) e assume duas vertentes. Por um lado, pretende-se a ampliação de direitos e o reconhecimento de novas realidades, como acontece relativamente ao trabalho intermitente, ao trabalho doméstico, ao trabalho sexual ou ao trabalho científico. Por outro lado, toma-se a defesa de algumas das leis existentes como uma luta transformadora, na medida em que a precarização se disseminou em Portugal, grandemente, através do hiato profundo entre a lei escrita e a lei efetivamente praticada. O caso dos falsos recibos verdes é ilustrativo a este respeito: a luta pela aplicação da lei que existe implicaria já uma mudança profunda na realidade laboral em Portugal.

A política do precariado não se reduz, contudo, à canalização da ação coletiva para o nicho do Estado. Os espaços de sociabilidade criados pelas organizações de precários incluem também práticas económicas e culturais alternativas, propondo formas de troca não mercantil e mecanismos de solidariedade que são acionados no espaço da comunidade.

Tese 14. O ciclo de protesto iniciado em 2011 configurou uma alteração dos termos da ação coletiva do precariado e deu origem a novos atores, temas e alianças

O ciclo de lutas iniciado em 2011 reconfigurou a ação coletiva do precariado à escala internacional. Também em Portugal, mudaram os sujeitos que protagonizaram as

mobilizações, constituindo-se a juventude precarizada como catalisador de protestos, mas emergindo progressivamente alianças mais vastas que se definiram, primeiro, a partir da condição “à rasca” e, depois, por oposição à *troika*. Nessas coligações multitudinárias convergiram desempregados, funcionários públicos, estudantes e pensionistas.

Neste novo período, as temáticas laborais passaram a estar integradas num discurso mais abrangente, do qual passou a fazer parte o combate à austeridade e ao empobrecimento, a questão da emigração e a crítica ao sistema político e de representação. Em termos de escalas, a ação coletiva evoluiu em dois sentidos: as reivindicações renacionalizaram-se, dada a identificação do Estado-nação como o único espaço permeável à pressão democrática; e emergiu uma comunidade internacional de protesto conectada pelos fluxos da comunicação online.

O ciclo de ação coletiva iniciado em 2011 fez nascer em Portugal uma galáxia anti-austeritária na qual se articularam associações, organizações sindicais e partidárias, coletivos informais e iniciativas cujo foco de intervenção vai desde as questões laborais à luta antirracista, do ecologismo ao feminismo e às questões LGBT, da luta anti-imperialista à habitação e questão urbana, dos direitos dos deficientes aos movimentos pela democracia participativa, justiça económica e desenvolvimento local. Além disso, nasceram plataformas que tiveram uma duração razoavelmente efémera (Plataforma 15 de outubro, plataforma *Que Se Lixe a Troika*), e foram responsáveis pela convocatória das maiores manifestações das últimas décadas, das quais os desempregados constituíram a componente mais significativa. Neste período, emergiram também novas organizações sindicais protagonizadas por sectores do precariado, de que são exemplo o CENA – Sindicato dos Músicos, dos Profissionais do Espetáculo e do Audiovisual ou o STCC - Sindicato dos Trabalhadores dos Call Centers.

Tese 15. A ‘política do precariado’ teve derrotas importantes e confronta-se com quatro desafios estratégicos

Um olhar crítico sobre a formação do precariado na última década e meia dificilmente poderia ficar-se pela celebração hagiográfica do que aconteceu. Com a austeridade, a precariedade radicalizou-se. O ciclo de ação coletiva que assistiu às maiores mobilizações dos últimos quarenta anos em Portugal parece ter-se encerrado sem nenhuma vitória substancial, possivelmente à exceção da lei cidadã contra os recibos verdes. Os desempregados são hoje a maior parte da classe trabalhadora em Portugal. Essa continua a

ser, simultaneamente, a sua fraqueza e a sua força. Se a crítica pressupõe o confronto entre a experiência e a esperança, a identificação de desafios é uma forma de, a partir da reflexão sobre as mobilizações dos precários, procurar enriquecer os debates estratégicos e enunciar alguns critérios de aprofundamento do seu potencial transformador.

O primeiro desafio é o da *articulação entre a multiplicação das exceções e a luta pela alteração das regras*. Esse desafio implica conjugar uma tática pré-figurativa – que passa pela construção de espaços autónomos em relação ao Estado e ao mercado, com uma função pedagógica (mostrar que é possível produzir e viver de outra forma), experimental (ensaiar em pequena escala essa alternativa) e de provisão (prestação auto-organizada de bens e serviços fora da lógica mercantil) – com uma tática reconfigurativa, dirigida à transformação das políticas económicas, do funcionamento democrático do Estado e das suas formas de governo.

O segundo desafio é o da *articulação entre novos e velhos sujeitos, o institucional e o não institucional, o organizado e o não organizado*. A hipótese de uma convergência continuada entre estes sujeitos parece ser a chave para uma transformação profunda na relação de forças atualmente existente. Os últimos anos mostraram exemplos de sucesso (a convergência nas greves gerais ou nas manifestações do Que Se Lixe a Troika) e revelaram também as dificuldades geradas pelas dinâmicas de competição e de demarcação.

O terceiro desafio é o da *combinação das escalas*. O local tem sido a escala privilegiada para a experimentação de formas de ação, de associação, de solidariedade, para práticas económicas alternativas e estratégias de resistência política. Mas essa escala tem limitações fortes, cuja desconsideração pode conduzir à ilusão da autossuficiência e a uma lógica centrípeta. A escala nacional é a da soberania popular e das comunidades políticas que se dotaram de uma esfera pública, de instituições de representação, dos Estados, ou seja, é onde pode ser criada ou aprofundada a democracia política. Mas tem sido esvaziada por estruturas transnacionais (de que são exemplo a União Europeia, o BCE ou o FMI) e pelos processos de acumulação capitalista à escala global. A escala europeia, onde nasceu o *EuroMayDay* e outros processos de articulação continental, confronta-se hoje com uma relação de forças e uma estrutura institucional que tornam difícil antever a possibilidade de alternativas. A nível internacional tem havido articulação de lutas e uma comunidade contestatária composta pelos fluxos de comunicação no espaço online, mas não existe nenhuma institucionalidade à qual dirigir-se ou na qual assentar uma estratégia. O desafio

da combinação das escalas deve por isso maximizar os espaços de liberdade de que pode dispor ao nível local, resgatar os espaços de soberania democrática que permanecem ao nível nacional e inventar os espaços de solidariedade que é preciso construir ao nível internacional.

O quarto desafio é o da *construção de alternativas com alcance estratégico e capazes de vencer*, e não apenas de resistir, ao processo de precarização. Em alguns países, nomeadamente da Europa, o ciclo de lutas iniciado em 2011 deu origem a novas práticas políticas que procuraram articular táticas pré-figurativas e reconfigurativas, novos e velhos atores coletivos e combinar criativamente as escalas local, nacional e europeia. Para isso, a existência de sujeitos políticos capazes de ser intérpretes dessa dinâmica e desse programa parece ser fundamental. Em Portugal, encontra-los ou construí-los é também um desafio maior de uma política do precariado que pretenda fazer o medo mudar de lado.

*

O olhar sociológico problematiza a realidade, coloca problemas, põe hipóteses e avança teses. Cada uma delas apresenta um argumento sociologicamente fundado na produção de um conhecimento que se quis sistemático. Todavia, apesar do modo como estão formuladas, estas teses são conclusões em aberto. O processo de subjetivação política do precariado e a construção de uma alternativa à precarização não tem nenhuma garantia de sucesso. Resta apenas a certeza de que vai confrontar-se com as dificuldades decorrentes da realidade, mas também com a riqueza das possibilidades que ela contém. Nessa tensão, a formação do precariado poderá ser um elemento, entre outros, de reinvenção da emancipação. Como hipóteses de trabalho, as teses aqui apresentadas oferecem-se à polémica democrática, nos antípodas de qualquer presunção dirigente. No debate, a condição igualitária de cada cidadão não reconhece à de sociólogo nenhuma prerrogativa especial.

Bibliografia

- AAVV. (2011). *Occupying Wall Street. The Inside Story of an Action that Changed America*. Chicago: Haymarket
- Abdelnour, S. (2012). *Les Nouveaux Prolétaires*. Paris: Éditions Textuel.
- Abdelnour, S.; Collovald, A.; Mathieu, L.; Péromal, F.; Perrin, E. (2009). Précarité et luttes collectives: renouvellement, refus de la délégation ou décalages d'expériences militantes? *Sociétés Contemporaines* (74), 73-95.
- Abrantes, M. (2012). A Densidade da Sombra. Trabalho doméstico, género e imigração. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 70, 91-110.
- Aglietta, M. (1976). *Régulation et crises du capitalisme*. Paris: Calmann-Levy.
- Abreu, A.; Mendes, H.; Rodrigues, J.; Gusmão, J.; Serra, N.; Teles, N.; Delgado A.; Paes Mamede, R. (2013). *A Crise, a Troika e as Alternativas Urgentes*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Almerya, G. (2014). La primavera árabe en su fase actual. *La Jornada*. <http://www.jornada.unam.mx/2014/08/10/opinion/014a2pol> (10 de Agosto 2014)
- Alter, N. (2006). *Sociologie du monde du travail*. Paris: PUF.
- Alternet. (2012) Global May Manifesto
http://www.alternet.org/newsandviews/article/928183/'global_may_manifesto'%3A_statement_from_international_activists_with_occupy,_other_groups
- Álvarez, K.; Gallego, P.; Gándara, F.; Rivas, Ó. (2011). *Nosotros, los indignados*. Barcelona: Ediciones Destino.
- Alves, G. (2013). O que é o precariado? *Blog da boitempo*. <http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/> website (22 Julho 2013).
- Alves, N. (2008). *Juventudes e Inserção Profissional*. Lisboa: Educa.
- Alves, N. A.; Cantante, F.; Baptista, I.; Carmo, R. M. (2011). *Jovens em Transições Precárias. Trabalho, quotidiano e futuro*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

- Ancelovici, M.; Dupuis-Déri, F. (2014). *Un Printemps Rouge et Noir. Regards croisés sur la grève étudiante de 2012*. Québec: Les Éditions Écosociété.
- Anderson, B. (2006). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- Andrade, C. (2011). *Organização de trabalhadoras/es em contextos de precarização*. Dissertação de mestrado em psicologia. Universidade do Porto.
- Gorz, A. (2003). A pessoa transforma-se numa empresa. Notas sobre trabalho da autoprodução. *Revista Manifesto: A minha política é o trabalho*, 4, 70-75.
- Antunes, M. (2008). *Novos empregos, novos pobres, trabalhadores pobres: uma visão económica*. Colóquio Cooperativismo e Economia Social: olhares cruzados, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/ma>
- Antunes, R. (2005). *O Caracol e a sua Concha. Ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2008). Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. *Revista Critica de Ciências Sociais*. 88, 19-34.
- Antunes, R.; Braga, R (2014). *Jornadas de junho. A revolta popular em debate*. São Paulo: Instituto Caio Prado Júnior.
- Armstrong, P. (2005). *Critique of Entrepreneurship. People and Policy*. New York: Palgrave Macmillan.
- Artous, A. (2006). Libérer le travail ou se libérer du travail. In M. Husson; S. Treillet; L.-M. Barnier; D. Linhart; J. Giron; A. Artous (Eds.), *Travail, critique du travail, émancipation*. Paris: Syllepse.
- Artous, A. (2011). *Pour le droit à l'emploi*. Paris: Syllepse.
- Auerbach, A. J.; Gorodnichenko, Y. (2012). Measuring the Output Responses to Fiscal Policy. *American Economic Journal: Economic Policy*, 4 (2), 1-27.
- Barata, A. (2014). Rendimento Básico Incondicional. In A. Barata (Ed.), *Rendimento Básico Incondicional*. <http://www.andrebarata.com/entry/rendimento-basico-incondicional>. (7 de Maio 2014).
- Bay, H. (2000). *Zonas Autónomas Temporárias*. Lisboa: Frenesi.
- Beaud, S.; Michel Pialoux, M. (1999). *Retour sur la Condition Ouvrière*. Paris: Fayard.
- Beck, U. (2000). *The brave new world of work*. Cambridge: Polity Press.

- Becker, H. (1997). The Epistemology of Qualitative Research. <http://www.sfu.ca/~palys/Becker-EpistemologyOfQualitativeResearch.pdf>
- Benasayag, M. (2008). Conversation avec Miguel Benasayag. In S. L. Laurent Jeanneau (Ed.), *Les Nouveaux Militants*. Paris: Les Petits Matins.
- Bennet, W. L. (2003). New Media Power: the Internet and global activism. In N. Couldry J. Curran (Eds.), *Contesting Media Power*: Rowman and Littlefield.
- Bensaïd, D. (2011). *Le Spectacle, stade ultime du fétichisme de la marchandise. Marx, Marcuse, Debord, Lefebvre, Baudrillard*. Paris: Nouvelles Éditions Lignes.
- Bensaïd, D. (1999). Trabalho e Emancipação. Retrieved from <http://www.danielbensaid.org/> website: <http://www.danielbensaid.org/Trabalho-e-Emancipacao?lang=fr>
- Bensaïd, D. (2004). *Une lente impatience*. Paris: Éditions Stock.
- Bensaïd, D. (2012). Pierre Bourdieu, l'intellectuel et le politique Daniel Bensaïd. *El Correo. Notre Amérique - Réflexions*. <http://www.elcorreo.eu.org/Pierre-Bourdieu-l-intellectuel-et?lang=fr>
- Bensaïd, D. (2013). *Marx, o intempestivo*. Lisboa: Edições Combate.
- Berardi, F. (2005). What does Cognitariat Mean? Work, Desire and Depression. *Cultural Studies Review*, 11(2), 57-63.
- Bérourd, S.; Duteil, C. (2006). La rébellion du précaire. In I. S. Xavier Crettiez (Ed.), *La France Rebelle*. Paris: Éditions Michalon.
- Boheim, R.; Cardoso, A. R. (2007). *Temporary help services employment in Portugal, 1995-2000*. Paper presented at the NBER Conference on Labor Market Intermediation, Department of Economics, Johannes Kepler University Linz, Austria.
- Boltanski, L.; Thévenot, L. (1991). *De la justification. Économies de la Grandeur*. Paris: Gallimard.
- Borges, V. (2014). Reputação, mercado e território: o caso dos arquitetos. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 74, 73-92.
- Boumaza, M.; Pierru, E. (2007). Des mouvements de précaires à l'unification d'une cause. *Sociétés contemporaines* 65, 7-25.
- Bourdieu, P. (1993). *La Misère du monde*. Paris Seuil.
- Bourdieu, P. (1997). *Méditations Pascaliennes*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (1998). *O que falar quer dizer*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, P. (2001). *Contre-feux 2*. Paris: Raisons d'Agir.

- Boutang, Y. M. (2010). *L'abeille et l'économiste*. Paris: Cahiers Nord.
- Boyer, R. (1986). *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte.
- Braga, R. (2003). *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo: Xamã.
- Braga, R. (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- Braga, R. (2014). *A pulsão plebeia - Trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda.
- Bresson, M. (2007). *Sociologue de la Précarité*. Paris: Armand Colin.
- Breton, É. L. (2008). *Domicile-Travail. Les salariés à bout de souffle*. Paris: Les carnets de l'info.
- Briggs, C. L. (1986). *Learning How to Ask. A Sociolinguistic Appraisal of the Role of the Interview in Social Science Research*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bronzini, G.; Ferraro, A.; Graziani, P.; Mezzadra, S.; Tiddi, A.; Zerbini, D. (2002). *Gli Insubordinati*. Roma: Manifestolibri.
- Bruno Monteiro, V. B. P. (2013). *A Política em Estado Vivo*. Lisboa: Edições 70.
- Burawoy, M. (1998). The extended case method. *Sociological Theory*(16).
- Burawoy, M. (2005). For Public Sociology. *American Sociological Review*, 70, 4-28.
- Burawoy, M. (2012). The Roots of Domination: Beyond Bourdieu and Gramsci. *Sociology* 46 (2), 187–206.
- Burawoy, M.; Braga, R. (2009). *Por uma sociologia pública*. São Paulo: Alameda.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of "sex"*. New York.
- Caibi, L. i.; Cottin-Marx, S.; Perrin, E. (2011). *Desobéir à la Précarité*. Le Pré Saint-Gervais: le passager clandestin.
- Caldas, J. C. (2009). A economia moral do recibo verde. In AAVV (Ed.), *2 anos a FERVer. retratos da luta, balanço da precariedade*. Porto: Afrontamento.
- Callinicos, A. (2011). *Critical Refusals*. Paper presented at the Critical Refusals conference, Univeristy of Pennsylvania, Philadelphia.
- Camargo, J. (2014), Não à troika em Portugal. Movimentos e resistências. *Kultur*, n°2, 135-154
- Campos, A. (2011). *O trabalho qualificado escapa à precariedade? Um estudo de caso da profissão científica*. Coimbra: UC

- Campos, A. (2012). *A mão visível, do estado ao trabalho : um estudo sobre o papel do Estado na regulação das relações do trabalho a partir das novas formas de precarização laboral em Portugal*. Tese de mestrado. Universidade do Minho, Braga.
- Campos, A. (2013). Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: Uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica. *Sociologia*, XXV, 11- 32.
- Cardina, M. (2013). Introdução. In A. Portelli (Ed.), *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*. Lisboa: edições unipop.
- Cardina, M. (2014). A filosofia da esperança de Ernst Bloch. In Unipop (Ed.), *Pensamento Crítico Contemporâneo*. Lisboa: Edições 70. 88-100
- Cardoso, G. (2012). Networked life world: four dimensions of the cultures of networked belonging. (*OBS**) *Observatorio journal's special issue "Networked belonging and networks of belonging" - COST ACTION ISO906 "Transforming Audiences, Transforming societies"*, 197-205.
- Cardoso, G.; Caraça, J.; Castells, M.; Haak, B. v. d. (2011). *Aftermath. As culturas económicas da crise em debate*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Cardoso, G.; Castells, M.; Caraça, J. (2012). *Rescaldo e Mudança. As Culturas da Crise Económica*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Cardoso, G.; Lamy, C. (2011). Redes Sociais: Comunicação e Mudança. *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, 2(1), 73-96.
- Carmo, R. M. ; Cantante, F. (2014). Observatório das Desigualdades, ISCTE-IUL, CIES-IUL. (2014). Precariedade, desemprego e proteção social: caminhos para a desigualdade? Lisboa: ISCTE-IUL, CIES-IUL.
- Casaca, S. F. (2005). *Flexibilidade, trabalho e emprego: ensaio de conceptualização*. Lisboa: Socius.
- Casaca, S. F. (2012). *Mudanças Laborais e Relações de Género. Novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra: Almedina.
- Casaca, S. F. (2012). *Trabalho Emocional e Trabalho Estético na Economia dos Serviços*. Coimbra: Edições Almedina.
- Cascais, A. F. (2012). O ativismo e a "queerização" da academia. *LES online*, 4(1), 3-12.
- Castel, R. (1977). *L'ordre psychiatrique*. Paris: Minuit.
- Castel, R. (1981). *La gestion des risques*. Paris: Éditions de Minuit.

- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Castel, R. (2007). Au delà du salariat ou en deçà de l'emploi? L'institutionnalisation du précaire. In S. Paugam (Ed.), *Repenser la solidarité* (pp. 415-433). Paris: PUF.
- Castel, R. (2009). *La Montée des Incertitudes. Travail, protections, statu de l'individu*. Paris: Seuil.
- Castel, R. (2013). Salariat ou revenu d'existence? Lecture critique d'André Gorz. *La vie des idées*.
- Castells, M. (1998). *End of Millenium*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Castells, M. (2012). *Networks of Outrage and Hope. Social Movements in the Internet Age*. Cambridge: Polity Press.
- Cedillo, R. S. (2012). El 15M como insurrección del cuerpomáquina. *Revista Global Brasil*, 15. in <http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=1047>
- Cedillo, R. S. (2013). La militanza dentro la crisi. *Commonware*. <http://vimeo.com/69879930>
- Centeno, M. (2013). *O Trabalho, Uma visão de Mercado*. Lisboa: Relógio D'Água/ Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Cerdeira, M. (2004). *Dinâmicas de Transformação das Relações Laborais em Portugal*. Lisboa: Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.
- Certeau, Michel de (1990). *L'Invention du quotidien*. Paris: Gallimard.
- CGTP-IN. (1989). *A Precariedade do Emprego e os Direitos dos Trabalhadores*. Lisboa: CGTP.
- CGTP-IN. (2012). Programa de Acção Mandato 2012-2016. Lisboa: CGTP- IN.
- Champagne, P. (1984). La manifestation. La production de l'évènement politique. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 52-53.
- Charles Tilly, S. T. (2008). *Politiques(s) du conflit. De la grève á la révolution*. Paris: Presses de Sciences Po.
- Chauvel, L. (2001). Le Retour des Classes Sociales? *Revue de l'OFCE(79)*, 315 - 359.
- Chaves, M. (2010). *Confrontos com o trabalho entre jovens advogados*. Lisboa: ICS.
- Chaves, R. R.; Parente, C. (2011). O empreendedorismo na escola e o paradigma das competências. O caso da Junior Achievement - Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 67, 65-84.

- Choi, H.-L.; Mattoni, A. (2010). The contentious field of precarious work in Italy: political actors, strategies and coalitions. *WorkingUSA: The Journal of Labor and Society*, 13, 213-243.
- CIES/CGTP-IN. 2011. "O Emprego e o Estatuto Social dos Jovens" in http://www.cgtp.pt/images/stories/imagens/2011/12/emprego_estatuto_jovens.pdf [consultado em 20 de Janeiro de 2012]
- Cingolani, P. (2005). *La Précarité*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Cingolani, P. (2012). La société salariale à l'épreuve de l'anomie ou de la pluralité? In R. Castel ; C. Martin (Eds.), *Changements et pensées du changement. Échanges avec Robert Castel*. Paris: La Découverte. 74-89
- Cingolani, P. (2014). *Révolutions Précaires. Essai sur l'avenir de l'émancipation*. Paris: La Découverte.
- Clarke, V.; Peel, E. (2009). From here to queer. Pitfalls and possibilities. *Ex-aequi* (20), 41-53.
- Cleaver, H. (1999). *Computer-linked Social Movements and the Global Threat to Capitalism*. Paper presented at the Computers, Networks and the Prospects for European and World Security, Rovereto (Trento), Italy. <https://webpace.utexas.edu/hcleaver/www/polnet.html>
- Collovald, A.; Mathieu, L. (2009). Mobilisations improbables et apprentissage d'un répertoire syndical. *Politix*, 2(86), 119-143.
- Collovald, A.; Mathieu, L. (2009). La Pédagogie Morale de la Grève. In S. Bérout, C. Duteil; P. Bouffartigue (Eds.), *Quand le Travail se précarise, quelles résistances collectives?*. Paris: La Dispute. 191-204
- Corsani, A.; Lazzarato, M. (2008). *Intermittents et Précaires*. Paris: Éditions Amsterdam.
- Costa, E. S. (2014). *A hegemonia do capital nas atlanticidades telecomunicativas: O trabalho e o social na era da informação*. Tese de doutoramento em sociologia. Universidade de Coimbra.
- Costa, H. A. (2008). *Sindicalismo Global ou Metáfora Adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento.
- Costa, H. A. (2008a). Recensão ao livro "Trabalhadores do Sexo, Uni-vos!". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 213-217.
- Costa, H. A. (2009). "A flexigurança em Portugal: Desafios e dilemas da sua aplicação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, Setembro 2009: 123-144.

- Costa, H. A. (2012). From Europe as a model to Europe as austerity: the impact of the crisis on Portuguese trade unions. *Transfer – European Review of Labour and Research*, 18 (4), 397-410.
- Costa, H. A.; Dias, H.; Soeiro, J. (2014). As greves e a austeridade em Portugal: Olhares, expressões e recomposições. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 113-120.
- Costa, J.; Fazenda, L.; Honório, C.; Louçã, F.; Rosas, F. (2010). *Os Donos de Portugal*. Porto: Afrontamento.
- Crettiez, X.; Sommier, I. (dir). (2006). *La France Rebelle*. Paris: Éditions Michalon.
- Cruz, S. A. (2002). Uma cartografia do trabalho precário: As mulheres (des) alinhadas na precariedade. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 12, 155-183.
- Cruz, S. A. (2003). *Entre a Casa e a Caixa. Retrato de Trabalhadoras na Grande Distribuição*. Porto: Afrontamento.
- Cruz, S. A. (2010). *O Trabalho nos Centros Comerciais*. Porto: Afrontamento.
- Dagnaud, M. *Generation Y. Lês jeunes et lês réseaux sociaux, de la dérision à la subversion*. Paris: Presses de Sciences Po.
- David, R. P. (2015, janeiro de 2015). Na Apuro: precários e intermitentes do espetáculo. *Le Monde Diplomatique - edição portuguesa*, 10-11.
- Deleuze, G. (1990). "Post-scriptum sur les sociétés de contrôle". In G. Deleuze (Ed.), *Pourparlers*. Paris: Éditions de Minuit.
- Demazière, D. (1995). *La sociologie du chômage*. Paris: La Découverte.
- Demazière, D. (2006). *Sociologie des chômeurs*. Paris: La Découverte.
- démobilisation, I. d. (2012). *Thèses sur le concept de grève*. Paris: Lignes.
- DGAEP (2004). Síntese estatística do emprego público 2º trimestre de 2014. <http://www.dgaep.gov.pt/>
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (1998), *Collecting and interpreting qualitative materials*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Dias, H. (2011). *Sindicalismo de Movimento Social? Experiências de renovação da prática sindical num contexto de transição de paradigma produtivo*. Tese de doutoramento em sociologi. Universidade de Coimbra.
- Dibben, P. (2004). Social Movement Unionism. In G. Wood & M. Harcourt (Eds.), *Trade Unions and Democracy*. Manchester: Manchester University Press, 280-392.

- Demazière, D.; Pignoni, M.T. (1998). *Chômeurs: du silence à la révolte*. Paris: Hachette.
- Diogo, F. (2007). *Pobreza, Trabalho, Identidade*. Oeiras: Celta.
- Diogo, F. (2010). Precários voláteis e trajetórias de emprego em carrossel, o caso dos beneficiários do RSI. *Fórum Sociológico*, 20, 29-38.
- Diogo, F. (2012). *Precariedade laboral em situação de pobreza: contributos para uma tipologia*. Paper presented at the VII Congresso Português de Sociologia, Sociedade, Crise e Reconfigurações, Porto. http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0765_ed.pdf
- Dolabela, F. (2003). *Pedagogia Empreendedora*. São paulo: Cultura Editores.
- Donoso-Díaz, S. (2012). El conflicto por la educación pública en Chile del año 2011 y sus proyecciones. *Tensões Mundiais*, 8(14), 149-176.
- Donzelot, J. (2003). *Faire Société. La politique de la ville aux États-Unis et en France*. Paris: Seuil.
- Dores, A. P. (2014). Rendimenti Básico Incondicional (RBI) - contextualização e formas de financiamento. http://www.rendimentobasico.pt/files/9113/9507/6975/Antnio_Dores_-_Financiamento_RBI.pdf
- Dornelas, A. (2010). Emprego contratação colectiva de trabalho e protecção da mobilidade profissional em Portugal. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Segurança Social.
- Drucker, P. (1985). *Innovation and Entrepreneurship*. London: Pen Books.
- Duarte, A. M. (2008). Trabalho, Flexibilidade e Precariedade no Contexto Europeu: Precisões Analíticas e Evidências Empíricas. *Cadernos de Ciências Sociais* (25/26), 7-54.
- Duarte, A. M. (2013). Precarização e riscos para a dignidade no trabalho. In A. M. Brandão & A. P. Marques (Eds.), *Jovens, Trabalho e Cidadania: Que sentido(s)?*. Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais - Universidade do Minho, 48-69.
- Durand, C. (2009). *Le capitalisme est-il indépassable?* Paris: Textuel.
- Estanque, E. (1997). Dilemas na observação participante: notas sobre uma experiência na linha de montagem. *Oficinas do CES* /95. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/95.pdf>
- Estanque, E. (2005). Classes, precariedade e ressentimento: mudanças no mundo laboral e novas desigualdades sociais. *Oficina do CES*, nº 238.
- Estanque, E. (2009). Precariedade, Sindicalismo e Ação Coletiva. In AAVV (Ed.), *2 anos a FERVer. retratos da luta, balanço da precariedade*. Porto: Afrontamento.

- Estanque, E. (2012). Precariedade, sindicalismo e ação coletiva. *Configurações*, 9, 81-103.
- Estanque, E. (2014). Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011- 2013). *Revista Crítica de Ciências Sociais*(103), 53-80.
- Estanque, E.; Costa, H. A. (2011). *O sindicalismo português e a nova questão social – crise ou renovação?* Coimbra: Almedina.
- Estanque, E.; Costa, H. A. (2012). Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais. In G. Alves ; E. Estanque (Eds.), *Trabalho, juventude e precariedade: Brasil e Portugal* Bauru/São Paulo: Projeto Editorial Praxis, 33-63.
- Estanque, E., Costa, H. A., & Soeiro, J. (2013). The New Global Cycle of Protest and the Portuguese Case. *Journal of Social Science Education*, 12(1), 31-40.
- Estanque, E.; Costa, H. A.; Soeiro, J. (2013). *Journal of Social Science Education*, 12(1).
- Estanque, E.; Ferreira, A. C. (2002). Transformações no mundo laboral e novos desafios do sindicalismo português. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62.
- Eurofound. (2006). Temporary agency work in an enlarged European Union: Eurofound.
- Europa, EU (2006). Livro Verde. Modernizar o direito do trabalho para enfrentar os desafios do século XXI. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Ferreira, A. C. (2001). Para uma concepção decente e democrática do trabalho e dos seus direitos. In B. d. S. Santos (Ed.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto: Afrontamento.
- Ferreira, A. C. (2005). *Trabalho Procura Justiça: os tribunais de trabalho na sociedade portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Ferreira, A. C. (2006). *Impacto da Negociação Colectiva na Regulamentação do Mercado de Trabalho*. Lisboa: Cogitum.
- Ferreira, A. C. (2009). Da sociedade precária à sociedade digna: balanço da evolução social em Portugal 2003-2008. Coimbra: CES.
- Ferreira, A. C.; Costa, H. A. (1998/1999). Para uma sociologia das relações laborais em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 141-171.
- Ferreira, V. (2010). A igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias. Lisboa: CITE.
- Ferry, J.-M. (1996). *L'allocation universelle, pour un revenu de citoyenneté*. Paris: Cerf.
- Fillieule, O. (1997). *Stratégies de la rue. Les manifestations en France*. Paris: Presses de Sciences Po.

- Fillieule, O. (2009). Travail militant, action collective et rapports de genre. In O. Fillieule & P. Roux (Eds.), *Le sexe du militantisme*. Paris: Presses de Sciences Po, 23-72.
- Fillion, L. J. (1999). Empreendedorismo: empreendedores e proprietários gerentes de pequenos negócios. *RAUSP*, 2, 5-28.
- Fonseca, D. (2010). Sindicalismo de Movimento Social em Portugal: Contributos da relação entre a CGTP e os Movimentos Sociais de Precários para a renovação do Sindicalismo Português. *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC*.(4).
- Foti, A. (2010). Mayday had become like a funeral - interview with Alex Foti. In M. Malone (Ed.). Dublin: Irish Anarchist Review.
- Foti, A. (2012). Alex Foti interviewed about organizing the European precariat.
- Foucault, M. (1994). *Dits et Écrits*. Paris: Gallimard.
- FNAJ. (2012). Bolsa de Emprego Jovem. Federação Nacional das Associações Juvenis http://www.fnaj.pt/images/stories/dossieremprego_jovem.pdf
- Fraser, N. (2013). Triple Movimiento? Entender la política de la crisis a la luz de Polanyi. *New Left Review* (81), 125-139.
- Frédérique Matonti, F. P. (2004). Le capital militant. Essai de définition. *Actes de la recherche en sciences sociales* (155), 5-11.
- Freire, J. (2009). *Trabalho e Relações Laborais*. Lisboa: ICS.
- Futuro, J. S. (2011). *Juventu sin Futuro*. Barcelona: Icaria.
- Galland, O. (2001). Portrait sociologique de la jeunesse française. In INJEP (Ed.), *Les jeunes de 1950 à 2000*. Paris: INJEP.
- Gelvin, J. L. (2012). *The Arab Uprisings. What everyone needs to know*. New York: Oxford University Press.
- GEM Portugal (2010). *Estudo sobre o Empreendedorismo: Spi Ventures*. Fundação Luso-Americana. [http:// www.gemconsortium.org/docs/download/2271](http://www.gemconsortium.org/docs/download/2271) (10 de Fevereiro de 2015)
- Glaymann, D. (2007). *L'Intérim*. Paris: La Découverte.
- Gonçalves, C. M., Quintão, C., Parente, C., Dias, I., Veloso, L., Santos, M., & Cruz, S. A. (2009). *Licenciados, Precariedade e Família*. Porto: Estratégias Criativas.
- Gorz, A. (1980). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gorz, A. (1980). *Adieux au prolétariat. Au-delà du socialisme*. Paris: Galilée.

- Gorz, A. (1997). *Misères du present, richesse du possible*. Paris: Galilée.
- Gorz, A. (2007). *Écologica*. Paris: Galilée.
- Graebar, D. (2012). Occupy Wall Street's Anarchist Roots. In J. Byrne (Ed.), *The Occupy Handbook*. Nova Iorque: Back Bay Books, 141-149.
- Gramsci, A. (2003 [1978]). *Selections form the Prison Notebook*. New York: International Publishers.
- Groux, G.; Pernot, J.-M. (2008). *La grève*. Paris: Presses de Sciences-Po.
- Guerreiro, M. D.; Abrantes, P. (2007). *Transições Incertas. Os jovens Perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: CITE.
- Hardt, M.; Negri, A. (2004). *Império*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Hardt, M.; Negri, A. (2005). *Multidão. Guerra e democracia na Era do Império*. Porto: Campo das Letras.
- Harvey, D. (2012). As Cidades Rebeldes de David Harvey. *Outras Palavras*.
<http://outraspalavras.net/posts/as-cidades-rebeldes-de-david-harvey/>
- Harvey, D. (2013). Preoccupying: David Harvey. *The Occupied Times of London*, 22, 14-15.
- Hessel, S. (2011). *Indignai-vos!* Carnaxide: Objectiva.
- Hine, C. (2000). *Virtual Ethnography*. London: Sage.
- Hmed, C. (2009). Espace géographique et mouvements sociaux. In O. Fillieule ; L. Mathieu C. Péchu (Eds.), *Dictionnaire des mouvements sociaux*. Paris: Presses de Sciences, 220-226.
- Hobsbawm, E. (1983). *Rebeldes Primitivos. Estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Holloway, J. (2003). *Changing the World without Taking Power*. New York: Pluto Press.
- Hughes, N. (2011). ‘Young People Took to the Streets and all of a Sudden all of the Political Parties Got Old’: The 15M Movement in Spain. *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 10(4), 407-413.
- IEFP. (2011). *Análise dos Principais Indicadores do Sector do Trabalho Temporário – ano 2010*. Lisboa: IEFP.
- IEFP. (2012). *Análise do Sector do Trabalho Temporário. 1º semestre de 2011*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Avaliação, IEFP, IP.
- ILO. (2009). *The Financial and Economic Crisis: A Decent Work Response*. Genebra: International Institute for Labour Studies.

- ILO. (2009). *The Financial and Economic Crisis: A Decent Work Response*. Geneva: International Institute for Labour Studies.
- Invisível, C. (2010). *A Insurreição que vem*. Lisboa: Edições Antipáticas.
- Ion, J. (1997). *La fin des militants?* Paris: Éditions de l'Atelier.
- Ion, J. (2001). *L'engagement au pluriel* (J. Ion Ed.). Sainte-Étienne: Publications de l'Université de Sainte-Étienne.
- Jappe, A. (2005). Quelques bonnes raisons de se libérer du travail Retrieved from L'idée libertaire website: <http://libertaire.free.fr/Selibererdutravail.html>
- Jessop, B. (2010). Análise Semiótica Crítica e Economia Política Cultural. *Liin em Revista*, 6(2), 197-213.
- Jessp, B. (2010). Análise Semiótica Crítica e Economia Política Cultural. *Liin em Revista*, 6(2), 197-213.
- Junqueira, L.; Delicado, A.; Rego, R.; Conceição, C. P. (2014). Participação associativa dos investigadores científicos em Portugal. *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXVII, 67-88.
- Khosrokhavar, F. (2012). *The new Arab revolutions that shook the world*. Boulder: Paradigm Publishers.
- Klein, N. (2004). Reclaiming the Commons. In T. Mertes (Ed.), *A movement of Movements. Is another world really possible?* Londres: Verso.
- Kouvelakis, S. (2007). *La France en révolte. Luttés sociales et cycles politiques*. Paris: Textuel.
- Kovács, I. (2002). *As Metamorfoses do Emprego*. Oeiras: Celta.
- Kovács, I. (2005). *Flexibilidade de Emprego: riscos e oportunidades* (I. Kovács Ed.). Oeiras: Celta.
- Kovács, I.; Castllo, J. J. (1998). *Novos Modelos de Produção. Trabalho e Pessoas*. Oeiras: Celta.
- Kovács, I.; Lopes, M. C. (2012). A juventude e o emprego: entre a flexibilidade e a precariedade. In S. F. Casaca (Ed.), *Mudanças laborais e relações de género: novos vetores de (des)igualdade*. Coimbra: Almedina.
- Lahire, B. (2005). Patrimónios individuais de disposições. Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas* 49, 11-42.
- Lefèbvre, H. (2000). *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos.
- Lehndorff, S. (ed.) (2012). A triumph of failed ideas: European models of capitalism in the crisis, Brussels, ETUI, 243-281

- Leite, J. (1990). *Direito do Trabalho na crise. Temas de Direito do Trabalho.*
- Leite, J.; Costa, H. A.; Silva, M. C. d.; Almeida, J. R. d. (2014). Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho. In O. s. C. e. Alternativas (Ed.), *A economia política do retrocesso: crise, causas e objetivos.* Coimbra: Almedina/CES, 127-188.
- Lima, M. d. P. C. (2014). *A reconfiguração neoliberal do regime de emprego e de relações laborais, no período de intervenção da Troika.* Paper presented at the A transferência de rendimentos do trabalho para o capital, Lisboa.
http://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/Transferencia_trabalho_capital_19junho_MPazCL.pdf
- Lima, M. da P. C.; Artiles, A. M. (2014), Descontentamento na Europa em tempos de austeridade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103.
- Lopes, A. (2006). *Trabalhadores do sexo uni-vos! Organização laboral na indústria do sexo.* Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Lopes, F. (2008). Precariedade: Unidade dos trabalhadores, organização e acção sindical. *O Militante*, 294. <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/294/Trabalhadores/221/Precariedade-Unidade-dos-trabalhadores-organizacao-e-accao-sindical.htm>
- Lopes, J. T. (2000). *A Cidade e a Cultura.* Porto: Afrontamento.
- Louçã, F. (1994). *A Maldição de Midas.* Lisboa: Cotovia.
- Louçã, J. C. (2014). *Call Centers. Trabalho, domesticação, resistências.* Porto: Deriva.
- Mc Donald Corporation (2013). Annual Report. USA: McDonald's Corporation.
- Machado, F. L.; Costa, A. F. d.; Mauritti, R.; Martins, S. d. C.; Casanova, J. L.; Almeida, J. F. (2003). Classes sociais e estudantes universitários: Origens, oportunidades e orientações. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 66, 45-80.
- Machado Pais, J. (1998). *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa.* Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Machado Pais, J. (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates.* Porto: Âmbar.
- Machado Pais, J. (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro.* Porto: Âmbar.
- Machado Pais, J. (2012). A esperança em gerações de futuro sombrio. *Estudos Avançados*, 26 (75), 267-280.
- Manifesto Geração à Rasca (2011). https://geracaoenrascada.wordpress.com/manifesto/portugues/Reestruturar_a_dividua_insustentavel_e_promover_o_crescimento_recusando_a_austeridade *jornal O Público.*

- <http://www.publico.pt/economia/noticia/lista-dos-74-estrangeiros-que-apoiam-a-reestruturacao-1628991> (19 de Março de 2014).
- Marques, A. P. (2006). *Entre o Diploma e o Emprego. A Inserção Profissional de Jovens Engenheiros*. Porto: Afrontamento.
- Marques, A. P. (2009). Novas legitimidades de segmentação do mercado de trabalho de jovens diplomados. *Revista Portuguesa de Educação*, 22, 88-115.
- Marshall, T. H. (2009). Citizenship and Social Class. In J. M. e. M. Sauder (Ed.), *Inequality and Society*. Nova Iorque: WW Norton and Co. 149-154.
- Martins, R.; Matos, A. B. (2014). "Governo suspende candidaturas aos estágios para jovens até à entrada em vigor de novas regras". *Público*. <http://www.publico.pt/economia/noticia/governo-suspende-candidaturas-aos-estagios-ate-a-entrada-em-vigor-das-novas-regras-1661263> (2 de Julho de 2014).
- Maseli, I. (2007). Flexicurity Pathways – Turning huldles into stepping stones.
- Mathieu, L. (2004). *Comment lutter? Sociologie et mouvements sociaux*. Paris: Textuel.
- Mathieu, L. (2007). Ce que la précarité fait aux mobilisations. In M. Boumaza; P. Hamman (Eds.), *Sociologie des mouvements de précaires. Espaces mobilisés et répertoires d'action*. Paris: L'Hartmann.
- Mathieu, L. (2012). *L'Espace des Mouvements Sociaux*. Broissieux: éditions du croquant.
- Matos, J. N. (2011). O reino da empregabilidade: capital humano e empresas de trabalho temporário. *Passa-palavra*. <http://passapalavra.info/2011/07/42637>
- Matos, J. N. (2013). *O Operário em construção. Das relações humanas ao trabalho temporário*. Tese de doutoramento em sociologia. Universidade de Lisboa.
- Matos, J. N. (2014). Trabalho e autonomia em André Gorz. In Unipop (Ed.), *Pensamento Crítico Contemporâneo*. Lisboa: Edições 70.
- Mauricio Lazzarato, A. C. (2008). *Intermittents et Précaires*. Paris: Amsterdam.
- Méda, D. (1999). *O Trabalho. um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século.
- Mendes, J. M. (2003). Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. *Oficinas do CES*, 194. <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/index.php?id=2720>
- Menger, P. M. (2002). *Portrait de l'artiste en travailleur*. Paris: Seuil/ République des Idées.
- Merrill, R. (2013). Rendimento básico: incondicional? *Le Monde Diplomatique, ed. portuguesa, abril de 2013*, 10-12.

- Monedero, J. C. (2011). La Marsellesa en la Puerta del Sol. In C. Taibo; J. M. Antentas; E. Vivas; J. P. Mateo; A. Domènech; I. G. Chueca; J. C. Monedero (Eds.), *La rebelión de los indignados*. Madrid: Editorial Popular.
- Monedero, J. C. (2012). *El gobierno de las palabras. Política para tiempos de confusión*. Caracas: CIM.
- Monteiro, B. (2011). O sistema nervoso: efeitos da precarização no operariado do Vale do Sousa. In J. N. Matos; N. Domingos; R. Kumar (Eds.), *Precários em Portugal*. Lisboa: Le Monde Diplomatique e Edições 70.
- Monteiro, B. (2014). *Frágil como o Mundo. Etnografia do Quotidiano operário*. Porto: Afrontamento.
- Moreira, H. M. (2009). *Mobilidade e Empreendedorismo no Ensino Superior: o caso das Ciências Sociais*. Dissertação de mestrado em sociologia. Universidade do Minho.
- Moreira, R. (2011). *Trabalhadores Temporários, Desigualdade Salarial e Baixos Salários*. Dissertação de mestrado em sociologia. Universidade Técnica de Lisboa.
- Mtahieu, L. (2012). Action Collective. In A. Bevort, A. Jobert; M. Lallement; A. Mias (Eds.), *Dictionnaire du travail*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Murteira, C. (2011). *As Reformas das Pensões entre Pressões Políticas e Constrangimentos Financeiros*. Paper presented at the “Novas Vestes da União Europeia?”, Lisboa.
- Negri, A. (1978). *La Classe ouvrière contre l'État*. Paris: Galilée.
- Negri, A. (1978). *La classe ouvrière contre l'État*. Paris: Galilée.
- Neves, J. (2014). Antonio Negri, genealogia e possibilidades do comum. In Unipop (Ed.), *Pensamento Crítico Contemporâneo*. Lisboa: Edições 70.
- Neveux, O. (2013). *Politiques du Spectateur*. Paris: La Découverte.
- Nikita, M.; Schaffauser, T. (2007). *Fières d'Être Putes*. Paris: L'Altiplano.
- Nunes, A.; Cabrita, D.; Martins, E.; Rocha, F. C.; Cartaxo, J. E.; Barreto, K.; Ranita, V. (2011). *Contributos para a história do movimento operário e sindical. Das raízes até 1977*. Lisboa: CGTP e IBJC.
- Nunes, N. (2013). *Desigualdades sociais e práticas de ação coletiva na Europa*. Lisboa: Mundos Sociais.
- OCDE. (2011). Main Science and Technology Indicators (Vol. 2): OCDE Publishing.
- OECD. (2009). Is informal normal? Towards more and better jobs in developing countries: OECD Publishing.

- OECD. (2014). *Society at a Glance 2014: OECD Social Indicators*: OECD Publishing. http://dx.doi.org/10.1787/soc_glance-2014-en.
- Offe, C. (2009). Basic Income and the Labor Contract. *Analyse & Kritik*, 1, 49-79.
- Oliveira, A. (2004). *As Vendedoras de Ilusões. Estudo Sobre Prostituição, Alterne e Striptease*. Porto: Editorial Notícias.
- Oliveira, A. (2011). *Andar na Vida: Prostituição de Rua e Reacção Social*. Coimbra: Almedina.
- Oliveira, A.; Silva, M. C.; Bessa, F.; Shouten, J.; Lopes, A.; Sacramento, O. (2007). Por uma nova política para o trabalho sexual. *Público*. <http://www.publico.pt/opiniaio/jornal/por-uma-nova-politica-para-o-trabalho-sexual-180098> (15 de Março de 2007).
- Oliveira, L.; Carvalho, H.; Veloso, L. (2011). Impacte do nível de escolarização na empregabilidade juvenil : Portugal no contexto europeu. Lisboa: CIES- IUL.
- Oliveira, L.; Carvalho, H.; Veloso, L. (2011). Formas Atípicas de Emprego juvenil na União Europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 66, 27-48.
- Olivier, F.; Sommier, I. (dirs.). (2010). *Penser les mouvements sociaux*. Paris: La Découverte.
- Ortí, A. (1994). La confrontacion de modelos y niveles epistemológicos en la gènesis e história de la investigacion social. In J. M. Delgado; J. Gutierrez (Eds.), *Métodos y técnicas cualitativas de investigación em ciencias sociales*. Madrid: Ediciones Sintesis.
- Pacheco, L. (2012). *Jornalismo/ Jornalistas: jovens profissionais de um ofício em mutação*. Dissertação mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Comunicação. ISCTE-IUL.
- Paes Mamede, R. ; Rodrigues, J.; Teles, N; Cabral, R. (2013). *Portugal no Contexto Europeu*. http://home.iscte-iul.pt/~rpme/Documentos/RPM_al_2013_EcFuturo.pdf (16 Fevereiro 2013).
- Parente, C.; Sousa, F.; Passos, S. *Empreendedorismo social em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Parijs, P. V. (1995). *Real Freedom for All: What (if Anything) Can Justify Capitalism?* Oxford: Oxford University Press.
- Parijs, P. V.; Vanderborght, Y. (2012). Basic Income in a Globalized Economy. In B. Reynolds; S. Healy (Eds.), *Does the European Social Model Have a Future? Challenges and Responses 70 years after the Beveridge Report*. Dublin: Social Justice Ireland. 31-60.
- Paugam, S. (2003). *A Desqualificação Social: Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.

- Pedroso, P. (2013). O RSI é um estímulo à preguiça? In J. Soeiro; M. Cardina; N. Serra (Eds.), *Não acredite em tudo o que pensa*. Lisboa: Tinta-da-China. 167-176.
- Pereira, C. A. (2015). Afinal, qual é a empregabilidade dos estágios do IIEFP? *Jornal de Negócios*. http://www.jornaldenegocios.pt/economia/emprego/mercado_de_trabalho/detalhe/afinal_qual_e_a_empregabilidade_dos_estagios_do_iefp.html (21 de Janeiro de 2015).
- Pereira, S. (2008). Trabalhadores imigrantes de origem africana: precariedade laboral e estratégias de mobilidade geográfica. *Revista Migrações*, 7, (2) 47-71.
- Pereira, S. (2011). Imigrantes e Precariedade Laboral: O caso dos trabalhadores de origem africana. In J. N. Matos, N. Domingues, & R. Kumar (Eds.), *Precários em Portugal: entre a fábrica e o "call center"*. Lisboa: Le Monde Diplomatique e Edições 70.63-74
- Perrin, E. (2004). *Chômeurs et précaires au coeur de la question sociale*. Paris: La Dispute.
- Perrin, E. (2007). Nouvelles Formes d'expression des conflits du travail dans les luttes de précaires. *Revue multidisciplinaire sur l'emploi, le syndicalisme et le travail (REMEST)*, 2(2), 48-64.
- Pickerill, J.; Krinsky, J. (2012). Why Does Occupy Matter? *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 11(3-4), 278-287.
- Pierre Dardot, C. L. (2009). *La Nouvelle Raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte.
- Pimpão, A. (2011). *A Formação Superior em Empreendedorismo em Portugal: mapeamento e análise comparativa*. Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos. ISCTE - IUL.
- Pinto, J. M (2001), *Ciências e progresso: convicções de um sociólogo*. In Cadernos de Ciências Sociais, número 21/22. Porto: Afrontamento.
- Pinto, J. M. (2005). *Precarização e relações de sentido no espaço social do trabalho*. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4626.pdf> (Março 2009).
- Pinto, J. M.; Pereira, V. B. (2006). Trinta anos de democracia: mudanças sociais e inconsistência institucional. In M. Loff ; C. M. Pereira (Eds.), *Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004)*. Porto: Universidade do Porto.
- Pires, R. P.; Pereira, C.; Azevedo, J.; Ribeiro, A. C. (2014). Emigração Portuguesa. Relatório Estatístico 2014. Lisboa: Observatório da Emigração.
- Porta, D. ; Caiani, M. (2007). Europeanization from below? Social movements and Europe. *Mobilization*, 12(1), 1-20.

- Portelli, A. (2013). *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios*. Lisboa edições unipop.
- Porto, M.; Lisboa, M. (2010). O que é ser precário? In M. Porto & M. Lisboa (Eds.).
- Precários Inflexíveis. (2014). Resultados do Inquérito aos/às Investigadores/as – Abril 2014. Lisboa: Precários Inflexíveis.
- Precários Inflexíveis (2014). Não Há Saídas Limpas.: Associação de Combate à Precariedade - Precários Inflexíveis.
- Ramalho, N. (2013). *A Rede Sobre Trabalho Sexual: Contextos e Objetivos de Intervenção*. Paper presented at the 2ª Conferência internacional: Infecção VIH em grupos de difícil acesso, Lisboa.
- Ramirez, P. N. (2010). A Revolução Vagabunda: Baudelaire, Walter Benjamin e o fim da história. *ponto-e-vírgula*, 8, 242-260.
- Rancière, J. (2009). *Et tant pis pour les gens fatigués. Entretiens*. Paris: Amsterdam.
- Rancière, J. (2012). *A noite dos proletários*. Lisboa: Antígona.
- Rebelo, G. (2003). *Emprego e Contratação Laboral em Portugal: Uma análise sócio-económica e jurídica*. Lisboa: RH.
- Rebelo, G. (2004). *Flexibilidade e Precariedade no Trabalho. Análise e Diagnóstico* Lisboa: FCT.
- Ricardo Antunes, H. B., John McIlroy, José Ricardo Ramalho, Iram Rodrigues. (2002). *Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos*. São Paulo: Boitempo.
- Rifkin, J. (2000). *The Age of the Acces*. New York: Putnam's Sons.
- Rodrigues, C. F., Figueiras, R., & Junqueira, V. (2012). *Desigualdade Económica em Portugal*. Lisboa: FFMS.
- Rodrigues, E. V. (1999). A pobreza e a exclusão social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 9, 63-101.
- Roque, I. M. B. (2010). *As linhas de montagem teleoperacionais no mundo dos call centres*. Dissertação de mestrado em sociologia. Universidade de Coimbra.
- Rosa, M. T. S. (2003). *Trabalho Precário. Perspectivas de Superação*. Lisboa: Observatório do Emprego e Formação Profissional.
- Rosas, F. (2006). A Revolução Portuguesa de 1974/75 e a Institucionalização da Democracia. In M. Loff & C. M. Pereira (Eds.), *Portugal: 30 anos de Democracia (1974-2004)*. Porto: Universidade do Porto, 15-34.

- Rosas, F. (2012). Uma Mudança de Paradigma. *Vírus*, 1, 10- 16.
- Rose, J. (1998). L'organisation des transitions professionnelles entre socialisation, mobilisations et recomposition des rapports de travail et d'emploi. *Sociologie du Travail*, 1, 63-78.
- Rousselet, J. (1974). *L'allegie au Travail*. Paris: Seuil.
- Royall, F. (2013). Transnational Collective Action and the European Network of the Unemployed. In B. Andreosso-O'Callaghan & F. Royall (Eds.), *Economic and Political Change in Asia and Europe. Social Movement Analyses* (pp. 125-141). Dordrecht: Springer Netherlands.
- Sampaio, R. M. R. (2010). *MAYDAY! MAYDAY! Jovens Precários em acção. Uma abordagem antropológica de um novo movimento social*. Dissertação de mestrado em Antropologia: Multiculturalismo e Identidades. ISCTE- IUL.
- Santos, A. C. (2012). Disclosed and Willing: Towards A Queer Public Sociology. *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 11(11 (2)), 241-254.
- Santos, B. d. S. (1983). Os conflitos urbanos no Recife: o caso do Skylab. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 11, 9-60.
- Santos, B. S. (1985). Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português. *Análise Social*, XXI (87-88-89), 869-901.
- Santos, B. S. (1987). *Um Discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (1993). O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português. In B. S. Santos (Ed.), *Portugal: um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento, 17-56.
- Santos, B. S. (1995). Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo. *Vértice* (68), 132-139.
- Santos, B. S. (2001). *A Cor do Tempo Quando Foge*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 63, 237-280.
- Santos, B. S. (2004). *Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro*. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra. http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf (Setembro 2004).
- Santos, B. S. (2005). *O Fórum Social Mundial. Manual de Uso*. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. S. (2006). *The Rise of the Global Left. The World Social Forum and beyond*. New York: Zed Books.

- Santos, B. S. (2009). Por que é que Cuba se transformou num problema difícil para a Esquerda? *Oficinas do CES, Oficina n.º 322*.
http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Por%20que%20é%20que%20Cuba_Oficina%20322.pdf
- Santos, B. S. (2011). *Portugal. Ensaio contra a autoflagelação*. Coimbra: Almedina.
- Schmitt, B.; Spadoni, P. (2000). *Les sentiers de la colère*. Paris: L'esprit frappeur.
- Schumpeter, J. (1996). *Ensaio: empresários, inovação, ciclos de negócio e evolução do capitalismo*. Oeiras: Celta.
- Sébastien Porte, C. C. (2009). *Un Nouvel Art de Militer*. Paris: Éditions Alternatives.
- Seddik, Y. (2011). *Unissons-nous! Des révolutions arabes aux indignés*. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube.
- Seymour, R. (2012). We Are All Precarious - On the Concept of the 'Precariat' and its Misuses. *The New Left Project*. Retrieved from The New Left Project website:
http://www.newleftproject.org/index.php/site/article_comments/we_are_all_precarious_on_the_concept_of_the_precariat_and_its_misuses
- Seymour, R. (2012). Standing replies on the 'precariat'. Retrieved from Lenin's Tomb website:
<http://www.leninology.com/2012/03/standing-replies-on-precariat.html>
- Shane, S.; Venkataraman, S. (2000). The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of Management Review*, 25(1), 217-226.
- Sheridan, P. M. (2014, 11 de maio de 2014). Faces of May 15 fast food strikes. *CNN Money*. Retrieved from <http://money.cnn.com/gallery/news/companies/2014/05/11/may-15-global-fast-food-strikers/index.html>
- Silva, J. A. (2008). Mercados transicionais ou flexigurança? *Janos*.
http://janusonline.pt/2008/2008_4_3_3.html
- Silva, M. C. d. (2000). *Acção Sindical. Transformação e Desenvolvimento*. Porto: Campo das Letras.
- Silva, M. C. (2012). *Vencer o Medo. Ideias para Portugal*. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores.
- Silva, P. A.; Pereira, M. T. (2012). As políticas de proteção no desemprego em Portugal. *Sociologia Problemas e Práticas*, 70, 133-150.
- Simone, R. (2012). *Pris dans la toile*. Paris: Gallimard.

- Sinigaglia, J. (2012). *Artistes, intermittents, précaires en lutte. Retour sur une mobilisation paradoxale*. Nancy: Presses universitaires de Nancy.
- Soeiro, J. (2014). Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Sociologia*, 28, (2), 55-79.
- Soeiro, J. (2009). Hipóteses sobre os Movimentos de Precários em Portugal. In FERVE (Ed.), *Dois anos a ferver. Retratos da luta, balanço da precariedade*. Porto: Afrontamento, 32-45.
- Soeiro, J. (2012). 'Perdi o Emprego, encontrei uma ocupação'. Juventude, precariedade e o novo ciclo de protesto global. In G. Alves ; E. Estanque (Eds.), *Trabalho, Juventude e Precariedade*. Barau, São Paulo: Editorial Praxis, 123-157.
- Soeiro, J. (2012). *Dead Ends, Indignations and Locomotives of History*. Porto: Edições Tartaruga.
- Soeiro, J. (2012). 'Estou aqui por reear o meu futuro'. Juventude, precariedade e protesto. *Revista Configurações*, 9, 103-120.
- Soeiro, J. (2013). Os direitos dos mais velhos estão a bloquear os dos mais novos. In J. Soeiro; M. Cardina; N. Serra (Eds.), *Não acredite em Tudo o que Pensa. Mitos do senso comum na era da asuteridade* (pp. 95-107). Lisboa: Tinta-da-China, 95-108.
- Soeiro, J.; Campos, A. (2014). *O "empreendedorismo como política pública? Apropriações e narrativas no campo político e institucional"*. In *Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia*. 14-16 Abril 2014. Évora.
- Soeiro, J.; Ferreira, R. S.; Mineiro, J. (2012). Juventude, precariedade e desigualdades: as classes contra o fim da história. *Revista Angolana de Sociologia*, 10, 77-89.
- Sousa, H. (2011). Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos). *Working Paper Projeto Sociedade Civil e Democracia - FCSH/UNL*.
- Sousa, R. (1992). Evolução dos Serviços Públicos de Emprego. *Análise Social*, XXVII, 207-214.
- Standing, G. (1999). *Global Labour Flexibility: Seeking Distributive Justice*. Baksingstoke: Macmillan.
- Standing, G. (2008). How Cash Transfers Promote the Case for Basic Income. *Basic Income Studies*, 3(1).
<http://eprints.soas.ac.uk/15656/1/How%20Cash%20Transfers%20Promote%20the%20Case%20for%20Basic%20Income,%20published%20BIS.pdf>

- Standing, G. (2009). *Work After Globalisation: Building Occupational Citizenship*. Cheltenham: Edward Elger.
- Standing, G. (2011). *The Precariat. The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury.
- Standing, G. (2012). Response: Misunderstanding The Precariat. *New Left Project*.
http://www.newleftproject.org/index.php/site/article_comments/response_misunderstanding_the_precariat (15 Março 2012).
- Stiglitz, J. (2011). Of the 1%, by the 1%, for the 1%. *Vanity Fair*.
<http://www.vanityfair.com/society/features/2011/05/top-one-percent-201105>
- Stop-Précarité. (2013). *Dix ans de conflits dans l'hôtellerie parisienne*. Paris: Stop Précarité.
<http://www.stop-precarite.fr/spip.php?article10>
- Supiot, A. (1999). *Au-delà de l'emploi*. Paris: Flammarion.
- Supiot, A. (2006). Law and Labour. *New Left Review* (39), 109 - 121.
- Supiot, A. (2010). L'esprit de Philadelphie. Entretien avec Antonella Corsani. *Droit Social*(4).
- Supiot, A. (2012). Introduction. In B. Trentin (Ed.), *La Cité du Travail*. Nantes: Fayard.
- Syntagma, A. P. (2011). *Vote of the People's Assembly of Syntagma Square*. Athens.
- Taibo, C. (2011). *El 15-M en sesenta preguntas*. Madrid: Catarata.
- Taibo, C.; Antentas, J. M.; Vivas, E.; Mateo, J. P.; Domènech, A.; Chueca, I. G.; Monedero, J. C. (2011). *La rebelión de los indignados*. Madrid: Editorial Popular.
- Tarì, M.; Vanni, I. (2005). On the Life and Deeds of San Precario, Patron Saint of Precarious Workers and Lives. *The Fibreculture Journal*, 5. <http://five.fibreculturejournal.org/fcj-023-on-the-life-and-deeds-of-san-precario-patron-saint-of-precarious-workers-and-lives/>
- Tarrow, S. (1994). *Power in Movements. Social Movements, Collective Action and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Taylor, V. (1989). Social Movement Continuity : The Women's Movement in Abeyance. *American Sociological Review* (54), 761-775.
- Thompson, E. P. (1996). *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- The Middlesex Declaration of Europe's Precariat. (2004).
<http://www.euromayday.org/2005/middle.php>
- Tibúrcio, T. (2010). *O Direito de Petição perante a Assembleia da República*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Tilly, C. (1984). Les origines du répertoire de l'action collective contemporaine en France et en Grande-Bretagne. *Vingtième Siècle*, 4.

- Tilly, C.; Tarrow., S. (2006). *Contentious Politics*. Boulder: Paradigm Publishers.
- Tossel, A. (2008). The Development of Marxism: From the End of Marxism-Leninism to a ThousandMarxisms – France-Italy, 1975–2005. In S. Kouvelakis ; J. Bidet (Eds.), *A Critical Companion to Contemporary Marxism*. Boston: Brill.
- Turrión, P. I. (2003). *El movimiento de los tute bianche. Experiencias y estrategias*. Paper presented at the Derechos Humanos, globalización y educación para la paz, Leon.
- Vainer, C.; Harvey, D.; Maricato, E.; Brito, F.; Peschanski, J. A.; Maior, J. L. S.; Lima, V. A. (2013). *Cidades Rebeldes. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Afrontamento.
- Viego, R. (2011). *Les raons dels indignats* (R. Viejo Ed.). Barcelona: Pòrtic.
- Wahl, A. (2009). Trabalho e Desenvolvimento: o que podemos aprender com o Modelo Nórdico? *Transform*, 3.
- Wallerstein, I. (2004). New Revolts Against the System. In T. Mertes (Ed.), *A movement of Movements. Is another world really possible?* (pp. 266-270). Londres: Verso.
- Wieviorka, M. (2013). *L'Impératif Numérique*. Paris: CNRS Éditions.
- Wright, E. O.; Peschanski, J. A. (2011). Os protestos de Wisconsin. *Lutas Sociais*, 25/26, 122-132.
- Xavier, C; Sommier. I. (dir)(2006). *La France Rebelle*. Paris: Éditions Michalon.
- Zizek, S. (2011). Don't Fall in Love with Yourself. In A. Taylor & K. Gessen (Eds.), *Occupy! Scenes from Occupied America*. New York: Verso.
- Zizek, S. (2013). Problemas no Paraíso. In AAVV (Ed.), *Cidades Rebeldes. Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.

